Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia

Universidade de São Paulo

n. 39

MAE

2022

DOSSIÊ

Apresentação do dossiê Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos museus: pesquisa, preservação e comunicação

Leilane Patricia de Lima
1-5

PDF

Interfaces entre Arqueologia, Museologia e Educação: a experiência do CEOM/Unochapecó em relação ao patrimônio arqueológico do Oeste Catarinense

Mirian Carbonera, Denise Adriana Argenta, André Luiz Onghero, Aline Bertoncello, Josiane Roza de Oliveira
6-26

PDF

Museos interdisciplinarios: Investigación arqueológica, conservación y comunicación en el santuario arqueológico de Pachacamac

Denise Pozzi-Escot, Susana Abad, Rosangela Carrión, Angélica Isa-Adaniya, Sarita Fuentes, Cynthia Patazca, Carmen Rosa Uceda Brignole
27-43

PDF

Las colecciones de la división antropología del Museo de La Plata, Argentina

Mariano Carlos Del Papa
44-53

PDF

Breve biografía de un depósito arqueológico: el D25 (Museo de La Plata, Argentina), 13 años después

Ana Igareta
54-74

PDF

O acervo do Heraion no Museu de Delos: entre pesquisa e expografia

Gilberto da Silva Francisco, Carolina Machado Guedes
75-92

PDF

The Heraion Collection at the Museum of Delos: between research and expography

Gilberto da Silva Francisco, Carolina Machado Guedes
93-110

PDF

“Nossas coleções pertencem a vocês também”: Uma análise da exposição “Objects of Wonder” do National Museum of Natural History

Rebeca Ribeiro Bombonato
111-127

PDF

Estratigrafia de uma paisagem invisível: narrativas museais e arqueológicas sobre o Recolhimento de Santa Teresa, Niterói/RJ/Brasil

Alejandra Saladino, Lúcia Zanatta Brito
128-139

PDF

Exposição museológica inclusiva: o caso do Museu de Arqueologia Regional da FCT-UNESP, Presidente Prudente, SP

Graziella Plaça Orosco de Souza, Fernando Lopes, Paulo Henrique, Neide Barrocá, Thiago de Moraes dos Pas
140-155

PDF

Potencial de aproveitamento de sítios arqueológicos para fins de musealização in loco: estudo de caso no Curimataú e Seridó da Paraíba

João Henrique Rosa, Juvandi de Souza Santos
156-169

PDF

Mértola : ville-musée et champ archéologique

Thomas Briamont, Estelle Collineau, Manuelina Maria Duarte Cândido, Benoît Leysten
170-187

PDF

Arqueologia e o Museu Nacional: os primeiros cem anos

Roberto da Silva Ribeiro
188-205

PDF

Viagens por um paraíso ilusório: notas sobre a expedição de Betty Meggers à região do Baixo Amazonas e sua rede de colaboradores (1948-1949)

Mariana Moraes de Oliveira Sombrio
206-226

PDF

ARTIGOS LIVRES

Arqueologia dos gestos na indústria lítica do sítio Colônia Miranda - SE

Janaína Patrícia Coutinho, Paulo Jobim de Campos Mello
227-248

PDF

Interfaces entre Pedologia e Arqueologia: Compreendendo a interdisciplinaridade entre as áreas com base em revisões bibliográficas

Tiago Andrade Campos
249-259

PDF

Paleoambiente do sudeste paulista: contribuições do refúgio Itapeva para uma discussão sobre inserção antrópica e natural

Tatiane de Souza; Karina Chueng; Carlos Alberto Rizzi
260-279

PDF

Paredes que guardam pessoas que guardam paredes. Registro e sentidos de ruínas do tempo do cativeiro.

Camilla Agostini
280-296

PDF

EDIÇÃO ATUAL

ATOM 1.0

RSS 2.0

Apresentação do dossiê *Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos Museus: pesquisa, preservação e comunicação*

*Leilane Patricia de Lima**

LIMA, Leilane Patrícia. Apresentação do dossiê *Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos Museus: pesquisa, preservação e comunicação*. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 1-5 , 2022.

Resumo: Este texto apresenta o dossiê *Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos Museus: pesquisa, preservação e comunicação*, cujo objetivo principal é reunir artigos que tenham como referência temática as interfaces entre arqueologia e museologia e as interfaces entre museu, musealização e curadoria de acervos arqueológicos. O dossiê é composto por treze artigos, com abordagens teórico-metodológicas diversas e com variedade de estudos de caso e relatos de experiências que certamente contribuirão para discutir e refletir sobre as relações entre museu, musealização, curadoria e acervo arqueológico. Os artigos foram escritos em quatro idiomas (português, espanhol, inglês e francês) por 32 docentes, investigadores e/ou profissionais de museus e tratam sobre sítios arqueológicos e/ou instituições museológicas no Brasil, na Argentina, no Peru, nos Estados Unidos, na Grécia e em Portugal.

Palavras-chave: Arqueologia; Museologia; Museu; Musealização e curadoria de acervos arqueológicos.

O número 39 da Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) apresenta o dossiê *Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos Museus: pesquisa, preservação e comunicação*. O objetivo principal deste dossiê foi reunir artigos que tivessem como referência temática as interfaces entre Arqueologia e Museologia, e, por sua vez, as interfaces entre museu, musealização e curadoria de acervos arqueológicos.

Os museus são instituições culturais complexas e de múltiplas dimensões, que podem ser observadas por diferentes perspectivas[1]. Ora se pode olhar para os desafios do presente e do futuro, relacionados à gestão, ao acúmulo de acervos, ao diálogo com diferentes públicos, ora pode-se voltar ao passado, observando a constituição histórica das instituições museais e seus distintos papéis na sociedade (Figueiredo & Vidal 2005: 7).

Em termos teóricos, o museu é o cenário institucionalizado do patrimônio. Ele pesquisa, preserva e comunica o patrimônio cultural musealizado, tanto material quanto

* Pós-doutorado em Museologia, no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (2015-2020). Pós-doutorado em Museologia, no Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (2018-2019). Investigadora colaboradora do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM-FLUP). Pesquisadora convidada do Laboratório Interfaces entre Museologias: Comunicação, Mediação, Públicos e Recepção da Universidade de São Paulo (InterMuseologias-USP).

1 Ver discussão mais ampla em Lima & Francisco (2013).

imaterial. É um dos lugares de memória (Nora 1993), que tem poder comunicacional, pois formula e comunica sentidos patrimoniais (Cury 2004: 91). É sobretudo no museu que ocorre o fato museal, a relação profunda entre homem e objeto (Guarnieri 2010 [1981]: 123).

Em termos práticos, o museu é um sistema que opera a partir de diferentes setores. Para tal sistema funcionar plenamente é necessário o desenvolvimento de atividades ligadas à administração (recursos humanos, financeiros, assuntos jurídicos, marketing etc.) e às ações técnico-científicas, especialmente àquelas relacionadas à avaliação e ao processo curatorial (Cury 2009: 30).

Sendo o museu o cenário institucionalizado do patrimônio e local do fato museal, é necessário ter em conta o processo de musealização. Esse processo acarreta um conjunto de procedimentos integrados que envolvem a seleção, a pesquisa, a documentação, a conservação e a comunicação de acervos musealizados; sendo todas essas ações dependentes de domínios muito distintos (Guarnieri 2010 [1981]: 125).

Seguindo esse pensamento, o dossiê apresentado neste número da Revista do MAE-USP esteve aberto para contribuições que discutissem as políticas e as práticas técnico-científicas relacionadas à curadoria do patrimônio arqueológico musealizado (formação de coleções; pesquisa; conservação; documentação; exposição; educação), levando-se em conta também as estratégias e os desafios que os museus enfrentam nos tempos atuais para desempenharem suas funções e para manterem seus compromissos com os acervos e com os públicos. O referido dossiê esteve aberto ainda para outras experiências e outros processos que envolvem o universo patrimonial, como a musealização de sítios arqueológicos, histórias de museus e de colecionadores.

Como resultado desta chamada de artigos, tenho a grata satisfação de apresentar o dossiê deste número da Revista do MAE-USP, no qual atuei como editora convidada. Este dossiê é composto por treze artigos, com abordagens teórico-metodológicas diversas e com variedade de estudos de caso e relatos de experiências que, certamente, contribuirão para discutir e refletir sobre as relações entre museu, musealização, curadoria e acervo arqueológico. Os artigos são escritos em quatro idiomas (português, espanhol, inglês e francês) por 32 docentes, investigadores e/ou profissionais de museus e tratam sobre sítios arqueológicos e/ou instituições museológicas no Brasil, na Argentina, no Peru, nos Estados Unidos, na Grécia e em Portugal.

Neste exemplar, os diferentes artigos do dossiê apresentam-se agrupados de acordo com os temas abordados.

Na primeira abordagem, o tema é "Museus e processos curatoriais", e nela são apresentados artigos que tratam de ações técnico-científicas integradas e que são realizadas nos acervos arqueológicos institucionalizados.

O artigo "Interfaces entre Arqueologia, Museologia e Educação: a experiência do CEOM-Unochapecó em relação ao patrimônio arqueológico do oeste catarinense" é de autoria de Mirian Carbonera (CEOM-Unochapecó), Denise Argenta (Infinito Produção Cultural), André Luiz Onghero (CEOM-Unochapecó), Aline Bertoncello (CEOM-Unochapecó) e Josiane Roza de Oliveira (Arquivo Público do Estado de São Paulo). Este texto reúne informações sobre os quarenta anos de atuação – desde a criação até a expansão das atividades – do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), espaço de pesquisa, de salvaguarda e de difusão do patrimônio arqueológico regional. Esta instituição foi criada e é mantida pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), com sede na cidade de Chapecó, estado de Santa Catarina.

O artigo "Museos interdisciplinarios: investigación arqueológica, conservación y comunicación en el santuario arqueológico de Pachacamac" é de autoria de Denise Pozzi-Escot, Susana Abad, Rosangela Carrión, Angélica Isa-Adaniya, Sarita Fuentes, Cynthia Patazca, Carmen Rosa Uceda Brignole, todas colaboradoras do Museu Pachacamac, Ministério de Cultura do Peru. Neste texto as autoras apresentam um dos sítios mais representativos da história pré-hispânica e da identidade nacional peruana, o Santuário

Arqueológico de Pachacamac. De modo particular, as autoras abordam as ações técnico-científicas realizadas no Museu Pachacamac, no tocante à investigação arqueológica, à conservação preventiva, à gestão das coleções, à comunicação e ao trabalho com a comunidade local.

Na segunda abordagem, o tema é "Gestão e salvaguarda de coleções", e nela constam artigos em que são tratados os desafios enfrentados na gestão e na salvaguarda de coleções etnográficas e arqueológicas em um museu nacional, na Argentina.

No artigo "Las colecciones de la División Antropología del Museo de La Plata", de autoria de Mariano Carlos Del Papa (Universidad Nacional de La Plata), é apresentada uma fundamental discussão a respeito de uma das maiores coleções de remanescentes humanos, na América do Sul, sob guarda da Divisão de Antropologia, no Museu de Ciências Naturais de La Plata. A partir de contextualização sociopolítica – entre o final do século XIX e o início do século XX – o autor reflete, 120 anos depois, sobre o papel desempenhado pelos principais atores envolvidos (comunidades originárias, Estado e cientistas), nomeadamente em torno das políticas curatoriais dessas coleções, ao longo do tempo.

No artigo "Breve biografía de un depósito arqueológico: el D25 (Museo de La Plata, Argentina), 13 años después", de autoria de Ana Igareta (Universidad Nacional de La Plata), a autora faz uma revisão dos últimos anos, no tocante às ações de salvaguarda de coleções do D25, a maior reserva arqueológica do Museu de Ciências Naturais de La Plata. No texto são destacados os procedimentos de conservação e de documentação adotados a partir de um diagnóstico inicial de avaliação do estado das coleções e da reserva técnica. No texto em questão, a autora relata como a realização de tarefas aparentemente simples, tediosas e pequenas gerou significativas melhorias em uma das mais importantes reservas arqueológicas nacionais.

Na terceira abordagem, o tema é "Comunicação". Nela os autores apresentam, em seus artigos, análises críticas que discutem o poder comunicacional das instituições museológicas, especialmente por meio das exposições e das ações educativas.

No artigo "O acervo do Heraion no Museu de Delos: entre pesquisa e expografia", publicado, neste referido exemplar, em português e em inglês, os autores Gilberto da Silva Francisco (Universidade Federal de São Paulo, Unifesp) e Carolina Machado Guedes (Universidade Metropolitana de Santos, Unimes) apresentam a discussão a respeito da íntima relação entre as pesquisas arqueológicas no santuário de Hera, em Delos (Grécia), as quais remontam ao século XIX, e o museu local, que foi construído no início do século XX. Assim, os autores expõem questões relacionadas à dinâmica da pesquisa entre sítio arqueológico e museu local, à lógica da apresentação de vários objetos provenientes do sítio arqueológico na exposição aberta ao público do museu e, além disso, também são apresentadas estratégias, baseadas no ambiente virtual, para reorganizar alguns limites entre sítio arqueológico, museu local e comunicação.

O artigo "'Nossas coleções pertencem a vocês também': uma análise da exposição 'Objects of Wonder' do National Museum of Natural History", de autoria de Rebeca Ribeiro Bombonato (MAE-USP), contém análise da citada exposição, desde sua estrutura até os discursos envolvidos. Ademais, a partir de alguns questionamentos, a autora discute sobre a função comunicacional dos museus.

No artigo "Estratigrafia de uma paisagem invisível: narrativas museais e arqueológicas sobre o Recolhimento de Santa Teresa, Niterói/RJ/Brasil", de autoria de Alejandra Saladino (Universidad Complutense de Madrid e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) e de Lúcia Zanatta Brito (Museu Nacional do Rio de Janeiro), as autoras propõem uma reflexão sobre o lugar das mulheres recolhidas nas narrativas museais e arqueológicas que constituem o discurso do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), à luz da Arqueologia de Gênero, da Arqueologia da Paisagem e da Museologia. As reflexões apresentadas revelam que o significado da paisagem local se transformou sem evidenciar

a multivocalidade daquele espaço, onde permanecem subterrâneas as memórias das mulheres encarceradas, quando a edificação era o Recolhimento de Santa Teresa, no século XVIII.

No artigo "Exposição museológica inclusiva: o caso do Museu de Arqueologia Regional da FCT-Unesp", escrito por Graziella Plaça Orosco de Souza, Fernando Lopes da Silva, Paulo Henrique da Silva Leonardo, Thiago de Moraes dos Passos e Neide Barrocá Faccio, todos vinculados à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), os autores analisam a contribuição de uma exposição arqueológica tátil para o aprendizado sobre aspectos da cultura Guarani e refletem sobre a acessibilidade em museus. Assim, neste artigo apresentam-se resultados de uma experiência prática, vivenciada por monitor e por visitantes cegos, desenvolvida durante visita monitorada à exposição organizada pelo Museu de Arqueologia Regional da FCT-Unesp, *campus* de Presidente Prudente, São Paulo.

Na quarta abordagem temática, "Musealização de sítios arqueológicos", são apresentados, pelos autores, artigos nos quais são analisados exemplos de musealização de sítios arqueológicos, em contextos urbanos ou fora deles.

No artigo "Potencial de aproveitamento de sítios arqueológicos para fins de musealização *in loco*: estudo de caso no Curimataú e Seridó da Paraíba", escrito por João Henrique Rosa (Rastro Arqueologia) e Juvandi de Souza Santos (Universidade Estadual da Paraíba, UEPB), são discutidas perspectivas de avaliação do potencial de criação de museus arqueológicos a céu aberto, propondo como ferramenta uma chave prévia de classificação, com base em aspectos físicos e institucionais, que permita avaliar a capacidade de resposta para propostas de musealização de sítios no seu próprio local de implantação, usando como amostra parcial duas regiões arqueológicas, Curimataú e Seridó, localizadas no Nordeste do estado da Paraíba.

O artigo "Mértola: village-musée et champ archéologique", de autoria de Thomas Briamont, Estelle Collineau, Benoît Leysten e Manuelina Duarte Cândido, todos vinculados à Université de Liège, traz importante análise iniciada a partir da visita de estudantes do Curso de Mestrado em Museologia, da Universidade de Liège, à cidade de Mértola, situada no Sul de Portugal. Com base nas observações feitas durante esta viagem, realizada em 2019, os autores refletem sobre desenvolvimento sustentável, especialmente baseado na riqueza patrimonial local e no turismo cultural e rural, e sobre a integração dos museus arqueológicos ao cotidiano da cidade.

Na quinta e última abordagem, o tema é "Histórias de museus e de colecionadores". Nela são apresentados artigos em que os autores observam a constituição histórica de instituições museológicas e de coleções arqueológicas fundamentais para a história da Arqueologia no Brasil.

O artigo "Arqueologia e o Museu Nacional: os primeiros cem anos", cujo autor é Roberto da Silva Ribeiro (UEPB), contém um levantamento da atividade arqueológica no Brasil e sua relação com as instituições museológicas, sobretudo com o Museu Nacional em seus primeiros cem anos, com ênfase no período do reinado de D. Pedro II, quando a arqueologia brasileira tem seu florescimento e alguns dos museus ainda hoje existentes têm sua origem.

No artigo "Viagens por um paraíso ilusório: notas sobre a expedição de Betty Meggers à região do Baixo Amazonas e sua rede de colaboradores", de autoria de Mariana Moraes Oliveira Sombrio (Universidade Federal do ABC, UFABC), é retratada a primeira expedição que Betty Meggers realizou na região do Baixo Amazonas, acompanhada por seu marido e parceiro de trabalho, Clifford Evans (1920-1981), em colaboração com o Museu Paraense Emílio Goeldi e com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, entre os anos de 1948 e 1949. A leitura dos "diários de campo" de Betty Meggers permitiu mapear a rede de colaboradores que a apoiaram, de diversas formas, além de revelar aspectos subjetivos e pessoais envolvidos em seu trabalho de campo. São também apresentadas informações sobre as coleções que o casal formou e a distribuição desses conjuntos cerâmicos entre museus diversos.

Destaco a expectativa com relação ao impacto deste dossiê nos campos de

conhecimento da Arqueologia e da Museologia. Espero que ele seja referência para outras ações, reflexões e investigações que discutam museu, musealização e curadoria de acervos arqueológicos. Finalmente, agradeço à Comissão Editorial pelo convite e pelo apoio.

Agradeço também aos autores dos artigos que compõem o dossiê deste número da Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) pelas valiosas contribuições enviadas.

Boa Leitura!

LIMA, Leilane Patrícia. Apresentação do dossiê *Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos Museus: pesquisa, preservação e comunicação*. *R. Museu Arq.* Etn. 39: 1-6, 2022.

Abstract: This text presents the dossier *Archaeology Museums and Archaeology in Museums: research, preservation, and communication* whose main objective is to gather articles that have as thematic reference the interfaces between archaeology and museology and the interfaces between museum, musealization, and curatorship of archaeological collections. The dossier is composed by thirteen articles, with diverse theoretical-methodological approaches and with variety of case studies and experiences reports that, certainly, will contribute to discuss and reflect about the relations between museum, musealization, curatorship, and archaeological collections. The articles were written in four languages (Portuguese, Spanish, English, and French) by 32 professors, researchers, and/or museum professionals and deal with archaeological sites and/or museum institutions located in Brazil, Argentina, Peru, the United States, Greece, and Portugal.

Keywords: Archaeology; Museology; Museum; Musealization and curation of archaeological collections.

Referências bibliográficas

Cury, M.X. 2004. Os usos que o público faz dos museus: a (re)significação da cultura material e do museu. *Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia* 1: 86-106. Disponível em: <https://bit.ly/3weE3BP>. Acesso em: 12/11/2022.

Cury, M.X. 2009. Museologia, novas tendências. *In*: Granato, M.; Santos, C.P.; Loureiro, M.L.N.M. (Orgs.). *Museu e museologias: interfaces e perspectivas*. MAST, Rio de Janeiro, 25-42. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/306097445_Museologia_Novas_tendencias>. Acesso em 12/11/2022.

Figueiredo, B.G.; Vidal, D.G. 2005. Apresentação. *In*: Figueiredo, B.G.; Vidal, D.G. (Orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Argumentum, Belo Horizonte, 7-14.

Guarnieri, W.R.C. 2010 [1981]. A interdisciplinaridade em Museologia. *In*: Bruno, M.C.O. (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, São Paulo, 123-126. V. 1.

Lima, L.P.; Francisco, G.S. 2013. Exposição, comunicação e alteridade. *In*: Lima, A.M.S. *et al.* (Orgs.). *Diálogos entre as licenciaturas e a educação básica: aproximações e desafios*. UEL, Londrina, 91-104.

Nora, P. 1993. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História* 10: 7-28.

Interfaces entre Arqueologia, Museologia e Educação: a experiência do CEOM/ Unochapecó em relação ao patrimônio arqueológico do Oeste Catarinense

*Mirian Carbonera**
*Denise Argenta***
*André Luiz Onghero****
*Aline Bertoncello*****
*Josiane Roza de Oliveira******

CARBONERA, M. et al. Interfaces entre Arqueologia, Museologia e Educação: a experiência do CEOM/Unochapecó em relação ao patrimônio arqueológico do Oeste Catarinense. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 6-26, 2022.

Resumo: Este artigo apresenta a trajetória do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), espaço de pesquisa, salvaguarda e difusão do patrimônio arqueológico regional. Criado e mantido pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), o Centro tem sede na cidade de Chapecó/SC. Iniciamos com o histórico da atuação do CEOM desde sua criação, nos anos 1980, até os dias atuais, enfatizando a consolidação do Núcleo de Pesquisa Arqueológica e do Setor Educativo. Abordamos a expansão das atividades de pesquisa, comunicação, ação educativa e destacamos a importância das parcerias e de uma equipe especializada e diversificada para dar conta dos objetivos do Centro. As fontes utilizadas foram os documentos e projetos realizados ao longo de suas três décadas de atuação. Os principais desafios identificados foram a busca por recursos financeiros para a realização e manutenção das ações de pesquisa, documentação, conservação e comunicação do acervo, e a definição de um espaço físico próprio para a realização das suas atividades. Por outro lado, a partir da análise, ficou evidente a importância de instituições como o CEOM, as quais mantêm atividades sistemáticas e são consideradas referências pela comunidade, em ações de preservação de bens culturais, com destaque, neste trabalho, para os bens de natureza arqueológica. A principal conclusão é que as atividades de pesquisa, salvaguarda e extroversão do conhecimento para a proteção do patrimônio arqueológico são indissociáveis, de longo prazo e requerem continuidade, parceria com a comunidade e associação entre diferentes agentes e instituições para a efetiva consolidação.

Palavras-chave: Museu; Patrimônio arqueológico; Comunicação museológica; Curadoria; Museologia.

* Doutora em Arqueologia. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Coordenadora do Centro de Memória do Oeste de Santa (CEOM) ambos da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). mirianc@unochapeco.edu.br
** Doutora em Museologia. Produtora Cultural na Empresa Infinito Produção Cultural. deni.infinitacultura@gmail.com
*** Mestre em Educação. Historiador do Centro de Memória do Oeste de Santa (CEOM) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). andreo@unochapeco.edu.br
**** Doutoranda em Ciências Ambientais. Educadora Patrimonial do Centro de Memória do Oeste de Santa (CEOM) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). alinebert@unochapeco.edu.br
***** Doutora em História. Diretora do Núcleo de Ação Educativa, Arquivo Público do Estado de São Paulo. jorozadeoliveira@gmail.com

Introdução

Os museus são espaços onde diferentes ciências se encontram e profissionais de múltiplas áreas dialogam para a realização de ações interdisciplinares. Há pouco mais de uma década, no Oeste catarinense, especialistas em arqueologia, museologia, educação e afins, eram pouco comuns nos museus. Desde então, a crescente especialização dessas áreas, o aperfeiçoamento das políticas públicas no campo museal e do patrimônio, as transformações no cenário do ensino superior no Brasil e o avanço das pesquisas, têm possibilitado mudanças no quadro profissional das instituições e a consequente ampliação de ações em prol do patrimônio cultural regional. Neste novo contexto, centramos nossa análise neste artigo na experiência do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), mantido pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)[2], e suas ações no Oeste catarinense, na interface entre arqueologia, museologia, pesquisa e educação para salvaguarda e comunicação dos bens arqueológicos.

No princípio dos anos 2000, foram consolidadas as ações em torno do patrimônio arqueológico regional, com a formação do Núcleo de Arqueologia no CEOM. Até então, o CEOM, criado em 1986, havia desenvolvido ações esporádicas relativas a esses bens[3] – o que era pouco, uma vez que toda a região Oeste de Santa Catarina é rica em sítios arqueológicos representativos de ocupações pré-coloniais de diferentes cronologias. Com o Núcleo, estabelecia-se um trabalho sistemático e continuado nessa área, gerando impacto na região, no patrimônio arqueológico salvaguardado e em suas interfaces.

Para organizar nossa reflexão, elencamos algumas perguntas que permearam as ações, especialmente no período de implantação do Núcleo de Arqueologia. São elas: "quais as estratégias para implantação de um centro de pesquisa em arqueologia capaz de atender às especificidades e demandas da região?"; "como dar conta da curadoria dos acervos, da pesquisa e da comunicação?"; "como sensibilizar a população local quando a maioria considera esses objetos 'velhos' e 'sem valor'?"; "como comunicar os dados das pesquisas arqueológicas de forma acessível, promovendo o diálogo entre a ciência e o público?". Mais recentemente, outras questões surgiram, por exemplo: "como atender a demanda dos endossos institucionais que têm crescido muito nos últimos anos e têm gerado grande quantidade de coleções advindas de projetos de licenciamento ambiental?"; e, por fim, "quais os avanços decorrentes destas duas décadas de criação do Núcleo de Arqueologia no CEOM?"[4]. Dando continuidade às reflexões sobre nossas ações, a seguir, ainda que provisoriamente, procuramos responder as questões acima levantadas.

Ações de preservação e salvaguarda do patrimônio arqueológico no Oeste catarinense

Breve histórico das pesquisas arqueológicas

O contexto arqueológico do Oeste de Santa Catarina chamou atenção ainda no século XIX (Beschoren 1989 [1889]). Já na década de 1940, o padre jesuíta Balduíno Rambo realizou coletas com estudantes da região de Itapiranga, município localizado no extremo Oeste

2 O CEOM, institucionalmente, é vinculado à Diretoria de Educação Continuada e Extensão da Unochapecó, universidade mantida pela Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste).

3 Como ações esporádicas, realizadas nas décadas de 1980 a 1990, podemos citar: coletas emergenciais de material arqueológico que deu origem às primeiras coleções do CEOM; a publicação de artigos, a exemplo de Ortiz (1988); a realização de oficinas; realização do curso em História e Museologia (especialização *Lato sensu* que oferecia uma disciplina de Arqueologia); exibição da Exposição Arqueológica Pe. Rohr – mostra itinerante produzida pelo IPHAN/SC, entre outras.

4 Nossas experiências e reflexões sobre a gestão do patrimônio, comunicação museológica e educação patrimonial vêm sendo apresentadas em eventos ou publicação de artigos e capítulos (ver Oliveira & Carbonera 2002; Paim 2006; Carbonera, Onghero & Argenta 2013; Loponte & Carbonera 2013; Carbonera & Pansera 2015; Carbonera & Loponte 2015; Carbonera et al. 2017; Onghero et al. 2018; Carbonera et al. 2018).

catarinense, na divisa com Misiones (Argentina) (Carbonera 2006). Por meio das informações de Rambo e devido à quantidade e variedade dos materiais, outro jesuíta, padre Pedro Ignácio Schmitz, estudou a área e publicou, em 1957, um artigo sobre a riqueza patrimonial e científica dos sítios Guarani de Itapiranga. Segundo Schmitz (1957), os vestígios afloravam da terra ao ser desmatada para abrir novas áreas de lavoura, durante a coleta de argila para as olarias e na abertura de estradas.

Alguns anos depois, o padre João Alfredo Rohr, também jesuíta, percorreu a região de Itapiranga com apoio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Durante essas pesquisas, realizadas por Rohr nas décadas de 1960 e 1970, as áreas situadas às margens do rio Uruguai foram objeto de especial atenção. Na ocasião, somente em Itapiranga, foram registrados um total de 53 sítios arqueológicos, a grande maioria relacionados aos ceramistas Guarani e à tradição altoparanaense (Rohr 1966, 1984). Esses primeiros trabalhos foram fundamentais para o reconhecimento do rio Uruguai como uma importante rota para os grupos pré-coloniais, desde caçadores-coletores até populações ceramistas, projetando a região no cenário arqueológico brasileiro (Carbonera 2011; Goulart 1997).

Outros destaques deste período foram os levantamentos de sítios efetuados por Piazza (1969, 1971), que desenvolveu boa parte das pesquisas em decorrência do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa). Seus estudos foram realizados em duas etapas, abrangendo as áreas entre os rios Peperi-guaçú e Irani e, posteriormente, entre os rios Irani e do Peixe, nos municípios de Piratuba/SC, Ipira/SC, Itá/SC e Concórdia/SC (Piazza 1969, 1971). Outra pesquisadora que percorreu alguns municípios da região foi Maria José Reis, para estudar estruturas subterrâneas. Na ocasião, levantou dados em Chapecó/SC, São Carlos/SC, Palmitos/SC, Concórdia/SC, Ipumirim/SC e Pinhalzinho/SC (Reis 2007 [1980]).

Posteriormente, devido aos empreendimentos hidrelétricos previstos no "Projeto Uruguai de Aproveitamento Energético", de 1978 (**Fig. 1**), e pela riqueza arqueológica apontada por Schmitz (1978), a partir da década de 1980, as pesquisas arqueológicas realizadas na região estiveram vinculadas a projetos de licenciamento ambiental. O primeiro foi o "Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai (PSAU)", iniciado na década de 1980, financiado pelas Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) e coordenado pela arqueóloga Marilandi Goulart, que, na época, era docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Na etapa inicial do PSAU (1980-1985), foi realizado levantamento de sítios arqueológicos em áreas que seriam impactadas pela instalação de usinas hidrelétricas projetadas[5] para a bacia do rio Uruguai, desde sua formação até a divisa com a Argentina (Carbonera 2008; Goulart 1995). Dos projetos previstos, as primeiras usinas a serem implantadas no rio Uruguai foram a UHE Itá e UHE Machadinho (**Fig. 1**). Goulart e equipe (1987, 1988, 1995, 1997) realizaram os estudos arqueológicos na área do canteiro e reservatório, dentro do Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai (PSAU – UHE Itá). Já a área a ser impactada pela UHE Machadinho foi pesquisada pela equipe da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC), que estudou a região em diferentes etapas a partir da década de 1980 (Museu de Ciência e Tecnologia 2001).

Cabe ressaltar que, até o final dos anos 1990, todo o material arqueológico recuperado nas pesquisas mencionadas foi salvaguardado fora da região de origem. Somente com a criação do Núcleo de Estudos Arqueológicos e Etnológicos (NEEA) no CEOM – como veremos adiante –, estruturado a partir dos anos 2000, e com as novas normativas legais os vestígios recuperados em projetos dessa natureza passaram a ficar na região. Anteriormente à década de 2000, existem textos legislativos para a proteção do patrimônio, como: a Resolução Conama 01/1986, a qual foi responsável por agregar o resgate do patrimônio arqueológico na

5 Para maiores informações, ver: Eletrosul (1978).

legislação de proteção ambiental; e, em 1988, por meio da Portaria IPHAN nº 07/1988, foram regulamentados os pedidos de permissão, autorização e comunicação prévia para a realização de pesquisas de campo. Entretanto, estas normas não mencionam a guarda do acervo, e é somente com a portaria IPHAN nº 230/2002 que começam a ser ampliadas as diretrizes, por exemplo, a compatibilização do estudo arqueológico com as fases de obtenção das licenças ambientais. Também, a partir desta portaria, os empreendedores passaram a ter responsabilidade sobre a destinação e guarda do material arqueológico.

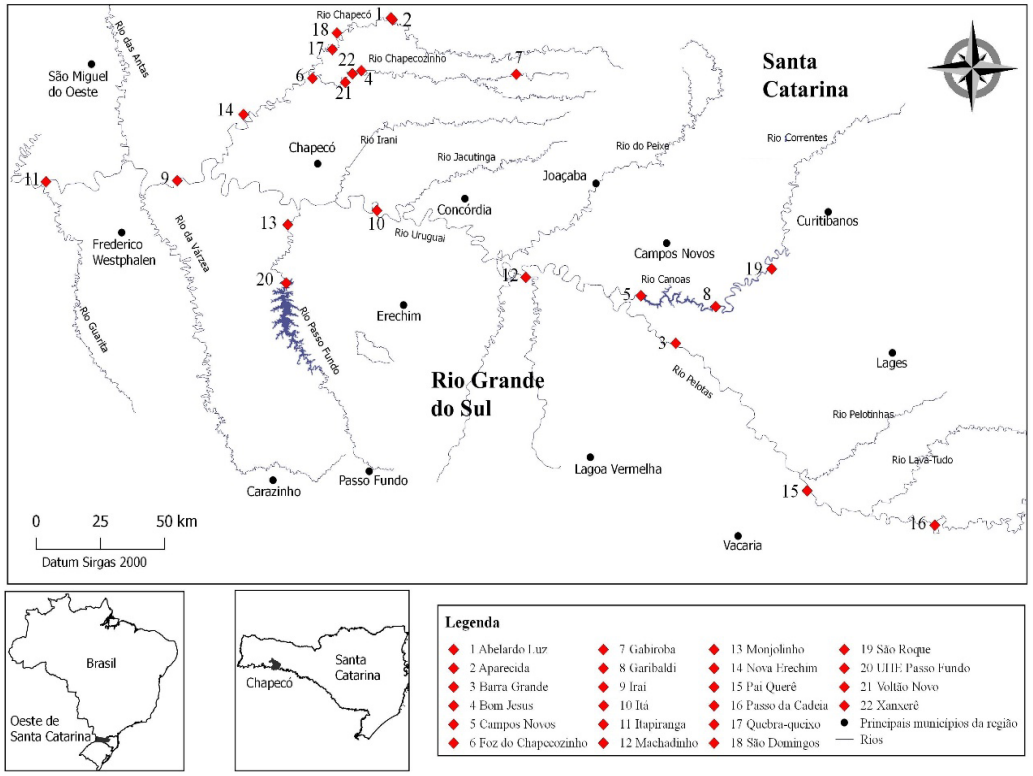


Fig. 1. Projeto Uruguai de Aproveitamento Energético e localização da área de estudo.
Fonte: Adaptado pelos autores, de Eletrosul (1978) e CNEC; Eletrosul (1990).

Dentro desse contexto, cabe salientar que a finalização do "Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai (PSAU e PSAU-UHE Itá)" e o consequente projeto de repatriamento do acervo foram os principais motivos que impulsionaram a criação do Núcleo de Arqueologia do CEOM.

Nas últimas décadas, para além dos dados produzidos pelos projetos de arqueologia vinculados ao licenciamento ambiental, foram retomados os estudos acadêmicos que têm permitido confirmar a antiguidade da presença humana na região. Um exemplo disso é o sítio ACH-LP-07, localizado no município de Águas de Chapecó/SC, que conta com uma cronologia de mais de 11 mil anos (Carbonera, Lourdeau & Santos 2017). Outros grupos de sítios representativos são referentes aos Guarani e Itararé-Taquara, ambos datados principalmente a partir do último milênio.

Apesar das pesquisas apontarem a importância do patrimônio arqueológico regional, devem ser destacados os profundos e acelerados impactos que este patrimônio vem sofrendo *in situ*, sendo as atividades agrícolas e as hidrelétricas as principais ameaças (Carbonera & Loponte *no prelo*).

Ressaltamos que as pesquisas e os registros dos sítios arqueológicos na região, realizadas há mais de sete décadas, possibilitaram trazer uma gama de informações importantes para caracterizar as principais culturas pré-coloniais. A identificação da cronologia das ocupações, a salvaguarda da cultura material e o mapeamento do estado de conservação dos sítios foram ações significativas naquele contexto. Entretanto, os acervos gerados nesses primeiros anos de pesquisa não ficavam na região, muito embora tivéssemos a atuação do padre Rohr, que estimulou a comunidade de Itapiranga a se apropriar da longa história da ocupação regional, motivando a criação de um museu local com material arqueológico, além de difundir o conhecimento produzido com diferentes publicações, dentre elas a inclusão de textos didáticos na revista jesuíta "Livro da Família" (Carbonera 2006). Porém, as ações de difusão promovidas por ele ainda eram bastante pontuais.

As primeiras gerações de pesquisadores tinham muitas dificuldades materiais para o desenvolvimento das pesquisas e sua consequente publicação, sobretudo entre as décadas de 1950 a 1980. Por outro lado, essas primeiras pesquisas foram fundamentais para a criação de uma base de dados às futuras gerações de estudiosos, ainda mais se pensarmos que, ao longo desse processo, a destruição e descaracterização dos sítios arqueológicos foi intensificada com a agricultura e o alagamento de grandes áreas em decorrência da construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. As gerações mais recentes de pesquisadores, embora ainda sejam constantemente desafiadas, têm mais acesso a financiamento, novas técnicas e tecnologias, maior oferta de cursos na área e maior quantidade de espaços museológicos para salvaguarda desses bens.

CEOM: bens arqueológicos e o papel social dos museus

As décadas de 1970 e 1980 foram palco de intensas transformações para Chapecó/SC e região. Foi nesse contexto que, em princípios da década de 1970, a parceria de mais de 30 municípios criou a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste) (Carbonera & Onghero 2020). Teve início, assim, o ensino superior na região, por meio de uma iniciativa comunitária – modelo institucional que fez parte do programa de interiorização do ensino superior no sul do país. Dez anos depois, um grupo de professores da Fundação, preocupados com a história e o patrimônio regional, deram início ao projeto do Centro de Organização da Memória Sociocultural do Oeste de Santa Catarina (CEOM)[6]. Esses professores, integrantes do núcleo docente inicial da Fundeste, eram da área de humanidades: sociólogos, historiadores, antropólogos e filósofos. Um rol de profissionais que se diferenciava na região pelo interesse em pesquisas acadêmicas.

Recortes de jornal da época noticiavam sobre a necessidade da criação de um centro que pudesse reunir e preservar a história e a proto-história do Oeste de Santa Catarina, aliando ensino, pesquisa e extensão, a fim de implementar programas onde a população regional pudesse conhecer e usufruir de seu patrimônio sociocultural. Na época, a região vivia uma grande inquietação devido à perda das referências culturais, fenômeno associado ao acelerado processo de urbanização, êxodo rural, agroindustrialização e a construção de barragens na bacia do rio Uruguai, que estavam em curso e eram grandes ameaças ao patrimônio local (**Fig. 1**).

Pierre Nora (1993) nos ajuda a pensar sobre os efeitos do processo de modernização do campo e a intensificação da urbanização em relação à memória. O autor assinala a emergência dos lugares de memória como ligados a um momento particular da história, de certa consciência a respeito das rupturas com o passado – como foi o caso europeu no apogeu da industrialização e desestabilização dos meios de vida dos camponeses. O lugar de memória, para Nora, apresentou-se como um artifício para dar conta do sentimento de perda de unidade por meio da tradição. Para este

6 Ver: Rossetto (1986).

autor, as sociedades modernas não estariam mais baseadas num processo de transmissão espontânea da tradição, demandando iniciativas programáticas de fabricação e/ou preservação da herança cultural. Nas palavras dele: "[...] o sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória" (Nora 1993: 11). Embora tenhamos diferentes processos de modernização, Nora nos dá uma pista para pensarmos os lugares de memória que emergiram em quantidade no Brasil dos anos de 1980. Em alguma medida, esses lugares pretenderam dar conta, simbolicamente, do desterro que o processo acelerado de perda dos vínculos comunitários havia desencadeado.

No Oeste de Santa Catarina, neste momento, evidenciava-se o seu histórico de segregação social, econômica e cultural que havia atingido populações étnicas como os "caboclos" e os povos indígenas Guarani e Kaingang (Renk 1997; D'Angelis 1995; Marcon 2003). A novidade dos anos 80 do século passado foi a ampliação dos grupos marginalizados. Um contingente significativo de migrantes de ascendência europeia, os quais ocuparam a região a partir de 1920, foram expropriados da terra, especialmente devido à modernização da agricultura, a qual dificultou a continuidade do modelo de produção com base em pequenas propriedades (Poli 2008). As gerações subsequentes já não conseguiam a subsistência no núcleo familiar original e migraram para espaços urbanos ou para outras fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (Poli 2008). Assim, o processo de urbanização e o avanço da mecanização do campo transformaram a paisagem e os modos de vida da população regional (Campos 1987). Com as mudanças nas atividades agrícolas, equipamentos e ferramentas manuais e de tração animal foram sendo substituídos por maquinários e veículos motorizados, gerando um significativo acervo de instrumentos de trabalho que ficaram obsoletos. Assim, instrumentos de trabalho, principalmente agrícolas, objetos arqueológicos, etnográficos e exemplares do mundo natural (animais taxidermizados, amostras de rochas etc.) deram origem a acervos, a partir dos quais foi criada a maioria dos museus da região.

Pode-se dizer que o museu se fez no Oeste de Santa Catarina, nesse período, como um espaço de fronteira, de transição entre mundos, modos de vida e populações que deixavam de existir ou eram forçosamente invisibilizadas na vida, para ganhar um lugar precário de memória em um espaço específico.

Juntamente, o contexto regional de criação de museus acompanhava uma ampla movimentação nacional de valorização da memória. À época, esta mobilização estava vinculada à retórica da perda e refletia um momento de tensão da experiência da modernidade. A explosão das cidades era entendida como "[...] o perigo, o esmagamento das culturas locais e regionais pela cultura urbana, pela cultura de massa típica da modernidade capitalista" (Oliveira 2014: 105). Entre 1975 e 1981, foram criados, em âmbito federal, o Centro Nacional de Referência Cultural – que viria a ser incorporado pelo SPHAN (atual IPHAN) – e a Fundação Nacional Pró-memória. Em 1979, dentro do Ministério da Educação, foi criada a Secretaria de Assuntos Culturais, congregando os organismos de cultura do Ministério, renovando a área nas discussões sobre políticas públicas. Surgiram, neste período, iniciativas de registro de manifestações culturais em risco de extinção e, além disso, a ideia de salvamento e preservação da memória do Brasil para as futuras gerações ganhou adesão (Oliveira 2014).

A partir da segunda metade dos anos de 1980, as discussões sobre memória estiveram articuladas aos debates sobre a democracia brasileira, emergentes da abertura política já nos anos finais da ditadura civil-militar no país. O "movimento pelas diretas já", a partir de 1984, teve ampla participação da classe artística e intelectual, e, nas reivindicações pela democracia, ganhou corpo a ideia de direito à cultura (Ferron & Arruda 2019: 173). Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura. Muito embora essa nova estrutura ministerial tenha sido amplamente criticada, os debates sobre uma política cultural para o país reuniam muitos interessados, principalmente intelectuais

e artistas. O que vimos acontecer, na segunda metade da década de 1980, foi a criação de centros de memória e museus em várias partes do país, tendo impacto também no Oeste de Santa Catarina.

A efervescência cultural vivida neste momento animava as primeiras ações do CEOM, a partir de projeto coordenado pelo professor e sociólogo Santo Rossetto, que surgia com o objetivo de "[...] agenciar o processo de salvaguarda do patrimônio cultural dos municípios da área de abrangência da Fundeste e concretizar a integração entre educação e os valores socioculturais regionais" (Rossetto 1986: 4). O projeto tinha por base a perspectiva da "pesquisa-ação", procurando levar em consideração o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. Com grande ênfase na história oral, pretendia a preservação da "memória viva". A iniciativa tinha a preocupação de salvaguardar o patrimônio regional em sua diversidade, de maneira a embasar futuras pesquisas científicas e a reformulação dos conteúdos escolares. O projeto inicial também previa a articulação entre professores, alunos da Fundeste e agentes culturais dos municípios da região, nascendo, assim, com forte mobilização em torno da preservação da memória (Rossetto 1986).

Desde os primeiros anos de existência, o CEOM consolidou sua atuação no tripé ensino, pesquisa e extensão. Dentre as primeiras iniciativas está a criação de uma linha editorial com foco na narrativa de histórias marginalizadas e invisibilizadas sobre a região de abrangência do Centro, que raramente constavam no currículo escolar regional. Assim, a revista Cadernos do CEOM ocupou essa lacuna, abordando aspectos da história e da memória regional, fundamentais para o reconhecimento e valorização das identidades locais. O primeiro número da revista trazia uma síntese histórica da região e um apanhado de leis de criação dos municípios da área. O segundo número, que mais nos interessa aqui, foi dedicado às populações pré-históricas, cujos vestígios eram abundantemente encontrados na região. Essa primeira publicação do CEOM sobre arqueologia regional foi uma revisão bibliográfica produzida por Ortiz (1988), que reunia os resultados das principais pesquisas até então realizadas e, rapidamente, tornou-se uma referência para estudantes, professores e pesquisadores.

Outra importante iniciativa do Centro foi a oferta de cursos de capacitação e coordenação de equipes para o desdobramento dos projetos de preservação nos municípios do Oeste Catarinense (Rossetto 1986). Com o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina e o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tinha início o mais antigo projeto de ensino, pesquisa e extensão de toda a região Oeste de Santa Catarina. Esse perfil distingue o CEOM de um museu municipal e o aproxima dos museus universitários, característica mantida até os dias atuais.

De 1986 a 1999, o CEOM atuou pontualmente em ações de salvaguarda do patrimônio arqueológico e em atividades de ensino e extensão, principalmente com prefeituras, professores e estudantes, por meio de exposições itinerantes de arqueologia, com oficinas, cursos de especialização, pesquisas históricas municipais, entre outros. Havia o entendimento, no período, da necessidade de formação de profissionais capacitados para o trabalho com o patrimônio cultural. Nesse sentido, o vínculo mais forte do Centro sempre foi com o curso de História da instituição, estando, até os anos 2000, vinculado ao Departamento que reunia as Ciências Humanas e Sociais, sendo seus coordenadores professores a ele vinculados, que dedicavam algumas horas ao Centro de Memória.

O CEOM funcionava, até então, como um importante agente de mediação e difusão do conhecimento sobre a história e a cultura regional, não propriamente como um espaço de salvaguarda de acervos. Foi o recebimento de dois importantes arquivos documentais, em 1998, que mudou radicalmente o perfil do que se configurava como um programa de extensão da Universidade. Os acervos traziam novas exigências estruturais, equipe técnica especializada, espaço físico e uma reordenação dos seus objetivos e suas linhas de trabalho,

transformações que aconteceram a partir do ano de 2000.

O ano de 2000 coincidiu com a possibilidade do CEOM receber os acervos arqueológicos decorrentes do "Projeto de Salvamento Arqueológico Uruguai – Usina Hidrelétrica de Itá", que estava em vias de ser repatriado para a região de origem. Por se tratar de uma área rica e pouco explorada, as pessoas à frente do Centro naquele momento consideraram aquela uma oportunidade única de ver implantado um núcleo dedicado aos estudos arqueológicos e seus desdobramentos na região. Visando atender às novas demandas geradas pelos acervos recebidos, o CEOM passou a se vincular diretamente à Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade e conquistou um pequeno corpo técnico com dedicação exclusiva. Na reestruturação dos objetivos e linhas de trabalho, buscou reafirmar muitos dos valores que se consolidaram em sua história: a pesquisa, preservação e valorização da história regional; a perspectiva da inclusão de todos os grupos étnico-culturais e sociais formadores do território; e as estratégias extensionistas de relação com a comunidade por meio de oficinas, projetos de pesquisa e educativos junto às prefeituras e professores das escolas públicas e difusão científica por meio das publicações.

Assim, na reestruturação do CEOM, duas grandes áreas nucleares foram criadas: o Centro de Documentação e Pesquisa (Cedoc), responsável pelos acervos documentais e a organização das pesquisas históricas, e o Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos (NEEA), dedicado às áreas título. As demais linhas de trabalho criadas neste momento procuraram reunir as ações existentes, conferindo-lhes maior clareza e direcionamento: Programa Patrimônio-Escola-Comunidade; Núcleo de Difusão Cultural e Educação Patrimonial; Divulgação Científica e Cultural; e Biblioteca Setorial. As frentes de trabalho assim configuradas deveriam funcionar partindo, principalmente, das linhas de pesquisa e acervo dos núcleos principais, formando um círculo virtuoso. Era fundamental, neste momento, afirmar o CEOM como um espaço de salvaguarda de acervo, mas resguardar e otimizar a importância da pesquisa e da difusão do conhecimento, suas marcas fundadoras. Isto é importante dizer, justamente por serem essas duas dimensões de um espaço museológico, com maior dificuldade de se estabelecer, principalmente em instituições não vinculadas às grandes universidades. O CEOM nasce com esta vocação e luta bravamente pela sua manutenção no decorrer de sua história.

Em termos de sustentabilidade, o CEOM é mantido pela Unochapecó, que por sua vez, é mantida da Fundeste. O CEOM conta ainda com a parceria da Prefeitura Municipal de Chapecó, que cede o espaço físico para o seu funcionamento. Mas, a maior parte dos recursos para os projetos de pesquisa, extensão, divulgação e difusão do conhecimento advém da captação de recursos junto às instituições e editais de fomento. As parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais são, por sua vez, os mecanismos que têm possibilitado o desenvolvimento das frentes de pesquisa arqueológica e as ações de curadoria e comunicação museológica.

Dito isso, o CEOM se caracteriza como um espaço museológico de acordo com a Lei nº 11.904, de 2009, tendo em vista o desenvolvimento de ações de salvaguarda de acervos, pesquisas e comunicação. Com essa caracterização, traz consigo todos os desafios de uma instituição museológica na contemporaneidade. Como museu, o CEOM preserva um patrimônio da ação inexorável do tempo, finalidade que não se encerra em si mesma. Segundo Cardona (2011), o patrimônio não é para ser simplesmente contemplado, mas sua valorização e interpretação devem contribuir para incrementar o saber dos cidadãos, aumentar seu conhecimento e pensamento crítico sobre a sociedade.

A concepção de museu e de seu papel social tem sido objeto de intensos debates entre profissionais de diferentes áreas de conhecimento. A necessidade das instituições museológicas assumirem o protagonismo frente às demandas sociais, como agentes de promoção e consolidação da cidadania, é condição para a

sua continuidade na atualidade. Mais do que informação, é imperativo que o museu atue ativamente como agente formador humanista, para o exercício da cidadania, tendo como ponto de partida a relação entre o patrimônio salvaguardado, a pesquisa e a educação. Nessa perspectiva, a função social dos museus passa, obrigatoriamente, pela construção de referenciais inclusivos, críticos e com foco no protagonismo das diferentes culturas.

Sampaio e Mendonça realizam uma reflexão aprofundada do assunto e apontam a relação indissociável entre museus, patrimônio e cidadania, afirmando que "[...] o campo do patrimônio, hoje, entende como sua função a valorização da diversidade cultural e seu compromisso com a garantia dos direitos culturais" (Sampaio & Mendonça 2018: 17). Mais que compreender o patrimônio enquanto objeto de mediação cultural, tal concepção de museu implica reconhecê-lo como parte indissociável da vivência da comunidade que o preserva – e, por isso mesmo, passível de conflitos, refletindo o processo dialético sobre o qual se constitui a vida. Assumir o papel do museu sob essa perspectiva nos aproxima também da museologia social e, nesse contexto, "[...] o acervo de um museu é composto pelos problemas e questões da comunidade que lhe dá vida" (Chagas & Pires 2018: 13).

Nesse sentido, a configuração dos acervos do CEOM são fontes inesgotáveis para pesquisas envolvendo questões sobre os processos constitutivos do território regional, e as suas ações mobilizam sentimentos que refletem a historicidade difícil de uma região conflituosa, porém rica em sua diversidade. A perspectiva inclusiva que começou anteriormente, no início da formação do Centro de Memória, permanece: a memória é um campo minado que precisa ser mexido e remexido para que novas relações sejam possíveis. A afirmação do lugar social de atuação faz do CEOM um espaço sempre preocupado com os problemas fundadores do atual contexto regional. É sob a lupa do presente que produzimos as perguntas mais relevantes sobre o passado do Oeste Catarinense. Um acervo de diferentes tipologias e os diferentes tipos de atuação do Centro têm contribuído para a formulação de algumas das respostas.

Assim, a questão que sobressai ainda hoje é: "como contribuir, a partir dos processos de salvaguarda de acervos regionais, para descolonizar o pensamento sobre as culturas locais?". Numa região como o sul do Brasil, onde a narrativa da ascendência europeia (e de uma nacionalidade europeia imaginária) opera como propaganda oficial, as influências da colonização do pensamento sobre o entendimento do que é patrimônio cultural impactam diretamente na percepção da comunidade sobre a própria história e os seus vestígios. Para parte desta comunidade, a "ilusão colonialista" implica numa negativa sistemática de tudo que se afaste do imaginário europeu, por exemplo, a cultura dos grupos "não europeizados", incluindo aqui os vestígios arqueológicos pré-coloniais. Para outra parte, a dos grupos marginalizados, a "ilusão colonialista" predominante pela força, implica na invisibilidade e no apagamento de suas histórias.

O CEOM e os bens arqueológicos

O processo de repatriamento do Acervo Marilandi Goulart[7] foi o impulso necessário para a institucionalização de um setor de arqueologia no CEOM. Esses primeiros movimentos ocorreram entre os anos de 2000 e 2001, quando foi realizado o Curso de Especialização *Lato Sensu* "Processos Interdisciplinares em Arqueologia", ofertado pela Uri/Campus de Erechim. Seu objetivo era

7 Marilandi Goulart obteve o título de doutora em 1982, sob a orientação da professora Luciana Pallestrini, na Universidade de São Paulo (USP). O título de sua tese foi: "Novas perspectivas de análise cerâmica em pré-história brasileira". Como profissional, ganhou destaque sua atuação como docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Por meio dessa instituição, entre 1980 e 1997, coordenou os projetos: "Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai (PSAU)" e "Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai: Usina Hidrelétrica de Itá (PSAU-UHE Itá)". Uma vez finalizados, os dados resultantes foram reunidos sob a denominação de "Acervo Marilandi Goulart", com a portaria do IPHAN nº 218/2002 (Carbonera 2008: 53).

formar um grupo de profissionais[8] que, ao final, pudesse trabalhar com o acervo arqueológico formado por Marilandi Goulart com base nas pesquisas realizadas na bacia do alto rio Uruguai, ao longo das décadas de 1980 e 1990. O curso formou recursos humanos numa região carente de profissionais especializados em Arqueologia e colocou esse patrimônio em pauta, trazendo, assim, novas perspectivas de que esses bens deixariam de ser considerados "uma velharia inútil" pela comunidade e pudessem ser reconhecidos como patrimônio caro à população local.

Como dito anteriormente, os acervos documentais e arqueológicos exigiram do CEOM, naquele momento, tanto uma reestruturação conceitual como uma reestruturação do espaço físico[9]. Entre os anos de 2000 e 2003, paralelamente à ocorrência do curso de especialização, três ações no CEOM foram fundamentais: (1) criação de novos cargos técnicos na estrutura funcional (foram criados quatro novos cargos, dentre eles: técnico em arqueologia e educador patrimonial[10]); (2) definição do novo espaço físico, mais amplo e adequado para alocar o centro[11]; e (3) captação de recursos. Uma verba foi obtida por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao IPHAN/SC. Esse recurso proporcionou o projeto arquitetônico e a execução para a implantação do CEOM no novo espaço. No mesmo período, foi aprovado um projeto junto à Fundação *Vitae*, que possibilitou a contratação de duas consultorias: uma para a área arqueológica e outra para a área museológica[12]. Os recursos também subsidiaram a aquisição de mobiliários e equipamentos para os escritórios, laboratórios, reservas técnicas, biblioteca, área expositiva e auditório multiuso, espaços que compunham a nova configuração do CEOM.

Em 2004, ocorreu a mudança para a atual sede, onde são desenvolvidas as atividades de pesquisa, curadoria e salvaguarda de acervos e ações educativas. Nesse período inicial, as principais atividades ligadas ao acervo arqueológico estavam baseadas em ações educativas a partir de uma exposição de longa duração, aulas temáticas e visitas guiadas. As atividades de pesquisa e laboratoriais se centravam na organização de pequenas coleções de arqueologia já sob a guarda do CEOM, mas a equipe tinha em vista uma atuação mais incisiva de salvaguarda de acervos oriundos de projetos de arqueologia vinculados ao licenciamento ambiental. O objetivo principal era consolidar a área por meio de pesquisas acadêmicas de longa duração e manter os acervos na região de origem em conformidade com portaria do IPHAN 230/2002.

Avanços, desafios e perspectivas contemporâneas

O patrimônio arqueológico: curadoria, produção e difusão do conhecimento

As atividades em torno do patrimônio arqueológico desenvolvidas atualmente pelo CEOM giram em torno de três eixos principais: (1) realização de projetos de pesquisas de longa duração; (2) curadoria e salvaguarda de coleções

8 Em sua primeira edição, o curso formou dez alunos: cinco catarinenses e cinco gaúchos.

9 Nessa época, o Centro ocupava um espaço alugado no centro da cidade de Chapecó, porém não tinha estrutura física adequada para receber o acervo arqueológico.

10 Ao longo da década de 2000, o CEOM teve um aumento significativo no quadro funcional, sendo criadas novas vagas, as quais possibilitaram uma maior especialização das funções: um cargo de coordenador, dois auxiliares administrativos, uma educadora patrimonial, uma técnica em arqueologia e um documentalista, um técnico em pesquisa. Além desse quadro fixo, chegou a ter, em algumas ocasiões, até 15 vagas de estágio não obrigatório remunerado. Nesse novo espaço, o Centro sempre contou com serviço especializado/terceirizado de limpeza e segurança.

11 Após algumas tentativas, chegou-se ao segundo andar do terminal rodoviário municipal de Chapecó, que se encontrava praticamente ocioso à época. Uma área de 1.112 m² foi cedida através de convênio estabelecido entre a Universidade e a Prefeitura Municipal de Chapecó.

12 Estiveram vinculados, como assessores na implantação do núcleo de arqueologia, a professora doutora Maria Cristina Bruno (USP) e o professor doutor Saul Eduardo Seiguer Milder (UFSM) (*in memorian*).

arqueológicas; e (3) difusão do conhecimento produzido para a comunidade científica e o grande público. Nesta seção, discutiremos os principais resultados em relação aos dois primeiros aspectos.

O contexto – de Chapecó e, de forma mais ampla, do Oeste catarinense – como dito anteriormente, apresenta um patrimônio arqueológico bastante rico, com dezenas de sítios pré-coloniais registrados. Os vestígios encontrados nestes sítios são testemunhos de grupos antigos de caçadores-coletores que remontam há mais de 11 mil anos e dos ceramistas Guarani e Jê do Brasil Meridional, que passaram a ocupar a região a partir do Holoceno Tardio. O Núcleo de Arqueologia implantado no CEOM possibilitou ampliar os estudos realizados, tanto em quantidade como em qualidade e tem contribuído com novos dados sobre o passado pré-colonial da região.

Antes da implantação do setor de arqueologia e mesmo em seus primeiros anos, era um desafio produzir conhecimento sobre a cultura material arqueológica. A existência de tantos sítios em contraponto à pequena exploração científica gerava grande inquietação. Nesse sentido, um dos primeiros desafios para o CEOM foi a formação da equipe diante do isolamento "acadêmico-geográfico" no qual nos encontrávamos. A partir disso, começamos a participar de encontros científicos, cursos, estabelecer contatos e buscar formação acadêmica em nível de mestrado e doutorado.

Durante os primeiros anos da implantação do Núcleo de Arqueologia, as atividades de campo consistiam basicamente em visitas a sítios e na participação, por meio de parcerias, em pesquisas de empresas de arqueologia em projetos de licenciamento ambiental. Essas parcerias foram fundamentais para a capacitação da equipe, ampliação do acervo e a inserção do patrimônio arqueológico nos cursos de graduação, sobretudo para discentes dos cursos em História e Geografia mantidos naquele período na Unochapecó. Tais ações contribuíram para democratizar o acesso aos resultados das pesquisas de campo e abriram novas oportunidades profissionais aos estudantes. Infelizmente, hoje, a Universidade não conta mais com esses cursos de graduação. Assim, para o envolvimento de estudantes nas atividades de pesquisa e gestão do patrimônio arqueológico, foi estabelecida uma parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó. É através dessa parceria que estudantes do curso de graduação em História podem desenvolver estágio não obrigatório remunerado no CEOM, o que contribui para a formação discente e garante o auxílio nas atividades com os acervos.

A produção de conhecimento sobre os paleoambientes e antigas sociedades que habitaram o Oeste catarinense tem sido uma das maiores conquistas do CEOM. Foi um longo período até o fortalecimento das pesquisas e estas somente foram possíveis em virtude das parcerias e dos convênios internacionais estabelecidos a partir de 2013, que se estendem até o momento. O primeiro convênio foi firmado com o Instituto Nacional de Antropologia e Pensamento Latino Americano (INAPL), vinculado ao Ministério da Cultura da Argentina, cujo objetivo é estudar sítios e coleções do Oeste e Planalto catarinense e da província de Misiones. O segundo convênio, iniciado em 2013, foi com o *Muséum National d'Histoire Naturelle* (MNHN), da França. Financiado pelo Ministério das Relações Exteriores deste país, objetiva entender as antigas ocupações da passagem Pleistoceno-Holoceno no alto rio Uruguai. Com a Universidade de Bolonha, foi estabelecido convênio de cooperação acadêmica para o estudo do DNA, dieta e mobilidade das populações humanas na Bacia do Prata (parceria que integra também pesquisadores da Argentina). Além destes, também foi estabelecido convênio com o Instituto Politécnico de Tomar, para ações pontuais de intercâmbio e pesquisa. Os convênios, além dos organismos operativos, agregam parcerias com outras instituições. A colaboração tem garantido a continuidade, o aumento e a qualidade das ações de pesquisa em projetos de longa duração. De fato, para o CEOM, essas parcerias representam um grande avanço e têm contribuído para consolidar a pesquisa científica e a produção de conhecimento sobre as antigas sociedades e os paleoambientes (**Figs. 2** e **3**).

Fig. 2. Atividades de pesquisa de campo em projetos cooperação internacional. A) Escavação de sítio Jê em Painel/SC. B) Realização de imagens de drone, sítio SC-CL-26 I, Lages/SC. C) Escavação de urna funerária Guarani, sítio RS-URG-01, setor 4, Alpestre/RS. D) Escavação sítio ACH-LP-07, setor 1, Águas de Chapecó/SC.

Fonte: A e B, projeto Abams[13], C e D, projeto Poparu[14]. Elaborada pelos autores (2021).

Fig. 3. Laboratório e reserva técnica. A) Inventário de coleções. B) Restauro de urna cerâmica Guarani. C) Vista da reserva técnica.

Fonte: CEOM/Unochapecó. Elaborada pelos autores (2021).

13 Arqueologia da Floresta Atlântica Meridional Sul Americana, desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Antropologia e Pensamento Latino-Americano/Argentina. Atualmente esse projeto integra o ASSA Program. Um resumo dos resultados pode ser visualizado em: https://www.assaprogram.com/

14 Povoamentos Pré-históricos do alto rio Uruguai, realizado em parceria com o *Muséum National d'Histoire Naturelle* (MNHN).

Com a criação do Núcleo de Arqueologia, o CEOM passou a salvaguardar acervos resultantes de projetos de arqueologia vinculados ao licenciamento ambiental. Essa ação é desafiadora por não haver uma política clara a respeito dos endossos institucionais, ao menos entre as instituições catarinenses. Tal obscuridade dificulta a relação com os empreendedores, que muitas vezes não entendem a importância desses bens e a necessidade dos respectivos endossos para a curadoria dos acervos. Outra dificuldade é o fato de que nem sempre as empresas de arqueologia entregam os resultados dos projetos de licenciamento de acordo com o que é estabelecido pelos protocolos institucionais.

O CEOM, de 2016 até o momento, é uma das poucas instituições que emitem endosso institucional para projetos de arqueologia desenvolvidos em estudos de licenciamento ambiental, situados no Oeste e Planalto catarinense. Tradicionalmente, a opção do Centro era apoiar projetos da região Oeste ou proximidades, mas, nos últimos tempos, foi necessário fazer concessões a projetos do Planalto e, inclusive, em alguns poucos casos, do litoral. Não temos dúvida sobre a importância desses bens estarem salvaguardados em suas regiões de origem, porém são poucas as instituições que dispõem de espaço físico para receber os acervos, devido ao seu volume (**Figs. 4** e **5**).

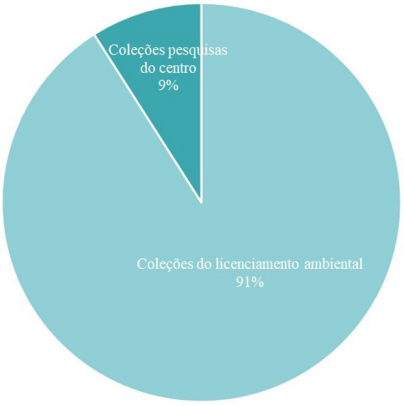


Fig. 4. Número de caixas por coleções, resultado de projetos de arqueologia vinculados ao licenciamento ambiental e coleções formadas por meio de pesquisas desenvolvidas pelo CEOM e/ou doações. As caixas contabilizadas são do modelo marfinite, tamanho 1012.

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

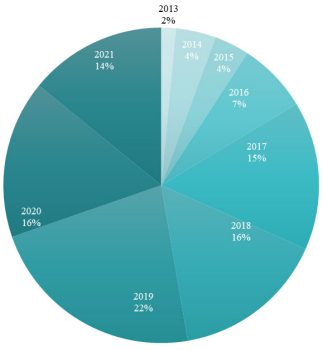


Fig. 5. Número de endossos emitidos entre 2013 e 2021.
Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Nos últimos nove anos, houve um crescimento expressivo no número de endossos, o que refletiu na quantidade total do acervo (**Figs. 4 e 5**). Se compararmos esses nove anos, podemos observar que, de 2013 até 2016, os endossos somados representavam 16,60% e, de 2017 até 2021, são 83,40%. Diante destes números, cabe ressaltarmos a responsabilidade assumida com a salvaguarda e a gestão dessas coleções, já que o volume de documentos gerados é considerável. Por outro lado, os recursos, ainda que limitados, advindos com os endossos, são importantes para sustentabilidade do CEOM, tendo em vista o período de crise financeira vivenciado pelas instituições universitárias de caráter comunitário (Poli 2020), que foi agravado ainda mais com a pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021.

A contribuição social, comunicação museológica e as ações educativas

Mais que um edifício e um acervo, o museu precisa dialogar com o público[15]. De forma orgânica, o CEOM vem constituindo, a partir de sua atuação e das parcerias estabelecidas, o que afirma Rivière (1989) como "pilar das instituições museológicas": a pesquisa como ponto central, a partir do qual se estruturam as demais frentes de trabalho e, mais ainda, a pesquisa em parceria com outras instituições, a fim de qualificar e potencializar sua atuação[16]. Segundo Rivière (1985), os museus funcionam como laboratórios, espaços de experimentação e formação e como espelhos da comunidade, representando a expressão de sua memória[17]. Tal perspectiva encontra respaldo teórico também no pensamento de Bolaños (2002) e em sua compreensão dos museus como espaços da memória coletiva capazes de promover o debate entre identidade e alteridade. Por fim, entendemos, a exemplo do diretor argentino do *Museo Taller Ferrowhite*, Nicolás Testoni, que aos museus compete "[...] intervir criticamente na definição do nosso tempo e problematizar o passado e, por sua vez, lançar olhares para o futuro [...]" (Zacharias 2015). Tal proposta representa um desafio ao trabalho desenvolvido pelo CEOM, é verdade, mas se trata do desafio que é ponto de partida para todas as ações desenvolvidas pelo Centro, além de ser o objetivo final de cada projeto de pesquisa realizado.

Essas definições contribuem para a reflexão de questões contemporâneas sobre museus e patrimônio no Oeste catarinense, referindo-se à memória material das populações pré-coloniais e à falta de conexão identitária da comunidade atual com esses bens[18]. Nesse sentido, comunicar

15 Partimos, neste artigo, da definição proposta pelo grupo de trabalho Terminologia da Museologia, publicada em 2010, segundo a qual o museu significa tanto a instituição quanto o espaço físico em que se dá "[...] a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do homem e do seu meio" (Desvallées & Mairesse 2013: 64). Também nos valemos da definição de museus proposta pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), que, em sua versão mais recente, datada de 2007, afirma: "[...] o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite" (ICOM 2009).

16 Alusão ao capítulo denominado *Recherche* da obra *La museologie* (Rivière 1989: 169).

17 É importante salientar que, nesta definição, Rivière se refere aos ecomuseus. Embora o CEOM tenha características híbridas, compreendemos estas como representativas da ação do museu pela metodologia de trabalho que adotamos, compreendendo a tríade "acervo, pesquisa e comunicação com a comunidade".

18 Esse contexto contemporâneo resulta do processo de colonização empreendido a partir de 1920, no Oeste Catarinense, segundo Renk (2004: 29): "O projeto colonizador, à medida que privilegiava e enaltecia o campesinato de origem [italianos e alemães], excluía os brasileiros e índios localizados na área, pela falta de vocação agrícola, pela falta de consciência de posse, pela ausência de acumulação de capital econômico para compra da terra, por serem diferentes. Enfim, arrolavam um conjunto de indicativos que justificavam a expropriação dessas populações". Esse modelo de ocupação do espaço desencadeou transformações e ressaltou diferenças históricas e culturais entre os grupos humanos que eram ocupantes milenares ou seculares da região e os colonizadores de descendência europeia. Por isso, para boa parte da atual população regional, questões como identidade e memória ainda estão fortemente vinculadas às colônias de origem, em geral do Rio Grande do Sul, ou a um referencial europeu idealizado (Carbonera, Onghero & Argenta 2013).

o acervo e promover conexões entre os bens salvaguardados e a comunidade são atividades fins dessas instituições, especialmente considerando o papel reificador do museu. Em outras palavras, salvaguardar um acervo num museu significa dizer que esse acervo é patrimônio, porque o museu funciona como um validador do que é ou não digno de ser preservado. Na opinião de Le Goff:

> *O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores* (1990: 535, grifo nosso).

Uma das experiências mais significativas nesse processo de aproximar a comunidade do seu patrimônio de forma inclusiva e participativa é a experiência com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), cuja presença e atuação são bastante amplas em termos de ação política e de resistência social no Oeste catarinense. Inicialmente, os integrantes do Movimento, especialmente dos municípios catarinenses de Itapiranga e Mondaí, eram bastante resistentes às pesquisas arqueológicas, pois temiam que elas contribuíssem para o processo de instalação de barragens. Em 2019, depois de quase 20 anos de tratativas, foi possível sensibilizar uma célula de lideranças do Movimento. A partir de então, a equipe do CEOM tem contado com seu apoio para a realização de diferentes ações na região. Nossa equipe visita as propriedades sempre que surge uma novidade arqueológica e, como devolutiva, temos feito a entrega de livros, relatórios e materiais didáticos para que a comunidade acompanhe o que está sendo produzido. São promovidas palestras, conversas e reuniões com estudantes de escolas locais, lideranças e os integrantes do movimento, a fim de comunicar o andamento das pesquisas. Outra ação realizada ocorreu em novembro de 2020, quando o CEOM lançou, no Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller, situado no município de Itapiranga, a exposição temporária "Os Guarani do Alto Rio Uruguai" com o objetivo de democratizar o acesso da comunidade local a dois importantes conjuntos de artefatos escavados neste município, em 2019 (**Fig. 6**). Trata-se de vasilhames Guarani pré-coloniais que, após serem tratados e restaurados, foram expostos no museu local. Essa iniciativa oportunizou a relação da comunidade com o trabalho realizado e os resultados obtidos, aproximando os moradores locais de seu patrimônio.

Fig. 6. A) Escavação de estrutura funerária Guarani no sítio Tarcísio Ternus, de Itapiranga/SC. B) Processo de restauração das urnas no laboratório do CEOM/Unochapecó. C e D) Exposição das peças restauradas no Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller, à esquerda de (C), Sr. Tarcísio Ternus.

Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó. Elaborada pelos autores (2021).

Outro problema enfrentado diz respeito à crença popular, bastante frequente nas comunidades da região, de que os vestígios arqueológicos seriam indicadores para demarcação de territórios indígenas de grupos contemporâneos. Esse fato ilustra não apenas o tamanho do desafio das ações educativas no âmbito da arqueologia, mas também a necessidade de que sejam contínuas, a fim de construir narrativas inclusivas e acolhedoras para com a memória das populações indígenas e suas evidências materiais, especialmente considerando que o desconhecimento e os temores advindos do patrimônio arqueológico se traduzem em destruição de sítios e peças, na venda de bens e na restrição às pesquisas.

Em primeira instância, os trabalhos educativos têm sido a principal estratégia de sensibilização dos moradores locais, contribuindo para a continuidade das pesquisas e para a garantia de acesso aos acervos para a realização de novos trabalhos. As atividades educativas propõem uma revisão nas concepções arraigadas e preconceituosas que a comunidade atual mantém em relação às sociedades indígenas pretéritas e contemporâneas, possibilitando a valorização e a preservação desse patrimônio. Para isso, temos realizado: exposições temporárias, itinerantes e de longa duração; visitas mediadas na sede do CEOM e em escavações; produção e distribuição de material educativo, como folders, história em quadrinhos, cartilhas, audiovisual, palestras, oficinas e cursos de formação para diferentes públicos, tudo com acesso gratuito (**Fig. 7**). No entanto, em situações extremas, como ameaças, restrição de acesso aos sítios arqueológicos e na investigação de destruição de bens, contamos também com a intervenção do Ministério Público Federal. Essas situações são raras e as entendemos como indicativos da necessidade de fortalecer ainda mais as ações educativas.

Fig. 7. Exemplos de atividades de comunicação realizadas. A, B e C) Exposição e material didático resultado do projeto "Comunicação do patrimônio arqueológico pré-colonial do oeste catarinense". D, E e F) Exposição e história em quadrinhos, resultado do projeto "Povoamentos pré-históricos do Alto Rio Uruguai (SC): pesquisa e difusão do patrimônio arqueológico"[19]. G) Audiovisual "As pistas que revelam o passado: vamos falar de arqueologia"[20]. H) Visita mediada em escavação arqueológica. I) Entrega de material didático em atividades pesquisa de campo. J) Difusão das ações para a mídia estadual.
Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

19 Projeto aprovado no Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura da Fundação Catarinense de Cultura, Governo do Estado de Santa Catarina, na Edição de 2014.

20 O audiovisual foi desenvolvido por meio do projeto 'Vestígios de um passado presente: pesquisa e valorização do patrimônio arqueológico do oeste e extremo oeste catarinense', aprovado no Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura da Fundação Catarinense de Cultura, Governo do Estado de Santa Catarina, na Edição de 2017.

O descompasso entre o que é produzido em termos de pesquisa e o que chega efetivamente ao público sempre foi grande no Brasil. Entretanto, nota-se, aos poucos, que essa realidade vem se modificando. Projetos de educação patrimonial estão na pauta da legislação brasileira, especialmente nas últimas duas décadas, assim como as políticas públicas culturais têm favorecido a mudança do cenário com a oferta de diferentes editais, muito embora seja necessário considerar o violento retrocesso nos últimos anos, tanto na legislação quanto nas práticas e nas políticas públicas de preservação, valorização e difusão do patrimônio. O projeto "Comunicação do patrimônio arqueológico pré-colonial do oeste catarinense", aprovado no Edital Prêmio Modernização de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC), Edição 2012, possibilitou ao CEOM produzir uma exposição de longa duração, material didático para professores e alunos e oficinas de formação para professores e alunos da região. Já o projeto "Povoamentos pré-históricos do Alto Rio Uruguai (SC): pesquisa e difusão do patrimônio arqueológico", aprovado no Edital Prêmio Elisabete Anderle, da Fundação Catarinense de Cultura, em 2014, possibilitou desenvolver atividades de pesquisa e difusão, como: elaboração de materiais e oficinas didáticas associadas a uma exposição itinerante exibida nos municípios onde o CEOM desenvolve atividades de pesquisa. Ainda no aspecto de comunicação e inserção social, ao longo dessas três décadas foram produzidos livros, capítulos, artigos e edições da Revista Cadernos do CEOM, com temas como: arqueologia, patrimônio, ação educativa, museus e comunicação. Intentamos, assim, alcançar o objetivo da ação educativa na perspectiva de Grispum, oportunizando à comunidade a apreensão de estratégias de interpretação e de ressignificação dos seus saberes, a fim de produzir novos sentidos, em consonância com o "exercício da cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios, material e imaterial, com excelência e igualdade" (Grispum 2000: 30). Dessa forma, procuramos contribuir para a prática de descolonizar o olhar sobre o patrimônio cultural regional, expresso nos vestígios materiais que salvaguardamos. Assim, respondemos à questão proposta no início deste texto, cientes de que as respostas também são processuais e demandam ação contínua, tal qual o processo de ação educativa.

Considerações finais

Para falar das ações desenvolvidas pelo CEOM no tocante ao patrimônio arqueológico, contextualizamos os últimos 40 anos, buscando articular nossas ações com as dinâmicas das políticas públicas no campo cultural. A preocupação com o patrimônio arqueológico foi um dos motivos da criação do CEOM, este que, ao longo dessas quase quatro décadas de atuação, tem conseguido consolidar a pesquisa, a salvaguarda e a comunicação desses bens. As parcerias com instituições nacionais e internacionais e a articulação a outras instituições de pesquisa contribui para o trabalho em rede, tão importante para a compreensão do contexto arqueológico. Ao longo desse período, sempre houve muitos desafios, desde manter e ampliar uma equipe especializada, garantir recursos para as diferentes ações e, principalmente, consolidar uma estrutura física própria, até a consolidação e manutenção de ações preservação, pesquisa e comunicação de maneira articulada. Um grande passo foi dado em 2015, quando foi protocolado, no então Ministério da Cultura, o projeto para a construção duma nova sede. Esse projeto foi aprovado em 2018, mas com a crise política e financeira instalada desde então, não foi possível avançar na captação de recursos para sua execução. Em 2021, a mantenedora fez a opção de re-estruturar um espaço físico já existente ao invés de construir uma edificação específica. Sendo assim, o Centro terá novo endereço a partir de 2023, dentro do *campus* da Unochapecó. O CEOM, para garantir suas ações, continua concorrendo a editais e prêmios mantidos pela prefeitura Municipal de Chapecó e pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Isto tem contribuído, sobremaneira, para a

realização de atividades de conservação dos acervos, produção e publicação de materiais didáticos, de equipamentos, entre outros.

Após mais de três décadas de atuação, o CEOM permanece acolhendo as demandas pela transformação da realidade e oferecendo opções, alternativas e conhecimentos à comunidade. Como nos lembra Rivière (1985), os museus funcionam como espelhos da sociedade e, assim como a própria comunidade, estão em contínuo processo de transformação, acompanhando o tempo em que existem. Os desafios que experimentamos refletem a realidade da região em que vivemos, com suas singularidades, riquezas, esquecimentos e apagamentos. Por isso, salvaguardar o patrimônio dessa região significa não apenas uma opção política, mas também contribuir para uma história mais inclusiva e respeitosa sobre os diversos povos que compõem o Oeste catarinense.

Agradecimentos

À Unochapecó; ao prêmio Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, Fundação Catarinense de Cultura do Estado de Santa Catarina, edições 2014, 2017 e 2019; ao Edital Linguagens da Prefeitura Municipal de Chapecó; ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Interfaces between Archeology, Museology and Education: the CEOM/Unochapecó experience regarding the archaeological heritage of Western Santa Catarina

Abstract: This paper outlines the academic trajectory of the Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) – an institution focused on research, conservation and dissemination of regional archaeological heritage, created and maintained by the Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), located in the city of Chapecó, Santa Catarina, Brazil. Beginning with the history of CEOM's activities, from its creation in the 1980s into the present, the text highlights the consolidation of its Archaeological Research Center and Educational Sector; addresses the expansion of research, communication and education activities; and emphasizes the importance of alliances and a specialized and diversified team to meet its goals. Data were collected from official documents and projects carried out throughout its three decades of operation. The search for economic resources to carry out and maintain the research activities, documentation, conservation and dissemination of the collections, and the adaptation of a physical space to develop such activities were the main challenges found. Conversely, the analysis highlighted the importance of institutions such as the CEOM, which maintain systematic activities considered a benchmark in the preservation of cultural assets. In conclusion, the research, curation and dissemination of archaeological heritage are inseparable and require continuity, community collaboration and association between different agents and institutions for their effective consolidation.

Keywords: Museum; Archaeological heritage; Museological communication; Curatorship; Museology.

Referências Bibliográficas

Beschoren, M. 1989 [1889]. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul: do original "Beiträge... (1875-1887)*. Martins Livreiro, Porto Alegre.

Bolaños, M.A. 2002. *La memoria del mundo: cien años de museologia 1900-2000*. Ediciones Trea, Gijón (ES).

Campos, I. 1987. *Os colonos do rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

Carbonera, M. 2006. Assim se fazia arqueologia: entrevista com o arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz. *Cadernos do CEOM*, 19: 372-393.

Carbonera, M. 2008. *A tradição Tupiguarani no Alto Uruguai*: estudando o "Acervo Marilandi Goulart". Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

Carbonera, M. 2011. As pesquisas arqueológicas entre o final do século XX e o início do século XXI. In: Carbonera, M.; Schmitz, P.I. (Orgs.). *Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Argos, Chapecó, 17-45.

Carbonera, M; Pansera, E.A. 2015. Histórias da pré-história: educação patrimonial entre os vales dos rios Chapecó e Irani. In: Maraschin, M.L.M.; Camargo, C.D.S. (Orgs.). *Extensão Universitária: reflexões acadêmicas*. Argos, Chapecó, 149-159.

Carbonera, M.; Onghero, A.L.; Argenta, D. 2013. O Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina e o trabalho com o patrimônio arqueológico: possibilidades e desafios. *Cadernos do CEOM*, 26: 117-130.

Carbonera, M.; Onghero, A.L.; Salini, A.M; *et al.* 2017. O trabalho com os bens culturais: a atuação do CEOM/Unochapecó no Oeste Catarinense. In: Paim, E.A.; Guimarães, M.D.F. (Org.). *Educar em tempos e espaços que se cruzam (ruas, escolas, museus e arquivos)*. NUP, CED/ UFSC, Florianópolis, 155-168.

Carbonera, M.; Bertoncello, A.; Onghero, A.L. *et al.* 2018. O patrimônio arqueológico em diálogo com a educação básica: projetos educativos do CEOM/Unochapecó no Oeste Catarinense. In: Campos, J.B.; Rodrigues, M.H.D.S.G.; Santos, M.C.P. (Orgs.). *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: educação contextualizada – arqueologia e diversidade (volume III)*. Ediunesc, Criciúma, 95-113.

Carbonera, M.; Lourdeau, A.; Santos, M.C.P. 2017. *Missão franco-brasileira Povoamentos pré-históricos do alto rio Uruguai* (Relatório científico parcial 4/2017). Processo Nº 01510.000926/2013-31, Chapecó. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564. Acesso em: 15/04/2021.

Carbonera, M.; Onghero, A.L. 2020. *A Fundeste e o ensino superior no Oeste Catarinense: 50 anos de história*. Argos, Chapecó.

Carbonera, M.; Loponte, D. *Building databases for the generation of archaeological landscapes models*. *No prelo*.

Carbonera, M.; Loponte, D. 2015. Promovendo a gestão e a difusão do patrimônio arqueológico: as primeiras ações do projeto binacional Arqueologia da Floresta Atlântica Meridional Sul Americana. In: Funari, P.P.A.; Campos, J.B.; Rodrigues, M.H.D.S.G. (Orgs.). *Arqueologia pública e patrimônio: questões atuais*. Ediunesc, Criciúma, 313-326.

Cardona, F.X.H. 2011. Museografía didáctica. In: Mestre, J.S.; Antolí, N.S. (Coords.). *Museografía didáctica*. Ariel, Barcelona (ES), 23-61.

CNEC; Eletrosul. 1990. *Relatório de impacto ambiental*: *usina hidrelétrica Itá*. [*S. l.*]: CNEC; Eletrosul.

Eletrosul; CNEC. 1978. *Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai: Estudo de Inventário Hidroenergético*. Eletrosul, Florianópolis.

Chagas, M.S.; Pires, V.S. 2018. *Território, museus e sociedades: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade*. Unirio; Ibram, Rio de Janeiro; Brasília, DF.

D'Angelis, W.D.R. 1995. Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM*, 9, 141-220.

Desvallées, A.; Mairesse, F. 2013. *Conceitos-chave de Museologia*. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo.

Ferron, F.M.; Arruda, M.A.D.N. 2019. Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil. *Tempo Social*, 31, 173-193.

Goulart, M. 1987. *A Pré-História da Volta do Uvá-SC/RS: Barragem Itá*. UFSC; Eletrosul, Florianópolis.

Goulart, M. 1988. *Síntese da situação atual das pesquisas: Barragem de Itá – SC/RS*. UFSC; Eletrosul, Florianópolis.

Goulart, M. 1995. *Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai*: *cadastro de sítios arqueológicos, Volume I*. Univali, Itajaí.

Goulart, M. 1997. Introdução. In: *Projeto Salvamento Arqueológico do Uruguai, Volume I*. Univali, Itajaí.

Grinspum, D. 2000. *Educação para o Patrimônio: Museu de arte e escola – responsabilidade compartilhada na formação de públicos*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

ICOM. 2009. *Código de Ética*. Disponível em: https://bit.ly/3TonX2D. Acesso em: 15/01/2017.

Le Goff, J. 1990. *História e memória*. Editora da Unicamp, Campinas.

Loponte, D.; Carbonera, M. 2013. Arqueologia sem fronteiras: projeto de cooperação binacional para o estudo arqueológico da província de Misiones (Argentina) e oeste de Santa Catarina (Brasil). *Revista Memorare*, Volume 1, p. 43-49.

Marcon, T. 2003. *Memória, História e Cultura*. Argos, Chapecó.

Museu de Ciência e Tecnologia. 2001. *Salvamento Arqueológico em áreas do futuro reservatório da UHE Machadinho (Fase III)* (Relatório Técnico). PUCRS, Porto Alegre.

Nora, P. 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28.

Oliveira, J. R.; Carbonera, M. 2002. Entre política pública e universitária: 20 anos de IPHAN e CEOM em Santa Catarina. *Revista de Arqueologia*, 2(1), 85-98.

Oliveira, L.L. 2014. A cultura como campo de inovações organizacionais. *Interseções*, 16, 90-110.

Onghero, A.L.; Carbonera, M.; Salini, A.M.; *et al*. 2018. Pesquisa, salvaguarda e comunicação do patrimônio cultural: três décadas de atuação do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. In: Rodrigues, L.B.S.; Caovilla, M.A.L. (Orgs.). *A Extensão e a Pesquisa: um caminho de mão dupla entre comunidade e universidade*. Argos, Chapecó, 53-74.

Ortiz, H.B.D. 1989. Síntese Pré-histórica do oeste catarinense. *Cadernos do CEOM*, 2, 18-72.

Paim, E.A. 2004. CEOM: 20 anos de memórias de um centro de memória. *Cadernos do CEOM*, 19, 18-35.

Piazza, W. 1969. Notícia Arqueológica do Vale do Uruguai. *Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 10, 55-74.

Piazza, W. 1971. Dados Complementares à Arqueologia do Vale do Rio Uruguai. *Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 15, 71-86.

Poli, O.L. 2008. *Leituras em Movimentos Sociais*. Argos, Chapecó.

Poli, O.L. 2020. As comunitárias em tempos de incertezas: apontamentos sobre as possibilidades de futuro das instituições comunitárias. In: Carbonera, M.; Onghero, A. (Orgs). *A Fundeste e o ensino superior no oeste catarinense: 50 anos de história*. Argos, Chapecó, 113-132.

Reis, M.J. 2007. *A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense*. Habilis, Erechim.

Renk, A. 1997. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense*. Grifos, Chapecó.

Renk, A. 2004. *Narrativas da Diferença*. Argos, Chapecó.

Rivière, G.H. 1985. Definición evolutiva del ecomuseo [Evolutionary definition of the ecomuseum]. *Museum*, 37, 182-184.

Rivière, G.H. 1989. *La muséologie*. Dunod, Paris.

Rohr, J.A. 1966. Os sítios arqueológicos do Município de Itapiranga. *Pesquisas, Antropologia*, 15, 21-60.

Rohr, J.A. 1984. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, 17, 77-168.

Rossetto, S. 1986. Apresentação. *Cadernos do CEOM*, 1, 4-7.

Sampaio, A.B.; Mendonça, E.D.C. 2018. Democracia cultural, museu e patrimônio: relações para a garantia dos direitos culturais. *e-cadernos CES*, 30, 14-38.

Schmitz, P.I. 1957. Um paradeiro guarani no Alto Uruguai. *Pesquisas, Antropologia*, 1, 122-142.

Schmitz, P.I. 1978. Trabalho de salvamento arqueológico nos locais das represas do Alto Uruguai, RS/SC. In: Eletrosul. *Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai: Estudo de Inventário Hidroenergético*. Apêndice IV e V, Eletrosul, Florianópolis.

Zacharias, M.P. (Jornal La Nación). 2015. ¿Qué es hoy un museo? De los objetos a las experiencias. Disponível em: https://bit.ly/3DTgDXg. Acesso em: 17/12/2016.

Museos interdisciplinarios: investigación arqueológica, conservación y comunicación en el santuario arqueológico de Pachacamac

*Denise Pozzi-Escot**
*Susana Abad***
*Rosangela Carrión****
*Angélica Isa*****
*Sarita Fuentes******
*Cynthia Patazca*******
*Carmen Rosa Uceda Brignole********

POZZI-ESCOT, D.; ABAD, S.; CARRIÓN, R.; ISA, A.; FUENTES, S.; PATAZCA, C.; BRIGNOLE, C. R. U. Museos interdisciplinarios: investigación arqueológica, conservación y comunicación en el santuario arqueológico de Pachacamac. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 27-43, 2022.

Resumen: El santuario arqueológico de Pachacamac, ubicado en la ciudad de Lima, es uno de los sitios más representativos de la historia prehispánica y simboliza un momento fundacional de la identidad nacional peruana. El Museo Pachacamac expone una importante colección, producto de las investigaciones arqueológicas en el sitio, que permiten conocer el significado de Pachacamac. Estos bienes atendidos por especialistas son analizados y sujetos a conservación preventiva para su exposición. La metodología para el manejo de las colecciones en el museo considera varias líneas de acción desarrolladas en un contexto de sostenibilidad y uso de la tecnología en las colecciones en beneficio de la comunidad. El museo cuenta con un Programa de Desarrollo Comunitario que incluye acciones educativas y de trabajo con la comunidad local, eje prioritario de la actual gestión, ya que permite que los valores del santuario sean socializados y apropiados por la comunidad para contribuir a su protección. Las labores que desarrolla el museo –investigación arqueológica, conservación preventiva, adecuado manejo de las colecciones y trabajo con la comunidad local– han podido potenciarse con la colaboración interinstitucional de entidades académicas y de cooperación internacional, alianzas que el museo gestiona y constituyen importantes aportes para la generación de conocimiento y preservación de los bienes culturales. El Museo Pachacamac considera importante la difusión de sus acciones y, a través de un plan de publicaciones y la utilización de la plataforma digital, ha logrado llegar a diversos públicos. Estas metas son posibles de cumplir con el esfuerzo de un equipo multidisciplinario que considera el uso social del patrimonio primordial para el futuro.

Palabras clave: Arqueología; Investigación; Conservación; Pachacamac; Comunicación.

* Directora del Museo Pachacamac, Ministerio de Cultura, Lima, Perú. <denisepozziescot@yahoo.es>

** Analista en conservación textil del Museo Pachacamac, Ministerio de Cultura, Lima, Perú. <sabad@cultura.gob.pe>

*** Arqueóloga de Manejo de Colecciones del Museo Pachacamac, Ministerio de Cultura, Lima, Perú. <rcarrion1@cultura.gob.pe>

**** Conservadora de Manejo de Colecciones del Museo Pachacamac, Ministerio de Cultura, Lima, Perú. <a.isa140@gmail.com>

***** Arqueóloga del Museo Pachacamac, Ministerio de Cultura, Lima, Perú. <sfuentes@cultura.gob.pe>

****** Educadora del Museo Pachacamac, Ministerio de Cultura, Lima, Perú. <cpatazca@cultura.gob.pe>

******* Arquitecta del Museo Pachacamac, Ministerio de Cultura, Lima, Perú. <cuceda@cultura.gob.pe>

Presentación

Fig. 1. Pirámide con rampa 2, Santuario de Pachacamac.
Fuente: Archivo MSPAC.

El santuario arqueológico de Pachacamac está ubicado a 30 km al sur de la ciudad de Lima sobre un extenso tablazo, muy cerca del Océano Pacífico, del valle y de las lomas. El sitio era famoso por la deidad que albergaba, Pachacamac, dios creador y centro de la religión costeña. Constituye uno de los vestigios más representativos de la historia peruana, no solo por su referida vigencia a lo largo de doce siglos, sino porque fue el primer lugar sagrado tomado por los conquistadores. En consecuencia, es un símbolo del encuentro de dos mundos y de un momento fundacional de la identidad nacional peruana.

En las casi 250 ha. del área monumental se encuentran los principales templos: uno de ellos el Templo Viejo, imponente edificio construido con adobitos, correspondiente a la ocupación Lima del sitio (200-600 d. C.), en cuya cima se encontraron una serie de ofrendas de diferente data, testigos de la importancia de este edificio.

Luego, durante la época Wari (600-1100 d. C.) podemos identificar un extenso cementerio donde el arqueólogo alemán Max Uhle, a fines del siglo XIX, encontró alrededor de 300 fardos funerarios. Investigaciones recientes llevadas a cabo por el equipo del Museo Pachacamac han recuperado nuevas evidencias sobre la ocupación Wari en el sitio, y se ha podido fechar la pieza de la famosa deidad bifronte de Pachacamac (cal. 760-876 AD) representada en una talla de madera con iconografía propia de la región costera, mostrando en la parte central serpientes, cabezas de felino y plantas de maíz, entre otros de influencia Wari.

Al decaer Wari, los Ychma (1100-1470 d. C.) se establecieron en la costa central (valles de Rímac y Lurín principalmente) cuyas construcciones a manera de plataformas con una rampa central son características de la época y conocidas como las Pirámides con rampa. Existen aproximadamente 16 de estas dentro del santuario ocupando una extensa zona.

Pachacamac fue integrado al imperio incaico en el siglo XV (Horizonte Tardío 1470-1533 d. C.) y se transformó en un gran centro ceremonial donde se concentraban edificios administrativos y ceremoniales. La conquista pacífica del santuario de Pachacamac constituyó un importante logro para los incas, ya que además de asegurarse la producción de importantes valles de la costa, incorporaron al Tawantinsuyu (los cuatro suyos, las cuatro partes del mundo) el prestigioso lugar donde residía la divinidad Ychma, lo cual les permitió someter a los pueblos cercanos alrededor del año 1470. Los incas para demostrar su poder construyeron un templo a su divinidad principal en la parte más alta del santuario sobre una antigua ocupación de la época Lima: el Templo del Sol o Punchao Cancha es uno de los edificios inca más imponentes de la costa peruana en ese periodo.

El afamado santuario fue transformado por los incas, se construyeron nuevos edificios y se acondicionaron las calles principales clausurando algunos accesos. Se establecieron nuevos rituales y formas de control propias del Tawantinsuyu.

Es considerado uno de los conjuntos arqueológicos más importantes del Perú, sobre todo de la ciudad de Lima, representando un importante lugar de encuentro para todos los peruanos, especialmente para las comunidades de su entorno. Si proponemos establecer un vínculo con el pasado prehispánico para lograr este encuentro, nos resulta fundamental concebir al museo como un lugar accesible a todos, basándonos en una propuesta de participación activa más allá de la mera conservación del sitio. El trabajo con mujeres, jóvenes, niños y niñas provenientes de los barrios que circundan el espacio arqueológico se incorpora de manera central a nuestra labor cotidiana mediante las propuestas de parque colectivo, asociación de artesanas, presencia de jóvenes ciclistas, que son claro ejemplo de nuestra concepción del santuario como un lugar de encuentro.

Gracias al financiamiento del Proyecto Qhapaq Ñan Nacional, este importante sitio arqueológico cuenta, desde el 2016 con un moderno museo que reúne buenas condiciones para la conservación de los materiales recuperados en el sitio a partir de las excavaciones realizadas desde el siglo pasado. El nuevo museo ocupa un área de 3000 m^2 con una amplia zona de exposición permanente, sala de usos múltiples, áreas de depósitos y zonas administrativas.

Desde el 2008 el Museo Pachacamac tiene un Programa de Desarrollo Comunitario que incluye acciones educativas y de trabajo con la comunidad, que son ejes fundamentales de la actual gestión del sitio, ya que permite que los valores del santuario sean socializados y apropiados por la comunidad del entorno para contribuir a su protección. De esta manera, vamos a planificar el uso turístico sostenible del sitio que garantice el aprovechamiento económico continuo, inclusivo y equitativo, sin afectar al patrimonio cultural ni a su entorno.

Museo Pachacamac

Hace más de cincuenta años el Dr. Arturo Jiménez Borja fundó el primer museo de sitio en Pachacamac con el deseo de difundir y proteger las excepcionales piezas extraídas por las investigaciones realizadas en el santuario arqueológico. Los años permitieron que este rico e invalorable material cultural se incrementara y que sus recintos crecieran para cobijarlo y exponerlo, pero no con la rapidez y amplitud que las colecciones lo requerían y merecían.

Por medio del Ministerio de Cultura, el Estado peruano consideró prioritario el impulso y la protección del patrimonio y, en esta línea, era de suma importancia proveer al santuario arqueológico de Pachacamac de una infraestructura que cumpliera con los objetivos a que todo museo moderno aspira: difundir, salvaguardar, preservar, investigar, conservar, educar e incluir.

Fig. 2. Vista del Museo Pachacamac.
Fuente: Archivo MSPAC.

En el año 2016, el Ministerio de Cultura inauguró un museo acorde con los estándares internacionales y, de esta forma, ofrece a la comunidad la exposición de los materiales recuperados en el sitio arqueológico.

En él se congregan las piezas más representativas de las cuatro culturas que el santuario arqueológico muestra como ejemplo de larga continuidad cultural, técnica y constructiva. Son 249 piezas, la mayoría ofrendas de cerámica, textil, madera y metal, encontradas en contexto y traídas por los peregrinos al santuario. Entre ellas destaca el ídolo de Pachacamac, pieza única y emblemática del museo.

De arquitectura respetuosa con el entorno arqueológico, ya que se sumerge según los niveles del terreno, se han logrado rampas y circulaciones fluidas, que recuerdan a las pirámides con rampa, característica arquitectónica de los monumentos del santuario y, a su vez, comunican los diversos ambientes como la sala de exposición, la sala temporal, plazas, cafetería, tienda y gabinetes de investigación y conservación arqueológica.

En sus amplios depósitos se preservan los hallazgos de las investigaciones arqueológicas que continúan para comprender y ampliar el conocimiento sobre nuestros orígenes. Y en el resto de los ambientes destinados a la comunidad, se desarrollan actividades que estimulan el compromiso de los vecinos y ciudadanos en general, para entender la urgencia de la conservación y protección del santuario de Pachacamac a las generaciones futuras.

Investigación arqueológica

Además de que su mayor importancia reside en ser un centro sagrado y ceremonial, el santuario de Pachacamac destaca por una interesante organización espacial y urbanística.

Una muestra de ello es el trazo de sus imponentes calles por las cuales grupos de peregrinos en forma ordenada acudían a ofrendar y consultar al oráculo, y otra también es la presencia de un sistema de amurallamiento –las evidencias indican cuatro murallas– que protegían los diversos espacios sucesivamente hasta la zona que reunía a los templos –zona sagrada– rodeada por la Primera Muralla.

En la actualidad las investigaciones que se realizan en el santuario de Pachacamac se concentran en los sectores más cercanos y dentro de la zona sagrada.

Pirámide con rampa 13[1]

La Pirámide con rampa 13 (PCR 13) es un edificio representativo de la sociedad Ychma (1100-1470 d. C), que tiene una plaza frontal de uso público, un volumen escalonado trunco con una rampa de acceso a la parte superior y depósitos para la recaudación de los bienes dejados por las personas que llegaban al santuario (Pozzi-Escot 2017).

La PCR 13 se ubica en la zona delimitada entre la Primera y la Segunda Muralla, donde se localizan otros 15 edificios similares. Las excavaciones realizadas en el patio central durante la temporada 2016 evidenciaron un contexto de quema de fardos funerarios asociados a abundante material cultural del Horizonte Tardío (1470-1533 d. C). Este contexto al encontrarse en Pachacamac puede constituir la evidencia de las primeras prácticas para erradicar el culto ancestral andino.

La excavación ha permitido recuperar materiales y artefactos con alto valor científico y condiciones para su musealización. El análisis de los restos óseos reveló que la muestra se compone de un grupo etario conformado por 84 individuos. Los materiales asociados comprenden finos textiles de algodón y lana, en gran parte decorados, además, prendas textiles como fragmentos de vestidos, uncus, fajas, paños, vinchas, calzado y fragmentos de envoltorios de fardos, artefactos de producción textil, cerámica decorada, utensilios, láminas de metal, figurinas y bienes exóticos.

Fig. 3. Proceso de excavación en la PCR 13.
Fuente: Archivo MSPAC.

1 El proyecto de investigación y conservación de la Pirámide con rampa 13 está a cargo de la arqueóloga Rocío Villar Astigueta.

Estudio de los materiales

Presentaremos el caso concreto de la conservación de cinco piezas textiles por considerarlas importantes dentro del contexto arqueológico y también como ejemplo del proceso de investigación y conservación de los materiales recuperados en nuestras excavaciones.

Paneles de tapiz Ychma, recuperados en PCR 13

En las excavaciones realizadas en la Pirámide con rampa 13 (Pozzi-Escot *et al.*, 2018), dentro del contexto de quema de fardos, se halló una gran cantidad de fragmentos de material textil, entre los que destacan cinco parches con figuras de peces, cuatro en posición de perfil y uno en posición frontal. Estos, según el contexto de donde proceden, corresponden al estilo Ychma Tardío, asociados al Horizonte Tardío (1470-1533 d. C), ejemplares similares proceden de una tumba de élite del sitio de Armatambo, al norte de Pachacamac, aunque textiles con similares características son escasos en la literatura arqueológica, por lo que es significativo este hallazgo. Estos materiales fueron analizados y pasaron por un proceso de conservación para ser luego expuestos en las salas de exposición del museo.

El análisis estructural de los cincos parches con representaciones de peces muestra que fueron elaborados en fibra de algodón polícromo, con hilos en torsión Z-2S, presentan urdimbres de colores bicromos (crema-marrón), las tramas tienen algunas variantes entre los parches, pero el patrón utilizado fue las clásicas tonalidades para este tipo de manufactura de la época Ychma; azules, marrones y beige, con hilos de un cabo hilado en S. Se encuentran elaborados en técnica tapiz simple, tapiz ranurado o kelim y excéntrico.

La terminación en los bordes tiene un muy buen acabado, las urdimbres han sido cortadas, unidas y aseguradas al reverso del tejido, además de observarse en el borde del tejido hilos de costura, que nos hacen suponer que estuvieron adheridos a otro tejido.

Los peces en posición de perfil presentan un fondo de color marrón y delineado en color crema. La cabeza del pez es de color azul, lleva la boca abierta donde se distinguen dientes. En la parte superior e inferior del pez están representados dos pequeños peces esquemáticos de color azul en posición de perfil. Si bien la identificación taxonómica del pez es difícil de determinar, proponemos que se trata de una posible representación de una cabrilla (*Paralabrax humeralis*) o pintadilla (*Cheilodactylus variegatus*), pez del litoral que vive en peñas arenosas. Los peces en esta posición presentan un tamaño de aproximadamente 22 cm de largo y 11 cm de altura. Del conjunto de este tipo de tejido, solo dos de ellos se encuentran en buen estado de conservación.

El pez en posición horizontal, por los diseños y su forma redondeada se trataría del pez lenguado (*Solea solea*). Se encontró en mal estado de conservación, con pérdida de fibra, lagunas, bordes deshilachados y estructura incompleta.

Dada la importancia del hallazgo se procedió con el montaje de los cinco "parches", para su exposición en el Museo.

Proceso de conservación y montaje

Los trabajos de conservación realizados mediante limpieza mecánica por micro aspiración, limpieza en medio acuoso por inmersión en agua destilada y detergente neutro, favorecieron la extracción de la suciedad impregnada en las fibras, devolviendo la flexibilidad y resistencia perdida, permitiendo organizar y reubicar los hilos que se encontraban sueltos.

Finalmente se consolidaron las piezas en tela de algodón para su estabilización y dar un soporte físico a las fibras que habían quedado sueltas. Las cinco "piezas" con figura de peces fueron montadas en un mismo bastidor, colocadas de manera que el público vea el desplazamiento de los peces dentro de un cardumen, rememorando lo plasmado en la pintura mural del Templo Pintado de Pachacamac. De esta forma, el Museo Pachacamac integra sus recientes hallazgos a la muestra permanente del museo.

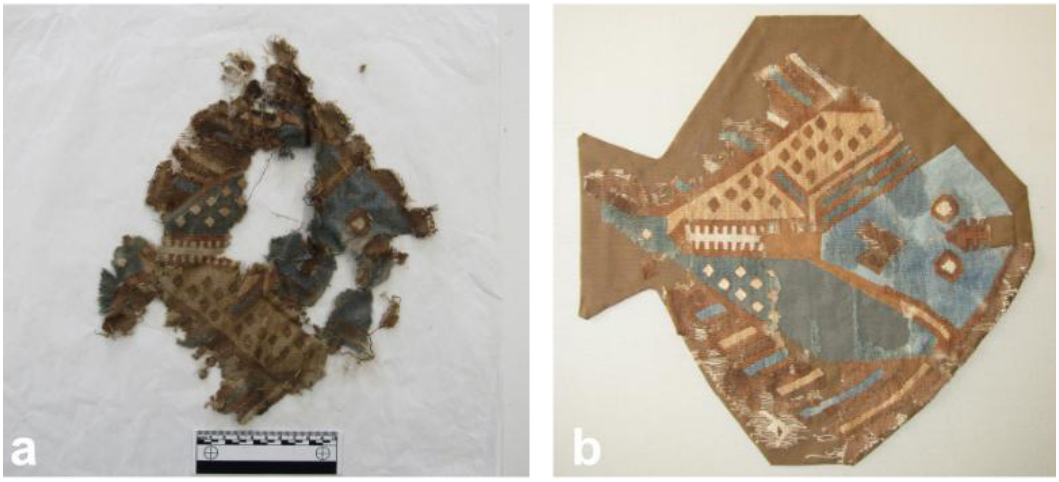


Fig. 4. Antes (a) y después (b) del tratamiento.
Fuente: Archivo MSPAC.

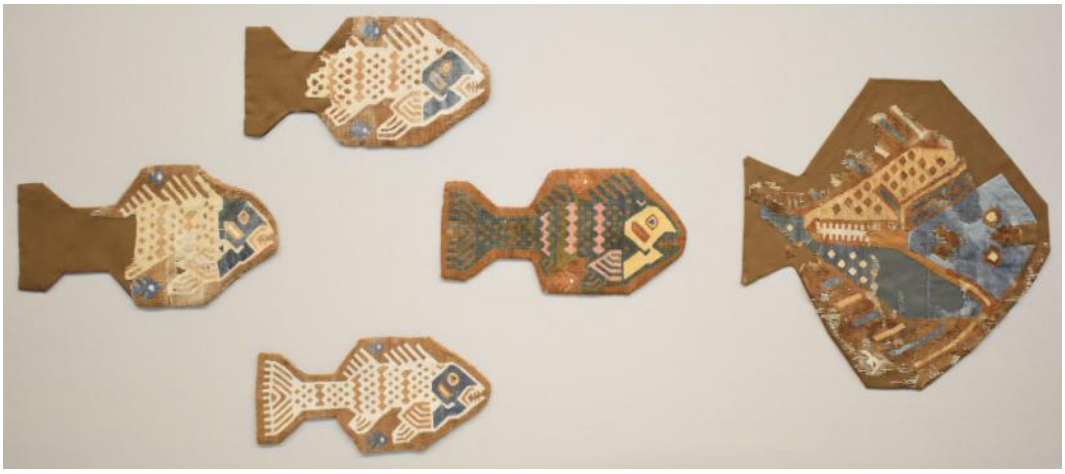


Fig. 5. Montaje final.
Fuente: Archivo MSPAC.

Manejo de Colecciones

La metodología de trabajo del área de Manejo de Colecciones (MACO) del Museo Pachacamac se rige por un plan de gestión estratégica con cuatro líneas de acción principales para la toma de decisiones y priorización de proyectos en el almacenamiento, gestión, conservación y difusión de las colecciones. Estas cuatro líneas se desarrollan dentro de un contexto de sostenibilidad y uso de la tecnología disponible con el propósito de utilizar las colecciones para el beneficio de las comunidades y el público en general.

Más allá de las tareas de conservación curativa, el equipo de MACO se enfoca en desarrollar labores de conservación preventiva a varios niveles como estrategias para mitigar futuros daños irreparables en la colección. Para ello, se consideran los diez agentes

del deterioro (fuerzas físicas y criminales, fuego, agua, plagas, contaminantes, luz y UV, temperatura incorrecta, humedad relativa incorrecta y disociación) y se llevan a cabo acciones específicas para la protección de las piezas con estos agentes en mente.

El acceso a los depósitos con colecciones registradas es limitado, los accesos y movimientos de piezas se registran en cuadernos de movimiento. En el museo, la gran mayoría de las piezas se encuentran fuera del alcance táctil de los visitantes, no solamente se protegen las piezas de posibles ataques antrópicos, sino que también se utilizan bases y mobiliario antisísmico para algunas de las piezas.

Fig. 6. Diagrama básico de líneas estratégicas del área de Registro y Manejo de Colecciones del Museo Pachacamac. **Fuente:** Archivo MSPAC.

El manejo de la información relacionada al inventario y catalogación de la colección ha experimentado cambios a través del tiempo, incluyendo la estandarización del lenguaje y el sistema de clasificación, la integración de información sobre procesos de conservación y almacenamiento de cada bien, así como la migración de la información de archivos escritos a digitales con copias físicas de seguridad.

El museo cuenta con una base de datos integrada que nos permite manejar la información de la colección para fines de documentación interna, investigación, protección y socialización del patrimonio. Una buena documentación es indispensable no solo para cualquier publicación y exposición de los bienes culturales, sino también para la difusión y socialización de información (Lindsay, 2018). Asimismo, la documentación ordenada, completa y accesible es parte de la conservación preventiva, lo que evita la pérdida de información sobre las colecciones con el pasar del tiempo. Los equipos que fueron donados por Japón permitirán generar modelos 3D de piezas emblemáticas en los próximos años.

Una buena gestión de procesos de conservación no solo requiere estudios previos de distintos materiales para encontrar la mejor opción para cada bien cultural, sino también conocimiento de los ambientes donde este se almacenará, razón por la cual se mantiene un programa de monitoreo ambiental detallado de todos

los espacios con material patrimonial (Caple, 2012). Este monitoreo permite conocer el comportamiento de la temperatura y humedad en distintas áreas de cada depósito dependiendo de las distancias del suelo, de las puertas y del clima externo. Dicho conocimiento no solo posibilita la colocación estratégica de deshumidificadores y de cada material según sus necesidades ambientales, sino también facilita la toma de decisiones conscientes con respecto al uso de la ventilación forzada y la apertura o cierre de las puertas para la movilización de aire. Este análisis se ve reforzado por revisiones periódicas de los espacios con una cámara termográfica para identificar puntos de calor y baja humedad, además de lecturas periódicas de los niveles de luz en las vitrinas del museo. El embalaje de las piezas susceptibles a la luz y la oscuridad de los depósitos, además de un sistema de rotación de piezas textiles en exposición, permite minimizar daños potenciales relacionados a la iluminación.

Fig. 7. Depósitos del Museo Pachacamac.
Fuente: Archivo MSPAC.

Para el embalaje, usamos material inerte como propileno corrugado y espuma de polietileno para elaborar bandejas y cajas que maximizan el uso del espacio y del material durante el embalaje de las piezas. Este tipo de embalaje personalizado no solamente resuelve futuros problemas de espacio en los depósitos, sino que permite añadir una capa más de protección física contra el ambiente externo, lo que minimiza el daño que pueda causar a los materiales un embalaje inadecuado.

Un sistema de embalaje, que consiste en el uso de cajas plásticas transparentes, permite la revisión visual rápida del material orgánico sin necesitar su manipulación directa. A través de códigos QR podemos conocer toda la información de las piezas contenidas sin tener que pegar grandes listas en el exterior del contenedor, minimizando el riesgo de accidentes de manipulación.

Fig. 8. Sistema de embalaje con QR para material orgánico sensible a la infestación por insectos.
Fuente: Archivo MSPAC.

En el caso de materiales sensibles a la humedad, como los metales, se aplica un embalaje a medida con un sistema de niveles de envoltura que crea una barrera física ante el acceso del oxígeno y la humedad al objeto. Esto permite la gestión de microclimas, facilitando la estabilidad fisicoquímica de las piezas.

El Museo Pachacamac cuenta con un programa de manejo integrado de plagas para el patrimonio cultural. La colocación de trampas pegajosas para insectos en diferentes lugares se extrae y revisa cuatro veces al año, coincidiendo con los cambios de clima estacionales. Un conteo trimestral de este tipo permite la identificación de las especies más comunes de insectos que podrían afectar las colecciones y además mantiene un seguimiento de sus poblaciones en distintos espacios de los depósitos, permitiendo así la toma de decisiones exactas con respecto a regímenes de limpieza. Un conocimiento detallado de este tipo también identifica los inicios de posibles infestaciones y los puntos más sensibles frente los insectos, permitiendo la localización de áreas vulnerables específicas y la acción inmediata a tomar si fuese necesario. Recientes investigaciones en esta área con la Universidad de Ingeniería y Tecnología (UTEC) están llegando a la caracterización biológica de un escarabajo previamente no identificado y la posibilidad de crear un material polimérico repelente a base de extractos naturales de la planta del tarwi (*Lupinus mutabilis*).

Además de preocuparse por el monitoreo ambiental, las plagas y la documentación para proteger la colección, el museo se asegura de realizar los mantenimientos necesarios a la infraestructura de las instalaciones, reduciendo así la posibilidad de daños mayores por situaciones fortuitas como lo son las fuertes lluvias o conatos de incendio.

Con el propósito de apoyar las tareas de conservación preventiva, se ha elaborado una serie de protocolos de funcionamiento, seguridad y continuidad, además de un plan de emergencia

para las colecciones y una evaluación de riesgo para el museo. Varios de estos documentos han sido socializados en el Ministerio de Cultura y han servido de referencia para la elaboración de lineamientos a nivel nacional.

Finalmente, el aspecto de la socialización y comunicación es importante como parte de la gestión del museo y del sitio, por eso consideramos que la difusión de las colecciones del Museo Pachacamac en diversos formatos constituye una forma de conservación preventiva al generar interés público en los objetos y la historia que representan. Por esta razón, el equipo de Manejo de Colecciones apoya con las actividades virtuales de difusión de las colecciones y se preocupa por mantener la documentación y calidad del archivo fotográfico en proceso constante de mejora. Estas acciones permiten la socialización de la colección, aspecto fundamental para su conservación, garantizando así su preservación para futuras generaciones.

Investigación y colaboración interinstitucional

Manejo integrado de plagas sostenible

La investigación en el sitio arqueológico se complementa con la realizada en el área de Manejo de Colecciones gracias al financiamiento del Fondo Nacional de Desarrollo Científico, Tecnológico y de Innovación Tecnológica del Consejo Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación Tecnológica del Perú (FONDECYT-CONCYTEC) y del Banco Mundial.

Esta investigación en colaboración con el Centro de Investigación y Conservación del Patrimonio de la UTEC extrae los compuestos activos responsables de la repelencia de plagas en la planta el tarwi y los prueba directamente en escarabajos taxonómicamente identificados que se han encontrado afectando material orgánico en el Museo Pachacamac. Se comparó semicuantitativamente el efecto repelente de los extractos hidroalcohólicos de hojas y semillas de tarwi.

Además, mediante el uso de un esquema de economía circular, se utilizaron efluentes residuales de lavado de semillas de tarwi de la industria alimentaria para realizar análisis de caracterización de alcaloides y probar la eficiencia teórica de estos extraídos contra el escarabajo *Tricorynus herbarius*. Los resultados sugieren que los alcaloides en extractos hidroalcohólicos de hojas de tarwi son agentes disuasorios eficaces.

Esta investigación se ha llevado a cabo durante importantes restricciones del COVID-19 en Perú, y se espera que los resultados se plasmen en un manual de manejo integrado de plagas para su uso específico en el Perú, con un glosario de plagas peruanas y en una potencial patente de un repelente o biocida natural elaborado con productos locales andinos disponible para su uso en la protección de patrimonio cultural orgánico.

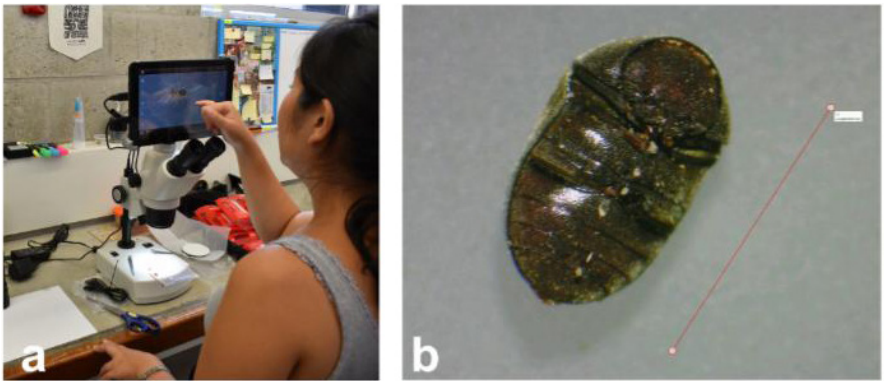


Fig. 9. Conservadora (a) y espécimen de *Tricorynus herbarius* (b) investigado en el proyecto para manejo de plagas sostenible. **Fuente:** Archivo MSPAC.

Momias como microcosmos

En el año 2019 se inicia el proyecto de colaboración entre el Museo Pachacamac y el Proyecto Bioarqueológico Canadiense-Peruano "Momias como microcosmos", dirigido por Andrew Nelson y codirigido por Lucía Watson. Este proyecto tiene como objetivo estudiar los cambios en el programa mortuorio desde el Intermedio Tardío (1100-1470 d. C.) hasta el Horizonte Tardío (1470-1533 d. C.) en la costa central del Perú, mediante el análisis paleoradiológico no destructivo a través de CT-Scan y rayos X para reconstruir la osteobiografía de los individuos y conocer sus condiciones de salud, enfermedades y sus ritos funerarios (Watson *et al.*, 2022; Nelson *et al.*, 2021). Este trabajo ha permitido explorar bajo métodos no invasivos ni destructivos parte de la colección de fardos del museo y contribuir a su preservación y conservación.

Como parte de las actividades de difusión del proyecto, se elaboró un póster científico virtual y un video sobre los trabajos, material que se encuentra publicado en las redes sociales del museo. Finalmente, se organizó una actividad interactiva, antes de la pandemia, que permitía a los visitantes manipular una réplica de un fardo y a través de unos visores 3D (lentes VR) observar y reconocer los objetos que estaban al interior de un fardo que ha sido escaneado.

Fig. 10. Interacción de los visitantes con el fardo y los visores 3D.
Fuente: Archivo MSPAC.

Comunicación

Publicaciones académicas

El Plan de Manejo del santuario arqueológico de Pachacamac establece entre sus objetivos principales investigar, conservar y compartir el significado cultural del santuario de Pachacamac y de sus comunidades asociadas.

Asimismo, recomienda la publicación de los resultados de las investigaciones e intervenciones en Arqueología, Antropología, Conservación, Turismo, Gestión y Medio ambiente, entre otras, que realice su personal.

En atención a estos objetivos, el Museo Pachacamac ha desarrollado un plan de difusión que considera especialmente al público objetivo, a la información que amerita ser difundida y al soporte en el que se pueda difundir; constituye un canal de divulgación externa de los trabajos de investigación, conservación y actividades diversas, articulado a las líneas estratégicas de cada una de las áreas en las que se organiza el museo.

Desde el año 2008 se han editado 21 libros de diversos contenidos como de arqueología y conservación, catálogos de exposiciones, diversas actividades que desarrolla el museo, ediciones para niños y de los trabajos con la comunidad del entorno al santuario. Son libros con información original, que están al alcance del público en general y cumplen la normativa establecida por la Biblioteca Nacional del Perú. Estas publicaciones constituyen un apoyo importante a investigadores, estudiantes y público interesado en conocer y profundizar los valores excepcionales que el sitio y el museo ofrecen. Recientemente se ha publicado un libro virtual e impreso del levantamiento arquitectónico de los principales edificios del santuario, en que destaca el plano general del sitio arqueológico usando un equipo GPS diferencial de doble frecuencia (parte de la importante donación del pueblo de Japón a través de JICA en 2019), lo cual permitirá que puedan realizarse estudios detallados sobre la arquitectura del sitio y contribuir así al mejor conocimiento del principal santuario de la costa peruana prehispánica. (Chipana, 2021)

El Museo Pachacamac asimismo destina esfuerzos para proporcionar mediante diversos soportes información del sitio y de sus colecciones a los diversos públicos que acuden a visitarlo. Considerado uno de los museos más visitados del Perú, ofrece a sus visitantes una guía de visitas y trípticos con información orientadora en cuatro idiomas y en escritura Braille. Es de destacar que varios de los videos compartidos en las redes sociales ya cuentan con lengua de señas peruana y subtítulos enriquecidos, buscando la inclusión y participación de diversos públicos.

Plataformas digitales

La utilización de la plataforma digital, hoy más que nunca utilizada por la emergencia sanitaria, ha diversificado la difusión y se ha propuesto la utilización de pósteres digitales, a través de las diversas redes del museo y página web, que constituyen una forma de acercar información arqueológica y de conservación reciente para el público no especializado.

Durante la migración al contenido virtual debido a la pandemia en el 2020, se notó que los distintos públicos del museo tienen niveles de accesos variados al internet (Hildenbrand, 2020). Reconociendo esta disparidad digital, y tratando de evitar una mayor brecha digital se impulsaron estrategias diferenciadas, especialmente en la creación de puentes de diálogo con miras a un proyecto museo-escuela. Se crearon nuevas experiencias para la difusión cultural con videos y talleres virtuales, incluyendo lengua de señas. El objetivo es crear un camino para la sensibilización de los escolares sobre su herencia cultural para contribuir de esta manera a la preservación del sitio a futuro.

La virtualidad propició el aumento de estudiantes en las actividades en un 132% entre 2019 y 2020. Se alcanzaron 358.485 personas, con un incremento de casi 7.000 nuevos seguidores por las redes sociales.

Fig. 11. Crecimiento de la página oficial de Facebook del museo desde el inicio de la pandemia. Se puede notar el impacto de las medidas de inmovilización social y los eventos digitales del museo por el aniversario y mes de museos.

Fuente: Facebook del Museo Pachacamac.

Colaboración en la formación de futuros profesionales

Fig. 12. Afiche elaborado por Tatiana Vicente, Karla De La Quintana, Axel Cayo y Micaela Díaz –estudiantes de la Facultad de Arte y Diseño de la Pontificia Universidad Católica del Perú.

Fuente: Vicente, T.; De La Quintana, K.; Cayo, A. y M. Díaz (2020). Póster producto del Convenio Institucional entre el Museo Pachacamac y la Universidad Católica del Perú-Facultad de Diseño y Arte, difusión digital, Lima, Perú.

El Museo Pachacamac no solamente se dirige a investigadores y público general, sino que también trabaja con jóvenes universitarios. El convenio de colaboración interinstitucional con la Pontificia Universidad Católica del Perú nos permite participar como cliente modelo con los alumnos de la Facultad de Arte y Diseño, quienes utilizan la iconografía del santuario para hacer sus prácticas estudiantiles. Gracias a esta colaboración, el museo publicita sus eventos, talleres y programas utilizando los trabajos de los estudiantes en diversos afiches digitales y publicaciones en las redes sociales como en Instagram.

Por otro lado, el convenio con la Universidad de Tecnología e Ingeniería nos ha permitido trabajar con los jóvenes del Capítulo Estudiantil de esta universidad de la *American Institute of Chemical Engineers* (AIChE), quienes ofrecen talleres para escolares de las comunidades para incentivar la investigación, tratando temas científicos como tratamiento del agua y cromatografía con plumones, lo que contribuye para una conservación de los sitios patrimoniales.

Educación patrimonial

Fig. 13. Visita guiada por un arqueólogo del museo con niños de la comunidad.
Fuente: Archivo MSPAC.

El Museo Pachacamac lleva a cabo un continuo trabajo con las instituciones educativas locales y grupos con discapacidad (Pozzi-Escot *et al.*, 2020), este es uno de los ejes principales de la actual gestión.

Antes de la pandemia, el museo ofrecía talleres presenciales; hoy debido a la emergencia sanitaria en la que nos encontramos, los talleres han pasado a una plataforma virtual y se relacionan con temas que tienen

que ver con la historia del sitio, elaboración de quipus, mitología andina, arqueología, las culturas prehispánicas de Pachacamac, iconografía, entre otros.

Conclusiones

Este artículo resume algunos de los trabajos que se vienen realizando en el santuario arqueológico de Pachacamac, que nos permiten colaborar en la formación de mejores ciudadanos a partir de las escuelas organizadas, además de tener una relación permanente con la comunidad del entorno, involucrándonos con un territorio más allá del sitio arqueológico.

Esto es posible gracias al esfuerzo de un equipo multidisciplinario que considera los diversos usos sociales del patrimonio como una posibilidad para el futuro. Desde el Museo Pachacamac trabajamos para que este sea algo más que un lugar donde se conservan objetos, pues es también una herramienta de comunicación, para conectar al público con su patrimonio y contribuir a una formación crítica, reconociendo nuestra diversidad. El santuario arqueológico de Pachacamac refuerza así su misión institucional mediante una serie de acciones educativas, culturales y sociales con el propósito de fortalecer el vínculo de nuestra comunidad con su patrimonio.

Gracias a una importante donación de Japón en el 2019, pudimos implementar en el Museo varios laboratorios con tecnología de punta, además de diseñar un circuito para personas con discapacidad con el uso de carritos eléctricos, y desarrollar un trabajo sostenido con las escuelas asegurando el transporte de los escolares al museo en la camioneta donada.

Se ha podido igualmente hacer el levantamiento de toda el área monumental utilizando un equipo GPS diferencial de doble frecuencia con capacidad para conectarse con dos constelaciones de satélites, lo que nos permite mayor exactitud en el trabajo, teniendo hoy un modelo digital de elevación y de pendiente, además de ortofotos y planos de todos los edificios del santuario de Pachacamac.

La experiencia en Pachacamac durante la pandemia mostró la importancia del trabajo en equipo en tiempos de crisis. El diagnóstico de la situación prepandemia y la importancia de considerar la realidad de las comunidades, así como las capacidades del personal, han sido claves para maximizar el impacto de nuestras acciones, permitiendo soluciones según los recursos disponibles, tratando de construir espacios que sean referentes para la comunidad.

El gran reto hacia el futuro es ser un museo inclusivo y sostenible, que contribuye a minimizar el impacto de la pobreza con nuestro programa comunitario, tratando de que la cultura sea accesible a todos para lograr una sociedad más justa.

POZZI-ESCOT, D.; ABAD, S.; CARRIÓN, R.; ISA, A.; FUENTES, S.; PATAZCA, C.; BRIGNOLE, C. R. U. Interdisciplinary museums: Archaeological research, conservation and communication at the Pachacamac archaeological sanctuary. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 27-43, 2022.

Abstract: The archaeological sanctuary of Pachacamac, located in the city of Lima, is one of the most representative sites for pre-Hispanic history and symbolizes a foundational moment for Peruvian national identity. The Pachacamac Museum exhibits an important collection, product of archaeological investigations at the site, which display knowledge about the meaning of Pachacamac. These objects are cared for and analyzed by specialists and are subject to various preventive conservation measures for exhibition. The methodology for collections management in the museum considers several aspects developed under goals of sustainability and harnessing of technology for social use of collections for the benefit of the community. One of the main focuses of current management

is a Community Development Program that includes educational projects and constant collaboration with the local community. This allows the values of the sanctuary to be socialized and appropriated by the community, thus contributing to its protection. The work carried out by the museum: archaeological research, preventive conservation, collections management and community outreach have been enhanced through the inter-institutional collaboration with academic entities and international cooperation agencies. These alliances managed by the museum constitute important contributions for the creation of knowledge and preservation of cultural heritage. The Pachacamac Museum considers the dissemination of its actions to be essential and reaches out to various audiences through a system of scheduled publications and use of digital platforms. These goals are possible to fulfill thanks to the effort of a multidisciplinary team that considers the social use of heritage paramount for the future.

Keywords: Archaeology; Research; Conservation; Pachacamac; Outreach.

Referencias

Caple, C. 2012. Conservation Skills: Preventive Conservation: Storage. In: Caple, C. (Ed.). *Preventive Conservation in Museums*. Routledge, Abingdon, 79-84.

Chipana, H. 2021. *Pachacamac: levantamiento arquitectónico con drone del santuario arqueológico*. Ministerio de Cultura del Perú, Lima.

Hildenbrand, J. 2020. How Much Mobile Data Does Streaming Media Use? Disponível em: <https://www.androidcentral.com/how-much-data-does-streaming-media-use>. Acesso em: 12 abr. 2021.

Lindsay, H. 2018. Evidencing the Case for Preventive Conservation: The Role of Collections Care Documentation. *Studies in Conservation*, 63: 175-180. DOI 10.1080/00393630.2018.1504516

Nelson, A. J. *et al*. 2021. Análisis de los fardos funerarios de Pachacamac: aplicación sistemática de rayos X y tomografía computarizada en un contexto arqueológico. In: *Anais* do VI Congreso Nacional de Arqueología, 2019, Lima.

Pozzi-Escot, D. 2017. Un espacio sagrado milenario. In: Pozzi-Escot, D. (Ed.). *Pachacamac, el oráculo en el Horizonte Marino del sol poniente*. Banco de Crédito del Perú, Lima, 2-31.

Pozzi-Escot, D. *et al*. 2018. Resurgir de las cenizas. Un hallazgo excepcional en Pachacamac. *Lienzo: Revista de la Universidad de Lima*, 39: 181-209.

Pozzi-Escot, D. *et al*. 2020. Florescendo no deserto: experiência educativa no Museu Pachacamac. In: Castro, F.; Soares, O.; Costa, A. (Eds.). *Educação museal: conceitos, história e políticas: gestão, financiamento e reconhecimento da função educativa dos museus e a questão da profissionalização*. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 27-42. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&pagfis=75687>. Acesso em: 6 abr. 2021.

Watson, L.C. *et al* Nelson, A. J. 2022. Envolviendo al muerto a orillas del mar: análisis de escaneos tomográficos computarizados de fardos de Ancón y Pachacamac (1100 d. C.-1532 d. C.). Boletín de Arqueología PUCP, 31: 81-101. In: *Anais* do VIII Congreso Nacional de Arqueología. Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/boletindearqueologia/article/view/26370>. Acesso em: 27 dic. 2022.

Las colecciones de la División Antropología del Museo de La Plata, Argentina

*Mariano Carlos Del Papa**

DEL PAPA, Mariano Carlos. Las colecciones de la División Antropología del Museo de La Plata, Argentina. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 44-53 , 2022.

Resumen: La División Antropología del Museo de Ciencias Naturales de La Plata cuenta bajo su guarda institucional con una de las colecciones de restos humanos más amplia de Sudamérica. Su conformación representó el ideario imperante en las clases dominantes durante las últimas décadas del siglo XIX y principios del siglo XX, cuyo objetivo era posicionarla entre las instituciones del mundo civilizado. Ninguna de estas acciones podría ser entendida fuera del marco social y económico que imperó en la Argentina de esa época. La necesidad de ampliar los territorios aún no explorados llevó a la implementación de políticas expansionistas sobre territorios habitados por poblaciones originarias. De este modo, los vínculos entre los colonizadores y las poblaciones originarias fueron transformándose con manifestaciones con mayor grado de violencia, encontrando en la Conquista del Desierto la expresión más acabada de la coyuntura sociopolítica reinante. En este contexto, la ciencia cumplió un rol preponderante en varios sentidos, ya que no solo dio legitimidad a las acciones militares, sino también se sirvió de ellas con el objetivo de crear grandes colecciones naturalistas y antropológicas. Ciento veinte años después, los reclamos de las comunidades originarias, las acciones de un Estado presente y la interpelación de la comunidad científica comenzaron a revertir esta situación mediante diferentes mecanismos cuyo objetivo es la instauración de políticas reparatorias para comunidades originarias.

Palabras clave: Ciencia; Museo; Colecciones; Humanos; Pueblos originarios.

Introducción

El Museo de La Plata, que se fundó en el año 1884, representa la materialización del ideario positivista reinante en las últimas décadas del siglo XIX en la Argentina, cuyo principal objetivo fue establecer una institución que fomentara el conocimiento científico, con colecciones que permitirían posicionarla entre sus pares del mundo (Fernicola 2011). La creación del Museo de La Plata no debe ser entendida como un evento aislado de los hechos políticos y sociales imperantes en el país a finales del siglo XIX. Cabe recordar que la ciudad de La Plata había sido fundada solo dos años antes (1882) y que ambos fueron pensados como monumentos del futuro promisorio de la Argentina (Podgorny 1995). Durante este

* División Antropología. Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata. <mdelpapa@fcnym.unlp.edu.ar>

período histórico, cuya clase dirigente estuvo conformada por una élite que gobernó entre los años 1880 y 1916 y constituyó la denominada República conservadora, se caracterizó, desde un punto de vista ideológico, por posturas liberales positivistas, desarrollada por el filósofo francés Augusto Comte. Uno de sus principales protagonistas fue Julio Argentino Roca, militar que dirigió la Campaña del Desierto y presidente argentino en dos períodos (1880-1886 y 1898-1904). Durante este momento, se comienza a forjar una idea de "identidad nacional" dirigida a la formación de un Estado moderno, que apoya las bases a partir de la razón y de una de sus más importantes manifestaciones como es el conocimiento científico. Este presidente desarrolla medios de producción latifundistas que se extenderán en la llanura Pampeana, hecho por demás significativo, ya que esos territorios se encontraban habitados por sociedades indígenas desde la transición del Pleistoceno al Holoceno (Politis *et al.*, 2016). La necesidad imperiosa de ampliar la superficie territorial bajo su control llevó al incremento de las tensiones entre el Estado argentino y los pueblos indígenas (FIG. 1). Estas relaciones caracterizadas por un complejo entramado de vínculos políticos, cuyas expresiones de violencia fueron crescendo a través del tiempo, tuvo en la Conquista del Desierto su expresión más acabada. Entre los años 1878 y 1885 se llevan a cabo las campañas militares con el objetivo de anexar los territorios de la región Pampeana y el norte de la Patagonia –habitada por los pueblos Mapuche, Tehuelche, Ranqueles, Pampas entre otros– a los territorios del Estado argentino. El carácter etnocida de los eventos acaecidos durante estos momentos pueden ser interpretados como actos deliberados, en torno a la idea que tenía la dirigencia política y los sectores de poder sobre el papel de los pueblos originarios en su proyecto de nación, ya que el único lugar posible de encontrar testimonio sobre su existencia estaría en las vitrinas de diferentes instituciones museológicas, como el recientemente fundado Museo de La Plata, cuyas colecciones de antropología constituyeron una de sus piedras fundacionales (Farro 2008). De este modo, podemos observar que existe un hecho indivisible entre los procesos históricos llevados a cabo a partir de las últimas décadas del siglo XIX en la Argentina y la fundación del Museo de La Plata, como la formación de la colección antropológica, por lo que para comprender de la manera más exacta posible estas colecciones es necesario desarrollar un recorrido histórico.

En virtud de lo expuesto, los objetivos de este trabajo están orientados a elaborar una descripción sobre la historia de estas colecciones y describir qué rol cumplieron los principales actores involucrados, fundamentalmente en torno a políticas curatoriales en las colecciones a través del tiempo.

LIBRES DE INDIOS

LOS MEJORES CAMPOS DEL NORTE

"LAS INVERNADAS"

10 1/2 LEGUAS EN UNO

O VARIOS LOTES

Con base de 100,000 ps. m. c. cada legua

Distan 15 leguas de San Nicolás
13 leguas de Rojas
9 leguas de Pergamino

En nuestra casa Potosí núm. 78

El sábado 29 del corriente a la 1 en punto del día, remataremos a la más alta postura y plazos que se estipularán en el acto del remate, los campos arriba mencionados, cuyo solo nombre "Las Invernadas" indica y demuestra la bondad de ellos, son inmejorables para la cría de ganado vacuno o lanar, como lo demuestran los varios establecimientos de los Sres. Samuel Hale, Rafael Cobo, Torres-Vyllodas y muchos otros que los rodean.

Actualmente una parte está arrendado sumamente barato, sin contrata, a razón de $ 15,000 por legua cuadrada de manera que haciendo contrata podría obtenerse fácilmente 20 a 25 mil pesos, lo que daría un enorme interés al capital invertido, si se toma en cuenta el ínfimo precio de 100,000 ps. m/c. por cada legua cuadrada.

La distancia del puerto de San Nicolás, adonde se pueden conducir los frutos a razón de $ 3.— por a. de lana para embarcarlos directamente a Europa, es una inmensa ventaja que no escapará a los que se dedican a los negocios de campo.

La venta se efectuará en fracciones de media legua o más grandes, según los deseos de los licitadores.

Creemos que nunca se han ofrecido campos al norte de esta provincia por un precio más ínfimo, cuando se tiene presente que hace pocas semanas se han vendido campos de igual naturaleza en el partido de Pergamino y a 4 leguas de éstos por $ 400,000.— la legua.

Estos campos lindan con las siguientes hacendados: Manuel B. Hale, testamentaría de Alforti, J. A. Joycolea, hoy Diafy Manuel G. Céspedes y Miguel Núñez, hoy Luis M. Villodas.

Aprovechen la ocasión, que es pichincha.

Fig. 1. Cartel convocando a la compra de tierras. Destacado en el encabezado se lee "LIBRE DE INDIOS". Esta expresión permite comprender la mirada que tenía la sociedad de la época sobre el papel de las comunidades originarias en la construcción de un estado.
Fuente: https://latinta.com.ar/2016/09/soy-bullrich.

La fundación del Museo de La Plata y las colecciones antropológicas

En el contexto de la fundación del Museo de La Plata surge la figura de Francisco Pascasio Josué Moreno (1852-1919), naturalista y geógrafo argentino quien desde principios de la década de 1870 comenzó a realizar sus viajes, lo que resultó en pormenorizadas descripciones sobre la naturaleza, incluidos aspectos referidos a la antropología y arqueología que permitieron crear una de las colecciones más importantes de América en esa época. Sin embargo, estos viajes tuvieron también otros propósitos, ya que el propio gobierno argentino lo comisiona para explorar aquellos territorios que conformarán los límites con la república de Chile. En este período, y gracias al apoyo de su propia familia y con fondos gubernamentales, funda en el año 1877 el Museo Antropológico y Arqueológico de la ciudad de Buenos Aires cuyas colecciones fueron el producto de sus propios trabajos de campo (Farro 2008). Esta institución tuvo una efímera existencia, puesto que tres años después (1880), el gobierno le revoca el cargo a Moreno desfinanciándole a su institución, de este modo parte hacia Europa hasta el año 1881.

Durante el año 1882 como parte de las reformas políticas que se estaban gestando en el país, se funda el 19 de noviembre la ciudad de La Plata. Esta ciudad funcionaría como futura capital administrativa de la provincia de Buenos Aires; pensada en principios urbanísticos modernos, la ciudad poseería un museo de orientación naturalista que ostentaría las colecciones más representativas en diferentes disciplinas, y así las autoridades de la provincia de Buenos Aires designan a Francisco Moreno como primer director del Museo General de La Plata (actual Museo de La Plata), quién dona las colecciones de antropología y arqueología que se encontraban en el museo de Buenos Aires. Bajo su dirección, se plantearon dos objetivos fundamentales: la finalización de la totalidad de las salas de exhibición y el acrecentamiento en el volumen de colecciones en las diferentes áreas de investigación.

En el caso de las colecciones antropológicas, la incorporación de nuevas colecciones tuvo como objetivo completar aquellas regiones del país sobre las cuales no se habían obtenido previamente ejemplares. De esta manera, a partir del año 1885 comienza la incorporación de nuevas colecciones gracias al aporte de investigadores naturalistas y preparadores pertenecientes al Museo de La Plata. Esta etapa de ampliación se mantuvo constante hasta el año 1910, en que se registra la última gran colección ingresada. A partir del año 1910 y hasta el 1980 (último ingreso de muestras a las colecciones de antropología), el volumen de ingresos disminuye drásticamente, manteniéndose constante durante todo este último período. En ambos períodos, las incorporaciones de nuevas colecciones se realizaron con diferentes estrategias (FIG. 2). Por un lado, uno de los mecanismos más usuales fue las donaciones. A través de este procedimiento colecciones privadas fueron incluidas en el acervo del Museo de La Plata, como la donación del propio Francisco Moreno en el año 1884 de sus colecciones osteológicas representativas de las regiones pampeana, patagónica y andina; o la donación realizada por Estanislao Zeballos, en el año 1889, de un centenar de cráneos correspondientes a poblaciones indígenas de la Pampa y Patagonia (Lehmann-Nitsche 1911). Otra forma de adquisición de colecciones lo formaron la compra de colecciones privadas. Este procedimiento que constituyó una de las estrategias fundamentales para incrementar las colecciones entre los años 1884 y 1889 permitió la adquisición de grandes colecciones privadas. Para este mismo período, el financiamiento de viajes por diferentes territorios del país también constituyó una tercera estrategia para la obtención de restos humanos provenientes de sitios arqueológicos (Farro 2008).

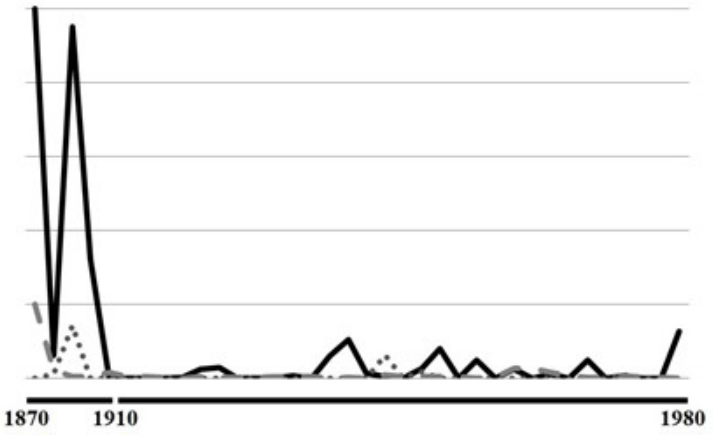


Fig. 2. Gráfico que representa el volumen de materiales ingresados históricamente a la División Antropología del Museo de La Plata. En línea negra continua: material procedente de investigaciones; línea discontinua: materiales adquiridos por compra; y línea punteada: materiales donados.

Fuente: Museo Nacional de La Plata.

En el Museo de La Plata la presencia de restos humanos pertenecientes a comunidades originarias constituyó un capítulo imposible de soslayar para la historia institucional. Estos sucesos, que durante mucho tiempo fueron discutidos entre posiciones antagónicas, hacían estéril cualquier reclamo por parte de las comunidades originarias en favor de la restitución de los restos mortales, ya que sostenía la legitimidad del Estado como tutor del patrimonio cultural. Así que, a partir del año 1885, por pedido de su director Francisco Moreno, son traídos desde la isla Martín García (Ten Kate 1906; Farro 2008; Ametrano 2015) al Museo de La Plata el cacique Inakayal y su mujer Margarita –hija del cacique Foyel– y Tafa, una indígena perteneciente al pueblo Alacaluf de Tierra del Fuego (Farro 2008). Luego de un breve cautiverio, y por motivos que aún se encuentran en discusión (Ametrano 2015; Masotta 2017) el cacique Inakayal, su mujer Margarita Foyel y Tafa mueren durante su estadía en la institución, y sus restos óseos, junto al cuero cabelludo, cerebro y mascara mortuoria son preservados en el Museo de La Plata (Lehmann-Nitsche 1911).

De este modo, las colecciones de la División Antropología del Museo de La Plata se constituyen como uno de los acervos patrimoniales más importantes de Sudamérica. Sus colecciones antropológicas poseen restos óseos humanos representantes de prácticamente la totalidad de las regiones de la Argentina, con una distribución cronológica que va desde el Holoceno temprano hasta momentos históricos (siglo XIX). Así mismo, esta colección incluye muestras correspondientes a países limítrofes como Bolivia, Brasil, Chile y Perú, y también de América del Norte, África y Europa.

Historia de la administración de las colecciones antropológicas del Museo de La Plata

La puesta a punto de una colección que pretendía ser referente en las ciencias naturales a finales del siglo XIX debía poseer un sólido proyecto que contemple a los aspectos referidos al diseño de exhibición, la administración y abordajes curatoriales. El primero en encargarse de la administración y en el proyecto de exhibición de las colecciones antropológicas fue el propio Francisco Moreno, a su cargo quedó terminar la construcción de la sala de exhibición y la disposición de los materiales.

A partir del año 1893 Francisco Moreno, entonces primer director del Museo de La

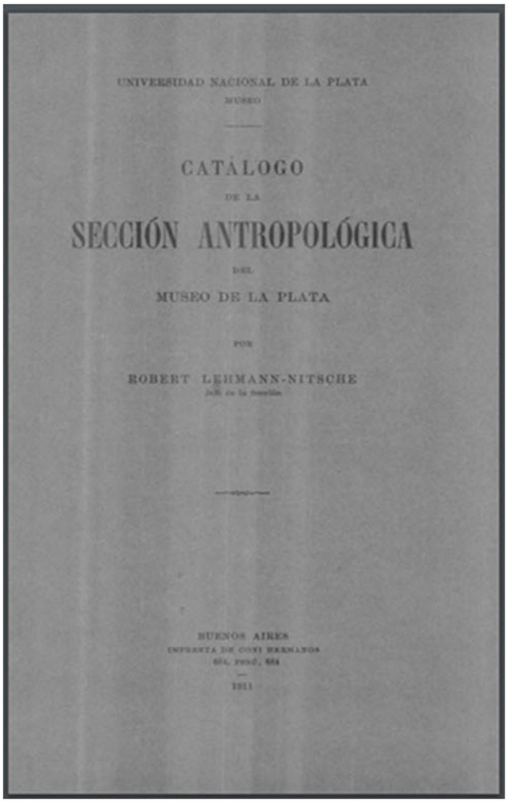
Plata, designa como curador de la colección al antropólogo holandés Frederick ten Kate. Su permanencia estuvo signada por dos breves períodos, uno en el año 1893 y el otro en el año 1897. Investigador de reconocimiento mundial con formación en antropología y medicina, tenía una dilata experiencia de campo y una amplia producción bibliográfica fundamentalmente orientada hacia los estudios morfométricos craneales comparativos que caracterizaban a la antropología de finales del siglo XIX. Entre las razones para aceptar este cargo se encontraba la posibilidad de acceder a una gran serie de colecciones craneales indígenas de Argentina y Sudamérica. Estos materiales formarían parte de futuras investigaciones que permitiría posicionarlo a él y a estas colecciones, así como a la institución, en el contexto de la antropología mundial, como la profusa bibliografía que ha desarrollado en este período. Se destaca que, durante los períodos que estuvo en el Museo de La Plata, también participó de viajes de investigación en el país en los cuales realizó aportes al acrecentamiento de las colecciones.

Una vez que ten Kate deja su cargo en la sección antropología en el año 1897, Francisco Moreno nombra nuevo encargado de la colección antropológica a Robert Lehmann-Nitsche (1872-1938) (FIG. 3). A diferencia de su predecesor, cuya amplia experiencia de campo y vasta producción bibliográfica les abrió las puertas a estas colecciones, Lehmann-Nitsche era un joven médico y antropólogo alemán que llega a este cargo en el Museo gracias a la intermediación del Dr. Rudolf Martin –profesor de antropología en las universidades de Zürich y München–, quien le sugiere su nombre a Francisco Moreno. A los 25 años de edad Lehmann-Nitsche comienza su gestión frente a la sección antropología, marcando su impronta de trabajo a partir del reordenamiento de las colecciones y la publicación del único catálogo de la sección antropológica en el año 1910. Cabe destacar que durante el año 1906 el Museo de La Plata pasa a depender de la Universidad Nacional de La Plata (UNLP), que había sido fundada un año antes. De este modo, el Museo queda integrado al proyecto de formación académica, en la órbita de la Facultad de Ciencias Naturales de La Plata de la UNLP. Este evento marca el fin de la dirección de Francisco Moreno, quien en desavenencia con las autoridades universitarias renuncia a su cargo de director.

Fig. 3. Antigua sala de exhibición de la colección de antropología biológica del Museo de La Plata. Apoyado en una de las vitrinas se puede ver a Robert Lehmann-Nitsche, jefe de la División Antropología entre 1897 y 1930.

Fuente: https://journals.openedition.org/corpusarchivos/963

Los intereses académicos de Lehmann-Nitsche, influenciados por sus conocimientos médicos y antropológicos, orientaron las investigaciones de la sección antropología hacia el campo de la "antropo-patología" fundamentado en el estudio comparativo de series esqueletarias prehistóricas de diferentes áreas del país. Este evento tuvo su correlato en las mismas colecciones, ya que el nuevo director del Museo crea un "gabinete patológico" utilizando ejemplares de la colección que se encontraba almacenada en los depósitos (Farro 2008). Por otro lado, la publicación del catálogo (Lehmann-Nitsche 1911) (FIG. 4) tuvo como objetivo plasmar el trabajo de organización y clasificación de las colecciones realizadas por Lehmann-Nitsche entre 1897 y el momento de la publicación. Para la organización del catálogo, el autor comienza dividiéndolo por criterios anatómicos, a lo que le agregó información sobre la procedencia a partir del principio físico-geográfico creado por Enrique A.S. Delachaux, y vinculándolas a las divisiones políticas correspondientes a provincias (p.ej. Región hidrográfica del Plata: Formosa, Chaco, Santiago del Estero, Santa Fe, Corrientes y Entre Ríos) continuando con materiales correspondientes a países limítrofes, de América y otros continentes. Así mismo presenta información anexa sobre el grado de integridad anatómica, presencia de marcadores patológicos o traumáticos, e información sobre composición etaria y sexual de las colecciones[3]. Con posterioridad a la publicación del catálogo en el año 1910 y hasta 1980 los ingresos fueron documentados en un libro de entradas. Este procedimiento que fue desarrollado por Lehmann-Nitsche mantenía los criterios utilizados en el catálogo, en que se especificaba información sobre el año de ingreso de los restos humanos, número de catálogo (se continuaría con la numeración presentada en el catálogo publicado) y un conjunto de observaciones donde se describían lugar de procedencia, característica de los materiales ingresados, así como datos referidos a las personas responsables del hallazgo y el carácter del ingreso a esta institución distinguiéndose entre donación, compra u originado en las investigaciones de campo (FIG. 5).


UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA

MUSEO

CATÁLOGO

DE LA

SECCIÓN ANTROPOLÓGICA

DEL

MUSEO DE LA PLATA

POR

ROBERT LEHMANN-NITSCHE

BUENOS AIRES

1911

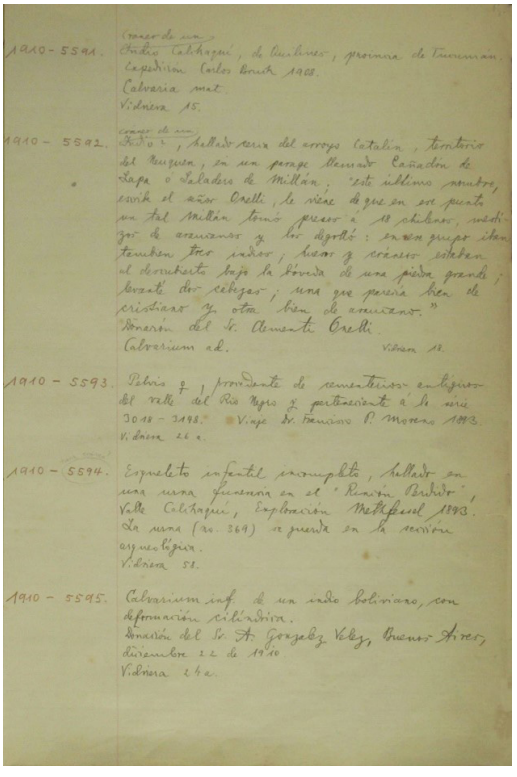
Fig. 4. Catálogo de la División Antropología publicado por Robert Lehmann-Nitsche en 1911.

Fuente: Imagen tomada por el autor.

Con el retiro de Lehmann-Nitsche en el año 1930 de la dirección de la sección antropología, comienza un nuevo período caracterizado por la incorporación de nuevos criterios expositivos de las colecciones. Estas modificaciones se dan en el contexto donde el museo pasa a definirse en su rol social como un centro educativo (González-Pérez 2012). A la cabeza de estas transformaciones se encuentra Alejo Milcíades Vignati (1895-1978), quien a partir del año 1930 toma la jefatura de la sección antropología, que en sintonía con los principales lineamientos propuestos desde la dirección del museo se comienzan a ejecutar modificaciones en las salas de exhibición. Se priorizan aquellos objetos más importantes, disminuyendo la cantidad de ejemplares exhibidos a una mínima expresión; también se mejoran las técnicas de iluminación

y se diseñan vitrinas de exhibición a partir de criterios comerciales (González-Pérez 2012).

Estas modificaciones en la manera de exhibir trajeron aparejados profundos cambios en las políticas curatoriales de las colecciones antropológicas. La totalidad de los restos quitados de exhibición fueron asignados a diferentes depósitos en el mismo edificio del Museo de La Plata. Desde ese momento y hasta el año 1990, la situación de la exhibición y el almacenamiento se mantuvieron con criterios similares, salvo modificaciones poco significativas. A partir de 1990 comienza el proceso de modernización en las condiciones de almacenamiento en las colecciones, se establecen nuevos parámetros de control en las áreas de almacenaje, incorporándose materiales adecuados a estándares modernos, para la construcción de contenedores y aparadores que mejoran la preservación de las colecciones.


1910 - 5591. Cráneo de un Indio Calchaquí, de Quilmes, provincia de Tucumán. Expedición Carlos Bruch 1908. Calvaria mat. Vidriera 15.

1910 - 5592. Cráneo de un Indio ?, hallado cerca del arroyo Catalín, territorio del Neuquen, en un paraje llamado Cañadón de Lapa ó Saladero de Millán; "este último nombre, escribe el señor Onelli, le viene de que en ese punto un tal Millán tomó preso á 18 chilenos, mestizos de araucanos y los degolló: en ese grupo iban también tres indios; huesos y cráneos estaban al descubierto bajo la bóveda de una piedra grande; levanté dos cabezas; una que parecía bien de cristiano y otra bien de araucano." Donación del Sr. Clementi Onelli. Calvarium ad. Vidriera 18.

1910 - 5593. Pelvis ♀, procedente de cementerios antiguos del valle del Río Negro y perteneciente á la série 3018 - 3198. Viaje Dr. Francisco P. Moreno 1893. Vidriera 26 a.

1910 - 5594. Esqueleto infantil incompleto, hallado en una urna funeraria en el "Rincón Perdido", Valle Calchaquí, Exploración Methfessel 1893. La urna (no. 369) se guarda en la sección arqueológica. Vidriera 58.

1910 - 5595. Calvarium inf. de un indio boliviano, con deformación cilíndrica. Donación del Sr. A. Gonzalez Velez, Buenos Aires, diciembre 22 de 1910. Vidriera 24 a.

Fig. 5. Libro de entradas utilizado desde 1910 hasta 1980, año del último ingreso.

Fuente: Imagen tomada por el autor.

El Museo de La Plata en el siglo XXI

Con la llegada del nuevo siglo, las principales instituciones que albergan colecciones biológicas humanas han realizado profundos cambios en sus políticas de exhibición, resguardo y administración de esas colecciones (Aranda & Del Papa 2009; Gordón *et al.*, 2009). Este fenómeno que encuentra su génesis en la intervención factores extrínsecos e intrínsecos a la institución ha permitido desarrollar una síntesis a la problemática sobre el adecuado tratamiento de los restos humanos. La cristalización de estos cambios fue el producto de una historia previa que tuvo como uno de sus epicentros a esta institución y estuvo vinculado a los reclamos de restitución de restos humanos por parte de diferentes comunidades aborígenes.

Los procesos de restitución en el Museo de La Plata tienen sus primeros antecedentes a partir del año 1989 cuando se realiza el primer reclamo formal por parte de una comunidad. A partir de ese momento comienza un largo derrotero de experiencias entre la institución y diferentes comunidades originarias, en las que los procesos de restitución van tomando preponderancia. Desde un punto de vista histórico, se puede describir dos etapas en el desarrollo de los procesos de restitución: la primera etapa transcurre entre el año 1989 y 2001. Durante ese período se realizaron dos pedidos de restitución en el año 1989, en primer lugar, se reclama los restos mortales del cacique Ranquel Panguitruz Güor, y meses después ingresó el pedido por los restos del cacique Tehuelche Inakayal. Estos reclamos de las comunidades fueron recibidos por las autoridades en un clima político de tensión interna (Ametrano 2015), en que se priorizaba el concepto de patrimonio sobre aquellos restos humanos bajo guarda institucional y legitimaba a la institución como garante de su preservación. En este contexto de dilación, la intervención del Estado arbitró los medios necesarios para motorizar dichos reclamos, los cuales fueron llevados a cabo mediante la sanción de dos leyes nacionales (Ley 25.276 restitución de restos de Panguitruz Güor y Ley 23.940 restitución de restos de Inakayal).

A partir de los procesos de restitución llevados a cabo y en virtud de reglamentar futuros reclamos, en el año 2001 se sanciona la Ley 25.517 (Decreto Reglamentario 701/2010). Esta ley establece la obligatoriedad para la disposición de los pueblos indígenas y/o comunidades de pertenencia que lo reclamen, los restos mortales de aborígenes, que formen parte de museos y/o colecciones públicas o privadas. De esta manera, por primera vez se constituye un marco legal en que las instituciones puedan desarrollar normativas y protocolos de acción. En este marco, comienza una segunda etapa que es caracterizada por el desarrollo de políticas institucionales, cuyos objetivos son los de legitimar los pedidos de restitución por parte de las comunidades indígenas.

En este contexto, la División Antropología del Museo de La Plata, a partir del año 2006, comienza a tomar acciones tendientes a la actualización en las condiciones de conservación (Montoya 2002) correspondientes a las áreas asignadas para el almacenamiento de restos mortales. Debido a las particularidades de este trabajo y a los escasos antecedentes en nuestro país relacionados a la intervención de restos humanos bajo la guarda de instituciones como museos, los primeros años de actividades fueron fundamentales para recabar conocimientos tanto técnicos como teóricos en torno a este tipo de práctica. Como resultado, durante el año 2007 se formuló el proyecto denominado "Actualización del Inventario y Documentación de las Colecciones de Restos Humanos de la División Antropología", que fue aprobado por las autoridades de la Facultad de Ciencias Naturales y Museo de la UNLP. Ese proyecto permitió dar un marco institucional consistente con las actividades que se comenzaron a desarrollar dentro de la institución y constituiría la piedra angular para la puesta a punto de protocolos de acción curatorial (Castro *et al.* 2009; Del Papa *et al.* 2011; Del Papa & Pucciarelli 2015).

Conclusiones

El tratamiento, manejo y estudio de restos osteológicos han sido reformulados atendiendo a los reclamos sociales, que a su vez tienen su correlato en la legislación (artículo 75, inciso 17 de la Constitución Nacional; Ley 23.302; Ley 25.517; Decreto Reglamentario 01/2010). La aplicación de modernos criterios administrativos que incluyen la utilización de conceptos y técnicas en conservación preventiva (Guichen 1995) e inventariado permite, por un lado, el manejo acorde con los lineamientos éticos y legales de los restos humanos y, por otro, la puesta en valor de las colecciones mediante un adecuado relevamiento de estas. Para llevar a cabo este proyecto sobre el tratamiento, manejo y estudio de restos osteológicos, fue necesario un abordaje multidisciplinario. Especialistas en conservación y antropólogos biólogos trabajan para permitir que las colecciones –entendiéndolas como elementos materiales que constituyen toda aquella información que le dan sentido como tal– puedan seguir siendo fuente de consulta científica, sin que esto implique un riesgo en la conservación de su integridad. Estas transformaciones, que con posterioridad han sido reconocidas como un cambio en los paradigmas sobre el manejo de restos humanos bajo guarda institucional, han influido con vigor en una nueva idea sobre el tratamiento de restos humanos entendidos como objetos de estudio. El discurso cientificista es dejado de lado y se plantea una resignificación, en la que diferentes actores sociales incorporan elementos donde se construye un complejo entramado de significados, el cual operará como nuevo marco de acción (Del Papa 2020).

Los procesos de restitución en su sentido más estricto vienen a cumplimentar lo dispuesto en la Ley 25.517 (Argentina 2001) y el Decreto Reglamentario 701/2010 (Argentina 2010). Sin embargo, una interpretación completa de estos eventos no puede ocultar que las restituciones operan como parte de una política reparatoria histórica del Estado hacia los pueblos originarios que ocuparon el actual territorio argentino, obligando a una revisión crítica sobre la "historia oficial" de este país, donde las poblaciones originarias habían sido menos preciadas e invisibilizadas por

parte del Estado. A la vez la incorporación de legislaciones y reglamentaciones (Asociación de Antropología Biológica Argentina 2007), en torno al manejo ético de restos humanos, ha obligado a una profunda interpelación sobre el papel que tienen dichos restos humanos en virtud de ser concebidos como patrimonio cultural; concepto que ha sido utilizado como uno de los argumentos más importantes al momento de legitimar la negativa institucional para la restitución de restos humanos (Ametrano 2015).
Las restituciones han producido una ruptura entre el concepto de patrimonio y la guarda de restos humanos, el acto restitutivo ejerce un papel fundamental en el proceso de despatrimonialización, donde los objetos de colecciones pasan a ser sujetos de derechos.

DEL PAPA, Mariano Carlos. The collections of the Anthropology division of La Plata Museum, Argentina. *R. Museu Arq. Etn.* 39:44-53 , 2022.

Abstract: The Anthropology Division of the Museum of Natural Sciences of La Plata, has under its institutional custody, one of the largest collections of human remains in South America. Its conformation represented the prevailing ideology in the ruling classes during the last decades of the 19th century and the beginning of the 20th century, and whose objective was to position it among the institutions of the civilized world. None of these actions could be understood outside the social and economic framework that prevailed in the Argentine Republic at that time. The need to expand the territories led to the implementation of expansionist policies on still unexplored territories, inhabited by native populations. In this way, the links between the colonizers and the original populations were transforming into manifestations with a greater degree of violence, finding in the Conquest of the Desert, the most complete expression of the prevailing socio-political situation. In this context, science played a preponderant role in several senses, since it not only gave legitimacy to military actions, but also made use of them with the aim of creating large naturalistic and anthropological collections. One hundred and twenty years later, the claims of the original communities, the actions of a state present before them and the interpellation of the scientific community began to reverse this situation through different mechanisms whose objectives are the establishment of reparatory policies for native communities.

Keywords: Science; Museum; Collections; Humans; Indigenous peoples

Referencias bibliográficas

Ametrano, S.J. 2015. Los procesos de restitución en el Museo de La Plata / Restitution processes at the Museum of La Plata. *Revista Argentina de Antropología Biológica* 17: 1-13.

Aranda, C.M.; Del Papa, M.C. 2009. Avances en las prácticas de conservación y manejo de restos humanos en Argentina. *Revista Argentina de Antropología Biológica* 11: 89-93.

Argentina. 2010. Decreto Reglamentario n. 701/2010. Disponível em: <https://bit.ly/3KqjQPr>. Acesso em: 30/03/2014.

Argentina. 2001. Ley Nacional n. 25.517/2001. Disponível em: <https://bit.ly/3IXwkOf>. Acesso em: 30/03/2014.

Asociación de Antropología Biológica Argentina. 2007. Declaración de la Asociación de

Antropología Biológica Argentina (AABA) Ética del Estudio de Restos Humanos. Disponível em: <https://bit.ly/3t2aBPX>. Acesso em: 30/03/2014.

Castro, J.C. *et al*. 2009. Actualización del catálogo y de las condiciones de conservación de las colecciones de la División Antropología, Facultad de Ciencias Naturales y Museo, UNLP. In: *Actas* del I Congreso Iberoamericano y VIII Jornadas de Restauración y Conservación de Patrimonio, 2009, La Plata.

Del Papa, M.C. 2020. Análisis de la colección bioarqueológica perteneciente al Museo Arqueológico de Villa Paranacito (Prov. de Entre Rios). *Revista del Museo de Antropología de Córdoba* 13: 165-174. *En prensa*.

Del Papa, M. C.; Pucciarelli, H.M. 2015. Administración de las colecciones de antropología biológica del Museo de La Plata. *Revista Argentina de Antropología Biológica* 17: 1-5.

Del Papa, M.C. *et al*. 2011. Un cráneo del norte de Patagonia con modificaciones post mórtem. Aproximación mediante técnicas no invasivas. *Intersecciones en Antropología* 12: 349-354.

Farro, M. 2008. Historia de las colecciones en el Museo de la Plata, 1884-1906: naturalistas viajeros, coleccionistas y comerciantes de objetos de historia natural a fines del siglo XIX. Tese de doutorado. Universidad Nacional de La Plata, La Plata.

Fernicola, J.C. 2011. Implicancias del conflicto Ameghino-Moreno sobre la colección de mamíferos fósiles realizada por Carlos Ameghino en su primera exploración al río Santa Cruz, Argentina. *Revista del Museo Argentino de Ciencias Naturales* 13: 41-57.

González-Pérez, C.F. 2012. Referencias históricas del Museo de La Plata, Facultad de Ciencias Naturales y Museo. Trayectorias necesarias para entender su presente. *Aletheia* 3: 1-16.

Gordón, F. *et al*. 2009. Preventive conservation of human skeletal remains from La Plata Museum, República Argentina. *Actas* del 11th Annual Conference of the British Association for Biological Anthropology and Osteoarchaeology, 2009, Bradford.

Guichen, G. 1995. La conservation préventive: un changement profond de mentalité. *Cahiers d´étude* 1: 4-6.

International Council of Museums (ICOM). 2006. Código Deontológico para Museos. Disponível em: <https://bit.ly/3IWmMDl>. Acesso em: 29/03/2022.

Lehmann-Nitsche, R. 1911. *Catálogo de la sección Antropológica del Museo de La Plata*. Imprenta de Coni Hermanos, Buenos Aires.

Masotta, C. 2017. La cicatriz de Margarita Foyel. *Clepsidra* 4: 66-85.

Montoya, A. 2002. *Manual básico de conservación preventiva*. Conservación de Colecciones de Arte e Historia y Arqueología, Bogotá.

Podgorny, I. 1995. De razón a facultad: ideas acerca de las funciones del Museo de La Plata en el período 1890-1918. *RUNA* 22: 89-104.

Politis, G. *et al*. 2016. The arrival of Homo sapiens into the Southern Cone at 14,000 years ago. *Plos One* 11: e0162870.

Ten Kate, H. 1906. Materiaux pour servir a l'anthropologie des indiens de la République Argentine. Revista del Museo de La Plata 12: 33-57.

Breve biografía de un depósito arqueológico: el D25 del Museo de La Plata (Argentina), 13 años después

Ana Igareta *

IGARETA, Ana. Breve biografía de un depósito arqueológico: el D25 del Museo de La Plata (Argentina), 13 años después. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 54-74 , 2022.

Resumen: El Depósito 25 del Museo de La Plata (Buenos Aires, Argentina) es la reserva arqueológica más grande de la institución que se creó a fines del siglo XIX. Sin embargo, históricamente careció de personal fijo que se encargara del cuidado de sus colecciones, lo que no solo limitó las posibilidades de consulta y análisis del material, sino que generó un progresivo estado de desorden que afectó a todo el repositorio. La situación comenzó a modificarse en el año 2008 cuando la designación de una encargada puso en marcha un proyecto integral de acondicionamiento de sus instalaciones y de las más de 100.000 piezas que contiene en guarda. Se trató de una labor compleja que inició con la limpieza total de la reserva por primera vez en medio siglo, continuó con un trabajo minucioso de relevamiento y registro del material y terminó con la elaboración de un inventario topográfico. A ello se sumaron tareas de monitoreo y control de las plagas identificadas, el reemplazo de mobiliario y contenedores orgánicos por inorgánicos, y el diseño e implementación de protocolos para la organización y registro de las actividades realizadas por el personal e investigadores visitantes. Trece años después, las colecciones del Depósito 25 se encuentran adecuadamente acondicionadas, organizadas y accesibles, habiéndose convertido en fuente permanente de consulta para investigadores del país y el exterior, y la información obtenida es presentada en publicaciones científicas, pedagógicas, tecnológicas y artísticas. Este trabajo revisa brevemente el trayecto recorrido, dando cuenta del conjunto de complejas problemáticas enfrentadas en cada etapa y de las sencillas y concretas estrategias desarrolladas para resolverlas.

Palabras clave: Depósito 25; Museo de La Plata; Colecciones arqueológicas; Desorden y deterioro; Puesta en valor.

En memoria del Dr. Rodolfo Raffino, por haber confiado en mí para darle nueva vida al 25

* Curadora de colecciones, División Arqueología, Museo de La Plata. Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata. CONICET – Instituto de Historia, Teoría y Praxis de la Arquitectura y la Ciudad, Facultad de Arquitectura y Urbanismo. Universidad Nacional de La Plata. <aigareta@gmail.com>

Introducción

En 1888 se inauguró en la ciudad de La Plata, capital de la provincia de Buenos Aires, República Argentina, el primer museo de ciencias naturales de América del Sur que contó con un edificio construido para tal fin (Farro 2008) **(Fig. 1)**.

Sus colecciones incluían varios miles de piezas arqueológicas que habían sido reunidas por colecta, compra, donación o intercambio por quien fue su primer director, Francisco P. Moreno (Teruggi 1988). Durante las siguientes dos décadas Moreno se dedicó activamente a ampliarlas y tal interés se mantuvo constante hasta el siglo XXI. Ciento treinta y tres años después, el Museo de La Plata (MLP) custodia uno de los acervos museográficos más importante de América Latina y es el mayor repositorio arqueológico argentino (Ametrano 2015), con colecciones provenientes de sitios de todo el país, países limítrofes y algunas regiones de Europa, Asia y África (Igareta 2019).

Fig. 1. La República Argentina en gris claro; en gris oscuro, la provincia de Buenos Aires en cuya ciudad capital se ubica el Museo de La Plata.

Fuente: Gráfica de F. Chechi.

En la actualidad un pequeño porcentaje de los materiales arqueológicos con que cuenta la institución está exhibido en las salas abiertas al público, mientras que el resto se encuentra en guarda en los tres depósitos[1] destinados a tal fin en el histórico edificio del Museo, denominados 6, 7 y 25, respectivamente. A diferencia de otras divisiones científicas que desde momentos tempranos contaron con personal asignado a la organización y mantenimiento de sus reservas, la División Arqueología careció de él hasta tiempos recientes. Por más de un siglo el esfuerzo de investigadores y técnicos estuvo centrado en la obtención, análisis y exhibición de materiales, actividades cuyos resultados

1 Diversos autores propusieron recientemente reemplazar el uso de la denominación "depósito" por "bodega" o "reserva" para referirse a espacios de guarda de bienes de valor patrimonial, por entender que la primera no representaba adecuadamente las características de tales espacios. En este texto se decidió respetar la nomenclatura histórica que se les dio en el MLP, asumiendo además que la denominación evolucionó a la par del concepto de depósito arqueológico y no es necesario reemplazarla para actualizarla. A fines prácticos las tres palabras deben ser consideradas como sinónimos en este artículo.

dieron a la institución prestigio mundial, pero que relegaron a un segundo plano tareas de importancia museográfica.

No obstante, la actividad resultó del interés de personajes clave en la historia de la institución como Luis María Torres, quien en 1915 elaboró un catálogo de colecciones arqueológicas y etnográficas y, años después, concretó el primer inventario completo de materiales arqueológicos y de materiales de otros departamentos científicos (Podgorny 1999). También Fernando Márquez Miranda se interesó por la clasificación del material y en la década de 1940, cuando era Jefe del Departamento de Arqueología, ordenó la recatalogación del total de las colecciones líticas procedentes de Patagonia. Más recientes cabe mencionar la labor de María Delia Arenas quien, entre fines de la década de 1980 y mediados de la del 2000, concretó ordenamiento físico y la actualización del inventario de la Colección Benjamín Muníz Barreto (Arena 2008), y el inventario y clasificación tecnoestilística de los textiles andinos realizado por Elsa Manjarín y Graciela Suárez a fines de la década de 1990 (Manjarin & Suárez 2002). Y aunque otros profesionales realizaron intervenciones semejantes, se desarrollaron siempre sobre conjuntos puntuales y sin extenderse al grueso de las colecciones, como ocurrió por ejemplo con los trabajos de restauración de piezas realizados por Benito Fernández y por Domingo García entre los años 1930 y 1970 (Pellizzari 2020).

La ausencia sostenida de personal específicamente encargado de los depósitos arqueológicos ocasionó la progresiva desorganización de sus colecciones, dado que un enorme volumen de material continuó ingresando año a año en cada uno. En el Depósito 7 la situación comenzó a revertirse a comienzos de la década de 1990 gracias a la labor de la mencionada Arena, y dio un vuelco definitivo en el siglo XXI cuando María Guillermina Couso fue nombrada como su Encargada de colecciones. Muy diferente fue la situación del Depósito 25 (D25), el de mayor superficie, el único que alberga materiales procedentes de todo el país y el único totalmente ajeno a la vista del público, ya que se encuentra en la planta baja (parcialmente soterrada) del MLP, en la sección de dependencias técnicas. Sin registro formal de que durante el siglo XX haya contado con un responsable asignado a la custodia de sus colecciones, los únicos datos conocidos sobre el uso del D25 se remontan a la década de 1970 cuando fue utilizado como gabinete para el análisis de materiales recuperados en excavaciones entonces realizadas por investigadores de la institución (Ceruti, *comunicación personal*, 2021) y al desarrollo de una breve experiencia de limpieza y reemplazo de contenedores de un conjunto acotado de piezas (Vázquez, *comunicación personal*, 2021).

En el año 2003 el entonces Jefe de División, Dr. Rodolfo Raffino, me pidió que localizara en el D25 material que un investigador necesitaba revisar con urgencia; pese al desorden y a no disponer de ningún tipo de referencia topográfica para guiarme, pude cumplir con lo requerido. A ese pedido siguieron otros, lo que dio comienzo por mi parte a una labor informal de identificación y limpieza expeditiva de conjuntos que se solicitaban para consulta. Eventualmente esa tarea se transformó en el acondicionamiento y ordenamiento de series completas de piezas. Los buenos resultados obtenidos durante los trabajos generaron un interés institucional por contar con un responsable permanente para el depósito, lo que llevó a mi nombramiento como Encargada de colecciones del D25 en abril de 2008.

Ese fue el inicio de un largo recorrido destinado a mejorar el estado del acervo del D25 y a que sus colecciones recuperaran un rol protagónico como material de referencia de la arqueología nacional. Al decir de Raffino, la puesta en valor del "*legendario e inexpugnable Depósito 25*" (Raffino 2012: 5) empezó a saldar la deuda que la División Arqueología tenía desde hacía décadas con los materiales en su custodia. A modo de breve biografía, el objetivo de este trabajo es dar cuenta del estado de las colecciones del depósito al inicio de ese recorrido, revisar los problemas identificados y presentar las (probadas e improvisadas) estrategias implementadas para resolverlos. Este texto no pretende hacer un detalle técnico

de los materiales y métodos utilizados, sino un relato de cómo la realización de tareas aparentemente sencillas, tediosas y de poca envergadura generaron una mejora drástica en una de las reservas arqueológicas más importante del país.

El Depósito 25 en números

El D25 se ubica en el corazón de la planta baja del MLP y es el más antiguo de los depósitos de la División Arqueología, ya que ha funcionado como reserva desde el momento de la inauguración del edificio. Se desarrolla en un espacio único de 23 m × 8 m × 2.50 m completamente interno, sin luz natural y sin accesos de aire más allá de tres pequeñas ventilaciones – una en la única puerta de ingreso y dos en la pared posterior – que conectan con un pasillo perimetral, igualmente interno. No cuenta con sistema de ventiladores, ventilación forzada o control de temperatura, pero desde el año 2017 dispone de un deshumidificador industrial que contribuye al control de la humedad relativa (HR) de su ambiente y al filtrado del aire. Un relevamiento realizado cinco días a la semana a lo largo de dieciocho meses durante los años 2007 y 2008 dio como resultado un registro de temperatura anual promedio de 14º C y una HR promedio de cerca del 64%, con picos de 20º y 72%, respectivamente, durante las últimas semanas del mes de febrero y las primeras de marzo, aunque en el curso de los últimos años dichos parámetros han mostrado un incremento sostenido en sus valores (Mariani & Igareta 2014).

Los muros perimetrales del D25 se encuentran íntegramente cubiertos, de piso a techo, por estantes de madera de 65 a 80 cm de ancho, dispuestos a alturas variables y sostenidos por armazones de madera directamente amurados a las paredes. Dos secciones de las estanterías perimetrales originales fueron reemplazadas por mobiliario de metal, mientras que la estructura de soporte del resto se mantiene igual hace por lo menos un siglo, aunque muchos de los estantes han sido también reemplazados. El espacio interno del depósito se encuentra ocupado por tres líneas paralelas de estanterías metálicas de 15 m de largo, 1 m de ancho y 2 m de altura, separadas entre sí por pasillos de 0,75 m de ancho. Estas sustituyeron en el año 2014 a un muy variado conjunto de soportes, estanterías, cajoneras y cajones de madera de diversa antigüedad, calidad y solidez que hasta entonces habían servido para el almacenamiento de las piezas (**Fig. 2 y 3**).

Fig. 2. Vista actual del mobiliario metálico del pasillo *iDd* del D25.
Fuente: Fotografía de M. Hernández.

Fig. 3. Vista actual de las estanterías perimetrales de madera del pasillo *i*A del D25.
Fuente: Fotografía de A. Igareta.

No fue posible hallar publicaciones o documentación que den cuenta de intervenciones sistemáticas de conservación, clasificación u ordenamiento del D25 anteriores al año 2008, aunque sí hay evidencia de que ciertos conjuntos de piezas fueron restaurados, inventariados y acondicionados. Tampoco hay un registro formal previo a ese año que indique quiénes, cuándo y con qué motivo accedieron a la consulta de sus materiales, pero las publicaciones realizadas por investigadores a lo largo de más de un siglo evidencian que muchas de sus colecciones fueron analizadas, lo que implica que existió algún mecanismo informal que lo posibilitaba. Es probable que tales revisiones informales hayan contribuido a agravar la situación de desorden de los conjuntos, dado que los arqueólogos se veían obligados a ubicar los elementos de su interés en un espacio incómodo, y movilizaba para ello materiales y contenedores que no eran vueltos a acomodar o lo eran sin un criterio unificado.

Una de las grandes incógnitas que persistía a comienzos del siglo XXI era la cantidad y variedad de piezas que albergaba el D25, dado que ni los esmerados registros elaborados por la División Arqueología hasta mediados del siglo XX ni los menos detallados realizados desde entonces discriminaban en cuál de los tres depósitos había sido alojado cada conjunto de materiales. Teniendo en cuenta que las colecciones arqueológicas del MLP se incrementaron de modo sostenido desde su inauguración hasta el año 2004[2],

2 En el año 2004 se promulgó la Ley 25.743 de protección del patrimonio arqueológico y paleontológico de la República Argentina que estableció que el material recuperado en excavaciones podía ser trasladado a otras localidades para investigación, pero que una vez terminadas el material debía ser ingresado en las colecciones de repositorios próximos a los sitios donde fue recuperado. Desde entonces no se sumó ninguna nueva colección arqueológica al MLP.

la información disponible en la documentación histórica se hallaba muy desactualizada. Hasta donde se pudo indagar, nunca se había realizado un registro directo y pormenorizado del acervo del D25 como el que se realizó en simultáneo con las tareas de acondicionamiento que se relataran a continuación.

Diagnóstico inicial

La falta de personal encargado de organizar el ingreso y consulta de materiales en el D25 generó una situación de desorden que se vio agravada por el uso de la reserva para el almacenamiento de objetos que no pertenecían a las colecciones arqueológicas. Herramientas e instrumental, equipamiento para el trabajo de campo y contenedores vacíos fueron acumulándose en el interior del depósito a lo largo de casi un siglo y ocupando espacio destinado al material (Collazo & Igareta 2010). En el 2008, y como primera acción de mejora, se procedió a identificar y retirar dichos elementos, lo que permitió despejar parte de la superficie de los pasillos que hasta entonces se hallaban obstruidos por aquellos y por el material arqueológico apoyado sobre el piso de modo irregular **(Fig. 4A y 4B)**. Luego se procedió a remover la capa uniforme de polvo y telarañas de varios milímetros de espesor que cubría los casi 210 m^2 de superficie y mobiliario del D25, lo que tuvo como resultado dos aspiradoras quemadas por exceso de uso. También se retiraron trampas para ratones instaladas en décadas anteriores (algunas aún activadas) y se eliminaron cúmulos de basura orgánica e inorgánica que se habían depositado a lo largo de casi un siglo. Toda la limpieza fue una tarea mecánica realizada en seco, por lo que la cantidad de polvo movilizado y en suspensión nos obligó a trabajar por meses con barbijos o máscaras con filtros de partículas y lámparas portátiles que reforzaban la iluminación.

Fig. 4A, 4B. Dos vistas del D25 al momento de inicio de los trabajos de puesta en valor que muestran las condiciones en que se hallaban entonces las colecciones.

Fuente: Fotografías de A. Igareta.

Una vez alcanzado un nivel aceptable de limpieza de las instalaciones, se inició el diagnóstico propiamente dicho de los conjuntos arqueológicos (Odegaard 1992). Entre otras problemáticas se buscó detectar en las colecciones evidencias de ataque biológico por el accionar de roedores, insectos, hongos o bacterias, así como deterioro producido

por sales u oxidación. Para ello, fue necesario aprender a reconocer los marcadores físicos directos e indirectos de tales procesos, para lo que se consultó a profesionales de otras divisiones científicas del MLP y de otras instituciones, y se recurrió a la lectura de bibliografía especializada. Los datos recabados llevaron a la elaboración de una "lista roja" de piezas y/o conjuntos que se encontraban afectados por procesos activos de daño que ponían en riesgo su conservación a corto plazo, y su acondicionamiento se definió como prioridad.

El primer relevamiento mostró que, además de sucio y atacado por agentes biológicos, el material del D25 se hallaba desordenado y disperso, y que el espacio interno del depósito carecía de cualquier tipo de marca que sirviera como referencia básica para registrar su ubicación. Algunos miles de piezas estaban ubicadas con un principio de orden y a la vista sobre estanterías y en cajones, otras tantas se disponían de modo más o menos ordenado en contenedores de cartón y madera fabricados para tal fin. Pero un porcentaje abrumador permanecía en las mismas bolsas de tela, cajas de cartón o madera, frascos de vidrio o empaques de papel de diario que había sido ingresado al MLP, en algunos casos hacía décadas (Igareta & Hernández 2020).

El diagnóstico reveló también que la estructura de dos tercios del mobiliario de madera estaba debilitada y en riesgo de colapso por un severo ataque de insectos que serían luego identificados como carcomas (*Anobium punctatum*). Los cajones de madera de dos de las cuatro grandes cajoneras utilizadas para el almacenamiento de piezas de pequeño formato eran los más comprometidos. Muchos de los contenedores de papel, tela, cartón y madera y las etiquetas de papel mostraban evidencias de daño por pececitos de plata (*Lepisma saccharina*) y por una abundante población de cucarachas (*Blatta orientalis* entre otras especies), que habían generado daño por masticación, deyección y acumulación de restos de individuos muertos (Igareta & Mariani 2015). El daño más grave fue el detectado en las piezas de la colección de textiles y plumarios andinos, causado por larvas de derméstidos (*Anthrenus* sp.) y polillas portaestuches (*Tinea pellionella*) (Mariani & Igareta 2014). El accionar de los derméstidos impactó de modo particularmente dramático sobre las colecciones de cestería y calabazas (cucurbitáceas) pirograbadas, ya que solo cinco ejemplares de un par de docenas de estas últimas procedentes de diversos sitios del país pudieron ser recuperados y conservados.

Además, el avance de los trabajos permitió detectar en instancias posteriores daño mecánico producido por psocópteros en los adhesivos orgánicos utilizados en las restauraciones históricas de piezas cerámicas (Igareta *et al.*, 2017), desarrollo de levaduras sobre la superficie de piezas cerámicas almacenadas en contenedores (Nitiu *et al.*, 2014) y deterioro por proliferación de hongos y bacterias sobre algunas de las telas y tejidos (Guiamet *et al.*, 2014). También pudo comprobarse que el ataque de roedores había ocurrido hacía años y que en el 2008 estos ya no constituían un agente de daño activo.

Casi la mitad de las piezas cerámicas[3] que entonces se hallaban dispuestas en estantes y cajones mostraba alguna forma de daño producido por inadecuadas condiciones de almacenamiento. Por ejemplo, deterioro de su ornamentación derivado de un apilado sin aislamiento entre pieza y pieza; fracturas inducidas por el apilamiento de piezas pesadas sobre otras frágiles y delicadas; colapso de soportes y/o contenedores que generaron un efecto dominó de caída de unas piezas sobre otras, etc. Las distintas formas de deterioro habían ocasionado el desprendimiento y la caída de fragmentos de diversos tamaños de manera desordenada sobre el mobiliario y piso, lo que dificultaba identificar su ejemplar de procedencia. Parte del acervo cerámico y un porcentaje menor de las piezas líticas, óseas y de madera que se encontraban en las cajoneras y que habían

3 Las piezas líticas y cerámicas constituyen, en conjunto, cerca del 93% de las manufacturas en guarda en el D25. El porcentaje minoritario corresponde a objetos de metal, madera y pericarpio, hueso, vidrio, valvas y fibras animales y vegetales, así como a elementos de características mixtas.

sido objeto de restauraciones en décadas anteriores mostraban pérdida de cohesión de los adhesivos antiguos y/o nuevas fracturas ocasionadas por el uso de productos de adhesión y reposición más duros que la materia prima original (Pellizzari 2020).

Orden, limpieza y reemplazo de contenedores

El diagnóstico inicial reveló para el D25 una variedad de problemas que superaban los que podían afrontarse y resolverse efectivamente a corto plazo y con recursos limitados. Se diseñó entonces un plan de intervención por etapas que abordara primero las necesidades definidas como más urgentes –aquellas relacionadas con la preservación de las piezas – y relegara otras igualmente importantes pero cuya demora no ponía en riesgo físico el acervo del depósito. El trabajo de los primeros años se enfocó prioritariamente en acciones de conservación preventiva para cuyo desarrollo se consultó nuevamente a personal de otras divisiones del MLP y a profesionales externos capacitados en la temática[4], pero también se recurrió a la lectura de bibliografía especializada. Con frecuencia, los lineamientos e indicaciones técnicas de tales textos (muchas veces extranjeros) debieron ser adaptados a los recursos y materiales disponibles a nivel local, por ejemplo en lo referido al uso de ciertos productos químicos o la utilización de determinados insumos museográficos. Ello obligó a nuevas consultas para evaluar los pros y contras de los reemplazos propuestos, y a generar casos de prueba que permitieran determinar el desempeño de los productos elegidos en una muestra acotada de materiales arqueológicos antes de decidir extender su uso al resto de las colecciones, a fin de minimizar posibles efectos negativos.

Las acciones iniciales de la intervención incluyeron la limpieza individual y en seco con paño suave, pincel, cepillo y/o aspiradora de todas las piezas y fragmentos de piezas que se hallaban directamente ubicadas sobre estantes y cajones **(Fig. 5)**. Idéntico procedimiento se utilizó para la limpieza del exterior de bolsas, cajas y cajones y para todo el mobiliario, avanzándose sector por sector, de techo a piso, primero en todas las estanterías periféricas y luego en las tres secciones internas. El material que presentaba manchas o depósitos orgánicos producto de la actividad de agentes biológicos u otro tipo de suciedad adherida fue tratado por aspersión con una solución alcohólica al 70% y pinceles, paños e hisopos **(Fig. 6)**, aunque se dejó para una instancia posterior la remoción de inscripciones realizadas sobre las piezas con crayones o tizas, al comprobarse que requerían de otro tipo de tratamiento específico.

En simultáneo con la limpieza, comenzó el trabajo de ordenamiento físico de los elementos y su reunión por colección de pertenencia, destinándose ubicaciones determinadas para cada una e iniciándose un minucioso trabajo de revisión de los fragmentos hallados sueltos para su identificación. Los conjuntos en los que priman los objetos líticos de gran formato y peso fueron ubicados en cajones de plástico en el piso o sobre los estantes más bajos, mientras que las colecciones integradas por materiales de menores dimensiones fueron reacomodadas en los niveles más altos o en cajones. Aunque parezca una consideración obvia, la falta de control por décadas de la forma en que se ordenaba el material ingresado al depósito había generado situaciones de riesgo para muchos conjuntos, como el apilamiento directo de piezas líticas por encima de restos cerámicos, óseos o de madera.

4 Patricia Frazzi, conservadora del Centro de Arqueología Urbana de la Universidad de Buenos Aires, nos proporcionó amablemente bibliografía, instrucciones y productos durante los primeros años de trabajo. Julieta Pellizzari, conservadora, se incorporó al equipo de trabajo del D25 en el 2009 y se desempeñó como colaboradora *ad honorem* por cuatro años antes de ser contratada. Juan Ignacio Pérez Galetta, museólogo, se incorporó como asesor *ad honorem* en el 2012 y desde entonces colabora en calidad de tal en las tareas mencionadas.

Fig. 5. Limpieza mecánica de un conjunto cerámico de las colecciones en guarda en el D25.
Fuente: Fotografía de A. Igareta.

Fig. 6. Limpieza con solución alcohólica y pinceles de material de colección del depósito afectado por agentes orgánicos.

Fuente: Fotografía de A. Igareta.

Terminada esta etapa, se inició la apertura de contenedores y la limpieza del material que se encontraba en su interior. Dicha tarea – que aún continúa – fue de las más complejas de planificar y ejecutar, por lo imprevisible del contenido de los cientos de bolsas, cajas y cajones intervenidos. En algunos casos en su interior se hallaron unos pocos elementos enteros en buenas condiciones, pero en otros se encontraron cientos de fragmentos con sedimento adherido, dañados por insectos o roedores, hongos, y envueltos en varias capas de paja, papel o tela (**Fig. 7**). Un porcentaje mayoritario del material del D25 no fue objeto de ningún tipo de intervención una vez ingresado a la institución y permaneció en las mismas condiciones en que fue enviado desde el sitio de excavación por lo que, en muchos casos, adecuar sus condiciones a los requerimientos básicos de un depósito moderno implicó un gran desafío.

Una vez relevado el contenido, se inició el reemplazo de los contenedores orgánicos por bolsas de nylon, y/o cajas y cajones plásticos o cajas nuevas de cartón de uso comercial. Se decidió no utilizar recipientes herméticos dado que ello podría generar condensación de humedad en su interior e inducir nuevos deterioros químicos o biológicos. En cambio, se optó por cajones con laterales enrejillados que permiten la circulación de aire y por cajas con tapas de encastre sin ajuste. Por cuestiones de costos resultó imposible concretar un reemplazo simultáneo de todos los contenedores, por lo que se resolvió que, mientras la tarea avanza progresivamente, la sustitución de los antiguos y deteriorados empaques orgánicos por otros de cartón nuevo (periódicamente monitoreados para identificar evidencias de ataque biológico) es la mejor alternativa posible.

Fig. 7. Inicio de las tareas de acondicionamiento de una colección que permanecía en el mismo embalaje de papel de diario en el que había sido ingresada al D25 hacía más de setenta años.

Fuente: Fotografía de M. Hernández.

A fin de aprovechar al máximo el espacio interno del depósito y facilitar el acomodamiento y apilado de los contenedores, inicialmente se decidió utilizar un único tamaño estandarizado de cajas y dos tamaños de cajones. Sin embargo, la presencia de piezas de dimensiones y morfología singular y/o con requerimientos particulares obligó a ampliar dicho repertorio y generar alternativas específicas para su correcto almacenamiento. Ello ocurrió, por ejemplo, con la colección de casi 700 telas, textiles y plumarios andinos, cuyos ejemplares de menores dimensiones fueron acomodados en una cajonera metálica nueva, mientras que los de mayor formato fueron ubicados en una estructura colgante diseñada y construida *ad hoc* (Collazo 2016; Collazo *et al.*, 2018). Para otros materiales, en cambio, se optó por el armado de cajas a medida utilizando para ello planchas de polipropileno corrugado apto para conservación. Dado el elevado costo de este material, se reservó su uso para piezas delicadas o muy deterioradas o para revestir parte del mobiliario de madera que no pudo ser reemplazado (**Fig. 8A y 8B**).

Fig. 8A, 8B. Uno de los cajones de madera antes de su intervención y el mismo cajón luego, revestido con polipropileno y con divisiones de espuma de polietileno para evitar que las piezas se rocen entre sí.

Fuente: Fotografías de A. Igareta.

Las acciones de limpieza y retiro de contenedores orgánicos del D25 fueron acompañadas por la puesta en marcha de un sencillo programa de fumigaciones anuales y monitoreos periódicos. Con el asesoramiento de profesionales de la División Entomología[5] del MLP, se seleccionó un insecticida de uso comercial de amplio espectro cuya combinación específica de piretroides cubría las plagas detectadas. Se optó por aplicarlo utilizando el formato de aerosol de descarga total, dado que ello permite la saturación del ambiente sin generar residuos sobre mobiliario o piezas[6]. Posteriores revisiones permitieron comprobar que, a mediano plazo, este programa tuvo como resultado un control efectivo de la entomofauna, plaga detectada en la reserva.

Referenciamiento, inventarios y protocolos

Una vez avanzada la tarea de reunir y ordenar las colecciones, se inició la elaboración de su inventario topográfico, una base de datos que lenta pero efectivamente se transformó en el primer registro específico del depósito basado en información directa. Su preparación hizo necesario otorgar una nomenclatura específica a cada estante, cajón, mueble, pasillo y lado de pasillo, a fin de generar un sistema básico de coordenadas. Las referencias correspondientes se pintaron en el piso y se etiquetaron los laterales de los muebles para facilitar una rápida identificación y lectura de ellas. La ubicación de cada conjunto en el espacio interno del depósito fue registrada como parte de su información básica, junto con su número de catálogo, nombre del colector, sitio de procedencia, año de colecta, materia prima de las piezas y cualquier otro dato considerado relevante.

El deterioro de las etiquetas que acompañaban a muchas de las piezas había puesto en riesgo las posibilidades de identificación museográfica de gran cantidad de conjuntos, y se observó que afectaba particularmente a las colecciones ingresadas al depósito a partir de la década de 1940. Mientras que unas 9000 piezas reunidas con anterioridad se encuentran identificadas secuencialmente mediante una sigla única pintada o entintada directamente sobre el material cuyo código remite al fichero histórico de la División Arqueología, un porcentaje mayoritario de los elementos ingresado *a posteriori* solo se halla acompañado por etiquetas de cartón o papel. Con frecuencia esas etiquetas brindaban datos clave para comprender la procedencia y organización de cada conjunto, por lo que puede estimarse la importancia de su conservación. El lento – y todavía activo – proceso destinado a registrar los datos de cada una de ellas implicó retirar y resguardar las etiquetas históricas aún conservadas, transcribir textualmente su información y realizar un rastreo minucioso en aquellos casos en que las referencias estuvieran deterioradas. Ello incluyó revisar una amplia variedad de documentos (libros de ingreso, diarios de campo, actas de donación, publicaciones); detectar semejanzas entre empaques con contenidos similares (incluyendo, por ejemplo, el mismo tipo de papeles o diarios del mismo lugar y fecha) y consultar a investigadores que trabajaran con colecciones semejantes y pudieran aportar información precisa sobre su origen **(Fig. 9A y 9B)**. Tal estrategia permitió restituir, con elevado grado de certeza, los datos de sitio, colector y expedición de un porcentaje significativo de las piezas. En otros casos, solo se consiguió asignar el material a un área general de procedencia en función de ciertos rasgos específicos, lo que Márquez Miranda (1944: 104) definió como "*prueba de presunciones*" al enfrentar el mismo problema setenta años antes. Por último, un pequeño porcentaje de restos debió ser registrado momentáneamente como "sin referencia", aunque no se descarta que esfuerzos posteriores permitan restituirla.

5 La buena predisposición de la Dra. Roxana Mariani y su equipo fueron clave tanto en esta instancia como en las posteriores, dado que brindaron información vital para la comprensión de la dinámica de desarrollo de las poblaciones de insectos en el depósito y para la implementación de estrategias destinadas a controlarlas.

6 Dado que entre las décadas de 1980 y 2000 el D25 fue esporádicamente fumigado con comprimidos fumígenos de cipermetrina que generaban un residuo graso de gran penetración, se estimó que la alteración química que podían producir estos aerosoles sobre las piezas de colección era mínima comparada con la previamente ocasionada por dicho residuo.

Fig. 9A, 9B. Un cajón con material de colección en su embalaje original y un ejemplo del tipo de contenedor por el que fue reemplazado durante los trabajos de puesta en valor.

Fuente: Fotografías de A. Igareta.

En caso de detectarse incongruencias entre las etiquetas y el contenido – por ejemplo, la indicación de que los objetos eran de una determinada materia prima cuando eran de otra, o la referencia a una procedencia insostenible dadas las características del material –, se registraron los datos correctos, pero la información original fue también transcripta con una advertencia, a fin de dejar constancia de que se trataba de un error histórico y no de uno cometido en el curso de la nueva intervención (**Fig. 10**). También se señaló aquellos casos en que la información correspondía a una restitución o cruce de datos y no a un registro directo, a fin de dejarlo asentado para futuras revisiones.

Fig. 10. Vista del daño producido a las etiquetas de papel de las colecciones del acervo del D25 por la actividad de insectos plaga.

Fuente: Fotografía de A. Igareta.

Fig. 11. Tareas de revisión y registro de la numeración de referencia de un conjunto lítico.
Fuente: Fotografía A. Igareta.

La progresiva complejización de las tareas hizo necesario establecer pautas comunes que las guiaran, así como registrar de modo sistemático el trabajo realizado para evaluar su avance, introducir mejoras y compartir la información con otros profesionales. Dado que hasta el 2008 la División Arqueología no contaba con un formato estandarizado de registro de labores técnicas, se elaboró un primer protocolo básico a modo de fichas con campos fijos para el registro de las actividades. Para su diseño se tomaron como ejemplo los utilizados por los responsables de otras colecciones del MLP y se revisaron las propuestas disponibles en internet de una extensa cantidad de museos del país y el exterior. La información recabada fue utilizada luego para el armado de un modelo de *Ficha de registro de restauración*[7] (realizada por Pellizzari en el año 2010), de una *Ficha de registro de limpieza y daño de textiles* (diseñada por Collazo, Quaranta & Pérez Galetta en el año 2012) y de una *Ficha de registro de daño entomológico* (elaborada por Igareta & Mariani en el 2013), entre otras.

También se implementó desde el 2008 la entrega de un informe anual a las autoridades de la División Arqueología de las actividades realizadas en el D25, en el que se registra de modo detallado las tareas desarrolladas en el período y los criterios que las orientaron, con el objetivo de generar a largo plazo un *corpus* documental de la historia del manejo del depósito. A ello se sumó la realización de presentaciones, ponencias en encuentros científicos y museográficos, además de la publicación de artículos en revistas especializadas y de divulgación (Bednarz, Igareta & Penesis 2019; Collazo & Igareta 2010; Giambelluca, Gianelli & Igareta 2011; Hernández & Giambelluca 2015; Igareta 2010; Quaranta & Collazo 2016), lo que generó un positivo *feedback* de información con colegas de otras instituciones que llevaban adelante tareas semejantes.

El interés puesto en la sistematización de las actividades de acondicionamiento se extendió luego a otras relacionadas con la gestión del depósito, sobre todo a medida que la mejora en las condiciones del D25 hizo posible que fuera reabierto a consulta, primero parcial y luego completamente. Por ejemplo, teniendo en cuenta las condiciones ambientales de la reserva, se estableció que permanecería habilitada a terceros durante ocho meses al año, mientras que en los cuatro restantes (correspondientes a los meses de mayor calor y humedad) el acceso quedaría restringido al personal asignado a colecciones. De igual modo se estableció un cupo máximo de personas y de horas de permanencia en el depósito, al comprobarse que, superada cierta capacidad, sus niveles de temperatura y humedad se incrementaban exponencialmente.

En el año 2009, al concretarse la reapertura oficial del depósito para la consulta de colecciones y dado que la División Arqueología no contaba entonces con un sistema formal de gestión de solicitudes, se implementó un sistema básico de recepción de pedidos vía mail, evaluación, autorización y asignación de turno de visita. Asimismo se inauguró un registro de planillas manuscritas que los investigadores visitantes deben completar y firmar cada vez que acceden al D25. En el 2011 y tomando como referencia los documentos utilizados en otras divisiones científicas del MLP y los lineamientos generales del reglamento de colecciones de la institución, se elaboraron un *Protocolo para la cita de piezas de material de colección*, un *Protocolo para la cita de imágenes y documentación* y un *Compromiso para la utilización de datos obtenidos de los materiales y documentos*, que debían ser completados por cada investigador una vez terminada su consulta. Dichos protocolos fueron luego adoptados para su uso en todos los depósitos de la División; con algunos cambios menores y el agregado de un *Acuerdo de reproducción fotográfica* implementado para toda la institución, los cuales se encuentran vigentes en la actualidad.

7 La incorporación de una restauradora profesional en el equipo del D25 hizo posible un trabajo sistemático de restauración que se articuló orgánicamente con las tareas de acondicionamiento; sin su presencia, avanzar en ese tipo de intervenciones hubiera sido imprudente y riesgoso para el material.

Resultados, errores y logros

Trece años después de su inicio, los resultados obtenidos en la puesta en valor del D25 superaron todas las expectativas. Aunque es mucho lo que resta aún por hacer, en la actualidad es un depósito limpio, accesible y transitable que cumple con los lineamientos museográficos básicos y dispone de sectores con mesas de trabajo destinadas a facilitar la consulta de sus ordenadas y bien referenciadas colecciones. Cuenta con personal permanente que realiza tareas de limpieza, mantenimiento y monitoreo de los conjuntos arqueológicos y brinda asesoramiento a las docenas de profesionales del país y del exterior que solicitan cada año acceso a sus materiales. En las revistas especializadas de toda la región se multiplican las publicaciones que presentan información novedosa obtenida del análisis de sus conjuntos, y sus instalaciones funcionan como espacio pedagógico para la formación de alumnos de distintos niveles de carreras terciarias y universitarias, y de talleres para jóvenes y adultos mayores en temáticas tan diversas como la manufactura de cerámicas con técnicas aborígenes y diseño y modelado en 3D.

Alcanzar ese resultado no fue tarea sencilla, sino un largo proceso de aprendizaje, prueba, error, corrección e innovación por parte de un grupo de profesionales que fue consolidándose lentamente como un equipo interdisciplinario. Algunos de los errores cometidos fueron operativos y fue posible resolverlos simplemente mediante una nueva propuesta metodológica y mucho más trabajo. Por ejemplo, inicialmente se pretendió ubicar las piezas de cada colección siguiendo su numeración de catálogo, pero rápidamente fue evidente – por la variabilidad de tamaños y formas de los materiales – que ello implicaba un enorme desperdicio del escaso espacio de almacenamiento. En cambio, se optó por acomodar juntas las piezas de morfología semejante, maximizando las posibilidades de guarda de cada caja, cajón o estante, y sacrificando la correlación física por aprovechamiento del espacio, aunque ello obligara nuevamente a dispersar colecciones (aunque esta vez con un registro sistemático que permitiera rastrear tal disgregación). Algo parecido ocurrió con la pretensión de no apilar materiales, una norma claramente establecida en la bibliografía especializada actual, pero que al cabo de unos meses se reveló como imposible de aplicar en un depósito saturado de material, con una cantidad limitada de estantes y cajones, sin posibilidades inmediatas de ampliación. Se definieron entonces mínimos criterios de seguridad para la guarda de objetos superpuestos, tales como no apilar elementos de distintas materias primas, siempre ubicar las piezas más pesadas abajo, no apilar piezas restauradas o solo colocar dentro o encima de ellas piezas livianas y siempre mantener los materiales aislados entre sí por láminas de espuma de polietileno, film alveolar (o incluso cartón nuevo si no es posible disponer de productos más adecuados) para evitar deterioros por fricción.

También fue posible corregir a corto plazo el error inicial de programar las fumigaciones a comienzos del año académico, dado que ello coincidía con el inicio del otoño (momento de disminución de la actividad de los insectos) y el momento idóneo para realizarlas es a fines de la primavera, cuando sus ciclos vitales se activan. Por su parte, el armado de cajas a medida dio como resultado un proceso mucho más complejo de lo que se estimó en principio y fue por ello que, después de varios intentos fallidos en los que se desperdiciaron materiales valiosos y difíciles de reponer, se decidió la realización de moldes en papel como paso previo a la confección del contenedor definitivo.

Otros errores fueron, sin embargo, más graves y difíciles de resolver una vez detectados. Por ejemplo, durante los primeros cuatro años de trabajo todos los restos de insectos hallados asociados al material arqueológico fueron descartados, asumiéndose que se trataba de organismos plaga de depósito que habían atacado las piezas almacenadas. Solo *a posteriori* y gracias al asesoramiento de entomólogos se descubrió que estos podían formar parte del *corpus* de

evidencia arqueológica y que por ello mismo debían ser conservados para futuros análisis sistemáticos (Bednarz *et al.*, 2016). Si bien resultó imposible recuperar los restos de entomofauna ya descartados, la consulta inicial con biólogos se convirtió en un proyecto interdisciplinario de larga duración[8] que no solo permitió definir criterios precisos para la recolección e identificación de insectos y otros artrópodos hallados en el depósito (Mariani & Igareta 2014), sino que brindó la posibilidad de avanzar en una novedosa línea de investigación, con escasos antecedentes a nivel nacional.

Entre los resultados positivos los obtenidos durante las tareas de acondicionamiento del D25 se destaca la actualización de los datos cuantitativos referidos a las colecciones que alberga. En el año 2017 se concluyó el acondicionamiento de los conjuntos que ocupan la mitad del espacio interno de la reserva, y el procesamiento de la información correspondiente arrojó que se había intervenido entonces un total de 63.457 piezas enteras, distribuidas en 67 colecciones (Igareta *et al.*, 2017). Estimando que el espacio restante alberga una cantidad algo mayor de materiales – propuesta que constituye solo una aproximación general y que deberá ser reemplazada por datos concretos – el acervo completo del depósito reuniría cerca de 140.000 piezas, a las que se sumaran una cantidad varias veces mayor de fragmentos.

Resulta imprescindible destacar que las tareas de puesta en valor de los materiales arqueológicos del D25 se vieron acompañadas por un esfuerzo institucional que incluyó la colocación de nuevas luces y de enchufes (hasta el año 2008 el depósito carecía totalmente de ellos), el ya mencionado reemplazo de mobiliario y la adquisición permanente de insumos e instrumental específico solicitado por el personal a cargo de la reserva. También se llevaron adelante acciones de mejora edilicia destinados a controlar los efectos negativos de la humedad ascendente en dos de las paredes del depósito y se procedió a la instalación de matafuegos y de un sistema automático de detección de incendios. Conseguir que el D25 se convirtiera en la reserva accesible y funcionalmente operativa que es un la actualidad hubiera sido imposible si durante una década las autoridades del MLP no se hubieran tomado el tiempo de interiorizarse en sus problemáticas específicas y si no se hubieran comprometido activamente para intentar resolverlas.

Comentarios a modo de cierre

Desde el momento en que me hice cargo del D25 fue evidente que su puesta en valor era una tarea que, por mucho, excedía las posibilidades de trabajo de una sola persona, y que era imprescindible contar con profesionales con formación diferente de la mía para realizarla adecuadamente. Mi experiencia en investigación no era en lo absoluto suficiente para enfrentar los desafíos implicados en la conservación y manejo de las colecciones arqueológicas de un museo, por lo que me resultó indispensable capacitarme formalmente en la temática. Además, y dado que las posibilidades de la División Arqueología de contratar personal eran escasas[9], el Dr. Raffino me permitió generar un proyecto marco e implementar un programa de voluntariado para alumnos y graduados de distintas carreras[10]

8 *Análisis interdisciplinario de colecciones arqueológicas del Museo de La Plata. Identificación del daño biológico y artropodofauna asociada*. Dirección Dra. Roxana Mariani, Proyecto de Investigación y Desarrollo. Programa de Incentivos, Secretaría de Ciencia y Técnica, UNLP. Código: N783 (2015-2018). *Análisis interdisciplinario de colecciones de investigación y de valor patrimonial. Identificación de daño y desempeño de artropodofauna asociada*. Dirección Dra. Mariani y Dra. Igareta. Programa de Incentivos a docentes-investigadores UNLP, P I+D, Código N/899 (2019-2022).

9 En el año 2010 Jorgelina Collazo se incorporó a la División Arqueología como técnico profesional asignada al D25.

10 "*Proyecto de acondicionamiento y puesta en valor de las colecciones y materiales del Depósito 25 de la División Arqueología*". Dirección Dra. Ana Igareta. Expte 1000-013864/13. Aprobado por el Honorable Consejo Directivo

que, con el tiempo, llevó a la conformación de un equipo interdisciplinario de primer nivel[11]. Fue la articulación de ese equipo, el interés de sus integrantes por capacitarse y su labor sostenida en el tiempo los que generaron un impacto efectivo en el estado de las colecciones; si no hubiera contado con su colaboración, el alcance de la mejoras habría sido significativamente acotado.

A mi entender, una de las claves del éxito del trabajo realizado fue el compromiso asumido por todo el equipo de alejarse del rol de investigadores y posicionarse, en cambio, como responsables de colecciones. Priorizar el acondicionamiento de todo el acervo y no solo enfocarnos en aquellos conjuntos de nuestro propio interés o del interés de colegas cercanos hizo posible el diseño de un plan de actividades que a la brevedad impactó positivamente en el total de las colecciones. Un punto de quiebre en tal sentido fue la decisión de relegar las tareas de inventariado a un segundo momento de trabajo, dado que ello generó críticas y reclamos por parte de investigadores que se hallaban urgidos de acceder a la información de algunos materiales y consideraban que la actualización de las bases de datos debía ser la prioridad. Pero el equipo sostuvo el criterio de asegurar la preservación física a largo plazo de todas las colecciones por sobre la necesidad particular de análisis de ciertos conjuntos. Aunque no fue fácil conjugar el interés museográfico con las urgencias de la investigación arqueológica, se estimó entonces – y sigue siendo mi opinión personal muchos años después – que recién cuando la preservación física de todo el acervo esté asegurada, es pertinente avanzar en el relevamiento de la información de referencia de cada colección.

Curiosamente – o no tanto, dado que el MLP es un museo de Ciencias – en ese recorrido en el cual conscientemente buscamos alejarnos de la investigación arqueológica, la investigación nos alcanzó desde un ángulo completamente novedoso. La necesidad de enfrentar problemas para los cuales no hallábamos respuesta en la bibliografía especializada nos obligó a hipotetizar causas y a aplicar todo nuestro conocimiento como arqueólogos para corroborarlas o refutarlas. De igual modo, nos llevó a relacionarnos e intercambiar información con profesionales de muy diversos campos de la Biología pero también la Bioquímica, la Física, la Restauración, la Museología y la Ingeniería, en un innovador y sostenido ejercicio de colaboración interdisciplinar orientado a la construcción de soluciones novedosas.

Por último, no puedo dejar de mencionar que, incluso después de tantos años a cargo del Depósito 25, aún sigue asombrándome el potencial que late en las venas de sus colecciones: Cómo la aplicación de modernas – pero también antiguas– técnicas de análisis permiten obtener datos originales capaces de fortalecer interpretaciones o cambiar radicalmente nuestra perspectiva sobre ellas; Cómo conjuntos nunca antes estudiados y otros detalladamente revisados una docena de veces tienen todavía tanta información nueva para ofrecer a quienes quieran consultarlos.

Agradecimientos

A todas las personas que, sucesiva y afectuosamente, integraron desde diferentes lugares el equipo del D25 a lo largo de casi veinte años.

de la Facultad de Ciencias Naturales y Museo de la Universidad Nacional de La Plata.

11 Marina Iwanow, Sergio Bogan, Daniel González y Nicolás González Benegas fueron colaboradores clave durante los primeros años de trabajo; a ellos sumaron luego Vanina Castillón, Nicolás Aguerrebehere, Diego Gonnet, Julia Gianelli, Analía Quaranta, Celeste Placenave, Matías Hernández, Romina Giambelluca y Santiago Novara, todos alumnos de la Licenciatura en Antropología de la Universidad Nacional de La Plata y todos pasantes *ad honorem* en distintas etapas del proyecto. Julieta Penesis y Melina Bednarz, alumnas de la misma carrera en la Universidad de Buenos Aires, se desempeñaron también durante años como colaboradoras externas *ad honorem*, al igual que María Angélica Guerriere, conservadora. Todos ellos realizaron una labor destacada en el mejoramiento del estado de las colecciones del D25.

IGARETA, Ana. A brief biography of an archaeological repository: D25 (Museo de La Plata, Argentina), 13 years later. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 54-74, 2022.

Abstract: Depósito 25 of the Museo de La Plata (Buenos Aires, Argentina) is the largest archaeological reserve of the institution founded at the end of the 19th century. Historically it lacked of permanent staff in charge of its collections. This not only limited the possibilities for access and analysis of the material, but also generated a progressive state of disorder and neglect that had a negative impact on all the collections. The situation began to change in 2008 when the appointment of a new curator set in motion a comprehensive project to refurbish the facilities and the more than 100,000 pieces in its custody. This was a complex task that began with the total cleaning of the reserve and its contents for the first time in half a century, continued with a meticulous survey and registration of the collection material, and ended with the preparation of a general topographical inventory. This was followed by monitoring and control of identified pests, replacement of furniture and organic containers and the design of *ad hoc* protocols for the organization and recording of activities carried out by visiting staff and researchers. Thirteen years later, the collections of the reserve are adequately conditioned, organized and accessible, having become a permanent source for researchers in the country and abroad, and the information obtained is presented in scientific, pedagogical, technological and art publications. This paper briefly reviews the path followed, giving an account of the set of complex problems faced at each stage and the simple and concrete strategies developed to solve them.

Keywords: Depósito 25; Museo de La Plata; Archaeological collections; Disorder and deterioration; Enhancement.

Referencias bibliográficas

Ametrano, S. 2015. *Datos sobre el último relevamiento general de colecciones del Museo de La Plata*. Informe interno Dirección del Museo de La Plata. Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata. Manuscrito inédito. La Plata.

Arena, M.D. 2008. Documentación e identidad de los materiales arqueológicos del Museo de La Plata. *Museo* 3: 37-49. Disponível em: https://bit.ly/3EJcfeT. Acesso em: 08/04/2021.

Bednarz, M.; Igareta, A.; Penesis, J. 2019. Definiendo la cultura material colonial a partir de colecciones arqueológicas del Museo de La Plata. *Teoría y Práctica de la Arqueología Histórica Latinoamericana*, 8: 71-81. Disponível em: https://bit.ly/3u07WWF. Acesso em: 18/11/2022. DOI 10.35305/tpahl.v8i0.6.

Bednarz, M. *et al.* 2016. Revisión del hallazgo de Agua Caliente (Rachaite, Jujuy), Colección Vignati, Museo de La Plata. In: *Anais* do XIX Congreso Nacional de Arqueología Argentina, 2016, Tucumán. Disponível em: https://bit.ly/3tIaGYh. Acesso em: 01/07/2021.

Collazo, J. 2016. Desarrollo y aplicación de un protocolo para la conservación y documentación de textiles de colecciones arqueológicas del Museo de La Plata. In: *Anais* do XIX Congreso Nacional de Arqueología Argentina, 2016, Tucumán.

Collazo, J.; Igareta, A. 2010. Puesta en valor de la colección arqueológica Francisco P. Moreno (Museo de La Plata). In: *Anais* do I Congreso de Museos Universitarios, 2010, La Plata. Disponível em: https://bit.ly/3EmgT0W. Acesso em: 18/11/2022.

Collazo, J. *et al*. 2018. Una mirada interdisciplinaria para la conservación textil. El caso de las colecciones del Museo de La Plata. *Fragmentos del pasado* 5: 49-58. Disponible en: https://bit.ly/3tHmLNr. Acesso em: 30/05/2021.

Farro, M. 2008. *Historia de las colecciones en el Museo de La Plata, 1884-1906: naturalistas viajeros, coleccionistas y comerciantes de objetos de historia natural a fines del siglo XIX*. Tese de doutorado. Universidad Nacional de La Plata, La Plata. Disponible en: https://bit.ly/3GqGfxx. Acesso em: 27/03/2021.

Giambelluca, R.; Gianelli, J.; Igareta, A. 2011. Dos colecciones arqueológicas y un destino: el recorrido histórico de la Colección Bruch y la Colección Lafone Quevedo en el Museo de La Plata. In: *Anais* do II Simposio Colecciones de Museos e Investigación Patrimonio, Diversidad Cultural e Inclusión Social. (CD-ROM).

Guiamet, P. *et al*. 2014. Fungi and bacteria in the biodeterioration of archeological fibers. Analysis using different microscopic techniques. *Revista Argentina de Microbiología* 46: 376-377. Disponível em: https://bit.ly/3EJ15Xy. Acesso em: 18/11/2022. DOI 10.1016/S0325-7541(14)70097-5.

Hernández, M.; Giambelluca, R. 2015. A un siglo del primer pozo de petróleo: el valor histórico de la Colección Schiller (Museo de La Plata). In: *Anais* do VI Congreso Nacional de Arqueología Histórica, 2015, Mendoza.

Igareta, A. 2010. Epoxi, madera, hierro y masilla. Restauraciones históricas en colecciones arqueológicas del Museo de La Plata. In: *Anais* do I Congreso Nacional de Museos Universitarios. (CD-ROM).

Igareta, A. 2017. *Informe anual de actividades desarrolladas en el D25*. Informe interno División Arqueología, Museo de La Plata. Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata. Manuscrito inédito. La Plata.

Igareta, A. 2019. Rastros de la India en el Museo de La Plata, Argentina: la colección arqueológica H.W. Seton-Karr. *Antilha Revista Latinoamericana de Historia, Arte y Literatura* 8: 69-85. Disponível em: https://bit.ly/3EHfaow. Acesso em: 18/11/2022.

Igareta, A.; Hernández, M. 2020. Colecciones arqueológicas del Museo y una historia hecha de cajones. *Museo* 32: 65-72. Disponível em: https://bit.ly/3XfSSkN. Acesso em: 18/11/2022.

Igareta, A.; Mariani, R. 2015. Acciones de conservación preventiva en depósitos de la División Arqueología del Museo de La Plata. *Conversa: Voces en la conservación* 1: 95-104. Disponível em: https://bit.ly/3U4raoF. Acesso em: 18/11/2022.

Igareta, A. *et al*. 2017. Biodeterioro por psocópteros en restauraciones históricas de cerámicas arqueológicas: definición de la problemática y toma de decisiones durante una intervención de conservación preventiva en el Museo de La Plata (MPL), Argentina. *Intervención: Revista Internacional de Conservación, Restauración y Museología* 8: 57-69. Disponível em: https://bit.ly/3UNjsAr. Acesso em: 18/11/2022. DOI 10.30763/Intervencion.2017.16.183

Manjarin, E.; Suárez, G. 2002. *El arte textil de la civilización andina*. Academia Nacional de la Historia, Buenos Aires.

Mariani, R.; Igareta, A. 2014. Avances en el registro de agentes de biodeterioro de material arqueológico y estrategias básicas implementadas para su control. In: *Anais* da Reunión sobre Biodeterioro y Ambiente de la Provincia de Buenos Aires, 2014, La Plata. Disponível em: https://bit.ly/3Oip2rQ. Acesso em: 18/11/2022.

Márquez Miranda, F. 1944. Colecciones arqueológicas de Patagonia del Departamento de Arqueología y Etnografía del Museo de La Plata. *Revista del Museo de La Plata* 103-121. Disponível em: https://bit.ly/3EJ5Sbu. Acesso em: 23/11/2020.

Nitiu, D. *et al*. 2014. *Reporte de muestreo y siembra de material pulverulento del D25 División Arqueología MLP*. Informe inédito. Instituto de Botánica Carlos Spegazzini, Universidad Nacional de La Plata, La Plata.

Odegaard, N. 1992. *A guide to handling anthropological museum collections*. Western Association for Art Conservation, Tucson.

Pellizzari, J. 2020. *Metodologías de intervención en las cerámicas arqueológicas del Museo de La Plata desde el siglo XIX hasta la actualidad*. Dissertação de mestrado. Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires.

Podgorny, I. 1999. De la antigüedad del hombre en el Plata a la distribución de las antigüedades en el mapa: los criterios de organización de las colecciones antropológicas del Museo de La Plata entre 1897 y 1930. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos* 6: 81-101. Disponível em: https://bit.ly/3TJ0Vnm. Acesso em: 10/5/2021. DOI 10.1590/S0104-59701999000200004.

Quaranta, A.; Collazo, J. 2016. Ojo al piojo. 60.172. Un caso de estudio de ectoparácitos en textiles de la colección del D25 del Museo de La Plata. In *Anais* do XIX Congreso Nacional de Arqueología Argentina, 2016, Tucamán.

Raffino, R. 2012. Prólogo. In: Collazo, J. *Colección arqueológica Francisco Pascasio Moreno: pasado, presente y futuro. Cómo conservamos nuestro patrimonio arqueológico*. Trabalho de conclusão de curso. Universidad Nacional de Rosario, Rosário, 4-6. Disponível em: https://bit.ly/3hPhG2Z. Acesso em: 8/5/2021.

Teruggi, M. 1988. *Museo de La Plata, 1888-1988: una centuria de honra*. Fundación Museo de La Plata, La Plata.

O acervo do *Heraion* no Museu de Delos: entre pesquisa e expografia

*Gilberto da Silva Francisco**
*Carolina Machado Guedes***

FRANCISCO, G.S.; GUEDES, C.M. O acervo do Heraion no Museu de Delos: entre pesquisa e expografia. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 75-92, 2022.

Resumo: Este texto está inserido no quadro de pesquisas sobre o Santuário de Hera (*Heraion*) de Delos, um dos projetos da École française d'Athènes (EFA) e relacionado a uma rede de colaboradores provenientes de várias universidades brasileiras. Mais especificamente, discutimos no texto a íntima relação entre as pesquisas arqueológicas sobre o santuário de Hera em Delos, que remontam ao século XIX, e o museu local, que foi construído no início do século XX. Nesse sentido, são apresentadas questões relacionadas à dinâmica da pesquisa entre sítio arqueológico e museu local, a lógica da apresentação de vários objetos provenientes do sítio arqueológico na exposição aberta ao público do museu e, além disso, estratégias baseadas em ambiente virtual de reorganizar alguns limites entre sítio arqueológico, museu local e comunicação.

Palavras-chave: *Heraion* de Delos; Museu Arqueológico de Delos; Expografia; Pesquisa Arqueológica; Ferramentas e mídias digitais.

Introdução

O Museu de Delos é composto por um acervo exclusivo de objetos provenientes do sítio arqueológico local. Trata-se de um museu de sítio[1], cuja lógica é, além de abrigar os objetos (sobretudo de pequena e média dimensões, mas alguns poucos de grandes dimensões) encontrados nos variados sítios arqueológicos da ilha, apresentar, em uma exposição permanente e parcialmente temporária, os objetos arqueológicos encontrados nas escavações arqueológicas da ilha de Delos[2]. Dessa forma, o museu é intimamente ligado ao sítio arqueológico, seja como instituição na qual é concentrado o repertório de objetos encontrados na ilha, seja como espaço físico onde são desenvolvidas atividades de caráter laboratorial, seja como parte da experiência que

* Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Membro Sênior da École française d'Athènes (EFA), responsável pelo projeto "O Heraion de Delos". <g.francisco@uifesp.br>

** Professora da Universidade Metropolitana de Santos (Unimes), Colaboradora do projeto "O Heraion de Delos" (EFA). <cmguedes@gmail.com>

1 Para uma tipologia de museus arqueológicos na Grécia, ver Francisco (2018).

2 Em 2019, o Museu de Delos, como outros museus gregos, abriu-se para exposição temporária relacionada à arte contemporânea. No caso de Delos, tratava-se de uma exposição integrada entre museu local e sítio arqueológico com esculturas de ferro do artista britânico Antony Gormley intitulada *SIGHT* (Gormely *et al.*, 2020).

completa a visitação da ilha, que é estruturada pela circulação no sítio arqueológico[3], onde estão reveladas as ruínas de caráter paisagístico, especialmente as arquitetônicas, e por seu complemento desenvolvido na circulação no interior do museu, na sua área visitável onde estão algumas salas de exposição (**Fig. 1-3**).

Fig. 1. Museu de Delos (ao fundo) e ruínas do sítio arqueológico, 2019.
Fonte: arquivo pessoal de Carolina Machado Guedes.

Fig. 2. Museu de Delos e ruínas do sítio arqueológico (vista aérea), 2019.
Fonte: arquivo pessoal de Carolina Machado Guedes.

3 Vale notar, Delos foi listada como patrimônio da humanidade pela UNESCO em 1990 (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 2009: 353; Brockman 2011: 132).

Fig. 3. As ruínas do *Heraion* de Delos e vista geral do sítio arqueológico, 2019.
Fonte: arquivo pessoal de Carolina Machado Guedes.

Considerando a íntima relação entre o sítio arqueológico e o museu local, apresentaremos, neste texto, aspecto específico dessa complexa conexão: trata-se da mobilização do repertório de objetos relacionados ao santuário de Hera em Delos, lidando com a dinâmica da pesquisa em torno desse conjunto, mas também de sua influência na composição da exposição do Museu de Delos. Cabe notar que esse museu está fechado para uma ampla reforma desde o início de 2020, o que foi ratificado com a pandemia de covid-19. Nesse sentido, não é possível dizer se a lógica da exposição será mantida. Mais que isso, é preciso dizer que a exposição já vinha sendo parcialmente remodelada e, desde 2017, muitos dos objetos relacionados ao conjunto do *Heraion* de Delos foram deslocados da exposição e acondicionados na reserva técnica do museu, o que ainda será explicado mais detalhadamente.

Assim, este texto será organizado em duas frentes: a primeira apresentando a lógica entre sítio arqueológico e o museu local considerando as atividades de preservação e pesquisa, além da lógica da apresentação desses objetos na exposição desse museu até recentemente; e a segunda, como a integração de ferramentas digitais ao projeto em questão podem contribuir para a transformação dessa lógica tradicional através da construção de um novo complemento da conexão entre o museu e o sítio arqueológico.

A pesquisa sobre o *Heraion* de Delos

As pesquisas arqueológicas sobre o *Heraion* de Delos remontam ao século XIX. Apesar de ter havido algum interesse antes disso (por exemplo, desenhos e breves descrições de viajantes já no século XVIII)[4], as primeiras escavações aconteceram no século XIX,

4 As pesquisas sobre o *Heraion* de Delos, desde as mais antigas informações de viajantes até as primeiras escavações sistemáticas, são o objeto da pesquisa de Heloisa Vidal, mestranda do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Unifesp, sob orientação de Gilberto da S. Francisco.

mais especificamente a partir de 1881; e as primeiras grandes escavações com registros mais detalhados aconteceram em 1909 e 1911 (Plassart 1928: 148-150). Essas informações são fundamentais para a compreensão do acervo relacionado ao *Heraion* no museu local.

É importante saber que a maior parte dos objetos encontrados na ilha são guardados no Museu de Delos, que começou a ser construído em 1904[5]. Entretanto, o material encontrado antes desse período foi guardado em locais variados (por exemplo, alguns objetos foram deslocados para o Museu Arqueológico Nacional de Atenas) e atualmente parte da localização desse acervo é desconhecida. Isso significa que nem todos os objetos encontrados nas escavações do século XIX estão claramente identificados no museu – no caso específico do *Heraion*, não conhecemos a localização dos objetos escavados antes de 1911. Porém, a partir da escavação de 1911, os objetos são identificados na reserva técnica do museu, acondicionados em gavetas numeradas, nas quais há objetos que já foram publicados, mas a maior parte deles é inédita.

Depois de 1911, aconteceram algumas outras escavações que proporcionaram a ampliação do acervo relacionado ao *Heraion* no museu em 1958, 1964, 2002, 2006 e 2008. A escavação de 1911 foi dirigida por Pierre Roussel, membro da École française d'Athènes (EFA), e os achados basearam duas publicações em 1928 na série Exploration Archéologique de Délos (EAD) da EFA: os volumes EAD 10 (sobre a cerâmica do depósito votivo) e EAD 11 (sobre os santuários da região do monte Cinto, incluindo o santuário de Hera) (Dugas 1928; Plassart 1928). Além disso, em 1956, outra parte do material do depósito votivo foi publicada em outro volume sobre terracotas da mesma série (EAD 23 – Laumonier 1956), e parte das ruínas arquitetônicas foram revisadas em uma outra publicação (EAD 36 – Fraisse & Llinas 1995).

É importante notar que o material que está no museu e que foi consistentemente publicado é relacionado à escavação de 1911; já os objetos encontrados em 1958 e posteriormente não foram amplamente publicados. Nesse sentido, um dos principais objetivos da pesquisa sobre o *Heraion* de Delos é a publicação do conjunto das fontes em torno de uma questão específica: a história do culto de Hera em Delos.

Como visto, as escavações de 1911 basearam algumas publicações relacionadas aos objetos encontrados nela, e que, até hoje, compõem o material cujo conhecimento é mais expressivo na bibliografia em geral. Por exemplo, a publicação de Dugas (1928) ainda é amplamente citada, mas, geralmente, o interesse é mais ligado às categorias do conjunto cerâmico que ao culto de Hera[6]. Entretanto, depois disso, algumas outras intervenções no santuário proporcionaram o achado de um número expressivo de objetos que ainda não foram publicados.

As escavações dirigidas por Paul Bernard e Jean Ducat (1958 e 1964 respectivamente) foram indicadas nas crônicas de escavação da série Buletin de Correspondence Héllenique (BCH) da EFA, mas seu conjunto permanece ainda desconhecido da comunidade acadêmica e do grande público. A sondagem de Paul Bernard, publicada em 1959 nas páginas das crônicas das escavações da EFA, ocorridas 1958, apresenta apenas um achado: um vaso ático de figuras negras (Daux 1959: 787-790). Já a publicação relacionada à sondagem proposta por Jean Ducat (Daux 1965) apresenta desenhos de algumas estruturas arquitetônicas encontradas, mas o material associado é descrito de forma bastante generalista.

Esse material passou bastante tempo nas gavetas da reserva técnica do Museu de Delos e não foi estudado até a década de 1990, quando a responsabilidade do projeto passou para a Haiganuch Sarian,

5 Para as fases da construção do Museu de Delos entre 1904 e 1976 e a documentação sobre esse processo, ver Hadjidakis (2003: 109-123).

6 Ver, por exemplo, Paleothodoros (2018) e Alexandridou (2011: 28, 93).

como um dos projetos ativos da EFA[7]. Assim um hiato de décadas separou aquele material mais recentemente escavado do conhecimento público desde seu achado até sua retomada a partir de 1990, quando, em algumas missões voltadas a seu reconhecimento, ele voltou a ser estudado. Nesse caso, o museu guardou e, na sequência, ofereceu base para a análise laboratorial de um grande conjunto de fragmentos de cerâmica, ossos, metais, entre outros objetos, provenientes de escavações variadas ao longo do século XX e XXI.

A pesquisa ainda está em curso – sob a responsabilidade de Gilberto da S. Francisco – e, na sua sequência, são previstas missões para análise de categorias de vasos de cerâmica, desde aqueles do período geométrico, encontrados no depósito votivo e associado a estruturas laterais (dois muros), até aqueles do período helenístico associados ao altar e segmentos dos muros dos santuários, permitindo-se, assim, refletir sobre as referências temporais iniciais e finais do culto (entre o período geométrico e helenístico) e dinâmicas específicas ocorridas no curso desse longo recorte temporal. Objetiva-se, assim, apresentar publicações (artigos e um dossiê na série EAD da EFA) sobre o tema.

Fica clara, a partir dessas informações, a profunda conexão entre a pesquisa desse santuário e o museu local que guarda todos os objetos encontrados no sítio arqueológico, com exceção das ruínas arquitetônicas que são mantidas no seu local original; entretanto, elementos como telhas e acrotérios estão acondicionados na reserva técnica do museu. Ou seja, a pesquisa relacionada à história do culto de Hera em Delos, explorando especialmente as fontes encontradas ao longo das intervenções arqueológicas no sítio local, é feita em grande parte no Museu de Delos.

7 Depois da retomada da pesquisa, alguns artigos de apresentação do projeto e interpretação parcial do material foram publicados: Sarian (1997, 2000). Além disso, algumas informações sobre achados também foram publicadas em relatórios anuais da EFA no *Bulletin de correspondance hellénique* (Mulliez 2009a, b). Para visão mais atualizada do estágio atual da pesquisa e das interpretações, ver Francisco, Laky & Angliker (2021).

O *Heraion* e a exposição do Museu de Delos

Além de sediar as pesquisas arqueológicas e guardar o acervo proveniente das escavações arqueológicas, o Museu de Delos, como a maior parte dos museus arqueológicos, apresenta parte de seu acervo em exposição visitável a partir de recursos prioritariamente tipológicos e cronológicos (Francisco 2018). Isso significa que, em vez de apresentar os objetos recuperando seu contexto de uso na Antiguidade ou do contexto de achado, eles são recontextualizados em torno de elementos como materiais, formas e cronologia.

Dessa forma, em vez de salas ou setores voltados mais diretamente à organização paisagística do sítio arqueológico, há sete salas reservadas às esculturas encontradas no sítio arqueológico, organizadas em um percurso cronológico do período arcaico até o período romano; uma grande sala para o tema "vida privada", considerando o rico conjunto habitacional do período helenístico na ilha; uma sala para a cerâmica arcaica e, por fim, uma pequena sala para exposições temporárias **(Fig. 4)**. Essa organização foi mantida por décadas, mas, recentemente, a sala relacionada à apresentação prioritária dos vasos de cerâmica foi reorganizada e também abriga exposições temporárias.

Um fato significativo sobre os objetos selecionados para comporem a exposição é sua qualidade estética e seu grau de preservação. A maior parte dos vasos que compunha a sala de exposição sobre a cerâmica encontrada em Delos era proveniente do depósito votivo do santuário de Hera[8]. A partir dos dados cronológicos conhecidos, o culto da deusa teria sido iniciado no século VIII a.C. e houve uma transição importante na reorganização do espaço de seu santuário no final do século VI e início do século V a.C. (Bruneau & Ducat 2005: 279-281; Francisco, Laky & Angliker 2021: 227-234).

8 Sobre o depósito votivo do *Heraion* de Delos, ver Dugas (1928: 3-8), Plassart (1928: 154-84), Sarian (1997: 62-68) e Francisco, Laky & Angliker (2021: 237-239).

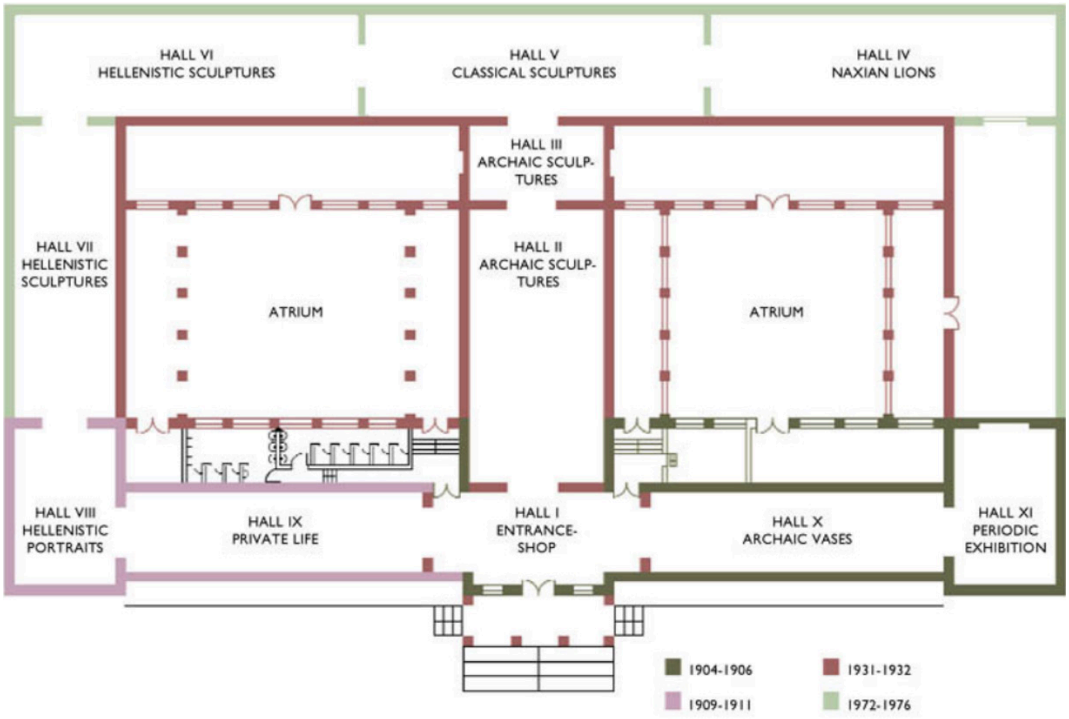


Fig. 4. Planta com as fases da construção do Museu de Delos.
Fonte: Hadjidakis (2003: 123).

O depósito votivo (a reunião das oferendas do estágio anterior, compreendido entre meados do século VIII e o início do V a.C., e que foram enterradas no contexto da construção de um novo templo) preservou, em excelente estado, boa parte dos objetos contidos nele. Isso significa que vários vasos de cerâmica, estatuetas de terracota e outros objetos foram encontrados quase intactos e, considerando tal estado de preservação, foram selecionados para compor a exposição no museu local, que foi mantida assim até 2017.

Entretanto, a maior parte dos objetos com estado de preservação ruim ou daqueles reduzidos a fragmentos foi conservada na reserva técnica do museu, sendo, assim, afastada do conhecimento do público mais amplo, como os visitantes da exposição do museu. No caso dos vasos de cerâmica encontrados no depósito votivo do *Heraion*, vários deles sequer foram publicados no catálogo sistemático de Charles Dugas (1928).

Da mesma forma, objetos encontrados nas escavações posteriores, entre 1958 e 2008, cujo grau de preservação é precário (o conjunto cerâmico, por exemplo, é bastante fragmentário), não foram inseridos na exposição do museu local, que ainda estava em processo de reformas e ampliações até a década de 1970, depois das escavações de 1958 e 1964 no *Heraion*.

Assim, entre as vitrines da exposição do museu e as gavetas da reserva técnica, foram preservados objetos que revelam, também nesses contextos específicos de sua guarda, seleções baseadas na avaliação contemporânea sobre eles, o que interferiu sensivelmente na sua acessibilidade – aqueles que foram potencialmente observados pelo grande número de turistas que visitam o museu a cada ano e aqueles que são observados apenas pelos pesquisadores que têm acesso à reserva técnica do museu e publicações especializadas.

Ainda sobre a exposição, é importante retomar a lógica de organização dos objetos

nas vitrines que compõem as salas expositivas. Como dito, a lógica é prioritariamente cronológica e tipológica, o que apresenta uma recontextualização dos objetos a partir de uma lógica claramente arqueológica tradicional, que pode ser encontrada, por exemplo, em catálogos e repertórios variados.

De forma geral, um bom exemplo é a série internacional *Corpus vasorum antiquorum* (CVA), que privilegia aspectos tipológicos e cronológicos na organização científica dos inúmeros acervos de vasos gregos e de tradição grega (Sarian 1998-1999; Francisco 2013, 2018), mesmo quando as informações sobre o contexto de achado são conhecidas. Um exemplo disso é a publicação do CVA volume 69 (Museu de Nápoles), intitulado "Raccolta Cumana", que apresenta os vasos de cerâmica gregos encontrados nas escavações promovidas por Leopoldo di Borbone em Cuma, entre 1852 e 1857, cuja organização seguiu o interesse da série, que constrangeu a apresentação do conjunto a uma lógica prioritariamente tipológica e cronológica, mesmo que houvesse informações sobre o contexto de achado.

No caso de Delos especificamente, vários volumes da série EAD apresentam objetos encontrados em escavações na ilha privilegiando a organização tipológico-cronológica. É o caso, por exemplo, da publicação citada sobre os vasos de cerâmica do depósito votivo do *Heraion* – um importante estudo desse conjunto cerâmico, mas que discute superficialmente a questão religiosa envolvida na reunião desse grupo de vasos já na Antiguidade, privilegiando o debate sobre as categorias de cerâmica a partir de uma organização tipológica e cronológica **(Fig. 5, 6)**.

Ou seja, mais que o contexto de achado (que é potencialmente observado na visita do sítio arqueológico) ou as condições de uso no passado associadas ao contexto sistêmico, o museu estabelece outra lógica na apresentação dos objetos. Entretanto, a conexão com o local de achado e dinâmicas antigas não é completamente ignorada: cabe notar que há várias indicações no museu, tais como as etiquetas dos objetos, que informam aspectos contextuais, como a proveniência específica no sítio arqueológico **(Fig. 7)**.

Isto é, informações sobre o contexto original e de achado desses objetos estão disponíveis, mas submetidas à lógica tipológico-cronológica de organização das salas de exposição. Assim, o museu, através de sua lógica interna, insere o visitante em uma nova forma de se relacionar com as informações sobre o patrimônio apresentado, diferente daquela organizada na visitação externa a ele – a dinâmica da visita ao sítio arqueológico. O museu, assim, não apenas guarda os objetos, mas apresenta uma nova forma de se relacionar com eles.

No caso específico do *Heraion* de Delos, os vasos de cerâmica que compunham parte expressiva da sala dedicada prioritariamente à cerâmica encontrada no sítio local eram organizados a partir da cronologia, formas e origem (centros produtivos). A relação com o *Heraion* local só poderia ser feita se as etiquetas fossem observadas individualmente em um conjunto de centenas de vasos de cerâmica. O mesmo pode ser dito sobre algumas estatuetas de mármore presentes em outra sala do museu: elas foram aproximadas de outras esculturas, cuja disposição respeita a cronologia (a sala delas é a do Período Arcaico) e aproximadas de outras esculturas similares encontradas em regiões variadas da ilha **(Fig. 8)**. Novamente, a conexão com o santuário de Hera só pode ser feita se o visitante observa cada etiqueta cuidadosamente.

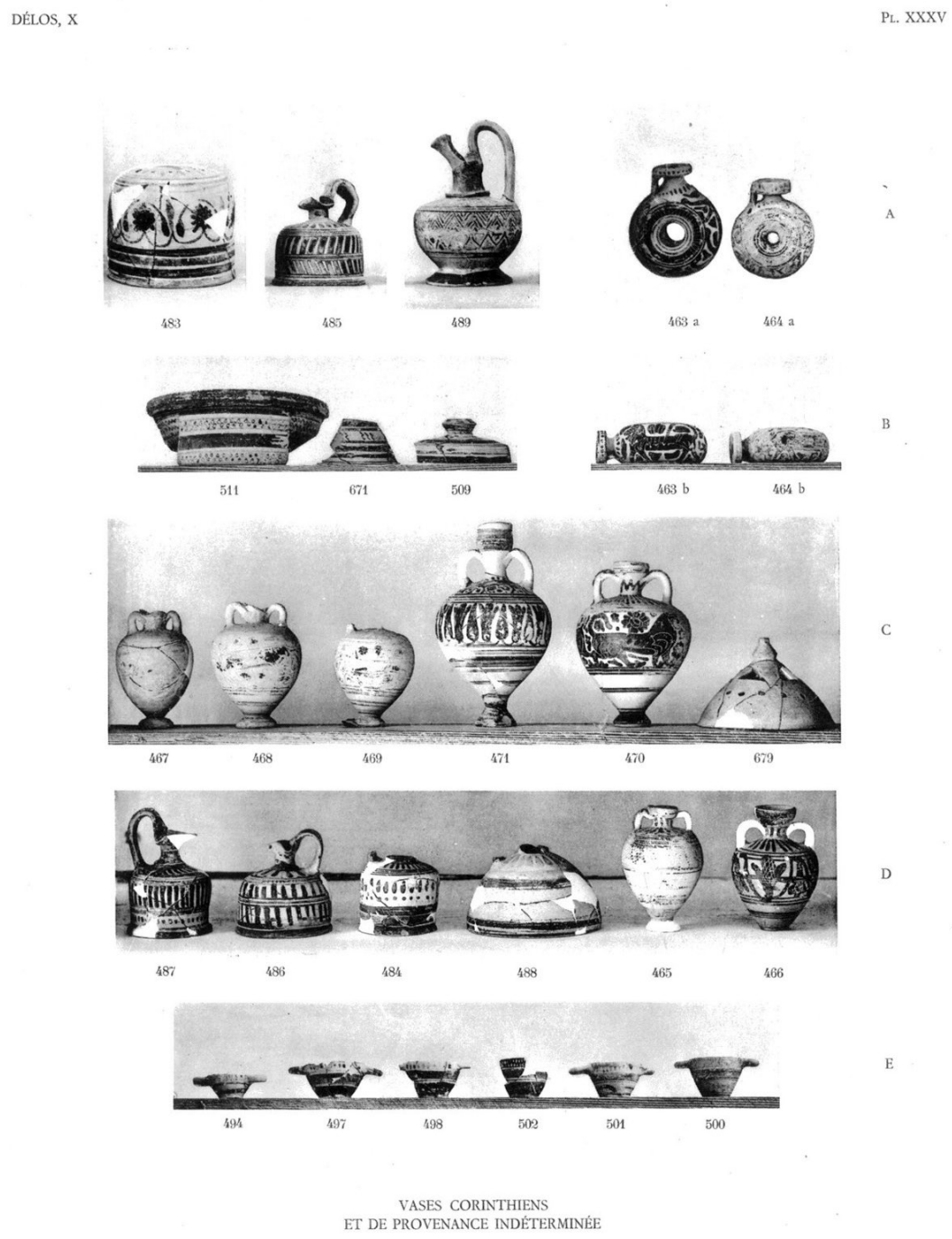


Fig. 5. Prancha da publicação sobre a cerâmica do depósito votivo do Heraion de Delos (EAD X).
Fonte: Dugas (1928).

Fig. 6. Vitrines na sala de exposição sobre cerâmica – Museu de Delos, 2006.
Fonte: arquivo pessoal de Gilberto da Silva Francisco.

Fig. 7. Estatuetas de terracota em vitrine com etiqueta bilíngue (francês e grego) – Museu de Delos, 2006.
Fonte: arquivo pessoal de Gilberto da Silva Francisco.

Fig. 8. Esculturas arcaicas de mármore em sala de exposição – Museu de Delos, 2006.
Fonte: arquivo pessoal.

Nesse sentido, observa-se que a recontextualização é caracterizada por estratégias organizacionais da pesquisa arqueológica tradicional. Como visto, essa lógica também é observada em publicações de repertórios de objetos variados. No caso do *Heraion* de Delos, os vasos de cerâmica e as estatuetas de terracota encontradas no seu depósito votivo (e eventualmente em outras regiões desse santuário) foram publicadas dessa forma; o que nos coloca diante de uma clara conexão entre a exposição e a forma predominante dos conjuntos de objetos arqueológicos observada também em catálogos especializados.

Porém, mais que isso, a mesma lógica pode ser observada em vários outros museus gregos e em outros países. Em outros termos, o museu arqueológico tradicional apresenta uma paisagem interna reconhecida em locais e situações diferentes, o que nos permite dizer que o Museu de Delos está inserido na dinâmica paisagística caracterizada por esses mecanismos internacionalmente articulados. A especificidade, é claro, é notada pelo repertório intimamente relacionado àquele sítio arqueológico local, que sedia as ruínas e o próprio espaço físico do museu.

Assim, a exposição apresenta algo específico e relacionado intimamente ao sítio arqueológico local, mas também, considerando a sua lógica de organização, ela propõe certa comunicação com aspectos organizacionais próprios da disciplina arqueológica, observáveis em publicações acadêmicas e em exposições de museus arqueológicos em vários espaços do mundo: uma comunicação de caráter local no conteúdo, mas que pode ter alcance global na sua forma.

As ferramentas digitais e o reposicionamento da lógica expográfica

Em uma exposição tradicional, na qual os objetos são organizados nas vitrines e associados a etiquetas e painéis explicativos, existe um limite muito bem estabelecido da dinâmica desse espaço, que é o objeto real (podendo, em casos específicos, ser substituído por moldes ou reproduções) e a narrativa textual. Uma variedade importante de mídias visuais é usualmente excluída. Porém, nos últimos anos, essa lógica vem sendo redefinida através da inserção de diversas mídias visuais reorganizando o espaço das exposições tradicionais (Lester 2006). Assim, não se trata apenas da inserção de objetos virtualizados em três dimensões, mas também da inclusão das mídias audiovisuais (vídeos e/ou fotografias), o que permite a potencialização do alcance das estratégias comunicacionais e educacionais.

Considerando esse amplo debate, no caso do projeto do *Heraion* de Delos, a proposta é aplicar dupla estratégia: por um lado, um novo debate sobre a lógica de interação entre museu e sítio arqueológico, integrando, de maneira virtual e interativa, esses dois espaços; e, por outro, trazer o debate específico da aplicação de recursos tecnológicos, proporcionando, dentro do ambiente virtual, uma experiência mais abrangente ao "visitante virtual", ainda que distinta daquela experimentada pelo visitante da ilha. O objetivo não é excluir a visitação física como perspectiva de conhecimento do sítio arqueológico e do acervo relacionado a ele, mas apresentar uma possibilidade, mais que alternativa, complementar.

Um dos primeiros passos está relacionado às estratégias de restauração virtual. Quanto a isso, é importante notar que há debates sobre os métodos físicos de restauração de objetos arqueológicos, considerando elementos variados sobre sua historicidade: desde os métodos mais antigos que tentavam reconstituir feições originais dos objetos, expondo-os, muitas vezes, a processos não reversíveis de restauração, até a valorização da lacuna como elemento estético e do uso prioritário de métodos reversíveis, menos intrusivos.

Além disso, a restauração física pode ser cara, pressupondo o deslocamento do restaurador, autorizações específicas de autoridades patrimoniais e o uso de materiais adequados para a inserção de próteses para as regiões não preservadas do objeto. Nesse sentido, no processo de restauração física, a seletividade é frequentemente maior. Tendo em vista esse cenário, a restauração virtual é muito bem-vinda, à medida que possibilita a apresentação de variadas propostas de reconstituição, além de não interferir diretamente na constituição física dos objetos. Na prática, o trabalho no espaço virtual garante a integridade dos objetos arqueológicos no seu aspecto físico, através do uso de ferramentas não intrusivas/não interventivas para seu registro, restauro e reconstrução

A partir dessas novas possibilidades, também é importante pensar nas consequências do ponto de vista da comunicação; ou seja, das estratégias de publicização desses objetos. Um primeiro elemento interessante é a ampliação de registros, seja na maior quantidade de objetos a serem selecionados para a restauração virtual, seja na apresentação de variadas propostas de reconstituição de um mesmo objeto. Além disso, considerando a criação de exposições virtuais, não são as características físicas do espaço do museu que orientam a constituição de um conjunto de vitrines e prateleiras.

Dessa forma, as estratégias, em ambiente virtual, devem ser específicas. É claro que o registro virtual da exposição a partir do espaço físico do museu também pode ser replicado virtualmente (uma espécie de visita virtual ao museu tal como ele é organizado fisicamente), mas outras estratégias podem ser apresentadas, como a criação de salas sequenciais organizando o acervo a partir das características do espaço virtual, a criação de percursos variados nos quais o acervo é apresentado de maneira "móvel", como a visitação orientada por referenciais espaciais do próprio sítio arqueológico virtualizado, entre outros.

Mais que isso, no domínio virtual, o acesso ao acervo não depende do deslocamento do visitante. Se, no caso do Museu de Delos, o visitante deve se deslocar até a ilha de Delos

e pagar um ingresso para o acesso ao sítio arqueológico e ao museu, o museu virtual pode apresentar o acervo de forma diferente.

Novamente, é preciso dizer que uma experiência não substitui a outra. Não se pensa, aqui, em termos de exclusividade, mas em criar instrumentos que proporcionem outras possíveis experiências específicas no que se refere ao acesso ao acervo do museu local. Por exemplo, isso ampliaria as estratégias relacionadas à visitação de espaços expositivos, inserindo, na narrativa museal, objetos que, seja pelo estado de preservação, seja por suas especificidades formais, estilísticas ou tecnológicas, não fazem parte da seleção principal das exposições físicas.

Nesse sentido, outro elemento importante é a situação dos objetos no museu, seja na exposição ou na reserva técnica, e sua conexão com o sítio arqueológico, organizada a partir da recontextualização dos objetos em grupo seguindo critérios prioritariamente tipológicos e cronológicos como visto. Assim, notar esses aspectos básicos de contextualização dos objetos em exposições é fundamental para a proposição de outras formas de apresentar os objetos em exposição, a partir de lógicas que poderiam reinseri-los em seus contextos de uso e achado.

Essa perspectiva poderia indicar aos visitantes outras formas de apresentação de um objeto, grupos de objetos e as várias formas possíveis de conexão: o objeto pensado a partir dos ambientes produtivos (seja uma oficina ou um polo produtivo específico), seu deslocamento e uso em contextos determinados, sua integração à pesquisa arqueológica através de seu achado em uma escavação, análise laboratorial, guarda e integração em dinâmicas comunicativas, como a inserção em exposições públicas.

É importante notar, nesse sentido, que o trabalho em ambiente virtual segue mais que a possibilidade de recuperação de contextos originais de produção e uso dos objetos. Ele também viabiliza o posicionamento dos objetos em horizontes complexos que integrem as novas formas de contextualização. É a reflexão do objeto em perspectiva ampla, dialogando com as narrativas sobre o ciclo de vida ou cadeias operatórias que interessam aqui. Isto significa que mais que uma proposta de apresentação cristalizada do objeto em um "teatro da memória", o ambiente virtual pode oferecer uma quantidade de camadas conectadas na sua apresentação, envolvendo a complexidade da entidade unitária e suas conexões.

Ao se transformar a relação com o objeto, ultrapassando o distanciamento entre objeto (atual) e comportamento (passado), criada pela recontextualização dos acervos arqueológicos dentro da prática expositiva, o visitante tem a oportunidade de se relacionar com os objetos de forma a contemplar a variedade de possibilidades, para além da observação de coerência por semelhança formal disposta em linearidade cronológica ou aquela própria do "teatro da memória".

Tendo, como ponto de partida, as considerações apontadas no texto até o momento, um dos objetivos da pesquisa sobre o santuário de Hera em Delos é de nos valer de todo o alcance proporcionado pelas ferramentas digitais para a construção de uma nova lógica expográfica, a partir de um novo modelo que não se limita aos espaços físicos do museu, seja na exposição ou na reserva técnica, proporcionando experiência complementar e imersiva aos visitantes através da construção de uma exposição que visa a contextualização variada dos objetos em questão, seja a partir de seu retorno aos contextos de sua criação e uso na antiguidade, ou a outros contextos que passaram a compor desde sua integração a campos da pesquisa científica e do patrimônio nas dinâmicas das sociedades modernas.

Assim, o interesse é constituir uma lógica de experiência complementar, mais do que simplesmente alternativa à logica existente, dando continuidade, através da inovação tecnológica, a esse diálogo museu/sítio.

As ferramentas utilizadas e uma proposta para o ambiente expositivo

De início, é importante dizer, o uso das ferramentas digitais dentro da prática

arqueológica não é uma novidade. De fato, somos expectadores (e atores) do aumento exponencial de sua aplicação nos contextos expositivos (e educativos) espalhados pelo mundo, que foram, a partir de 2020, acelerados em função da pandemia de covid-19. Nesse contexto, os debates que já estavam em curso encontraram um momento de aplicação premente, o que permitiu a associação do debate já estabelecido com as questões que apareceram de forma mais consistente por influência da pandemia.

Dessa forma, pensar nesses recursos virtuais e sua influência na pesquisa arqueológica, para além das questões sobre registro, divulgação científica, comunicação etc., passa também pela compreensão da gestão e comunicação museológica em contextos específicos, que pressupõem, por exemplo, restrições à circulação, reunião de grupos de visitantes em espaços fechados, entre outros.

A divulgação virtual do conhecimento pelos museus e instituições de pesquisa e ensino aumentou significativamente e a diversidade de suas aplicações pode ser percebida facilmente através de pesquisas simples nas ferramentas de busca. Dentro dessa abordagem tecnológica, alguns elementos norteiam nosso processo criativo, que estão sendo organizados através de dois itens distintos, porém complementares, que são a lógica expositiva – centrada na recontextualização dos objetos, situados a partir das variadas possibilidades de contexto (produção, uso, descarte, achado e ressignificações contemporâneas) – e a materialização de uma experiência virtual (dos visitantes), através das tecnologias digitais.

Distintas aplicações em âmbitos virtuais buscam representar os espaços dos museus dentro de uma realidade simulada do real, na qual o percurso do visitante dentro dos espaços dos museus é transferido para o ambiente virtual. Nesse tipo de simulação, o que se observa é o uso integrado de distintas ferramentas e mídias, o que permite a ampliação significativa da experiência do visitante com cada obra de arte ou objeto arqueológico. Um exemplo disso é a exposição "Tesouros da América", construída na plataforma Shapespark, uma ferramenta de renderização em tempo real (*real-time rendering*), que constitui solução criativa em consonância com as demandas do momento presente.

No caso das pesquisas no Santuário de Hera em Delos, objeto principal da discussão neste texto, a contextualização complexa do material arqueológico é ponto de partida para a organização de uma nova lógica expográfica e esse objetivo poderá ser alcançado através da integração de distintas ferramentas de produção de imagem (mídias 2D e 3D) e plataformas de divulgação do patrimônio virtualizado. Assim, ilustração arqueológica, realidade virtual e realidade aumentada podem oferecer uma gama de possibilidades de trabalho para a construção dessa nova lógica museal (teoria, planejamento e prática).

Assim, como ponto de partida, temos preocupação principal com a divulgação do conhecimento associado ao *Heraion* de Delos, que possibilite a continuidade do diálogo que já ocorre entre museu/sítio, recontextualizando os objetos em sua perspectiva sistêmica (comportamento) e arqueológica (prática da ciência), agregando, na medida do possível, elementos que indiquem também a função patrimonial dessas entidades arqueológicas entre espaço (paisagem) e objetos (**Fig. 9**).

Para cada uma dessas perspectivas, ferramentas e métodos específicos serão empregados para a construção dos espaços expositivos, que serão organizados em dois temas principais e seus desdobramentos: o contexto sistêmico, ou seja, o contexto de produção e uso dos objetos arqueológicos e o contexto arqueológico, inserindo aqui todas as etapas do método científico (**Tabela 1**) (**Fig. 10-12**). Da mesma maneira que iremos utilizar distintas ferramentas para a construção, reprodução, registro e restauro dos objetos arqueológicos e suas narrativas, também utilizaremos distintas plataformas para a divulgação desses espaços, nos valendo da importante oferta e facilidade de acesso atualmente disponíveis on-line.

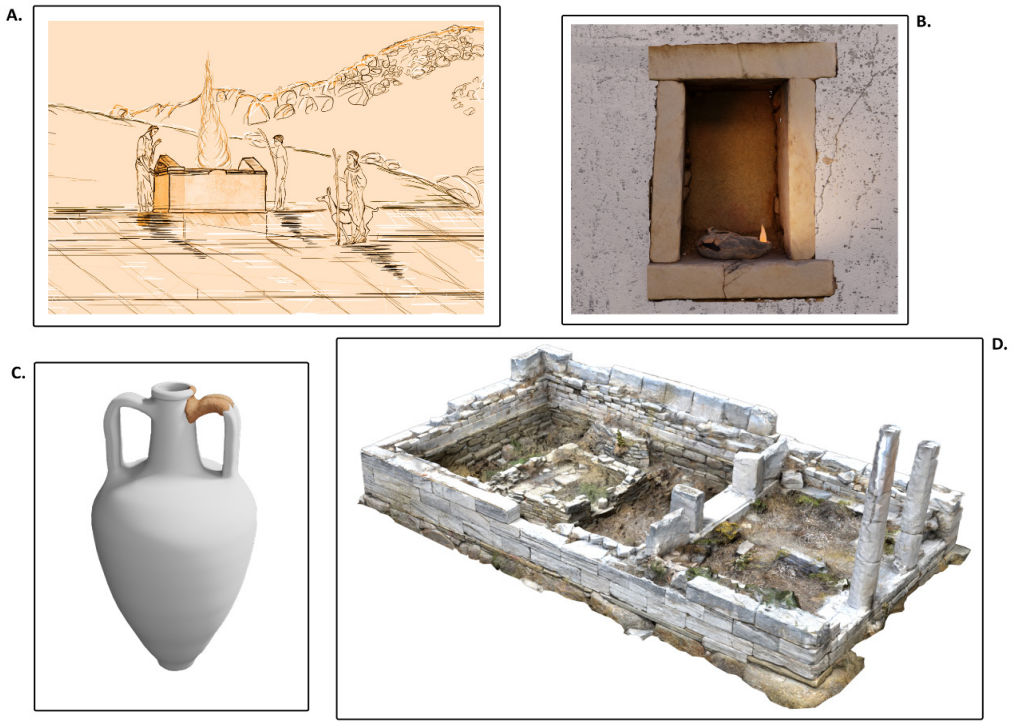


Fig. 9. Perspectiva sistêmica – A. Ilustração Arqueológica 2D (Photoshop) e B. Ilustração Arqueológica 3D (Blender); Perspectiva Arqueológica – C. Restauro Virtual (Blender) e D. Fotogrametria (Metashape).
Fonte: produzido por Carolina Machado Guedes.

Ferramenta	Aplicação	Descrição	Empresa	Categoria
Photoshop	• Ilustração Arqueológica • Representação das especificidades do comportamento antigo	Editor de imagens tipo raster	Adobe	Pacote pago
Illustrator	• Ilustração Arqueológica • Representação das especificidades do comportamento antigo	Editor de imagens vetoriais	Adobe	Pacote pago
Aero	Realidade Aumentada (AR)	Ferramenta para criação de experiencias interativas (Realidade Aumentada - AR)	Adobe	Pacote pago
Blender	• Reconstrução virtual do espaço do Santuário • Representação das especificidades do comportamento antigo • Virtualização do objeto arqueológico	Programa de modelagem 3D, animação, texturização, composição, renderização e edição de vídeo	Blender	Plataforma aberta (licença)

Ferramenta	Aplicação	Descrição	Empresa	Categoria
Metashape	Virtualização do objeto arqueológico	Ferramenta de processamento de imagens e geração de modelos 3D	Agisoft	Pacote pago
Unreal Engine	Realidade Virtual (VR)	Ferramenta de renderização em tempo real	Epic Games	Plataforma aberta (licença)
Shapespark	Realidade Virtual. Visualização Arqueológica	Ferramenta de renderização em tempo real	Shapespark	Pacote pago
Sketchfab	• Realidade Virtual (VR) • Realidade Aumentada (AR) • Visualização Arqueológica	Plataforma para publicação, divulgação e compartilhamento de conteúdo 3D, VR e VA	Sketchfab	Várias opções

Tabela 1. Ferramentas digitais e sua aplicação geral.
Fonte: produzido por Carolina Machado Guedes.

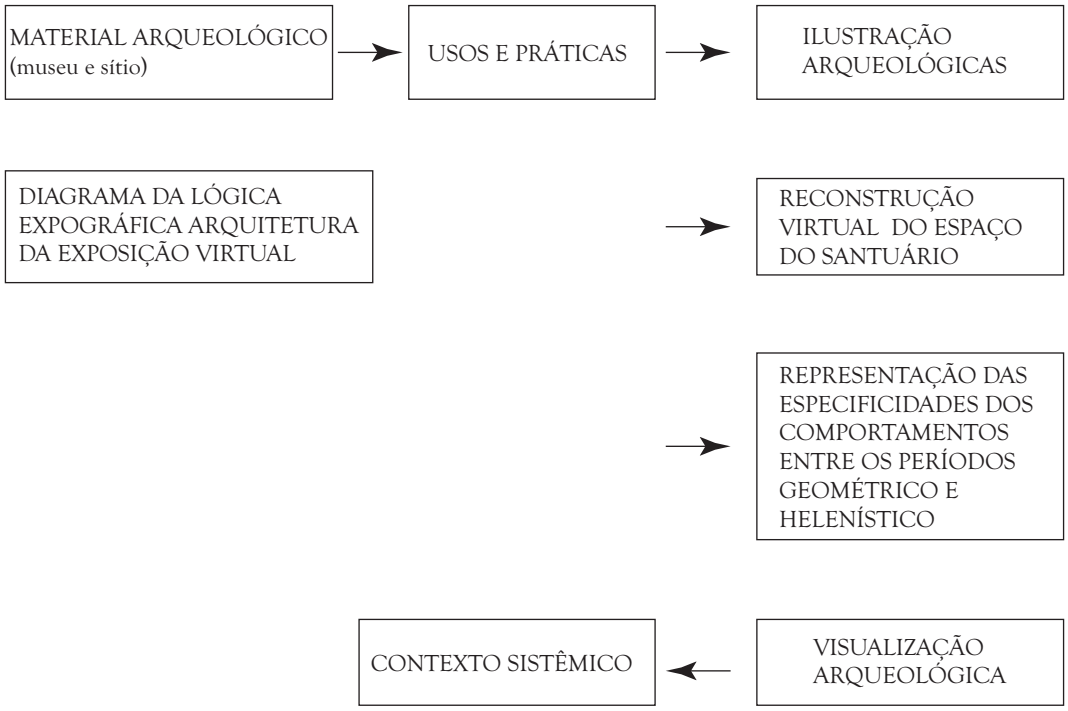


Fig. 10. Etapas do processo construtivo da perspectiva sistêmica (comportamento).

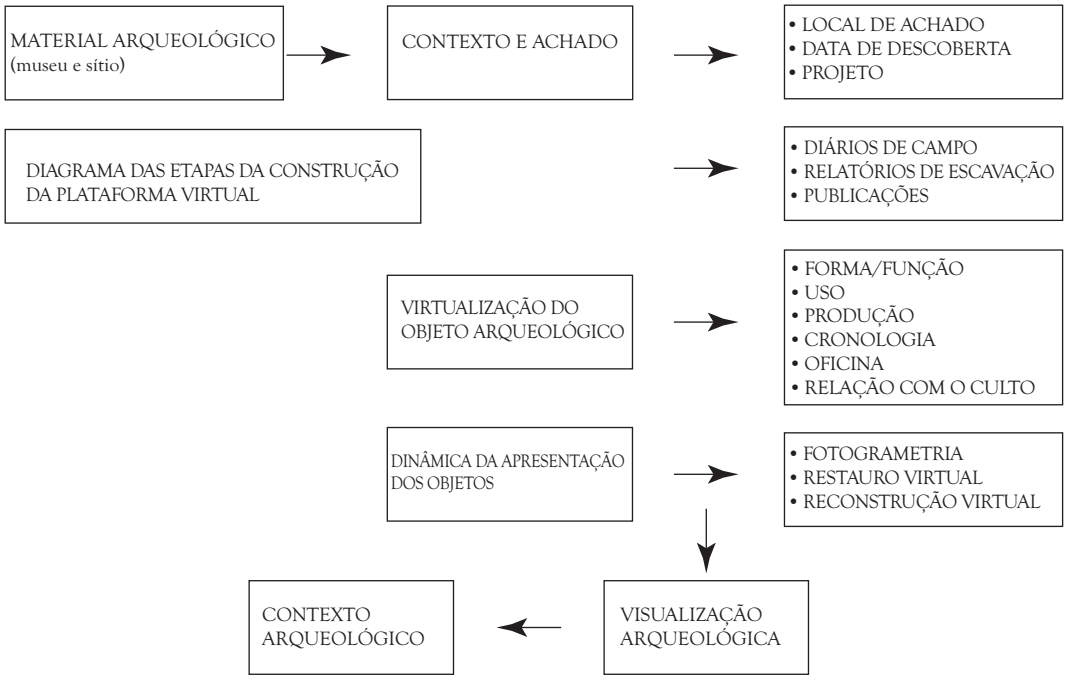


Fig. 11. Etapas do processo construtivo da perspectiva arqueológica (prática da ciência).

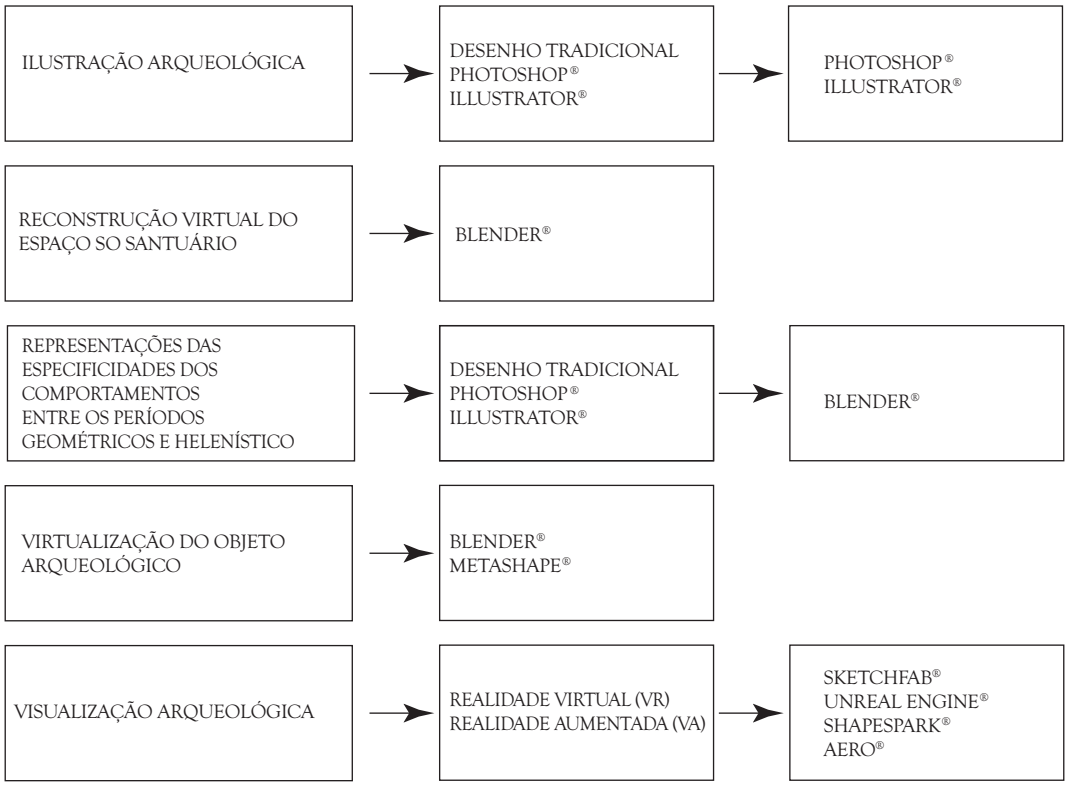


Fig. 12. Diagrama das ferramentas digitais e seus usos.

Considerações finais

Como síntese, é importante retomar alguns pontos apresentados acima: a partir da pesquisa sobre o *Heraion* de Delos, propusemos a interpretação sobre a dinâmica da pesquisa arqueológica e determinadas estratégias de comunicação associadas ao sítio arqueológico e ao museu local. Essa interação é, em grande medida, baseada e limitada a questões espaciais significativas, tais como a recontextualização de boa parte dos objetos encontrados em escavações arqueológicas em uma lógica presente em várias exposições de museus arqueológicos. Assim, a observação das dinâmicas de guarda e comunicação é fundamental para a compreensão das formas de organização dos objetos integrados à pesquisa arqueológica, das suas funções informativas (os objetos como documentos) e também patrimoniais.

Além disso, a dinâmica interativa entre essas esferas relacionadas ao achado, à guarda e comunicação que organizam as entidades sítio arqueológico e museu, se bem compreendidas, podem basear novas reflexões que integram novidades tecnológicas. Dessa forma, mais do que a replicação virtual do sítio arqueológico, da exposição na sua expressão física, ou de algum objeto específico, essas novidades apresentam novas possibilidades de diálogo entre sítio arqueológico e museu e as esferas acima mencionadas. No caso específico do *Heraion* de Delos, a pesquisa baseada na produção de modelos tridimensionais em ambiente virtual possibilitou-nos, mais do que a replicação do objeto virtualmente, a reflexão sobre a própria lógica da restauração e em que medida essas novidades poderiam ser integradas agregando novas formas de restaurar ou reconstituir.

Esse é apenas um exemplo de um conjunto novo de possibilidades que foram, em grande parte, apresentadas no texto, conciliando táticas que permitam o avanço da pesquisa arqueológica e estratégias de comunicação – atividades fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento a partir de questões que considerem, além da tecnologia e arqueologia, o patrimônio, destacando sua função comunicacional.

FRANCISCO, G.S.; GUEDES, C.M. Heraion's collection in the Museum of Delos: between research and expography. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 75-92, 2022.

Abstract: This text is inserted in the frame of research about the Sanctuary of Hera (*Heraion*) of Delos, a project of the École française d'Athènes (EFA) and related to a network of collaborators from many Brazilian universities. More specifically, we discuss in the text the close relationship between archaeological Research on the Sanctuary of Hera of Delos, which date back to the 19th century, and the local museum, which was built in the beginning of the 20th century. Thus, questions related to the research dynamic between the archaeological site and the local museum, the logic of showing many objects from the archaeological site in the museum's exhibition open to the public and strategies based on the virtual environment of reorganizing some limits between the archaeological site, the local museum, and the communication are presented.

Keywords: *Heraion* of Delos; Archaeological Museum of Delos; Expography; Archaeological Research; Digital Tools and Media.

Referências bibliográficas

Alexandridou, A. 2011. *The Early Black-Figured Pottery of Attika in Context (c. 630-570 BCE)*. Brill, Leiden; Boston.

Brockman, N.C. 2011. *Encyclopedia of Sacred Places*. ABC-Clio, Oxford.

Bruneau, P.; Ducat, J. 2005. *Guide de Délos*. De Boccard, Paris.

Daux, G. 1959. Chronique des fouilles. *Bulletin de correspondance hellénique* 83: 787-790.

Daux, G. 1965. Terrasse te l 'Héraion. Chronique des fouilles et découvertes archéologiques en Grèce en 1964. *Bulletin de correspondance hellénique* 89: 996-999.

Dugas, C. 1928. *Les Vases de l'Héraion: Text*. E de Boccard, Paris.

Fraisse, P.; Llinas, C. *Documents d'architecture hellénique et hellénistique*. Athènes; Paris: Ecole française d'Athènes; De Boccard, 1995. (Exploration Archéologique de Délos, 36).

Francisco, G.S. 2013. O vaso grego hoje. *Ciência e Cultura* 65: 37-39.

Francisco, G.S. 2018. Vasos gregos em exposições: comunicação museológica e seus múltiplos significados. In: *Anais* do XIV Colóquio Internacional do CPA & V Semana de Estudos Clássicos do CEC, 2018, Campinas.

Francisco, G.S; Laky, L.A.; Angliker, E. 2021. Mare Nostrum entrevista: Gilberto da Silva Francisco. *Mare Nostrum* 2: 223-264.

Gormely, A. *et al*. 2020. *SIGHT: Antony Gormley on Delos*. Thames and Hudson, London.

Hadjidakis, P.J. 2003. *Delos*. Olkos, Atenas.

Laumonier, Alfred. *Les figurines de terre cuite*. Athènes; Paris: Ecole française d'Athènes; De Boccard, 1956. (Exploration Archéologique de Délos, 23).

Lester, P. 2006. Is the Virtual Exhibition the Natural Successor to the Physical? *Journal of the Society of Archivists* 27: 85-101.

Mulliez, D. 2009a. Les Activités de l'EFA: études et formation à la recherche. *Bulletin de correspondance hellénique* 133: 521-528.

Mulliez, D. 2009b. Les Travaux de l'École française d'Athènes en 2008. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 153: 960-961.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2009. *The World's Heritage: A Complete Guide to the Most Extraordinary Places*. UNESCO Publishing, New York.

Paleothodoros, D. 2018. The Import of Attic Black Figure Vases in Cyclades. In: Angliker, E.; Tully, J. (Eds.). *Cycladic Archaeology and Research: New Approaches and Discoveries*. Archaeopress, Oxford, 101-112.

Plassart, A. 1928. *Les Sanctuaires et les cultes du Mont Cynthe*. E de Boccard, Paris.

Sarian, H. 1997. Análises físico-químicas na determinação das origens da cerâmica orientalizaste das Cíclades da Grécia de Leste (sécs. VII e VI a.C.). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 2: 61-71.

Sarian, H. 1998-1999. Corpus vasorum antiquorum (CVA). *Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos* 11/12: 349-363.

Sarian, H. 2000. Alguns dados relativos ao projeto de pesquisa "Arqueologia de um santuário: o Heraion de Delos, Grécia". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 10: 329-336.

The Heraion Collection at the Museum of Delos: between research and expography

Gilberto da Silva Francisco[*]
Carolina Machado Guedes[**]

FRANCISCO, G.S.; GUEDES, C.M. The Heraion Collection in the Museum of Delos: between research and expography. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 93-110, 2022.

Abstract: This paper stems from ongoing research on the Sanctuary of Hera (Heraion) in Delos, a project developed by the French School of Athens (*École française d'Athènes* – EfA) together with a network of Brazilian collaborators. Specifically, it addresses the close links between archaeological research on the aforementioned sanctuary, dating back to the 19th century, and the local museum built in the early 20th century. Besides discussing research process issues between archaeological site and museum, it examines the prevalent expography of the archaeological artifacts exhibited in the museum. Finally, the text proposes digital strategies to reorganize some limits between archaeological site, local museum, and communications.

Keywords: Heraion of Delos; Archaeological Museum of Delos; Expography; Archaeological research; Digital tools and media.

Introduction

The Museum of Delos holds an exclusive archaeological collection of objects from the local archaeological site. As a site museum[1], it not only preserves these archaeological objects—mostly small and medium-sized artifacts, plus a small number of larger ones found at the Island's many archaeological sites—, but also holds permanent and semi-temporary exhibitions of the findings obtained from excavations at Delos[2]. The museum maintains an intrinsic relationship with the local archaeological site, both as an institution that consolidates the repertoire of its collections and as a physical site for laboratory activities. Such activities

* Assistant Professor at the Federal University of São Paulo (Unifesp), Senior Member of the École française d'Athènes (EfA), responsible for the "Heraion of Delos" project. <g.francisco@unifesp.br>

** Professor at the Santos Metropolitan University (Unimes). Collaborator at the "Heraion of Delos" project (EfA). <cmguedes@gmail.com>

1 For a typology of archaeological museums in Greece, see Francisco 2018.

2 In 2019, the Museum of Delos (as well as other Greek museums) opened to hold a temporary exhibition on contemporary art. In the case of Delos, the exhibit integrated the local museum and the archaeological site by means of iron sculptures produced by British artist Antony Gormley, titled SIGHT (Gormely et al., 2020).

constitute an organic part of the Island's visitation-experience based on itineraries around its archaeological sites[3] and scenic ruins—especially its architectural features—, and visitation to the museum's exhibit rooms (**Fig. 1-3**).

Fig. 1. The Museum of Delos (background) and ruins at the archaeological site, 2019.
Source: personal archive of Carolina Machado Guedes.

Fig. 2. The Museum of Delos and ruins at the archaeological site (aerial view), 2019.
Source: personal archive of Carolina Machado Guedes.

3 Importantly, Delos was listed as a world heritage site by UNESCO in 1990 (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 2009: 353; Brockman 2011: 132).

Fig. 3. Ruins of the Heraion of Delos and general view of the archaeological site, 2019.
Source: personal archive of Carolina Machado Guedes.

Considering this intrinsic relationship between the archaeological site and the local museum, this paper addresses a specific feature of this complex connection, namely the mobilization of the collection of objects linked to the Sanctuary of Hera (*Heraion*) at Delos, discussing the research process around this complex and its influence on the Museum of Delos' exhibition design. Importantly, the museum has been closed for big renovations since early 2020—a halt that was ratified by the COVID-19 pandemic. In this regard, one cannot anticipate whether the exhibition's logic will be maintained. Besides, the exhibition was undergoing a partial refashioning and, since 2017, many of the Heraion artifacts were removed and placed in the museum storage room. A decision we will better explain later in this paper.

Hence, the following lines have two aims. First, to present the logic between the archaeological site and the local museum, considering its preservation and research purposes, as well as the guiding expography behind the museum's exhibitions until recently. Second, to show how digital tools can be used in the project as to contribute a different perspective by constructing new interconnections between museum and archaeological site.

Research on the *Heraion* of Delos

Archaeological research on the Heraion of Delos dates back to the 19th century. Despite previous interests recorded in drawings and written depictions by travelers in the 18th century[4], local excavations first took place in the 19th century, with the first

4 From the oldest traveler accounts to the first systematic excavations, research on the Heraion of Delos is the object of an ongoing study by Heloisa Vidal, a MSc student at the Graduate Studies Program in the Department of History at Unifesp under supervision of Gilberto da Silva Francisco.

large-scale and more thoroughly recorded excavations starting in 1909 and 1911. This background is essential to understand the Heraion collections at the local museum.

Most artifacts found on the island are stored at the Museum of Delos, whose construction started in 1904[5]. Objects found before this period, however, were kept at various places (for instance, some Delos artifacts were moved to the National Archaeological Museum of Athens), and their whereabouts are now partly unknown. That is, not all objects found in the 19th-century excavations are clearly identified at the museum—in the case of the Heraion, for example, the location of objects found before 1911 is unknown. But starting with the 1911 excavation, the objects have been identified at the museum storage room in numbered drawers, most of which were never exhibited.

After 1911, other excavations—in 1958, 1964, 2002, 2006, and 2008—have taken place, expanding the Heraion collection at the museum. Directed by EFA researcher Pierre Roussel, the 1911 excavation's findings featured in two 1928 publications in the EfA series *Exploration Archéologique de Délos* (EAD), namely in EAD 10 (on the pottery of its votive deposit) and EAD 11 (on sanctuaries around Mount Cynthus, including the Hera Sanctuary) (Dugas 1928; Plassart 1928). In 1956, another part of the votive deposit material was published in the series volume dedicated to terracotta pieces (EAD 23 – Laumonier 1956), and part of the architectonic ruins were reviewed in EAD 36 (Fraisse & Llinas 1995).

Importantly, the artifacts currently held in the museum, which have been consistently published on, come from the 1911 excavations. On the other hand, the objects found in 1958 and later have not yet been widely published. In this regard, a major goal of the research on the Heraion of Delos is to publish the body of sources around a specific question: the history of the cult to Hera in Delos.

As mentioned above, the artifacts found during the 1911 excavations have been featured in many publications and are, to this day, the better known objects in the general expert literature. For example, Dugas' (1928) publication is still widely cited, although interest in it is more linked to the ceramics set than to the cult of Hera[6]. In turn, subsequent interventions in the sanctuary identified an expressive number of objects that remain unpublished.

The excavation chronicles of EfA's *Bulletin de Correspondence Héllenique* (BCH) mention excavations led by Paul Bernard and Jean Ducat (in 1958 and 1964, respectively), but their findings remain largely unknown by the academic community and the general public. EfA's 1959 chronicles on Paul Bernard's 1958 excavations, for example, introduces one single finding: an Attic black-figure vase (Daux 1959: 787-790). The publication on Jean Ducat's excavations (Daux 1965), in turn, features the drawings of some architectural structures found at the site, but the associated materials are only briefly described.

This material remained unstudied in the drawers of the Museum of Delos storage room until the 1990s, when the project's responsibility fell to Haiganuch Sarian, as one of EfA's active projects[7]. Thus, a decades-long gap

5 On the construction stages of the Museum of Delos between 1904 and 1976 and documentation on their process, see Hadjidakis 2003: 109-123.

6 See, for example, Paleothodoros, 2018; Alexandridou 2011: 28, 93.

7 After research resumed, some articles presenting the project and partial interpretation of the materials were published: Sarian 1997, 2000. Information on the findings has also been published in EfA annual reports Bulletin de Correspondance Hellénique (Mulliez 2009a, 2009b). For more up-to-date overview on the research and interpretations, see Francisco, Laky & Angliker, 2021.

separate the most recently excavated material from public visibility from when it was found and the 1990s, when their study was resumed in a number of recognition studies. In this regard, the museum stored them and then offered a basis for laboratory analysis of a large set of fragments including ceramics, bones, and metals, among other objects, from various excavations in the 20th and 21st centuries.

This ongoing research, currently under leadership of archaeologist Gilberto da Silva Francisco, will be followed 0by research missions to analyze categories of pottery vases, which range from Geometric Period pieces found in the votive deposit and associated with lateral structures (two outer walls), to Hellenistic pieces associated with the altar and portions of the sanctuary walls. Such analysis will allow us to reflect on the initial and final temporal references of the cult (between the Geometric and Hellenistic periods) and their specific dynamics, in preparation for subsequent publications on the topic (papers and a dossier in EfA's EAD series).

This information illuminates the deep connection between research on this sanctuary and the local museum, which holds all objects found at the archaeological site—except for the large architectural ruins, which are preserved at the original site. However, elements such as tiles and acroteria are kept in the museum storage room. In other words, research on the history of the cult to Hera in Delos, exploring especially the sources found throughout the archaeological interventions at the local site, is largely done at the island's museum.

The Heraion and the Museum of Delos exhibition

Besides hosting archeological research and storing collections from excavations, the Museum of Delos, like most archaeological museums, displays part of its collections in an open exhibition primarily based on typological and chronological references. Hence, instead of presenting objects by recovering their context of use in Antiquity or the context in which they were found, they are recontextualized around elements such as materials, forms, and chronology.

Thus, instead of exhibit rooms or sectors directly aimed at the landscape organization of the archaeological site, the museum reserved seven rooms for the sculptures found there, organized in a chronological itinerary ranging from the Archaic Period to the Roman Period. We also find a large thematic room on "private life," comprising the rich housing complex of the island's Hellenistic Period, a room for Archaic ceramics and, finally, a small room for temporary exhibitions **(Fig. 4)**. This layout was maintained for decades, but recently the room primarily used for ceramic vases was reorganized to include temporary exhibitions.

A significant fact about the objects selected for exhibition is their aesthetic quality and degree of preservation. Most vases previously displayed at the Delos ceramics room came from the votive deposit of the Sanctuary of Hera[8]. According to chronological data, the cult to Hera began in the 8th century BCE and the organization of her sanctuary underwent an important transition in the late 6th and early 5th centuries BCE. (Bruneau & Ducat 2005: 279-281; Francisco, Laky & Angliker 2021: 227-234)

8 On the votive deposit of the Heraion of Delos, see Dugas 1928: 3-8; Plassart 1928: 154-184; Sarian 1997: 62-68; Francisco, Laky & Angliker 2021: 237-239.

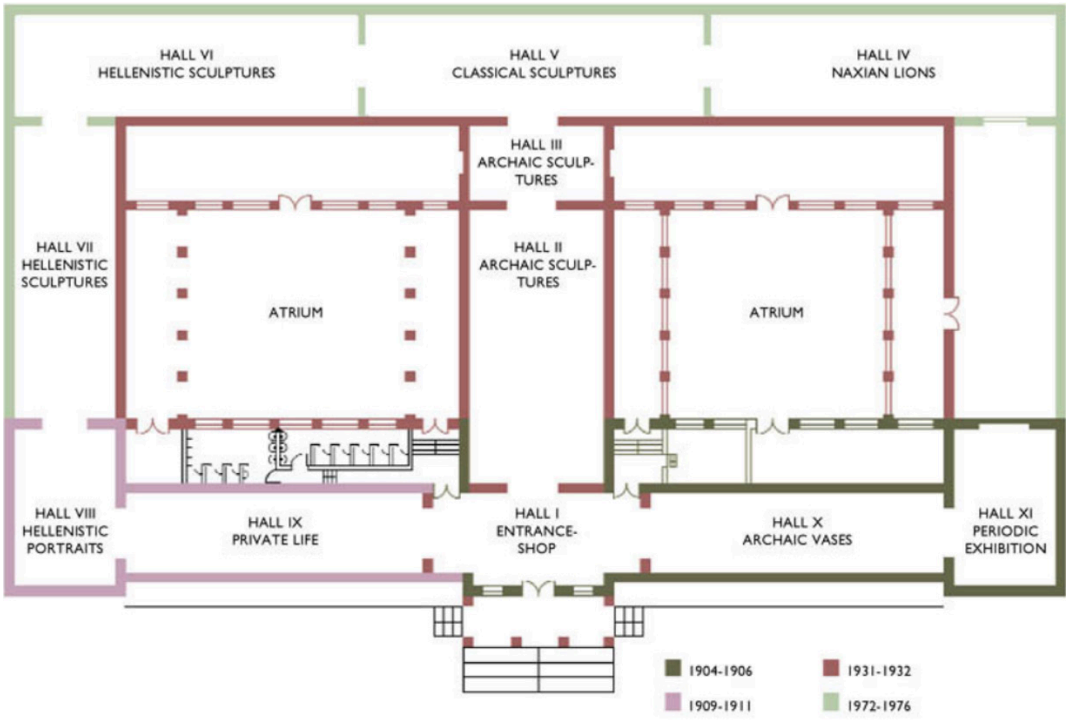


Fig. 4. Plan showing the construction stages of the Museum of Delos.
Source: Hadjidakis 2003: 123.

The votive deposit (the gathered offerings from the previous stage, from mid-8th century to early 5th century BCE, which were buried during the construction of the new temple) has preserved many of its objects in excellent condition. Several ceramic vases, terracotta statuettes, and other objects were found almost intact and thus selected to make up the local museum's exhibition, where they remained until 2017.

However, most of the more poorly preserved objects or those reduced to fragments were kept in the museum storage room, and thus remained unknown by the wider public, including visitors to the museum exhibition. In the case of the ceramic vases found in the Heraion votive deposit, many went unmentioned in Charles Dugas' (1928) systematic catalogue.

Similarly, objects found in later excavations between 1958 and 2008 in a precarious state of conservation (the ceramics set, for example, is quite fragmentary) were not included in the local exhibition, which was still undergoing renovation and expansion works until the 1970s, that is, after the 1958 and 1964 excavations at Heraion.

Thus, between the museum's displays and the drawers of its storage room, objects were preserved that reveal, in the specific contexts of their safekeeping, selections based on their contemporary appraisal, which sensibly interfered with their accessibility—that is, those objects potentially seen by the many tourists who visit the museum each year, and those only seen by researchers with access to the museum's storage room and to specialized publications.

As for the exhibition, let us resume the rationale behind the exhibition design. As mentioned, the expography is primarily chronological and typological, which recontextualize the objects based on a clearly traditional archaeological logic seen, for example, in many catalogues and repertoires.

In general, a relevant example is the international series *Corpus Vasorum Antiquorum* (CVA), which prioritizes typological and chronological aspects in the scientific ordering of the numerous collections of Greek vases (Sarian 1998-1999; Francisco 2013, 2018), even when information on their context is known. One such example is volume 69 of the Museum of Naples' CVA publication titled "Raccolta Cumana," which presents the Greek ceramic vases found in the excavations led by Leopoldo di Borbone in Cuma between 1852 and 1857. The publication followed the thread of the series, constraining the set's presentation to a primarily typological and chronological logic, despite the existing context information available.

In the case of Delos, several volumes of the EAD series present objects found in the island's excavations based on a typological-chronological ordering. For example, the EAD publication on the ceramic vases from the Heraion votive deposit—a key study on this ceramic set, but which superficially discusses the religious issue involved in the collection of these vases in Antiquity, prioritizing debates on ceramic categories from a typological and chronological bias (**Fig. 5**, **6**).

In other words, beyond the excavation context (which is potentially observed in a visit to the archaeological site) or conditions of past use associated with systemic contexts, the museum establishes another rationale for exhibiting its objects. But their connection with the finding site and related ancient dynamics are not completely ignored: there are many indications at the museum, such as object labels, that convey context aspects like the specific provenance at the archaeological site (**Fig. 7**).

That is, information on either the original context or the discovery-context of these objects is available, but subjected to a typological- chronological rationale in the museum's expography. Hence the museum, through its internal logic, leads its visitors into a new way of relating to the information about the exhibited heritage, different from the one experienced during external visitation, that is, in visits to the archaeological site. The museum, thus, not only keeps the objects, but also fashions a new way of relating to them.

In the case of the Heraion of Delos, the ceramic vases that made up a significant part of the room dedicated primarily to pottery were organized according to chronology, form and origin (production center). Their relation to the local Heraion can only be noticed as one reads the individual labels amidst a set of hundreds of objects. The same can be said about some marble statuettes placed in the Archaic Period room: they were brought together with other similar sculptures found in various regions of the island, whose layout followed a chronological display. Again, their connection to the sanctuary of Hera can only be made by carefully reading each label (**Fig. 8**).

In this regard, their recontextualization is characterized by organizational strategies from traditional archaeological research. As discussed, this logic is also observed in publications that depict varied object repertories. In the case of the Heraion of Delos, the ceramic vases and terracotta figurines found in its votive deposit (and eventually in other regions of this sanctuary) were published as such. One thus realizes a clear connection between the exhibition and the predominant form taken by sets of archaeological objects in specialized catalogues.

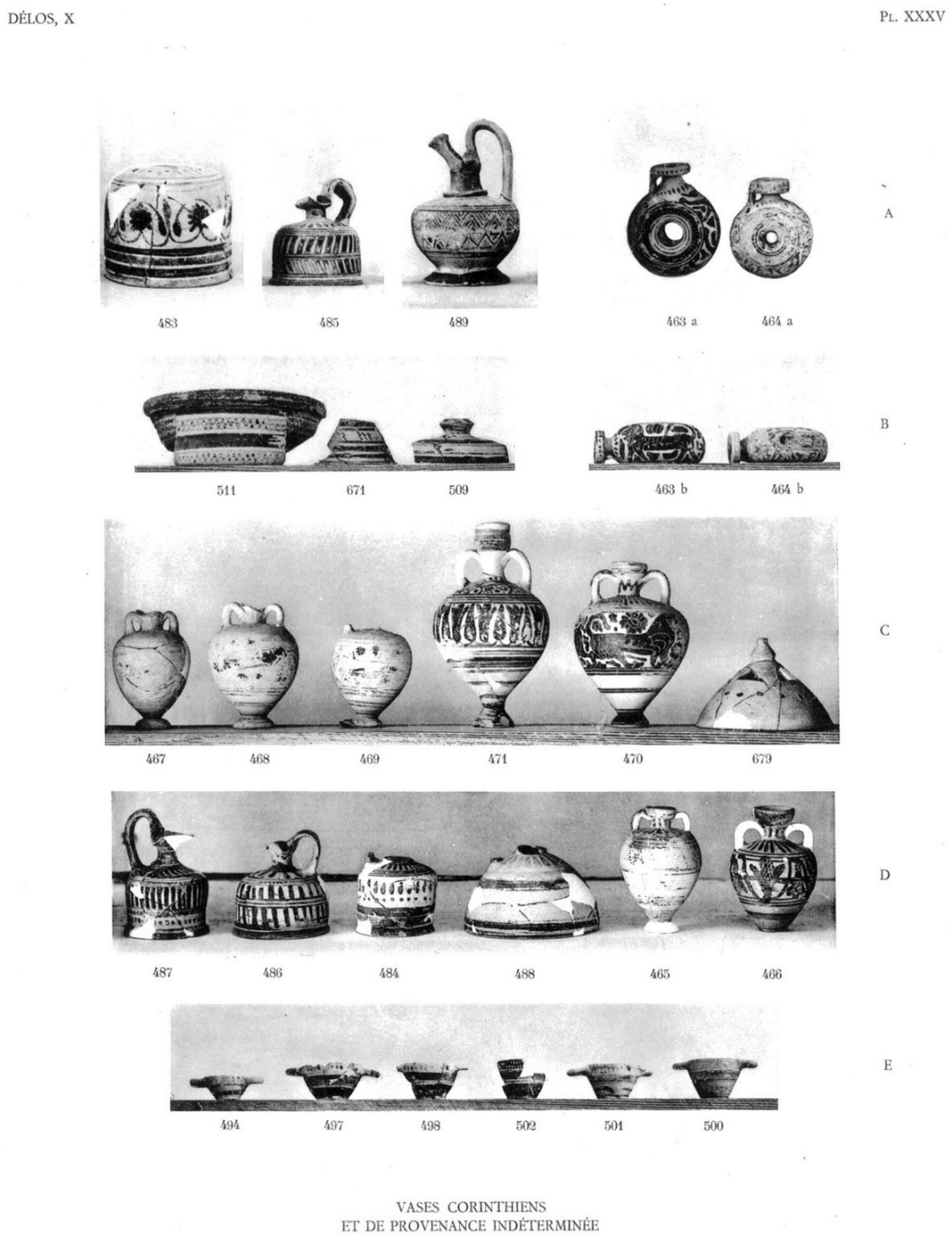


Fig. 5. Plate from the catalog on ceramics from the votive deposit of the Heraion of Delos (EAD 10).
Source: Dugas 1928.

Fig. 6. Displays in the ceramic vases hall – Museum of Delos, 2006.
Source: personal archive of Gilberto da Silva Francisco.

Fig. 7. Terracotta figurines in display case with bilingual label (French and Greek) – Museum of Delos, 2006.
Source: personal archive of Gilberto da Silva Francisco.

Fig. 8. Archaic marble sculptures – Museum of Delos, 2006.
Source: personal archive of Gilberto da Silva Francisco.

More than that, the same logic can be observed in several other Greek museums and in other countries. In other words, the traditional archaeological museum presents an internal landscape that is recognized in different places and situations. As such, one can claim that the Museum of Delos is part of a landscape dynamics characterized by these internationally articulated mechanisms. Its specificity, of course, is in repertoire closely related to the local archaeological site, which hosts the ruins, and the museum's physical space itself.

Thus, the exhibition has a specific feature intrinsically linked to the local archaeological site, but also— considering its organizational logic— proposes a certain communication with traditional archeological aspects, observable in academic publications and archaeological museum exhibitions worldwide: a communication of local character in terms of content, but one that may have global reach in its form.

Digital tools and repositioning the exhibit design

In traditional exhibitions, where objects are arranged in displays and associated with tags and explanatory panels, the process through which real objects (at times, replaced by plaster or reproductions) contrast with their textual narratives is clearly demarcated, excluding an important variety of visual media forms.

But this logic has been redefined in recent years by introducing visual media that rearrange such traditional space (Lester 2006). It is not necessarily about virtualized 3D objects (yet), but the inclusion of audiovisual media (videos and photos) that extend the reach of communication and educational strategies.

Considering this broad debate, in the case of the Heraion project, our proposal applies a twofold strategy: on one hand, it fosters a new debate on the rationale of interactions between museum and archaeological site, by virtually and interactively integrating these two spaces; and, on the other, it brings up the specific debate on the use of technological resources, which enable (in a virtual setting) a more comprehensive experience to the "virtual visitors"—though distinct from that of the island's visitor. Our aim, therefore, is not to exclude on-site visitation as a perspective of knowledge on the archaeological site and its related collection, but to introduce a complementary possibility.

A first step is related to virtual restoration strategies, which recall the ongoing debate on the physical methods by which archaeological objects are restored, considering their numerous historical elements: from the most ancient methods, which sought to reconstitute their original features and often exposed them to irreversible restoration processes, to appreciating hiatuses as aesthetic elements and the prevalent use of reversible and less intrusive methods.

Moreover, physical restoration can also be expensive, requiring displacement of restoration professionals, specific authorizations issued by local heritage authorities, and the use of suitable materials for inserting prostheses into the unpreserved regions of an object. As such, selectiveness is often greater in physical restoration processes. Given this scenario, virtual restoration becomes a promising possibility, since it allows for a diversity of reconstitution proposals without directly interfering in the object's physical constitution. In practical terms, work in virtual spaces ensures the physical integrity of archaeological objects by employing non-intrusive and non-intervening tools in their recording, restoration and reconstruction.

We must also consider the consequences of these new possibilities for communication, that is, the strategies used to publicize these objects. A first interesting element is record expansion, either in terms of the increased number of objects selected for virtual restoration, or in terms of the distinct proposals elaborated for object reconstitution. Moreover, when considering the production of virtual exhibits, the features of the museum's physical space need not to guide the arrangement of displays and shelves.

In a virtual setting, therefore, strategies must be specific. Of course, the virtual record of an exhibition from the museum's physical space can also be virtually replicated (as a kind of virtual visit to the museum as it is physically organized). But other strategies can also be introduced, such as creating sequential rooms that arrange the collection based on the features of the virtual space; and creating distinct itineraries along which collections are introduced in a "moving" way—for example, as a visit guided by spatial references of the virtualized archaeological site itself, among others.

Besides, in this virtual setting, access to the collection does not depend on the visitor's physical displacement. If in the case of the Museum of Delos, a visitor must physically go to the island and buy a ticket to the archaeological site and the museum, in a virtual museum the same collection can be presented differently.

Once again, one experience does not replace the other. We are not thinking in terms of exclusivity but, instead, in creating instruments that enable

other experiences regarding access to the museum collection. These experiences would expand, for example, the strategies related to the visitation of exhibit spaces, inserting, in the museum's narrative, objects that, either for their state of preservation or for their formal, stylistic or technological specificities, have yet to be featured in the main selections of physical exhibits.

Another relevant element is the situation of the objects in the museum, whether in the exhibition or in the storage room, and their connections with the archaeological site, which is based on a recontextualization of objects into groups following primarily typological and chronological criteria. Noticing these basic aspects that contextualize exhibition-objects is essential for proposing other ways of presenting them, based on rationales that could reinsert them into their context of use and discovery.

This perspective could suggest to visitors other forms of presenting an object, a group of objects and their many possible connections: for example, an object can be presented based on its productive settings (a particular workshop or production location), its displacement and use in specific contexts, its integration to archaeological research due to excavation discovery, and its laboratory analysis, storage and integration into communication processes such as public exhibitions.

Importantly, work in a virtual setting goes beyond the possibility of recovering the original contexts in which objects were produced or used. It also allows to place them in complex horizons that integrate new forms of contextualization. It is the reflection of an object from a broad perspective, dialoguing with the narratives on the life cycle or operational chains that interest us here: beyond the proposal of a crystalized object presentation into a "memory theater," a virtual environment can provide a number of interconnected layers in its presentation, thus involving the complexity of the unitary entity and its connections.

By changing the relation to an object and overcoming the distance between (current) object and its (past) role—by recontextualizing archaeological collections within exhibit practices—, visitors now may relate to the objects in such way as to contemplate a diversity of possibilities, outside their attention to coherence by formal similarity arranged in chronological linearity or that proper to the "memory theater."

Given the above, the proposed research on the Sanctuary of Hera seeks to harness all the possibilities enabled by digital tools to build a new expographic logic, based on a new model not restricted to the museum's physical spaces— its exhibition and storage rooms alike—, providing a complementary and immersive experience for its visitors. This goal will be achieved by devising an exhibition aimed at a diversified contextualization of the *Heraion* objects, by returning them to their contexts of creation and use in Antiquity, or to other contexts they became a part of since their integration in the fields of scientific heritage and research amidst the dynamics of modern societies.

Our intention, therefore, is to create a complementary logic of experience beyond a mere alternative to the existing one, to further promote— by the available technological innovations— the dialogue between museum and archaeological site.

Expected tools and a proposal for the exhibition setting

First, we must state that the use of digital tools in archaeological practice is nothing new. Indeed, we are spectators

(and actors) of the exponential increase in their applications to exhibition (and educational) contexts worldwide— which, in turn, were further accelerated from 2020 on due to the COVID-19 pandemic. In such context, the ongoing debates faced a pressing moment of application that allowed their association to the emerging issues due to the pandemic.

Thus, reflecting on these virtual resources and their influence in archaeological research beyond matters of record, scientific dissemination, communication, etc., also involves understanding museum management and communication issues in specific contexts, which presuppose, for example, restrictions to circulation and gatherings of groups of visitors in indoor spaces.

Virtual dissemination of knowledge by museums and by research and teaching institutions has significantly increased. And the diversity of its applications can be easily noticed by simply researching our current search engines. Within this technological approach, some elements guide our creative process, which are structured by two distinct but complementary elements, namely the expographic logic— focused on recontextualizing objects based on various possibilities (production, use, disposal, discovery and contemporary resignifications)— and the materialization of a virtual (visitor) experience by digital technologies.

Virtual applications seek to represent a simulated reality in which the visitor's itinerary along the museum spaces is transferred to the virtual environment. In these simulations, the integrated use of different tools and media forms can significantly expand the visitor's experience with each work of art or archaeological object. One such example is "America treasures," an exhibit hosted at the *Shapespark* platform (a real-time rendering tool), a creative solution aligned with the current demands.

In the case of the Heraion in Delos— the object of discussion in this paper—, a full contextualization of the archaeological material is the starting point for organizing a new expographic logic. This goal can be achieved by integrating different imaging tools (2D and 3D media) and virtual heritage-dissemination platforms. Archaeological illustrations, virtual reality and augmented reality can, therefore, provide us a wide range of working possibilities for construing this new museum rationale encompassing theory, planning, and practice.

As the starting point, our main concern is disseminating knowledge on the *Heraion* of Delos, which may further the ongoing dialogue between the museum and the site, recontextualizing objects in their systemic (behavior) and archaeological (science practice) perspective to aggregate, as much as possible, elements that may also indicate their heritage function between space (setting, or landscape) and objects **(Fig. 9)**.

For each of these specific perspectives, tools and methods, the following will be used for constructing exhibition spaces, which will be organized in two main themes and their ramifications: the systemic context, that is, the context of use and production of the archaeological objects; and the archaeological context, including all stages of the scientific method **(Table 1)** **(Fig. 10-12)**. Constructing, reproducing, registering, and restoring the archaeological objects and their narratives will be achieved by using different tools. Finally, we will use different platforms to publicize these spaces, resorting to the valuable means of access currently available online.

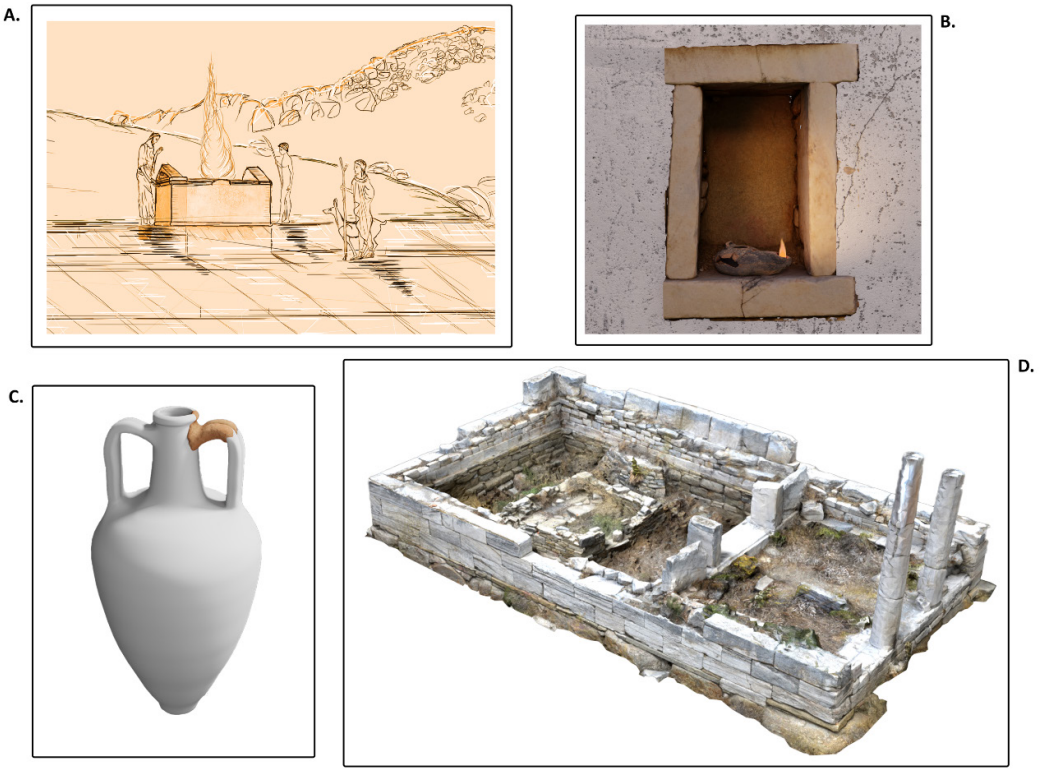


Fig. 9. Systemic perspective – A. Archaeological 2D (Photoshop) Illustration; and B. Archaeological 3D (Blender) Illustration; Archaeological Perspective – C. Virtual Restoration (Blender); D. Photogrammetry (Metashape).
Source: made by Carolina Machado Guedes.

Tool	Aplication	Description	Company	Category
Photoshop	• Archaeological representation • Representation of past behavior	Raster images editor	Adobe	Paid license
Illustrator	• Archaeological illustration • Representation of past behavior	Vector image editor	Adobe	Paid license
Aero	Augmented Reality (AR)	Tool for creating interactive experiences (Augmented Reality - AR)	Adobe	Paid license
Blender	• Virtual representation of the Sanctuary' space • Representation of past behavior • Virtualization of archaeological object	3D modeling, animation, texturing, compositing, rendering and video editing program	Blender	Open license

Tool	Aplication	Description	Company	Category
Metashape	• Virtualization of the archaeological object	Image processing tool and 3D model generation	Agisoft	Paid license
Unreal Engine	• Virtual Reality (VR)	Realtime rendering tool	Epic Games	Paid license
Shapespark	• Virtual Reality • Archaeological Visualization	Realtime rendering tool	Shapespark	Paid license
Sketchfab	• Virtual reality (VR) • Augmented Reality (AR) • Archaeological visualization	Platform for publishing, disseminating and sharing 3D, VR and VA content	Sketchfab	Various options

Table 1. Digital tools and their general applications.
Source: made by Carolina Machado Guedes.

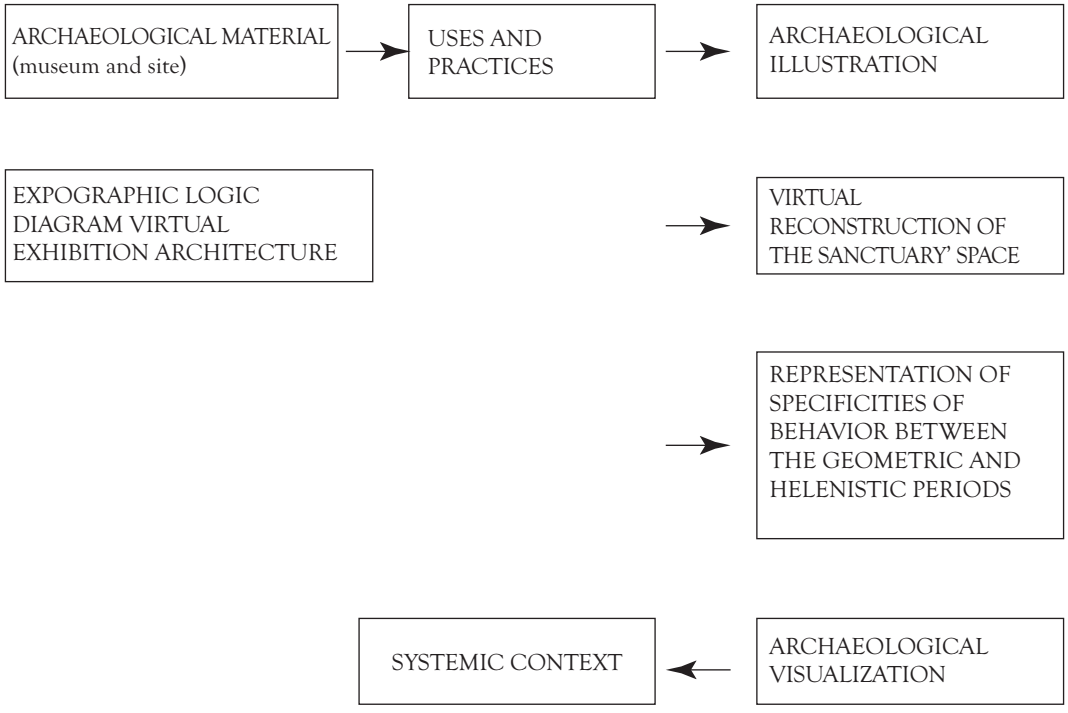


Fig. 10. Stages of building a systemic perspective (behavior).
Source: made by Carolina Machado Guedes.

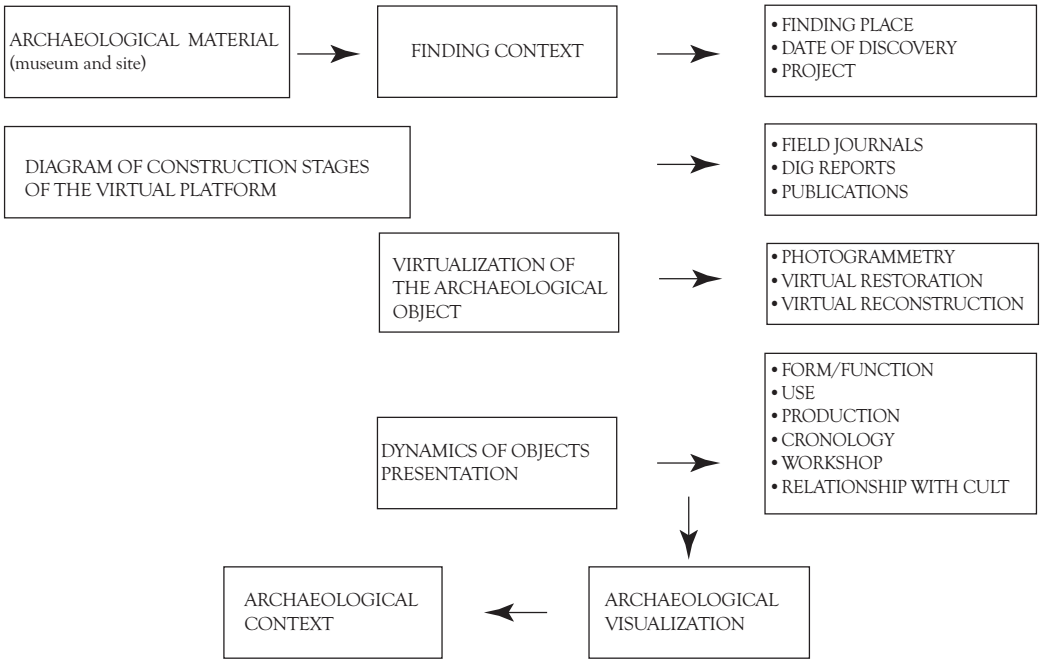


Fig. 11. States of building an archaeological perspective (science practice).
Source: made by Carolina Machado Guedes.

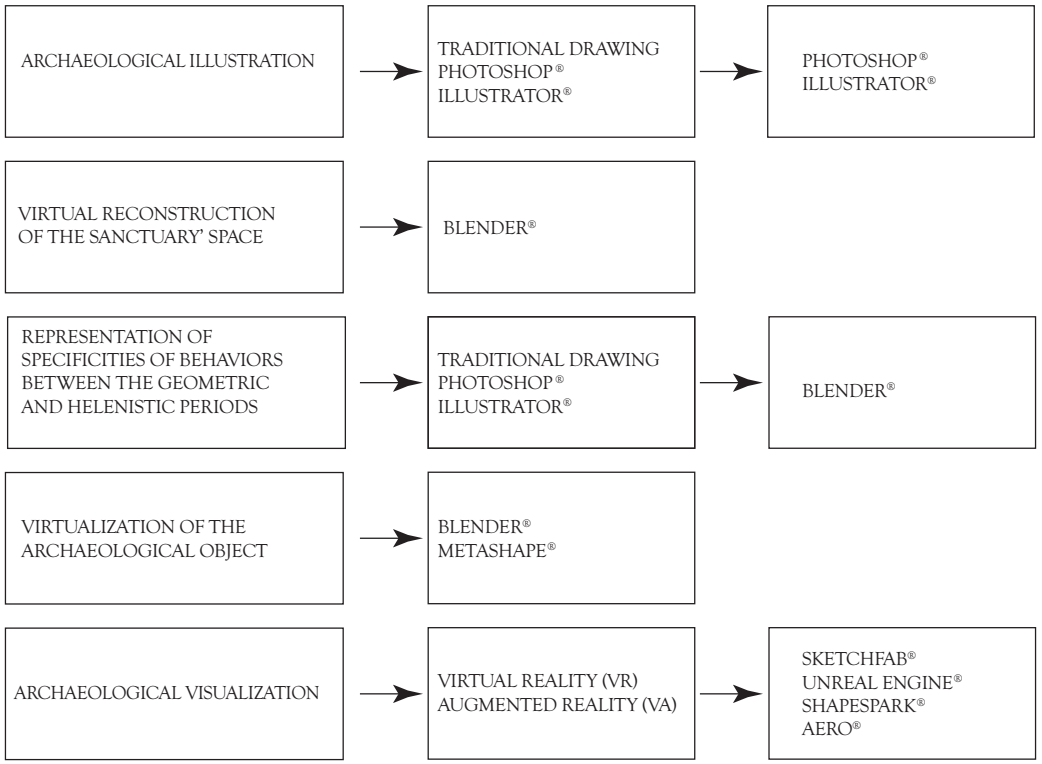


Fig. 12. Chart on the available digital tools and their uses.
Source: made by Carolina Machado Guedes.

Final considerations

In summary, it is important to resume some of the points addressed above: based on the research on the Heraion of Delos, we proposed an interpretation of the dynamics of archaeological research and certain communication strategies associated with the archaeological site and the local museum. This interaction is largely based on and limited to significant spatial issues, such as the recontextualization of many objects found in archaeological excavations under a rationale observed in many archaeological museum exhibitions. Thus, the study of storage and communication processes is essential to understand the ways in which objects are organized as they are integrated into archaeological research, as well as their informational (as documents) and heritage functions.

If well understood, the interactive dynamics between these spheres of discovery, storage and communication that organize the archaeological site and the museum can lead to new reflections capable of integrating current technological innovations. Beyond virtually replicating the archaeological site, the exhibit's physical environment or a given object, these innovations present new possibilities of dialogue between the site and the museum in the aforementioned spheres. In the case of the Heraion of Delos, research based on producing 3D-models in a virtual environment allowed us to go beyond the virtual replication of objects, to reflect on the logic of restoration itself, and to what extent these innovations can be integrated to create new ways to restore or reconstruct.

The proposal introduced above is only one example of a new set of possibilities to conciliate strategies that enable the advancement of archaeological research and communication strategies—both essential activities for knowledge development—based on issues that consider not only technology and archaeology, but also heritage, highlighting its communicational function.

FRANCISCO, G.S.; GUEDES, C.M. O acervo do Heraion no Museu de Delos: entre pesquisa e expografia. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 93-110, 2022

Resumo: Este texto está inserido no quadro de pesquisas sobre o Santuário de Hera (*Heraion*) de Delos, um dos projetos da École française d'Athènes (EFA) e relacionado a uma rede de colaboradores provenientes de várias universidades brasileiras. Mais especificamente, discutimos no texto a íntima relação entre as pesquisas arqueológicas sobre o santuário de Hera em Delos, que remontam ao século XIX, e o museu local, que foi construído no início do século XX. Nesse sentido, são apresentadas questões relacionadas à dinâmica da pesquisa entre sítio arqueológico e museu local, a lógica da apresentação de vários objetos provenientes do sítio arqueológico na exposição aberta ao público do museu e, além disso, estratégias baseadas em ambiente virtual de reorganizar alguns limites entre sítio arqueológico, museu local e comunicação.

Palavras-chave: *Heraion* de Delos; Museu Arqueológico de Delos; Expografia; Pesquisa Arqueológica; Ferramentas e mídias digitais.

References

Alexandridou, A. 2011. *The Early Black-Figured Pottery of Attika in Context (c. 630-570 BCE)*. Brill, Leiden; Boston.

Brockman, N.C. 2011. *Encyclopedia of Sacred Places*. ABC-Clio, Oxford.

Bruneau, P.; Ducat, J. 2005. *Guide de Délos*. De Boccard, Paris.

Daux, G. 1959. Chronique des fouilles. *Bulletin de correspondance hellénique* 83: 787-790.

Daux, G. 1965. Terrasse te l 'Héraion. Chronique des fouilles et découvertes archéologiques en Grèce en 1964. *Bulletin de correspondance hellénique* 89: 996-999.

Dugas, C. 1928. *Les Vases de l'Héraion: Text*. E de Boccard, Paris.

Fraisse, P.; Llinas, C. *Documents d'architecture hellénique et hellénistique*. Athènes; Paris: Ecole française d'Athènes; De Boccard, 1995. (Exploration Archéologique de Délos, 36).

Francisco, G.S. 2013. O vaso grego hoje. *Ciência e Cultura* 65: 37-39.

Francisco, G.S. 2018. Vasos gregos em exposições: comunicação museológica e seus múltiplos significados. In: *Anais* do XIV Colóquio Internacional do CPA & V Semana de Estudos Clássicos do CEC, 2018, Campinas.

Francisco, G.S; Laky, L.A.; Angliker, E. 2021. Mare Nostrum entrevista: Gilberto da Silva Francisco. *Mare Nostrum* 2: 223-264.

Gormely, A. *et al*. 2020. *SIGHT: Antony Gormley on Delos*. Thames and Hudson, London.

Hadjidakis, P.J. 2003. *Delos*. Olkos, Atenas.

Laumonier, Alfred. *Les figurines de terre cuite*. Athènes; Paris: Ecole française d'Athènes; De Boccard, 1956. (Exploration Archéologique de Délos, 23).

Lester, P. 2006. Is the Virtual Exhibition the Natural Successor to the Physical? *Journal of the Society of Archivists* 27: 85-101.

Mulliez, D. 2009a. Les Activités de l'EFA: études et formation à la recherche. *Bulletin de correspondance hellénique* 133: 521-528.

Mulliez, D. 2009b. Les Travaux de l'École française d'Athènes en 2008. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 153: 960-961.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2009. *The World's Heritage: A Complete Guide to the Most Extraordinary Places*. UNESCO Publishing, New York.

Paleothodoros, D. 2018. The Import of Attic Black Figure Vases in Cyclades. In: Angliker, E.; Tully, J. (Eds.). *Cycladic Archaeology and Research: New Approaches and Discoveries*. Archaeopress, Oxford, 101-112.

Plassart, A. 1928. *Les Sanctuaires et les cultes du Mont Cynthe*. E de Boccard, Paris.

Sarian, H. 1997. Análises físico-químicas na determinação das origens da cerâmica orientalizaste das Cíclades da Grécia de Leste (sécs. VII e VI a.C.). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 2: 61-71.

Sarian, H. 1998-1999. Corpus vasorum antiquorum (CVA). *Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos* 11/12: 349-363.

Sarian, H. 2000. Alguns dados relativos ao projeto de pesquisa "Arqueologia de um santuário: o Heraion de Delos, Grécia". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 10: 329-336.

"Nossas coleções pertencem a vocês também": uma análise da exposição *Objects of Wonder* do National Museum of Natural History

*Rebeca Bombonato**

BOMBONATO, Rebeca. "Nossas coleções pertencem a vocês também": uma análise da exposição *Objects of Wonder* do National Museum of Natural History. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 111-127 , 2022.

Resumo: Para quem são feitos os museus? Esta pergunta causa grandes debates dentro da sociedade civil, mas como os museus abordam esse tema? Os museus foram criados para serem visitados, para se comunicarem com o público e para serem locais de troca de experiências. Além de promover atividades de pesquisa e preservação, eles também comunicam os conhecimentos gerados a partir de pesquisas científicas. As inúmeras pesquisas realizadas em museus contribuem para o desenvolvimento dos saberes humanos, mas qual seria o real alcance desse conhecimento? Permaneceria ele contido dentro dos muros dos museus e das universidades? É pensando nesse alcance que trazemos a exposição *Objects of Wonder* ao National Museum of Natural History, em Washington, DC. Aberta para visitação presencial em 2017, esta exposição tem por objetivo discutir com o visitante sobre a origem e os usos dos objetos que fazem parte das coleções sob a guarda do Museu. Ao se valer de vitrines temáticas, a exposição apresenta ao visitante os diferentes departamentos do Museu e discute o processo de geração de conhecimento por meio de suas coleções. O presente artigo analisa a exposição, de sua estrutura aos discursos envolvidos, com especial ênfase na função comunicacional dos museus.

Palavras-chave: Objects of Wonder; Exposição; National Museum of Natural History; Comunicação museológica.

Introdução

Como um museu adquire os objetos que constituem suas coleções? Como esses acervos são utilizados pelos pesquisadores? A quem essas coleções pertencem? Perguntas como essas são mais frequentes do que se imagina. A vida nos museus continua um enigma para a maior parte da população mundial, mesmo em um mundo globalizado e apesar da existência de plataformas digitais de acesso a coleções museológicas. Embora pareçam ser questionamentos simples, grande parte da população, seja ela composta ou não por frequentadores de museus, desconhece a formação de coleções ou mesmo seus usos dentro da instituição – pesquisadas no próprio museu; pesquisadas por outras instituições acadêmicas por meio de consultas e parcerias;

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). <becabombonato@.gmail.com>

ou coleções armazenadas a espera de estudo. Esses questionamentos sobre o funcionamento do museu são, por vezes, subestimados por seus profissionais, embora a instituição ocupe parte do imaginário popular, sobretudo na sociedade ocidental.

Por muito tempo, os museus de história natural se valiam do *status* de "catedrais da ciência" (Sheets-Pyenson 1986), um local onde os visitantes frequentavam com a expectativa de receber passivamente parte desse conhecimento. Esse posicionamento distanciado por parte dos museus criou gerações de pessoas que enxergam essas instituições como algo externo ao seu cotidiano ou desconectado de um sentimento de pertencimento. A vida restrita e "secreta" que dentro dos museus continua sendo um tema rodeado de mistério e curiosidade, chegando a ser abordado até mesmo na cultura pop (como nos filmes *Uma noite no museu* e na série de televisão *Friends*). Contudo, não é no imaginário popular que o presente artigo está, mas nas iniciativas recentes dos museus que buscam superar a distância existente entre a instituição e o público, sobretudo no que diz respeito à curadoria de coleções. Assim, examina-se aqui uma exposição temporária do National Museum of Natural History, em Washington, DC, para servir como exemplo de ações que propõem novas bases dialógicas a partir do trabalho em museus.

A dinâmica entre os museus e seus visitantes passou por diversas mudanças ao longo do século XX (Cury 2005). O entendimento dos museus como as "universidades do povo" (Hooper-Greenhill 1994: 2) é aos poucos substituído, e os museus do século XXI têm se engajado em um exercício de reinterpretação própria, principalmente sobre sua função educativa. Essa função pode ser melhor abordada quando se pensa no papel dos museus com base na preservação, pesquisa e comunicação (Weil 1990). Cury (2005) lembra que essa base se amplia para uma responsabilidade social única.

Embora a conservação e a pesquisa sejam vitais para o funcionamento e continuidade dessas instituições, a comunicação museológica (exposição, educação e outros meios) é o principal ponto de contato com os visitantes. É por meio da comunicação que o museu se apresenta para a sociedade, evidencia sua relevância e gera trocas de conhecimentos entre diferentes membros da sociedade civil, segmentações sociais organizadas em torno de questões identitárias.

A função comunicacional dos museus está centrada nas exposições museológicas e nas ações educativas. Entretanto, na prática, a ênfase recai nas exposições, tendo em vista seu potencial na geração de outros programas. As novas posições que a comunicação museológica alcançou ao longo dos anos podem ser vistas como resposta às novas teorias de representação e às novas demandas socioeconômicas, gerando um questionamento sobre o propósito dos museus. Segundo Ferguson (1996: 131), a exposição como discurso material deve falar com voz sensível aos anseios do público por uma distância cultural adequada a partir da qual é possível aprender e desfrutar de uma versão democrática do significado.

Para Davallon (2010: 17), um pesquisador da comunicação museológica na perspectiva da semiótica, a exposição é uma reunião de objetos destinados a um público e atende a uma ideia ou intenção. Essa ideia, que corre por trás de uma exposição, pode ou não ser explícita ao visitante, constituindo-se sempre em uma interpretação institucional do patrimônio em exibição. Os objetos devem ser considerados relevantes para contribuírem com a narrativa proposta pelos desenvolvedores da exposição. Dias (2019) lembra que a organização de uma exposição pressupõe a atribuição de valor aos objetos expostos. Para a autora, o museu atribui novos significados aos seus objetos por meio da narrativa apresentada na exposição, sempre com uma intenção. Um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos museus no século XXI deve ser a dinamização de seus acervos e o estabelecimento de novos canais de comunicação. Segundo Benchetrit (2010: 13), "espera-se dos museus, enquanto produto que são, a criação do homem, que suas ações demonstrem uma clara preocupação em interagir com o público".

Em um movimento recente de aproximação com os visitantes e comunidades próximas, diferentes museus ao redor do mundo desenvolveram exposições para abordar a própria rotina da instituição. Esses museus variam em tipologia – podendo ser museus de arte, de história natural ou arqueológicos – e estão presentes nos mais diversos países, mas todos têm o mesmo objetivo: aproximar o visitante da instituição. Entre essas instituições estão o Smithsonian Castle e o American Museum of Natural History, ambos dos Estados Unidos, o Museum für Naturkunde, da Alemanha, e o Museu Paulista. Todas essas instituições estão entre as principais em seus países e têm grande foco em atividades de pesquisa.

É nessa perspectiva que o presente artigo apresenta a exposição temporária *Objects of Wonder: From the Collections of the National Museum of Natural History*, aberta ao público em 2017 no National Museum of Natural History em Washington, DC. Neste artigo, realiza-se uma discussão sobre a exposição por meio da metodologia de estudo de exposições desenvolvida por Leilane de Lima (2016; 2020), que analisa o espaço físico da exposição e do museu, do conteúdo exposto neste espaço (de temas aos recursos utilizados) e das escolhas estéticas, considerando a exposição nas suas partes e nas articulações entre elas e os recursos adotados. Foram realizadas diferentes visitas à exposição entre maio e agosto de 2017, pouco depois de sua inauguração, quando também foram realizados os registros fotográficos apresentados neste artigo. A modalidade online da exposição também é trazida neste artigo, apesar de com menor ênfase do que sua versão física.

O National Museum of Natural History

Em primeiro lugar, é necessário compreender o museu no qual a exposição foi desenvolvida e onde ela está disponível ao público. O National Museum of Natural History ocupa um lugar de destaque desde sua criação no National Mall (avenida central em Washington, DC, que liga a Casa Branca ao Congresso Nacional). Nesta avenida, estão os museus nacionais pertencentes à Smithsonian Institution – fundada em 1846 pelo ato legislativo do Senado, com fundos deixados pelo químico James Smithson (Oehser & Heskett 2019). Durante seus primeiros anos, as coleções de história natural, etnologia e artes eram abrigadas e expostas ao público no edifício Smithsonian (atualmente chamado de Smithsonian Castle) como uma instituição única, o National Museum (Smithsonian Institution 2021a).

Em 1881, devido ao crescimento das coleções, o museu foi transferido para o então recém-inaugurado edifício vizinho (hoje conhecido como Arts and Industries Building), onde permaneceu até uma nova mudança de edifício devido a novos problemas de armazenamento. A sede atual do museu foi aberta ao público em 1910, mas concluída apenas em 1911 (Smithsonian Institution 2021a). Em 1969, o museu foi renomeado como National Museum of Natural History (NMNH), uma instituição com foco em coleções antropológicas e de história natural – as outras coleções foram separadas e se tornaram museus independentes. Atualmente, o museu abriga uma coleção com cerca de 126,5 milhões de espécimes e artefatos, armazenados tanto no museu quanto no centro de suporte secundário de coleções (o Museum Support Center), em Maryland.

Os museus nacionais, como o NMNH, têm importância especial na vida de um país. Suzanne Keene (2005) nos lembra que estes são símbolos da cultura, conhecimento e orgulho nacionais, além de refletirem episódios coloniais históricos e conquistas. A autora também lembra que em geral estes museus nacionais são uma reunião de museus especializados, assim como é o caso dos dezenove museus e galerias da Smithsonian Institution. Devido a essa importância, que alcança o próprio conceito de identidade nacional, os acervos desses museus costumam ser constituídos por vastas coleções, com itens significativos que corroboram a narrativa proposta pela instituição (Keene 2005).

Entretanto, essas trajetórias são pouco conhecidas. O grande público dos museus nacionais – e, na verdade, de quase todos – não conhece como as coleções museológicas foram formadas e reunidas ou como é a vida dos objetos dentro da instituição. Por esse motivo, os museus se tornam algo distante e fora da realidade dos visitantes. Apesar disso, muitas de suas coleções contêm objetos considerados tesouros nacionais, que fazem parte da história do país e ocupam lugar no imaginário popular.

Antes de abordar o NMNH, é importante lembrar a diferença de acervo que existe entre os museus de história natural na Europa e os museus nas Américas. Na Europa – berço deste tipo de instituição –, as primeiras coleções de história natural englobavam tanto o mundo natural quanto o mundo humano, com coleções de antropologia e arqueologia expostas junto às coleções de zoologia e geologia.

Entretanto, a partir do século XIX, alguns museus passaram a separar as coleções naturais das coleções antropológicas devido à falta de espaço para o armazenamento delas. Essa divisão tentava ordenar as extensas coleções e eventualmente originou novos museus, como é o caso do British Museum, que, no próprio século XIX, separou e enviou suas coleções naturais para outro espaço de exposições, em Kensington, instituição hoje conhecida como Natural History Museum, em Londres (Livne 2016). Contudo, durante meados do século XIX, ocorreu uma diferenciação entre as culturas ocidentais e as não ocidentais, estas entendidas como primitivas e incivilizadas, mais próximas do "homem em estado de natureza" (Livne 2016: 6). Em um primeiro momento, os objetos por elas produzidos foram realocadas junto às coleções naturais.

Diferente das instituições na Europa, os museus das antigas colônias americanas não sofreram, em sua maioria, essa divisão. Os grandes museus de história natural dos Estados Unidos, por exemplo, mantêm até hoje um departamento de antropologia, embora tenham ocorrido separações pontuais de acervos para a criação de outras instituições – como é o caso da separação com o acervo de origem indígena presente na Smithsonian Institution, reunido no National Museum of the American Indian (Bombonato 2020). Também é importante lembrar que, diferente dos museus nacionais da Europa, os museus nacionais das Américas engrandeciam as riquezas naturais da terra e serviram como ferramenta de afirmação nacional depois do período colonial (Bergeron 2010).

Representando esse entendimento estão as onze exposições de longa duração do NMNH: *African Voices*; *Bone Hall*; *Butterfly Pavilion*; *David H. Koch Hall of Fossils (Deep Time)*; *David H. Koch Hall of Human Origins*; *Eternal Life in Ancient Egypt*; *Janet Annenberg Hooker Hall of Geology, Gems and Minerals*; *Kenneth E. Behring Family Hall of Mammals*; *O. Orkin Insect Zoo*; *Birds of DC*; e *Sant Ocean Hall*, além de diversas exposições temporárias, como a *Objects of Wonder*. O museu também tem um setor de produção e fabricação das exposições, responsável por grande parte das exibições – as exceções são exposições itinerantes que o museu recebe e peças de mobiliário mais complexas que são produzidas sob encomenda por empresas especializadas.

As exposições de longa duração e temporárias também são representativas dos diferentes departamentos que compõem o museu: antropologia; botânica; entomologia; zoologia de invertebrados; zoologia de vertebrados; ciências mineralógicas; e paleobiologia. Cada departamento tem pelo menos uma exposição na qual podem ser colocadas em destaque as principais e mais recentes pesquisas realizadas por seus laboratórios. As exposições temporárias são em sua maioria produzidas entre diferentes departamentos do museu a partir de propostas interdisciplinares que demonstrem o real estado do mundo natural e humano.

É nesse ponto que está a exposição *Objects of Wonder*, que traz objetos pertencentes aos diferentes departamentos do museu em uma narrativa sobre as coleções do NMNH e sua utilização fora das exposições. Neste artigo, o foco será nos objetos oriundos das coleções antropológicas (que englobam também as disciplinas da arqueologia e da

etnologia) do museu, que variam de cerâmicas indígenas, armaduras de samurais e máscaras cerimoniais africanas.

Maravilhando o visitante: *Objects of Wonder*

Conforme comentado, a exposição *Objects of Wonder* foi inaugurada em março de 2017 e ocupa uma grande sala no segundo andar do NMNH, reservada para as exposições temporárias. A exposição continuaria disponível para visitação até 2019, mas foi prolongada até 2020 devido ao sucesso de público. Contudo, assim como todos os outros museus, a pandemia da covid-19 obrigou a Smithsonian Institution a anunciar o fechamento de todos os seus museus a partir de 14 de março de 2020.

Para manter a programação do museu, mesmo enquanto as suas portas estivessem fechadas, o NMNH aprimorou o sistema de tour em realidade virtual[1] de todas as exposições temporárias e de longa duração disponíveis naquele momento. O tour virtual – aplicado em uma exposição naquele museu pela primeira vez em 2008 – possibilita uma visita simulada por todo o espaço das quinze exposições (temporárias e de longa duração), e está disponível no site do museu.

A exposição visa apresentar os bastidores do museu e a diversidade das coleções do Smithsonian, que inclui, além das coleções formadas pelas coletas em campo por pesquisadores do museu, itens confiscados por apreensões realizadas pelo governo dos Estados Unidos (oriundos de tráfico internacional), presentes diplomáticos recebidos pelo governo e deixados aos cuidados da Smithsonian Institution, e doações de colecionadores particulares. As informações sobre estes itens de diferentes origens são apresentadas ao visitante na própria exposição conforme os objetos aparecem. Em *Objects of Wonder*, o circuito de visitação é composto por um percurso com as coleções de diferentes disciplinas colocadas lado a lado.

Antes de entrar na exposição, os visitantes entram no jardim interno, localizado no segundo andar do museu. Nas paredes externas, próximo ao jardim, os visitantes têm o primeiro contato com a proposta e conteúdo da exposição. Algumas vitrines propõem reflexões e questionamentos sobre a origem do acervo da instituição e sua importância para o estudo da vida em nosso planeta, não apenas para cada disciplina específica. Durante o período de observação desta exposição (entre maio e agosto de 2017) foi possível notar uma diferença dos públicos entre esta e outras exposições do NMNH. Enquanto as exposições de longa duração têm ampla visitação com ênfase nas categorias de público familiar e escolar, a exposição *Objects of Wonder* tem seu público composto sobretudo por jovens e adultos – embora crianças frequentem a exposição com suas famílias.

Nessa exposição, a narrativa que guia a visita é mais livre do que as outras exposições do museu, que em geral tem uma ordem cronológica ou evolutiva (no caso das exposições com coleções biológicas). Nesse caso, a exposição apresenta diversos recortes temáticos – e não departamentais como normalmente ocorre. Um exemplo é a vitrine "O que faz as coisas serem azuis?"[2], composta por objetos etnográficos, rochas e animais, todos na coloração azul. Essa linha com vitrines temáticas, sem sequência fechada e pré-determinada é seguida ao longo da exposição inteira. Mesmo assim, a exposição propõe ao visitante um percurso no qual as vitrines são colocadas tanto ao longo das paredes das salas quanto no centro delas, na forma como o espaço físico permitiu. Essas vitrines são independentes entre si e trazem discussões individuais temáticas,

1 A interface desse sistema de realidade virtual foi desenvolvida por Loren Ybarrondo, responsável por tirar fotografias de alta resolução em 360º e montá-las em um sistema de tour virtual no qual o visitante consegue, por meio do *mouse* do computador girar, aproximar e se deslocar pela da exposição. O tour da exposição *Objects of Wonder* pode ser visitado até o momento da conclusão deste artigo no endereço <https://s.si.edu/3fV5ZXu>. As outras exposições de longa duração também podem ser visitadas no site no NMNH.

2 Título original "What makes things blue?" (tradução livre da autora).

de modo a permitir um circuito episódico, ou seja, a escolha do visitante.

Essa proposta de visitação é beneficiada pela escolha estética dos realizadores da exposição, favorecendo a visibilidade. A sala é ampla, sem janelas e escura. O forro em preto e o piso grafite escuro – feitos de modo a não serem ressaltados – contrastam com a iluminação artificial dirigida aos objetos, aos elementos expográficos e às paredes. A coloração ocre-alaranjado das paredes ajuda a difundir luz suavemente no espaço, dando conforto para os visitantes caminharem. Essas características visuais estimulam a admiração estética dos objetos e atraem a atenção dos visitantes **(Fig. 1)**. A sala é subdividida em cinco grandes espaços, cada uma com vitrines em tom marrom e iluminadas focalmente. A exposição apresenta um esquema cromático composto pelo ocre-alaranjado das paredes, que traz leveza e luz. O marrom das bases das vitrinas fixa essas estruturas no piso com pouco contraste perante as letras claras contrastantes com o fundo colorido dos textos **(Fig. 2, 3 e 6)**.

Os espaços da exposição apresentam vitrines com diferentes temáticas, em um total de 21 temas principais (alguns com subdivisões próprias contempladas em diferentes vitrines) **(Tab.1)**. Algumas dessas vitrines temáticas serão descritas analiticamente a seguir.

Título original do tema	Título traduzido do tema	Número de vitrines
Where do we get our collections?	De onde vêm as nossas coleções?	6
Bringing secrets to light	Trazendo segredos para a luz	4
What do collections tell us?	O que nossas coleções nos dizem?	2
Same object different perspectives	Mesmo objeto diferentes perspectivas	1
What makes things blue?	O que faz as coisas serem azuis?	2
Dazzling diversity	Diversidade deslumbrante	3
Revitalizing cultures	Revitalizando culturas	2 e 1 vídeo
Collecting then and now	Coletando antes e agora	1 vitrine grande no centro da sala
Human actions: helpful or harmful?	Ações humanas: úteis ou prejudiciais?	2
Eureka! New discoveries at the museum	Eureka! Novas descobertas no museu	1
Celebrating creativity	Celebrando a criatividade	7
Pick me! Pick me!	Me escolha! Me escolha!	1
How to make a shell	Como fazer uma concha	1
I wonder...	Eu me pergunto...	6
Old objects, new knowledge	Velhos objetos, novos conhecimentos	1
Finding unexpected connections in our collections	Encontrando conexões inesperadas nas nossas coleções	3
Linking nature and culture	Ligando a natureza e cultura	3
Our collections are vast and constantly growing	Nossas coleções são vastas e em crescimento constante	1

Título original do tema	Título traduzido do tema	Número de vitrines
Finding patterns everywhere	Encontrando padrões em todos os lugares	1
What do these objects have in common?	O que esses objetos têm em comum?	1
All collections start somewhere	Todas as coleções começam em algum lugar	1

Tab. 1. Lista de seções temáticas da exposição *Objects of Wonder*.

Inicialmente, chamamos a atenção para o fato de que cada tópico do desenvolvimento conceitual da exposição está colocado com uma pergunta, ou se inicia no gerúndio, dando a ideia de processo, ou é uma frase afirmativa. Em outros termos, não há títulos, mas chamadas objetivas e escritas para facilitar a leitura, mesmo a certa distância.

Fig. 1. Visão geral da exposição *Objects of Wonder*.
Fonte: Autora, 2017.

O acervo exposto é composto por animais taxidermizados e em meio úmido[3], minerais e rochas, ilustrações científicas, plumárias e cerâmicas indígenas, esculturas, imagens e lâminas de microscopia, além de fotografias e depoimentos em vídeo de indígenas que explicam ao visitante como funciona o relacionamento entre elas e o NMNH. Essa diversidade de acervo é reflexo direto da própria natureza da instituição, algo inerente a um museu de história natural nos Estados Unidos.

A exposição abre com a pergunta "De onde vêm as nossas coleções?", que apresenta a prática de coleta científica realizada pelo museu. Também são lembradas outras formas de aquisição de acervos, como doações por outros colecionadores ou presentes recebidos pelo governo e colocados aos cuidados do museu. O primeiro objeto da coleção antropológica do museu, que está na vitrine "De onde vêm as nossas coleções? – itens

3 Coleções zoológicas em meio úmido são armazenadas em potes de vidro ou plástico e imersas em álcool etílico 70° GL ou glicerina, a depender do animal armazenado.

confiscados"[4], é de um ornamento de cabeça feito de penas de aves e algodão oriundo da região da floresta amazônica equatoriana, que chegou ao museu após ser confiscado pelo Serviço dos Estados Unidos de Pesca e Vida Selvagem[5] nos anos de 1940.

O segundo objeto antropológico é um presente diplomático que o presidente Theodore Roosevelt recebeu do imperador japonês em 1905. A legenda da armadura de samurai presenteada propõe que o visitante compare essa vitrine com as outras e note que ela é mais escura que as demais, trazendo em seguida uma explicação do motivo. Essa legenda é uma das várias que propõem uma conversa com o visitante.

A exposição traz também os remanescentes humanos do naturalista Robert Kennicott, que coletou diversos espécimes biológicos para o museu entre 1852 e 1866. Atendendo a pedido dele, a instituição recebeu seus remanescentes após a sua morte, que fazem parte da coleção de antropologia forense do NMNH. Este é um ponto mais sensível da exposição, cabendo lembrar a política do Smithsonian sobre a exposição de remanescentes humanos.

Os museus da Smithsonian Institution já tiveram mais de 35 mil remanescentes de indígenas. A descoberta desse fato pelo líder espiritual Cheyenne Willian Tallbull, em 1986, foi uma das forças motrizes para a aprovação, em 1989, da National Museum of the American Indian Act (NMAIA) e posteriormente, em 1990, do Native American Graves Protection and Repatriation Act (NAGPRA) (McKeown & Hutt 2008). Tanto o NMAIA (que abrange todos os museus da Smithsonian Institution) quanto o NAGPRA (que abrange todos os museus que recebem fundos federais) são legislações que preveem a repatriação desses remanescentes para as comunidades identificadas e legalmente reconhecidas, além da retirada definitiva da área expositiva daqueles que não foram reclamados. Dentre os que foram identificados, a maioria foi devolvida para seus descendentes ou comunidades – ou organizações, no caso havaiano – com a filiação cultural mais próxima (United States 1990). Já outros foram deixados pelos grupos aos cuidados do museu, com a condição de que os líderes espirituais pudessem manter uma rotina de rituais. De uma forma ou de outra, a partir da aprovação do NMAIA e do NAGPRA, os remanescentes humanos indígenas não são mais colocados em exposição em nenhum museu da Smithsonian Institution ou qualquer outro museu que receba fundos de origem federal.

Entretanto, esses não são os únicos remanescentes humanos dentro do museu. O NMNH tem coleção de múmias egípcias que ainda estão em exposição ao público, além de uma coleção de remanescentes humanos do departamento de antropologia forense[6] – embora não estejam em exposição, permanecendo na reserva técnica. Tanto as coleções egípcias quanto as de antropologia forense não são previstas no NAGPRA. Portanto, não estão subordinadas a uma legislação que encaminhe sua repatriação ou não-exposição – algo que depende exclusivamente da decisão do museu. Embora seja pouco comum, as coleções forenses do museu podem incluir esses remanescentes nas exposições, desde que tenham uma autorização dos familiares mais próximos ou, como é o caso de Kennicott, um testamento afirmando o desejo em ter seus remanescentes doados ao museu para a exposição. Na ocasião em que visitamos o museu, este era o único remanescente humano da coleção forense em exposição no museu.

Continuando a exposição, o próximo tema que traz objetos antropológicos é "O que nossas

4 Título original "Where do we get our collections? – Confiscated items" (tradução livre da autora).

5 Nome original do departamento "U.S. Fish and Wildlife Service" (tradução livre da autora).

6 O departamento de antropologia forense do NMNH tem mais de 30 mil remanescentes humanos representantes das mais variadas populações ao redor do globo. Essa coleção é mantida para a continuidade dos estudos de anatomia forense. Além da proposta de pesquisa científica do departamento, por vezes esse já foi chamado pelas forças policiais para realizar os estudos necessários (Smithsonian Institution 2021b).

coleções nos dizem?", no qual são apresentadas as coleções de cerâmica Zuni. Esta vitrine é utilizada para separar dois ambientes, mas contém a mesma temática em ambos os lados **(Fig. 2)**. Vinte cerâmicas são colocadas nesta grande vitrine para mostrar ao visitante como as equipes de antropologia do museu estudam os patrimônios culturais de outros povos. Aqui, a legenda também exibe uma conversa entre um membro do *pueblo* Zuni e um antropólogo do museu, que apontam a relevância dessas cerâmicas em estudos culturais.

Fig. 2. Vitrine "What do our collections tell us?".
Fonte: Autora, 2017.

A vitrine temática "O que faz as coisas serem azuis?" engloba a própria proposta da exposição: evidenciar a relação do mundo natural com o ser humano por meio das coleções do NMNH. A vitrine traz dez borboletas azuis, um galho com frutos azuis iridescentes, um ovo com pigmentos azuis, alguns minerais de tom azulado (uma opala, um lápis lazúli, e um berilo azul, também conhecido como água marinha) e um vaso de vidro de cobre romano colorido com pigmento azul – a legenda comenta pontualmente como a tonalidade é obtida da natureza para colorir objetos fabricados pelo ser humano.

A exposição apresenta então algo mais ligado às interações interpessoais entre funcionários do museu e membros de grupos indígenas. A vitrine "Revitalizando culturas" traz uma discussão sobre como a colonização e a globalização afetaram as práticas tradicionais de povos indígenas e como as coleções do museu são utilizadas hoje por essas comunidades para reavivarem suas práticas ainda presentes em suas memórias. Nela, é exposto ao visitante um peso de rede de pescaria dos Wanapum, povo indígena da região do rio Columbia, Estados Unidos, que foram forçados a deixar suas terras na década de 1940 devido à construção de usinas de plutônio ligadas ao Projeto Manhattan. Por causa desse deslocamento, os Wanapum perderam suas ferramentas de pesca tradicionais. No ano de 2015, membros desse povo visitaram o museu para estudar um dos poucos pesos de redes remanescentes visando reintroduzir essa prática em seu território[7]. O programa Recovering Voices, da Smithsonian Institution, é utilizado para aproximar os museus da instituição com diferentes povos indígenas. A exposição também apresenta um vídeo no qual pesquisadores do museu e membros dos grupos indígenas falam sobre suas experiências dentro e fora do NMNH **(Fig. 3)**.

7 Estas informações estão disponíveis nas legendas e textos da exposição.

Fig. 3. Vitrine e vídeo "*Revitalizing cultures*".
Fonte: Autora, 2017.

O maior objeto na exposição, que alcança o ponto mais alto da sala, é um dos poucos pontos em que o visitante é convidado a se sentar e observar uma peça do acervo. Trata-se de uma fachada pintada pelo povo indígena Tsimshian (**Fig. 4**), coletada em 1875 na Columbia Britânica, Canadá, e é o objeto principal do setor "Celebrando a criatividade". Nele, o visitante é apresentado ao costume de pintar as casas com a história de determinado clã e outros costumes desse povo. Esse setor lembra aos visitantes que o museu não coleciona apenas descobertas científicas, mas que também estuda a própria experiência humana. Outros objetos indígenas são trazidos com o objetivo de demonstrar o potencial criativo humano – como um disco em calcário com entalhe de uma mão, uma capa de escudo indígena, uma estatueta epiolmeca, máscaras cerimoniais africanas e americanas, uma placa em cobre do povo Etowah. Uma vitrine nesse setor, "Celebrando a criatividade – para o registro" faz um questionamento sobre o motivo dos seres humanos registrarem acontecimentos diversos e quais foram as principais ferramentas para isso. São mostradas tabuletas, placas, uma fotografia, um livro e uma pintura em pele de cervo comissionada por um antropólogo do Smithsonian em 1904 que ilustra a importância de certa cerimônia do povo Kiowa.

Na vitrine "Objetos velhos, novos conhecimentos", o visitante é apresentado a duas jarras de cerâmica de *pueblos*, um coral fossilizado e amostras de cera de ouvido de baleia são apresentadas na vitrine para discutir as novas pesquisas realizadas com objetos que fazem parte do acervo do museu há anos.

Já a vitrine seguinte, "Em movimento"[8] (uma subdivisão do tema "Encontrando conexões inesperadas nas nossas coleções") traz uma reflexão sobre a mobilidade que sempre existiu entre culturas no mundo. O objetivo é apresentar objetos que foram criados em um local, mas encontrados em outro – como pequenos modelos de navios em bronze da cultura nurágica, da região da Sardenha, Itália, mas que foram encontrados na Espanha; ou um colar de esmeralda mineirada na Colômbia, enviada para a Espanha, entalhada na Índia, adornada com diamantes na França e comprada por uma mulher nos Estados Unidos – tudo esse processo durou aproximadamente três séculos.

8 Título original "On the move" (tradução livre da autora).

Fig. 4. Vitrine "What do our collections tell us?".
Fonte: Autora, 2017.

Fig. 5. Vitrine "*Dressed to impress*".
Fonte: Autora, 2017.

O setor "Ligando a natureza e cultura" exibe duas vitrines principais, "Vestido para o combate"[9] e "Vestido para impressionar"[10]. Na primeira vitrine, um capacete de combate adornado com a pele espinhosa de um peixe-balão e uma

9 Título original "Dressed for combat" (tradução livre da autora).

10 Título original "Dressed to impress" (tradução livre da autora).

armadura com espada adornada com dentes de tubarão propõem uma reflexão sobre como a natureza é reutilizada pelo ser humano para servir a um propósito semelhante. Já na segunda vitrine, um traje de chefe havaiano adornado com penas coloridas de aves. Ao lado dele, aves semelhantes às utilizadas para a fabricação do traje são expostas para que o visitante reflita em como a natureza inspira a criatividade humana **(Fig. 5)**.

A exposição é finalizada com um painel apresentando os novos itens adicionados às coleções, que continuam crescendo. O visitante também é lembrado que todas as coleções começam pequenas. A última vitrine da exposição, "Nossas coleções são vastas e em crescimento constante", apresenta alguns representantes das primeiras coletas realizadas por pesquisadores e que catalogados no museu em cada departamento **(Fig. 6)**. Também nesse último espaço está quatro computadores com as coleções digitalizadas para o acesso dos visitantes.

Fig. 6. Vitrine "Our collections are vast and constantly growing".
Fonte: Autora, 2017.

Um tour digital para uma exposição

Conforme citado anteriormente, pouco depois do NMNH fechar suas portas devido à pandemia da covid-19, um tour digital pelas exposições disponíveis foi executado e ficou disponível para visitação pelo site do museu (Objects of Wonder 2021). Em 2021, os sites da Smithsonian totalizaram uma média de 20 milhões de acessos por mês[11] (Smithsonian Institution 2022). Já na página do NMNH, são encontrados tours online de diferentes exposições atualmente em exposição e algumas antigas. No caso da *Objects of Wonder*, as fotografias para o desenvolvimento do tour foram tiradas em 2018. A exposição ficaria disponível para visitação física até 2019, entretanto, a pandemia causou uma primeira mudança nesse cronograma (primeiro para 2021, e depois até 2025), além da inclusão da visitação virtual.

No espaço online, o visitante tem menor autonomia de percurso, chegando inclusive a não visualizar alguns trechos da exposição. Nela, o visitante tem a possibilidade de entrar e dar zoom em todos os objetos expostos em quatro das seis salas de exposição **(Fig. 7)**.

11 Cabe lembrar que a Smithsonian Institution não faz uma separação dos acessos aos sites de seus diferentes museus. Portanto, os dados apresentados pelos relatórios anuais são apenas os unificados entre as diferentes páginas disponíveis.

As imagens do tour permitem aos visitantes virtuais ampliar as imagens, podendo dar uma maior ênfase em uma vitrine de sua escolha, bem como ler os textos em painéis e legendas. Esse formato de visitação online simula a sensação da visitação e gera um sentimento de imersão na exposição, o que a diferencia de simples fotografias do acervo.

Fig. 7. Visão da entrada da exposição no tour virtual.
Fonte: Objects of Wonder (2021).

Embora não seja um equivalente direto à visita ao espaço expositivo, a proposta virtual é uma opção válida para conhecer o museu, além de manter o propósito da exposição de aproximar o museu do público. Depois da digitalização dos tours, o NMNH também digitalizou alguns outros por algumas áreas de reserva técnicas, espaços antes não visitáveis.

O que aprendemos com experiências como essa?

A vida nos museus é muito mais dinâmica do que se pensa. Por fora, essas instituições centenárias passam uma ideia de imutabilidade e imponência, o que as torna ainda mais distantes e inacessíveis.

Zavala (2003) apresenta dois paradigmas na comunicação museológica que devem ser trazidos para a discussão. O primeiro é de um modelo tradicional de comunicação que visa a obtenção de conhecimentos pelo visitante, com enfoque no próprio conteúdo exposto. Esse tipo de modelo é o que ocorre nos museus tidos "imutáveis", que se prendem ao seu modo antigo de fazer exposições. Um segundo paradigma, surgido nas últimas décadas, argumenta que a exposição é o diálogo dos visitantes com o museu. Portanto, o importante na exposição seria o público perceber as diferentes realidades que podem ser apreendidas por meio da cultura material e pelas estratégias comunicativas diversificadas e criativas.

Baseada em Zavala (2003), Cury (2011) afirma que hoje vivemos uma transição entre esses dois modelos (o tradicional do século XIX e o emergente e em construção), e relembra a importância de diferentes exercícios metodológicos nesse momento de transição.

Exposições como a *Objects of Wonder*, que tentam aproximar os visitantes dos processos curatoriais da instituição, podem ser vistas como um exercício que tenta algo novo dentro do espaço tradicional dos museus de história natural. O abismo que existe entre museu e público aumentou ao longo dos anos porque a sociedade também mudou. Dessa forma,

os esforços da instituição devem dar respostas sociais relevantes.

Um ponto importante, principalmente em museus nacionais, é a identificação com o que é exposto na exposição. As coleções dos museus nacionais existem na comunicação para as relações dialógicas. Essas coleções ajudam a contar narrativas históricas e contribuem para um senso de pertencimento tanto de uma nação quanto de públicos diversos no próprio museu. Esses museus pertencem à sociedade na sua pluralidade.

A exposição *Objects of Wonder* abre e se encerra com a afirmação "Nossas coleções pertencem a vocês também"[12], relembrando aos visitantes que entram na sala que o museu não é dono dos objetos do acervo, mas sim responsável pela sua salvaguarda deles, para que eles estejam disponíveis às futuras gerações. Entretanto, não basta o museu manter o seu acervo conservado para serem vistos no futuro, é necessário que o museu também pense em narrativas que possam ser propostas no presente.

Toda exposição é uma retórica, tem alguma intenção. Nenhum discurso é vazio, e, mesmo se assim fosse, o próprio vazio teria um significado. Segundo Davallon (2010), o museu deve estar atento sobre qual é o discurso por baixo do discurso expositivo, isto é, qual a real intenção de uma fala. Para Cury (2005), sempre há um discurso por trás do discurso. A equipe de desenvolvimento de exposições deve ter um segundo ponto em mente: quais as expectativas dos públicos? O museu deve escutar os visitantes em constantes ciclos de trocas. Existe uma curiosidade do público sobre a vida dos objetos por trás das vitrines, e esse é um anseio que pode ser respondido pelo museu, como devem ser revelados os motivos que sustentam a musealização. Dessa forma, os discursos trazidos pelo museu deixam de ser fechados em si, hegemônicos e autoritários, para se tornarem democráticos e multi-vocais.

Assim, podemos entender o discurso trazido na exposição *Objects of Wonder* como uma estratégia de democratizar o acesso dessas coleções nacionais – que podem fazer parte do imaginário da população. A organização da exposição propõe uma maior autonomia aos visitantes. Não é necessário seguir um percurso ou se preocupar se a ordem de acompanhamento das vitrines está correta, cada visitante é livre para andar e ver o que lhe interessar. Até mesmo a saída da exposição pode se tornar a entrada, onde, em vez dos tipos de coletas de objetos formaram essas coleções, o visitante é apresentado primeiro à ideia de que o museu não é estático, que continua crescendo e se adaptando. É pelas vitrines temáticas organizadas episodicamente que estão as possibilidades de criativas conexões pelos visitantes, em seu próprio ritmo e interesse.

As diferentes relações propostas pelos objetos de diferentes departamentos também propiciam o questionamento das divisões disciplinares como elas realmente são: artificiais. O mundo do ser humano é afetado pelo mundo natural, e vice-versa. Não vivemos isolados. Logo, nossas conexões não podem ser simplificadas ou ignoradas. *Objects of Wonder* propõe essa reflexão ao visitante por meio de vitrines temáticas direcionadas por perguntas centrais.

Quanto à temática antropológica, a exposição faz uma divisão em dois principais momentos históricos – o presente e o passado de grupos indígenas. As vitrines que tratam sobre o programa Recovering Voices nos lembram que os grupos indígenas persistem e resistem, apesar de todas as adversidades. Ao comunicar sobre as lutas enfrentadas pelas culturas indígenas contemporâneas, a exposição busca um questionamento por parte dos visitantes sobre a própria marginalização dos indígenas pela sociedade. Já as vitrines que propõe uma reflexão sobre o passado desses povos antes da chegada dos europeus no continente americano, lembram o costume de contar histórias em cerâmicas e construções, mas principalmente as diferentes formas com que o mundo era visto e entendido – diferentes cosmovisões.

Contudo todas essas discussões são propostas dentro do ambiente de uma exposição de história

12 Título original "Our collections belong to you, too" (tradução livre da autora).

natural, na qual o ser humano é entendido como parte da natureza. Esse entendimento é problemático, principalmente quando tratamos de povos indígenas, até hoje vistos como separados do convívio urbano por muitos. O *Recovering Voices*, embora pertença à Smithsonian Institution como um todo, tem como base central o National Museum of the American Indian, e, portanto, os pesquisadores que de fato tratam com estes grupos estão em outra instituição, não no NMNH, algo que acaba por prejudicar a narrativa expositiva na instituição.

Apesar disso, a principal intenção por trás dessa exposição é avançar na direção dos visitantes do NMNH em uma tentativa de tornar o museu, seu acervo e sua prática mais acessíveis. O museu não deve ser um local de simples contemplação, mas um fórum, um espaço para troca de conhecimentos e de experiências que enriquecem a experiência humana. Não se trata de uma palestra, mas de diálogo, no qual até mesmo o museu pode aprender algo novo. A recepção pelos visitantes foi tão positiva que o museu prolongou sua permanência, algo raramente feito pelos museus da Smithsonian. Isso identifica um passo novo. Em vez de presumir, o museu parou para ouvir o que os públicos gostariam de saber. Essa quebra de barreiras pode parecer pequena, mas a exposição *Objects of Wonder* foi uma das primeiras exposições em que o NMNH revelou sua vida secreta e na qual nos deparamos com a pergunta central proposta pela exposição: qual seria o real motivo do museu existir?

BOMBONATO, Rebeca. "Our collections belong to you, too": an analysis of the exhibition *Objects of Wonder* of National Museum of Natural History. *R. Museu Arq. Etn.*, 39: 111-127, 2022.

Abstract: Who are the museums made for? This question causes great debates within civil society, but how do museums approach this topic? Museums were created to be visited, to communicate something to the public, and to be a place of experience exchange. Not only do they promote research and preservation activities, but also communicate the knowledge generated by scientific research. The numerous researches carried out in museums contribute to develop human knowledge, but what would be the real scope of this knowledge? Would it remain contained within the walls of the museums and the universities? Thinking of this scope, we bring the exhibition *Objects of Wonder* to the National Museum of Natural History, in Washington DC. Open for in-person visits in 2017, this exhibition aims to discuss with the visitor the origin and the uses of the objects that are part of the collections under the museum's custody. By using thematic showcases, the exhibition introduces the visitor to the different departments of the museum and discusses the process of knowledge generation by its collections. This article analyzes this exhibition, from its structure to the discourses involved, with special emphasis on the communicational function of museums.

Keywords: Objects of Wonder; Exhibition; National Museum of Natural History; Museum Communication.

Referências bibliográficas

Benchetrit, S.F. 2010. Os museus e a comunicação. In: Magalhães, A.M.; Bezerra, R.Z.; Benchetrit, S.F. (Eds.). *Museu e comunicação: exposições como objeto de estudo*. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 11-15.

Bergeron, Y. 2009-2010. Los museos y la crisis: tendencias en los museos norteamericanos. *Revista de la Subdirección General de Museos Estatales* 5/6: 58-67.

Bombonato, R.R. 2020. Duas leis, um museu: o caso do National Museum of the American Indian, o Native American Graves Protection and Repatriation Act e o National Museum of the American Indian Act. *Revista de Arqueologia* 33(3): 242-256.

Cury, M.X. 2005. *Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Cury, M.X. 2011. Museus em transição. In: Sistema Estadual de Museus (Sisem-SP) (Org.). *Museus: o que são, para que servem?* Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, São Paulo, 17-28.

Davallon, J. 2010. Comunicação e sociedade: pensar a concepção da exposição. In: Magalhães, A.M.; Bezerra, R.Z.; Benchetrit, S.F. (Eds.). *Museu e comunicação: exposições como objeto de estudo*. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 16-34.

Dias, J.B. 2019. Histórias contadas: análise de uma experiência entre os Anishinabe. *Horizonte Antropológico* 53: 257-281.

Ferguson, B.W. 1996. Exhibition Rhetorics: Material Speech and Utter Sense. In: Greenberg, R.; Ferguson, B.W.; Nairne, S. (Eds.). *Thinking About Exhibitions*. Routledge, London, 126-136.

Hooper-Greenhill, E. 1994. *Museums and Their Visitors*. Routledge, London.

Keene, S. 2005. *Fragments of the World: Uses of Museum Collections*. Elsevier Butterworth-Heinemann, Oxford.

Lima, L.P. 2016. A arqueologia e o patrimônio arqueológico indígena em exposições museais no centro-oeste de São Paulo e norte do Paraná: questões preliminares. In: Cury, M.X. (Org.). *Direitos indígenas no museu: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão*. Secretaria da Cultura, São Paulo, 115- 127.

Lima, L.P. 2020. A comunicação em museus e a temática indígena em exposições: questões gerais e desafios atuais. In: Cury, M.X. *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. Secretaria da Cultura e Economia Criativa, São Paulo, 201-218.

Livne, I. 2016. Nature and Culture in Museums: An Introduction. *Journal of Museum Ethnography* 29: 3-10.

McKeown, C.T.; Hutt, S. 2003. In the Smaller Scope of Conscience: The Native American Graves Protection and Repatriation Act Twelve Years After. *UCLA Journal of Environmental Law and Policy* 21(3): 153-212.

Objects of Wonder. 2021. Disponível em <https://s.si.edu/3fV5ZXu>. Acesso em: 15/06/2021.

Oehser, P.H.; Heskett, L. 2019. The Smithsonian Institution. 2. ed. Routledge, New York.

Sheets-Pyenson, S. 1986. Cathedrals of Science: The Development of Colonial Natural History Museums During the Late Nineteenth Century. *History of Science* 25: 279-300.

Smithsonian Institution. 2021a. A Brief History of NMNH. Disponível em: <https://s.si.edu/3yGpppD>. Acesso em: 23/06/2021.

Smithsonian Institution. 2021b. Forensic Anthropology. Disponível em: <https://s.si.edu/3ThUojJ>. Acesso em: 23/06/2021.

Smithsonian Institution. 2022. Management's Discussion and Analysis FY2021. Disponível em: <https://s.si.edu/3MsJLZ8>. Acesso em: 02/10/2022.

United States. Nov. 1990. Public Law 101-601 – Native American Graves Protection and Repatriation Act. Disponível em <https://bit.ly/3SYd5sU>. Acesso em: 04/09/2020.

Weil, S. 1990. Rethinking the Museum and Other Meditations. Smithsonian Institution Press, Washington, 57-61.

Zavala, L. 2003. La educación y los museos en una cultura del espetáculo. In: *Anais* do 2º Encuentro Nacional ICOM/CECA México, 2001, Zacatecas.

Estratigrafia de uma paisagem invisível: narrativas museais e arqueológicas sobre o Recolhimento de Santa Teresa, Niterói/RJ/Brasil

*Alejandra Saladino**
*Lucia Brito***

SALADINO, A.; BRITO, L. Estratigrafia de uma paisagem invisível: narrativas museais e arqueológicas sobre o Recolhimento de Santa Teresa, Niterói/RJ/Brasil. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 128-139, 2022.

Resumo: o Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu, uma edificação do século XVIII construída com o fim de abrigar mulheres a pedido ou ordem de seus parentes do gênero masculino, bem como as de conduta social desviante, localiza-se na região oceânica de Niterói. À sua desativação, estimada na segunda metade do século XIX, sucedeu-se um processo de abandono e deterioração de suas estruturas, as quais foram aproveitadas como moradia por algumas famílias de pescadores tradicionais da região. Seus valores enquanto referência patrimonial foram reconhecidos em 1955, quando houve sua inscrição no Livro de Tombo das Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Preservado em ruínas, em 1977 foi transformado em museu regional do IPHAN, o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), inicialmente dedicado à arqueologia pré-colonial. Visamos aqui refletir sobre o lugar das recolhidas nas narrativas museais e arqueológicas que constituem o discurso do museu – à luz da Arqueologia de Gênero, Arqueologia da Paisagem e Museologia. Da análise, de base fenomenológica, advêm resultados preliminares, a sugerir que o discurso da entidade ainda não se apropriou das ondas dos feminismos retroalimentadas pelos movimentos de renovação da Museologia, pois mantém, em primeiro plano, as narrativas relacionadas ao passado pré-colonial e ao passado recente, centradas na pesca artesanal e na relação com a paisagem, cujo protagonismo está no olhar e nas vivências masculinas. O significado da paisagem local se transformou sem evidenciar a multivocalidade daquele espaço, onde permanecem subterrâneas as memórias das mulheres encarceradas, a despeito da materialidade das ruínas do antigo recolhimento que proporcionam uma memória retrospectiva e materializada.

Palavras-chave: Arqueologia de gênero; Arqueologia da paisagem; Museologia; Musealização; Patrimônio sensível.

Nossos dados são realmente nossa própria construção das construções das outras pessoas.
Clifford Geertz

* Profesora do Curso de História da Universidade Complutense de Madrid e do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <luciazbrito97@gmail.com>

Apresentação

Nossas reflexões se estabelecem em zonas de contato entre a Arqueologia e a Museologia, onde as fronteiras disciplinares dizem pouca coisa ou algo que não nos interessa aqui reforçar (como a dimensão política do campo acadêmico e a autoridade e legitimidade do discurso do seu agente).

De fato, interessa-nos focar sobre as possíveis pontes entre os campos, erigidos em convergências e semelhanças, expostas nas premissas a seguir:

> Arqueologia e Museologia são campos disciplinares da área das ciências humanas e sociais que, a despeito das pré-noções do senso comum e das práticas curatoriais sobre a cultura material (que, em certa medida, reduzem seus potenciais à geração, estudo e comunicação da herança cultural manifesta na materialidade das coisas), são projetivos, isto é, partindo do passado, miram para o futuro;
>
> Arqueologia e Museologia são disciplinas que criam sentidos, inventando acervos e narrativas e, portanto, exercem papel fundamental nos processos de patrimonialização;
>
> Arqueologia e Museologia, junto a outras disciplinas de diversas áreas, podem ser reunidas junto a estas no termo guarda-chuva de Ciências do Patrimônio[1] (Barcelos & Saladino 2021: 1).

Por tudo isso e pela percepção do desenvolvimento e fortalecimento da Musealização da Arqueologia no país (Bruno 2018), compreendemos ser pertinente explorar as lentes de análise disponíveis em ambos os campos para empreender estudos sobre a dimensão patrimonial de sítios e outros marcos espaciais das memórias.

Nossos interesses comuns e estudos particulares sobre um sítio arqueológico histórico localizado na região oceânica da cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, contribuíram para definir o objeto de estudo, nomeadamente os remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa que, desde o fim dos anos 1970, abriga a sede do Museu de Arqueologia de Itaipu (doravante nominado MAI). Tombado em instância federal pelos seus valores históricos e artísticos, o Recolhimento é um marco na paisagem em permanente transformação, que tem como eixo central das práticas sociais a pesca, há pelo menos 5 mil anos.

Essa prática econômica, tradicionalmente associada ao gênero masculino (e, vale destacar, de forma reducionista), encontra nesse equipamento de coerção social transformado em lugar de memórias da região um espaço de reconhecimento e valorização, pese as transformações pelas quais a zona passou.

Todavia, aqui nos interessa interrogar sobre o lugar das mulheres recolhidas no Canto Sul da Praia de Itaipu entre os séculos XVIII e XIX no discurso do MAI. Para tal, partindo da Arqueologia de Gênero, da Arqueologia da Paisagem e da Musealização da Arqueologia, traçamos um percurso que parte justamente de um debate sobre o recorte teórico do qual selecionamos nossas lentes de análise para nosso objeto de estudo. Na sequência, apresentamos um recorte sobre a estratigrafia das memórias desse espaço, desde sua ativação como equipamento de exclusão, alijamento e estigmatização de mulheres, ao museu dedicado à dimensão arqueológica e patrimonial da região. Dessa leitura estratigráfica – baseada em revisão bibliográfica que levou em conta estudos previamente realizados e alicerçados nos mais diversos campos (ciências sociais, ciência da informação, história, patrimônio cultural etc.) –, identificamos os elementos pertinentes para tecer as interpretações sobre o lugar das mulheres recolhidas nas narrativas museais do MAI, bem como propor estratégias para entretecer essas narrativas destacadas na trama das memórias da região.

Arqueologia de Gênero e Arqueologia da Paisagem: breves notas sobre as lentes de observação

Ainda que o tema da Arqueologia de Gênero não remonte a quatro décadas, são diversos e inúmeros os estudos a ele. E, porque são igualmente muitas as

1 Ciências do Patrimônio: campo transdisciplinar constituído pelas ciências humanas e naturais, que contempla "aspectos físicos e materiais que dão suporte à Conservação-Restauração, mas também à gestão, registro, documentação e interpretação do patrimônio cultural" (Gonçalves 2019).

publicações dedicadas à revisão da temática (Díaz-Andreu 2005; Sene 2017; Wichers 2017), não pretendemos reproduzir aqui essa tarefa, limitando-nos, tão somente, a destacar algumas obras seminais, como o artigo das arqueólogas Margareth Conkey e Janet Spector (1984), intitulado "Arqueologia e o estudo do gênero", e o livro editado pela arqueóloga Almudena Hernando (2000), com o fito de exemplificar obras onde é possível aprofundar a reflexão sobre as especificidades da arqueologia de gênero e a construção da subjetividade feminina, que, por sua vez, tornam-se mais evidentes quando confrontadas com as diretrizes da arqueologia feminista.

Na primeira obra, um manifesto feminista, está clara a denúncia do binarismo na interpretação do registro arqueológico que privilegia o aspecto masculino sobre o qual está fundado o discurso dessa área de estudo. Em outras palavras, evidencia-se o caráter androcêntrico da disciplina arqueológica ao relacionar a categoria sexo ao papel social desempenhado pelo agente. Na segunda obra, compreende-se a base da arqueologia de gênero, a reflexão sobre as categorias sexo e gênero.

Coincidimos com a arqueóloga Gláucia Malerba Sene (2017) quando ela ressalta o potencial teórico-metodológico dos estudos de gênero na interpretação do registro arqueológico para iluminar certos aspectos sociais invizibilizados ou percebidos sob uma ótica reducionista, resultante da hegemonia do paradigma androcêntrico[2], no âmbito da disciplina arqueológica. Malerba Sene (2017: 165) ressalta o esforço de suplantar a perspectiva dicotômica e binarista nas análises e interpretações no "âmbito da arqueologia de gênero", uma vez que, além da tendência de privilegiar o aspecto masculino dos processos sociais, a partir dela se reproduz uma visão essencialista e unilateral de feminilidade – e da masculinidade, que fatalmente resulta em interpretações reducionistas do passado da humanidade. Assim sendo, ainda em consonância com Malerbe Sene, a arqueologia de gênero, considerando a "relação de complementaridade e reciprocidade com enfoque plural" e "lembrando sempre que papéis, identidades e sexualidades se alteram ao longo do tempo e do espaço" (Sene 2017:170), compromete-se com o estudo das representações e papeis sociais de gênero, bem como aqueles relacionados ao aspecto geracional.

Essa mudança foi possível ao se considerar as especificidades dos processos de construção de identidades de gênero manifestadas em relação de reciprocidade e complementaridade nos espaços sociais. Em outras palavras, decorreu da observação e interpretação do registro arqueológico, evitando a tendência de essencializar o paradigma androcêntrico (por exemplo, associar diretamente ao gênero masculino um artefato associado à prática da caça) e mirando sobre as escalas microespaciais, como as unidades domésticas.

Como anteriormente mencionado, as características da arqueologia de gênero se evidenciam quando observamos as especificidades da arqueologia feminista, no qual está manifesto o posicionamento político. Em efeito, o empenho em identificar e denunciar a manifestação e reprodução do paradigma androcêntrico na produção de conhecimento sobre o registro arqueológico se expõe claramente na arqueologia de gênero, na arqueologia feminista e na arqueologia *queer*, pois estão comprometidas com a produção de conhecimento que respeite as especificidades dos sistemas sociais estudados concretamente e os múltiplos papeis sociais assumidos pelas pessoas que, por sua vez, coincidindo com Sene (2017: 165), não são restringidas pelas especificidades biológicas compartilhadas. Em resumo, essa visão decorre da compreensão de que tanto a categoria gênero quanto a categoria sexo são representações sociais (Nordbladh & Yates; Meskell; Joyce; Sofaer; Butler; Voss *apud* Sene 2017).

Sene (2017) observa a importância de cuidar da intepretação do registro arqueológico.

2 Compreendemos, como paradigma androcêntrico no campo da arqueologia, a tendência de priorizar e valorizar uma representação essencialista e unilinear de masculinidade, tornando opacos os diversos gêneros do contexto arqueológico, bem como a forma de atuar e produzir no campo, invisibilizando os estudos realizados por mulheres.

Concretamente, ao passo que ressalta a "pluralidade e complexidade das construções sociais de gênero", também reconhece as inegáveis e incontornáveis limitações contextuais específicas dos estudos sobre a materialidade do passado. Dito de outra forma, "a análise e intepretação de gêneros não podem ser capitaneadas por classificações de sexualidades e identidades da atualidade" (Sene 2017: 170). Assim, a autora ilumina aspectos importantes a considerar no estudo do registro arqueológico desde as lentes da arqueologia feminista. Coincidimos com a ideia de que:

> Não podemos nos entrincheirar exclusivamente em estereótipos e paradigmas do presente para interpretar o passado. As referências afinadas com os contextos político-ideológicos e com as militâncias de gêneros fazem parte do processo, mas não são seus exclusivos definidores. Nosso processo de intepretação de gêneros, identidades e sexualidades em arqueologia deve ser marcado por intensa relativização sem perder de vista que sua base *sine qua non* é a cultura material" (Sene 2017: 171).

Ampliando os interesses teóricos da Arqueologia de Gênero e traçando um paralelo desta com espaços, entramos na temática da Arqueologia da Paisagem. Colocando essas duas teorias na prática, condizemos com duas arqueólogas: Roberta Gilchrist (1994) e Eleanor Casella (2007), que trabalharam com a vida reclusa de mulheres religiosas na época medieval e o sistema de cárcere feminino estadunidense moderno, respectivamente. Esses trabalhos discutem o gênero em relação com a cultura material expressa pelos espaços, incluindo a paisagem, a arquitetura e os conceitos de lugar e espaço.

Gilchrist (1994) explana em sua obra a relação entre a instituição e a experiência individual, estudando a interpelação de gênero, ideologia e cultura material na construção de uma identidade de gênero. Desta forma, a paisagem e arquitetura estariam inundadas de significados sociais e simbólicos e eram utilizadas como fatores limitantes contra essas mulheres. Casella (2007), por um outro lado, trabalha o paradoxo de clausura, explorando a origem e desenvolvimento do confinamento institucional e suas implicações na experiência de privação e perdas (psicológicas, ambientais, materiais etc.) que podem ser observadas no registro arqueológico. Assim, a arqueologia capta, através dos artefatos, documentos, iconografias e arquitetura, conhecimentos específicos desses locais que são diretamente relacionados ao sistema de gênero da época e as construções ideológicas que delimitam o certo e o errado e quem tem o direito de impô-lo.

O estudo da Arqueologia da Paisagem propriamente dito nos remete ao relacionamento entre os indivíduos e o espaço que é por eles ocupado e que dia após dia são transformados em ambientes de significados (Anschuetz 2001). Dentro desse ramo teórico, são muitas as discussões do significado de certos conceitos, assim vamos considerar a Arqueologia da Paisagem como um "contexto para modelar as formas que as pessoas no passado conceituavam, organizavam e manipulavam seus meios e as formas com que esses lugares moldavam os comportamentos e identidades de seus ocupantes" (Branton 2009: 51), lembrando que este é um espaço limitado onde o comportamento humano ocorre e que deve ser pensado criticamente na inter-relação entre as ações humanas e os lugares.

Para se delimitar esses espaços, é importante entender o significado de lugar, que, como descrevem Ashmore (2004) e Branton (2009), se relaciona com significados culturais, memórias individuais ou coletivas e envolve comportamentos ocorridos em tais locais (como cerimônias, histórias orais), formadores de uma identidade. Esses lugares estudados podem ser multivocais, possuindo diferentes significados para diferentes pessoas, dentro ou fora de um determinado espaço tempo, e esse tópico que torna possível o debate sobre esses lugares e seus significados. Sendo assim, com o passar o tempo, as diferentes pessoas que estavam naquele

lugar identificavam aquele espaço de formas diferentes e criaram memórias individuais e sociais distintas (Knap & Ashmore 1999) para uma mesma paisagem.

Holtorf & Willians (2006: 244), trabalhando com o conceito de memória nas paisagens, as consideram acumulativas, existindo em um mesmo ambiente memórias herdadas, habitadas, inventadas e imaginadas através da paisagem. Nesse tópico de estudo, a Arqueologia da Paisagem se vê intimamente ligada à Museologia, já que, como dito por Wichers (2018: 142), a memória cultural é representada por símbolos e pontos fixos que representam um gatilho, e os museus têm o papel de narrar e disseminar essas memórias. Deste modo, o MAI possui o papel de disseminar as memórias atreladas à paisagem local e/ou até mesmo de ocultar essas memórias. Vale destacar que "as memórias não residem simplesmente impressas em algum monumento" (Holtorf & Willians 2006: 243), e sim que indivíduos constroem mais memórias do que recuperam na paisagem, sendo influenciados por apropriações e histórias orais (Knap & Ashmore 1999: 13).

Sendo assim, já imergindo no tema do Recolhimento e relacionando com trabalhos como os das arqueólogas Gilchrist e Casella, espaço, gênero e relações de poder, pensamos sobre as sensações que esses locais poderiam provocar nas mulheres encarceradas. Como diria Pellini (2011), entender as sensações é uma alternativa de investigar o passado, mesmo que os ambientes estudados tenham mudado ao longo do tempo. Então, como forma de instigar nossas reflexões, surge a questão: seria possível investigar, a partir da paisagem, do gênero e da cultura material, o som do silêncio e da exclusão social quebrado pelo som das ondas do mar e dos animais? Entretanto, é justamente em relação a essa pergunta que nos interrogamos sobre o potencial da Musealização da Arqueologia para construir e comunicar essas narrativas sensíveis.

De Recolhimento de mulheres a Museu: estratigrafia de coisas, memórias e narrativas da paisagem do Canto Sul da Praia de Itaipu

Ao longo dos anos 2010, diversos trabalhos foram publicados sobre as ocupações do Canto sul da Praia de Itaipu (Andrade 2018; Ferreira 2015, 2017; Saladino 2010; 2017; Saladino, Barata & Biserra 2013; Saladino, Barata & Biserra 2015). Esses estudos abordaram a região sobre perspectivas museológicas, patrimoniais, históricas e arqueológicas, levando em conta as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, a construção do MAI, o sítio da Duna Grande, a colônia de pescadores e toda a área circunjacente. Por isso, não cabe – bem como não faz parte do rol de nossos objetivos – reproduzir e/ou sintetizar panoramas dedicados ao processo de ressignificação do Recolhimento de Santa Teresa, disponíveis na literatura especializada. Destarte, neste item do artigo, traçamos, em linhas gerais, os principais marcos dessas memórias.

Sob a ótica da pesquisa arqueológica na área, podemos destacar o trabalho de Saladino (2017), que analisou as faianças finas encontradas durante a drenagem de parte do pátio interno do Recolhimento para instalação de redes de esgoto, ocorrida em 2008. Além desse estudo, que observou especificamente parte da materialidade relacionada ao espaço do Recolhimento, podemos pontuar as teses de doutorado de Andrade (2018) e Saladino (2010), que tiveram em vista associar o patrimônio arqueológico de Itaipu com discussões museais e patrimoniais.

Do ponto de vista histórico, focalizamos no trabalho de Saladino, Barata & Biserra (2013) que mirou na história das mulheres que estiveram no Recolhimento de Santa Teresa, criando uma interface entre o estudo sobre elas e os usos da estrutura desse lugar posteriormente, fazendo uma pesquisa bibliográfica sobre a época em que estava ativa essa instituição. No ano seguinte, Saladino, Barata & Biserra (2015) produziram outro trabalho, este dedicado à reflexão sobre

o papel das instituições museais (neste caso especificamente o MAI) na preservação dos sítios arqueológicos do Recolhimento e da Duna Grande.

Assim como Saladino, Barata & Biserra (2015), Ferreira (2015) também trabalhou sob a ótica patrimonial, com a transformação das ruínas do antigo Recolhimento em museu dedicado à arqueologia pré-colonial da região, focando seu estudo nos processos e narrativas que transformaram aquele espaço em museu, realizando uma análise crítica sobre a relação das ruínas com os sítios pré-coloniais, que àquela altura eram o foco das narrativas museais do MAI. Em sua tese de doutorado em 2017, Ferreira aprofundou sua investigação sobre as narrativas criadas no espaço dessa entidade, problematizando o tombamento das ruínas, o projeto de formação do museu e as novas memórias e narrativas construídas pelos pescadores na construção daquele espaço.

Isto posto, cabe salientar que a maioria dos trabalhos em nível de pós-graduação não trata do Recolhimento a partir do estudo das mulheres, sendo este um tema secundário nas pesquisas sobre a dimensão patrimonial da região. Todavia, encontramos dois trabalhos de conclusão de curso de licenciatura de História dedicados às reclusas da região oceânica de Niterói, ambos coincidentemente destacando a figura de uma recolhida em particular, Fortunata Maria da Conceição, que teria, a despeito dessa condição, logrado escapar algumas vezes para se prostituir (Lima 1999; Cunha 2014).

Vale ressaltar que a estrutura do Recolhimento foi utilizada por diferentes agentes e cada um deixou sua marca e sua narrativa sobre aquele lugar. Tanto as mulheres que foram encarceradas no espaço do Recolhimento entre o fim do século XVIII e início do século XIX quanto as famílias dos pescadores que ocuparam seus remanescentes do início até o fim da primeira metade do século XX, deixaram rastros e marcas tangíveis e intangíveis naquela paisagem distante dos centros urbanos, como os registros arqueológicos e as memórias coletivas multivocais.

O processo de patrimonialização das ruínas, ainda na primeira década do século XX, está atrelado à especulação imobiliária e ao potencial do discurso autorizado do patrimônio cultural. O pedido de tombamento das ruínas, em instância federal, deu-se a partir da mobilização popular. Concretamente, a colônia de pescadores tradicionais, que se articularam com outros agentes locais para tentar, a partir dessa operação, fazer frente ao crescente e desordenado loteamento da região. O levantamento que resultou no inventário do bem contém poucas informações, mesmo as mais básicas, como a definição do proprietário do terreno. Ainda assim, as ruínas foram inscritas no Livro das Belas Artes do IPHAN, concluindo, em 1955, essa operação, seguida da consolidação das estruturas remanescentes.

Cabe salientar que a patrimonialização é um processo complexo que não se limita a atos administrativos, os quais podem provocar toda uma sorte de efeitos, positivos e/ou negativos sobre o próprio bem e sobre o entorno, incluindo as comunidades. No caso do Recolhimento, vale destacar a atuação de um agente local: o interventor de pesca, Hildo de Melo Ribeiro, reconhecido pelo próprio IPHAN como colaborador da entidade para a preservação do patrimônio cultural da região. Hildo marcou paisagens e memórias com suas ações, por vezes "policialescas" que resultaram na formação de uma coleção de objetos arqueológicos retirados por ele mesmo ou pelos moradores da região dos sítios existentes. Esses materiais fazem parte do acervo do MAI, fundado em 1977 como estratégia de proteger e divulgar o patrimônio arqueológico da zona.

Desde sua criação, o MAI priorizou a comunicação do patrimônio arqueológico pré-colonial, se tomamos por referência as exposições de longa duração realizadas até o momento. A atual "Percursos do tempo" se difere das demais por centrar-se nas temporalidades que, de certa forma, perduram e se mesclam na paisagem delineada pelos ritmos da pesca, dos fins de semana e das férias escolares.

Inaugurada em 2010, quando a entidade já estava vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), ainda que traga material arqueológico colonial (fragmentos de faiança e louça coletados numa intervenção do IPHAN para drenagem do terreno) e objetos doados pelos pescadores locais, a exposição não direciona seu discurso para a memória reclusa e sensível das recolhidas e alijadas da sociedade, a maior parte à revelia.

Ao redefinir a missão institucional e direcioná-la para alguns princípios básicos da Museologia Social (como trabalhar na tríade patrimônio, comunidade e território, em parceria ativa com essa coletividade), o MAI operou uma espécie de reengenharia, baseando suas ações na perspectiva socioambiental, justificando suas escolhas na percepção de que a Arqueologia não daria conta de contemplar as atividades sugeridas pelo IBRAM. Deu-se início a toda uma sorte de atividades que pretendiam integrar patrimônio, comunidade e território, como os passeios ao Morro das Andorinhas e as mediações priorizando o patrimônio natural da região.

Paralelamente, o MAI procurou completar as lacunas sobre o Recolhimento, celebrando parceria com o Departamento de Estudos e Processos Museológicos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, apoiando os pesquisadores dedicados a identificar e estudar as poucas e dispersas fontes sobre tal bem cultural no período entre meados do século XVIII e meados do século XX. De concreto, o MAI realizou uma espécie de circuito no interior das ruínas, com textos trazendo algumas informações sobre a vida das mulheres nos períodos colonial e imperial e reproduções de gravuras de Debret.

Mas a tônica e o foco ainda estavam dirigidos para a Museologia Social e para as comunidades do presente, especialmente os pescadores tradicionais. Assim, o MAI desenvolveu um projeto de inventário participativo com as memórias de agentes locais, das quais fazem parte o agente local investido de fiscal do patrimônio, os sítios arqueológicos da região e o próprio museu, e participou de diversos movimentos locais em prol da preservação do patrimônio integral, como o movimento para a preservação da Laguna de Itaipu.

No segundo semestre do ano de 2019, a prefeitura de Niterói iniciou um projeto de repaginação urbanística no Canto Sul da praia de Itaipu. As obras, finalizadas em meados de 2020, implementaram uma praça para eventos defronte ao MAI, um *deck* e uma rampa para acessibilidade para a orla. Além dessas alterações focadas no turismo, a restauração paisagística contou com edificações de apoio para a comunidade pescadora Z-7. Essa reforma no Canto Sul pretende contribuir para a visibilização e valorização das ruínas do antigo Recolhimento, que sempre tiveram pouco destaque e apelo turístico. Espera-se que, após o período de pandemia da Covid-19, eventos e realizações públicas derivem na evidenciação do patrimônio integral e da história do Canto Sul.

Sobre interpretações e proposições

A paisagem pode ser entendida como a materialização da memória. Como descrito por Knap & Ashmore (1999), alinhados a Maurice Halbwachs (1990), os indivíduos podem fixar histórias individuais e/ou sociais nos espaços, porém deve-se considerar que essas 'histórias' foram e estão sendo influenciadas por mitos, apropriações etc., criando um senso de identidade para seus não-habitantes e habitantes. No caso da paisagem com uma ocupação de longa duração, onde se encontra o Recolhimento de Santa Teresa, a paisagem é acumulativa. As memórias foram herdadas, habitadas, inventadas e imaginadas através desse lugar (Holtorf & Willians 2006) e, no caso do Recolhimento, impressas em certas estruturas, como nas rochas e argamassas da construção. O lugar nunca pode ser entendido objetivamente (Carman & Carman 2012).

Sendo assim, essa memória plástica, moldada através de lentes sociais, individuais e políticas, existe em uma paisagem ativa e em pleno processo de mudanças físicas e simbólicas no Canto Sul de Itaipu. Por isso, a relação entre os significados

e os esquecimentos, que a estrutura que hoje abriga o MAI possui, nos sugere um deliberado e sutil pertinácio de apagar as violências e marcas do antigo Recolhimento feminino. Políticas de esquecimento de partes da história são comuns, principalmente quando as violências do passado geram frutos sociais e ideológicos até os dias atuais. O singular é a presença das ruínas do Recolhimento e o uso destas como um museu, que prioriza evidenciar, tanto na exposição de longa duração quanto nas atividades de mediação associadas ao roteiro arqueológico desenvolvido pelo setor educativo, a cultura material do Sambaqui da Duna Grande, mas que ainda não logrou investir na pesquisa e na comunicação sobre as mulheres ali recolhidas, replicando assimetrias e exclusões das narrativas androcêntricas tradicionais (Wichers 2017). Destarte, compreendemos que essas ruínas representam fisicamente as memórias silenciadas, sendo esse um patrimônio sensível.

O processo de patrimonialização das ruínas, representado pelo processo de tombamento e aplicação de outros instrumentos de proteção do patrimônio cultural brasileiro (como as intervenções de consolidação coordenadas pelo IPHAN ao longo do tempo) se relaciona e se fortalece no processo de musealização, a complexa cadeia operatória da Museologia, constituída de diversas e integradas ações de salvaguarda, pesquisa e comunicação dos *musealia*, os objetos de museu[3].

Em outras palavras, os remanescentes musealizados são parte do acervo do MAI em diálogo com os materiais arqueológicos coletados em intervenções pontuais de manutenção desse bem cultural, coordenadas pelo IPHAN. Assim sendo, o potencial comunicacional é reconhecido e afirmado demandando, na sequência, o investimento na pesquisa e na comunicação para a sua exploração.

Como anteriormente mencionado, a pesquisa bibliográfica e documental com o intuito de compor um quadro interpretativo sobre a presença das recolhidas no Canto Sul da Praia de Itaipu, da qual o MAI participou, não logrou em coletar dados suficientes para construir uma narrativa cujas lacunas dificultassem a sua compreensão. Isto posto, reafirmamos a pertinência e relevância do investimento na pesquisa arqueológica intra e extramuros do MAI, ainda que haja limitações incontornáveis que reduzem as possibilidades de coletar materiais importantes para compreender algumas práticas, como os percursos realizados para o abastecimento de água doce (Saladino, Barata & Biserra 2015).

Entretanto, compreendemos que, pese as limitações apontadas, o MAI tem potencial e possibilidades de abordar de forma consistente, provocadora e transformadora em suas narrativas museais a questão de gênero e, em especial, a subordinação e invisibilização das mulheres nessa paisagem. A articulação entre cultura material do período de ocupação das recolhidas com outros elementos como as narrativas das moradoras de Itaipu, principalmente aquelas ligadas direta e/ou indiretamente (por relações de parentesco etc.) com a comunidade de pescadores tradicionais e a comunidade do Morro das Andorinhas pode resultar na evocação de memórias mais antigas da ocupação da região, bem como na reflexão sobre a preponderância do elemento masculino sobre os tempos e os ritmos do local.

Muito embora o MAI tenha realizado um louvável esforço de equilibrar as narrativas masculinas e femininas na publicação dedicada às memórias da região (Primo & Araújo 2018)[4], se considerarmos as produções científicas cujo objeto é o museu, as narrativas museais da entidade (reproduzidas tanto na exposição de longa duração quanto nas mediações dos roteiros arqueológico e de educação ambiental) e o patrimônio integral de Itaipu,

3 *Musealia*: resultado do processo de transformação de um objeto museal, considerando valores atribuíveis a ele (artísticos, históricos, significância científica etc.). Ver: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf.

4 No total de 40 depoimentos que constituem o conteúdo da publicação dedicada ao inventário participativo do MAI, 16 são narrativas femininas.

observamos, ainda, uma preponderância do olhar e da voz masculina sobre a vida e os patrimônios da região.

Considerando a potência narrativa da paisagem cultural, como materialização dos percursos do tempo, os remanescentes do antigo Recolhimento poderiam ser utilizados como uma paisagem, dando um senso de identidade e engajamento da comunidade em combate às violências contra as mulheres, principalmente tendo em vista o marcante número de casos de feminicídio no estado do Rio de Janeiro. Segundo o Instituto de Segurança Pública do Estado do Governo do Rio de Janeiro, entre março e dezembro de 2020, 45.477 crimes foram registrados sob a lei Maria da Penha, com mais de 250 vítimas (Núcleo de estudos ISP Mulher 2021). Assim, trazer à tona questões de gênero atreladas à própria história do local é um importante mecanismo de resistência e conhecimento. O MAI opta por uma temática socioambiental em detrimento da de gênero, porém os temas não são excludentes – ao contrário. Reconhecendo o papel da força feminina na dimensão sociocultural na longa duração, as narrativas museais poderiam ser entretecidas com esses temas, tendo como urdidura a percepção feminina sobre o ser e o estar na paisagem do Canto Sul da Praia de Itaipu, evidenciando, então, o papel das mulheres na transformação desse lugar (no passado pré-colonial, no tempo das recolhidas, no tempo das mulheres da colônia de pescadores do passado e do presente). Em outras palavras, compreendemos que as limitações da ordem documental e do registro arqueológico sobre o período de ocupação das recolhidas poderiam ser trabalhadas e, eventualmente, contornadas com a adoção de narrativas que evidenciem as relações de continuidade da presença feminina na região, marcadas no espaço social e simbólico da paisagem cultural do Canto Sul de Itaipu.

Para que esse diálogo entre o passado e o presente abordado seja tratado em profundidade, é de extrema importância a realização de prospecções e escavações arqueológicas na área do Recolhimento. Essas futuras pesquisas, além de trazer à tona as memórias dessas mulheres recolhidas, podem nos informar sobre o cotidiano dessa área da cidade conhecida por "bandas d'além". É certo que essa abordagem arqueológica apresenta evidentes limitações, uma vez que a área entorno do bem tombado já sofreu muitas intervenções e obras (algumas destas irregulares), não permitindo intervenções arqueológicas que dariam luz às questões como identificação da fonte de água ou a relação entre a vida social e econômica dentro e fora do Recolhimento (Saladino, Barata & Biserra 2015).

Notas finais

Os resultados preliminares da análise sugerem que os discursos da entidade ainda não se apropriaram das ondas dos feminismos retroalimentadas nem dos movimentos de renovação da Museologia, tampouco da Arqueologia – direcionados para uma Museologia e uma Arqueologia Queer e LGBTQI+ (Baptista & Boita 2018; Brulon 2020; Gomes, Tavares & Souza 2019), mantendo, em primeiro plano, as narrativas relacionadas ao passado pré-colonial e ao passado recente, centradas na pesca artesanal, cujo protagonismo está no olhar e nas vivências masculinas. O significado da paisagem local se transformou, não levando em conta a multivocalidade daquele espaço, onde a história daquelas mulheres encarceradas foi desatendida, mesmo com a presença das ruínas do antigo Recolhimento proporcionando uma memória retrospectiva e materializada. Essas ruínas figuram a ideologia patriarcal da época do Recolhimento, onde as mulheres eram privadas de suas liberdades e viviam em um paradoxo de confinamento e refúgio da vida matrimonial imposta. Assim, vê-se necessário um retorno à história daquelas mulheres encarceradas como forma de resistência e visibilidade feminina.

Em vista disso, o diálogo entre as narrativas arqueológicas e museais se torna imprescindível para que as mulheres do passado colonial, do passado remoto, do passado recente, do presente e do futuro dialoguem na

exposição museológica. A instituição museal pode trabalhar com a memória e a imagem das mulheres em associação com a paisagem, as documentações e os vestígios, trazendo a discussão de gênero para esse ambiente tão androcêntrico e eurocentrado. Como colocado por Wichers (2018), é utilizando a Museologia Social junto com práticas comunitárias e educativas que podemos colocar as mulheres como protagonistas e articular uma luta para visibilizar suas memórias. No caso específico do MAI, as mulheres da comunidade pescadora Z-7 são parte fundamental nessa construção de narrativa feminista, onde as mulheres do passado (representadas pelas do Recolhimento) e as do presente (da comunidade) devem dialogar e participar das narrativas museais. Assim, tanto as mulheres quanto seus papéis fundamentais na transformação da paisagem do Canto Sul de Itaipu estariam presentes no Museu.

SALADINO, Alejandra; BRITO, Lucia. Stratigraphy of an invisible landscape: museum and archaeological narratives about the Convent of Santa Teresa, Niterói/RJ/Brasil. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 128-139, 2022.

Abstract: The Convent of Santa Teresa de Itaipu is an 18th-century building built to house women at the request or order of their male relatives, as well as those with deviant social behavior, and is located in the oceanic region of Niterói. Its deactivation, estimated in the second half of the 19th century, was followed by a process of abandonment and deterioration of its structures, which were used as housing by some families of traditional fishermen in the region. Its values as a heritage reference were recognized in 1955, when it was inscribed in the Book of Tombo das Belas Artes of the National Historical and Artistic Heritage Institute. Preserved in ruins, in 1977 it was transformed into a regional museum of IPHAN, the Itaipu Archeology Museum (MAI), initially dedicated to pre-colonial archaeology. Here, we aim to reflect on the place of the secluded in museum and archaeological narratives that constitute the museum's discourse – in the light of Gender Archeology, Landscape Archeology, and Museology. From the phenomenologically-based analysis, preliminary results come to suggest that the entity's discourse has not yet appropriated the waves of feminisms fed back by the Museology renovation movements, since it maintains, in the foreground, the narratives related to the pre-colonial and the recent past, centered on artisanal fishing and on the relationship with the landscape, whose protagonism is in the male gaze and experiences. The meaning of the local landscape was transformed without evidencing the multivocality of that space, where the memories of the incarcerated women remain underground, despite the materiality of the ruins of the old retreat providing a retrospective and materialized memory.

Keywords: Archaeology of gender; Archaeology of landscape; Museology, Musealization; Sensitive heritage.

Referências

ANDRADE, M.N. 2018. *Os olhares sobre o patrimônio arqueológico de Itaipu (Niterói/RJ) e sua ressignificação como paisagem cultural*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ANSCHUETZ, K.F.; WILSHUSEN, R.H.; SCHEICK, C.L. 2001. An Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions. *Journal of Archaeology Research*, 9: 157-211.

ASHMORE, W. 2004. Social Archaeologies of Landscape. In: MESKELL, L.; ROBERT, W.P. (Eds.). *A Companion to Social Archaeology*. Blackwell Publishing, Maiden, 255- 271.

BARCELOS, A.; SALADINO, A. 2021. O futuro dos museus do futuro: provocações sobre os desafios da musealização na era da digitalização da vida. *Revista Museu*. Disponível em: https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2021/11318-o-futuro-dos-museus-do-futuro-provocacoes-sobre-os-desafios-da-musealizacao-na-era-da-digitalizacao-da-vida.html. Acesso: 31/05/2021.

BAPTISTA, J.; BOITA, T. 2018. Por uma Primavera nos museus LGBT: entre muros, vergonhas nacionais e sonhos de um novo país. *Museologia e Interdisciplinaridade*, 7, 252-262.

BRANTON, N. 2009. Landscape Approches in Historical Archaeology. In: MAJEWSKI, T.; GAIMSTER, D. (Eds.). *International Handbook of Historical Archaeology*. Springer, New York. v. 1, 51-65.

BRULON, B. 2020. Museu queer e museologia da bricolagem: o problema da diferença nos regimes museais. *Museologia e Interdisciplinaridade*, 9, 81-94.

BRUNO, M.C.D.O. 2018. Museus de arqueologia no Brasil: uma estratigrafia de abandonos e de desafios. In: COSTA, A.L.D.A.; LEMOS, E.B.R.D. (Orgs.). *Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas*. Ibram, Brasília, 112-122.

CARMAN, J.; CARMAN, P. 2012. Walking the Line between Past and Present: 'Doing Phenomenology on Historic Battlefields'. In: COBB, H.; HARRIS, O. J.T.; JONES, C.; RICHARDSON, P. (Eds.). *Reconsidering Archaeological Fieldwork: Exploring onsite Relationships between Theory and Practice*. Springer, Nova York, 97-112.

CASELLA, E.C. 2007. The Archeology of Institutional Confinement. *Material Culture*, 42, 101-103.

CONKEY, M. W.; SPECTOR, J. D. 1984. Archeology and the Study of Gender. *Springer*, v.7, 1-38.

CUNHA, V.M.D. 2014. *Proteção, correção e educação: a utilização e a funcionalidade da casa do recolhimento de mulheres de Santa Teresa de Itaipu entre os anos de 1776 e 1816*. Monografia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DÍAZ-ANDREU, M. 2005. Gender Identity. In: DÍAZ-ANDREU, M. *et al.* (Eds.). *The Archaeology of Identity: Approaches to Gender, Age, Ethnicity and Religion*. Routledge, London, 13-42.

FERREIRA, M.D.S. 2015. De ruínas a museus: os casos do museu das missões e do museu de arqueologia de Itaipu. *Revista Tempo Amazônico*, 3, 80-105.

FERREIRA, M.D.S. 2017. *Percursos da memória: narrativas sobre o patrimônio no museu de arqueologia de Itaipu*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de janeiro, Rio de Janeiro.

GILCHRIST, R. 1994. *Gender and Material Culture: The Archaeology of Religious Women*. Routledge, Londres.

GOMES, K.A.D.O.; TAVARES, N.D.O.; SOUZA, N.A.O.D. 2019. Arqueologia e teoria queer: por uma arqueologia transviada. *Revista de Arqueologia Pública*, 13, 280-299.

GONÇALVES, W.D.B. 2021. Ciência do Patrimônio. *Associação Nacional de pesquisa em Tecnologia e Ciência do Patrimônio (ANTECIPA)*. Belo Horizonte. Disponível em: http://lacicor.eba.ufmg.br/antecipa/index.php/ciencia-do-patrimonio/. Acesso em: 31/05/2021.

HALBWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. Vórtice, São Paulo.

HERNANDO, A. 2000. *La construcción de la subjetividad femenina*. Asociación Cultural Al-Mudayna, Madri.

HOLTORF, C.; WIILIANS, H. 2006. Landscape and Memories. In: HICKS, D.; BEAUDRY, M. (Eds.). *Historical Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge, 235-254.

KNAPP, A. B; ASHMORE, W. 1999. Archaeological Landscapes: Constructed, Conceptualized, Ideational. In: ASHMORE, W. *Archaeologies of Landscape: Contemporary Perspectives*. Blackwell Publisher, 1-30.

LIMA, S.M.S.D. 1999. *"Casas Secretas": a reclusão feminina num estudo sobre o Recolhimento de Santa Teresa: Itaipu, 1794-1820*. Monografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NÚCLEO DE ESTUDO ISPMULHER. 2021. Mais de 250 mulheres foram vítimas de violência por dia durante o isolamento. *Governo do Estado Rio de Janeiro*. Disponível em: https://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=456#:~:text=Isso%20significa%20que%20cerca%20de,do%20Instituto%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica. Acesso em: 07/07/2021.

PELLINI, J. R. 2011. Onde está o gato?: realidade, arqueologia sensorial e paisagem. *Habitus*, 9(1).

PRIMO, B.; ARAÚJO, M. 2018. *Inventário participativo pessoas e memórias*. Data Coop, Rio de Janeiro.

SALADINO, A. 2017. As faianças finas do recolhimento de Santa Teresa, Niterói/RJ: algumas notas preliminares. *Habitus*, 15, 301-317.

SALADINO, A. 2010. *Prospecções: o lugar do patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN*. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SALADINO, A. BARATA C. E.; BISERRA, N. D. F. 2015. O Museu de Arqueologia de Itaipu e os desafios da preservação das referências patrimoniais de Itaipu, Niterói, Brasil. SEMEDO, A.; SENRA, S.; AZEVEDO, T. *Processos de Musealização: um seminário de investigação internacional*. Atas do Seminário *Processos de Musealização: um seminário de investigação internacional*. Universidade do Porto, 224-251.

SALADINO, A.; BARATA, C.E.; BISERRA, N.D.F. 2013. Longe das vistas: o Recolhimento de Santa Teresa na freguesia de São Sebastião de Itaipu. *Caderno Socioambiental*, 1, 43-56.

SENE, G.M. 2017. Pela materialidade dos gêneros: repensando dicotomias, sexualidades e identidades. Revista de Arqueologia, 30, 162-175.

WICHERS, C.A.D.M. 2017. Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura: provocações feministas. *Revista de Arqueologia*, 30, 35-50.

WICHERS, C.A.D.M. 2018. Museologia, feminismos e suas ondas de renovação. *Revista Museologia e Interdisciplinaridade*, 7, 139-154.

Exposição museológica inclusiva: o caso do museu de arqueologia regional da FCT-Unesp, Presidente Prudente/SP

Graziella Plaça Orosco de Souza *
Fernando Lopes da Silva **
Thiago de Moraes dos Passos ***
Paulo Henrique da Silva Leonardo ****
Neide Barrocá Faccio *****

SOUZA, G.P.O.; SILVA, F.L.; PASSOS, T.M.; LEONARDO, P.H.S.; FACCIO, N.B. Exposição museológica inclusiva: o caso do museu de arqueologia regional da FCT-Unesp, Presidente Prudente/SP. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 140-155, 2022.

Resumo: Este artigo busca refletir sobre a acessibilidade em museus ao analisar a contribuição de uma exposição arqueológica tátil visando o aprendizado de aspectos da cultura Guarani. Para tanto, apresenta resultados de uma experiência prática vivenciada por participantes cegos em visita monitorada à exposição organizada pelo Museu de Arqueologia Regional da FCT-Unesp, do campus de Presidente Prudente/SP. A visita consistiu em caminhada com mediação monitorada pela área da exposição de longa duração do museu e experiência tátil em exposição previamente preparada pelos pesquisadores do museu, com a participação de um acadêmico cego. A experiência com o acadêmico ocorreu por um período de seis meses, com atividades de seleção de materiais, descrição das peças, confecção das etiquetas de identificação e treinamento de monitoria. Os visitantes, também cegos, tiveram contato com a exposição por um período de duas horas, quando puderam conhecer, por meio da experiência tátil, aspectos da cultura Guarani a partir das características de fabricação de vasilhas cerâmicas. A experiência comprovou ser possível garantir a acessibilidade da comunicação museal por meio de exposições previamente pensadas e preparadas para tal finalidade.

Palavras-chave: Acessibilidade em museus; Exposição tátil; Cultura guarani; Arqueologia regional; Sociomuseologia.

* Doutora em Geografia. Pesquisadora do Museu de Arqueologia Regional da Universidade Estadual Paulista. <grazaorosco@gmail.com>
** Doutorando em Geografia. Pesquisador do Museu de Arqueologia Regional da Universidade Estadual Paulista. <fernandoeducar.educar@gmail.com>
*** Doutorando em Geografia. Pesquisador do Museu de Arqueologia Regional da Universidade Estadual Paulista. <thiagomoraespassos@gmail.com>
**** Licenciado em Pedagogia. Pesquisador do Museu de Arqueologia Regional da Universidade Estadual Paulista. <paulo.leonardo@unesp.br>
***** Coordenadora do Museu de Arqueologia Regional. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. <nfaccio@terra.com>

Introdução

A instituição museológica, com base nas reflexões propostas pela Sociomuseologia, passou a modificar a maneira como vem difundindo conhecimentos sobre o patrimônio histórico e cultural.

A constante construção e reconstrução da identidade dos diferentes públicos vem sendo objeto de ações educativas, exposições temáticas, cursos de formação e outras ações realizadas no âmbito do Museu, que permitem a discussão, em múltiplas escalas sociais, sobre as diferentes visões de mundo, de indivíduo, de sociedade

e de cultura, fazendo com que seu público frequentador passe a se perceber enquanto sujeito ativo do contexto em que está inserido.

Nesse sentido, pensar em inclusão das pessoas com deficiência e das pessoas que, por diversos motivos, não têm acesso às atividades culturais, é pensar sob a ótica educacional multicultural, que respeita as diversidades e limitações apresentadas por esse público peculiar, em ações de valorização da cultura e preservação patrimonial.

Pensando nisso, o Museu de Arqueologia Regional (MAR) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT – Unesp), do campus de Presidente Prudente/SP objetivou contribuir com o acesso e a frequência de pessoas cegas e com baixa visão às coleções expostas e às atividades educativas propostas à comunidade. A iniciativa partiu do grupo de pesquisadores do MAR que compreenderam a necessidade de aprimorar as ações realizadas no âmbito do Museu, visando a inclusão de públicos diversos, tanto pessoas com necessidades especiais, quanto pessoas sem acesso ao Museu e que se encontram marginalizadas no contexto histórico-cultural regional (não-público[1]).

O trabalho foi desenvolvido com base em legislação e referenciais teóricos da inclusão, e em vivências com acadêmicos cegos de cursos de graduação da Unesp. A partir daí, foi planejada a exposição para visitação, no intuito de promover o acesso à informação museal a esse público específico.

Aspectos de inclusão no museu

De acordo com o artigo 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

> *Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas* (Brasil 2009: 3).

Na perspectiva da inclusão, para acolher e tornar mais fácil a convivência das pessoas com necessidades especiais, é preciso pensar em acessibilidade, ou seja, eliminar barreiras com vistas a uma sociedade equânime. A locomoção e vivência das pessoas com deficiência, nos diferentes espaços sociais, exige cumprir com a proposta de igualdade preconizada. Nesse âmbito, o debate sobre diversidade cultural emerge em diferentes cenários. Uma instituição museológica engajada em absorver em suas atividades uma perspectiva multicultural, necessita, *a priori*, refletir sobre seu papel na sociedade atual. É necessário rever a postura reprodutora do *status quo* que reforça a condição dominante versus dominado que, no cenário inclusivo, se refere a favorecer as pessoas que não apresentam deficiência e que têm livre/fácil acesso aos bens culturais.

Nesse aspecto, a Sociomuseologia vem contribuindo com mudanças na abordagem dos museus, objetivando a construção e reconstrução da identidade dos diferentes públicos, levando-os a refletir sobre as diferentes visões de mundo, de indivíduo, de sociedade, de cultura, e a se perceber enquanto sujeito ativo do contexto em que está inserido.

> *A Sociomuseologia constitui-se, assim, como uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos estudos do desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território* (Moutinho 2014: 1).

Além disso, pensando nas pessoas que, por diversos motivos, não têm acesso às atividades culturais, uma percepção educacional multicultural não tenciona reproduzir e

1 O conceito de não-público foi mencionado por Fleury (2009), em sua obra "Sociologia da cultura e das práticas culturais", que discute, entre outros assuntos, a diversidade das práticas culturais e dos públicos. Com a criação dessa categoria, Fleury buscava distinguir as pessoas que não frequentavam determinadas instituições culturais, utilizando-se do termo para designar aqueles "excluídos da cultura", especificamente da cultura culta, em razão de não acessarem esses locais por diversos motivos.

legitimar o sistema dominante já existente, fazendo com que a cultura de um povo seja sujeita a uma determinada classe e ao modelo econômico caracterizado por ela, mas dar oportunidade aos indivíduos de repensar em seu papel enquanto cidadão e a valorizar sua cultura. Portanto, faz-se necessário haver respeito à diversidade e à consciência de que todos devem ser reconhecidos como iguais em dignidade e em direito.

Segundo Moreira (2001), nossas sociedades contemporâneas são inegavelmente multiculturais, sendo que nelas as diferenças derivadas de dinâmicas sociais como classe social, gênero, etnia, orientação sexual, cultura e religião se expressam nas distintas esferas sociais. Assim, o multiculturalismo pode indicar diversas ênfases:

1. Uma atitude a ser desenvolvida em relação à pluralidade cultural;
2. Meta a ser alcançada em um determinado espaço social;
3. Estratégia política referente ao reconhecimento da pluralidade cultural;
4. Corpo teórico de conhecimentos que buscam entender a realidade cultural contemporânea; e
5. Caráter atual das sociedades ocidentais e orientais.

As diferentes comunidades dentro de uma mesma sociedade podem apresentar aspectos culturais diferentes. É o que acontece, por exemplo, na comunidade de pessoas cegas ou surdas. As suas formas de relacionamento, pontos de encontro e as maneiras estabelecidas de comunicação acabam por constituir diferentes lugares dentro da sociedade.

Moreira (2001) defende o multiculturalismo crítico que visa transformar as próprias condições sociais e históricas que naturalizam os sentidos culturais. Nessa concepção, não existe uma humanidade comum, mas apenas identidades definidas pelos diferentes contextos de discurso ou de cultura. Pode-se afirmar que o multiculturalismo se refere, basicamente, à forma como ocorre a transição de uma cultura comum ou homogênea para culturas diferenciadas, visando a inclusão de pessoas ou grupos considerados excluídos pela condição humana em que se apresentam.

Nessa perspectiva, o termo multiculturalismo induz a imaginar uma sociedade construída como um mosaico, formado por diferentes culturas, sendo, cada uma delas, estática. Outro termo que bem expressa essa ideia é o interculturalismo, que pode sugerir uma inter-relação dinâmica entre as culturas, com acomodação e ajustes constantes. "Inter" expressa "o sentido de interação, troca, reciprocidade e solidariedade entre culturas" (Moreira 2001:74).

No entanto, é fato comum a sociedade considerar a deficiência como característica e atributo a ser restabelecido, e não vislumbrar a ideia de multiculturalismo possível, a partir das adaptações provocadas por essas diferentes comunidades (a surda e a cega, por exemplo). Assim:

> *A deficiência provoca o que se chama de "luxação social" (...), ou seja, toda a vida da pessoa com deficiência, seu papel no meio social (família, escola, trabalho) estaria organizada pelo ângulo da deficiência, de modo a privar a participação nesses espaços. A deficiência não modifica apenas a relação do sujeito com o mundo (meio físico), mas, principalmente, a relação com as outras pessoas (meio social). Isso porque os órgãos que podem ser afetados pela deficiência são mais que biológicos, são órgãos sociais* (Cenci 2015: 5).

Tratar de maneira diferente a deficiência é questão importante, quando se trabalha com a inclusão. Como aponta Mantoan (2015), "é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza" (Mantoan 2015: 36-37).

Nesse sentido, sob os preceitos da Sociomuseologia, as ações da instituição museológica se voltam ao trabalho mais efetivo junto à sociedade, no intuito de contribuir com uma formação cidadã crítica e consciente. Dessa forma, o museu encontra no patrimônio o seu vocabulário, e a forma de expressão passa ser a proposta de disseminação cultural a todas as esferas da sociedade.

O trabalho de acessibilidade no museu deve considerar que as instituições museológicas, bem como outros espaços de vivência social, não se encontram preparados para a diversidade de público que atualmente se apresenta. Vigotski (2011) retrata muito bem esse fato ao dizer que:

> *Toda a nossa cultura é calculada para a pessoa dotada de certos órgãos – mão, olho, ouvido – e de certas funções cerebrais. Todos os nossos instrumentos, toda a técnica, todos os signos e símbolos são calculados para um tipo normal de pessoa. E daqui surge aquela ilusão de convergência, de passagem natural das formas naturais às culturais, que, de fato, não é possível pela própria natureza das coisas e a qual tentamos revelar em seu verdadeiro conteúdo* (Vigotski 2011: 867).

Como mencionado pelo autor, a passagem das formas naturais para as culturais pode ser de grande dificuldade para a pessoa com necessidades especiais, uma vez que a naturalidade para essa pessoa é diferente. Por exemplo, é natural a pessoa cega tatear para descobrir seu entorno e suas percepções de espaço se fazem por meio de outras sensações, como a audição, por exemplo. Assim, a passagem do natural (tátil) para o cultural (imersão no mundo vidente), para a pessoa cega terá outras relações que decorrem de adequações. Nesse sentido, para o autor, "o desenvolvimento cultural é a principal esfera em que é possível compensar a deficiência. Onde não é possível avançar no desenvolvimento orgânico, abre-se um caminho sem limites para o desenvolvimento cultural" (Vigotski 2011: 869).

Dessa forma, o museu se apresenta como grande contribuinte para essa formação cultural, uma vez que, por ser um espaço de educação não formal, envolve outras metodologias de aprendizado, diferenciadas e mais atrativas do que as que se apresentam na educação formal.

Conforme Figurelli (2013):

> *A Educação Não-Formal considera e reaviva a cultura dos indivíduos envolvidos neste processo, incluindo tanto educadores como educandos, fazendo com que a bagagem cultural de cada um seja respeitada e esteja presente no decorrer das ações* (Figurelli 2013: 36).

Portanto, pensar a função socioeducativa na perspectiva inclusiva no museu exige que se ampliem os trabalhos para além das necessárias adequações em infraestrutura. Para Tojal (2015):

> *A concepção e implantação de uma política de acessibilidade solicita muito mais do que atitudes e envolvimento de profissional isolados. Elas requerem, isto sim, primeiramente, o compromisso de todos os profissionais do museu, bem como a realização de pesquisas e estabelecimentos de parcerias com outras instituições museológicas, educativas e culturais, além de uma aproximação e diálogo permanente com instituições especializadas. Destaca-se também como essencial a consultoria de profissionais com deficiência nessas ações* (Tojal 2015: 194).

Assim, pensar a inclusão no interior da instituição museológica é pensar em propostas educativas e de difusão cultural diferenciadas, que possam promover o aprendizado na relação do sujeito com o bem cultural, e colaborar com a fruição do saber a todos os visitantes.

Uma vez que as mudanças de paradigma decorrentes da nova perspectiva museológica possibilitaram a ampliação de diferentes públicos no museu, a busca por novos métodos de comunicar o patrimônio histórico e cultural fizeram com que o museu deixasse de ser elitista e passasse a exercer a função de agente de significativas mudanças sociais. Para Aidar (2002):

> *A comunicação museológica é a área em que se localiza a contribuição específica dos museus aos processos de inclusão social, a partir da sua capacidade de manipulação e difusão do conhecimento, ou do que se pode chamar como a sua autoridade interpretativa, seu papel como criador de narrativas sociais dominantes, que podem, como se sabe, ser utilizadas tanto para incluir segmentos da sociedade quanto para excluí-los e cristalizar preconceitos* (Aidar 2002: 61).

É, portanto, no trabalho educativo e na comunicação por meio das suas exposições que

o museu se torna lugar de novos aprendizados. Na perspectiva inclusiva, o museu tende a facilitar o acesso a esse conhecimento, adequando a comunicação do patrimônio por ele salvaguardado, de forma a permitir acesso aos diferentes públicos.

> *Para os públicos com deficiências, físicas, sensoriais, emocionais e intelectuais, o conceito do modelo emergente de concepção expográfica, é, com certeza, aquele que, ao permitir o contato direto, isto é, a experiência concreta com o objeto museal, pela via multissensorial, garante uma maior gama de acesso e formas de decodificação desse objeto a essas pessoas* (Tojal 2015: 199).

Nesse sentido, exposições que possam promover mais autonomia dos visitantes, independentemente de suas necessidades diferenciadas, além do acompanhamento de monitores e educadores preparados para o atendimento diferenciado, potencializam a experiência educativa.

A exposição tátil do Museu de Arqueologia Regional

O Museu de Arqueologia Regional (MAR) é dirigido pela arqueóloga e curadora Profa. Livre Docente Neide Barrocá Faccio. Inaugurado em 2016, o MAR conta com sala de exposição de 25 m^2 e, desde o início de 2017, foi elevado à categoria de Museu, se adequando às normas do Conselho de Orientação do Sistema Estadual de Museus (Cosisem) para fazer parte do cadastro do Sistema Estadual de Museus.

O MAR oferece para a comunidade materiais arqueológicos de grupos indígenas agricultores guarani (grupo Tupi-Guarani), kaingang e kaiapó (Grupo Jê) pré-históricos, representados por cerâmicas, pedras lascadas e pedras polidas, assim como de grupos caçadores-coletores, representados por pedras lascadas (notadamente pontas de flecha, raspadores e furadores). Esses materiais apresentam contextos de sítios datados de 250 a 1.668 anos Antes do Presente (A.P.).

Fig. 1. Vista do Museu de Arqueologia Regional.
Fonte: Autores, 2019.
Descrição da imagem: trata-se de uma fotografia que mostra parcialmente a sala e exposições do museu, apresentando algumas mesas expositoras, urnas funerárias e painéis com informações sobre as coleções. Há três fileiras de mesas expositoras, sendo uma à direita, uma à esquerda e uma central, com distância de 1,5 metro entre elas, permitindo a livre circulação de visitantes. Nas laterais do percurso, há portas de acesso aos laboratórios (restrito aos pesquisadores do museu).

A iniciativa para a montagem de uma exposição tátil partiu de um grupo de pesquisadores do museu, acadêmicos do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado) e do acadêmico Paulo Henrique da Silva Leonardo, do Curso de Geografia, cuja participação possibilitou melhor direcionamento em relação à expografia. Paulo teve sua visão prejudicada por quadro de Retinopatia Diabética[2], com processo acelerado em razão de um acidente automobilístico sofrido aos 26 anos de idade, deixando-o completamente cego.

O trabalho com o Paulo teve início em 2019, visando identificar as necessidades de adequação da infraestrutura externa (de acesso ao local), sendo possível avançar para a questão da acessibilidade no interior do Museu. O trabalho envolveu adequações no mobiliário e em estratégias para reorganizar o espaço da exposição de longa duração, de acordo com as normativas brasileiras (e portuguesas, quando as nacionais não tratavam do assunto). O acadêmico também teve acesso aos artefatos, e conseguiu identificar aspectos de diferenciação, tais como formato, peso, porosidade, densidade, dimensão e cor.

A

B

Fig. 2. Primeiro contato com as peças do Museu de Arqueologia Regional.
Fonte: Autores, 2019.

Descrição da imagem: a Fig. 2 A apresenta Paulo sentado em frente a uma mesa branca e com um fragmento de cerâmica nas mãos. Ele tateia o fragmento para identificar a borda, o ângulo de parede e a decoração escovada. A Fig. 2B é focada nas mãos de Paulo, que estão com um grande fragmento de cerâmica em que se identifica a borda do vaso liso com barbotina[3].

Para melhor registrar as suas impressões em relação aos artefatos, foram realizadas gravações em vídeo, áudio (posteriormente transcritos) e fotografias. Paulo tem lembranças visuais muito claras e, com suas orientações, foram selecionadas peças originais e algumas réplicas para compor a exposição tátil do museu. A partir das impressões dele e de discussões com a equipe de pesquisadores do museu, foi possível a organização de duas vitrines para exposição. Uma, contendo materiais arqueológicos dos grupos caçadores-coletores, incluindo lascas, percutores, lâminas de machado e polidores de sulco, e outra com o intuito de apresentar aspectos da cultura material dos grupos ceramistas guarani.

No momento da escolha das peças para a exposição, houve a preocupação em promover o contato com artefatos que permitissem ao visitante criar a imagem visual de seu uso, no

2 Retinopatia diabética é uma complicação da diabetes que ocorre quando o excesso de glicose no sangue danifica os vasos sanguíneos dentro da retina

3 A barbotina é argila diluída em água usada para banhar a cerâmica antes da queima, resultando em uma cobertura muito fina e lisa.

momento em que o monitor da exposição fizesse a audiodescrição. No caso da exposição de caçadores-coletores, optou-se por peças grandes, com marcas profundas de batidas ou de uso e com gume cortante.

A **B**

Fig. 3. Peças selecionadas para exposição: Machados polidos em basalto.

Fonte: Autores, 2019.

Descrição das imagens: trata-se de duas fotografias de exemplares de machados polidos em basalto. A Fig. 3A apresenta um machado polidoelipsoidal, com gume (lâmina) convexo. A Fig. 3B apresenta um exemplar de machado polido trapezoidal, corpo levemente achatado, com gume convexo. A textura de ambos os machados é áspera, característica de machados confeccionados a partir de basalto. Estes machados eram utilizados para cortar, incisar e fender materiais, tais como madeira.

A **B**

Fig. 4. Peças selecionadas para exposição: Percutor duro.

Fonte: Autores, 2019.

Descrição das imagens: trata-se de duas fotografias. A Fig. 4A apresenta um percutor duro. Esse artefato era utilizado para desferir golpes em outras rochas (núcleo) para obtenção de lascas provenientes desse impacto. O percutor acima apresenta formato oval, pois se trata de seixo rolado de silexito, coloração clara e sua superfície é lisa. A Fig. 4B apresenta um polidor de sulco em rocha. Esse artefato era utilizado para polimento de outras rochas para obtenção de artefatos funcionais (lâminas de machado) ou adornos (tais como enfeites labiais – tembetás). A forma do artefato é retangular, achatada e apresenta um corte (inciso) no centro da peça, onde era realizado o polimento de rochas.

Ao selecionar os artefatos para exposição, preocupou-se em identificar as peças que pudessem transmitir maior quantidade de informações por meio da experiência tátil. Assim, foram escolhidos fragmentos de cerâmica com diferentes espessuras e tratamentos de superfícies.

A. Borda de vaso liso com engobo vermelho

B. Borda de vaso com ângulo de parede e decoração escovada

Fig. 5. Peças selecionadas para exposição.

Fonte: Autores, 2019.

Descrição das imagens: trata-se de duas fotografias. A Fig. 5A apresenta o interior de um fragmento de vaso cerâmico guarani com presença de borda, parede angular e base convexa. O seu interior apresenta engobo (a camada fina de argila vermelha aplicada sobre os vasos cerâmicos; geralmente, aplica-se engobo para, posteriormente, desenhar sobre ele. O engobo apresentado na figura supracitada se encontra desgastado. A Fig. 5B apresenta a parte externa de fragmento cerâmico com a presença de Borda de vaso com ângulo de parede e decoração escovada. Trata-se de uma superfície decorada com inúmeras incisões paralelas no sentido horizontal das peças. A decoração foi realizada antes da queima, com a argila mole, a partir provavelmente de um sabugo de milho.

A. Fragmento de vaso com decoração ungulada

B. Borda de vaso com decoração corrugada

Fig. 6. Peças selecionadas para exposição:

Fonte: Autores, 2019.

Descrição das imagens: trata-se de duas fotografias. A Fig. 6A apresenta fragmento de vaso cerâmico com presença de borda de parede angular. O fragmento de vaso apresenta decoração ungulada, incisões em formato convexo se assemelhando às unhas dos dedos, em toda a superfície da peça. A Fig. 6B apresenta fragmento de vaso cerâmico com presença de borda e parede com decoração plástica. A decoração é do tipo corrugada e se assemelha a escamas de peixe. A decoração corrugada pode ser confeccionada com as pontas dos dedos ou com o auxílio de uma espátula de madeira.

A exposição ainda contou com uma vitrine voltada à Educação Patrimonial, com réplicas confeccionadas por especialistas em lascamento, análise de cerâmica e educadores.

No caso dessa exposição inclusiva, as réplicas constituem instrumentos didáticos, utilizados para o conhecimento mais aprofundado de técnicas de fabricação de ferramentas dos grupos caçadores-coletores, bem como de fabricação e decoração de vasilhas cerâmicas.

A. Ponta de projétil em pedra lascada **B.** Vasilha de cerâmica com decoração corrugada **C.** Yapepó com decoração Guarani

Fig. 7. Reprodução confeccionada para exposição inclusiva: .

Fonte: Autores, 2019.

Descrição das imagens: trata-se de três fotografias. As fotos apresentam reproduções confeccionadas para exposição inclusiva: Fig. 7A: ponta de projétil em pedra lascada. Essa reprodução de ponta de flecha foi confeccionada em impressora 3D, tem forma triangular e coloração branca. Fig. 7B: vasilha de cerâmica com decoração corrugada. Esta foto apresenta a reprodução técnica das vasilhas corrugadas utilizadas pelos guarani. Seu formato se assemelha ao de vasilhas domésticas próprias para armazenamento de líquidos ou cozimento de grãos, borda direta inclinada interna. A Fig. 7C apresenta a reprodução de um *cambuchi cagaba* (copo para beber) com decoração guarani. A decoração está na parte superior do vaso e apresenta traços contínuos e repetitivos de linhas perpendiculares.

Os estudos para concepção, elaboração e montagem da exposição percorreram longo caminho, desde o primeiro contato do Paulo com as peças até o momento da inauguração da exposição. A metodologia foi baseada em Cury (2005), que prevê a expografia desenvolvida em etapas, sendo elas:

1 a concepção museológica: que se relaciona ao universo temático e conceitual da exposição. Inseridos neste item, estão a concepção espacial (a arquitetura da exposição) e a concepção da forma (os recursos expográficos);
2 concepção expográfica, que está relacionada com o design da exposição na busca por proporcionar experiências sensoriais seguras aos visitantes; e
3 a elaboração do plano museológico da exposição, que se relaciona à documentação produzida pela exposição (planta arquitetônica, orçamentos, cronogramas, entre outros).

Em seguida, foram realizadas as atividades de montagem, divididas em quatro fases de execução – pré-montagem, plano técnico, fabricação e instalação – também propostas por Cury (2005). Assim, todo o processo foi realizado em um período de 12 meses.

A B

Fig. 8. Seleção de peças para exposição.

Fonte: Autores, 2019.

Descrição das imagens: trata-se de duas fotografias. A Fig. 8A apresenta Paulo e Graziella selecionando as peças mais adequadas para a exposição. A Fig. 8B destaca Paulo com fragmento cerâmico em mãos, analisando a forma e textura do acervo de peças do Museu de Arqueologia Regional e Laboratório de Arqueologia Guarani para exposição.

A exposição é formada por três expositores adequados para receber as peças selecionadas e promover a experiência qualitativa ao visitante cego e/ou com baixa visão. Pensou-se na impressão de placas de identificação das peças em Braille com o apoio do Centro de Promoção para Inclusão Digital, Escolar e Social – CPIDES da FCT – UNESP que, dispostas na parte externa das vitrines, auxiliam no entendimento das peças expostas. No entanto, essa impressão não foi possível em razão de o equipamento estar danificado.

Fig. 9. Vitrines da exposição inclusiva do Museu de Arqueologia Regional.

Fonte: Autores, 2019.

Descrição das imagens: trata-se de uma fotografia que apresenta as vitrines expositoras do Museu de Arqueologia Regional. Em exposição, estão artefatos supracitados no escopo do texto em tela (machados polidos e fragmentos cerâmicos diversos e réplicas de cerâmica guarani).

Fig. 10. Detalhe das peças da coleção caçadores-coletores.

Fonte: Autores, 2019.

Descrição das imagens: trata-se de uma fotografia que apresenta as vitrines expositoras do Museu de Arqueologia Regional. Em exposição, estão os artefatos supracitados no escopo do texto em tela (machados polidos e fragmentos cerâmicos diversos e réplicas de cerâmica guarani).

A visita ao museu foi realizada no dia 14 de maio de 2019, com a participação de 10 pessoas frequentadoras da Associação de Proteção aos Cegos de Presidente Prudente. Os acadêmicos Paulo e Thiago de Moraes dos Passos, doutorando em Geografia pela FCT – UNESP, atuaram como monitores da exposição tátil, recepcionando os

visitantes e desenvolvendo o trabalho de educação patrimonial com apoio das peças selecionadas. Em razão do pouco tempo disponibilizado pela Associação para permanência no museu (aproximadamente uma hora), os visitantes se dividiram em dois grupos. Paulo se ocupou em apresentar as peças dispostas nas vitrines, enquanto Thiago caminhou com o segundo grupo pelas outras exposições do museu.

A **B**

Fig. 11. Monitoria na exposição inclusiva.

Fonte: Autores, 2019.

Descrição das imagens: trata-se de duas fotografias que apresentam o monitor Paulo guiando os visitantes pela exposição, um grupo aproximado de cinco pessoas interagindo de forma tátil com as peças arqueológicas sobre a mesa expositora.

Fig. 12. Monitoria nas demais coleções do MAR.

Fonte: Autores, 2019.

Descrição das imagens: trata-se de uma fotografia que apresenta o monitor Thiago guiando os visitantes pela exposição, um grupo aproximado de três pessoas, às urnas funerárias e fragmentos de vasos sobre baú de areia.

A visita foi realizada durante o evento de reinauguração do MAR, cujo objetivo foi inaugurar a ala de acessibilidade do MAR com as coleções organizadas para visitação pública.

Avaliação da experiência na exposição inclusiva do Museu de Arqueologia Regional

Para verificar se os resultados da exposição corresponderam aos objetivos

de promover acessibilidade aos bens culturais, analisamos o depoimento dos acadêmicos Paulo e Thiago, no intuito de saber se a exposição tátil cumpriu o papel de comunicar aspectos da cultura guarani aos visitantes cegos e com baixa visão. Também foi solicitado que apontassem quais as potencialidades e fragilidades percebidas e o que poderia ser melhorado na exposição e no atendimento prestado.

A primeira questão buscou saber se o mobiliário e o espaço de circulação da exposição tátil estavam adequados à visitação. Sobre o assunto, Paulo mencionou que as mesas poderiam ter outro formato, com menos quinas, para evitar que os visitantes se machuquem ao se aproximarem delas. Uma vez que o espaço destinado à exposição acessível é o mesmo das demais coleções do museu, há outras vitrines no local, o que dificulta o trânsito seguro. As peças estavam soltas sobre as mesas expositoras, o que, na percepção de Paulo, dificulta um pouco a visitação, pois, por mais que tenha sido uma visita guiada, às vezes, a pessoa prefere conhecer a coleção autonomamente. Nesse sentido, Paulo sugere a instalação de suporte ou separador entre as peças, algo para dar uma referência do espaço disponível para a experiência tátil.

Outro fator apontado por Paulo diz respeito à legenda das peças, pois não havia identificação em Braille e tampouco identificação para pessoas com baixa visão, como textos em contraste.

Já para Thiago, o fato de o mobiliário estar disposto próximo às paredes do Museu permitiu uma melhor circulação das pessoas.

Também foi sugerida por Paulo a instalação do piso tátil, que funciona como referência para quem tem deficiência visual, promovendo maior autonomia e independência ao sujeito que está ocupando aquele espaço. Sugere que seja disposto em formato de um circuito.

A segunda questão buscou saber se as peças selecionadas contribuíram para o aprendizado e se os fragmentos de cerâmica, réplicas e lascas foram significativos para o toque. Thiago comentou que as peças cerâmicas em exposição apresentaram decorações plásticas, tais como ungulado e corrugado, possibilitando a apresentação, a partir desses exemplares, das variabilidades de formas e funções das cerâmicas guarani e, consequentemente, abordar aspectos da cultura imaterial intrínsecas à fabricação e utilização desses artefatos pelo grupo supracitado.

> *Houve também a apresentação do acervo de líticos lascados e líticos polidos que possibilitaram maior compreensão dos recursos técnicos utilizados por homens e mulheres do período pré-colonial brasileiro. Apresentamos variabilidade em relação ao peso, tamanho e texturas dos materiais de "pedra lascada" e de "pedra polida". Os líticos lascados permitiram apreensão das partes cortantes, forma de manejo dos instrumentos e função (corte, raspador, perfurante). Os líticos polidos (tais como machados e tembetás) também foram utilizados para dimensionar a versatilidade tecnológica dos povos que os confeccionaram* (Relato cedido por Thiago, 2019).

Para Paulo, as peças arqueológicas e as réplicas foram muito significativas, pois,

> *Tocar em uma peça sabendo que ela é original, que é fabricada pelos povos originários, por uma população indígena que possibilitou estar onde a gente está hoje, isso é muito rico, isso é muito reconfortante. E o melhor de tudo é esse acesso às peças, porque para quem não tem a visão, as outras peças ficavam em redomas e não poderiam ser tocadas. Então foi muito, muito, muito bom* (Relato cedido por Paulo, 2019).

Paulo comentou que o contato com as peças arqueológicas traz a pessoa mais para perto do conhecimento comunicado, criando um vínculo maior com o Museu. Trata-se de uma experiência mais profunda de saber o que são, e como foram fabricadas as peças. Apesar de toda a complexidade que envolve a experiência tátil – da sujeira, do suor, da gordura que estão presentes nas mãos, da

possibilidade de danos por quedas, entre outros fatores –, quando essas peças são abertas à visitação e quando estão passíveis ao toque, contribuem para uma experiência de aprendizagem mais rica, tornando-se mais interessantes tanto para quem vê e ainda mais para quem não possui a visão.

Com relação à dinâmica da visita, foi questionado aos monitores o que poderia ser melhorado e o que poderia ter sido evitado. Para Paulo, em relação à dinâmica da visita, como foi realizada durante um evento de reinauguração, havia um número considerável de pessoas. Por isso, acredita que o atendimento especializado a pessoas com necessidades especiais deveria ser exclusivo, ou acontecer com um número reduzido de visitantes no museu, menos pessoas videntes. Isso porque a visita especializada é mais demorada por mais tempo para tocar, perceber, para sentir as peças e ouvir a descrição sobre elas. É preciso que os monitores da exposição tenham conhecimento mínimo de audiodescrição para que se diminua a lacuna existente entre sujeito e objeto. A audiodescrição é uma ferramenta que busca informar por meio das palavras faladas o que está sendo exibido visualmente. Portanto, quando o monitor tem domínio dessa técnica, a visita se torna mais significativa para quem não tem a visão, uma vez que no interior do museu nem todas as peças são acessíveis ao toque.

Para Thiago, para melhorar a dinâmica de visita, seria necessário optar por guiar grupos de visitantes menores e com maior intervalo entre os grupos, para que os monitores tenham tempo para se preparar nos intervalos das visitas. Segundo ele, "um número menor de pessoas por itinerário seria mais adequado para preservar a integridade do material exposto. Evitar a sobreposição das falas dos monitores pode melhorar a experiência de visitantes cegos" (Relato cedido por Thiago, 2019).

Quando questionado se a exposição contribuiu para que os visitantes pudessem conhecer um pouco da cultura guarani por meio das peças apresentadas, Paulo respondeu afirmativamente, mencionando que a exposição contribuiu muito para que as pessoas com deficiência visual conhecessem essa cultura. Disse que foi essencial a experiência proporcionada, principalmente no que diz respeito à possibilidade de acesso às peças originais e às réplicas. Como sugestão, comentou que poderiam ser oferecidas oficinas de educação patrimonial antes da visita à exposição, uma vez que, quando é explicitado o processo de fabricação das peças de forma mais detalhada, há melhor compreensão do que está exposto.

Thiago também concorda com Paulo ao mencionar que "a exposição das peças do acervo aliada à descrição e explicação do conteúdo é um recurso didático riquíssimo e tenta levar o visitante a uma imersão à cultura dos povos indígenas brasileiros" (Relato cedido por Thiago, 2019).

Paulo comentou sobre sua sensação em atender ao público dentro do museu, dizendo se sentir incluído.

> *Uma efetiva e significativa inclusão social. Porque, tal qual qualquer pessoa, eu também posso fazer muitas, inúmeras atividades. E receber o público na exposição me fez experimentar, vivenciar isso. Então a minha sensação foi de me sentir útil, e me sentir incluído, pertencente àquele lugar, a este grupo de pesquisa* (Relato cedido por Paulo, 2019).

Na opinião de Thiago, a experiência também foi positiva: "experienciei outra forma de expor o conhecimento arqueológico, utilizando não apenas os recursos visuais habituais, mas a voz e, principalmente, o tato" (Relato cedido por Thiago, 2019).

Pensando em propostas de utilidades, Paulo sugere a imersão de pessoas videntes na exposição tátil, que, ao taparem os olhos com vendas e tocarem as peças, ouvirem a audiodescrição das peças da coleção e depois retirarem as vendas para poderem ter o visual, passariam por uma experiência sensorial ampliada.

Ao ser questionado sobre a experiência como monitor da exposição, Paulo diz que:

> *Foi magnífico. Eu me senti, assim, reconhecido. Eu me senti importante. Acredito que, com mais domínio teórico das peças, do acervo, eu acredito que eu possa fazer visitas guiadas (monitoradas) até para quem tem a visão uma vez que a visão tem muita informação. Então, algumas características, alguns detalhes passam batidos ou as pessoas não entendem. E quando você fala, chama a atenção para aquela característica ou para a cor, ou para o formato, ou para a textura, isso ativa o imagético e complementa o que é visual. Então, é até uma sugestão. Eu me proponho, eu estou disposto e eu.... foi incrível. Foi incrível, foi muito interessante, foi superbacana mesmo. Foi formidável a experiência de ter feito esta exposição com as pessoas. Foi muito bacana mesmo* (Relato cedido por Paulo, 2019).

No entendimento de Thiago, a experiência como monitor de um grupo com necessidades diferenciadas "fez com que eu saísse da zona de conforto e tencionou-me a repensar outras possibilidades de ensino que explorem outros sentidos do corpo" (Relato cedido por Thiago, 2019).

Pelos relatos dos acadêmicos que participaram de todo o trabalho de expografia e atuaram como monitores da exposição, percebe-se que, apesar da principal característica que os diferencia ser a visão, as impressões que ambos tiveram sobre o trabalho desenvolvido são muito parecidas, especialmente no que diz respeito às contribuições que a exposição tátil apresenta para a compreensão do que sequer comunicar.

A principal fragilidade apontada por ambos diz respeito a questões de infraestrutura– como formato e apresentação das vitrines expositoras, instalação do piso tátil, disposição do mobiliário – e a dinâmica de visita.

Diante dessas considerações, percebe-se que tanto para o público visitante quanto para a equipe do museu e, em especial, para Paulo, que transita livremente nos dois universos abrangidos por esta investigação, as ações de acessibilidade propostas pelo Museu, por mais que necessitem de adequações, foram significativas para a difusão de conhecimento e a comunicação dos aspectos culturais propostos pela exposição.

Considerações finais

A democratização e o acesso aos bens culturais perpassam diferentes pontos de vista até se tornarem prática social cidadã, especialmente quando são levadas em consideração as diferentes realidades vivenciadas. No Brasil, um país caracterizado pela diversidade cultural, os museus, responsáveis pela difusão cultural e preservação do patrimônio nacional, se tornam também espaços de aprendizado, servindo de campo fértil a essa diversidade cultural.

Com isso em mente, o relato aqui apresentado se torna objeto de reflexão sobre a necessidade de melhorias no atendimento ao público especializado. A abertura do MAR aos diferentes públicos, em especial às pessoas com necessidades especiais, possibilitará uma gama de novas ações, pesquisas, trabalhos educativos, publicações, relações, comunicações e aprendizados. Com base no cotidiano, o trabalho desenvolvido no âmbito do museu se consolidará e serão aprimoradas as intenções da equipe.

A realização do trabalho permitiu alcançar resultados positivos em direção a tornar a instituição museológica mais acessível e inclusiva ao público com cegueira e baixa visão. Dentre estes, podem ser pontuados:

1 percepção da real necessidade de melhorias infraestruturais, tais como instalação do piso tátil e melhor sinalização de cantos de vitrines,por exemplo;
2 mudanças no mobiliário e disposição de peças no interior do museu de forma a facilitar a visita de pessoas com necessidades especiais;
3 apontamentos com relação à facilidade de comunicação das informações com a

instalação de placas e etiquetas em Braille, além da produção de áudio guias;
4 percepção da necessidade de produção de réplicas em maior quantidade para oportunizar a experiência tátil sem entraves;
5 oportunidade de maior integração entre o público visitante, estagiários com necessidades especiais e demais integrantes da equipe do museu de forma a juntos pensarem estratégias de melhoria do espaço e dinâmica de visitas e atividades de Educação Patrimonial; e
6 percepção de necessidade de treinamento da equipe de monitores e pesquisadores do museu, especialmente com relação a práticas e recursos inclusivos, como a audiodescrição.

O trabalho de acessibilidade para deficientes visuais e pessoas com baixa visão continuará com a formação da equipe para o atendimento especializado no Museu e em atividades de educação patrimonial. Futuramente, pretende-se capacitar toda a equipe para atuação no trabalho com diferentes públicos. Com o desenvolvimento dessa exposição, foi possível lançar luz aos novos trabalhos a serem desenvolvidos pelo MAR, inserindo-o no universo multifacetado da inclusão. Com isso a Unesp, por meio do MAR, cumpre a função social de promover o ensino e a pesquisa em prol de soluções para problemas reais e potenciais da sociedade, contribuindo para a divulgação da História e cultura regionais a públicos diferenciados.

SOUZA, G.P.O.; SILVA, F.L.; PASSOS, T.M.; LEONARDO, P.H.S.; FACCIO, N.B. Inclusive museum exhibition: the FCT-Unesp regional archaeology museum, Presidente Prudente, São Paulo. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 140-155, 2022.

Abstract: This article reflects on accessibility in museums by analyzing a tactile archaeological exhibition aimed at learning about aspects of the Guarani culture. To this end, it presents the results of a practical experience lived by blind individuals during a monitored visit to the exhibition organized by the FCT-Unesp Regional Archaeology Museum, Presidente Prudente campus, São Paulo, Brazil. The visit consisted of a guided walk with mediation through the museum's long-term exhibition area and a tactile experience in an exhibition previously prepared by the museum researchers, with the participation of a blind academic. This experience took place over six months, with activities for selecting materials, describing parts, making identification tags and monitoring training. Visitors, also blind, had contact with the exhibition for 2 hours, when they learned, through the tactile experience, about aspects of the Guarani culture from the manufacturing characteristics of ceramic vessels. The study proved that it is possible to guarantee the accessibility of museum communication by means of exhibitions previously thought and prepared for this purpose.

Keywords: Accessibility in museums; Tactile exhibition; Guarani culture; Regional archaeology; Sociomuseology.

Referências bibliográficas

Aidar, G. 2002. Museus e inclusão social. *Ciências & Letras* 31: 53-62.

Brasil. 2009. *Decreto nº 6.949*, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: <https://bit.ly/374bL4F>. Acesso em: 12/11/2021.

Cenci, A. 2015. A retomada da defectologia na compreensão da teoria histórico-cultural de Vygotski. In: *Anais* da 37ª Reunião Nacional da ANPEd, 2015, Florianópolis.

Cury, M.X. 2005. *Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Figurelli, G.R. 2013. O público interno dos museus: reflexões sobre os funcionários de museus enquanto público-alvo das ações educativas museológicas. *Cadernos de Sociomuseologia* 46: 29-46.

Fleury, L. 2009. *Sociologia da cultura e das práticas culturais*. Senac, São Paulo.

Mantoan, M.T.E. 2015. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* Summus, São Paulo.

Moreira, A.F.B. 2001. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. *Revista Brasileira de Educação* 18: 65-81.

Moutinho, M.C. 2014. Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. *Cadernos do Ceom* 27: 423-427.

Tojal, A.P.F. 2015. Política de acessibilidade comunicacional em museus: para quê e para quem? *Museologia & Interdisciplinaridade*4: 190-202.

Vigotski, L.S. 2011. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. *Educação e Pesquisa*37: 861-870.

Potencial de aproveitamento de sítios arqueológicos para fins de musealização *in loco*: estudo de caso no Curimataú e Seridó da Paraíba

João H. Rosa
Juvandi S. Santos

ROSA, J.H.; SANTOS, J.S. Potencial de aproveitamento de sítios arqueológicos para fins de musealização *in loco*: estudo de caso no Curimataú e Seridó da Paraíba. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 156-169, 2022.

Resumo: O objetivo do presente texto é discutir perspectivas de avaliação do potencial de criação de museus arqueológicos a céu aberto, propondo como ferramenta uma chave prévia de classificação baseada em aspectos físicos e institucionais, que avalia a capacidade de resposta para propostas de musealização de sítios no seu próprio local de implantação utilizando como amostra parcial duas regiões arqueológicas, Curimataú e Seridó, localizadas a nor-nordeste do estado da Paraíba. A chave utiliza 14 características básicas, que são classificadas de acordo com pesos de 0 a 2 e que, combinadas, resultam em uma pontuação supostamente indicadora da maior ou menor aptidão dos sítios analisados em receber intervenções de musealização *in loco*. O resultado obtido nessa iniciativa indicou que dos 17 sítios classificados, 53% apresentaram alto potencial, 29%, médio e 18%, baixo, não figurando nenhum sítio nos extremos "muito alto" ou "muito baixo". O texto aponta ainda que essa proposta foi capaz de diagnosticar potencialidades e deficiências considerando características básicas e de fácil acesso a gestores e profissionais interessados.

Palavras-chave: Musealização *in loco*; Arqueologia; Curimataú; Seridó.

Introdução

Uma das tarefas ambicionadas no fazer arqueológico é a (re)construção do passado buscando interpretar a *passagem* humana em um determinado espaço físico e em uma janela temporal específica, criando para isso explicações das relações entre indivíduos e suas interações com as paisagens e os objetos.

A arqueologia, sendo uma ciência de intrínseco caráter interdisciplinar, utiliza-se de vestígios e indícios provenientes de grupos humanos pretéritos para analisar seus aspectos básicos de organização social e *modus vivendi* (Funari 2002). Em conseguinte, configura-se como uma disciplina cujo objeto de estudo (e de resgate) é a cultura material de grupos antepassados (Pearce 1990 *apud* Vieira & Carmo 2019). Como consequência dessas definições, seria certo inferir que, no decurso das atividades arqueológicas mais básicas, observa-se a necessidade de salvaguarda e armazenamento adequado dos vestígios

** Arqueólogo na empresa Rastro Arqueologia. <rastro.arqueologia@gmail.com>
** Professor titular da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e curador do Museu de História Natural da mesma instituição. <juvandisouzasantos@gmail.com>

materiais recuperados nos processos de salvamento e escavação, finda, naturalmente, a etapa subsequente de investigações científicas dispensadas aos objetos.

Com base no conhecimento dos artefatos e locais em que estavam, essa reconstrução do passado se dá na medida em que as marcas deixadas pelos indivíduos nos objetos e nos espaços são passíveis de interpretação atualmente, carregando pesos e medidas consolidados no tempo presente.

O exercício para conjugar observações sobre os elementos constitutivos de uma parte do passado humano requer perceber as mudanças provocadas pela ação humana sobre as coisas, sobre o que temos chamado de território em sentido mais amplo. Esse exercício carrega consigo valores e percepções posteriores às últimas transformações empreendidas no objeto analisado e são fruto dos critérios eleitos por quem observa, compara e julga.

Uma das formas de proporcionar essa possibilidade de recriação do passado é mostrar evidências arqueológicas a um público interessado, seja por meio de acervos em museus e/ou casas de memória – isto é, de forma física –, seja em documentários, textos etc. – de forma não tangível –, o que passa necessariamente por uma compreensão individual.

Assim, as representações do passado, em si, são um recorte baseado no olhar e conhecimento de quem decidiu narrar sobre determinado tema usando diferentes *mídias*. Temos com isso uma fração suposta da realidade material capturada, e, nesse caso, podemos dizer que estamos diante de uma "representação da representação" do passado.

Concebendo a possibilidade de autonomia da ciência arqueológica no trato dos bens materiais oriundos de suas pesquisas, é, no entanto, importante ressaltar a contribuição já consagrada da museologia para a preservação e disseminação do patrimônio material que atesta a milenar subsistência humana na superfície terrestre. Considerando-se a referida ciência para os efeitos pretendidos neste texto, como a investigação da relação entre o ser humano e o objeto material por ele produzido, ou mais incisivamente "o estudo de uma relação específica entre o homem e a realidade, estudo no qual o museu, fenômeno determinado no tempo, constitui-se numa das materializações [...]" (Desvallées & Mairesse 2013: 11), é possível compreender a intrínseca relação de complementariedade que a museologia e a arqueologia mantêm entre si.

Não se pode preterir, além disso, a lógica depreensão presente no termo museologia, também incorporada à sua definição enquanto ciência, ou seja, o estudo do museu. Congruentemente, relaciona-se à pretensão de se desenvolverem técnicas e métodos específicos de *pesquisa*, *conservação*, *educação* e *organização* dispensados pelos museus ao acervo, isto é, ao patrimônio que salvaguardam e armazenam, advindo de incursões de arqueólogos aos férteis solos do passado (Gusmão 2013). Nesse sentido, evidencia-se, por mais um parâmetro, o (potencial) intercâmbio das duas ciências – museologia e arqueologia –, do ponto de vista da integração entre a produção do conhecimento científico e sua efetiva divulgação por meio do acesso democrático do público diverso, propósito primordial ao qual servem os museus.

A partir do exposto, partiremos a um problema que se fez presente nos trabalhos de investigação de muitos arqueólogos, como também suscitou inquietações em pesquisadores das demais ciências sociais, a saber, aquilo que Maria Cristina Bruno (1995: 95) denomina "exílio da memória". No caso específico da arqueologia, isso se refere à ausência de conexão entre os vestígios de cultura material que são extraídos dos sítios no decurso de escavações e a produção de conhecimento científico e sua disseminação para o público, promovendo efetivamente aqueles de sentido histórico e de valor social.

Assim, o tratamento museológico dos artefatos ou vestígios de cultura material recuperados pelos arqueólogos torna-se indispensável. Predominando atualmente no Brasil um modelo ainda deficiente de conexão entre a arqueologia e a museologia, evidencia-se a mais basilar falha que tão comumente afeta as humanidades: entraves à interdisciplinaridade, quiçá advinda da

concepção de que essas ciências não são apenas autônomas, mas também independentes entre si. Wichers (2008) ressalta que esse equívoco, isto é, a falta de interconexão entre as disciplinas, é o principal causador de problemas na salvaguarda, na comunicação e, ademais, na socialização do diverso patrimônio material do qual o Brasil dispõe.

Para uma compreensão da necessária interação entre estudar, recuperar evidências e apresentá-las com sentido histórico e social, como antecipado anteriormente, é preciso passar pelo entendimento de que reconstruir o passado com base em vestígios arqueológicos requer um exercício interdisciplinar, o qual começa com a identificação de um mínimo de evidências que possam garantir que o local tenha sido palco de interações e transformações humanas. Na sequência, em geral, os espaços são estudados e registrados, e os artefatos arqueológicos móveis, oriundos desses estudos, são coletados e transportados para fora do ambiente de origem. Normalmente são armazenados em reservas técnicas para estudo minucioso individualizado, fornecendo suporte a interpretações sobre conjuntos e coleções. Após essa etapa, parte do conjunto coletado poderá servir a exposições visuais voltadas ao público interessado, atividade própria do campo da museologia.

O fato é que o aproveitamento do conhecimento gerado pelos estudos de sítios arqueológicos pode se dar de diferentes maneiras, além da interpretação publicada em textos e documentários, e a mais comum parece ser a transformação dos conjuntos recuperados dos sítios em acervos físicos dispostos em museus de modo a permitir interação visual com visitantes. Nesse caso, estamos diante de uma opção de representação baseada especialmente em evidências móveis. Mesmo que parte do cenário seja recriado como pano de fundo, ainda assim o que temos é um simulacro da realidade material fora do ambiente em que tais artefatos foram produzidos e utilizados.

Há uma razão para essa escolha de representação em forma de exposição visual, visto que para estudar determinados sítios, as escavações terminam por desmontar o contexto em que os artefatos estavam. Com isso, temos um número significativo de material coletado que, obrigatoriamente, deverá ser transportado para fora do sítio, possibilitando inúmeras formas de aproveitamento dessas frações do passado.

Todavia, dependendo do tipo de evidências identificadas (móveis ou imóveis), temos uma forma que pode, a princípio, trazer mais elementos físicos para ajudar os visitantes na compreensão dos registros arqueológicos e possibilitar interações autônomas de representação do passado: a musealização *in loco*. Aproveitar o ambiente real em que os objetos e as evidências arqueológicas estavam/estão pode ajudar a preencher parte das lacunas de interpretação de quem visita acervos retirados do contexto de origem.

No nosso entendimento, a falta de estudos e levantamentos sistemáticos sobre a real situação do patrimônio material na esfera municipal pode contribuir negativamente para um baixo ou inexistente aproveitamento dessa expressão, além de não fortalecer noções de que se trata de um bem de direito difuso.

Ao que parece, conjugar elementos físicos e institucionais em um comparativo sistemático pode facilitar o entendimento dos pontos fortes e das possíveis deficiências, fazendo dessa iniciativa uma ferramenta capaz de diagnosticar e orientar políticas e ações de interesse coletivo para uma melhor gestão compartilhada do patrimônio cultural de cada município e, por consequência, um aproveitamento mais inclusivo e representativo de e por diferentes públicos. Compreender o potencial de *aproveitamento museológico* de cada município pode facilitar o fortalecimento de ações educativas e de conservação e preservação do patrimônio arqueológico e bens culturais conhecidos e a conhecer.

Assim, a musealização *in loco* traria benefícios importantes para suprir determinadas deficiências próprias da escolha por musealização extrassítio, como permitir a municípios que não têm casa de memória e/ou museus instalados aproveitar sítios arqueológicos que não apresentam material móvel, como sítios

rupestres[1], além de outros argumentos que serão abordados ao longo do texto.

Diante dessa suposição, decidiu-se construir um comparativo de atributos físicos e de tratamento institucional entre diferentes tipos de sítios em municípios de duas regiões arqueológicas da Paraíba, a saber, Seridó e Curimataú, tendo como referência o sítio Itacoatiaras do Rio Ingá, considerado pelos autores o sítio com melhor aproveitamento nos moldes propostos aqui.

Antes de avançar, porém, convém destacar que este artigo se apresenta mais como uma proposta inicial de análise e de criação de categorias analíticas capazes de avaliar o potencial de musealização de sítios arqueológicos a céu aberto. Esta proposta parte de um contexto arqueológico regional conhecido pelos autores que, em suas experiências de campo, observaram determinados aspectos positivos e negativos para o aproveitamento de sítios arqueológicos no que se refere ao uso público e social. Convém ainda salientar que o conceito de musealização, que aqui não será esgotado, é entendido como um processo científico que demanda um conjunto de atividades administrativas e técnicas no contexto do museu e também fora dele (no caso de musealização *in loco*). Tais atividades técnicas estão vinculadas ao processo curatorial, de pesquisa, preservação e comunicação do patrimônio cultural (Bruno 2005; Cury 2009; Desvallées & Mairesse 2013).

Materiais e métodos

Apesar dos registros oficiais apresentarem cadastro inferior a duas centenas de sítios arqueológicos (Centro Nacional de Arqueologia 2014), o estado da Paraíba tem um número muito superior, tanto em quantidade como em diversidade, conforme aponta o arqueólogo Juvandi de Souza Santos em comunicação pessoal[2] **(Fig. 1)**.

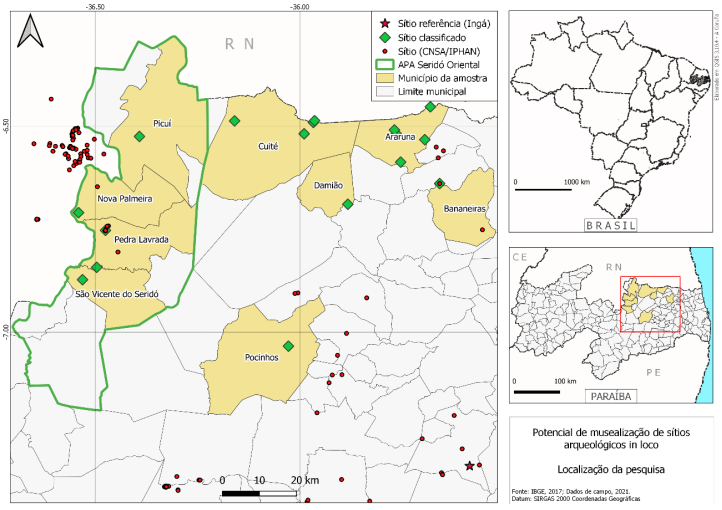


Fig. 1. Localização da pesquisa.
Fonte: Elaboração dos autores.

1 Conquanto na plataforma do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tenhamos um número bastante reduzido de sítios (296) cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) para o estado da Paraíba, com base nos levantamentos dos autores, é possível afirmar que esse número já ultrapassou mais de mil, sendo sua maior parte sítios do tipo rupestre (gravura e pintura), condição que aumenta a possibilidade de aproveitamento *in loco*.

2 Considerando registros dos períodos histórico e pré-histórico, é possível estimar que esse total esteja próximo de 2 mil sítios arqueológicos. Com efeito, as atividades de levantamento arqueológico no âmbito do projeto de criação da Área de Proteção Ambiental do Seridó Oriental da Paraíba, em curso, já registraram cerca de 300 sítios somente nos municípios que fazem parte da proposta, e estima-se que esse número poderá aumentar ainda mais, tendo em vista que as buscas continuam.

Para efeitos de comparação, tomou-se como parâmetro um sítio tombado oficialmente como patrimônio cultural em 1944, amplamente conhecido e estudado, a saber, Itacoatiaras do Rio Ingá, localizado no município de Ingá, na região do agreste paraibano **(Fig. 2)**. Um sítio fora das áreas de interesse desse texto, mas que em certa medida pode ajudar na compreensão dos critérios aqui adotados, especialmente por apresentar tanto material móvel como evidências *in loco*[3].

Fig. 2. Sítio arqueológico Itacoatiaras do Rio Ingá.
Fonte: Acervo pessoal.

A escolha por esse sítio se deu porque ele apresenta características físicas desejáveis do ponto de vista do aproveitamento *in loco*. Trata-se de um sítio predominantemente rupestre (gravuras), e um intenso processo de estudo foi realizado desde sua descoberta por diferentes autores.

No caso específico desse sítio, tomado como referência no comparativo, é justo afirmar que ele foi submetido a um intenso e proveitoso processo de musealização, considerando os parâmetros aqui adotados: os artefatos coletados em sua escavação estão acomodados em um centro de exposição contíguo ao próprio monumento, e este desenvolve a função de grande painel de exposições ao ar livre, dispondo ainda de uma adequada infraestrutura que possibilita uma visitação segura e imersiva no ambiente arqueológico.

Tendo como referência o sítio mencionado, foi construída uma planilha com 14 atributos físicos e de tratamento institucional **(Tabela 1)**, e os sítios selecionados foram inseridos e classificados com pesos de 0 a 2, em que 0 é a menor nota e 2 a maior. Da soma dos diferentes pesos foi obtida uma média aritmética que indica uma suposta maior *aptidão* de cada sítio analisado para uma possível musealização *in loco*.

3 O sítio Itacoatiaras do Rio Ingá apresenta espaço de visitação guiada a céu aberto e conta com um prédio construído em área contígua, com exposição permanente de material arqueológico oriundo das imediações e de outros sítios, incluindo ainda material paleontológico.

Atributo	Peso		
	2	1	0
Distância da cidade mais próxima	até 5 km	de 5 a 15 km	acima de 15 km
Estado de preservação	Bom	Regular	Ruim
Visibilidade dos vestígios	Alta	Média	Baixa
Necessita de intervenção	Não	Desejável	Sim
Tipo de intervenção	Limpeza/cercamento	Estruturas	Escavação
Classificação de acesso	Fácil	Médio	Difícil
Tipo de acesso	Pavimentado	Misto	Não pavimentado
Trilha (caminhada)	até 1 km	de 1 a 2 km	acima de 2 km
Contexto arqueológico	Forte	Médio	Fraco
Estudos realizados	Sim	Em estudo	Não
Acessibilidade (PNE)	Sim	Em estudo	Não
Órgão de patrimônio cultural	Sim	Em estudo	Não
Turismo no município	Sim	Em estudo	Não
Museu no município	Sim	Em estudo	Não

Tabela 1. Atributos de referência e pesos utilizados na classificação de sítios para musealização *in loco*.
Fonte: Elaboração dos autores.

Para a construção do comparativo foram utilizadas informações espaciais obtidas em registros pessoais dos autores e na plataforma do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e conjugadas com estudos e visitas presenciais em diferentes momentos nos sítios selecionados. A seleção usou como critério primário o conhecimento obrigatório de cada unidade avaliada por pelo menos um dos autores, tendo em vista que algumas informações físicas só eram possíveis mediante visita técnica.

Os dados dos sítios foram inseridos no software de geoprocessamento QGIS (versão 3.10.4) e, a partir dos pontos, foram calculadas distâncias e relações com demais sítios cadastrados no entorno, oficiais ou de conhecimento dos autores.

Como um dos critérios é a distância entre o sítio e um local urbanizado, com base nas coordenadas geográficas foram calculadas rotas partindo da cidade mais próxima até o ponto em que a porção de caminhada fosse a menor possível. A classificação do acesso entre fácil e difícil foi baseada na percepção e experiência dos autores e considerou como peso a qualidade das vias, com possibilidade de deslocamento por automóvel e o tipo de trilha necessária após esse trecho.

O acesso por caminhada foi considerado com peso próprio, sobretudo tomando as distâncias como balizadoras desse deslocamento necessário, complementado pelo grau de dificuldade suposto para o conjunto (estrada/trilha).

Partindo da ideia de que a interação dos visitantes com os vestígios e o ambiente se dá majoritariamente de forma sensorial (com destaque para a visão), foi considerado o estado de preservação dos vestígios, bem como sua visibilidade. Evidências mais bem preservadas consequentemente podem possibilitar um melhor entendimento por parte do visitante, sobretudo quando consideramos painéis rupestres, por exemplo.

Outro ponto considerado importante na classificação foi a necessidade ou não de algum tipo de intervenção, sem a qual não seria possível o aproveitamento do público. Nesse caso, estamos falando da necessidade, por exemplo, de escavação, plataformas de acesso, guarda-corpo, proteção de intempéries etc. Assim, sítios que necessitam

de maiores intervenções terminam por receber notas menores em oposição a sítios que não as requerem para seu aproveitamento museal.

Considerando que o sítio analisado requer obrigatoriamente um contexto arqueológico para seu melhor entendimento, outro critério foi a existência ou não de outros sítios nas proximidades (em um raio de até 2 km). Um sítio com relações de proximidade com outros assentamentos recebe maior peso do que sítios que não apresentam essa característica – mesmo que não haja uma ligação conhecida do ponto de vista cultural e/ou tecnológico, por exemplo. Se o sítio em questão recebeu estudos e foi gerado algum tipo de conhecimento que poderá servir à musealização no local, sua nota será maior do que aqueles sítios que foram apenas primariamente levantados, os quais, por sua vez, receberão notas maiores do que aqueles que não foram estudados em nenhuma medida.

Outro critério importante na esteira da inclusão do maior número de pessoas foi o de acessibilidade de Portadores de Necessidades Especiais (PNE) ou com deficiência específica. Nesse caso, optou-se por considerar fatores como dificuldade de acesso (se há trechos irregulares e/ou se é necessário escalada, por exemplo), se o sítio em questão já está dotado de algum tipo de estrutura adaptada, se está apto a recebê-la, ou ainda se o município dispõe de algum equipamento/veículo (cadeiras de rodas especiais tipo Joëlette, bicicletas adaptadas etc.[4]) para suprir tais demandas.

Assim, a inclusão de assistência a PNE pode trazer outra dimensão para o sítio musealizado, inferência que se dimensiona para outras instituições e espaços de decisão, os quais envolvem critérios técnicos e normativos diferentes, sobretudo o exercício político de inclusão de uma modalidade diferenciada dentro de uma atividade pouco incentivada no Brasil, a saber, a visita a museus tradicionais.

4 Em 2018, o município de Araruna implementou uma ação piloto com base no projeto Montanha para Todos, em que utilizava uma cadeira especial chamada Julietti (Joëlette), levando uma criança portadora de necessidades especiais ao Parque Estadual da Pedra da Boca, incluindo um rapel guiado no roteiro de visitação ao geossítio. Sobre a cadeira Julietti, ver: https://bit.ly/3ilDjZ8

Decidiu-se também por considerar a existência ou não de órgão de patrimônio cultural no município sede. É razoável supor que municípios que tenham alguma oficialização na gestão dessa área, como uma secretaria ou conselho, apresentem maior chance de aproveitar essa possibilidade de uso.

Um fator também escolhido na classificação foi a existência no município, mesmo que de forma não oficial, de prática de turismo, urbano ou rural (turismo de aventura, de natureza, de contemplação etc.). Municípios que já apresentam esse aproveitamento recebem maior nota, em detrimento de municípios onde essa prática não existe.

Por fim, se o município apresenta museu e/ou casa de memória, receberá uma maior nota em prejuízo daqueles que não possuem esse equipamento. Supõe-se que a existência desse tipo de aproveitamento do passado pode contribuir para o fortalecimento e valorização de uma noção histórica e até mesmo de pertencimento a uma cultura e/ou localidade.

Um dos critérios desejáveis inicialmente foi o de relevância científica, mas como se supõe haver um grau elevado de subjetividade nessa classificação, tendo em vista a notável falta de estudos arqueológicos na esfera estadual, optou-se por não o utilizar nesse momento.

Como se pode observar, a maior parte dos critérios físicos é objetiva e se baseia em características ditadas sobretudo pela localização dos sítios. Alguns critérios como a classificação do acesso e/ou visibilidade dos vestígios, podem sugerir maior grau de subjetividade, uma vez que amparados nas observações dos pesquisadores que registraram tais evidências de acordo com sua percepção sensorial, equipamentos e experiências.

Resultados e discussão

Tendo como referência o sítio Itacoatiaras do Rio Ingá, os resultados alcançados na classificação indicam uma maior relevância para sítios que mais se aproximam de um padrão suposto como ideal: próximos de cidades, com acesso pavimentado, trilhas curtas,

boa visibilidade dos vestígios, fácil acesso, com contexto arqueológico forte.

Em oposição, os sítios com a menor aptidão para a musealização no local conformam um cenário pouco desejável: muito distantes de cidades, de acesso precário, trilhas longas e terreno muito acidentado, vestígios com baixa visibilidade ou não expostos, com fraco ou nenhum contexto arqueológico conhecido.

Sítio	Município	Tipo	Subtipo	Nota	%	Potencial
Itacoatiaras do Ingá*	Ingá	Rupestre	Gravura	1,9	92,9	Muito alto
Serra Verde w1	Araruna	Rupestre	Misto	1,5	75	Alto
Pedra do Letreiro	Araruna	Rupestre	Pintura	1,5	75	Alto
Umari	Bananeiras	Rupestre	Misto	1,5	75	Alto
Poço da Nêga	Cuité	Rupestre	Misto	1,5	75	Alto
Pedra de Retumba	Pedra Lavrada	Rupestre	Misto	1,5	75	Alto
Amargoso 2	Araruna	Rupestre	Pintura	1,4	71,4	Alto
Cachoeira do Pedro	Picuí	Rupestre	Gravura	1,4	67,9	Alto
Serra Verde 3	Araruna	Rupestre	Pintura	1,3	64,3	Alto
Camareira	Nova Palmeira	Rupestre	Pintura	1,2	60,7	Alto
Boqueirão do Japi	Cuité	Rupestre	Pintura	1,1	57,1	Médio
Proveito	São Vicente do Seridó	Rupestre	Gravura	1,1	53,6	Médio
Anafê	Araruna	Rupestre	Pintura	1,0	50,0	Médio
Tambor	Cuité	Cerâmico	Cemitério	0,9	46,4	Médio
Morcego	São Vicente do Seridó	Rupestre	Pintura	0,9	42,9	Médio
Japi II	Cuité	Lítico	Lascado	0,7	35,7	Baixo
Pedra do Tubarão	Pocinhos	Rupestre	Pintura	0,6	32,1	Baixo
Serra do Inhahim	Damião	Rupestre	Pintura	0,5	25,0	Baixo

Tabela 2. Classificação da amostra.
Fonte: Elaboração dos autores.
* Sítio referência

Na classificação, o sítio referência (Itacoatiaras do Ingá) manteve sua posição de destaque, recebendo uma nota bastante próxima do cenário – segundo essa classificação, ideal ou mais apropriado/apto (2,0) –, seguido por sítios em diferentes municípios (Curimataú ou Seridó), sendo Serra Verde 1 e Pedra do Letreiro em Araruna, Umari em Bananeiras, Poço da Nêga em Cuité e Pedra de Retumba em Pedra Lavrada, todos com nota 1,5 (ou 75%).

Apesar da classificação apresentar um escalonamento regular, com pouca variação entre sucessores, é possível distinguir um segundo grupo com notas bastante próximas do primeiro (1,5), entre 1,28 e 1,42, e uma diferença entre os extremos bastante significativa, da ordem de 1,4 pontos (67,9%).

De forma destacada no pior cenário para musealização, aparece o sítio Serra do Inhahim, localizado no município de Damião, região do Curimataú (**Fig. 3**). Apesar de ser um sítio com alta relevância arqueológica, com pinturas da tradição Agreste em ótimo estado de preservação e alta visibilidade, apresenta condições ruins de acesso e necessidade de estruturas de proteção (plataformas e guarda-corpo). Além disso, requer um deslocamento longo por estrada carroçável precária (7,2 km) e precisa ser complementado por uma trilha de 1,2 km, com escalada na porção final. Somado a isso, temos um cenário institucional

que pouco contribui para seu aproveitamento, tendo em vista que o município não tem equipamentos públicos voltados ao patrimônio arqueológico e não está estruturado para receber turistas, apesar de haver munícipes voluntários interessados em apoiar essa prática. Esse é um exemplo de situações existentes, em que, para cada um dos locais analisados, pode ser elaborado um quadro de conflitos, impasses e alternativas.

Fig. 3. Vista parcial do sítio arqueológico Serra do Inhanhim.
Fonte: Acervo pessoal.

Outros dois sítios chamaram a atenção para sua classificação mediana/ruim no comparativo: Morcego (**Fig. 5**) e Pedra do Tubarão, nos municípios de São Vicente do Seridó e Pocinhos, respectivamente. Esses dois sítios apresentam alta relevância arqueológica e relativo estado de conservação, mas perdem nota nos quesitos de distância e acessibilidade, por exemplo. Ambos necessitam de grandes deslocamentos, sobretudo o sítio Pedra do Tubarão (8 km de trilha difícil). Além disso, estão em municípios com baixo investimento em turismo e órgãos de cultura para lidar com esse tipo de patrimônio.

A princípio, supúnhamos uma melhor classificação para o sítio Boqueirão do Japi, localizado no município de Cuité (**Fig. 4**). Conquanto apresente um significativo grau de importância para arqueologia da Paraíba (tradições Agreste e Nordeste), especialmente por fazer parte de um complexo de sítios rupestres situado na divisa com o Rio Grande do Norte e estar em processo de socialização física de forma institucional (por meio do Iphan), acabou recebendo uma nota surpreendentemente baixa (1,14 ou 57,1% da nota máxima possível) quando comparado ao complexo vizinho, Poço da Nêga, localizado a apenas 640 metros, embora a cidade mais próxima seja Japi/RN.

Fig. 4. Aspecto do sítio arqueológico Boqueirão do Japi.
Fonte: Acervo pessoal.

Há um destaque positivo para os municípios de Araruna e Pedra Lavrada, em que a presença de órgão de cultura, museu e turismo, desenvolvido ou em implantação, contribuíram significativamente, sobretudo no caso de Araruna, mesmo tendo sítios distantes da cidade e com grau de visibilidade regular para alguns deles. Pedra de Retumba (**Fig. 6**), mesmo não tendo acesso calçado, conseguiu uma nota semelhante a Araruna, dada a sua pequena proximidade com os limites da sede municipal.

Os critérios que parecem ter feito diferença significativa na média foi a necessidade de intervenções arqueológicas e de adaptações estruturais para acesso dos visitantes. Aqueles sítios que estão "enterrados" e que, dessa maneira, precisam de escavações e estudos para revelar seus vestígios, apesar de sua relevância arqueológica – como o sítio Tambor (tradição tupi) e/ou Japi II (sítio lítico) –, mesmo atendendo a outros critérios como proximidade ou fácil acesso, ainda assim ficam com notas abaixo da maioria.

Fig. 5. Painel principal do sítio rupestre Morcego.
Fonte: Acervo pessoal.

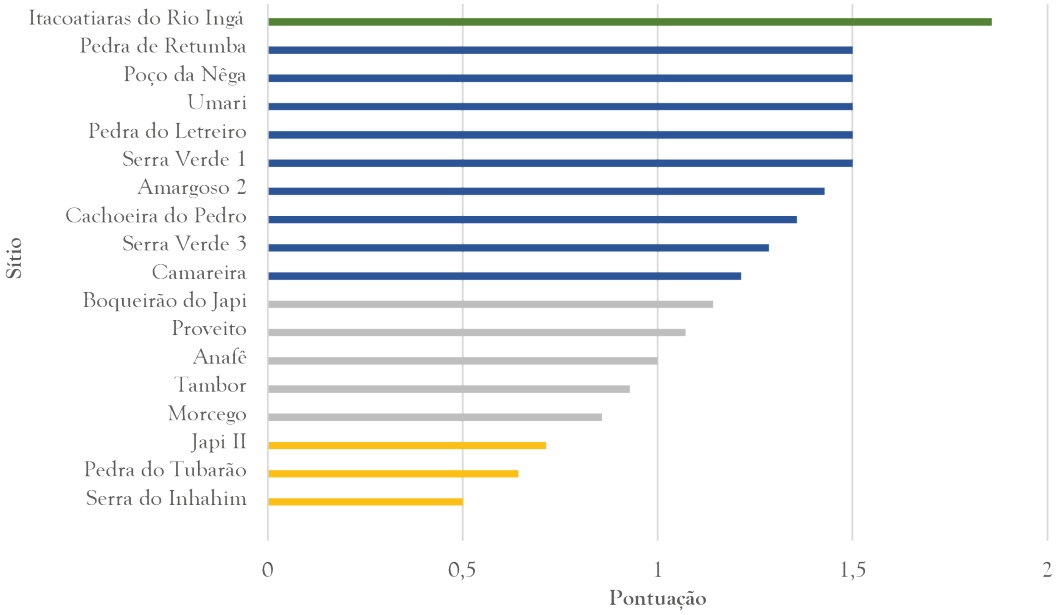


Gráfico 1. Potencial de musealização *in loco* (Curimataú e Seridó/PB).
Fonte: Elaboração dos autores.

Fig. 6. Vista parcial do sítio arqueológico Pedra de Retumba.
Fonte: União Caatinga (2020).

Considerações finais

Apesar da amostra analisada ser pequena, nosso experimento parece ter conseguido apontar um rumo claro sobre sua capacidade de obter respostas, se mostrando uma ferramenta de baixo investimento e de fácil uso, especialmente se ampliada e adaptada a diferentes contextos arqueológicos.

Uma vez constatada a predominância teórica de sítios rupestres sobre os demais tipos, aliada ao fato de, em sua maioria, estarem associados a cursos d'água, em formações rochosas com baixo ou inexistente acúmulo de sedimentos, sua capacidade informativa está essencialmente atrelada a vestígios imóveis. Desse modo, o que poderia ser pensado como uma deficiência informativa, permite enxergar a ausência de mobiliário passível de musealização extrassítio, como um fortalecedor dos argumentos de aproveitamento no próprio local.

Pode-se supor que sítios com necessidade de escavações apresentem maior grau de dificuldade de socialização no local, tendo em vista que, dependendo do tipo de material encontrado na estratigrafia, obrigatoriamente precisará de tratamento e conservação fora do sítio, especialmente se fragilizado quando exposto a intempéries e ações geoquímicas. Além disso, artefatos com maior apelo cênico (urnas funerárias, artefatos polidos, lascados etc.) podem sofrer ações antrópicas destrutivas, como vandalismo, saques etc. Uma possível saída para minimizar tais ações e permitir uma experiência sensorial mais profunda seria expor nos locais escavados réplicas do material coletado, por exemplo.

Sítios a céu aberto que não necessitam de escavações e estruturas especiais e/ou dispendiosas, dado o contexto precário de gestão desse tipo de patrimônio, podem ser a alternativa mais viável do ponto de vista de um aproveitamento mais imediato e inclusivo, podendo servir de piloto para aqueles que supostamente são menos aptos a receber visitas.

Dentre outros benefícios da musealização *in loco*, está um melhor uso das percepções sensoriais por parte dos visitantes. Uma vez no sítio, ao visitante é possibilitada uma imersão simbólica no mesmo ambiente – que foi palco das transformações que hoje percebemos como vestígios arqueológicos, o que pode permitir acionar outros órgãos dos sentidos além da visão, como o olfato, o tato, a audição. O esforço físico, o envolvimento da vegetação, dos sons, dos cheiros, das texturas e, até mesmo, a sensação térmica no momento da visita, podem contribuir para uma ressignificação dos espaços e das transformações antrópicas, consubstanciando o passado em uma noção histórica e social de forma autônoma.

Outro benefício no horizonte dessa proposta é o de geração de renda, uma vez que haveria a necessidade de adaptações estruturais, mesmo que pequenas, de condutores e guias, transporte etc., fortalecendo setores da economia associada a esse tipo de aproveitamento, inclusive de práticas culturais já existentes no município, como artesanato e gastronomia.

A implementação de estudos de viabilidade técnica de musealização de sítios a céu aberto passa também pela absorção de mão de obra qualificada, tanto da arqueologia quanto da museologia, caso alguns municípios decidam pela iniciativa privada.

Há pontos negativos que precisam ser considerados em atividades de socialização de monumentos arqueológicos. Uma vez que sítios antes não abertos à visitação estavam de certa forma "protegidos", ao se tornarem ambientes de visitação pública podem sofrer com ações agressivas de determinados visitantes, colocando em risco a conservação de seus vestígios. Ações educativas sobre patrimônio são de extrema relevância para evitar ou diminuir tais efeitos.

A própria planilha de classificação aqui proposta apresenta limitações, como a homogeneização ou mesmo simplificação de critérios, dada a quantidade de variáveis disponíveis em cada rubrica analisada. Da mesma forma, é preciso considerar a limitação das informações disponíveis em alguns critérios, sobretudo aqueles ligados a questões institucionais, além das possíveis distorções subjetivas de cada pesquisador envolvido.

Uma das saídas para calibrar a ferramenta de modo a abranger a maior quantidade de

situações possíveis é aumentar a amostra, reunindo as inúmeras variações de cada tema para construir, assim, noções menos generalizantes e mais abrangentes, o que evitaria classificações empobrecedoras e irreais.

No que diz respeito às limitações que a ferramenta tem e que pode apresentar em amostras maiores, seu emprego pode auxiliar municípios que apresentam sítios arqueológicos em grande quantidade e diversidade, especialmente aqueles que não contam com museus no sentido tradicional.

A aplicação da chave de classificação pode servir como elemento central para avaliar, implementar ou acentuar a movimentação em prol das questões relativas a políticas públicas, voltadas ao aproveitamento social do patrimônio cultural. Nesse sentido, a musealização de sítios arqueológicos a céu aberto abrange movimentações necessárias em torno da gestão compartilhada dos bens culturais.

Esse tipo de compreensão sobre um bem de interesse difuso atribui ao poder público e à sociedade civil a necessidade de estabelecer diálogos proativos para identificação, documentação, proteção e promoção dos sítios arqueológicos, por meio de sítios musealizados *in loco*. O grande debate no país sobre gestão do patrimônio cultural passa pela inclusão da sociedade civil nesse processo. Nesse sentido, a chave de classificação de potencial já poderia direcionar onde estão os maiores conflitos e impasses, como é possível deduzir a partir da amostra analisada, sendo eles (1) a necessidade de pesquisas acadêmicas; (2) a governança para gestão do patrimônio cultural nas esferas municipal e estadual; e (3) os espaços de decisão, como conselhos e comitês.

Acerca do primeiro ponto, cabe realizar levantamentos pormenorizados sobre as perspectivas de universidades implementarem projetos de pesquisas arqueológicas na região e executarem um programa de gestão integral, incluindo a comunidade local, como artesãos, guias e condutores, donos de restaurante etc. O segundo e o terceiro ponto remetem ao fato da necessidade da comunidade e diversos segmentos expressivos no município serem ouvidos e consultados atentamente, considerando ainda que essa escuta seja feita em espaços de formulação de políticas públicas deliberativos, consultivos e propositivos.

Esse tipo de perspectiva possibilita colocar as partes interessadas e necessárias para refletirem sobre a gestão do patrimônio cultural. Sob diversos aspectos, é possível afirmar que o patrimônio gera conflitos. Nesse entendimento, a formação ou fortalecimento de espaços verdadeiramente democráticos confere ao projeto um exercício de cidadania patrimonial que pode auxiliar na construção participativa do passado.

ROSA, J.H.; SANTOS, J.S. Potential of use of archaeological sites for musealization *in loco*: case study in Curimataú and Seridó in the state of Paraíba. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 156-169, 2022.

Abstract: This text aims to discuss perspectives for evaluating the potential for the creation of open-air archaeological museums, proposing as a tool a preliminary classification key based on physical and institutional aspects, which assesses the responsiveness to proposals for musealization of sites in its own implantation site using as partial sample two archeological regions, Curimataú and Seridó, located in the north-northeast of the State of Paraíba. The tool uses 14 basic aspects, which are classified according to weights from 0 to 2 and that, once combined, result in a score supposedly indicative of the greater or lesser adequacy of the analyzed sites in receiving interventions for musealization *in loco*. The result obtained in this initiative indicated that of the 17 classified sites, 53% had high potential, 29% medium, and 18% low, with no site appearing in

the extremes of "very high" and "very low" potential. The text also points out that this proposal was able to diagnose strengths and weaknesses considering basic characteristics and of easy access to managers and interested professionals.

Keywords: Musealization *in loco*; Archaeology; Curimataú; Seridó.

Referências bibliográficas

Bruno, M.C.O. 2005. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (31), 235-247.

Bruno, M.C.O. 1995. *Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Cury, M.X. 2009. Museologia, novas tendências. In: Granato, M.; Santos, C.P.; Loureiro, M.L.N.M. *Museu e museologia: interfaces e perspectivas*. Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 25-42.

Desvallées, A.; Mairesse, F. 2013. *Conceitos-chave de museologia*. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo.

Funari, P.P. 2002. A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. In: Zarankin, A.; Senatore, M.X. *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul: cultura material, discussões e práticas*. Ediciones del Tridente, Buenos Aires, 107-116.

Gusmão, R.C.S. 2013. *Olhar museológico para a arqueologia: potencialidades de musealização do sítio Engenho Murucutu em Belém/PA*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Pará, Belém.

Centro Nacional de Arqueologia. 2014. Bancos de dados: Patrimônio Arqueológico. Disponível em: https://bit.ly/3V5FFcU. Acesso em: 22/06/2021.

Vieira, F.C.C.; Carmo, S.S. 2019. A arqueologia vai ao museu: interfaces entre Museologia e arqueologia nos cursos de graduação e pós no Brasil. In: *Anais* do 5º Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico, 2019, Rio de Janeiro.

União Caatinga. 2020. Pedra de Retumba. Disponível em: http://www.uniaocaatinga.com.br/. Acesso em 16/05/2021.

Wichers, C.A.M. 2008. A interface museologia-arqueologia: elos e lacunas. In: Workshop ICOFOM LAM, 2008, Rio de Janeiro.

Mértola: village-musée et champ archéologique

*BRIAMONT, Thomas**
*COLLINEAU, Estelle***
*LEYSTEN, Benoît****
*DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria*****

BRIAMONT, T.; COLLINEAU, E.; LEYSTEN, B.; DUARTE CÂNDIDO, M.C. Mértola: village-musée et champ archéologique. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 170-187, 2022.

Résumé: En avril 2019, les étudiants du master en Muséologie de l'Université de Liège (Belgique) ont eu l'occasion de visiter Mértola. Située au sud du Portugal, cette petite ville est l'héritière d'un riche patrimoine mis en valeur depuis 1978 par le « Campo Arqueológico de Mértola ». Sur la base des observations réalisées au cours de ce voyage, cet article analyse les aspects novateurs et les défis de cette expérience singulière de muséalisation de l'archéologie. Un premier axe d'analyse porte sur le concept de « développement durable » qui est au cœur du projet développé à Mértola. En effet, ce projet s'articule autour d'une forme alternative de développement basée sur la richesse du patrimoine local, alors que la région est menacée de dépeuplement. Aussi, face aux dangers inhérents au tourisme de masse, Mértola propose comme alternative un tourisme culturel et rural qui restitue à la communauté locale le bénéfice de ses efforts de préservation du patrimoine. Un deuxième aspect développé dans cette contribution est l'intégration des espaces muséaux archéologiques dans la vie quotidienne de la population locale. Véritable ville-musée, Mértola propose une conception particulière d'archéologie qui, en tant que science ouverte, ne doit pas seulement s'adresser aux spécialistes, mais doit aussi être au service de la société. Enfin, l'expérience singulière et novatrice proposée à Mértola nous amène à nous interroger sur notre conception du musée et de son rôle dans notre société.

Mots-clés: Mértola; Archéologie publique; Muséologie; Développement durable; Tourisme.

Introduction

Situé au sud du Portugal – à un peu plus de deux heures de route de Lisbonne – sur les rives du fleuve Guadiana, dans la province d'Alentejo, Mértola est une petit ville au patrimoine riche et diversifié. Les nombreuses fouilles archéologiques qui ont été réalisées ont mis au jour des vestiges qui attestent de la présence, entre autres, des Phéniciens, des Carthaginois, des Romains, des Suèves, des Wisigoths, des Arabes et des chrétiens. Le visiteur se retrouve ainsi plongé à la fois dans la *Myrtilis Julia* romaine, la *Martulah* islamique et la Mértola chrétienne.

* Doctorant-assistant. Université de Liège. < t.briamont@outlook.com >
** Diplômé d'un master en Muséologie. NeoMuseo. < estelle.collineau@gmail.com >
*** Diplômé d'un master en Histoire et d'un master en Muséologie. < benoit.leysten@hotmail.com >
**** Docteure. Chargée de cours Université de Liège, PPGAS/UFG. < manuelin@uol.com.br >

BRIAMONT, Thomas
COLLINEAU, Estelle
LEYSTEN, Benoît
DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria

Fig 1. Grâce à son emplacement sur une colline, la ville de Mértola bénéficie d'une situation stratégique. Son port fluvial, et le commerce qui en résulte, a joué un rôle essentiel dans son développement et sa prospérité.

Source: Photo: Jorge Branco/Câmara Municipal de Mértola.

Ce riche patrimoine archéologique a été progressivement mis en valeur si bien qu' aujourd'hui Mértola est un lieu où l'archéologie et la muséologie se combinent pour offrir au visiteur une expérience unique. Loin des schémas traditionnels que nous connaissons (une collection conservée et exposée dans un bâtiment), Mértola prend la forme d'un véritable « village-musée ». Cet aspect, qui fait l'originalité du lieu, résulte de ce que l'on pourrait qualifier de processus de muséalisation (terme sur lequel nous reviendrons).

En mars 2019, les étudiants du master en Muséologie de l'Université de Liège ont eu l'occasion de découvrir ce village dans le cadre d'un voyage d'étude au Portugal (Briamont, 2019; Collineau, 2019; Leysten 2019) dirigé par la professeure Manuelina Maria Duarte Cândido qui y revenait pour la troisième fois (ses premières visites datent de 1997 et 2006). Cet article, fruit d'un travail collaboratif, propose un regard contrasté sur cette expérience singulière de muséalisation de l'archéologie en croisant les récits de voyage des étudiants, aujourd'hui diplômés, avec l'expérience de leur ancienne professeure. Son objectif est de présenter le processus de muséalisation qui a contribué à la transformation de Mértola et ainsi mieux comprendre les choix effectués dans la gestion du patrimoine, en tenant compte d'autres aspects tels que les dynamiques démographiques, politiques ou économiques. Rédigée en français, cette contribution vise également à mieux diffuser le projet développé à Mértola, dans l'espoir d'alimenter les discussions dans le monde académique francophone.

Mértola: un village-musée fruit d'un « processus de muséalisation »

Mértola ne dispose pas physiquement d'un seul musée centralisé où tous les artefacts trouvés sont exposés. Au contraire, selon la logique des antennes des écomusées[1] et des sites de fouilles archéologiques, plusieurs petits « noyaux muséaux »[2] sont disséminés dans le village ou ses environs, couvrant tout un territoire[3].

1 Le terme « écomusée » a été inventé en 1971 par Hugues de Varine. Il désigne une nouvelle forme muséale liée à un territoire, à la communauté qui l'occupe et aux différents aspects du patrimoine qu'il produit. Son objectif est d'assurer le développement durable de cette communauté, en concertation avec elle. Il a la particularité d'être divisé en plusieurs antennes muséales réparties sur l'ensemble du territoire (Desvallées & Mairesse 2011: 595; Gob & Drouguet 2014: 58-60).

2 Parfois appelé « antenne », « centre » ou « espace muséal » dans la littérature.

3 Quatorze d'entre eux sont situés à Mértola ou dans des lieux environnants: l'Alcáçova et la maison islamique, l'art islamique, l'art religieux, la basilique paléochrétienne, la maison du mineur, la maison romaine, la maison Mértola, le château de Mértola, la chapelle et la nécropole de Saint-Sébastien, la forge du forgeron, le monastère, l'église (Igreja Matriz), l'atelier de tissage et l'Alcaria dos Javazes.

Fig 2. Alcáçova et la maison islamique.
Source: Photo: Jorge Branco/Câmara Municipal de Mértola.

Ces noyaux offrent aux visiteurs plusieurs possibilités d'explorer cet éventail historique, culturel et religieux. Le vieux village est ainsi devenu un lieu de rencontre et de dialogue entre différentes cultures à travers ces nombreux espaces muséaux. Un autre aspect intéressant de cette approche est la volonté d'offrir à toutes ces cultures une place équitable dans la muséalisation sans négliger certaines périodes historiques.

Ce projet de muséalisation à l'échelle d'un village entier est le résultat d'un véritable projet de vie de ses instigateurs, regroupés au sein du champ archéologique, le « *Campo Arqueológico* » de Mértola (CAM).

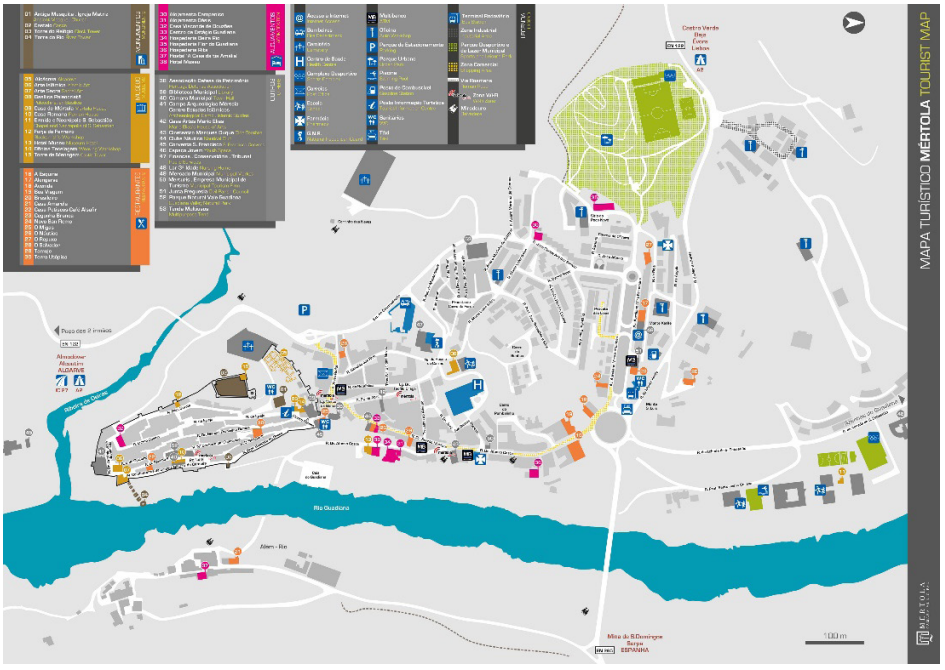


Fig 3. Carte du village de Mértola avec les différents noyaux muséaux.
Source: Câmara Municipal de Mértola.

Ce CAM est né en 1978, après la chute de la dictature portugaise. Il s'agissait à l'origine d'une mission scientifique menée par le chercheur Cláudio Torres[4], qui est arrivé dans la région avec ses collègues António Borges Coelho et José Luís de Matos à l'invitation de Serrão Martins, son étudiant et, à l'époque, maire de Mértola. Le potentiel archéologique de la région est vite apparu à ces chercheurs, notamment après l'identification d'une multitude de vestiges islamiques. Ce patrimoine a été exceptionnellement bien préservé, tout comme le centre historique, en raison de l'abandon presque total de la région à partir du XVIe siècle. Après ces premières découvertes, Cláudio Torres est revenu chaque année avec des étudiants pour poursuivre les fouilles. En 1985, il s'est installé définitivement à Mértola avec sa famille. L'archéologie est la base de ce projet, tout comme la passion de ce chercheur octogénaire, qui a reçu plusieurs prix[5] et qui continue aujourd'hui encore à dévoiler les multiples couches de l'histoire de Mértola. Le CAM est toujours actif aujourd'hui en tant qu'association culturelle et scientifique à but non lucratif.

Ainsi, le projet muséal de Mértola a récemment fêté son quarantième anniversaire. Bien sûr, les quatorze noyaux muséaux que l'on peut voir aujourd'hui ne sont pas apparus d'un seul coup, mais petit à petit. Chaque espace a été muséalisé pour des raisons différentes, entretenant ainsi un processus qui se poursuit encore aujourd'hui, comme le décrit Susana Gómez Martínez[6], chercheuse au CAM:

> *« De nombreux noyaux existants naissent de la nécessité de réaliser des interventions d'archéologie préventive qui, lorsqu'elles remplissent les conditions nécessaires, font l'objet d'une muséalisation. Dans certains cas, ce processus implique des négociations complexes et des compromis de part et d'autre, qui ont conduit, dans la plupart des cas, à la modification des projets de construction initiaux afin d'incorporer des espaces d'exposition ou d'intégrer des vestiges archéologiques dans le projet architectural. Dans d'autres cas, l'option consiste à créer un musée de site, en érigeant un bâtiment pour accueillir les vestiges conservés ou des structures plus ou moins amovibles pour les protéger. Dans d'autres cas, il s'agit de muséaliser des collections d'objets séparés de leur lieu d'origine ou de leur lieu de découverte. Dans ces cas, l'objectif est de combiner le contenant et le contenu, en recherchant les espaces qui ont ou ont eu une utilisation liée à la collection. Lorsque les espaces présentant ces caractéristiques ne sont pas disponibles, l'option consiste à revitaliser les bâtiments abandonnés ou dégradés du centre historique, en leur donnant une utilisation qui permet de les maintenir et de les rendre dignes »*[7]. (Goméz Martínez 2017: 273, traduction libre)

4 Cláudio Torres est né en 1939 à Tondela (Portugal). En tant qu'opposant au régime de Salazar et à la guerre coloniale, il a vécu en exil politique entre 1961 et 1974, date de la révolution des œillets. Diplômé en histoire de l'art à l'Université de Bucarest en 1973 et revenu d'exil, il devient Maître de Conférences à la Faculté des lettres de l'Université de Lisbonne (1974-1986). En 1978, il crée le *Campo Arqueológico de Mértola* (CAM) et en devient le directeur en 1980. Au cours de ses fouilles archéologiques, il a fait de nombreuses découvertes qui ont mise en lumière deux périodes moins connues de l'histoire du Portugal : l'Antiquité tardive et la période islamique. Outre ses nombreuses publications scientifiques, il a également lancé la revue « *Arqueologia Medieval* » – 15 numéros publiés – et a fondé les noyaux muséaux de Mértola, ainsi que des sites de fouilles visitables.

5 Il a reçu le prix Pessoa en 1991 et la Grã Cruz da Ordem do Infante D. Henrique en 1993. En 2001, l'Université d'Évora lui a décerné le titre de docteur *honoris causa*. Le gouvernement portugais lui a également décerné la médaille du mérite culturel en 2020. En 2015, le CAM a reçu le prix des Académies pontificales du Vatican des mains du pape François.

6 Susana Gómez Martínez est diplômée en géographie et en histoire de l'Université Complutense de Madrid en 1990. Elle a terminé ses études doctorales dans la même université en 2004. Pendant ses études, elle a effectué des stages sur des sites archéologiques en Espagne, en France, en Israël et au Portugal. Elle a reçu une bourse de recherche du Ministère portugais des affaires étrangères en 1992 et est depuis lors chercheuse au CAM. Elle est professeure adjointe à l'École des sciences sociales de l'Université d'Évora et donne des cours d'archéologie médiévale et islamique.

7 « Muchos de los núcleos existentes surgen de la necesidad de realizar intervenciones arqueológicas preventivas que, cuando reúnen las condiciones necesarias, son objeto de musealización. En algunos casos, este proceso conlleva complicadas negociaciones y concesiones de unos y de otros, que han llevado, en la mayor parte de los casos, a la modificación de los proyectos de construcción iniciales para incorporar espacios expositivos o para integrar vestigios

Ce phénomène nous fait comprendre que ce musée en plein air ne sera jamais achevé. Il est créé et recréé dans la dynamique de la recherche scientifique, de la politique locale et de la vie quotidienne. C'est ce que nous pouvons appeler le processus de muséalisation[8], qui a été imposé au temps et à l'espace de Mértola au cours de ces quatre dernières décennies.

La nouvelle muséologie et ses impacts au Portugal: développement durable et résistance à l'abandon des zones « rurales »

Après la Révolution des œillets du 25 avril 1974 et la chute du régime, l'un des moteurs du projet développé à Mértola était la volonté de préserver le patrimoine des zones rurales, mais aussi faire face à la tendance à la centralisation politique et économique stimulée pendant la dictature. Cette centralisation avait accentué la migration vers la capitale et l'abandon des zones rurales, notamment dans la région aride et « moins développée » de l'Alentejo.

Toutefois, cet « exode rural » n'était pas spécifique à cette région portugaise. Ce phénomène a également été ressenti dans d'autres régions rurales ou petits centres urbains du pays, qui ont attiré eux-aussi, après la chute de la dictature, des opposants revenus d'exil et désireux d'expérimenter d'autres formes de développement. L'utopie de ces acteurs du patrimoine était d'initier un changement des modèles de développement envisagés jusqu'alors. Les expérimentations liées à la gestion du patrimoine local en relation avec le développement humain et le développement durable ont abouti à de nouveaux modèles muséaux (écomusée, musée de territoire, muséologie communautaire, etc.). Nous pouvons citer, par exemple, les initiatives visant à créer, dans les années 1980, l'écomusée de Seixal, le premier au Portugal, ou l'écomusée de Casal de Monte Redondo. Nous pouvons également remonter au projet de création d'un écomusée à Serra da Estrela en 1979 par le « père » de la nouvelle muséologie, Georges Henri Rivière lui-même, et un groupe de professionnels locaux. Bien qu'il n'ait pas été réalisé, ce projet a laissé des traces.

Le Portugal a d'ailleurs été très actif lors de la conférence générale du Conseil international des musées (ICOM) à Londres (1983), où la demande de création d'un comité international des écomusées a été rejetée. Cela a conduit de nombreux professionnels, principalement français, canadiens, portugais et latino-américains, à se réunir à Québec en 1984 lors de l'atelier qui a donné naissance au Mouvement international pour une nouvelle muséologie (MINOM). Le MINOM a été officiellement créé en tant qu'association en 1985 et son siège a été placé à Lisbonne. Son activité s'est développée avec un profil de plus en plus ibéro-américain et une prédominance des langues portugaise et espagnole. Par conséquent, cela a conduit, dans une certaine mesure, à renforcer l'idée de la disparition de la nouvelle muséologie dans la

arqueológicos dentro del proyecto arquitectónico. En otros casos, la opción es la de crear un museo de sitio, erigiendo un edificio que albergue los restos conservados o estructuras más o menos amovibles que los protejan. En otras ocasiones se trata de musealizar colecciones de objetos separados de su localización original o de su lugar de hallazgo. En ellos se intenta aliar continente y contenido, buscando espacios que tengan o hayan tenido un uso relacionado con la colección. Cuando no se dispone de espacios con estas características, la opción es revitalizar edificios abandonados o degradados del centro histórico, dándoles un uso que permita su manutención y que los dignifique ».

8 « Le processus de muséalisation se produit à partir d'une sélection et d'une assignation de significations effectuées au sein d'un large univers patrimonial, aboutissant à une coupe formée par un ensemble d›indicateurs de mémoire ou de références patrimoniales matérielles ou immatérielles, naturelles ou artificielles, indistinctement. La préservation est considérée, ici, comme équivalente au processus de muséalisation, et est réalisée en appliquant la chaîne opératoire muséologique, formée par les procédures technico-scientifiques de sauvegarde et de communication du patrimoine, en équilibre. Représentant à la fois la responsabilité du patrimoine constitué pour le futur, et la communication permanente et procédurale, cette chaîne opératoire s'insère nécessairement dans un contexte de planification et d›évaluation, c'est-à-dire qu'elle est continue, et non pas une ligne d'opération : chaque étape de l'évaluation alimente la planification. Le processus de préservation, ou muséalisation, va de la sélection des références patrimoniales à la dévolution à la société, qui produit à son tour de nouveaux biens patrimoniaux et interfère dans de nouvelles sélections et attributions de sens, dans un mouvement continu » (Duarte Cândido 2021a, p. 321, traduction libre).

sphère francophone. Cependant, ce courant de la muséologie semble avoir pris un nouvel élan en se reconfigurant en muséologie sociale et en sociomuséologie, avec une plus grande diffusion et des expériences multiples dans les langues et territoires ibéro-américains.

Le cas de Mértola est tout à fait symptomatique de l'évolution démographique et économique présentées ci-dessus. Bénéficiant d'une situation géographique historiquement privilégiée grâce à la proximité d'importantes voies de transport fluvial, Mértola a cependant souffert du développement du transport routier au XXe siècle (Goméz Martínez 2017). Quasiment dépeuplée, elle a également subi la pression spéculative de l'industrie minière, qui souhaite exproprier des terres pour les exploiter. En réponse, Serrão Martins a été l'un des premiers à envisager une forme alternative de développement basée sur la richesse du patrimoine local. Avec Cláudio Torres, ils ont élaboré un projet qui privilégie le développement durable, moins immédiat, mais fondé sur la préservation et la valorisation du patrimoine local, considéré comme une ressource essentielle. Cet aspect est bien explicité par l'historienne Lígia Rafael[9]:

> *« Ce nouveau départ s'est fondé sur la prise de conscience de l'importance de son patrimoine archéologique, historique et naturel, ainsi que sur l'implication des agents locaux et de la population dans ce qui a été considéré comme l'une des principales voies de développement ayant des répercussions évidentes sur l'amélioration des conditions de vie de chacun »*[10]. (Rafael 2019: 262, traduction libre)

Cette approche ne se limitait évidemment pas à la simple recherche et présentation des artefacts archéologiques trouvés lors des fouilles. En fait, il s'agissait d'une approche beaucoup plus large de la notion de patrimoine:

> *« les rues, l'organisation des espaces publics, la structuration et l'agrément des façades, les volumes architecturaux, les matériaux et les techniques de construction, ainsi qu'une requalification soutenue de l'habitat sont historiquement aussi importants que les pièces archéologiques qui remplissent les expositions »*[11]. (Goméz Martínez, Rafael & Torres 2016: 61-62, traduction libre)

Ces propositions de développement pour la mise en valeur du patrimoine local et du tourisme culturel se sont parfois heurtée à la méfiance ou à la résistance. Ils ont cependant émergé grâce à la persistance et à la patience de leurs initiateurs, leur mise en œuvre et leur pérennité ayant nécessité l'instauration d'un dialogue permanent. Les contre-propositions à ce projet peuvent toujours être plus séduisantes et l'équipe du CAM est consciente des conflits inhérents au « délicat équilibre des forces entre les ressources patrimoniales et la fragile économie locale » (Goméz Martínez, Rafael & Torres 2016: 60, traduction libre). Au fil des années, le projet a néanmoins fini par occuper une place essentielle dans le développement local. Cláudio Torres reconnaît comme un tournant « la reconnaissance extérieure, lorsque les Mertolenses ont vu que le travail lent et méticuleux des archéologues et des muséologues était considéré et loué à l'étranger » (Torres 2016a: 21, traduction libre).

Pourtant, quarante ans après son lancement, le projet est toujours confronté aux

9 Née à Odemira (Portugal) en 1968, Lígia Rafael est diplômée en histoire de l'Université d'Évora. En 1986, elle devient coordinatrice du Laboratoire de conservation et de restauration du CAM. Elle s'est spécialisée dans la conservation et la restauration d'objets archéologiques. Actuellement, elle est coordinatrice du Museu de Mértola et vient de commencer un doctorat à l'Université d'Évora.

10 « Na génese deste recomeço esteve a consciencialização relativa à importância do seu património arqueológico, histórico e natural e, também, o envolvimento dos agentes locais e da população no que se entendia ser uma das principais vias para um desenvolvimento com evidentes repercussões na melhoria das condições de vida de todos ».

11 « historicamente tão importantes como os achados arqueológicos que enchem os expositores, são as ruas, a organização dos espaços públicos, a estruturação e usufruto das fachadas, volumes arquitetônicos, materiais e técnicas de construção, assim como uma sustentada requalificação habitacional ».

défis qui ont conduit à sa création. Aujourd'hui encore, Cláudio Torres est préoccupé par le modèle économique et éducatif qui empêche la population de rester dans leur village d'origine:

> *« Notre école, l'éducation, ne le permet pas. L'école nous oblige à déménager en ville. La ville est le modèle de développement et de progrès »*[12]. (Coelho 2012, traduction libre)

Le défi consiste donc à trouver des solutions au problème de dépeuplement auquel Mértola est toujours confronté. Entre 2011 et 2021, la population de la commune de Mértola, qui comprend l'ensemble de la commune et pas seulement le village, est passé de 7.274 à 6.208 habitants[13]. Il faut pour cela offrir des perspectives futures et des opportunités professionnelles aux jeunes générations. Or, le CAM souligne que la valorisation du patrimoine qu'a connue Mértola offre de grandes opportunités en termes d'emplois:

> *« Les différents domaines de travail liés au patrimoine constituent une nouvelle opportunité d'employer des jeunes qui peuvent rester sur leur terre, en travaillant dans des activités autres que celles traditionnelles (agriculture, construction et commerce). L'emploi dans les domaines de la conservation et de la restauration, de la recherche historique, artistique, ethnographique et archéologique, de l'animation touristique, de l'hôtellerie et de la restauration ou des activités artistiques, domaines qui n'existaient pas il y a seulement 30 ans, ou dans des domaines en voie de disparition imminente comme dans le cas des activités artisanales, constitue actuellement une perspective future ».* (Goméz Martínez, Rafael & Torres 2016: 73, traduction libre)

La recherche, le tourisme ou le maintien du savoir-faire local, notamment grâce au noyau muséal consacré au tissage[14], multiplient ainsi les perspectives professionnelles des Mertolenses. Les emplois créés dans le domaine de la recherche ont également été rendus possibles par le laboratoire du CAM, destiné à la restauration des objets trouvés lors des fouilles. Cela permet au site d'entretenir, d'étudier et de restaurer les artefacts de manière professionnelle. Une école a également été créée dans les années 1990 pour dispenser des formations en muséographie, tourisme et gestion du patrimoine. Cet outil avait pour but d'encourager les jeunes à se former afin de pouvoir rester sur place, travailler et contribuer au développement du projet. Ainsi, selon les différents chercheurs impliqués dans le CAM, ce projet bénéficie de la lutte contre ce phénomène d'exode rural:

> *« Le développement des activités scientifiques, technologiques et de formation à Mértola représente déjà une contribution considérable à l'économie locale. D'une part, un groupe considérable de personnes vivant dans la municipalité développe des activités scientifiques et techniques qui étaient traditionnellement centralisées dans les grandes villes, et qui canalisent vers un environnement rural, des ressources qui auparavant allaient aux grandes villes »*[15]. (Goméz Martínez, Rafael & Torres 2016: 73, traduction libre)

12 « A nossa escola, a educação, não o permite. A escola obriga a partir para a cidade. A cidade é o modelo de desenvolvimento, o progresso ».

13 Chiffres officiels de la commune de Mértola issus de la plateforme Pordata (page consultée le 11 juillet 2021), https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/M%c3%a9rtola-253327.

14 Cf. *infra*.

15 « Mas o patrimônio também gera, de forma direta, uma rentabilidade econômica considerável e quantificável. O desenvolvimento de atividades científicas, tecnológicas e formativas em Mértola significa já uma contribuição considerável para a economia local. Por um lado, um grupo considerável de pessoas que reside no município desenvolve atividades científicas e técnicas que, tradicionalmente, eram centralizadas nas grandes cidades, e que canalizam para um meio rural, recursos que antes iriam para as grandes urbes ».

Le tourisme est donc une opportunité pour le développement local, mais il est aussi plein de dangers. En effet, le CAM s'oppose au marché du tourisme de masse et cherche à proposer comme alternative un tourisme culturel et rural qui rend à la communauté et aux institutions locales les bénéfices de leurs investissements et de leurs efforts de préservation du patrimoine. L'afflux du tourisme de masse, qui pourrait entraîner une augmentation des loyers et la fuite des habitants du vieux village ou l'intérêt des grands promoteurs immobiliers[16], pourrait détruire l'équilibre précaire de ce village-musée. Les Mertolenses pourraient vendre ou louer leurs propriétés aux touristes, affaiblissant ainsi l'économie locale et la vie sociale.

Aujourd'hui, Mértola est en réalité à un moment décisif de son histoire. Elle doit trouver un équilibre délicat entre le tourisme, estimé à 42.900 visiteurs en 2019, qui peut faire vivre le village, et le tourisme de masse qui, à terme, risquerait de la dénaturer et de détruire ses traditions et son mode de vie.

Le patrimoine archéologique: préservation des noyaux muséaux au profit de la population locale

Un aspect particulièrement intéressant est l'interdisciplinarité qui existe entre l'archéologie et la muséologie à Mértola. Les objets découverts lors de fouilles sont régulièrement arrachés de leur contexte pour être exposés dans de grands musées archéologiques. Cette logique n'a pas été appliquée à Mértola, où un processus de muséalisation, présenté ci-dessus, a été imposé par la création progressive de divers noyaux muséaux au fil des décennies. Dès que des vestiges archéologiques sont découverts, on réfléchit à la manière de les mettre en valeur et de les muséaliser *in situ*. Dans le cas de Mértola, les objets sont exposés la plupart du temps là où ils ont été découverts, ce qui permet finalement une meilleure compréhension du patrimoine.

Officiellement, le premier noyau muséal a été créé en 1988, mais il faut noter qu'« à Mértola, le musée est le village lui-même » (Rafael 2018). Ce premier noyau, la Maison romaine, est situé au sous-sol de l'hôtel de ville, siège du pouvoir local qui a conservé sa fonction publique. On peut y voir muséalisés les structures de la maison et divers objets datant du IIe au IVe siècle de notre ère.

Le lien entre le passé et le présent est donc particulièrement frappant. La muséalisation n'implique pas une utilisation exclusive de l'espace lié au patrimoine et au tourisme, mais une insertion dans la dynamique du village, dans une démarche que l'on peut associer à l'altérité proche[17] (Abreu 2008).

16 Duarte Cândido rapporte que lors d'une de ses visites en 2006, alors que Mértola avait déjà acquis une renommée internationale et suscitait l'intérêt des touristes d'Europe du Nord pour l'achat de maisons d'été, le projet faisait état de l'acquisition et de la restauration de ruines pour en construire des logements sociaux. Cette location à un prix symbolique pour les étudiants ou les personnes à faibles revenus représente une stratégie de développement durable, car ce sont des personnes à faible pouvoir d'achat mais qui consomment toute l'année. Ils ont ainsi évité que toutes les propriétés ne finissent entre les mains de riches touristes qui utilisent les bâtiments comme maisons de vacances et ne soutiennent donc l'économie locale que pendant les courtes saisons d'été.

17 En anthropologie, depuis les années 1970, de nouveaux sujets de recherche sont devenus intéressants, et les anthropologues ne se concentrent plus seulement sur des contextes dans lesquels l'« autre » était géographiquement et culturellement éloigné (et « exotique »), mais aussi sur des sujets et des populations qui leur sont proches (voir l'exemple de l'anthropologie urbaine). Les musées traditionnels ont été créés dans une logique d'altérité radicale, et le visiteur y est en contact avec une culture matérielle produite et utilisée dans des temps et des lieux très éloignés. Une tendance plus contemporaine dans les musées est de rompre avec cela et de lier les collections du musées à des questions contemporains. La muséalisation *in situ*, plutôt que de déterritorialiser les biens à muséaliser dans de nouvelles architectures, contribue à nourrir la relation de proximité entre la vie quotidienne des usagers (touristes ou locaux) et le patrimoine conservé dans les antennes d'un musée, comme c'est le cas ici. À Mértola, la population rencontre presque tout le temps des sites archéologiques muséalisés, ce qui crée une familiarité qui remet en question la notion traditionnelle du musée comme lieu de rencontre avec un « autre » lointain. C'est pourquoi nous pensons que cette expérience est associée à la notion d'altérité proche.

Fig 4. Maison romaine, dans le sous-sol de l'hôtel de ville de Mértola. Il a été le premier noyau à être muséalisé, toujours dans les années 1980.

Source: Photo: Manuelina Duarte Cândido, mars 2019.

Un cas emblématique de cette approche muséale a été la découverte, dans les années 1990, des ruines d'une ancienne *Ermida* du XVIe siècle et d'une nécropole romaine (du Ier au VIIIe siècle de notre ère) dans la zone d'extension de l'école présentée précédemment. Non seulement les fouilles archéologiques ont coexisté avec le fonctionnement de l'école, mais la muséalisation a été intégrée comme un exercice pédagogique pour les étudiants. Cette muséalisation repose sur l'insertion des panneaux informatifs, mais aussi sur des passerelles qui permettent aux visiteurs de faire le tour du chantier de fouilles et le voir de près. Les visiteurs peuvent y observer un squelette exposé *in situ*, ainsi que les cordes délimitant les anciens carrés de fouilles archéologiques. C'est une manière de rappeler que des fouilles ont été entreprises. Toutefois, ces éléments n'ont pas empêché les élèves d'utiliser le site pour leurs jeux et loisirs.

Fig 5. Photo de l'école de Mértola qui propose des formations en muséologie, gestion du patrimoine et tourisme.
Source: Photo: Manuelina Duarte Cândido, 2006.

Un autre exemple notable est le cas de l'hôtel Museu, qui est le plus récent du village. Sa construction a été ponctuée de nombreuses découvertes archéologiques qui ont conduit les architectes à les intégrer dans leurs plans:

> *« La découverte de plusieurs maisons des faubourgs riverains a conduit à l'intégration, dans les structures de l'hôtel lui-même, de l'une des maisons du XIIe siècle de notre ère, marquée par des signes de christianisation dans un contexte clairement islamique des périodes almoravide et almohade. Un ensemble varié d'objets trouvés lors des fouilles est exposé à côté des structures archéologiques. Si, dans un premier phase, les propriétaires de l'entreprise ont regardé avec réticence les inconvénients de l'intégration des vestiges archéologiques, ils ont rapidement compris les valeurs ajoutées de ce projet, ayant désigné l'unité hôtelière comme Hotel Museu »*[18]. (Goméz Martínez, Rafael & Torres 2016: 67, traduction libre)

Fig 6. Sous-sol de l'hôtel Museu.
Source: Photo: Jorge Branco/Câmara Municipal de Mértola.

18 « A descoberta de várias casas do arrabalde ribeirinho levou à integração, nas estruturas do próprio hotel, de uma das casas do século XII d.C. marcada por sinais de cristianização em um contexto claramente islâmico de época almorávida e almóada. Um conjunto variado de objetos encontrados durante as escavações são expostos junto das estruturas arqueológicas. Se, na primeira fase, os donos do empreendimento olharam com reticências para os inconvenientes da integração dos vestígios arqueológicos, rapidamente perceberam as maisvalias deste projeto, tendo designado a unidade hoteleira de Hotel Museu ».

Une fois encore, un travail de muséalisation a eu lieu *in situ*, les ruines étant conservées au sous-sol de l'hôtel, accessible par des escaliers à côté de la réception, mais visible par une sorte d'atrium central depuis le rez-de-chaussée. Ce noyau muséologique devient ainsi accessible 24 heures sur 24, car il est directement relié à la réception de l'hôtel. De plus, l'accès est gratuit, ce qui contribue à la démocratisation du patrimoine et constitue un attrait pour l'hôtel, qui devient unique avec cette valeur ajoutée. En raison de l'impossibilité de mobiliser du personnel pour recevoir les visiteurs dans chacun des quatorze noyaux muséaux, les formes alternatives d'accès aux antennes du musée sont, en fait, fréquentes à Mértola. Cela encourage également un plus grand engagement entre la communauté, le musée et le patrimoine. Par exemple, pour visiter l'ancienne forge, il fallait demander à la voisine, qui était la fille du dernier forgeron, les clés du noyau muséal. Après sa mort, il n'était plus possible aux touristes d'entrer dans l'atelier. Dès lors, un garde-corps cintré a été installée pour permettre aux visiteurs d'observer l'intérieur de la forge sans y entrer.

Les différents exemples mentionnés ci-dessus illustrent bien cette interdisciplinarité constante entre archéologie et muséologie. Le choix d'un tel modèle polynucléaire renvoie à une combinaison de gestion du patrimoine et de réhabilitation urbaine au profit de la population. Il existe donc une véritable complémentarité entre la vie quotidienne des habitants et l'archéologie. Cette dernière a été pensée de manière sociale, en dialogue avec la société contemporaine. C'est ce que certains chercheurs et chercheuses appellent l'archéologie publique[19] (Funari 2013).

Cependant, nous pouvons également percevoir une stratégie consciente derrière ce processus de muséalisation. En effet, cette logique de polynucléarisation avec plusieurs noyaux amène les touristes à prolonger leur séjour, à tester de nouveaux circuits et à générer un sentiment de découverte qui profite à l'économie locale liée à l'hébergement et à la restauration. En 2010, afin de diversifier l'offre pour les visiteurs, six itinéraires thématiques ont également été créés, à savoir: le Centre historique, Musée de Mértola, Période romaine et Antiquité tardive, Période islamique I, Période islamique II et Mine de São Domingo. Chaque itinéraire est conçu pour un ou plusieurs profils de visiteurs spécifiques (Martín Portugués 2018: 58).

Les quelques noyaux décrits ci-dessus sont basés sur une expographie très simple. Il ne s'agit pas d'une coïncidence, mais d'un choix conscient de l'équipe du CAM. L'équipe utilise peu les solutions multimédia, qui ont été délibérément évitées. Plusieurs raisons expliquent cette stratégie : les coûts, les difficultés de maintenance et le fait que ces technologies peuvent rapidement devenir obsolètes. Les solutions scénographiques développées sont donc assez intuitives et axées sur la simplicité, en essayant de toucher facilement le grand public. Par exemple, les découvertes archéologiques sont mises en valeur par des dessins ou des reconstitutions partielles afin que les visiteurs puissent facilement appréhender les objets exposés.

19 Parmi les principaux archéologues liés au CAM avec lesquels nous avons eu un contact direct en 2019, et même lors des précédentes visites de la Prof. Manuelina Duarte, à savoir Cláudio Torres, Susana Gómez Martínez et Virgílio Lopes, le terme « archéologie publique » n'a pas été explicitement mentionné. Apparemment, les approches et les méthodologies appliquées à Mértola que nous pouvons associer à l'archéologie publique y apparaissent de manière plus empiriques (sans faire référence explicite à l'archéologie publique), selon les propres convictions éthiques et politiques du groupe, grâce notamment à l'influence et à l'inspiration du créateur et leader du projet, Cláudio Torres. Progressivement, la gestion du CAM a été transmise à la jeune génération formée par Susana Gómez Martínez et Virgílio Lopes, qui partagent les mêmes principes.

Fig 7. Un exemple de solution expographique développée dans les souterrains de l'église de l'Ascension à Mértola.

Source: Photo: Manuelina Duarte Cândido, mars 2019.

Cependant, il existe des catalogues et divers documents destinés à un public plus exigeant. Curieusement, il faut toutefois souligner l'absence d'une identité visuelle homogène entre les différents noyaux, ce que l'équipe reconnaît comme un obstacle possible à la compréhension de l'ensemble.

Dans ce que les auteurs eux-mêmes appellent un puzzle, le village-musée de Mértola est un processus toujours dynamique et inachevé. L'unité du Museu de Mértola repose en effet sur un ensemble d'éléments tels que les brochures, le site web, les plaques d'identification et les cartes avec les différents itinéraires de visite qui permettent aux touristes de découvrir la richesse de ce territoire et de ses vestiges archéologiques.

À cette offre touristique s'ajoute toujours une attention particulière pour la communauté locale, comme nous pouvons le voir dans l'analyse de Martín Portugués sur les heures d'ouverture des centres muséaux:

> *« Si l'on regarde les heures d'ouverture, elles semblent convenir aux touristes. Toutefois, lors de nos entretiens, il a été confirmé que, pour attirer les résidents au musée, des activités culturelles supplémentaires sont généralement proposées en dehors des heures de travail ou pendant le week-end, comme, par exemple, des concerts et des représentations théâtrales, ou des visites guidées nocturnes du centre historique »*[20]. (Martín Portugués 2018: 63)

De même, malgré les différents changements dans les politiques de prix d'entrée aux centres muséaux également analysés par l'auteure, elle affirme qu'il y a toujours eu un système d'entrée gratuite pour les résidents de Mértola.

En outre, à Mértola, le patrimoine archéologique n'est pas seulement perçu comme un objet scientifique, mais comme une ressource qui appartient à la communauté locale. Il s'agit donc de développer une archéologie publique qui ne soit pas uniquement destinée aux scientifiques, mais qui soit au service de la société et de ses besoins. Nous pouvons faire ici un parallèle avec la muséologie publique prônée par Mario Moutinho (2017), ou nous demander: si la muséologie n'est pas publique, que sera-t-elle?

L'intégration des différents aspects du patrimoine correspond non seulement aux avancées dans le monde de la muséologie (Desvallées 1992), notamment suite à l'influence de la Déclaration de Santiago et de la notion de musée intégré, mais sert également à souligner la nature inclusive de l'expérience de Mértola. Même les cultures ou les thèmes qui ont laissé moins de traces archéologiques sont mis en valeur dans le village-musée à travers une logique immatérielle. Par exemple, l'existence d'une petite collection de hochets en os, datant des XIe et XIIe siècles, a inspiré la création

20 « Si consultamos el horario, parece adecuado al turista. No obstante, en nuestras entrevistas realizadas, se nos confirmó que, con el ánimo de atraer al museo a los residentes, las actividades culturales extras, se suelen ofrecer en horario extralaboral o durante los fines de semana, como, por ejemplo, los conciertos e interpretaciones teatrales, o las rutas nocturnas guiadas por el Conjunto Histórico ».

d'une antenne entière consacrée à l'activité de tissage. Les fuseaux sont là pour attester de la permanence et de la présence ancienne de cette activité, mais l'accent est mis sur un patrimoine immatériel menacé de disparition, c'est-à-dire le savoir-faire des tisserandes.

Fig 8. Atelier de tissage à Mértola.
Source: Photo: Estelle Collineau, mars 2019.

En créant cette antenne qui présente ce savoir-faire par le biais d'objets et d'éléments expographiques, mais aussi par la présence active des tisserandes, ce noyau muséal présente au public une dynamique impliquant la préservation de cette culture matérielle et de ce savoir-faire local. Elle représente également pour les artisanes leur subsistance. Le musée perpétue ainsi un savoir-faire ancestral, tout en versant un petit salaire aux tisserandes pour qu'elles soient présentes et parlent de leur travail au public. Les productions sont vendues sur place. L'interaction avec le public, mais aussi avec la population locale, est palpable et fait écho à cette approche profonde du développement d'un patrimoine public.

Conclusion: les défis d'une expérience muséale

En tant que « village-musée », Mértola offre aux visiteurs et aux chercheurs une approche qui lie l'archéologie et la muséologie au profit de la population locale. L'une des singularités de ce projet réside dans son engagement. À l'origine, le développement de ce projet s'inscrivait dans la recherche d'une solution à un problème local, à savoir le processus de dépeuplement auquel Mértola était confrontée. Les initiateurs du projet souhaitaient proposer une approche alternative de développement, qui soit durable et s'appuie sur le patrimoine local en tant que ressource aux mains des populations locales. Cette logique du développement durable se traduit également

par la promotion d'un tourisme durable qui respecte le patrimoine et préserve l'authenticité de Mértola. Il reste toutefois difficile de mesurer les impacts réels (positifs ou négatifs) que le projet mené par le CAM a eu sur l'avenir de cette petite ville. En fait, il semble que le mouvement de dépeuplement n'ait pas été complètement stoppé ces dernières années (comme le montrent les chiffres cités ci-dessus). Ainsi, ce projet muséal et archéologique, aussi stimulant soit-il dans ses idées et ses ambitions, doit être interrogé à la lumière des réalités actuelles.

En outre, parce que l'idée de processus implique une reformulation constante du projet muséal, le modèle polynucléaire développé à Mértola est confronté à de nombreux défis et difficultés. Le premier problème est la relation entre le CAM et les pouvoirs publics. Bien que le projet soit né à l'origine d'une collaboration efficace entre les archéologues et les autorités publiques, son histoire a également été marquée par des conflits résultant d'intérêts divergents entre le CAM et la municipalité. L'exemple le plus significatif concerne le projet de reconnaissance comme site du patrimoine mondial de l'UNESCO, introduit par la municipalité. Si cette dernière y voit une opportunité d'attirer de nouveaux touristes et de dynamiser l'activité économique du village, le CAM se méfie du projet et craint qu'un afflux massif de touristes n'altère l'authenticité de Mértola. Cela pose la question de l'implication réelle de la population locale dans le projet. Y a-t-il une consultation et une collaboration avec les habitants de Mértola autre que par le biais des autorités publiques? Comment se positionnent-ils par rapport au projet de développement proposé par le CAM ? Ces questions mériteraient certainement d'être approfondies. Lors de notre visite, nous n'avons malheureusement pas eu l'occasion d'interroger les habitants de Mértola ainsi que les représentants de la municipalité et nous ne pouvons donc guère apporter de réponses.

Ces questions renvoient à un problème plus vaste, celui de la pérennisation du projet dans le temps, d'autant que Mértola se trouve à un tournant de son histoire. Les personnalités qui ont dirigé le projet depuis sa création vont bientôt céder la place à une nouvelle génération qui pourrait bien donner une nouvelle orientation au projet. C'est un défi qui n'est pas spécifique à Mértola, mais à d'autres expériences muséales[21], somme les écomusées, qui reposent souvent sur la préservation d'un patrimoine fragile (parfois un savoir-faire immatériel, comme dans l'atelier de tissage à Mértola) qui se transmet de génération en génération.

Le défi de la transmission intergénérationnelle est toujours posé à Mértola. Des initiatives visant à diffuser le travail du CAM et du musée sont menées notamment dans les écoles. Plus systématiquement, les deux institutions sont associées dans l'organisation d'activités pédagogiques basées sur le patrimoine archéologique local pour les 1ère et 2ème années du 1er cycle (enseignement primaire).

Cependant, avec un regard autocritique sur leurs pratiques, les équipes du CAM et du musée de Mértola sont insatisfaites du pouvoir limité de leurs actions. Dans une communication personnelle du 6 novembre 2022, Lígia Rafael déclare:

> *« Mértola est un territoire qui souffre de dépeuplement et dont la population est très vieillissante, ce qui a des implications évidentes sur l'activité collective, qu'il s'agisse d'intervention civique ou même politique et culturelle. Le CAM est une association dont le champ d'action est très spécifique et est souvent mal compris par la population comme étant d'un autre niveau culturel, non accessible à tous. Malgré les activités menées auprès des enfants et des jeunes, la participation à l'archéologie et aux autres actions est faible.*

21 Nombre de ces expériences sont décrites dans la bibliographie. Nous avons rassemblé ici quelques titres, dans une liste non exhaustive qui peuvent aider le lecteur intéressé à les connaître : Soares (2022); Gouveia, Chagas, Duarte Cândido & Schoeni (2022); Fassin (2022); Hauenschild (2022); Navajas Corral (2022); Geert & Viau-Courville (2022); Duarte Cândido & Pappalardo (2022); Duarte Cândido (2003, 2016, 2018, 2021a, 2021b); Roland-Villemot (2020); Duarte Cândido, Cornelis & Nzoyihera (2019); Andrade, Mellado, Rueda & Villar (2018); Varine (2017); Lucas (2012); Mayrand (2009); Chaumier (2003); Balerdi (2002); Mairesse (2000); Debary (2000).

> *Cette situation ne se produit pas seulement avec ces groupes d'âge, car elle ne se limite pas aux actions du CAM, elle se produit avec tous les groupes d'âge et dans de nombreuses activités menées par l'autorité locale et d'autres agents locaux, où la participation est résiduelle et la fréquence est toujours celle des mêmes personnes ou groupes. (...) Actuellement, la population semble distante et peu intéressée aux questions liées à la principale attraction de ce territoire: le patrimoine culturel et naturel. Il est urgent de comprendre pourquoi ».* (traduction libre)

Les campagnes archéologiques avec la participation de volontaires sur tout le territoire urbain et rural du village ont toujours été des facteurs d'attraction et de diffusion du patrimoine archéologique. Actuellement, elles accueillent de jeunes étudiants étrangers par le biais d'accords Erasmus, mais elles essaient également d'encourager la participation volontaire de la population locale, même si l'ampleur n'est pas aussi grande que souhaitée. L'ampleur de cette participation locale est un aspect central qui peut beaucoup contribuer à la continuité de l'initiative. C'est le cas de Lígia Rafael elle-même, dont la première rencontre avec le CAM remonte à son enfance, lorsqu'elle participait aux activités des campagnes archéologiques.

D'un point de vue externe, nous considérons que la résilience du projet est également soutenue par son attractivité internationale, notamment dans le domaine de la recherche (comme en témoignent les nombreux événements scientifiques organisés à Mértola, au Portugal et à l'étranger, notamment en Afrique du Nord), et par la reconnaissance entre pairs, qui se traduit par un certain soutien, même symbolique, du monde académique et muséal. Ce petit village attire des événements nationaux et internationaux, comme les réunions d'automne de l'ICOM Portugal, qui se sont tenues en novembre 2022 dans la ville. Mértola continue également d'attirer des chercheurs du monde entier, notamment dans le domaine de l'archéologie, mais aussi de la muséologie. En 2022, l'Université de Liège, par exemple, a envoyé une stagiaire qui a effectué un travail intensif pendant près de deux mois, notamment auprès du public étranger.

La ville a organisé onze éditions du Festival Islamique, un événement qui attire un flux considérable de touristes et qui était inimaginable dans les années 1970, lorsque la ville était en voie d'abandon. Mais il y a clairement un désaccord avec la municipalité sur l'opportunité d'utiliser le patrimoine comme point d'ancrage du développement local. Par exemple, le personnel du CAM et du musée soulignent que l'afflux massif de touristes (option qui semble être privilégiée par les autorités municipales) ne se traduit pas par une fixation de la population.

Les récompenses successives de Cláudio Torres permettent une certaine visibilité dans les médias, et la reconnaissance de sa centralité dans le projet culmine, en septembre 2022, avec le nouveau nom du musée, approuvé par le gouvernement municipal: Museu de Mértola – Cláudio Torres. D'autres défis majeurs sont la personnalisation du projet, dont la poursuite nécessite une appropriation collective, et le fait que la répercussion du projet semble souvent plus forte à l'échelle internationale que locale.

Il existe donc un grand paradoxe dans le sens où l'originalité des projets tels que celui développé à Mértola, et leur ambition d'atteindre un développement durable, s'allient à une fragilité qui remet constamment en question leur durabilité. L'enjeu de ces expériences originales consiste à sensibiliser les nouvelles générations afin qu'elles puissent maintenir l'élan des projets mis en œuvre et, reconnaissant que les conditions qui ont permis à l'initiative de réussir pendant 45 ans ne sont plus les mêmes – en raison de profondes transformations sociales, politiques et économiques –, qu'elles puissent refonder leurs pratiques afin qu'elles correspondent davantage au contexte contemporain.

BRIAMONT, T.; COLLINEAU, E.; LEYSTEN, B.; DUARTE CÂNDIDO, M.C. Mértola: vila-museu e campo arqueológico. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 170-187, 2022.

Resumo: em abril de 2019, os estudantes do Mestrado em Museologia da Universidade de Liège (Bélgica) tiveram a oportunidade de visitar Mértola. Situada no sul de Portugal, esta pequena cidade é herdeira de um rico patrimônio valorizado desde 1978 pelo "Campo Arqueológico de Mértola". Com base nas observações feitas durante esta viagem, este artigo analisa os aspectos inovadores e os desafios desta singular experiência de musealização arqueológica. O primeiro eixo de análise centra-se no conceito de "desenvolvimento sustentável" que está no cerne do projeto desenvolvido em Mértola. De fato, este projeto se articula em torno de uma forma alternativa de desenvolvimento baseada na riqueza do patrimônio local, enquanto a região está ameaçada pelo despovoamento. Além disso, face aos perigos inerentes ao turismo de massas, Mértola propõe como alternativa um turismo cultural e rural que devolve à comunidade local o benefício dos seus esforços na preservação do patrimônio. Um segundo aspecto desenvolvido nesta contribuição é a integração dos espaços dos museus arqueológicos na vida quotidiana da população local. Como uma verdadeira cidade-museu, Mértola propõe uma concepção particular da Arqueologia que, como ciência aberta, não deve ser somente prerrogativa de especialistas, mas também colocar-se ao serviço da sociedade. Finalmente, a experiência singular e inovadora proposta em Mértola leva-nos a questionar a nossa concepção do museu e o seu papel na nossa sociedade.

Palavras-chave: Mértola; Arqueologia pública; Museologia; Desenvolvimento sustentável; Turismo.

BRIAMONT, T.; COLLINEAU, E.; LEYSTEN, B.; DUARTE CÂNDIDO, M.C. Mértola: museum-town and archaeological field. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 170-187, 2022.

Abstract: in April 2019, the students of the Master in Museology at the University of Liège (Belgium) had the opportunity to visit Mértola. Located in southern Portugal, this small town is characterized by a rich heritage valued thanks to the "Mértola's Archaeological Field" since 1978. Based on the observations made during this trip, this article analyses the innovative aspects and the challenges of this singular experience of archaeological musealization. The first axis of analysis focuses on the concept of "sustainable development" that is at the heart of the project conducted in Mértola. As a matter of fact, this project is articulated around an alternative form of development based on the richness of local heritage, while the region is suffering depopulation. Furthermore, facing the risks related with to mass tourism, Mértola proposes a cultural and rural tourism as an alternative, giving back to the local community the benefit of their efforts in preserving the heritage. A second aspect developed in this contribution is the integration of the archaeological museum spaces into the daily life of the local population. As a true museum-village, Mértola proposes a particular conception of Archaeology which, as an open science, should not only be a prerogative for specialists, but should also put itself at the service of society. In conclusion, the singular and innovative experience proposed in Mértola leads us to question our conception of museum and its role in our society.

Keywords: Mértola; Public Archaeology; Museology; Sustainable development; Tourism.

Références

Abreu, R. 2008. Tal antropologia qual museu? *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 7: 121-143.

Andrade, P.; Mellado, L.; Rueda, H. & Villar, G. 2018. *El Museo Mestizo: fundamentación museológica para cambio de guion*. Museo Histórico Nacional: Santiago.

Balerdi, I.D. 2002. ¿Qué fue de la nueva museología? el caso de Québec. *Artigrama*, 17: 493-516.

Briamont, Thomas. 2019. *Muséographie: étude de cas. Rapport du voyage au Portugal (mars 2019)*, inédit, ULiège, rapport de stage, année académique 2018-2019.

Chaumier, S. 2003. *Des Musées en quête d'identité: écomusées versus technomusées*. L'Harmattan: Paris.

Coelho, A.P. 2012. Cláudio Torres e Mértola. *Público*. Disponible sur: https://www.publico.pt/2012/04/21/jornal/claudio-torres-e-mertola-24369213. Consulté le 15 octobre 2019.

Collineau, Estelle. 2019. *Compte-rendu de voyage. Le cas du Portugal*, inédit, ULiège, rapport de stage, année académique 2018-2019.

Desvallées, A. 1992. *Vagues*: *une anthologie de la nouvelle muséologie*. Éditions W: Paris, Volume 1.

Debary, O. 2000. L'écomusée est mort, vive le musée. *Publics & Musées,* 17-18: 71-82.

Desvallées, A.; Mairesse, F. (Eds.). 2013. *Conceitos-chave de museologia*. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura: São Paulo.

Duarte Cândido, M.M. 2021a. Mértola, Vila Museu e Campo Arqueológico: quatro décadas de musealização de olho na sustentabilidade. In: Campos, J.B.; Rodrigues, M.H.D.S.G.; Ladwig, N.I.; Funari, P.P.A.; Oosterbeek, L. (Orgs.). *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: arqueologia e o turismo sustentável*. EdiUnesc: Criciúma, Volume 4, 314-346.

Duarte Cândido, M.M. 2021b. La Muséologie sociale: expériences brésiliennes. In: Gob, A.; Drouguet, N. *La Muséologie: histoire, développements, enjeux actuels*. Armand Colin: Paris, 316-319.

Duarte Cândido, M.M. 2018. Apontamentos sobre a responsabilidade social dos museus: ecomuseus e museus comunitários. In: Vilela, S.E. (Org.); Pires, M.(Dir.). *O museu e seus saberes*. Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (SEDUCE): Goiânia, 49-60.

Duarte Cândido, M.M. 2003. Ondas do pensamento museológico brasileiro. *Cadernos de Sociomuseologia*, 20: 1-259.

Duarte Cândido, M.M. 2016. O desafio de musealizar a paisagem cultural. *Revista Museu*. Disponible sur: http://www.revistamuseu.com.br/site/index.php/br/artigos/18-de-maio/242-o-desafio-de-musealizar-a-paisagem-cultural. Consulté le 13 juillet 2021.

Duarte Cândido, M.M.; Cornelis, M.; Nzoyihera, É. 2019. Les Muséologies insurgées: un avenir possible pour une tradition épistémologique. In: Smeds, K. (Ed.). *The Future of Tradition in Museology: materials for a discussion*. ICOFOM; ICOM: Paris, 50-54.

Duarte Cândido, M.M.; Pappalardo, G. (Eds.). 2022. *Babel Tower: m*useum *p*eople in *d*ialogue. ICOFOM: Paris.

Fassin, M. 2022. *L'Écomusée en fédération Wallonie-Bruxelles: analyse et contribution à la recherche*. Dissertação de Mestrado. Université de Liège, Liège, Belgique.

Funari, P.P.A. 2013. L'Archéologie brésilienne au cours des vingt dernières années. *Perspective*, 2: 262-287.

Gob, A.; Drouguet, N. 2014. *La Muséologie: histoire, développements, enjeux actuels*. Armand Colin: Paris.

Goméz-Martínez, S. 2017. Mértola, Vila Museu: un proyecto cultural de desarrollo. In: Gil, V.D.; Osuna, A.B.R.; Torres, M.D. (Eds.; Coord.). *Rescate: del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: el patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible*. Editorial Universidad de Córdoba: Córdoba, Tomo I, 269-286.

Goméz-Martínez, S.; Rafael, L.; Torres, C. 2016. Mértola Vila Museu: um projeto arqueológico de desenvolvimento integrado. *Revista de Arqueologia Pública*, 10: 55-80.

Gouveia, I.; Chagas, M.; Duarte Cândido, M.M.; Schoeni, D. (Orgs.). 2022. La muséologie sociale. *Les Cahiers de muséologie*, 2 : 1-228.

Hauenschild, A. 2022. *Claims and reality of new museology: case studies in Canada, the United States and Mexico*. Edições Universitárias Losófonas: Lisboa.

Leysten, Benoît. 2019. *Muséographie: étude de cas. Portugal 2019*, inédit, ULiège, rapport de stage, année académique 2018-2019.

Lucas, R. 2012. *L'Invention de l'écomusée:genèse du parc d'Armorique (1957-1997)*. Presses Universitaires de Rennes: Rennes.

Mairesse, F. 2000. La Belle histoire, aux origines de la nouvelle muséologie. *Publics et Musées*, 17-18, 33-55.

Martín-Portugués, I. 2018. Mértola Vila Museu: modelo rural de difusión del patrimonio cultural. *Cuaderno de Investigación Urbanística,* 117, 1-80.

Mayrand, P. 2009. *Parole de Jonas: essais de terminologie de la muséologie sociale. augmentés des chroniques d'un altermuséologue*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa.

Moutinho, M. 2017. Editorial. *Cadernos de Sociomuseologia*, 54, 1.

Corral, N.O. 2022. Société, musées et réappropriation sociale comme « utopie »: modèles de musées de société en Espagne. *Culture & Musées*, 39, 109-134.

Rafael, L. 2019. Os museus, a valorização patrimonial e o turismo: o caso do Museu de Mértola. *Arrayollos – Revista de Cultura do Município de Arraiolos*, 1, 261-273.

Rafael, L. 2018. Museus, turismo e desenvolvimento local o caso do Museu de Mértola. *Revista de Museus* (Direção-Geral do Património Cultural), 1, 150-165.

Rolland-Villemot, B. 2020. L'Écomusée, une nouvelle forme de muséologie à l'international?. *e-Phaïstos*, 8, 1-13.

Soares, B.B. 2022. Du Musée intégral au musée social: l'épistémologie politique de la muséologie sociale au Brésil. *Culture & Musées*, 39,85-108.

Torres, C. 2016a. A Vila Museu e a Arqueologia. In: Palma, M.D.F.; Rodrigues, C. (Coords.). *Mértola: da escavação ao Museu*. Campo Arqueológico de Mértola: Mértola, 21-28.

Geert, F.; Viau-Courville, M. 2022. Introduction: pour une mise en perspective internationale des musées de société. *Culture & Musées*, 39 ,11-26.

Varine, H.D. 2017. *L'Écomusée singulier et pluriel: un témoignage sur cinquante ans de muséologie communautaire dans le monde*. L'Harmattan: Paris.

Arqueologia e o Museu Nacional: os primeiros cem anos

*Roberto da Silva Ribeiro**

RIBEIRO, Roberto da Silva. Arqueologia e o Museu Nacional: os primeiros cem anos. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 188-205 , 2022.

Resumo: A ideia que se faz das pesquisas arqueológicas no Brasil no século XIX ainda não é clara. O objetivo deste artigo é fazer um levantamento da atividade arqueológica no Brasil e sua relação com as instituições museológicas, sobretudo o Museu Nacional em seus primeiros cem anos, centrando a investigação no período do reinado de D. Pedro II, quando a arqueologia brasileira tem seu primeiro florescimento e alguns dos museus ainda hoje existentes têm sua origem. Podemos dividir os cem primeiros anos da nossa arqueologia em três períodos: um período formativo; uma segunda fase, mais científica e com missões estrangeiras; e uma terceira fase, centrada no Museu Nacional e que termina com a República.

Palavras chaves: Arqueologia; História da ciência; Arqueologia brasileira; Museus brasileiros; Ciência no Brasil.

Introdução

Aqueles que se dedicaram ao labor arqueológico no Brasil no seu princípio não estavam em nada atrasados em relação a pesquisadores de outros países. Não havia uma arqueologia científica *stricto sensu* no país por não haver ainda uma arqueologia científica autônoma em lugar nenhum. Numa época em que ainda era aceitável comprar no Egito relíquias de ladrões de tumbas e Schliemann ainda não havia começado a escavar Tróia, pesquisadores no Brasil já tinham noção da importância da estratigrafia, da necessidade do registro das pesquisas em campo e da conservação dos sítios.

Ainda há autores como Gomes (2020: 6) que opinam que as explicações propostas por esses pesquisadores são, "em sua maior parte[,] difusionistas e fantasiosas, cujas origens foram sempre buscadas no exterior". Porém, como diz Trigger (2004: 66-68), isso era comum nas pesquisas europeias e norte-americanas. Ardovasio e Page (2011: 242-245) desconhecem a contribuição brasileira para a arqueologia da América do Sul e citam sobre as pesquisas paleoantropológicas do século XIX no subcontinente apenas o argentino Amenghino, a quem classificam de "maluco". Há vozes discordantes, como Prous (1989: 7), que reconhece a relevância do trabalho arqueológico dos brasileiros no século XIX, enquanto outros, como Bittencourt (2012: 53-75),

* Professor doutor pela Universidade Federal de Pernambuco; professor da Universidade Estadual da Paraíba; mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

embora reconhecendo méritos em nossos pesquisadores, preferem destacar suas falhas metodológicas e interpretativas.

Se alguns eram amadores, muitos eram cientistas em suas áreas. Alguns se filiavam a áreas de estudo extintas, como a história natural e a corografia, ou a áreas ainda hoje ligadas à arqueologia, como história e filologia. Assim, seus métodos já eram científicos. Não tinham metodologias perfeitas, mas estavam alinhados com pesquisadores do exterior, como Agassis, Hartt e Lund, o que é visto por autores como Ferreira (2014) como uma característica de inserção no contexto de práticas colonialistas e periféricas.

A ideia da ligação entre a arqueologia e a museologia já estava presente e eles procuravam se filiar a instituições museológicas e a divulgar seus estudos, no limite dos recursos disponíveis, não só entre os pares, mas também para a população leiga.

O objetivo deste artigo é fazer um levantamento da atividade arqueológica no Brasil e sua relação com as instituições museológicas em seus primeiros cem anos, centrando a investigação no reinado de D. Pedro II, quando a arqueologia brasileira tem seu primeiro florescimento e alguns dos museus ainda hoje existentes têm sua origem. Não nos deteremos no estudo da contribuição de cada um desses pioneiros em particular porque não seria possível fazer de outra maneira ao tratar um período tão longo. Este trabalho pretende tanto dar uma visão de conjunto dos fatos quanto oferecer uma referência rápida aos pesquisadores da área, já que há poucos trabalhos sobre o assunto.

Procuramos contemplar o maior número de pesquisadores para afastar a ideia de que a atividade arqueológica e museológica no Brasil Império era obra de poucos indivíduos agindo esporadicamente. Porém, não pretendemos esgotar o assunto, pois alguns estudos e estudiosos podem não ter sido devidamente contemplados. Dezenas publicaram pequenos ensaios ou fizeram descobertas fortuitas, como ainda acontece atualmente. Centramos nossos esforços em ter uma ideia geral do que repercutia na *comunidade científica* de então.

O início dos estudos

Provavelmente, o primeiro a analisar sistematicamente restos materiais do nosso passado tenha sido Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800). No final do século XVIII, ele pesquisou sambaquis, ou ostreiras, tema de arqueologia brasileira que são objetos de estudo até hoje, tendo publicado seus resultados nas suas *Memórias para a capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo* em 1797.

Frei Gaspar nasceu e viveu a maior parte da sua vida no litoral paulista, tendo sólida formação humanista, como destaca Kobelinski (2011), tendo-se doutorado em Filosofia e História em 1749. Ao voltar sua atenção para os sambaquis, reconheceu neles uma construção antrópica e não um mero acúmulo natural de conchas, porque "nelas acham-se machados (os dos índios eram de seixo muito rijo), pedaços de panelas e ossos de defuntos" (Madre de Deus, 1797: 20). A Bíblia diz que as primeiras ferramentas eram feitas de metal desde os tempos de Tubalcaim, já na sétima geração depois de Adão (Gênesis 4,22). Perfilhar que houve uma época em que instrumentos de metal não existiam e que houve uma "idade da pedra" foi um longo processo, novidade até mesmo na Europa (Trigger 2004). Reconhecer machados de pedra polida em sambaquis como tais e não como "pedras de raio" ou obras do acaso mostra que o frei estava em sintonia com os conhecimentos de seu tempo. Embora não fosse naturalista, Frei Gaspar fez levantamento das espécies de conchas presentes nos sambaquis que visitou, o que indica tendência à valorização do contexto.

Há no trabalho dele dois elementos essenciais da investigação arqueológica. Primeiro, o empirismo, ou seja, a observação direta dos fatos com uma disposição para construção de uma teoria livre de dogmas. Segundo, o conhecimento das teorias em voga através das publicações da Academia Real de Lisboa, da qual era membro correspondente. A maior falha do trabalho de Frei Gaspar foi a curadoria do material recolhido (ignora-se que destino tiveram as peças estudadas por ele),

essenciais para o trabalho científico moderno. Faltou uma ligação com a comunidade científica e com uma instituição museológica.

Talvez, a primazia da arqueologia brasileira devesse então pertencer a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo (1774-1847), pela expedição à Ilha do Negro Morto em 1838.

Segundo o *Correio Official do Império* de 12 de novembro de 1838, o diplomata José Silvestre Rebello, que servira nos Estados Unidos, publicou em *Transações philosophicas de Philadelphia* (obra que não conseguimos localizar) que um marinheiro americano teria levado alguns ossos "antediluvianos" do Brasil para a Filadélfia. Essa publicação fez com que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional convidasse o Visconde de São Leopoldo, então ligado ao Museu Nacional[1], a ir ao litoral paulista verificar *in loco* se eram ossadas de gigantes. O Visconde, que tinha formação em Direito e cuja única credencial seria ter nascido em Santos e conhecer a região, aceitou o encargo, dirigindo-se à Ilha dos Mortos ou do Negro Morto, onde havia um sambaqui. O magistrado fez escavações e achou ossos humanos em meio às conchas. Encontrou "pedras talhadas em forma de cunha", que imaginou servirem para arrancar ostras, "e talvez outros usos da vida". O visconde supôs que os sambaquieiros tivessem vindo do sul, da Patagônia ou dos Pampas. As "cunhas de pedra" achadas foram remetidas ao Museu Nacional e os resultados divulgados pelos meios disponíveis na época (Archeologia 1838: 2-3).

Assim, temos na escavação do Visconde quase todos os elementos da pesquisa arqueológica moderna, desde o levantamento prévio de informações à musealização do material recolhido, inclusive com a divulgação dos resultados. Faltaram cuidados com a estratigrafia e o contexto, bem como a análise laboratorial. Porém, em lugar nenhum do mundo no século XIX o método arqueológico estava consolidado, não havendo protocolos de pesquisa universalmente aceitos. Se ainda tivéssemos o acervo do Museu Nacional[2], as peças coletadas pelo Visconde poderiam ser examinadas por métodos modernos.

O azar do trabalho do Visconde de São Leopoldo parece ter sido o de outros pesquisadores brasileiros de seu tempo: sua ligação com a atividade política. Nos primeiros anos da República, seus adversários e os opositores da monarquia sempre tentaram obscurecer o valor das pesquisas de homens ligados ao imperador. Também é de se levar em conta que Fernandes Pinheiro, apesar de culto, não era um naturalista, e, naquela época, o estudo dos sambaquis era tido como atinente às ciências da natureza e não às humanidades. Assim, os relatórios do visconde foram vistos como secundários pelos estudiosos da época.

Se quisermos dar a primazia da arqueologia brasileira ao primeiro que teve um diploma na área, o primeiro brasileiro a estudar formalmente a matéria foi Antonio Baptista da Rocha, que fez seu curso de arqueologia em Roma na década de 1840, tendo trabalhado no Templo de Júpiter Stator (Noticias diversas 1850: 293). Não se conhece nenhum trabalho seu em arqueologia brasileira, não só pela formação em arqueologia clássica, como por ele ter morrido ainda jovem, pouco depois de voltar ao Brasil. Sua influência se restringe à criação da cadeira de Arqueologia e História da Arte na Academia Nacional de Belas Artes em 1855.

O início falhado da arqueologia no IHGB

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 1838 pelo Visconde de São Leopoldo, o qual foi seu presidente até sua morte.

Segundo Langer (2001: 36), somente por influência de Varnhagen, o instituto teria se interessado por estudos arqueológicos especialmente dos sambaquis. O corógrafo

1 Atual Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ).

2 O Museu Nacional foi destruído por um incêndio em setembro de 2018, tendo-se perdido grande parte do acervo. O que foi salvo dele ainda não estava disponível para pesquisa na data da publicação deste artigo.

Conde de La Hure teria sido o primeiro a apresentar um trabalho sobre o tema arqueológico ao Instituto, uma carta-relatório de 1864. Essa afirmação é questionável, não só porque o próprio Visconde de São Leopoldo havia, no mesmo ano da fundação do Instituto, feito seu estudo sobre os sambaquis, como também a instituição endossou a famigerada busca pela cidade perdida de Sincorá no sertão da Bahia no ano seguinte. O próprio Langer (2002) faz um precioso estudo da expedição, chefiada pelo Cônego Benigno e financiada pelo Instituto, em busca de Sincorá. A expedição teve o apoio do recém-coroado D. Pedro II e recebeu recursos públicos em 1841. Foi o fiasco da expedição a Sincorá que afastou o IHGB da arqueologia até a data aventada por Langer.

Como diz Ferreira (2006: 272), em 1839, o IHGB "publicou, no volume inaugural de sua Revista, um manuscrito setecentista que descrevia, sem coordenadas geográficas precisas, uma cidade abandonada nas matas do Sincorá, sertão da Bahia", texto hoje conhecido como *Documento 512*. O Cônego Benigno, José de Carvalho e Cunha (1789-1849), empreendeu uma expedição em busca da suposta cidade perdida. As idas e vindas da expedição e seus fracassos foram divulgados pela imprensa, que criticou a expedição como gasto inútil do dinheiro público (Langer 2002).

A expedição a Sincorá malogra depois de anos de buscas infrutíferas e, como afirma Ferreira (2006: 273), o IHGB sofreu pesadas críticas à expedição do Cônego, o que o obrigou a tomar uma atitude defensiva em relação à arqueologia. Essa experiência foi ridicularizada por todo o século XIX e começo do século XX. Não é estranho que, enquanto foi presidido pelo Visconde de São Leopoldo, o IHGB tenha se furtado a apoiar trabalhos arqueológicos.

Mesmo assim, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Visconde de Porto Seguro e ligado ao IHGB, começou a estudar os sambaquis de Cubatão em 1840, encontrando crânios e ossos humanos, o que mostra que os membros do Instituto não estavam desinteressados no assunto. Varnhagen só admitiu em 1849 a origem antrópica dos sambaquis, coisa que Frei Gaspar e São Leopoldo já havia feito (Lager, 2001).

Peter Lund

O malogro da busca pela cidade perdida de Sincorá esfriou os ânimos da arqueologia brasileira, que teria sido abandonada não fosse o afluxo de viajantes estrangeiros nas décadas seguintes. Estes trouxeram a ideia da arqueologia como ciência natural, adaptando métodos da geologia para o estudo dos sítios arqueológicos. Até então, as pessoas interessadas pelo passado do Brasil e que faziam pesquisas de campo não tinham nenhuma formação científica, sendo, em geral, padres e advogados. Sem dúvida, o primeiro destes viajantes a ser lembrado é Peter Lund (1801-1880).

Embora seu trabalho estivesse voltado quase completamente para a paleontologia, Peter Lund é tido como o fundador da arqueologia brasileira por ter descrito os restos do "homem da Lagoa Santa". Provavelmente é ainda a questão política que contribuiu para essa atribuição de pioneirismo a Lund. Por ser estrangeiro e não estar ligado à Monarquia como Pinheiro e Varnhagen, ele rapidamente se tornou incontestável entre os historiadores da arqueologia já no século XIX.

Segundo Paiva (2013: 279-280), é quase impossível escrever um texto original sobre a vida de Lund porque muitos autores se debruçaram sobre o assunto. Formado em medicina em 1824, Lund faz sua primeira viagem ao Brasil em 1825, permanecendo no país até 1829, quando participou de excursões pela província do Rio de Janeiro nas quais recolhe material que é enviado ao Museu Natural da Dinamarca. Retorna à Europa para concluir o doutorado, tendo feito cursos com Georges Cuvier em Paris. Em 1833, volta ao Brasil, fazendo várias expedições até 1845 (Holten & Sterll 2011). Em 1834, fixou residência em Lagoa Santa, onde começou suas investigações sobre fósseis da região. Trabalhando no Brasil, ajudou a lançar

dúvidas sobre a teoria do dilúvio bíblico e a levar as origens da humanidade para tempos remotos, como pretendido por Darwin (Faria; 2008: 139-156).

Em 1839, Lund tornou-se membro honorário do IHGB, com o qual mantinha correspondência (Paiva 2013: 283), demonstrando novamente que o Instituto não estava alheio à pesquisa arqueológica no período.

Lund encontrou ossadas humanas fossilizadas nas cavernas de Lagoa Santa por volta de 1840, publicando em 1841 sua descoberta em *Quarta memória sobre a fauna das cavernas*. A forma como ele trabalhou os restos humanos estavam mais próximos da "paleontologia humana" que da arqueologia (Faria 2008: 147). Lund não estava preocupado com a cultura arqueológica, mas com a posição do homem no registro fóssil. Em 1845, encerrou seus trabalhos e se abstém de pesquisar, embora continue a viver em Lagoa Santa até o fim da vida (Paiva, 2013: 287).

Por sua formação e prestígio, Lund causava grande impressão no imaginário brasileiro da época. Em 23 de fevereiro de 1842, *O Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, atribuiu a Peter Lund a descoberta de uma vila irlandesa na Bahia, com lajes gravadas em caracteres rúnicos e uma estátua de Thor armado com seu martelo (Archeologia Brasileira 1842: 2). Apesar de ser uma afirmação sem base científica, provavelmente eco da busca de Sincorá, mostra como naquele tempo o prestígio de Lund como arqueólogo já era quase folclórico. Ainda em 1850, Senna Freitas (1850: 362-363) o citou como esperança para que se prove que as Américas foram colonizadas por nórdicos antes de Colombo.

A primeira fase do Museu Nacional

Criado por D. João VI, em 6 de junho de 1818, o Museu Nacional foi um gabinete de curiosidades apresentando em acervo objetos como uma cabeça de porco deformada, um gato de duas cabeças empalhado e um galo de pernas tortas (Communicado 1849: 2). Porém, como nota Chaves (2018: 127-128), isso não era diferente do que acontecia em outros museus da época.

A arqueologia no Museu Nacional se inicia com a aquisição da coleção egípcia em 1826, primeiro como empréstimo e depois como compra. O jornalista Basílio Ferreira Goulart criticou a aquisição, defendendo que valorizar o passado indígena nacional era mais importante que o colecionismo de peças estrangeiras. Havia espaço é claro para as duas coisas. Em 1841, o almanaque português *Universo Pittoresco* diz que no Museu Nacional do Rio de Janeiro havia "mumias indianas extraidas d'algumas sepulturas e assaz notáveis pelo bom estado de conservação" (Campo de Sta. Anna e o Museu Nacional 1841: 375), durante anos, porém, o acervo de antiguidades, brasileiras ou estrangeiras, do Museu Nacional ficou sem estudos (Chaves 2018: 129-132). Somente no período final da direção de Frei Custódio Alves Serrão (entre 1828 e 1847) foi elaborado, através do decreto 123 de 3 de janeiro de 1842, o primeiro Regimento do Museu, no qual era prevista e existência de um "setor de numismática, artes liberais, arqueologia, artes e costumes das nações modernas" (Museu Nacional 2007-2008: 10). O nome oficial mostra a importância secundária dada ao fator arqueológico pelo museu.

Apesar de suas deficiências, o Museu Nacional era a principal referência da arqueologia no Brasil e para o qual eram encaminhados os achados fortuitos. Em 1858, o engenheiro Heinrich Halfeld – também conhecido pelo aportuguesamento Henrique Halfeld – enviou ao Museu dois machados de pedra achados na parte mineira do Vale do São Francisco e que foram atribuídos aos indígenas (Museu Nacional 1859: 2). Em 1879, Rangel Paio publica uma síntese dos conhecimentos da arqueologia americana na *Revista Brasileira* (Paio, 1879). Na mesma revista, Abílio Marques (1880) publicou o artigo "As ostreiras de Santos e os kiokken-moddigns da Dinamarca", no qual descreve os sambaquis e suas analogias com outras concheiras pelo mundo, resumindo

criticamente todos os trabalhos feitos a respeito até então, desde Frei Gaspar da Madre de Deus até Werner, que é criticado por sua falta de método de controle. Esses artigos carregam a chancela do Museu Nacional, mas carecia ainda para a arqueologia brasileira da revisão por pares dos artigos.

A arqueologia como ilustração

A definição do que é arqueologia, como quase todas as ciências, demorou a se fixar. Dificilmente na história de uma disciplina científica seus objetivos e métodos são claros em seus inícios e o tempo cuida de ajustá-los. Etimologicamente a palavra significa "estudo das coisas antigas", o que é bastante vago e até hoje há áreas cinzentas sobre o escopo da arqueologia. Muitos consideravam o estudo das obras de arte e da arquitetura da antiguidade como um ramo da arqueologia. Antonio Baptista da Rocha, nosso primeiro "arqueólogo diplomado", provavelmente foi formado nessa visão.

A Academia Imperial de Belas Artes foi a primeira instituição brasileira a ter uma matéria de arqueologia em seu currículo, a cadeira de Arte, Estética e Arqueologia, em 1854, fundada provavelmente para empregar Baptista da Rocha, ao voltar com o diploma em arqueologia clássica da Europa. Depois da morte precoce dele, serviu para empregar Manuel de Araújo Porto-Alegre e, anos depois, seu genro, o pintor Pedro Américo.

Na década de 1850, o senador Caetano Maria Lopes Gama, Visconde de Maranguape (1795-1864), era membro honorário da Academia de Arqueologia da Bélgica (Visconde de Maranguape 1859: 2). Como não se conhece nenhuma produção bibliográfica dele, é provável que o título fosse meramente honorífico. Na época, Lopes Gama era ministro das relações exteriores do Brasil e aquela academia não era prestigiosa, não tendo aliás nenhuma atividade arqueológica real, sendo renomeada depois como Academia Real de Belas Artes (300 ans d'histoire pour l'Académie Royale des Beaux-Arts, 2020).

Por muito tempo, a arqueologia no Museu Nacional vai ficar a cargo do pintor Manuel de Araújo Porto-Alegre, Barão de Santo Ângelo (Pequeno Almanak 1843: 83), professor da Academia Imperial de Belas Artes e sogro de Pedro Américo. Assim, a seção do Museu Nacional passa a funcionar como um adendo da Academia, onde eram ministradas as aulas de arqueologia aos futuros pintores e escultores.

Apesar do pouco interesse real de Porto-Alegre pela arqueologia, a seção apresentou melhoras durante sua administração. Em 1845, o setor no qual objetos estavam amontoados em armários e gavetas "sem ordem conveniente" recebeu seu primeiro inventário completo, com especial atenção à coleção egípcia (Rio de Janeiro 1845: 3). Por volta da década de 1850, a imperatriz Teresa Cristina, napolitana de nascimento, era uma das financiadoras das escavações na região do Vesúvio, das quais recebia suas cotas de antiguidades que eram doadas ao Museu Nacional (Chaves 2018: 135-138). Essa coleção de antiguidades não suscitou nenhum estudo na época, nem mesmo sobre seu valor estético.

Porto Alegre foi enviado à Europa como embaixador em 1859, apesar de continuar constando como diretor do setor de arqueologia do Museu. Assim, a área de numismática e arqueologia (que era uma área num sentido realmente físico) ficou por anos sob a responsabilidade direta de Carlos Leopoldo de Cesar Burlamarque, que acumulava as funções de porteiro e guarda do Museu (Haring 1863: 77). Imagina-se que a ação de Burlamarque se limitava a arrumar a seção e arranjar o espaço para as exposições.

Em 1866, Araújo Porto-Alegre foi nomeado como representante ao Congresso Histórico e Arqueológico de Antuérpia (Sociedades literarias e industriaes 1866: 1). Miguel Maria Lisboa escreveu a memória a ser exposta no Congresso por Porto-Alegre (Pinheiro 1868: 1-2) e o texto parece ter sido apresentado, embora não se tenha achado uma cópia durante a pesquisa. Para sermos justos, Porto-Alegre ainda estava servindo como embaixador do Brasil em Dresden e as despesas de sua viagem à Antuérpia não seriam excessivas.

Ainda em 1869, Pedro Américo foi encarregado da cadeira de "arte, estética e arqueologia" da Academia Imperial de Belas Artes (Souza 1869: 95), cargo que ocupará até 1885 quando se afastou por motivos de saúde (Licenças 1885: 2). Pedro Américo nunca publicou nenhum trabalho na área de arqueologia e é provável que a palavra só estivesse no título da cadeira por mera tradição depois da morte de Baptista da Rocha.

O apego de Porto Alegre ao cargo no Museu Nacional faz com que ele usasse sua influência política para mantê-lo, apesar de afastado durante anos. Só após sua morte, em 1879, seria nomeado um novo conservador de arqueologia para o Museu: Luiz Ferreira Lagos (Haring 1879: 410).

A missão Thayer e a Comissão Geológica do Império

Desde a desistência de Lund de continuar pesquisando em 1845, passaram-se quase vinte anos sem que estrangeiros se interessassem pela área de arqueologia do Brasil. Diz Langer (2001: 42) que, a partir dos anos 1840, Rath publicou considerações sobre sambaquis na revista *Brasilia*, de Petrópolis, assim como em revistas da Europa, mas estes estudos ficaram restritos a um estreito círculo.

Na década de 1870 há interesse do governo em financiar pesquisas arqueológicas de cunho científico. Segundo Chaves (2008: 141), "a partir dos anos 1870, o Brasil viveu um movimento mais presente em que o IHGB e a Biblioteca Nacional estavam procurando narrar a história da nação através de seus acervos e estudos". Esse interesse não surgiu de súbito, mas era gestado havia alguns anos.

Louis Agassiz (1807-1873) havia-se envolvido na polêmica sobre a extensão das glaciações no hemisfério Sul. Ele também havia se notabilizado por ter provado a extensão das glaciações na Europa e América do Norte, mas nos anos seguintes começou a ser questionado por suas posições fixistas em oposição à teoria da evolução. Para provar seus pontos de vista, ele organizou a expedição Thayer, batizada em homenagem a seu principal financiador, que passou quinze meses no Brasil e da qual participava o jovem Charles Hartt (1840-1878), que iniciara seus estudos em Harvard como discípulo de Agassiz (Brice & Figueroa 2001: 162-165).

Depois da expedição, Hartt, formado naturalista, se afasta das ideias de Agassiz e faz uma viagem solitária pelo país em 1867, a partir da qual escreveu *Geology and Physical Geography of Brazil*, publicada em 1870.

Charles Hartt, já professor da Universidade de Cornell, voltou ao Brasil chefiando três missões científicas a partir de 1870. Tinha ele plena noção do valor do contexto para a interpretação do sítio arqueológico, além de saber que não existem peças sem importância e que o registro da escavação deve ser preciso (Hartt 1873: 201).

Hartt chefiou nove alunos e um botânico, tendo voltado à Amazônia no ano seguinte acompanhado de seu discípulo Orville Derby (1851-1915). A partir da viagem de 1871, ele passou a duvidar das teorias criacionistas e tender para as ideias evolucionistas (Sanjad 2004: 450-451).

Por influência de Hartt, foi criada a Comissão Geológica do Império. Em 1875, sete integrantes da comissão, incluindo o fotógrafo Marc Ferrez, percorrem boa parte do território nacional, realizando coletas e levantamentos fotográficos. Hartt estava munido com o que havia de melhor na época do ponto de vista tecnológico. Sua expedição ao Vale do São Francisco em 1875 registrou as pinturas rupestres de Xingó e fez talvez o primeiro registro fotográfico delas (Jordão 1875: 3).

Em março de 1876, o Ministério da Agricultura reorganizou o Museu Nacional, nomeando Hartt diretor da seção de geologia, entre a primeira e a segunda jornadas da expedição. Em 1877, por motivos políticos e econômicos, a Comissão Geológica foi desfeita (Souza 2014), ficando Hartt ligado apenas ao Museu. Sua morte precoce em 1878 interrompeu seu trabalho.

Hartt não foi um arqueólogo. Sendo um naturalista com foco na geologia, como

Lund, a pesquisa arqueológica era apenas complementar a sua preocupação principal que era o amplo estudo da natureza. Suas descobertas na área da arqueologia foram ancilares às pesquisas geológicas. Os registros humanos eram vistos como mero marcador de tempo ou fóssil guia. Entretanto, a precisão da sua estratigrafia e o cuidado no registro das ocorrências fazem das pesquisas de sua equipe uma valiosa contribuição à arqueologia científica nascente.

Orville Adelbert Derby (1851-1915) deu continuidade ao trabalho de Hartt, o qual acompanhara desde a expedição de 1871. Com a morte de Hartt, Derby o sucedeu no cargo no Museu Nacional e participará da Comissão Geográfica Geológica de São Paulo (Souza 2014: 50). Derby continuou seus trabalhos como geógrafo e geólogo no Brasil até sua morte em 1915, mas sem outras contribuições à arqueologia.

Reação do IHGB

Durante anos, depois do fracasso da investigação da "cidade perdida" na Bahia, o IHGB deixou de publicar trabalhos de arqueologia. Para Langer (2001: 40), a resistência do Barão (depois Visconde) de Capanema, segundo presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fez com que as pesquisas arqueológicas não tivessem mais respaldo na instituição, principalmente pela visão utilitarista dele, que se interessava mais pela pesquisa geológica que lhe rendesse resultados econômicos do que pela pesquisa histórica. Para o autor "o Império estaria viabilizando a ciência enquanto instrumento de conquista das potencialidades naturais, uma tarefa que para a arqueologia do momento estava descartada" (Langer 2001: 41).

A aversão do Visconde de Capanema surgiu por motivos pessoais. Ele se indispusera com os viajantes estrangeiros, mormente com Agassiz, pessoa de personalidade difícil e francamente racista. Capanema então passa a atacar a Comissão Geológica do Império o quanto pode. Discorda dos trabalhos de Agassiz e pretende mostrar que os brasileiros podem fazer ciência de qualidade (Brice & Figueroa 2001: 171).

A oposição que Langer sente em Capanema parece ser menos uma antipatia à arqueologia que uma crítica ao fato de geólogos estarem se dedicando àquela ciência. Para ele, a Comissão Geológica do Império deveria estar mapeando os recursos minerais do país e não dando opiniões sobre sua pré-história. Prova disso é que em 1865 a revista do IHGB publica artigo de La Hure, o "Considérations sommaires sur l'origine des amas de coquillages de la côte du Brésil" (La Hure 1865). Neste trabalho, o autor indica que o principal interesse do estudo dos sambaquis é o estudo dos seus construtores, levando o assunto para o campo da arqueologia.

Criticava-se o fato de as pesquisas arqueológicas no Brasil feitas por expedições estrangeiras não só se dedicarem ligeiramente a cada sítio, como também levaram grande quantidade de implementos para o exterior. O Museu Nacional era acusado por outros de não ter cuidado com o patrimônio nacional (Exposição anthropologica 1882: 1). Boa parte dessas críticas se dirigia aos trabalhos de Charles Hartt e a Orville Derby.

Capanema, Nogueira e Rodrigues (1876) publicam seu excelente *Ensaios de sciencia*, mormente voltado à linguística arqueologia. Em seu capítulo, o Barão de Capanema demonstra que a vida nos sambaquis não era insalubre, teorizando que as concreções de conchas foram antrópicas e intencionais por uso do fogo, e não obra do tempo. O objetivo dos sambaquieiros seria criar uma plataforma alta para usos ainda desconhecidos. Assim, os sambaquis não seriam meros amontoados de lixo orgânico nos quais se levava uma vida miserável, mas construções planejadas. Capanema observa que as conchas não são de espécies aleatórias, mas definidas em cada sambaqui, porém negue que eles tivessem um caráter monumental, sendo construções utilitárias (Capanema 1876: 85-86).

O IHGB procura também publicar trabalhos inéditos em arqueologia feitos por pesquisadores de reconhecido mérito científico, mas independentes da Comissão Geológica. O engenheiro Carl Friedrich Joseph Rath,

conhecido como Carlos Rath, em 1848, fez pesquisas em sambaquis entre Santos e Paranaguá, porém só publicou seus resultados em 1871. A revista do IHGB publicou as descobertas de Rath sobre sambaquis em artigo intitulado "Noticia ethnologica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil" (Rath 1871), sobre pesquisas que já datavam de quase três décadas. Rath (1874) levanta a possibilidade de que alguns sambaquis seriam sepulturas com o caráter de monumentos, o que extrapola o caráter meramente naturalístico dos achados. Estudando esqueletos encontrados nos sambaquis, ele buscou criar analogias etnológicas entre os povos dos sambaquis e indígenas brasileiros que já haviam sido estudados antropometricamente, comparando também os rituais funerários destes povos com os sepultamentos dos sambaquieiros. Infelizmente, Rath, desligado de instituições de pesquisa, ignorou quase tudo o que fora publicado por brasileiros sobre o assunto.

Em 1876, como esforço para se opor ao trabalho da Comissão Geológica do Império, IHGB conseguiu que o recluso Peter Lund lhe doasse o crânio do homem da Lagoa Santa (Paiva 2013: 283).

Carlos Wiener

Quase simultaneamente à Comissão Geológica do Império, temos o trabalho de Charles Wiener Mahler (1851-1919), também conhecido como Carlos Wiener. Segundo Rebollar e Fernandes (2013: 276), em 1875, "Carlos Wiener, Carlos Schreiner, Frederico Muller e Silva Ramalho foram convidados pelo diretor do Museu Nacional *[...]* para investigar sambaquis no sul do Brasil e coletar materiais para as coleções arqueológicas do mesmo museu".

Charles Wierner havia sido comissionado pela República Francesa para uma missão de estudo da América do Sul. Era uma missão de caráter oficial e diplomático que planejava estudar o acervo do Museu Nacional no Rio de Janeiro em preparação para sua jornada ao Chile e ao Peru (Rio de Janeiro 1875: 1).

Wiener, que seria um dos grandes pesquisadores das civilizações andinas, estava ainda em sua primeira viagem e nada conhecia de concreto sobre a América do Sul. Como preparativo para a viagem ao Brasil, ele publicou um ensaio de revisão bibliográfica sobre o país, que era pouco mais que um verbete de enciclopédia (Wiener 1874).

A expedição Weiner tinha uma visão naturalística e positivista. Ainda sem experiência prática, ele não se preocupou em analisar profundamente os sítios arqueológicos. Como a maioria dos arqueólogos que trabalharam no Brasil até o fim do século XX, ele "acreditava que a diversidade dos dados coletados seria mais importante do que os amplos estudos" (Rebollar & Fernandes 2013: 277). Apesar de tudo, Wiener (1875) confirmou a visão de Rath de que os sambaquis tinham um caráter funerário e talvez monumental. Langer (2001: 44) indica regressos na metodologia de Wiener em relação a La Hure, o qual sequer registrou a estratigrafia dos sítios escavados. No ano seguinte, 1876, começa a ser publicado *Archivos*, a primeira revista do Museu Nacional, que tem um relatório de Weiner em seu primeiro volume.

Ladislau Netto

Em 1859, Ladislau de Souza e Mello Netto (1838-1894), quando era apenas um mero desenhista sem nenhuma formação, sequer um bacharelado, foi integrado como desenhista à Comissão de Estudos Hidrográficos do Alto São Francisco, ligada à expedição Thayer, por ordem expressa do imperador. Depois, vai à Europa, onde se forma em Botânica. Ao voltar à pátria é nomeado primeiro diretor de Botânica do Museu Nacional e, em seguida, seu diretor-geral (Send 1895: 1). Para Gabriela Martin (2008: 35) D. Pedro II, inspirado pela Sociedade de Antiquários de Londres, faz de Ladislau Netto seu protegido, quase um "*alter ego* arqueológico", na esperança de encontrar raízes clássicas para o Império.

Em 1867, sob influência intelectual de Louis Lartet, descobridor do homem de

Cro-Magnon, com quem se corresponde, Netto passa a ser a alma da arqueologia do Museu Nacional (Netto 1884: 2). O real papel de Lartet nas ideias de Netto é duvidosa. O brasileiro usa a correspondência com o arqueólogo francês como uma espécie de credencial, mas é difícil precisar até onde vai a influência de um sobre o outro.

Até 1869, o Museu Nacional se limitou a receber achados fortuitos. Nesse ano, Ladislau Netto, já diretor do museu, vai até Seropédica para estudar *in loco* peças cerâmicas. O sítio é escavado sem nenhum critério, mas a cerâmica é descrita em detalhes bastante precisos (Rio de Janeiro 1869: 1-2). Em 1872, Ladislau Netto (1872: 3) apresenta uma comunicação à Sociedade Velosiana, um seleto grupo que se reunia no Museu Nacional, na qual apresenta sua visão da arqueologia brasileira, que ele coloca como parte das ciências naturais. Para ele, o seu principal objetivo é estudar as sociedades indígenas que viviam antes da chegada dos portugueses, posição defendida até hoje por grande parte dos especialistas da área. Todavia, Ladislau logo teria a sua "Sincorá" que o colocaria como alvo de chacota de seus opositores durante o resto de sua vida.

Resumidamente, em 1872, foi enviado ao Museu Nacional o que seria o relato de um certo Joaquim Alves da Costa sobre o encontro de alguns registros rupestres no sítio Pouso Alto na Paraíba. Junto com a carta, foi enviado o que seria uma cópia desenhada das supostas inscrições. No início, Ladislau Netto ficou entusiasmadíssimo com a "descoberta" e chegou à conclusão de que os registros rupestres estariam grafados em caracteres fenícios, comunicando suas pesquisas preliminares não só no meio científico nacional, bem como na imprensa leiga.

Logo, o diretor do Museu Nacional começou a ser ridicularizado pelas suas tentativas de decifrar a escrita "fenícia" com seus parcos conhecimentos de hebraico, até que se deu conta de que se tratava de um embuste depois de saber que ninguém conhecia o suposto sítio Pouso Alto na província da Paraíba e nem o suposto remetente. Tentou se informar no Vale do Paraíba e também lá tanto o lugar quanto a pessoa eram desconhecidos. Por fim, teve de publicar um artigo reconhecendo os erros sobre a questão em 1875 (Inscripção phenicia 1875: 1). Seus adversários nunca deixaram de lhe lembrar desse deslize.

Esse incidente fez com que Ladislau Netto descartasse de vez qualquer hipótese de origem do homem americano, concentrando-se em tentar estudar seu caminho da América do Norte para a do Sul. Entretanto, mesmo essa restrição metodológica salutar foi apontada por seus adversários como negativa.

A decepção com a "inscrição fenícia" e o constante contato com cientistas estrangeiros, principalmente Hartt, fez com que sua visão se desenvolvesse e que seu trabalho progredisse, embora nunca chegasse ao nível de excelência.

Não podemos ser severos demais com as técnicas e conhecimentos de Ladislau Netto. Na época, a metodologia era incipiente e se conhecia pouco mais que a estratigrafia e o método da seriação. A arqueologia ainda estava mais centrada no artefato que no contexto (Trigger 2004: 205). Uma das principais qualidades do trabalho de Ladislau é a descrição minuciosa dos objetos.

A arqueologia amazônica

Os viajantes estrangeiros deixaram forte impressão no público brasileiro, mas eles eram principalmente naturalistas preocupados com aspectos geográficos e biológicos do Brasil que dariam dados complementares a pesquisas feitas no exterior. Os estudos etnográficos e arqueológicos eram subsidiários e acidentais. Contudo, para os intelectuais brasileiros, com pouca ou nenhuma formação científica, os impressionava suas descobertas sobre a pré-história brasileira. Assim, muitos nacionais, estimulados pela presença dessas grandes expedições começaram a se interessar pelo estudo arqueológico (Cunha 1989: 24).

Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), um autodidata sem nenhuma formação formal (Cunha 1989: 21), fundador do Museu Paraense (hoje Emílio Goeldi), catalogou sambaquis do Baixo Amazonas no

Pará, sendo provavelmente o pioneiro no Norte do Brasil na década de 1870, recolhendo e estudando o material cerâmico que acompanha os enterramentos da Ilha do Pacoval, no Marajó. Esses artefatos são logo entendidos como testemunhos de uma cultura extinta, embora avançada o suficiente para dar suporte ao nacionalismo nascente (Amorim 2019: 56).

Assim que foi fundado, o Museu Paraense já contava com uma seção arqueológica. Segundo Amorim (2019: 32), isso indica uma preocupação em compreender os objetos coletados "em um contexto mais amplo, cujo objetivo seria desvendar a história, como viviam os primeiros povos que habitavam a região e apreendê-los como parte da construção da identidade regional e nacional". Todavia, pode indicar apenas uma tentativa de imitar a organização do Museu Nacional.

O Museu Paraense em 1882 recebeu a visita de Ladislau Netto em busca de explorar o Marajó. Netto levou embora boa parte da coleção daquele museu para fazer parte do acervo do Museu Nacional, o que levou Ferreira Penna a conseguir que o governo provincial fizesse uma lei protegendo o patrimônio local (Cunha, 1989: 28).

Como diz Amorim (2019), a partir de sua descoberta por Ferreira Penna, a cultura Marajoara se tornou um dos ícones da arqueologia nacional.

Barbosa Rodrigues

Durante a terceira expedição da Comissão Geológica do Império, Derby estudou os tesos de Marajó, apesar de se reconhecer despreparado para isso, identificando apenas seu caráter artificial (Derby 1878: 90). Seu acompanhante, João Barbosa Rodrigues, foi quem mais se interessou pelo aspecto arqueológico da paisagem marajoara.

Hoje considerado um dos maiores nomes da ciência brasileira do século XIX (Sá & Heizer 2012: 6-8), João Barbosa Rodrigues teve um início de carreira bastante singelo. Bacharel em Letras, foi durante anos professor no Colégio Pedro II. Ainda como amador, publicou em 1870 um livro sobre orquídeas brasileiras, ricamente ilustrado, que chamou a atenção dos especialistas estrangeiros por descrever espécies novas. A obra lhe valeu a proteção do Barão de Capanema e a rivalidade com Ladislau Netto. Por causa da repercussão do livro e por sua habilidade como desenhista, ele foi encarregado de acompanhar a expedição de Hartt pela Bacia Amazônica em 1871. Ele é treinado por Hartt e passa a fazer ilustrações botânicas, quando tentou se destacar como autoridade em biologia. A partir de 1872, viajou pela Bacia Amazônica em missão científica (Sá 2001: 899-906).

Não conseguindo ser reconhecido como biólogo, parte para a química, quando se torna diretor de uma pequena indústria da área durante vários anos (Sá 2001: 921). Convence D. Pedro II a montar para ele um laboratório de fisiologia anexo ao Museu Nacional para procurar um antídoto para o curare. Em 1883, é nomeado diretor do Museu Botânico do Amazonas, sediado em Manaus (Silva 1886: 2).

Barbosa Rodrigues encontrou no Amazonas o que ele chama de "ídolo amazônico", provavelmente um vaso marajoara do qual mandou fazer cópias de gesso, as enviando à Europa com algumas muiraquitãs (Rodrigues 1883a: 1). Seu interesse pela arqueologia se centrou sobre estes dois temas e alguns outros artefatos líticos, porém o trabalho de Rodrigues (1876: 92 e ss.), *Antiguidades do Amazonas*, é primoroso por suas observações precisas e descrições cuidadosas. Suas conclusões são escassas: o autor defende que os povos da Amazônia tinham sido mais prósperos antes da colonização e que devem ser descendentes de povos asiáticos, embora pense que a migração para a América se dera depois da formação do Estado chinês, que os teria expulsado. O seu maior defeito é o de não conhecer a bibliografia já existente a respeito (Rodrigues 1883b: 2).

Barbosa Rodrigues havia erradamente identificado a pedra verde com que são feitos os muiraquitãs com a nefrita, mineral do jade. Naquela época, não se conhecia nenhuma jazida de nefrita na América, o que o fez imaginar que os amazônicos adquiriam a nefrita diretamente

da Ásia Central. Não havendo nenhum indício de comércio entre ambas as regiões, o autor supõe que os ancestrais dos indígenas brasileiros teriam trazido o jade consigo ao saírem da Ásia. Ora, não se podendo conceber que possa uma reserva de jade trazida por uma única leva de migrantes em uso por milênios, a migração seria extremamente recente, pouco anterior à chegada dos europeus. Durante anos essa foi a tese principal dos trabalhos de Rodrigues. O autor inclusive demonstra não ter aceitado as lições do seu tempo ao afirmar que os índios brasileiros eram descendentes de Cã, o filho de Noé que migrou para as Américas depois do caso da Torre de Babel (Rodrigues 1891, p.2).

Gustavo de Suckow (1891: 1) criticou a teoria da origem recente dos amazônicos pela maneira mais óbvia. Chamou a atenção de que não se tratava necessariamente de nefrita, mas de uma pedra verde. Sabe-se hoje que é amazonita, uma variedade do feldspato. Mesmo que fosse nefrita, Suckow argumentou que poderia haver uma jazida de nefrita desconhecida em lugar mais próximo – hoje conhecemos jazidas de nefrita no México. Todavia, Suckow infelizmente prosseguiu com sua crítica, passando a defender a origem dos índios na submergida Atlântida.

Depois da Proclamação da República, Barbosa foi nomeado diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, abandonando em definitivo a arqueologia em favor da biologia (Sá 2001: 922).

A Exposição Anthropologia Brazileira

Em 1881, planejou-se a *Exposição Anthropologia Brazileira* no Museu Nacional (Netto 1881: 1), que aconteceria no ano seguinte. A exposição foi talvez o auge da arqueologia e da etnografia do período imperial.

A *Revista da Exposição* (Moraes Filho 1882), em suas 174 páginas, resumiu a ciência arqueológica oficial brasileira da época. Nela foram reunidos textos de autores e datas tão díspares quanto Hartt, Padre José de Anchieta, J. B. de Lacerda, Barbosa Rodrigues, Ladislau Netto, Orville Derby e Severiano da Fonseca (irmão de Deodoro da Fonseca).

É difícil resumir em poucas palavras a visão que os artigos apresentados transmitem sobre a pré-história brasileira, que era no fundo a visão de Ladislau Netto e, portanto, do Museu Nacional. Basicamente, haveria duas zonas de ocupação indígena, uma mais antiga, os "trogloditas" representados pelos sambaquieiros e o homem de Lagoa Santa, e a zona amazônica, de ocupação mais recente. Essa visão ainda perdura hoje. *Mutatis mutandis*, nossos teóricos ainda tendem a separar a arqueologia amazônica da arqueologia do resto do país.

Os habitantes da Amazônia, segundo se depreende da *Revista da Exposição*, teriam vindo da América do Norte através da América Central e seus ancestrais teriam saído da Ásia no século VI EC (Netto 1882: 25-26). A razão de uma data tão recente, como foi dito, é que Barbosa Rodrigues tinha identificado o material dos muiraquitãs como sendo nefrita e como as únicas jazidas conhecidas deste mineral na época eram da Ásia e da Nova Zelândia, logo, todos os muiraquitãs só poderiam ter vindo da Ásia, trazidos pelos ancestrais dos índios amazônicos. Somente no século XX o material dos muiraquitãs seria identificado como amazonita, descartando a hipótese.

Durante a exposição, em 1882, o Museu Nacional foi transferido para o Paço de São Cristóvão, residência da família imperial, onde se manteve até seu recente incêndio. A nova sede deu um grande prestígio ao Museu Nacional, embora tenha atraído o ódio dos opositores que o viam como um dos símbolos do regime monárquico.

A dispersão

A segunda parte da década de 1880 marcou, junto à decadência do regime monárquico, a dispersão dos trabalhos arqueológicos no Brasil e o triunfo da pseudoarqueologia, como o recurso a fantasias sobre navegantes nórdicos e fenícios

trazendo a civilização para o continente americano. Os avanços científicos na área da arqueologia não impediram que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro aceitasse em 1887 a apresentação oral de um trabalho de Aristides de Souza Spinola intitulado *A cidade abandonada do interior da Bahia* (Sociedade de geographia do Rio de Janeiro 1887: 2). A comunicação foi um mero apanhado, uma revisão bibliográfica em que ele cita vários autores, inclusive Lund, e concluindo de que as informações sobre o assunto são desencontradas (Cidade abandonada 1887: 2).

Por esses anos, o engenheiro Francisco José de Freitas explorou os sambaquis de Laguna-SC (Collecção archeologica, 1881: 1), porém sem um objetivo claro e sem ser filiado a uma instituição de pesquisa.

Em 1885, Pedro Américo se afasta da cadeira de História da Arte, Estética e Arqueologia da Academia de Belas Artes, substituído pelo obscuro Theophilo das Neves Leão, que também não tinha qualificações para o cargo (Academia das Bellas Artes 1887: 3).

Por outro lado, em 28 de abril de 1888 foi publicado o decreto 9.942, que reorganiza o Museu Nacional, nomeando, entre outras coisas, pessoal permanente para a seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia, finalmente separada da numismática (Gazetilha, 1888: 2). Também nesse ano, Ladislau Netto apresenta trabalho no Congresso de Americanistas (Congresso dos americanistas, 1888).

Sylvio Romero, grande filólogo e crítico literário, mas sem nenhuma formação ou trabalhos na área da arqueologia ou da antropologia, publicou *Etnographia brasileira* (Romero 1888), no qual resume e critica as principais discussões surgidas no IHGB e no Museu Nacional. O livro não é de relevância científica, mas simboliza o abandono das pesquisas feitas durante o Segundo Império sem que se proponha uma renovação que as substituam. Romero, meses antes da Proclamação da República, lança uma crítica devastadora sobre os trabalhos defendidos nas instituições científicas do Império, principalmente por Ladislau Netto e Barbosa Rodrigues. Para ele, Netto não passa de um charlatão e de um plagiário que se sustenta apenas pelo apadrinhamento de D. Pedro II. Até a defesa de Ladislau Netto da origem asiática do homem americano foi duramente atacada por Romero. O autor é mais brando com Barbosa Rodrigues, ao qual reconhece a competência como observador, mas acusa de ciumento e arrogante, incapaz de reconhecer a contribuição alheia (Romero 1889, 242).

O início da República

Proclamada em novembro de 1889, a República traz, como qualquer mudança de regime, uma onda de revanchismo. Ladislau Netto foi bastante visado, suas obras são ridicularizadas e o Museu Nacional é descrito como um cabide de empregos.

Em 1890, o decreto 379-A reorganiza o Museu Nacional. O documento confirma a existência do setor de Antropologia, Etnografia e Arqueologia ao qual será destinado um diretor, um vice-diretor e um preparador e que estes cargos serão providos por concurso de provas e títulos (Museu Nacional 1890: 131). Somente em 1893 é aberto concurso para a vaga de Diretor da seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia do Museu Nacional (Pequenos echos 1893: 1), sendo nomeado para o cargo Julio Trajano de Moura em agosto de 1894 (Pequenos echos 1894: 1).

Em *Contribuições para a archeologia paulista*, de 1893, o naturalista sueco Alberto Löfgren (1893: 3) reconhece a primazia de Lund e lembra outros pioneiros na arqueologia brasileira, embora tenha ignorado a contribuição de outros estudiosos do século XIX, criando a impressão de vácuo entre Lund e o seu tempo. Essa ideia de vazio depois de Lund na arqueologia brasileira vai perdurar por boa parte do século XX.

Em 1897, exatos cem anos depois da publicação do livro pioneiro de Frei Gaspar, é extinta a cadeira de Arqueologia da Academia Nacional de Belas Artes (Congresso Nacional 1897: 421).

A arqueologia nacional, porém, não desaparece na Primeira República para só reaparecer com as missões estrangeiras de depois da Segunda Guerra. Em 1898, foi nomeado diretor da seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia o bacharel Domingos Sérgio de Carvalho, vaga para o qual fez concurso (Noticias diversas 1898: 1) e, em 19 de setembro de1892, Charles Gustave Paile fez uma palestra sobre arqueologia (Pequenos echos 1892: 1). Porém, o fato é que toda ciência nacional vai ser prejudicada pela anarquia militar e convulsões sociais que gerarão as inúmeras revoltas do período.

Conclusão

Podemos dividir os cem primeiros anos da nossa arqueologia em três períodos: (1) o formativo, começado mesmo antes da chegada da família real, com Frei Gaspar da Madre de Deus e continuada pelo Visconde de São Leopoldo; (2) a fase mais científica, com missões estrangeiras que se inicia com Peter Lund e prossegue com Hartt, La Hure, Derby e Wiener; (3) a terceira fase centrada no Museu Nacional e nas figuras de Ladislau Netto e Barbosa Rodrigues, que termina com a República. Estas duas últimas fases não são exatamente sucessivas, mas se sobrepõem.

A primeira fase, que se enquadra na coleta de curiosidades e no esclarecimento de indivíduos isolados, funda-se num nativismo que busca encontrar as origens da nacionalidade brasileira ainda em embrião. Começa sobriamente com os sambaquis e culmina com a famigerada procura pela cidade perdida de Sincorá. Nela, surge a primeira instituição brasileira com pretensões científicas, o IHGB, que se perde entre diretrizes obscuras e questões políticas.

A segunda fase, a dos viajantes naturalistas, é a mais longa e profícua, porém se centra no prestígio dos cientistas estrangeiros que vêm ao Brasil apenas como uma fonte de informação. A maioria desses cientistas estava ligada a instituições estrangeiras, enviando seus achados ao exterior e publicando seus trabalhos mais sérios em línguas estrangeiras, reservando para o público brasileiro apenas informações de vulgarização científica. Se eles treinam locais é para ter bons auxiliares, nunca pensando na formação de cientistas locais.

A terceira fase, menos científica e mais doméstica, é composta de pessoas que receberam treinamento das missões estrangeiras, mas sem uma real formação científica. Tenta unir o nacionalismo da primeira fase ao cientificismo da segunda, muitas vezes de maneira infeliz. As suas boas intenções esbarram na falta de formação científica dos pesquisadores e no excesso de politização da questão no fim do século XIX.

Outro aspecto a se observar é o interesse quase exclusivo pela arqueologia pré-histórica em todo o período estudado. Uma voz isolada a defender a necessidade da arqueologia histórica no Brasil foi a de Ignacio Accioli Cerqueira e Silva (1861: 4) ao comentar um achado fortuito de origem colonial soterrado. Essa subestimação da arqueologia da colonização ainda está bem presente em nossos dias.

O papel dos museus

No século XIX, temos o surgimento do Museu Nacional e do Museu Paraense, que se tornarão as duas instituições de referência na pesquisa arqueológica. Dessa bipolaridade, temos a ainda hoje presente divisão da arqueologia pré-histórica brasileira em "amazônica" e "não amazônica", que ainda permeia os estudos arqueológicos no país.

A existência desses museus permitiu que muito do material recolhido no período fosse conservado. Sem eles, tudo teria sido enviado para o exterior ou relegado a curiosidades de particulares.

Enquanto havia uma polarização entre os museus de Belém e o Rio de Janeiro, que competiam entre si pela posse de material, não havia uma divisão clara entre

o Museu Nacional, o IHGB e a Academia de Belas Artes – a maioria dos membros da direção de uma instituição pertenciam também às outras, sendo as três compostas de prepostos do imperador. Muitos dos membros das diretorias eram nomeados apenas pela sinecura ou por uma questão de *status* e vaidade. Mesmo assim, houve uma tentativa de formação de arqueólogos nacionais, seja pela participação em expedições estrangeiras, seja por meio de bolsas de estudo e participação de congressos no exterior. Infelizmente, a viagem de estudo ao exterior era concedida aos mesmos apadrinhados sem relação com o mérito.

Por fim, nossos museus, mesmo nos seus primórdios, permitiram a divulgação de conhecimentos científicos, seja por meio de publicações científicas, seja pela realização de eventos.

Considerações finais

A pesquisa arqueológica não existe sem instituições que a respalde. Instituições fortes garantem uma pesquisa séria e consistente. A definição da nossa arqueologia enquanto ciência esteve ligada à definição de nossos museus como lugares de pesquisa. Enquanto nossos estabelecimentos museológicos engatinhavam no amadorismo, nossa arqueologia tateava em indefinições.

O nepotismo e o apadrinhamento que enfraqueciam a ciência no Império ainda permeiam alguns de nossos estabelecimentos de pesquisa. O prestígio do conhecimento científico muda a cada mudança de governo, como aconteceu na Primeira República. Como muitas direções de museus são cargos de confiança, a continuidade da investigação científica está sujeita a reveses.

RIBEIRO, Roberto da Silva. Archeology and the Brazil's National Museum: The First Hundred Years. *R. Museu Arq. Etn.* 39:188-205 , 2022.

Abstract: The thought about archeological research in Brazil in the 19th century is still not clear. The aim of this article is to survey the archaeological activity in Brazil and its relationship with brazilians museum institutions, mainly the Brazilian National Museum, in its first hundred years, focusing on the period of the reign of D. Pedro II when Brazilian archeology had its first boom and some of the museums are still existing today have their origin. We can divide the first hundred years of our archeology into three periods: a formative period; a second, more scientific phase with foreign missions and a third phase centered on the National Museum and ending with the Republic.

Keywords: Archeology; History of science; Brazilian archeology; Brazilian museums; Science in Brazil.

Referências bibliográficas

300 ans d'histoire pour l'Académie Royale des Beaux-Arts. 2020. *Bruxelles*. Disponível em: https://www.bruxelles.be/evenement-300-ans-de-lacademie-royale-des-beaux-arts-de-bruxelles. Acesso em 01/11/2022

Academia das Bellas Artes. 11 nov. 1887. *Jornal do Commercio* 315: 3.

Amorim, L.B. 2019. *Dois museus e uma coleção: deslocamentos, disputas e identidades na trajetória de objetos arqueológicos da cultura marajoara*.

Tese de doutorado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Archeologia brasileira. 23 fev. 1842. *Jornal do Commercio* 176: 02.

Archeologia. 12 nov. 1838. *Correio Official* 110: 1.

Ardovasio, J.M.; Page, J. 2011. *Os primeiros americanos*. Record, Rio de Janeiro.

Bittencourt, J.N.2001. Fenícios, sambaquis e marajó: os primórdios da arqueologia no Brasil. *Tempos Históricos* 3(1): 53-75.

Brice, W.R.; Figueroa, S.F.M. June 2001. Hartt, Louis Agassiz, and the Controversy over Pleistocene Glaciation in Brazil. *History of Science: An Annual Review of Literature, Research and Teaching* 39: 161-184.

Campo de Sta. Anna e o Museu Nacional. 1841. *Universo Pittoresco: Jornal de Instrução e Recreio* 1: 75.

Capanema, G.S. 1876. Os sambaquis. In: Capanema, G.S.; Nogueira, B.C.A.; Rodrigues, J.B. *Ensaios de Sciencia*. Brown & Evaristo, Rio de Janeiro, 79-90.

Capanema, G.S.; Nogueira, B.C.A.; Rodrigues, J.B. 1876. *Ensaios de sciencia*. Brown & Evaristo, Rio de Janeiro.

Chaves, A.O.L. dez. 2018 . Dignos da admiração dos amigos de antiguidades: história e recepção da coleção egípcia do Museu Nacional da UFRJ. *Concinnitas* 34: 127-146.

Cidade abandonada. 10 set. 1887. *Gazeta da Tarde* 205: 2.

Collecção archeologica. 25 mar. 1881. *Jornal do Commercio* 130: 1.

Communicado. 19 jul. 1849. *Diario do Rio de Janeiro* 8153: 2.

Congresso dos americanistas. 9 nov. 1888. *Gazeta da Tarde* 263: 2.

Congresso Nacional. 1897. *Annaes da Camara dos Deputados*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, v. 6.

Cunha, O.R. 1989. *Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi*. Museu Emílio Goeldi, Belém.

Derby, O.A. abr. 1878. Os montes artificiaes da ilha de Marajó. *O Vulgarizador* 1: 59-62.

Exposição anthropologica. 9 abr. 1882. *Jornal do Commercio* 230: 1.

Faria, F.F.A. 2008. Peter Lund (1801-1880) e o questionamento do catastrofismo. *Filosofia e História da Biologia* 33: 139-156.

Ferreira, L.M. 2014. História petrificada: a arqueologia nobiliárquica e o império brasileiro. *Cadernos CEON* 17(18): 11-40.

Ferreira, L.M. Jun. 2006. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos* 13(2):271-292.

Freitas, B.J.S. 1850. A lapida do municipio da cidade de Faro. *A Semana: Jornal Literário* 1: 2.

Gazetilha. 26 maio 1888. *Jornal do Commercio* 115: 2.

Gomes, D. M. C. 2020. História da arqueologia amazônica no Museu Nacional. *Revista de Arqueologia* 33: 3-27.

Haring, C.G. 1863. *Almanak administrativo, mercantil e industrial*. Laemmert, Rio de Janeiro.

Haring, C.G. 1879. *Almanak administrativo, mercantil e industrial*. Laemmert, Rio de Janeiro.

Hartt, C.F. 23 set. 1873. Antiguidades brasileiras. *O Novo Mundo* 100: 2.

Holten, B.; Sterll, M. 2011. *Peter Lund e as grutas de ossos em Lagoa Santa*. UFMG, Belo Horizonte.

Inscripção phenicia. 23 mar. 1875. *Jornal de Recife* 110: 1.

Jordão, E.F.P. 23 mar. 1875. Exercução ao Baixo S. Francisco: descripção geologica: a cachoeira de Paulo Affonso. *A Nação* s/i: 2.

Kobelinski, M. 2011. A negação e a exaltação dos sertanistas de São Paulo nos discursos dos padres Pierre-François-Xavier de Charlevoix, D. José Vaissette e Gaspar da Madre de Deus (1756-1774). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography* 5(8): 49-69.

La Hure, Conde [V.L. Baril/Chabaud]. 10 fev. 1865. *Considerativos somares suar l'origine dês amas de coquillages de la côte du Brésil: Dona Francisca (SC)*. [*S. n., s. l.*]. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 15, doc. 9.

Langer, J. 2001. Os sambaquis e o Império: escavações, teorias e polêmicas, 1840-1889. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 11: 35-53.

Langer, J. 2002. A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império. *Revista Brasileira de História* 22(43): 22-45.

Licenças. 2 abr. 1885. *Jornal do Commercio* s/i: 2.

Löfgren, A. 1893. *Contribuições para a arqueologia paulista: os sambaquis*. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, São Paulo.

Madre de Deus, Frei G. 1797. *Memórias para a história da capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo*. Academia Real das Ciências, Lisboa.

Marques, A. 1880. As ostreiras de Santos e os kiokken-moddigns da Dinamarca. *Revista Brasileira* s/i: 131-141.

Martin, G. 2008. Pré-história do Nordeste do Brasil. 5. ed. Editora UFPEV, Recife.

Moraes Filho, M. (Org.). 1882. *Revista da Exposição Anthropologica Brazileira*. [*S. n.*], Rio de Janeiro.

Museu Nacional. 1890. *Revista de Engenharia* 235s/i: 131.

Museu Nacional. 2007-2008. *Os diretores do Museu Nacional*. UFRJ, Rio de Janeiro.

Museu Nacional. 3 jan. 1859. *Correio Mercantil* s/i: 2

Netto, Ladislao. 1872. Discurso. *A República* 353:03

Netto, L. 13 dez. 1884. Archeologia brazileira. *Jornal do Commercio* s/i: 2.

Netto, L. 1882. Os mysterios do homem americano. IN: Moraes Filho, M. (Org.). *Revista da Exposição Anthropologica Brazileira*. [*S. n.*], Rio de Janeiro, 25-26.

Netto, L. 4 set. 1881. Exposição anthropologica brazileira. *Jornal do Commercio* s/i: 1.

Noticias diversas. 1850. *O Guanabara* 293: 2.

Noticias diversas. 1898. *A Imprensa* s/i: 1.

Paio, J.Z. 1879. Rangel de S.: pesquizas sobre os primitivos habitantes da América. *Revista Brazileira* 1: 573-586.

Paiva, M.P. jan./mar. 2013. Os naturalistas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: IV-Peter Wilhelm Lund (1801-1880). *Revista IHGB* 174(458): 279-289.

Pequeno almanak. 1843. Viúva Ogier e Filho, Rio de Janeiro.

Pequenos echos. 11 set. 1893. *Diario de Notícias* s/i: 1.

Pequenos echos. 19 set. 1892. *Diario de Noticias* s/i: 1.

Pequenos echos. 8 ago. 1894. *Diario de Notícias* s/i: 1.

Pinheiro, J.C.F. 16 jan. 1868. Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. *Correio Mercantil*. s/i: 3

Prous, A. 1989. *Arqueologia brasileira*. Editora da UnB, Brasília.

Rath, C. 1871 Notícia ethnologica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem com o seu

interior, antes do dilúvio universal: primeira parte *Revista do IHGB* 34: 287-292.

Rath, K. 1874. Die Sambaquis oder Muschelhügelgräber Brasiliens: Teil I-II. *Globus, Illustrirte Zeitschrift für Länder- und Völkerkunde* 26(13): 193-198; 26(14): 214-218.

Rebollar, P.B.M.; Fernandes, T.C. 2013. A arqueologia em Santa Catarina no final do século XIX. *Revista Memorare* 1: 271-280.

Rio de Janeiro. 2 jul. 1969. *Diario de Pernambuco* s/i: 1-2.

Rio de Janeiro. 25 jun. 1845. *Treze de Maio* 0: 00-00.

Rio de Janeiro. 29 out. 1875. *O Globo* s/i: 1.

Rodrigues, J.B. 1876. *Antiguidades do Amazonas*. *In*: Capanema, G.S. *Ensaios de sciencia*. Brown & Evaristo, Rio de Janeiro, 92-147.

Rodrigues, J.B. 19 abr. 1883a. Idolos Brazileiros. *Jornal de Recife* s/i: 1.

Rodrigues, J.B. 29 abr. 1883b. O muirakitan ou aliby. *Gazeta de Noticias* s/i: 3

Romero, S. 1888. *Ethnographia brasileira: estudos críticos*. Alves, Rio de Janeiro.

Romero, S. 31 ago. 1889. Movimento espiritual brasileiro no anno de 1888. *Revista Sul-Americana* 16: 241-245.

Sá, M.R. 2001. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos* 8(supl.): 899-924.

Sá, M.R.; Heizer, A. 2012. Editorial. *Revista Brasileira de História da Ciência* 5(supl): 6-8.

Sanjad, N. Ago. 2004. Charles Frederick Hartt e a institucionalização das ciências naturais no Brasil. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos* 11(2): 449-455.

Send. 12 ago. 1895. Período de organização ou meio século de labores. *Gazeta da Tarde* s/i: 1.

Silva, A.J. 1 abr. 1886. Ferreira da. J. Barbosa Rodrigues, naturalista brasileiro. *A Provincia de Minas* 317: 2.

Silva, I.A.C. 10 jan 1861. *Archivo Municipal* s/i: 4.

Sociedade de geographia do Rio de Janeiro. 29 ago. 1887. *Jornal do Commercio* s/i: 2.

Sociedades literarias e industriaes. 11 jun. 1867. *Correio Mercantil*. s/i: 2

Sociedades literarias e industriaes. 12 set. 1866. *Correio Mercantil* s/i: 1

Souza, C.M. 2014. *Levantamento da coleção petrográfica da Comissão Geológica do Império e seu vínculo histórico no acervo do Museu Nacional*. Monografia de graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Souza, P.J.S. 1869. *Relatório apresentado à Assembléa Geral*. Typographia Nacional, Rio de Janeiro.

Suckow, G. 7 nov. 1891. O muyrakitã. *Diário do Commercio* s/i: 1.

Trigger, B.G. 2004. *História do pensamento arqueológico*. Odysseus, São Paulo.

Visconde de Maranguape. 25 jan. 1859. *Correio da Tarde* s/i: 1

Wiener, C. 1874. *Notice sur le Brésil*. Maisonneuve, Paris.

Wiener, C. 1875. Estudos sobre os sambaquis do Sul do Brazil. *Arquivos do Museu Nacional* 1: 1-20.

Viagens por um paraíso ilusório: notas sobre a expedição de Betty Meggers à região do Baixo Amazonas e sua rede de colaboradores (1948-1949)*

*Mariana Moraes Oliveira Sombrio***

SOMBRIO, M.M.O. Viagens por um paraíso ilusório: notas sobre a expedição de Betty Meggers à região do Baixo Amazonas e sua rede de colaboradores (1948-1949). *R. Museu Arq. Etn.*, 39: 206-226, 2022.

Resumo: Em 1948, Betty Jane Meggers (1921-2012) veio pela primeira vez ao Brasil com o propósito de realizar pesquisas arqueológicas na região do Baixo Amazonas, as quais realizou acompanhada por seu marido, Clifford Evans, também arqueólogo. Nascida no início do século XX, Betty Meggers faz parte do processo crescente naquele período, que significou uma maior inserção de mulheres em carreiras e instituições científicas. Os objetos que coletaram durante a realização desta pesquisa foram posteriormente divididos entre o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu do Território do Amapá, instituições nacionais com as quais contaram para realizar suas pesquisas no Brasil, e parte foi levada ao Instituto Smithsonian, nos Estados Unidos. Neste artigo, essa viagem é retratada a partir dos diários de campo de Betty Meggers, que permitiram identificar e mapear a diversa rede de colaboradores que a apoiou no Brasil, além de revelar aspectos subjetivos e pessoais envolvidos em seu trabalho. As descrições detalhadas redigidas por Meggers em seus cadernos de campo incluem notas diárias sobre os períodos que passou no Rio de Janeiro e em Belém, as incursões às Ilhas de Marajó, Caviana, Mexiana e ao território do Amapá. Incluem também os diversos nomes de brasileiros que aparecem na narrativa, revelando toda uma estrutura de trabalho coletivo em torno do casal de pesquisadores para que a produção daquele conhecimento fosse possível.

Palavras-chave: Betty Meggers; Rede de colaboradores; Mulheres cientistas; Diários de campo; História da arqueologia amazônica.

Introdução

Em 1948, Betty Meggers (1921-2012) veio pela primeira vez ao Brasil com o propósito de realizar pesquisas arqueológicas na região do Baixo Amazonas. Era ainda uma jovem pesquisadora e essa viagem a ajudaria a consolidar sua tese de doutorado, defendida em 1952, na Universidade de Columbia, Estados Unidos, sob o título *The Archaeological Sequence on Marajo Island, with Special Reference to the Marajoara Culture*. Junto de seu marido, Clifford Evans, Meggers passou um ano realizando pesquisas de campo naquele território. Juntos, eles vivenciaram

* O conteúdo deste texto faz parte de pesquisa de pós-doutorado finalizada sobre a formação de coleções de arqueologia e etnologia sobre o Brasil na primeira metade do século XX, que contou com recursos da Fapesp (Proc. n. 16/22452-9).
** Professora adjunta do curso de Licenciatura em Ciências Humanas, Centro de Ciências Naturais e Humanas da Universidade Federal do ABC (UFABC). <mariana.sombrio@ufabc.edu.br>

um cotidiano completamente diferente do que estavam acostumados até então, sobre o qual Betty Meggers deixou registros detalhados em diários de campo que redigiu a lápis em quatro pequenos cadernos em formato brochura, e que hoje permanecem guardados nos arquivos do Instituto Smithsonian, em Washington, DC, local onde ela viria a trabalhar após o retorno dessa expedição.

É necessário muita disciplina e dedicação para escrever relatos detalhados todos os dias em um diário. É também uma prática própria e de grande importância para um trabalho de campo. Ler esses relatos é como viver um pouco daqueles momentos e é um pedaço dessa história que pretendo contar aqui.

Nascida no início do século XX, Betty Meggers caracteriza um processo crescente naquele período que consistiu em uma maior inserção de mulheres em carreiras e instituições científicas, apesar de ainda enfrentarem dificuldades decorrentes de preconceitos e papéis de gênero pré-determinados. Em seu relato, existem diversas passagens nas quais ela demonstra estar consciente de ter transgredido, de alguma forma, convenções tradicionais relativas às mulheres daquela época e daquele local.

Ao mesmo tempo, o Brasil assistia a mudanças na nacionalidade dos grupos estrangeiros que vinham ao país para realizar pesquisas científicas. Cada vez mais expedições provenientes dos Estados Unidos desembarcavam por aqui, em contraste à predominância europeia nos séculos anteriores, como ilustra a própria expedição de Betty Meggers e Clifford Evans.

A viagem de Betty Meggers ao Baixo Amazonas converteu-se em parte de um projeto científico que a levaria a consolidar uma bem-sucedida carreira profissional. Nas incursões que fizeram pelo interior do Brasil, Meggers e Evans se dedicaram majoritariamente a procurar e recolher fragmentos cerâmicos, mas também ossos, objetos líticos e peças cerâmicas, com o intuito de investigar e "reconstituir a pré-história da Foz do Rio Amazonas" (Evans 1967 *apud* Barreto 1992: 229). Os objetos que coletaram foram posteriormente divididos entre o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu do Território do Amapá e parte foi levada ao Instituto Smithsonian, nos Estados Unidos, segundo informações registradas no diário de Meggers (1948-1949) sobre a distribuição dos artefatos coletados.

As descrições detalhadas que Meggers redigiu durante a viagem incluem notas diárias sobre os períodos que passou no Rio de Janeiro e em Belém, sobre as incursões às Ilhas de Marajó, Caviana, Mexiana e ao território do Amapá, e um curto período em que esteve em Belo Horizonte. Chamam a atenção os diversos nomes de brasileiros que aparecem na narrativa, revelando toda uma estrutura de trabalho coletivo em torno do casal de pesquisadores que permitiu que a produção daquele conhecimento fosse possível.

Meggers e Evans contaram com o apoio de guias, mateiros, homens e mulheres das comunidades locais, barqueiros e comerciantes, proprietários de terras e pesquisadores diversos de instituições brasileiras para consolidar a expedição, e a importância dessa rede de colaboradores transparece em seus cadernos de campo. Ao passar todo aquele período vivendo na região amazônica, convivendo com os habitantes locais e escrevendo sobre isso, Betty Meggers também deixou registrado um pequeno pedaço da vida daqueles grupos e, mais tarde, aquelas experiências influenciariam de alguma forma os livros que escreveu sobre a Amazônia.

Entre as dificuldades enfrentadas no decorrer da viagem, mencionou as extensas chuvas que alagavam o território, o inesperado frio da noite, os pés doendo de tanto caminhar e a dificuldade de obter comida durante a pesquisa de campo. Para enfrentar esses percalços, contaram fundamentalmente com o auxílio dos habitantes locais.

Na narrativa registrada em seus diários, Betty Meggers se mostrava simpática às diferenças culturais que encontrou pelo caminho, ao mesmo tempo que demonstrava um evidente viés norte-americano. Em alguns dias, seus relatos diários foram complementados por curtos comentários de Clifford Evans nas últimas linhas ou no pé das páginas dos

cadernos de Meggers. É possível identificá-los pela letra cursiva diferente e pelo característico tom de ironia.

Apesar de viajar acompanhada por Clifford Evans, Betty Meggers nunca poderia ser enquadrada no papel da "assistente esposa", figura recorrente na história das ciências (Corrêa 2003). Diferente de outros casais de cientistas, Meggers não adotou o sobrenome do marido em suas publicações e garantiu assim reconhecimento nos círculos científicos através do nome próprio.[1] Era participante ativa nas escavações e se empenhava para que as decisões tomadas fossem as mais corretas possíveis, como demonstram seus diários de campo. Um relato escrito por Klaus Hilbert sobre a participação de seu pai, Peter Paul Hilbert, em parte dessa expedição também corrobora essa imagem: "[e]le costumava dizer que Cliff era o homem da prática, do corpo e das mãos, e Betty era a cabeça. Os dois formavam uma dupla dinâmica e muito competente" (Hilbert 2009: 141).

A presença de Betty Meggers e Clifford Evans no Museu Paraense Emílio Goeldi em finais da década de 1940 foi retratada por Barreto (1992: 229) como o "fato de maior consequência para o ressurgimento da pesquisa arqueológica" na instituição, à época dirigida por Inocêncio Machado Coelho, que prestou "valioso apoio ao empreendimento do casal". Por possuírem formação específica em arqueologia e conhecerem metodologia revolucionária para a época – escavação estratigráfica, classificação e seriação de fragmentos cerâmicos – "deram início à pesquisa arqueológica profissional na Amazônia" (Barreto 1992: 229).

O material cerâmico coletado nas ilhas que visitaram, ao qual a narrativa dos diários de Meggers se refere, foi posteriormente classificado em cinco fases culturais: Ananatuba, Mangueira, Formiga, Marajoara e Aruã, sendo, com exceção da última, todas pré-colombianas.[2] Dentre essas, a cerâmica Marajoara distinguia-se das outras pela destacada qualidade, o que foi justificado por Meggers como consequência da penetração de povos oriundos de outras localidades na floresta Amazônica (Barreto 1992).

O trabalho teórico de Betty Meggers foi fortemente influenciado pelo pensamento do antropólogo estadunidense Julian Steward (1902-1972) que, junto de seus colaboradores do *Handbook of South American Indians* (Steward 1948; Lowie 1948), estabeleceu modelos baseados em premissas ecológicas para a arqueologia amazônica. Dentre eles, estava o conceito de "cultura da floresta tropical", categoria tipológica que delimitou padrões na organização social, econômica e política dos povos que habitaram o território amazônico em períodos anteriores à colonização europeia. Segundo Steward (1948 *apud* Schaan 2014), no Brasil teriam existido apenas "tribos" e povos marginais (posteriormente chamados de bandos ou caçadores e coletores) – linha de pensamento que foi criticada por alguns antropólogos culturais brasileiros, pois, além de tipológico, o conceito era também evolutivo e não considerava diversos outros marcadores culturais que poderiam expandir o quadro de interpretações acerca dos modos de vida e organização social desses povos (Neves 1999-2000).

Orientados por essas definições, Meggers e Evans fundamentaram seu trabalho arqueológico na coleta de fragmentos cerâmicos, mas sem levar em consideração outros possíveis indícios, como caminhos, localização das aldeias, formato das cabanas, práticas funerárias, intervenções no meio-ambiente etc., caracterizando os grupos indígenas que mapearam na região do Baixo Amazonas como providos de diversidade cultural, mas estagnados em um permanente estado de natureza (Schaan 2014).

Essa linha de pensamento definiu o desenvolvimento cultural desses povos como um misto de processos adaptativos locais e

1 "[...] consideramos fundamentais, em termos de políticas e micropolíticas das ciências, os equacionamentos entre nome, status e prestígio, a partir de suas historicidades e articulações com as convenções sobre autoria e autoridade. Partilhamos o pressuposto de que a nomeação pessoal é uma "porta de entrada privilegiada para o estudo da forma como os grandes fatores de diferenciação social, política, científica se operacionalizam através da ação pessoal" (Pina-Cabral 2005).

2 Os nomes das cinco fases culturais correspondem aos nomes de alguns sítios escavados pelo casal.

influências externas, sendo a área do Circum-Caribe a principal matriz influenciadora, situando a Amazônia em contexto periférico na história pré-colonial da América do Sul, contrariando de certa forma o conhecimento sobre a arqueologia da região precedente à Segunda Guerra Mundial (Neves 1999-2000).

As teorias de Betty Meggers foram amplamente questionadas por visões mais recentes da arqueologia. A partir do levantamento de novos dados e de novas proposições arqueológicas, sua argumentação sobre uma possível origem exógena de grupos que viveram na Amazônia brasileira ou a visão de que a floresta amazônica seria um inferno verde responsável por impedir o desenvolvimento dos povos que a habitaram foi ultrapassada por perspectivas menos deterministas em relação ao meio-ambiente e à hierarquização de grupos humanos.

Quando dei início a essa pesquisa sobre Betty Meggers, a fiz com o interesse voltado à análise das relações de gênero na produção de conhecimento científico e, dentro desse debate, seu papel como uma pioneira nos estudos de arqueologia amazônica recebeu destaque. Encontrei seu nome, a princípio, investigando registros sobre mulheres que realizaram expedições científicas no Brasil na primeira metade do século XX e, a partir daí, conheci melhor o grande impacto de seu trabalho na arqueologia amazônica, bem como as controvérsias geradas por ele (Sombrio 2014). No âmbito dos estudos sobre gênero e ciências, para além de Betty Meggers, é importante dizer que esse campo de estudos contou com a participação de outras grandes pesquisadoras mulheres que se tornaram referências fundamentais sobre o tema, como Anna Roosevelt e Denise Schaan, além das inúmeras pesquisadoras que hoje atuam nessa área e constroem o campo (Cabral, Pereira & Bezerra 2018; Caromano *et al.* 2017).

Em um segundo momento, me dediquei a olhar para as coleções que ela reuniu e entregou a museus brasileiros, buscando compreender como esses objetos interagiram com as instituições para as quais foram encaminhados (Sombrio & Vasconcellos 2018). Para compreender melhor a formação dessas coleções que, apesar de estarem acompanhadas de algumas referências documentais, necessitavam de explicações acerca de suas trajetórias, busquei reunir o máximo de informações possíveis sobre os percursos da expedição de Meggers e Evans (1948-1949). Através da leitura de seus diários de campo,[3] foi possível acessar informações de caráter destacadamente pessoais e relativas ao desenvolvimento prático de sua pesquisa. Para além disso, através desses registros, pude conhecer um pouco de como se organizava a vida naquele território, sob o olhar detalhista de Betty Meggers.

É possível pensar outras materialidades a partir de registros antigos?

O patrimônio arqueológico da Amazônia abrange uma diversidade de materialidades possíveis no presente. Relaciona-se não somente com museus, instituições científicas e pesquisas acadêmicas, mas também com os diversos grupos humanos que coexistem em meio àqueles objetos e habitam o território amazônico. Os vestígios arqueológicos fazem parte do cotidiano de populações ribeirinhas, seja na relação com as terras pretas,[4] seja pelos inúmeros fragmentos e vasilhas cerâmicas que afloram no entorno de suas casas e comunidades (Lima & Moraes 2013).

Na interface de temas relativos à história, arqueologia, etnografia e museologia, um dos objetivos deste estudo é enfatizar a agência e a diversidade de interlocutores que participam dos amplos processos de produção de conhecimento, bem como seus contextos de vida. Contextos estes sócio-políticos em que o trabalho arqueológico se situa, que inclui dinâmicas sociais localizadas e atores diversos (Castañeda 2008). Essas dinâmicas serão pensadas aqui a partir de um conjunto documental específico: os cadernos de campo de Betty Meggers (1948-1949).

3 Durante estágio de pesquisa de doutorado realizado no Instituto Smithsonian, Estados Unidos (PDSE-Capes, 2013).

4 Solo antropogênico muito fértil, de coloração escura.

Além disso, há interesse na investigação de coleções arqueológicas depositadas em museus em períodos longínquos e que podem carregar um potencial para reflexões engajadas nos debates mais recentes sobre etnoarqueologia e arqueologia pública (Silva 2009; Bezerra 2011). Retomar o estudo dessas coleções torna-se possível, ou mais fácil, se existirem registros acerca do processo de pesquisa que as originou, como é o caso das coleções reunidas por Meggers e Evans.

Há uma longa história de ocupação da região amazônica, assim como da cotidianidade dos habitantes locais com artefatos e sítios arqueológicos, e um conhecimento específico gerado por ela. Ignorar essas relações demarca uma atitude assimétrica entre os agentes oficiais de produção de conhecimento e as comunidades que habitam o território. Perspectivas atuais nos estudos de arqueologia têm incentivado a produção de visão mais respeitosa e inclusiva acerca dessas relações. E, para além do registro sobre os trabalhos de campo, têm se consolidado também pesquisas colaborativas e que abordam as relações entre as pessoas e o patrimônio arqueológico da Amazônia, considerando especialmente as diversas formas pelas quais diferentes grupos interagem, interpretam e dão significados a esses materiais (Cabral, Pereira & Bezerra 2018: 266).

Essa reflexividade acerca das próprias pesquisas é uma característica que se manteve apagada nas visões de caráter positivista da ciência. Nos estudos etnográficos e historiográficos, as ressalvas quanto às formas de posicionamento dos e das cientistas diante dos sujeitos e objetos de estudo começaram a aparecer já nos anos 1980. Na arqueologia, no entanto, só mais recentemente teve início o processo reflexivo que busca repensar significados, entender essas relações de forma mais ampla e valorizar as subjetividades presentes nos processos de pesquisa.

Porém, como pensar essas relações se olhamos para coleções guardadas em museus, provenientes de trabalhos desenvolvidos décadas atrás, em períodos em que esse componente reflexivo não estava presente? O principal caminho, e do qual parto aqui, é a pesquisa acerca desses acervos e a tentativa de reunir referências documentais e bibliográficas, relatos e anotações sobre esses conjuntos materiais.

Elementos de uma coleção museológica serão capazes de contribuir para a escrita de uma história social se não estiverem isolados dos demais documentos aos quais se relacionam. Para isso, a pesquisa contextual é de importância fundamental, permitindo, com sorte, que materiais, peças e coleções sejam associados aos dados etnográficos do campo, à iconografia, às referências audiovisuais, entre outras possibilidades (Ribeiro & Van Velthem 1992).

A importância de descrever os processos de pesquisas arqueológicas em diários e anotações de campo está na potencialidade que esse registro etnográfico carrega para elucidar a multivocalidade de interpretações inerente às dimensões sociais da pesquisa. Os registros de campo garantem conhecimento acerca da subjetividade dos pesquisadores, das tecnologias de produzir, coletar, preservar, gravar e representar dados, das interações entre cientistas, tecnologias e materialidades (Castañeda 2008: 48-49).

Na perspectiva mais geral da história das ciências, para além do campo da arqueologia, a ideia de que a viagem em si também é parte fundamental do trabalho científico é bastante antiga. Já era defendida pelo famoso explorador Alexander von Humboldt (1769-1859), que argumentou que as impressões estéticas experimentadas pelo viajante fazem parte da própria atividade científica. Leitor de Bernardin de Saint-Pierre, ambos compartilhavam a opinião de que o gosto e a sensibilidade são parte integrante do ato de conhecimento (Kury 2001: 865).

Apesar de não ter adotado uma perspectiva colaborativa em suas pesquisas arqueológicas, metodologia que ganharia força somente a partir dos anos 1960 (Silva 2009), Betty Meggers produziu uma espécie de registro etnográfico em seus diários ao descrever as diversas interações e relações que permearam sua pesquisa de campo. Espero, assim, que a breve síntese dos diários de campo de Betty Meggers e reflexões iniciais traçadas aqui possam contribuir com esse processo reflexivo e mais inclusivo no que

se refere à constituição de práticas científicas e produção de conhecimentos no âmbito das práticas arqueológicas, contribuindo também com a história social das ciências no Brasil.

Notas sobre os diários de campo de Betty Meggers em sua expedição à região do Baixo Amazonas (1948-1949)[5]

Betty Meggers e Clifford Evans partiram de avião dos Estados Unidos no dia 30 de junho de 1948, e desembarcaram no Rio de Janeiro somente três dias depois, após uma longa viagem com diversas paradas. No Rio, foram recepcionados pela diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, a antropóloga Heloísa Alberto Torres, e por Cecília Wagley, esposa do antropólogo Charles Wagley,[6] que havia reservado um quarto para eles no Hotel Paysandú (Meggers 1948-1949, v. 1).

Betty Meggers escreveu em seu diário que achara Heloísa Alberto Torres muito simpática e que torcia para que ela gostasse deles. Dona Heloísa, como era conhecida no meio científico, foi uma figura importante na articulação de pesquisas antropológicas no Brasil e a primeira mulher diretora de uma das principais instituições científicas da época (Corrêa 1997, 2003; Ribeiro 2000).

> *Dona Heloisa seems to be very nice. She speaks very good English. I hope that she will like us. She started off by loaning us 500 cruzeiros until we can get some dollars changed, which might be a good sign* (Meggers 1948-1949, v. 1: 5).

Naquele tempo os arranjos necessários a uma viagem de pesquisa como essa eram mais demorados e difíceis. Um contato no país de destino ou o apoio de uma instituição local eram definidores da viabilização e das condições da expedição. Logo nesse primeiro encontro, por exemplo, Dona Heloísa emprestou-lhes quinhentos cruzeiros para que pudessem sobreviver enquanto organizavam a troca das notas que haviam trazido e isso foi um auxílio fundamental.

Enquanto aguardavam a regularização de seus documentos no Rio de Janeiro, aproveitaram para explorar a cidade. Dona Heloísa fez a articulação para que a expedição do casal fosse realizada sob os auspícios do Museu Nacional, o que facilitou a obtenção da autorização do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFE), necessária a todos os expedicionários estrangeiros na época.[7]

Heloísa Alberto Torres também lhes contou sobre a pesquisa de campo que havia realizado na Ilha do Marajó, em 1930, na parte norte da ilha, e isso os ajudou a mapear o local e organizar detalhes da expedição.

> *Had a very pleasant evening talking about Marajó. She was there in 1930 and dug* [...] *in the N. side of the island. Her experiences were fascinating, and we become more and more impressed with her. She was amazed at the air maps and the profusion of streams.* "Que loco!" disse ela (Meggers 1948-1949, v. 1: 15).

Após este breve período no Rio, os dois partiram para Belém de avião, no dia 17 de julho de 1948. No aeroporto de Belém do Pará, foram recepcionados por um funcionário do Consulado Americano chamado Coleman e por Inocêncio Machado Coelho, diretor do Museu Emílio Goeldi, que lhes deu autorização para que consultassem e fotografassem as coleções arqueológicas da instituição. Cecília Wagley novamente os ajudou a se estabelecerem reservando para eles um quarto no Hotel Central, para onde seguiram. Passaram as

5 Os cadernos de campo de Betty Meggers foram consultados no National Museum of Natural History – Smithsonian, com auxílio da antropóloga Dra. Barbara Watanabe. Posteriormente, foram encaminhados ao National Antropological Archives (NAA) – Smithsonian, para catalogação e arquivamento, onde se localizam atualmente.

6 Charles Wagley também era estadunidense e vinculado à Universidade de Columbia, como Meggers e Evans.

7 Órgão federal responsável por fiscalizar e licenciar expedições científicas estrangeiras no país entre os anos de 1933 e 1968 (Grupioni 1998; Sombrio 2007).

primeiras semanas na cidade resolvendo questões burocráticas e estabelecendo contatos com vistas à realização da pesquisa de campo.

Uma das primeiras pessoas que conheceram foi Frederico Barata, jornalista amazonense e colaborador do Museu Goeldi (Barreto 1992: 226), que lhes deu a primeira referência de um proprietário de terras na Ilha de Marajó com quem poderiam entrar em contato. Foi dessa forma que, no decorrer da viagem, conseguiram acessar sítios para escavação localizados em propriedades privadas, a partir de contatos, indicações e ajuda de pessoas da região.

Outra pessoa que os ajudou foi José Miranda de Pombo que, à época, trabalhava na Comissão Demarcadora de Limites. Ele deu a Meggers e Evans um mapa da Ilha de Mexiana e indicou áreas nas quais sabia que haveria material para escavação. Indicou-lhes também o nome de Edgar de Guamá, proprietário de terras em Mexiana, para que o contatassem e organizassem a expedição naquele local.

Nesse ínterim, conheceram o funcionário do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Eurico Fernandes, com quem se relacionaram por todo o tempo em que estiveram em Belém. Fernandes foi quem intermediou os contatos que fizeram para pesquisar também no Território Federal do Amapá, posteriormente Estado do Amapá, e mostrou-lhes a coleção de peças etnográficas reunida pelos funcionários do SPI, descrita por Meggers como muito diversa e interessante.

Eurico Fernandes possuía ascendência indígena e trabalhara entre indígenas do Amapá por 18 anos. Betty Meggers o descreveu como uma pessoa entusiasmada e energética, que também lhes ofereceu um quarto no próprio SPI se precisassem do lugar para realizar algum trabalho de campo. Fernandes foi um homem influente no SPI à época e doou as peças que recolheu, entre 1940 e 1950, ao Museu do Índio, no Rio de Janeiro (Instituto Socioambiental 2011; Tassinari 2003: 103).

Para articular alguns detalhes da expedição, foram conhecer o prefeito de Belém à época, Rodolfo Chermont, que lhes deu autorização para que trabalhassem em suas terras, na Ilha de Marajó. Também receberam autorização de Claudio Diaz, funcionário do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), para trabalhar nas fazendas que possuía nas Ilhas de Caviana e Marajó.

A autorização do CFE foi enviada ao casal por Heloísa Alberto Torres e chegou em Belém no dia 27 de julho de 1940, o que significava que eles poderiam finalmente dar início à expedição.

Saíram para comprar equipamentos necessários à viagem e, entre eles, Betty Meggers listou pás, cordas, lanternas de querosene, mosquiteiros e maletas. Compraram também redes, as quais Evans testou bastante antes da expedição, tentando encontrar uma posição confortável para dormir. Nos passeios por Belém, surpreenderam-se com as paisagens e condições de vida completamente diferentes das que estavam acostumados. Conheceram os bairros pobres, visitaram as igrejas e o cemitério de Santa Isabel. Passaram a frequentar a casa de Coleman, que costumava promover muitos encontros, mas não havia muito o que fazer nos finais de semana e a espera para dar início à expedição começou a deixá-los impacientes. Precisavam decidir logo por onde começariam a pesquisa de campo.

No Museu Goeldi, instituição que foi a sede de estudos do casal em Belém e com a qual mantiveram extensa colaboração mesmo após o fim da expedição, conheceram Nunes Pereira, que foi descrito por Meggers como um estudioso de peixes para o Ministério da Agricultura. Manuel Nunes Pereira integrava também o Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, fundado em 1947, do qual faziam parte, além dele, Armando Bordalo da Silva, Machado Coelho e Frederico Barata, e que se consolidou como uma importante iniciativa para o desenvolvimento dos estudos de arqueologia amazônica na época (Barreto 1992: 229).

Nunes Pereira, Machado Coelho e um médico associado ao Museu Goeldi conversaram com Meggers e Evans sobre as dificuldades que poderiam encontrar durante a expedição, como as cheias dos rios, a extensa carga que teriam que carregar em suas incursões e o risco de ter febre e doenças, avisando-lhes sobre o que provavelmente enfrentariam, mas o

casal se mostrou firme e disse que mesmo assim não desistiriam da expedição.

Com a ajuda do prefeito de Chaves, Dionísio de Carvalho, arrumaram um guia para acompanhá-los em Marajó, chamado Guamá, e assim definiram por onde iniciar a expedição. Dionísio apresentou-lhes também ao capitão do barco Tenente Portela, que foi o meio de transporte até a ilha. A viagem à Marajó durou cinco dias, pois pararam inúmeras vezes para carregar o barco com madeira. Meggers descreveu as redes que se distribuíam pelo barco, características das embarcações da região amazônica, e relatou que gostaram da comida preparada pelos tripulantes, tendo provado o açaí e o guaraná. Se impressionaram com o que chamaram de "navegação prática", sem uso de equipamentos ou mapas, e enfrentaram ventos e ondas fortes, mas estavam felizes por finalmente saírem a campo.

Sobre o transporte nas expedições daquele período há um relato interessante de Peter Paul Hilbert e Eva Hilbert.[8] Eles diziam que esses deslocamentos eram bastante difíceis e que comumente se esperava muitos dias para arrumar um meio de transporte. Frequentemente era necessário pedir "carona" aos comerciantes que transportavam mercadorias entre lagos e igarapés, o que corrobora a descrição de Meggers sobre o barco que os transportou à Marajó e comercializava também madeira (Hilbert 2009: 146).

Em Marajó, contaram com a ajuda de diversos habitantes locais e surpreendiam-se com hábitos simples como a grande importância da farinha de mandioca na alimentação ou o transporte de cargas no lombo de vacas, que nunca haviam visto. Organizaram os nomes dos locais de escavação com letras e números. Indicavam uma letra diferente para cada ilha e os números de 1 em diante seguiam a ordem dos sítios visitados em cada um desses locais. Por exemplo, na Ilha do Marajó, usaram a letra 'J' e os sítios que escavaram foram chamados então de J-1, J-2, J-3 etc.

Na casa de Dionísio de Carvalho, conheceram os empregados Magdalena e Waldemar. Através deles ficaram sabendo que, durante a construção do aeroporto de Chaves, 18 jarros foram encontrados debaixo da terra e decidiram ir até lá. Escavaram os primeiros sítios ao longo da praia e na região do aeroporto, respectivamente J-1, J-2 e J-3, como os nomearam.

No dia seguinte, foram pesquisar em um conjunto de tesos[9] e Meggers descreveu o solo como um barro preto e difícil de cavar, que deixava os fragmentos moles e tornava difícil separá-los da lama. Conseguiram retirá-los com a ajuda do guia que os acompanhava, chamado Pedro, responsável por retirar a maioria dos fragmentos e se empolgou com a escavação, como retratado no trecho do diário abaixo. O vice-prefeito de Chaves, Raimundo Nonato de Oliveira Brito, Magdalena e mais um homem da fazenda, Antônio, também estavam lá.

> *26* de Agosto (quinta) *Chaves*
> *Up at 5:30 + off at 6:15 for J-4, a group of mounds on the edge of the savanna* [...] *Two long + four small mounds, apparently built up + then occupied long enough to accumulate about 25 cm of trash. Most sherds about 10cm down. Tested in 3 spots before found one with rich results. Got about 75 fgts in area 2X1 + 1/2M – very poorly preserved* [...] *Digging in dark clay very hard, sherds soft and difficult to separate from surrounding clay.* Machete *best digging tool.*
> *Safari composed of the* vice prefeito, Sr. *Raimundo, Magdalena, Antonio and the guide, Pedro* [...] *Discouraging digging at first, but when we found the 4th spot, Pedro took an interest, took over and set about with enthusiasm to find an* "igaçaba com ouro dentro". *He found most of the sherds, including most of the rim of a small pot* (Meggers 1948-1949, v. 1: 69-70).

Ao longo do diário, Betty Meggers utiliza cada vez mais palavras em português,

8 Peter Paul Hilbert foi arqueólogo do Museu Goeldi e colaborador de Meggers e Evans, tendo acompanhado o casal na parte final da expedição. Eva Hilbert era sua esposa e viajou a campo com ele em algumas ocasiões (Hilbert 2009; Barreto 1992).

9 Aterros artificiais característicos da cultura marajoara.

demonstrando a familiaridade que foi adquirindo com algumas expressões. Usava sempre o símbolo "+" no lugar da conjunção "*and*", como reproduzido no trecho acima. Nesse ponto do diário, ela deixou registrado em nota que ninguém do grupo acreditava que ela participaria da escavação, pois consideravam o trabalho muito duro para mulheres: "*They didn't expect me to go, too rough for women I guess. 'A senhora não vai' Uow!!*" (Meggers 1948-1949, v. 1: 70). Mas para ela não havia dúvida. Participou não somente dessa, mas de todas as outras escavações durante a expedição e fazia questão disso.

Em um dos comentários deixados por Evans no diário de Meggers, ele disse considerar a floresta pobre em vida selvagem e alimentos, pois durante esse momento inicial da viagem vira apenas alguns pássaros, dois macacos, cobras e um monte de borboletas. Escreveu ainda que a flora era abundante, mas poucas coisas eram comestíveis, ananás eram abundantes, mas não havia cocos, nem bananas e mamões. Betty Meggers escreveu também sobre a escassez de flores na floresta e especulou que essa poderia ser, talvez, a razão da falta de desenhos florais na cerâmica indígena da Amazônia.

Essas observações de campo, influenciadas pelos pressupostos teóricos a que se filiavam, guiariam o trabalho de Betty Meggers por toda a sua carreira e a levariam a argumentar que as pessoas que viveram na Amazônia adotaram a dispersão e a transitoriedade porque essa seria a "tendência adaptativa primária" que lhes garantiria a sobrevivência, construindo assim a imagem de um paraíso ilusório baseada na ideia da escassez alimentar (Meggers 1987: 220). Ao chegar a essas conclusões o casal desconsiderou, por exemplo, o fato de grande parte das plantas utilizadas pelos indígenas serem desconhecidas dos pesquisadores ou a importância destacada da pesca na região. Alguns estudos mais recentes têm apontado o manejo de árvores frutíferas na floresta, o aproveitamento das várzeas dos rios para plantio e a produção de fermentados, entre outras tradições alimentares, como responsáveis pelo sustento de populações muito maiores do que as imaginadas nas hipóteses de Meggers e Evans (Neves 2016; Barreto, Lima & Betancourt 2016a).

Na Ilha de Marajó, o casal passou um período abrigado na Fazenda Santa Catarina, que pertencia à família de Rodolfo Chermont. De lá, partiram para outros pontos a procura de fragmentos cerâmicos. Estiveram em Sipó, Formiga e Tapera, onde as coletas foram promissoras, e em Carmo, onde não tiveram muita sorte com as escavações. No sítio de Ananatuba encontraram um pequeno pote inteiro, que foi celebrado como o primeiro da expedição.

Seguiram viagem à Ilha de Mexiana, mas antes enviaram ao Museu Goeldi oito sacos contendo fragmentos cerâmicos recolhidos na primeira ilha visitada. Em Mexiana, contaram com a ajuda do Sr. Guamá, que conheceram em Belém e que lhes ofereceu hospedagem. Da casa dele saíam a campo e passavam dias dormindo em locais mais próximos aos sítios de escavação. Em um sítio localizado no braço do Igarapé Papa Cachorro realizaram uma coleta promissora, tendo encontrado fragmentos com adornos antropomórficos marajoaras, incluindo uma grande borda de urna funerária.

Em Acauan, uma família os recebeu no primeiro dia e as noites seguintes passaram acampados na mata, mais próximos à escavação. O guia que os acompanhava naquela região era Ramiro e ele os ajudou a montar a barraca. Na sequência, foram para Fundo das Panelas e logo na chegada avistaram raízes de árvores que haviam crescido passando entre fragmentos cerâmicos. Encontraram dois jarros muito bem preservados, além de ossos humanos e vários outros objetos. Quando retornaram para a barraca, à noite, duas mulheres de uma casa próxima ao seu acampamento levaram água e 30 ovos de camaleão já cozidos para que eles jantassem. Aquilo os deixou muito contentes e agradecidos. A **Fig. 1** é um registro de um de seus acampamentos, enviado para os Estados Unidos como mensagem de "Boas festas" pelo casal:

Fig. 1. Betty Meggers e Clifford Evans em acampamento na Ilha de Mexiana.
Fonte: NAA – Smithsonian.

Em Mulatinho, alguns potes puderam ser avistados acima do solo, o que levou Meggers a especular que o local poderia ser um cemitério antigo. Armaram o acampamento nas proximidades do sítio e, no dia seguinte, durante as escavações, Evans conseguiu caçar um javali que se transformou no almoço do casal. Estiveram também na Ilha de Ananás, acompanhados por Ramiro, onde encontraram fragmentos submersos em um Igarapé e, antes de seguirem para a Ilha de Caviana, deram início à lavagem e classificação dos fragmentos reunidos em Mexiana.

Viajaram a Caviana enfrentando a agitação das águas do rio. Chegando lá, foram recepcionados pelo administrador da fazenda de Dionísio de Carvalho, um homem chamado Tibúrcio da Silva Melo que logo se mostrou disposto a ajudá-los. A terceira ilha visitada era bem diferente das anteriores. Lá só andaram a cavalo, não em vacas como haviam feito em Mexiana, e lhes pareceu mais bem organizada. Almoçaram com a família de Tibúrcio e logo seguiram para o Teso das Igaçabas, local famoso entre os moradores locais que costumavam levar vasos inteiros para suas casas, deixando fragmentos e ossos. Tibúrcio lhes forneceu uma lista de peixes, animais e plantas comestíveis da ilha e acharam que também nesse aspecto a Ilha de Caviana se mostrava mais rica, com maior variedade de alimentos em relação à Mexiana e grandes plantações de ananás.

No sítio de Abacatera, encontraram pequenos fragmentos que guardavam semelhanças com outros encontrados em um dos sítios de Mexiana, o que os fez pensar que aquele local poderia ser um acampamento de inverno. Em outro sítio de Caviana, encontraram grandes vasos e poucos fragmentos, o que os fez inferir que aquele seria um espaço de ocupação permanente. Dessa forma, iam definindo seus conceitos sobre a dinâmica de ocupação do território.

Na Fazenda Carmo conheceram Benjamin Pinto e Souza, quem chamavam de Jajá.

Não tiveram muito sucesso com as escavações, mas gostaram tanto de Jajá que o convidaram para trabalhar com eles em Belém, e ele aceitou. Nesses dias, Betty Meggers escreveu muito sobre a vida dos vaqueiros e caboclos da região[10] e, em um almoço com Jajá, comeram quatro pequenas tartarugas com farinha enquanto conversavam. Descobriu então que ele nunca havia frequentado a escola e escreveu em seu diário que os fazendeiros não tinham interesse em educar seus empregados, pois achavam que assim que recebessem uma educação mínima deixariam de trabalhar na ilha. Impressões como essas também estão presentes em diversos momentos de seu relato.

Em seguida retornaram a Chaves, cidade onde iniciaram o campo e, a essa altura, Meggers e Evans já conheciam bem as três ilhas – Caviana, Mexiana e Marajó –, estavam mais adaptados à região e entendiam melhor como organizar o trabalho. Começam a aparecer, nesse ponto da narrativa, relatos sobre problemas de saúde e falta de resistência física, além da escassez de comida no campo e, por isso, descansaram por um dia na casa onde estavam hospedados, que pertencia a Neco, irmão de Tibúrcio. Nesse dia de descanso, Betty Meggers se dedicou a observar as mulheres da casa, Walkiria e Rosinha, cozinharem enquanto conversavam sobre muitos assuntos, como o porquê de não se caçarem os botos ou como se preparava o doce de coco. Meggers relatou que muitas vezes as mulheres não faziam as refeições junto com eles e ela acabava sendo a única na mesa, demonstrando certo incômodo com isso. Comparou também a técnica da produção cerâmica dos fragmentos que escavava com a dos vasos que as mulheres ainda produziam no momento de sua viagem.

Terminado esse primeiro período da pesquisa de campo, em dezembro de 1948, retornaram a Belém em uma viagem de barco que durou três dias e foram para o Grande Hotel. Estavam muito mais magros, o que foi percebido nos reencontros na cidade. Passaram esse primeiro período no campo sonhando com o conforto das cidades, mas assim que retornaram aquilo não lhes parecia mais importante (Meggers 1948-1949, v. 2).

Encontraram Machado Coelho no Museu Goeldi, que escutou as histórias sobre a viagem e lhes falou sobre o Boletim do Museu, que ele tentava retomar após anos de dormência. Aceitou a proposta do casal de escrever um artigo para o Boletim e lhes ofereceu um lugar para se estabelecerem dentro do museu. Saíram então do hotel e passaram a residir na antiga casa de Diretores do Museu Goeldi, onde analisaram o imenso volume de fragmentos cerâmicos coletados em campo.

O Boletim do museu, periódico originado em 1894 para divulgar as pesquisas realizadas pela instituição, enfrentou dificuldades no início do século XX devido à escassez de recursos que se abateu sobre o museu e deixou de ser publicado em 1915. Ressurgiu brevemente em 1933, mas entre 1934 e 1948 quase nenhum trabalho foi publicado (Barreto 1992: 224). Machado Coelho foi quem retomou esse projeto, nesse mesmo momento da permanência de Betty Meggers e Clifford Evans no museu, episódio relatado no diálogo que Meggers registrou em seu diário.

Quando já estavam instalados na casa do Museu Goeldi, Benjamim Souza chegou para auxiliá-los no trabalho, trazendo consigo um quati que Meggers e Evans haviam adotado em Chaves e sacos de fragmentos cerâmicos de Caviana que havia se comprometido a levar para o casal. O primeiro trabalho de Jajá em Belém foi dar início à numeração desses fragmentos, passo importante no trabalho com o material.

Passaram a virada do ano em Belém e seguiram para o Território Federal do Amapá. Lá conheceram um homem, a quem Meggers se referiu como Capitão Janay, que os apresentou a Macapá e lhes forneceu um mapa da região. Estiveram em um museu cujo nome não foi mencionado no diário e conheceram o diretor desta instituição, Newton Cardozo, que os acompanhou nas viagens pelo Amapá, iniciadas na localidade de Rio Piçacá.[11]

10 Termos usados por Meggers em seu diário.

11 Os nomes dos locais de escavação foram mantidos aqui da forma como Meggers os escreveu em seus diários.

Procuraram por fragmentos cerâmicos nas proximidades da casa de dois homens, Bruno e Lauro. A investida mais promissora foi na segunda localidade, a casa de Lauro, cujo jardim se transformou no novo sítio de escavação do casal. Sendo um antigo local de habitação, os fragmentos cerâmicos estavam por todos os lados e, a aproximadamente dois quilômetros acima da casa havia ainda outro sítio no qual encontraram um conjunto de quatro vasos (dois altos e dois redondos), um vaso tubular antropomórfico e um banco zoomorfo quebrado **(Fig. 2)**.

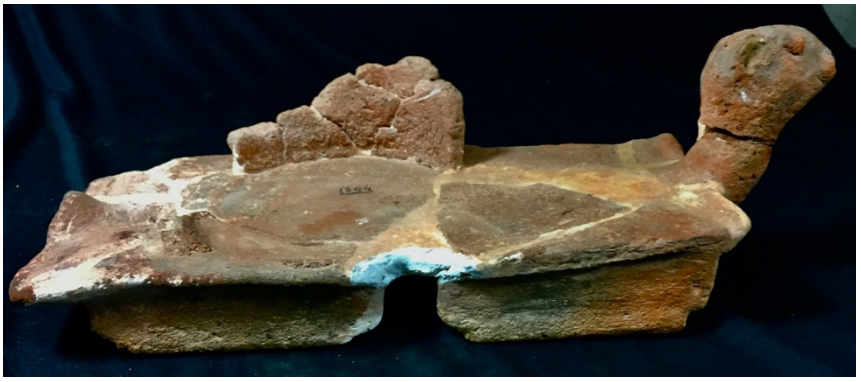


Fig. 2. Banco zoomorfo, cemitério Piçacá. Museu Paraense Emilio Goeldi.
Fonte: arquivo pessoal.

Na cidade de Porto Grande, escavaram na rua principal enquanto eram observados por cerca de 50 pessoas, a maioria crianças, e artefatos de pedra podiam ser encontrados por todos os lados. Na Povoação Tucumã, se hospedaram na fazenda de Noé Xavier de Andrade, mas ele não conhecia nenhum sítio por ali e recomendou que fossem até Arara, onde Meggers e Evans encontraram muitos fragmentos em boas condições em meio a uma enorme quantidade de formigas.

Deixaram Tucumã após serem muito bem tratados pelo Sr. Andrade e seguiram rumo à montanha de Aristé. Nesse caminho, encontraram pela primeira vez algumas igaçabas inteiras. Haviam escutado histórias sobre peças como aquelas e visto exemplares nos museus, mas ainda não haviam se deparado com nenhuma, o que tornou esse momento importante para eles. Passaram muitas horas escavando, medindo, fotografando. Decidiram levar os achados consigo, porém desistiram com medo de que se quebrassem no caminho. O guia que os acompanhava lhes arrumou, então, bolsas feitas de folhas de palmeiras para carregarem os potes. Escolheram quatro dos menores para levar, deixando os outros agrupados perto da parede da caverna onde foram encontrados. Newton Cardozo, que estava presente, levou outros três exemplares para o museu do Amapá.

De volta a Macapá se encontraram com o Capitão Janay e enfrentaram uma situação conflituosa. Ele lhes disse que Newton Cardozo reclamara da postura do casal, os acusando de estarem levando todos os bons exemplares com eles, apesar de não lhes ter dito isso pessoalmente. Janay pediu então que eles fizessem a divisão dos achados atentando em deixar bons exemplares para o museu do Amapá.

Retornando a Belém, Meggers deu início à classificação dos fragmentos e começou a reconstruir um pote encontrado em Mulatinho. Sobre os fragmentos de Marajó, anotou que a cerâmica decorada existia em porcentagem muito menor. Enquanto fazia esse trabalho, começava também o carnaval e a música do ano era Chiquita Bacana, que tocava o tempo todo. Meggers escreveu muitas vezes sobre a música em seu diário, inclusive sobre a falta que sentiu de escutá-la após o fim do período de festa. Aos poucos foram descrevendo toda a cerâmica decorada, tarefa que demandava enorme esforço e lhes parecia interminável naquele momento.

Em 1 de abril de 1949, Meggers escreveu que haviam descoberto conexões entre vários sítios, mas ainda não conseguiam conectá-los ao esquema estratigráfico deles. Tentou escrever uma lista de cores das peças encontradas nas planícies de Anjos e Mangueira, mas foi uma verdadeira luta concluí-la. Olhavam a cerâmica amazônica há tanto tempo que tudo lhes parecia igual. Em fevereiro, quando iniciaram a classificação, tudo parecia diferente. Buscavam diferenças, mas tendiam a concordar que não havia tanta variedade. Devia haver diferença, Meggers escreveu, mas as porcentagens que reuniram não produziriam um quadro tão consistente e razoável de desenvolvimento, até então (Meggers 1948-1949, v. 3).

Evans elaborou um quadro no qual colocou todos os sítios em sequência. Mudaram a classificação muitas vezes e pararam de contar a Peter Hilbert sobre essas mudanças, com medo de que ele perdesse a confiança neles. A confusão já era o suficiente para abalar sua própria autoconfiança e decidiram esperar para seguir compartilhando essas impressões.

Terminaram a classificação das ilhas e começaram a do território, identificando os sítios mais homogêneos primeiro. Separaram a cerâmica das três planícies, que possuíam temperos diferentes. Havia muitas rochas, estavam reunindo uma grande coleção mineral também.

Em 22 de abril, encontraram Frederico Barata e Machado Coelho para pensarem juntos sobre os achados da pesquisa. Barata ficou impressionado e disse que esse era o tipo de trabalho que a Amazônia precisava. Quanto mais falavam com Barata mais o admiravam e respeitavam.

Os dias seguintes, passaram planejando o início da nova incursão em Marajó. Coleman, da embaixada americana, os acompanhou em um encontro com Lauro Lobato para pedir permissão para escavar em Camutins, que lhes foi concedida com cortesia. Partiram em 6 de maio e seguiram para o Oeste da ilha. Peter Hilbert e um guia chamado Alcindo os acompanharam nessa viagem. Enfrentaram o caminho todo alagado pelas chuvas, o que dificultou o trajeto, mas logo se depariam com a parte mais emocionante de sua jornada.

Passaram por Monte Carmelo e lá, em um grande teso, encontraram fragmentos de potes, de tangas e alças de vasos. Seguiram a Camutins e chegaram à casa de Pedro Araújo, por quem foram recebidos. Assim que saíram do barco, começaram a pisar em fragmentos. Durante a coleta, não conseguiam decidir o que pegar, pois quanto mais andavam mais incrível a cerâmica se tornava: fragmentos grandes, pequenos, pintados, lisos, incisos, adornos, alças ornamentadas, estatuetas e tangas de todos os tipos. O anfitrião, Pedro, possuía alguns potes daqueles em sua cozinha, um que usava para guardar água e outros dois pequenos para cozinhar. No fundo de um grande vaso encontraram uma tanga vermelha inteira, que hoje está no acervo do Museu Goeldi **(Fig. 3)**:

Fig. 3. Tanga vermelha, Monte Carmelo. Museu Paraense Emilio Goeldi.

Fonte: arquivo pessoal.

No dia seguinte, saíram cedo para pesquisar em outros tesos próximos ao rio. Mapearam os locais e encontraram fragmentos abundantes em três quartos deles. Havia locais de habitação, cemitérios e especularam que alguma coisa deveria explicar a alta porcentagem de fragmentos decorados naquele local.

Se hospedaram em uma casa próxima ao rio que possuía teto de palha e chão de terra. A mulher, dona da casa, cozinhava em um

fogareiro simples no chão da cozinha e seus utensílios variavam entre potes desenterrados do teso e objetos de alumínio. No cômodo onde o casal e Peter Hilbert dormiram mal cabiam as três redes e o local era muito quente pela proximidade com a mata. Quando se cobriam para se proteger dos mosquitos o calor se tornava insuportável. Tiveram noites difíceis.

Na localidade de Guajará, escavaram o topo de um teso e começaram a esbarrar em urnas por todos os lados. Meggers se referiu a duas delas no diário como "H" e "I". A urna H foi descrita como uma peça linda, policroma, completa, exceto por uma alça quebrada. A urna I era incrível: com uma base enorme, muito grande para remover, e com ossos dentro. Tiveram que tirar toda a parede de terra do poço que cavaram para conseguir retirá-la. Encontraram mais tangas e esqueletos em boa condição, e se perguntavam se as igaçabas iriam alguma hora acabar.

Lavaram a urna H e puderam ver que era mesmo linda e possuía cores preservadas. Hilbert brincou que pagaria dois contos por ela, se pudesse, e eles disseram que a levariam ao Museu Goeldi e que isso deixaria Machado Coelho muito feliz **(Fig. 4)**.

Fig. 4. Urna funerária antropomorfa, Coleção Meggers e Evans. Museu Paraense Emilio Goeldi.

Fonte: arquivo pessoal.

Quando voltaram a Belém uma multidão de admiradores juntou-se em torno deles e perguntavam sobre a grande urna: "Vocês a acharam? Havia ossos dentro? Que fortuna!", diziam. A urna foi então transportada para o museu e eles retornaram para casa. Deram início à lavagem dos fragmentos e Evans se incumbiu de iniciar os processos de preservação dos ossos. Foi aí que descobriram que nem todos eram humanos e que animais eram também enterrados junto com as pessoas (Meggers 1948-1949, v. 4).

Frederico Barata foi quem pediu que tirassem uma foto com a grande urna para o jornal "Província", alegando que foram os primeiros estrangeiros a não levarem tudo embora e por isso era importante divulgar a descoberta. A foto foi tirada junto com Machado Coelho e com sua secretária, Dona Izabel, e publicada no jornal. Aquela foto os fez famosos em Belém.

Apesar do alvoroço na cidade, o fato de terem levado a urna ao Museu Goeldi provocou um desentendimento com o proprietário da terra na qual a peça havia sido encontrada. O proprietário era Armando Teixeira, que foi até a casa do casal, no Museu Goeldi, acusá-los de terem roubado sua propriedade e, em seguida, foi fazer essa reclamação ao diretor do museu. Machado Coelho argumentou que entendia a visão dele, mas também entendia a dos pesquisadores. Disse-lhe que por ser um artefato de interesse da ciência, a urna deveria pertencer a um museu. No entanto, o argumento não apaziguou o ânimo de Teixeira, que foi embora, mas ainda retornaria para debater a questão.

Armando Teixeira retornou ao museu dois dias depois, dizendo que decidira doar a urna para o Museu Nacional, mas posteriormente chegou a um acordo com Machado Coelho. A urna ficaria no Museu Goeldi e o nome dele apareceria como o doador em grandes letras. Os nomes de Meggers e Evans apareceriam em letras bem pequenas como os descobridores do artefato. Segundo Meggers, ele se tornou mais razoável quando Machado lhe disse que o Patrimônio Histórico permitia que coisas com valor histórico fossem recolhidas, mas Teixeira

deixou Belém decidido a não permitir outras pesquisas em sua fazenda.

O fim da viagem se aproximava e o casal contou com a ajuda de Frederico Barata e Machado Coelho para conseguir exportar parte da coleção. Foi Jajá quem ficou responsável por começar a dividir os fragmentos que seriam enviados para o Museu Nacional e os que ficariam no Museu Goeldi. Para o Museu de Macapá, separaram sete sacos com fragmentos cerâmicos e quatro caixas pequenas, com fragmentos e potes. Não há no arquivo do CFE nenhum registro sobre a parte da coleção que foi exportada.

Em Belém, Machado Coelho acompanhou o delegado do CFE no Pará, Dr. Leão, na averiguação dos materiais coligidos pelo casal. Meggers anotou que o delegado deu sua aprovação com apenas um rápido olhar sobre o material. O casal também entregou a Machado Coelho um relatório sobre a grande urna e sobre as três tangas encontradas em seu interior. O diretor, por sua vez, disse estar muito satisfeito com o trabalho que realizaram.

Estiveram, ainda, em Belo Horizonte e em Confins para visitar cavernas com vestígios arqueológicos e pinturas rupestres. Retornaram ao Rio de Janeiro de avião e encontraram Heloísa Alberto Torres, que os recebeu novamente de braços abertos. Meggers a considerava uma mulher incrível, como deixou anotado em seu diário e, na conversa sobre a grande urna, Torres concordou que o artefato deveria ter ficado no Pará, acabando com o receio que o casal tivera de que ela pudesse se aborrecer com essa situação.

Retornaram então a Belém, por onde deixariam o país. Entregaram oficialmente parte da coleção que reuniram ao Museu Goeldi, além da grande urna já mencionada, e deixaram uma quantia em dinheiro com Machado Coelho para que encaminhasse a parte da coleção que cabia ao Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Heloísa Alberto Torres, Machado Coelho, Barata e Hilbert, todos manifestaram o desejo de que o casal retornasse algum dia para que pudessem fazer outros trabalhos juntos, escreveu Meggers nas páginas finais de seu último caderno de campo. Em 13 de julho de 1949, se dirigiram ao aeroporto para deixar o país. Chegaram aos Estados Unidos cansados após dois dias de viagem, entre paradas, trocas de avião e um trem. Era bom estar em casa, mas precisaram de um tempo para se acostumar com todos falando inglês novamente.

Rede de colaboradores

Como demonstram esses registros, a rede de colaboradores de Meggers foi enorme e diversa. Além do apoio fundamental de seu marido, Clifford Evans, contou com suporte de pesquisadores brasileiros, como Heloísa Alberto Torres, Peter Hilbert, Frederico Barata e Machado Coelho, entre outros nomes citados em sua narrativa, como o arqueólogo francês Marcel Homet.

Peter Hilbert, brevemente mencionado neste artigo, estabeleceu forte relação de amizade com o casal que se manteve ao longo de suas vidas. De origem alemã, veio para o Brasil após a Segunda Guerra e viveu na região amazônica por 40 anos. Soldado entre 1939 e 1947, possuía isso em comum com Clifford Evans, apesar de terem atuado em lados opostos na guerra. Conseguiu situação mais estável dentro do Museu Goeldi a partir de 1954, quando a instituição passou a ser sustentada por verbas federais através do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em convênio com o então recém-fundado CNPq (Hilbert 2009). O receio que Meggers relatou de que Hilbert considerasse a pesquisa deles confusa, quando ainda tentavam entender os dados de campo, demonstra o respeito que ela possuía por ele e por suas opiniões.

Foram muitos os guias, mateiros, remadores, moradoras e moradores daquela região que permitiram que Meggers e Evans acessassem os sítios de escavação, conhecessem e viajassem pelo território, haja vista a quantidade de nomes mencionados no relato. Dentre estes, Benjamim Pinto e Souza, a quem chamavam de Jajá, se destaca na narrativa de Meggers. Ele participou de processos fundamentais da pesquisa, como as coletas de campo em Caviana, a organização, limpeza e numeração dos fragmentos cerâmicos

e a distribuição das coleções entre os museus envolvidos. Jajá também estabeleceu relação afetiva e de confiança com o casal que o levou para trabalhar em Belém. Além de os ajudar a viabilizar a pesquisa, Souza era presença frequente na casa em que moraram no Museu Goeldi e lhes ensinou muito sobre a cultura popular da Amazônia. Foi um dos poucos mateiros que teve seu sobrenome indicado no diário, uma marca evidente da distinção de classes.

Foram abrigados por moradores locais inúmeras vezes, em casas, casebres e fazendas, como na residência de Pedro Araújo e sua esposa, na Ilha do Marajó, local pelo qual iniciaram uma das incursões mais promissoras da expedição. Tiveram ajuda de Ramiro em Mexiana, Guamá em Caviana, Alcindo na viagem que fizeram acompanhados também por Peter Hilbert em Marajó, entre muitos outros.

Das pessoas que conheceram em Belém, também receberam muita ajuda. Desde mapas da região, como os fornecidos por Inocêncio Bentes, que os ajudou na Ilha de Marajó, até a intermediação em conflitos que emergiram em meio às pesquisas, como fez o Capitão Janay em Macapá quando foram questionados por Newton Cardoso sobre as peças que estavam levando para fora do Estado. Coleman, representante da embaixada americana em Belém, se transformou em um amigo que os recebia e acolhia nas horas de descanso, algo também fundamental em trabalhos de campo realizados por tempo tão prolongado, como bem sabem todos que já passaram por situação semelhante.

Tiveram apoio dos prefeitos de Chaves e de Belém à época, Dionísio de Carvalho e Rodolfo Chermont, respectivamente, e de outros proprietários de fazendas da região, como Edgar de Guamá, Claudio Diaz, Noé Xavier de Andrade, Lauro Lobato e Armando Teixeira, com quem se desentenderam por causa da retirada da famosa grande urna, uma das peças mais emblemáticas do Museu Goeldi até os dias de hoje. Funcionários públicos diversos também cruzaram o caminho do casal e contribuíram com o desenrolar da pesquisa, com destaque para Eurico Fernandes, do Serviço de Proteção aos Índios, por quem Meggers demonstrou profundo respeito, além de outros como Felisberto de Camargo, do Instituto Agronômico do Norte.

Mulheres apareceram mais à margem dos trabalhos da pesquisa arqueológica, mas Meggers deixou indícios da presença delas em diversos momentos, quando menciona, por exemplo, que conheceram a exposição do Museu Nacional do Rio de Janeiro acompanhados por uma senhora chamada Dona Maria, quando Magdalena, funcionária da casa de Dionísio de Carvalho, lhes forneceu informações sobre o aeroporto de Chaves e os acompanhou na escavação, ou quando Walkiria e Rosinha, mulheres de uma das casas onde o casal se hospedou em Caviana, a acolheram em uma tarde de conversas.[12] Houve também a contribuição de Cecília Wagley, que os ajudou a se estabelecerem tanto no Rio quanto em Belém.

Todos esses nomes fizeram parte dos processos de trabalho, das descobertas e dos equívocos que caracterizaram a expedição do casal, levando à consolidação de uma importante rede de informações, apoio e negociações, à sobrevivência no campo e à construção de teorias permeadas por essa experiência. Os colaboradores locais foram fundamentais para a pesquisa e pode-se supor que a observação das práticas diárias desses habitantes, particularmente dos diferentes auxiliares de pesquisa, forneceu influência importante para moldar o pensamento da pesquisadora.

"First Lady of Amazonia"

A importância do trabalho de Betty Meggers foi marcante, mesmo considerando que muitas de suas proposições teóricas tenham sido ultrapassadas por concepções recentes. Essas novas perspectivas teóricas e metodológicas dedicaram-se em grande parte a diminuir uma visão considerada depreciativa em relação ao desenvolvimento de populações no território amazônico, identificada nos trabalhos do casal. Não obstante, a presença de Betty Meggers

12 No decorrer da viagem, Meggers se comunicava com seus interlocutores em português e anotou muitas palavras em língua portuguesa em seus diários.

e Clifford Evans no Museu Goeldi entre 1948 e 1949 é associada a um período de ressurgimento de pesquisas na instituição e que deu início a um longo projeto de produção de conhecimento, gerando desdobramentos até os dias de hoje.

Importante dizer que a tradição da pesquisa arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi remonta ao século XIX e à trajetória profissional de seu fundador, Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), que já naquele período reuniu e estudou coleções arqueológicas da Ilha de Marajó. Esse é o período em que as práticas arqueológicas tiveram início e expandiram-se de maneira significativa no país, tornando-se inclusive uma disciplina central nas discussões sobre a formação social da nação, ocupando espaços tanto no Museu Goeldi (Sanjad 2011) quanto no Museu Nacional do Rio de Janeiro (Lopes 1998), acompanhando também o movimento internacional de expansão da arqueologia, geralmente associado ao colonialismo.

As pesquisas de campo realizadas por Meggers e Evans em 1948 e 1949 marcaram um momento de retomada e profissionalização das atividades arqueológicas no Museu Goeldi e foram continuadas ao longo do século XX. As articulações profissionais construídas no país deram origem a dois grandes projetos da arqueologia brasileira: o PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, desenvolvido entre 1965 e 1970 no Território Brasileiro; e PRONAPABA – Programa de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica, voltado exclusivamente para a Amazônia Legal Brasileira, coordenado pelo arqueólogo brasileiro Mário Simões (INPA-Museu Goeldi), em conjunto com Betty Meggers e Clifford Evans, representando o Instituto Smithsonian. Um dos objetivos do PRONAPABA era testar a validade das classificações anteriores estabelecidas por Meggers e Evans e esclarecer a distribuição geográfica dos vários estilos e tradições. Esses esforços, ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, em refinar o trabalho de Meggers e proceder à seriação e classificação dos complexos cerâmicos locais em Fases e Tradições gerou uma enorme quantidade de dados. O Museu Emílio Goeldi teve papel fundamental na organização deste conhecimento, preservando as coleções cerâmicas de cada projeto, incluindo as coleções-tipo de cada fase e tradição então curadas pelos pesquisadores envolvidos (Barreto, Lima & Betancourt 2016b: 22).

O livro publicado pelo casal sobre as pesquisas realizadas entre 1948 e 1949 na região do Baixo Amazonas – *Archeological Investigations at the Mouth of the Amazon* (1957) – foi dedicado à descrição e classificação de seus achados arqueológicos, à proposição de um desenho da sucessão cultural na área e teorizações sobre o efeito do ambiente da floresta tropical nessa sucessão, que foi enquadrada na pré-história da América do Sul como um todo dando continuidade ao trabalho de Julian Steward (1948). Consideraram a cerâmica mais simples que encontraram como parte da chamada "Cultura da Floresta Tropical" e a Fase Marajoara, caracterizada por vestígios mais decorados e elaborados, como proveniente da Região do Circum-Caribe (Meggers & Evans 1957). Em 1952, eles retornaram à Amazônia para escavar na Guiana Inglesa, uma espécie de expansão da pesquisa anterior realizada no Amapá.

Os diários de campo de Betty Meggers aqui abordados (1948-1949), registro ainda pouco conhecido, são capazes de demonstrar o respeito e a admiração que ela possuía por seus colaboradores brasileiros, explicitados em diversos momentos em suas anotações de campo. Nesses documentos, estão registradas histórias paralelas à procura pelas cerâmicas arqueológicas, capazes de nos ajudar a compreender a dispersão das coleções formadas por Meggers e Evans entre museus diversos, em particular as que foram para o Museu Goeldi, Museu Nacional e Museu do Território do Amapá, e como foi capaz de articular tamanha pesquisa, sempre em companhia de Clifford Evans, mas também em contato constante com inúmeros brasileiros com os quais se relacionou e de quem dependia para concretizar seus objetivos de pesquisa.

Naquela época, não se fazia arqueologia colaborativa, mas os registros mantidos por

Meggers revelam a intensa proximidade dos habitantes locais com o material arqueológico, materialidade que aparece na narrativa em níveis de funcionalidade (por exemplo, no caso de Pedro Araújo, que utilizava potes de cerâmica retirados da terra para armazenar água e cozinhar), cotidiano (vestígios que emergiam em meio a construções, como a do aeroporto de Chavez, em Marajó, ruas principais permeadas por artefatos, como descreve na cidade de Porto Grande, Amapá) e afeto (nos inúmeros casos de locais que mantinham objetos desenterrados em suas casas).

Na arqueologia amazônica, a cerâmica é a base do trabalho das arqueólogas e arqueólogos. A partir dela, esses profissionais mapeiam áreas de ocupação e atividade, funcionalidades, sistemas tecnológicos, interligações e redes entre diferentes locais, mudanças estilísticas etc. As pesquisas de Meggers e Evans, baseadas principalmente nesse tipo de análise, levaram à criação de tipologias e classificações para a cerâmica, como os conceitos de Horizontes, Tradição e Fases, definidos nos anos 1950 e 1960, e usados para nortear pesquisas até hoje (Barreto, Lima & Betancourt 2016b: 22).

Atualmente, esse quadro classificatório vem sendo atualizado, integrando novos conceitos e métodos. Embora as classificações das cerâmicas em fases e tradições e todo esse repertório terminológico ainda constituam a mais importante referência para a maioria dos arqueólogos que trabalham na Amazônia brasileira, muitos perceberam que são necessárias mudanças nos métodos de classificação e interpretação da cerâmica amazônica e no desenho de um modelo geral mais dinâmico para a cronologia cultural da região.

Quanto mais as pesquisas avançam, maior é a diversidade de estilos cerâmicos evidenciados – diversidade tão grande e comparável apenas à diversidade linguística da região. A cerâmica continua sendo uma fonte privilegiada de informação, desde que vista em contexto, e a comparação entre complexos cerâmicos, cada vez maior, tem sido capaz de elucidar diferentes modos de interação social e de formação de redes entre povos e territórios (Barreto, Lima & Betancourt 2016b; Schaan 2006; Neves 1999-2000). Nesse sentido, a contribuição de Meggers permanece um marco importante para a história da arqueologia amazônica.

O reconhecimento de que as interpretações dos habitantes locais sobre a materialidade arqueológica da Amazônia é também parte integrante dessa materialidade (Cabral, Pereira & Bezerra 2018) tem cada vez mais influenciado o desenvolvimento de pesquisas colaborativas, considerando em grande medida a relação entre dados arqueológicos e populações indígenas que seguem habitando a região. Essa perspectiva evidencia os diversos atores que circundam no entorno desses vestígios arqueológicos e indica caminhos mais participativos na gestão desse patrimônio e das coleções, respeitando demandas das comunidades da região.

Por fim, retomando brevemente a questão sobre a participação de mulheres na arqueologia da Amazônia, as impressões registradas por Betty Meggers em seus diários demonstram que parte das reações a sua presença em campo caracterizavam-se por surpresa e estranhamento, como a experiência que viveu em Chavez quando um grupo de homens que acompanhava o casal não acreditava que ela participaria da escavação. Anotou também impressões mais gerais sobre assimetrias de gênero, como, quando na casa de Neco, em Chavez, observou que as mulheres faziam suas refeições separadas dos homens da casa e que, por ser uma convidada estrangeira, na maioria das vezes ela era a única mulher na mesa.

No campo profissional, sua experiência abriu caminho e influenciou a carreira de inúmeras outras arqueólogas da Amazônia. Além dos nomes mais conhecidos, como as já citadas Anna Roosevelt e Denise Schaan, desde as pesquisas pioneiras de Betty Meggers o campo da arqueologia amazônica conta com uma ampla presença de mulheres e é celebrado por isso. Não obstante, identificam-se ainda problemas de iniquidade. Em estudo realizado por Caromano *et al.* (2017) a partir da análise de um conjunto de indicadores cientométricos sobre a área, concluiu-se que, embora as mulheres estejam em maior número nesse campo e produzam mais atualmente, trabalhos escritos por homens são ainda mais citados,

bem como recebem maior destaque em eventos da área. Como em muitos outros campos científicos, essas iniquidades estão diretamente relacionadas a contextos sociais maiores, como as discrepâncias na forma em que se dividem tarefas do ambiente doméstico e profissional, estereótipos sociais e inflexibilidade das instituições científicas.

SOMBRIO, M.M.O. Travels Through an Illusory Paradise: Notes on Betty Meggers's Expedition to the Lower Amazon Region and her Collaboration Network (1948-1949). *R. Museu Arq. Etn.*, 39: 206-226, 2022.

Abstract: In 1948, Betty Jane Meggers (1921-2012) came to Brazil for the first time to carry out archaeological research in the Lower Amazon region, which she carried out accompanied by her husband, Clifford Evans, also an archaeologist. Born at the beginning of the 20th century, Betty Meggers is part of a growing process in that period, which meant a greater women's insertion in scientific institutions and careers. The objects collected during this research were later divided between the Museum Emílio Goeldi, in Pará, the National Museum of Rio de Janeiro and the Museum of Amapá's Territory, national institutions which assisted them in their research in Brazil, and part was taken to the Smithsonian Institution in the United States. In this article, this trip is described based on Betty Meggers field diaries, which allowed to map the diverse collaboration network that supported her in Brazil, in addition to revealing the subjective and personal aspects involved in her field work. The detailed descriptions written by Meggers in her notebooks include daily notes on the periods she spent in Rio de Janeiro and Belém, the incursions to the Islands of Marajó, Caviana and Mexiana, and to the territory of Amapá. They also include many names of Brazilians present in her narrative, revealing a large structure of collective work around the couple of researchers that allowed the production of that knowledge.

Keywords: Betty Meggers; Collaboration networks; Women scientists; Field journals; History of Amazonian archaeology.

Referências bibliográficas

Barreto, C.; Lima, H.P.; Betancourt, C.J. 2016a. Introdução. In: Barreto, C.; Lima, H.P.; Betancourt, C.J. (Orgs.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Iphan; Ministério da Cultura, Belém, 12-16.

Barreto, C.; Lima, H.; Betancourt, C.J. 2016b. Novos olhares sobre as cerâmicas arqueológicas da Amazônia. In: Barreto, C.; Lima, H.; Betancourt, C. (Orgs.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Iphan, Belém, 19-31.

Barreto, M.V. 1992. História da pesquisa arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia* 8: 203-294.

Bezerra, M. 2011. "As moedas dos índios": um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 6: 57-70. Disponível em: <https://bit.ly/3U4cyVY>. Acesso em: 23/11/2022. DOI 10.1590/S1981-81222011000100005.

Cabral, M.; Pereira, D.; Bezerra, M. 2018. Patrimônio Arqueológico da Amazônia: a pesquisa, a gestão e as pessoas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 38: 247-269.

Caromano, C. *et al*. 2017. Nem todas são Betty ou Anna: o lugar das arqueólogas no discurso da arqueologia amazônica. *Revista de Arqueologia* 30: 115-129. Disponível em: <https://bit.ly/3V3UVa6>. Acesso em: 23/11/2022. DOI 10.24885/sab.v20i2.547.

Castañeda, Q.E. 2008. The "Ethnographic Turn" in Archaeology: Research Positioning and Reflexivity in Ethnographic Archaeologies. In: Castañeda, Q.E.; Matthews, C.N. (Eds.). *Ethnographic archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices*. Altamira Press, Lanham, 25-61.

Corrêa, M. 1997. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia* 40: 11-54. Disponível em: <https://bit.ly/3gy4jnA>. Acesso em: 23/11/2022. DOI: 10.1590/S0034-77011997000100002.

Corrêa, M. 2003. *Antropólogas e antropologia*. Editora UFMG, Belo Horizonte.

Grupioni, L.D.B. 1998. *Os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil*. Hucitec, São Paulo.

Hilbert, K. 2009. Uma biografia de Peter Paul Hilbert: a história de quem partiu para ver a Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 4: 135-154. Disponível em: <https://bit.ly/3ETz2Vr>. Acesso em: 23/11/2022. DOI 10.1590/S1981-81222009000100012.

Instituto Socioambiental. 2011. *Povos indígenas no Brasil 2006/2010*. Instituto Socioambiental, São Paulo.

Kury, L. 2001. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *Hist., Cien., Saúde – Manguinhos*, vol. 8: 863-880. Disponível em: <https://bit.ly/3AFA3xL>. Acesso em: 23/11/2022. DOI 10.1590/S0104-59702001000500004.

Lima, H.P.; Moraes, B. 2013. Arqueologia e comunidades tradicionais na Amazônia. *Ciência e Cultura* 65: 39-41. Disponível em: <https://bit.ly/3AHUOJj>. Acesso em: 23/11/2022. DOI 10.21800/S0009-67252013000200015.

Lopes, M.M. 1998. *O Brasil descobre a pesquisa científica: as ciências naturais e os museus no século XIX*. Hucitec, São Paulo.

Lowie, R.H. 1948. The Tropical Forests: An Introduction. In: J. Steward (Ed.). *The Tropical Forest Tribes*. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, Washington, 1-56. (Handbook of South American Indians, v. 3).

Meggers, B.J. 1987. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Itatiaia; Edusp, Belo Horizonte; São Paulo.

Meggers, B.J.; Evans, C. 1957. *Archeological Investigations at the Mouth of the Amazon*. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 167, Washington.

Meggers, BJ. 1952. *The Archeological Sequence on Marajó Island, Brazil, with Special Reference to the Marajoara Culture.* Tese de doutorado. Columbia University, New York.

Neves, E.G. 1999-2000. O velho e o novo na arqueologia amazônica. *Revista USP* 44: 86-111. Disponível em: <https://bit.ly/3AGjBxh>. Acesso em: 23/11/2022. DOI 10.11606/issn.2316-9036.v0i44p86-111.

Neves, Eduardo G. 2016. Não existe neolítico ao Sul do Equador: as primeiras cerâmicas amazônicas e sua falta de relação com a agricultura. In: Barreto, C.; Lima, H.; Betancourt, C. (Orgs.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Iphan, Belém, 32-39.

Pina-Cabral, J. 2005. The future of social anthropology. *Social Anthropology* 13: 119-128.

Popson, C.P. 2003. First Lady of Amazonia. *Archaeology: A publication of the Archaeological Institute of America* 56: 26. Disponível em: <https://bit.ly/3EZxrxq>. Acesso em: 23/11/2022.

Ribeiro, A.M.M. 2000. *Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcelos: entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Ribeiro, B.; Van Velthem, L. 1992. Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia. In: Cunha, M.C. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo, 103-112.

Sanjad, N. 2011. "Ciência dos potes quebrados": nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista* 19: 133-163. Disponível em: <https://bit.ly/3GHr5US>. Acesso em: 23/11/2022. DOI 10.1590/S0101-47142011000100005.

Schaan, D. 2006. Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: o caso da cultura marajoara. *Revista Arqueologia Pública* 1: 31-48. Disponível em: <https://bit.ly/3Vl4VeR>. Acesso em: 23/11/2022. DOI 10.20396/rap.v1i1.8635819.

Schaan, D. 2014. Arqueologia para etnólogos: colaborações entre arqueologia e antropologia na Amazônia. *Anuário antropológico* 39: 13-46. Disponível em: <https://bit.ly/3V7ZdNR>. Acesso em: 23/11/2022. DOI 10.4000/aa.1243.

Silva, F.A. 2009. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. *Bol. Mus. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 4: 27-37. Disponível em: <https://bit.ly/3Vl3gpF>. Acesso em: 23/11/2022. DOI 10.1590/S1981-81222009000100004.

Sombrio, M. 2014. *Em busca pelo campo: ciências, coleções, gênero e outras histórias sobre mulheres viajantes no Brasil em meados do século XX*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Sombrio, M.; Vasconcellos, C.M. 2018. O legado de Betty Meggers na constituição de acervos museológicos no Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional* 50: 69-84. Disponível em: <https://bit.ly/3Xno6qx>. Acesso em: 23/11/2022.

Steward, J.H. 1948. *The Tropical Forest Tribes*. Smithsonian Institution. Bureau of American Ethnology. Bulletin 143, Washington. (Handbook of South American Indians, v. 3).

Tassinari, A. 2003. *No bom da festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá*. Edusp, São Paulo.

Fontes documentais

Meggers, B.J. 1948-1949. *Journal of Lower Amazon Expedition (1948-1949)*. National Anthropological Archives (NAA) – Instituto Smithsonian, Washington. 4 v.

Arqueologia dos gestos na indústria lítica do sítio colônia Miranda, Sergipe

*Janaína Patrícia Coutinho**
*Paulo Jobim Campos Mello***

COUTINHO, Janaína Patrícia; MELLO, Paulo Jobim Campos. Arqueologia dos gestos na indústria lítica do sítio colônia Miranda, Sergipe. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 227-248 , 2022.

Resumo: O presente artigo expõe uma análise da coleção lítica do sítio Colônia Miranda (localizado no município de São Cristóvão, estado de Sergipe) baseando-se principalmente na arqueologia dos gestos. O bem acautelado foi identificado durante as atividades produzidas no projeto de levantamento arqueológico da Bacia do Rio Vaza Barris. Para essa análise foi utilizado uma perspectiva de cunho estrutural, fundamentada na antropologia das técnicas. Dessa maneira o objetivo é averiguar os aspectos tecnológicos dos grupos pretéritos que produziram tais ferramentas na região, aliado aos possíveis gestos utilizados. Tendo assente conceitos como cadeia operatória, homem total e condutas motoras, este trabalho empenhou-se em inferir sobre a relação do gesto e a influência da tradição cultural para a incorporação das técnicas na etapa de produção e funcionamento dos instrumentos.

Palavras-Chave: Gestos; Lítico; Colônia Miranda; Técnica; Cultura.

Introdução

O conhecimento que se tem sobre a pré-história no estado de Sergipe ainda é bastante limitado, uma vez que poucos projetos sistemáticos foram desenvolvidos nesse estado. Para tentar sanar esse problema, novos estudos estão em andamento com o objetivo de se fazer um mapeamento dos sítios pré-históricos do estado. Um deles é o projeto de levantamento arqueológico da Bacia do Rio Vaza Barris, sob a coordenação de Paulo Jobim de Campos Mello. A partir dessa pesquisa foram identificados 35 sítios, dentre eles está o Colônia Miranda, localizado no município de São Cristóvão, estado de Sergipe.

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho foi observar a incorporação das técnicas e os processos gestuais presentes na confecção e uso dos instrumentos. Para tal, o presente artigo tem como objeto de estudo a indústria lítica, e na análise utilizou-se a linha de pesquisa chamada arqueologia dos gestos, aliada à antropologia das técnicas (Boëda 1997). Nessa perspectiva, foram utilizados alguns conceitos, tais como: cadeia operatória (Gourhan1985), homem total (Mauss 2015) e condutas motoras (Warnier 1999).

Tal abordagem foi escolhida porque ela permite uma análise estrutural. Isso se dá, pois, ao analisar a indústria lítica, deve-se observar

* Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe. <janainapatricia@gmail.com>

** Professor Associado do Programa de Pós-graduação PROARQ da Universidade Federal de Sergipe. <paulojc.mello@gmail.com>

não apenas o aspecto morfológico da peça, mas também toda a sinergia das diferentes unidades presentes no artefato. Aliado a isso, é imprescindível analisar a ação técnica e toda a teia operatória que se desenvolveu na etapa de produção (Boëda 1997).

Tal perspectiva permite inferir acerca da interação do sujeito com o objeto. A partir dessa lógica, o conceito de "homem total" (Mauss 2015) é bastante pertinente, pois ele afirma que no gesto há um caráter coletivo e com transmissão de conhecimento. Nesse processo, deve-se considerar nos aspectos gestuais as questões sociais, psicológicas e biológicas (restrito ao uso do corpo como instrumento – metabólico e fisiológico), uma vez que esses podem influenciar as atividades humanas. Ao associar esse aspecto para análise lítica, é possível afirmar ser essencial o estudo de toda a estrutura técnica da indústria lítica, e não apenas similaridades morfológicas.

Pensou-se em gestos, pois esses possuem um caráter tradicional de transmissão e absorção do conhecimento entre os sujeitos envolvidos ao longo do tempo, a partir de experiências adquiridas por eles. Adicionado a isso, tem-se o aspecto cultural que influência esse processo (Coutinho 2015).

Consequentemente, a técnica está intrinsicamente ligada ao gesto, haja vista que essa envolve a compreensão por parte do artesão acerca de certas regras no ato do lascamento, que estão inseridas dentro de um universo tecnológico. No entanto, essa se estabelece somente a partir da integração entre a sociedade e meio físico (Fogaça 2001). Por conseguinte, gesto e técnica (ou gesto técnico), tratam de um indício sociocultural de qualquer sociedade.

Logo tal linha de pesquisa pode auxiliar na melhor compreensão e produção de inferências acerca das rotinas dos grupos pretéritos que produziram os instrumentos. Destaca-se que esse é um estudo pontual, pois não há interesse em inferir sobre outros aspectos, tais como questões simbólicas e análise particularizadas.

Contexto da Área

Projeto Arqueológico do Vaza Barris e o Sítio Colônia Miranda e as Atividades Efetuadas

Tendo como o intuito o mapeamento de sítios arqueológicos na bacia do Vaza Barris, o projeto de Levantamento Arqueológico foi iniciado em 2009, financiado pelo CNPq e Fapitec, buscando inserir novos estudos sobre a pré-história do Nordeste, uma vez que havia poucas pesquisas efetuadas no estado de Sergipe, sendo que as informações sistemáticas que se tinha acerca da pré-história da região estavam focadas na área da UHE de Xingó (Martin 1997; Universidade Federal de Sergipe 2002).

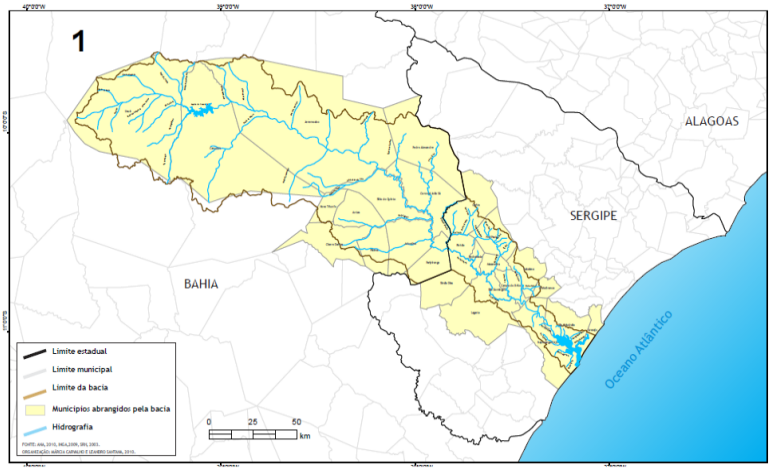


Fig. 1. Bacia hidrográfica do rio Vaza Barris.
Fonte: Carvalho (2003).

Através desse estudo houve a descoberta de 35 sítios arqueológicos na bacia do rio Vaza Barris (**Fig. 1**). Para a localização desses sítios foi utilizado uma metodologia assistemática de prospecção, através de entrevistas com moradores e observação de terrenos com boa visibilidade. As cidades trabalhadas foram as seguintes: Areia Branca, Campo de Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Pedra Mole e São Cristóvão. Dentre os 35 sítios localizados, 12 apresentam material lítico lascado, 16 possuem material cerâmico, 6 lito-cerâmicos e um com objetos históricos, segundo Mello (2012).

Um desses sítios, denominado de Colônia Miranda, é o alvo da presente pesquisa.

Sítio Colônia Miranda

O sítio localiza-se no povoado Colônia, município de São Cristóvão, estado de Sergipe (**Fig. 2**), em um terreno plano, a margem esquerda do rio Comprido, afluente do rio Vaza Barris, na UTM 24L 691016/8783025.

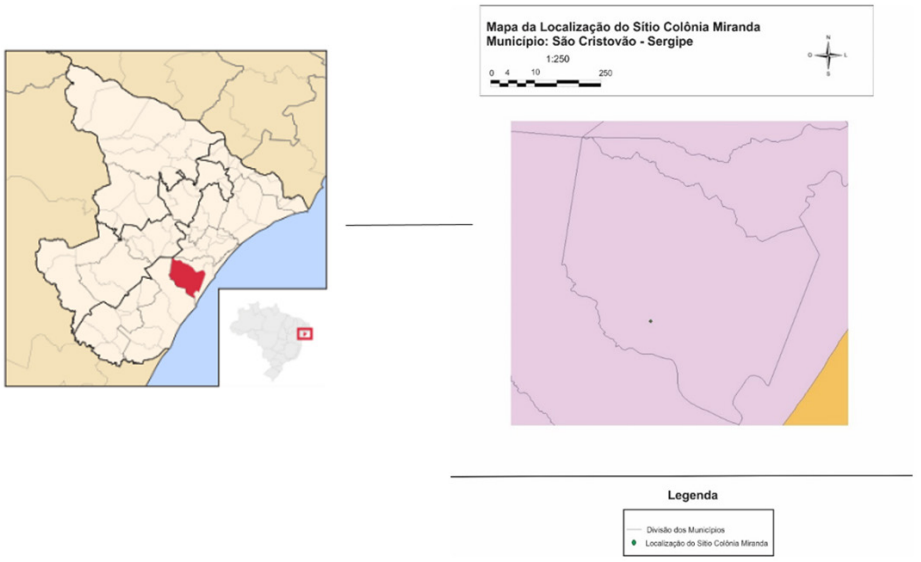


Fig. 2. Localização do Sítio Colônia Miranda.

Fig. 3. Área do sítio Colônia Miranda.

Trata-se de um sítio lito-cerâmico de subsuperfície, com predominância de artefatos líticos **(Fig. 4** e **Fig. 5)**. Na superfície o material foi encontrado em uma área de aproximadamente 60 × 40 m, e a profundidade do depósito arqueológico não ultrapassou os 15 cm. Ao se chegar no nível estéril, foi possível perceber uma alteração na coloração do solo.

Fig. 4. Artefatos líticos em superfície.
Fonte: Coutinho (2015: 59).

Fig. 5. Artefato lítico em superfície.
Fonte: Coutinho (2015: 59).

Após sua localização, ele foi trabalhado como um sítio-escola com os alunos de graduação em arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, entre os anos de 2010 e 2014, sob coordenação dos professores Paulo Jobim de Campos Mello e Emílio Fogaça.

Para escavação do sítio **(Fig. 6)**, a metodologia aplicada foi a decapagem por níveis naturais. O intuito era associar tanto a verticalidade (que trata da temporalidade) como também a horizontalidade (a dispersão do material em uma determinada superfície).

Para Vilhena-Vialou (2006), esse procedimento é essencial para se perceber uma autêntica unidade espaçotemporal do sítio, e assim verificar se os testemunhos arqueológicos estão relacionados um ao outro, revelando assim um solo de ocupação. No total, foi escavada uma área de 60 m^2 espalhada pelo sítio **(Fig. 7)**:

Fig. 6. Escavação da quadra 5.
Fonte: Coutinho (2015: 57).

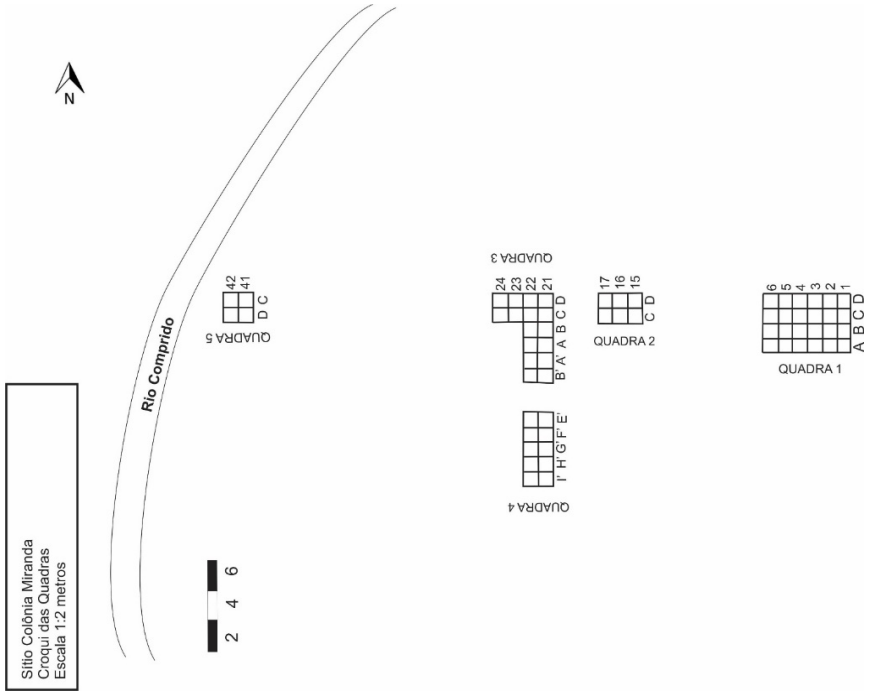


Fig. 7. Croqui com a distribuição das quadras produzidas na área do sítio Colônia Miranda.
Fonte: Coutinho (2015: 58).

Houve o registro de todas as camadas através de croquis, de escala de 1:20 em papel milimetrado, com o intuito de representar a densidade e distribuição dos objetos na quadra por coordenadas convencionais. Para situar os objetos no espaço, estabeleceu-se os eixos *x* e *y* para o plano horizontal e *z* para o plano vertical e controle topográfico no decorrer da escavação. Quanto a curadoria em campo, fez-se o registro do material em etiquetas com a identificação da quadrícula em que foi localizada e acondicionamento dos objetos em sacos plásticos. Também foi analisado sedimento recolhido através da peneira para a coleta de material que tenha escapado da escavação.

Material

A coleta totalizou 983 peças líticas, dividido em seis classes: lascas, fragmentos de lascas (não possui talão, mas é possível observar que era uma lasca, a partir da parte distal), lascas fragmentadas (possui o talão, porém a parte mesial ou distal não está mais presente), instrumentos, núcleos e percutores. A matéria-prima predominante refere-se ao sílex lascado sobre bloco, seguido de sílex em placa **(Fig. 4** e **Fig. 5)**, além de poucos artefatos em quartzo (percutores).

A matéria-prima era adquira em outro lugar fora do sítio (exceção do quartzo, que é local), a aproximadamente 500 metros de distância em direção sudeste, onde há um afloramento de sílex não muito extenso. Especificamente no município de São Cristóvão há a presença de afloramentos de argilitos, folhelhos, arenitos, calcilutitos, siltitos, calcários, calcarenitos e calcirruditos pertencentes às Formações Calumbi (Grupo Piaçabuçu), Cotinguiba e Riachuelo (Grupo Sergipe). É formado por cobertura de sedimentos cenozoicos, pela bacia sedimentar mesozóica/paleozóica e litótipos neo a mesoproterozóicas da Faixa de Dobramentos Sergipana (Ministério de Minas e Energia 2002).

Métodos

Ao estudar a tecnologia na pré-história, não se tem como objetivo apenas descrever a forma da peça, mas principalmente, buscar entender os aspectos socioculturais que subjazem um determinado artefato, e isso se dá através da compreensão do saber fazer do grupo estudado (Fogaça 2006; Inizan *et al.*, 2016). Dentro desse panorama, há essencialmente à ação aliada ao gesto técnico, sendo esse um movimento predeterminante para que se possa gerar um instrumento funcional de forma eficiente (Fogaça 2006). Ou seja, não se trata de ações aleatórias, e sim, por trás de todo esse processo, existem questões de ensino, aprendizagem e, consequentemente, uma carga social (Inizan *et al.*, 2016).

Nesse sentido, buscando aspectos culturais, o presente artigo irá focar especialmente nas questões gestuais presentes na confecção e funcionamento do instrumento, com a chamada arqueologia dos gestos.

A Arqueologia dos gestos

Como informado anteriormente, o gesto é um aspecto cultural dentro de uma sociedade. Segundo Warnier (1999: 23):

> *É uma totalidade complexa feita de normas, de hábitos, de repertórios de ação e de representação, adquirida pelo homem enquanto membro de uma sociedade. Toda cultura é singular, geograficamente ou socialmente localizada, objeto de expressão dos grupos e dos indivíduos e de diferenciação diante de outros, bem como fator de orientação dos atores, uns em relação aos outros e em relação ao seu meio. Toda cultura é transmitida por tradições reformuladas em função do contexto histórico.*

Trata-se assim de uma característica singular e de identificação de uma sociedade, sendo eficiente somente através da presença de uma tradição, que no decorrer do tempo sofre alterações que são naturalmente aceitas pelo grupo, tendo assim um interesse por traz desse processo educativo e tradicional. Nesse sentido ao se estudar os gestos, há possibilidade de compreender melhor as estruturas sociais envolvidas nos comportamentos coletivos (Mauss 2015).

Mauss (2015) afirma que o estudo das técnicas do corpo é separado das instrumentais, pois o corpo é considerado como o primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ou mais exatamente, sem falar de instrumento: "*o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo*" (Mauss 2015: 407, grifo nosso). Nesse sentido, há uma dicotomia na relação sujeito e objeto. Com isso o estudo das técnicas do corpo permite perceber os aspectos socioculturais que permeiam a etapa de

fabricação e funcionamento do instrumento, porém, como há um estudo da cultura material é essencial perceber a relação entre sujeito e objeto.

Nesse sentido, segundo Warnier (1999: 4), na relação entre sujeito e artefato há a formação de um corpo só, não existindo um dualismo entre eles, pois essa dinâmica se trata de um mesmo fenômeno, que são as chamadas condutas motoras:

> *"Ora, o sujeito não "possui um corpo. Ele é um corpo". Ao falar das condutas motoras do sujeito, evita-se a armadilha do dualismo camuflado sob o vocabulário do corpo. Num caso como noutro, no final das contas, trata-se do mesmo fenômeno, ou seja, a capacidade que o sujeito possui de memorizar e incorporar condutas motoras perfeitamente adaptadas à dinâmica da relação com os objetos e com o meio – condutas, ou seja, conjuntos de ações motoras finalizadas"* (Warnier 1999: 4).

Warnier (1999) discute a ação do objeto e sua dinâmica sobre o sujeito, essa relação é denominada de "esquemas corporais" ou "condutas motoras". "*São gestos ou séries de gestos que, em decorrência da repetição, podem ser efetuados sem esforço nem atenção particular*" (Warnier 1999: 4, grifo nosso). Com isso a dinâmica da relação de dominação do sujeito sobre o objeto (que permanece no exterior) faz gerar estereótipos motores do corpo: os gestos.

Por conseguinte, não há possibilidade de se falar de técnicas do corpo e técnicas instrumentais, pois essa relação se dá em conjunto. Homem e objeto formam um único corpo, o que gera uma espécie de prótese. Isso se dá porque as técnicas se incorporam ao corpo com o tempo de forma que as ações humanas são feitas maquinalmente. Assim, "o sujeito "forma um corpo" com o objeto (Warnier 1999).

Segundo Pelegrin (1993), esse processo da ligação entre corpo e cognitivo gera níveis de predeterminação, e é dividido em duas fases: (1) a ideacional, que são as operações a partir de imagens mentais, havendo também uma comparação sobre as situações reais presentes para a prática de uma atividade desejada; (2) a habilidade motora, que se refere às ações propriamente ditas, e os parâmetros escolhidos para efetuar o lascamento (tipo de percutor, movimento para exploração do bloco etc.).

Dessa forma, para a fase de produção do instrumento percebe-se diversos graus de controle sobre o processo de lascamento. Mas não apenas de natureza física, envolve também questões como a organização espacial do lascamento e a energia utilizada nessa ação, para que assim se obtenha o controle das técnicas necessárias à produção dos objetos (Pelegrin 1993). Isso faz gerar recorrências e padrões que são percebidos nas indústrias líticas a partir de pistas sobre esses elementos na cultura material, em que se permite diagnosticar os vestígios sobre a dinâmica do corpo, objeto e espaço (Coutinho 2015).

Uma das maneiras de se perceber isso é observar uma padronização das cadeias operatórias e método de produção dos instrumentos. A forma como um núcleo foi explorado, a direção das retiradas das lascas pode revelar movimentos específicos do corpo para um objetivo final, pois para o sucesso na etapa de produção é necessária uma ação controlada, sendo essas ações chamadas de sistemas de debitagem (Inizan *et al.*, 2016).

A partir daí, no ato do lascamento, ficam algumas marcas que se tornam permanentes, tais como as ondas de impacto, o bulbo, talão etc. Esse fator auxilia bastante a análise e permite verificar possíveis estados mentais construídos pelo lascador no ato da fabricação do instrumento, observando a ligação entre pensamento e ação (Inizan *et al.*, 2016; Pelegrin 1993).

Logo, não há movimentos aleatórios e, dependendo da intencionalidade do lascador, há um tipo de ação que, com o passar do tempo, é incorporado na sua técnica para um determinado fim. Com isso, a arqueologia dos gestos contribui nos estudos da cultura material, pois há maior possibilidade de se observar o planejamento efetuado pelo lascador, e analisa certos padrões técnicos inseridos nos instrumentos, o que permite

verificar processos cognitivos e do corpo através de ações não aleatórias. Conforme indicado anteriormente, essa ação passa por níveis de predeterminação, no qual sem elas não há possibilidade de obter o sucesso na produção de um instrumento (Pelegrin 1993).

Entendendo o gesto como um indício cultural de uma determinada sociedade, o estudo do tipo de técnica utilizada na fabricação e funcionamento dos instrumentos permite entender, de forma parcial, aspectos sociais do grupo estudado. Essas ações envolvem algumas questões, tais como uma visualização prévia do instrumento, ou lasca desejada pelo artesão, como também habilidades que foram adquiridas no decorrer do tempo através do aprendizado e memória (Pelegrin 1993).

Para essa análise, é essencial o estudo da cadeia operatória. Um dos primeiros conceitos sobre esse tema é de Leroi-Gouhan (1985), que considera três planos de domínio do comportamento operatório do homem: (1) o automático, em que possui uma natureza biológica como plano de fundo; (2) o maquinal, adquirido pela experiência e educação, o qual qualquer interrupção acidental nesse processo gera uma confrontação; (3) o lúcido, que age no reparo ou ruptura para a produção de novas cadeias. Tais planos se encaixam, respectivamente, nos aspectos psicológicos: inconsciente, subconsciente e consciente.

Por conseguinte, essa definição de cadeia operatória passou a ser aplicada nos estudos das indústrias líticas. Nesse contexto ela se trata de uma série de operações gestuais com etapas mais ou menos previsíveis para a produção de um produto, sendo ou um objeto de consumo ou um instrumento. Portanto, é uma ação técnica planejada dentro uma malha organizada (Balfet 1991; Desrosiers 1991).

Com isso, o objetivo é perceber não somente objetos individualizados, mas também todo o conjunto dentro de um aspecto coletivo, em que se busca tanto a forma de produção desses instrumentos como também questões de funcionamento no espaço e o tempo breve de lascamento. Para isso, as análises incorporaram desde os objetos retocados até as mínimas lascas (Karlin, Bodu & Pelegrin 1991).

Antropologia das técnicas

Tendo como objetivo de pesquisa o estudo dos gestos e análise do saber fazer de um grupo na produção de ferramentas líticas, a antropologia das técnicas é a linha metodológica mais eficiente, pois a partir dela se permite verificar a ação do objeto e seu funcionamento de forma estrutural.

Em relação à análise tecnológica do material lítico lascado há duas grandes famílias estruturais: a debitagem e a façonagem. A debitagem é definida através do ato de produzir lascas de um determinado núcleo, transformando essas lascas em instrumentos. Já a façonagem trata da redução volumétrica de um determinado bloco de matéria-prima para a obtenção de um instrumento matriz e, em um segundo momento, a alteração das bordas dessa matriz para a obtenção de um ou vários instrumentos em um determinado suporte (Inizan *et al.*, 2016). Logo todo material, desde a mínima estilha ao núcleo, será utilizado como fonte de análise para a compreensão dessa caracterização tecnológica.

Para melhor compreensão, especialmente na etapa da elaboração dos instrumentos e o planejamento que subjaz esse processo, uma fase do estudo da cadeia operatória de uma indústria lítica se refere à análise do método utilizado na exploração de um determinado bloco, sendo esse nomeado de *sistema de debitagem*. Tixier e colaboradores (1999) definem alguns parâmetros de análise no núcleo:

1. Planos de percussão que foram ou não preparados para a aplicação de força no ato da retirada da lasca, sendo essa produzida por percussão ou por pressão de forma direta (com um percutor duro, como seixo, ou macio, como madeira ou osso) ou indireta (a força aplicada através do percutor não atinge diretamente o bloco e sim um outro objeto que está em contato com o bloco).
2. Superfície de Debitagem onde há a presença dos negativos referente as lascas retiradas.

Segundo Viana (2005), nessa etapa há uma estrutura tecnológica, sendo necessário para o estudo dessa característica uma observação além da morfologia, pois trata-se de ações pensadas

e concebidas seguindo critérios e regras pré-estabelecidas

A partir dessa concepção foi-se definido os seguintes sistemas (Boëda 2013):

- Debitagem "A" – não há um padrão na escolha do suporte a ser explorado, havendo espatifamento;
- Debitagem "B" – Há uma escolha específica do suporte, no qual se observa a angulação, nervuras e matéria-prima específica;
- Debitagem "C" – Percebe-se em áreas específicas do bloco um maior controle da largura e comprimento das lascas a serem retiradas;
- Debitagem "D" – São os núcleos com formato discóides ou piramidais, em que se leva em consideração o bloco como um todo em que ou se aproveita sua estrutura natural, ou há modificações para objetivos específicos, sendo assim predeterminantes, pois a última retirada vai influenciar a próxima, havendo assim sinergia;
- Debitagem "E" – Concepção Laminar;
- Debitagem "F" – representada pelo núcleo Levallois, sendo a maior evolução da linhagem de debitagem.

As Unidades técnico-funcionais

Do mesmo modo que existem esquemas de produção, existem esquemas de funcionamento do instrumento e esse depende de vários aspectos, tais como sujeito-instrumento, sujeito-objeto, instrumento-objeto (Rabardel 1995). Observa-se, assim, a estrutura aliada à sinergia das propriedades técnicas presentes no instrumento. A partir daí o instrumento é dividido em três partes: uma receptiva de energia, que permite o funcionamento do objeto; uma parte preensiva, que permite ao instrumento funcionar, e a parte transformativa. Cada uma dessas partes, detalhadas a seguir, foram definidas como Unidades Tecno-Funcionais (UTFs) (Boëda 1997) **(Fig. 8)**.

Fig. 8. Ilustração sobre UTF preensiva (= UTF receptiva) e UTF transformativa.

Em relação à UTF preensiva do exemplo acima, ela está totalmente ligada ao gesto que vai ser utilizado para a transformação de uma determinada matéria-prima, consequentemente há sinergia entre instrumento e a mão. Segundo Fogaça & Lourdeau (2008) a mão humana possui uma estrutura topográfica única dentre os primatas, no qual a associação do antebraço, punho e dedos, especificamente do polegar[1], possui uma função essencial para essa diferenciação que irá gerar movimentos tais

1 Segundo Fogaça & Lourdeau (2008) o polegar permite movimentos únicos, que somente o ser humano é capaz de executar, pois tal configuração permite movimentos mais precisos, tais como de oposição e contra-oposição, sendo capaz de se descolocar no espaço com alto grau de liberdade, em que sempre a ação preensiva vai ter a influência direta do polegar, associado a palma da mão e os outros dedos.

como de flexão/extensão, abdução/adução e rotação. Esse processo envolve questões ligadas a habilidade, força e precisão.

Já a UTF transformativa tem por objetivo, como o próprio termo deixa explicito, ter contato com o objeto no intuito de transformá-lo. Essa UTF é composta por um gume que possui dois planos: o de corte, que é a superfície que permite a acomodação de um gume retocado, e o de bico, que é a parte responsável pela transformação ou ruptura da matéria a ser trabalhada. A partir do ângulo desses planos pode-se definir atividades, tais como raspar, cortar, furar etc., sendo que esses planos podem ser: plano/plano, plano/convexo e plano/côncavo. Sendo assim, um suporte pode comportar variados instrumentos, em que cada UTF transformativa irá receber um tratamento diferente, dependendo de sua funcionalidade (Boëda 1997; Fogaça & Lourdeau 2008).

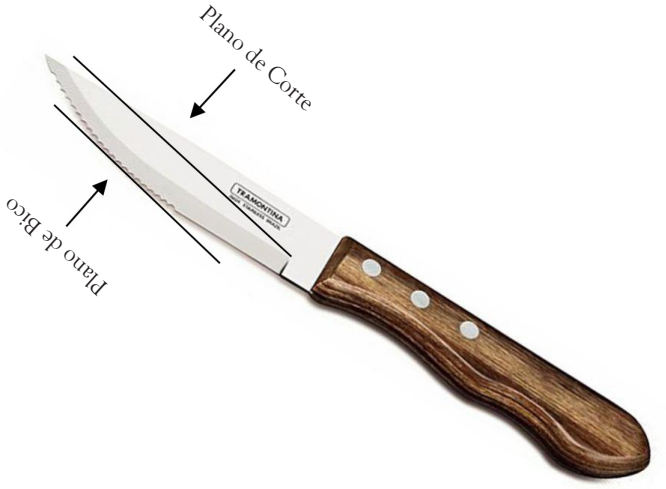


Fig. 9. Demonstração da localização do Plano de Corte e Plano de Bico

O uso da experimentação para ajudar na leitura técnica

Para a leitura da estrutura técnica presente em uma indústria lítica a experimentação ajuda a perceber as regras inerentes ao ato do lascamento, verificar os métodos utilizados, como também as formas de avaliação, desde a escolha da matéria-prima até o tipo de percussão que se irá utilizar para um determinado objetivo (Crabtree 1975; Boëda 1997). Boëda (2006), através da experimentação para reprodução de peças Levallois, percebeu cinco regras que devem ser seguidas para que tenha sucesso na produção de um instrumento efetivamente funcional.

A primeira é a *aplicação da força* em um determinado bloco, em que a transmissão de energia deve vir de um ponto específico em que as duas superfícies devem ser convexas, ou uma das superfícies deve ser plana, pois ao se tentar lascar em superfícies irregulares a energia é dispersa em pontos distintos. Outra questão é a escolha do percutor, pois esse se trata da ferramenta mais importante na produção de um instrumento. A segunda regra é *ter uma superfície de percussão para sair uma lasca, em que pode ser natural ou configurada*. Através desse plano é que se vai configurar o tipo de lasca que se pretende retirar, além da inclinação do bloco no ato do lascamento. A terceira regra refere-se à *angulação da fratura*, em que a mais eficiente é a de 90°, podendo também ser inferior a essa angulação, e não podendo nunca utilizar uma que seja acima disso (90°). A quarta regra segue o *princípio físico da inércia*, em que é necessário a adaptação da massa do percutor com o bloco, pois massa + energia irá efetivar de forma positiva o lascamento. Por fim, a quinta regra refere-se ao *gesto utilizado na percussão*. Sobre o gesto há dois tipos (**Fig. 10** e **Fig. 11**):

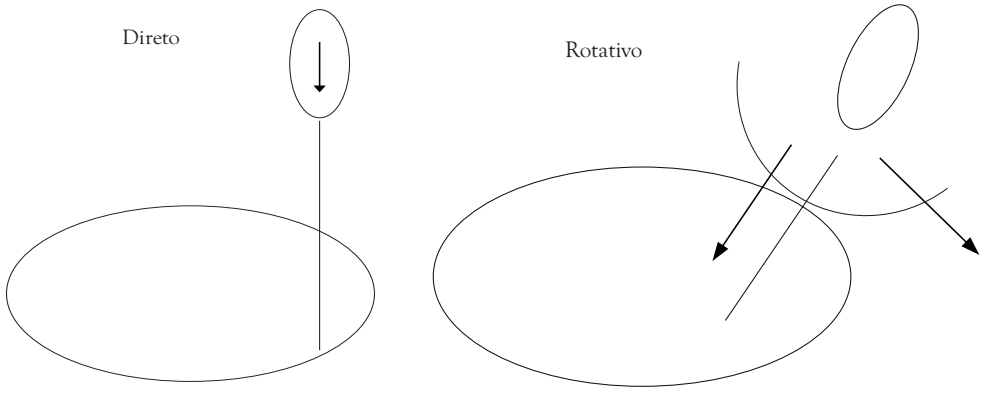


Fig. 10. Tipo de Gesto

O impacto pode ser **(Fig. 11)**:

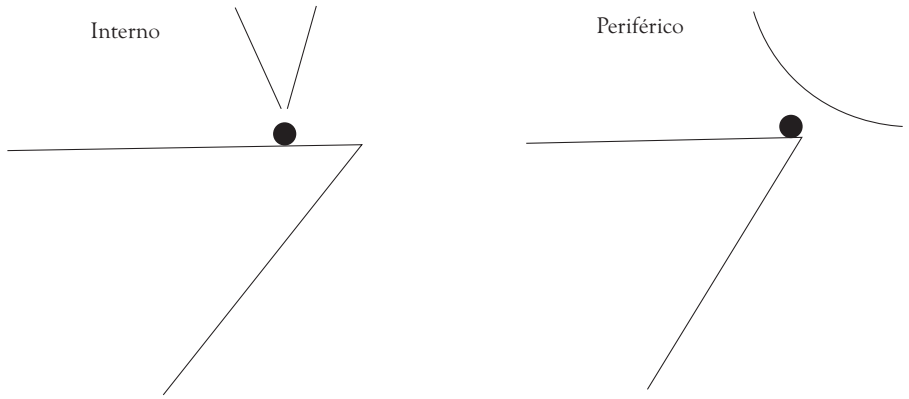


Fig. 11. Tipo de Impacto.

Resultados

A partir do objetivo de uma análise holística, o estudo contemplou todos os vestígios coletados na amostra selecionada do sítio Colônia Miranda. Dentre estes estão presentes instrumentos, núcleos, lascas, fragmentos de lascas, percutores e detritos **(Tabela 1)**.

Tem-se assim, 983 peças[2] dentro da coleção, sendo que a matéria-prima predominante nos vestígios é o sílex (956), seguido de quartzo (5). Destaca-se que o quartzo citado se refere a percutores. Abaixo segue **Gráfico 1** e **2** com a quantificação quanto ao tipo de peças e matéria-prima.

Categoria	Quantidade
Instrumento	33
Núcleo	11
Lasca	218
Lasca Frag.	94
Frag. de Lasca	600
Percutor	5
Detrito	22

Tabela 1: Quantificação dos vestígios do Colônia Miranda.

2 Os 22 detritos e percutores não serão inseridos na análise, está presente apenas como forma quantitativa, devido a isso eles estarão inseridos apenas no primeiro gráfico.

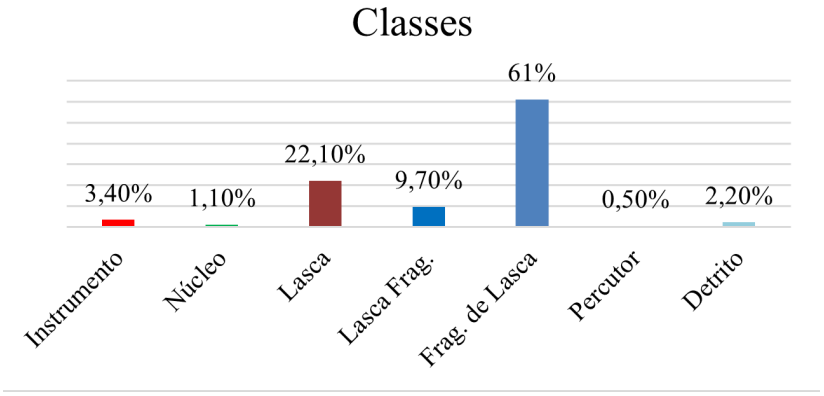


Gráfico 1: Classes

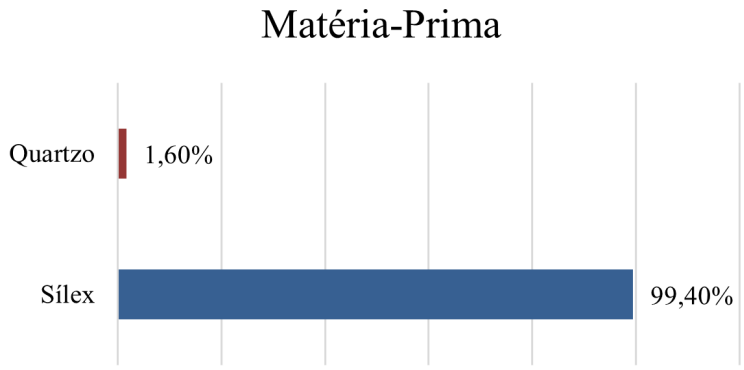


Gráfico 2: Matéria-prima

Grupos tecnológicos

Núcleos

A partir da análise de 11 núcleos, observou-se que há dois tipos: o tipo "C" (9) e o tipo "D" (2). Na análise da coleção, foi considerado as peças que possuíam um processo de predeterminação não apenas a partir das nervuras, mas também pelas características do bloco (**Fig. 12**). Apesar da retirada das lascas serem produzidas em direções distintas, havia uma sinergia quanto a exploração do bloco, no qual foi constatado que se tinha como objetivo a produção de instrumentos com funcionalidades e volumes específicos.

Em relação ao aspecto descritivo, cinco deles apresentaram apenas um plano de percussão, enquanto os outros quatro tinham dois planos, opostos. As medidas são as seguintes: comprimento variou de 32 mm a 98 mm (média de 71,6 mm); largura de 55 mm a 120 mm (média de 82,5 mm) e espessura de 27 mm a 47 mm (média de 38,4 mm).

Já os núcleos tipo "D", foram considerados aqueles em que o bloco foi aproveitado como um todo em que ou se aproveita sua estrutura natural ou há modificações para objetivos específicos, sendo assim predeterminantes, pois a última retirada influenciou a próxima (**Fig. 13**), havendo assim sinergia (Viana 2005). No aspecto descritivo, esses possuem as seguintes medidas: 62 mm x 69 mm × 27 mm; 75 mm × 65 mm × 20 mm.

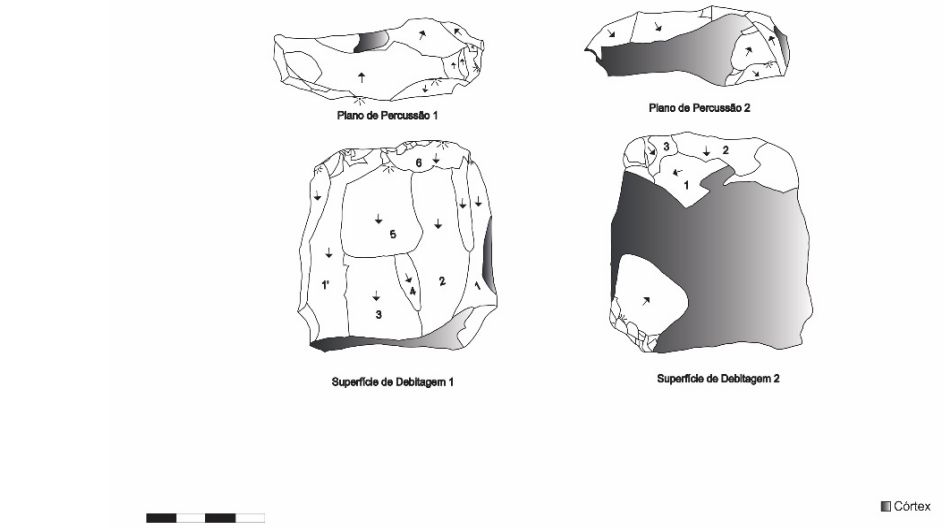


Fig. 12. Núcleo tipo C.
Fonte: Desenho de Coutinho (2015: 178)

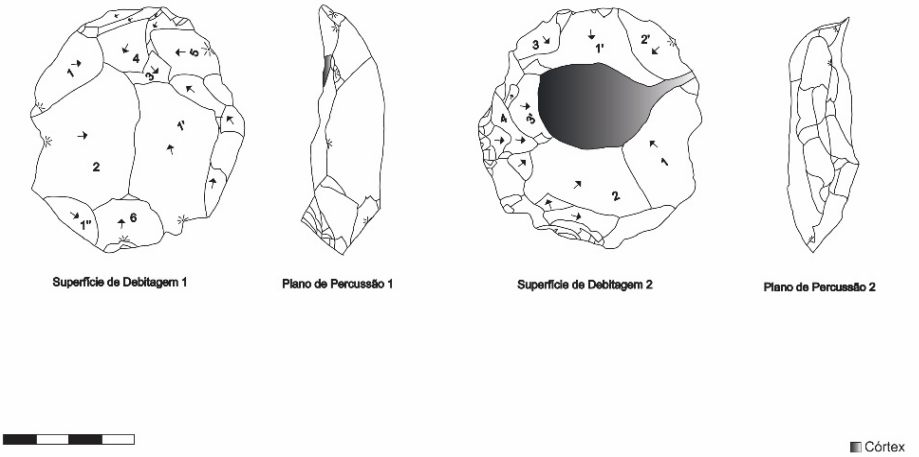


Fig. 13. Núcleo tipo "D".
Fonte: Desenho de Coutinho (2015: 186).

Por se tratar da última etapa de debitagem, obviamente os indícios de retiradas anteriores que podem ter resultado em lascas que serviram como suporte não estão presentes. No entanto, dentro desse processo de análise observaram-se três características nos negativos dos núcleos: (1) os que possuem nervuras de uma etapa posterior da debitagem e devido a isso não estão inteiros; (2) os que estão inteiros e que possuem um formato e medidas apropriadas para comportar a um instrumento; (3) aquelas retiradas que foram produzidas para limpeza ou reforço do bordo. Com isso, somente os negativos que estão inteiros foram selecionados, pois é onde se permite fazer o cruzamento dos dados do estudo das lascas e dos instrumentos.

Dentro da coleção foram selecionados oito dos onze núcleos para o cruzamento de dados que permitiram uma maior análise. Em relação ao formato dos negativos, observou-se que a maior quantidade fora o circular/oval, seguidos de quadricular/retangular, triangular e trapezoidal.

Instrumentos

Quanto aos instrumentos, por meio da identificação e descrição das UTFs preensivas e transformativas, e suas relações, buscou-se indicar a possível funcionalidade do instrumento e o seu possível funcionamento (não houve a intenção de tentar verificar qual a matéria que foi transformada pelos instrumentos, pois tal análise só é possível com uso da traceologia). A partir daí observou-se dois gestos: transversal e longitudinal. Dentro dos parâmetros citados acima, foram definidos cinco grupos tecnológicos. Segue a descrição de cada um deles:

Grupo 1 (11 instrumentos): produzido sobre lasca ou fragmento de matéria-prima, apresentando apenas uma UTF transformativa (UTFt), com pouca transformação do suporte para alteração de volume (na grande maioria retoques diretos). Seu funcionamento seria através de movimento transversal **(Fig. 14)**.

Grupo 2 (4 instrumentos): produzido sobre lasca ou fragmento de matéria-prima, apresentando uma ou mais UTFt, alteração do suporte para redução de volume (micro retoques e retoques diretos ou bifaciais). Seu funcionamento seria através de movimento longitudinal **(Fig. 15)**.

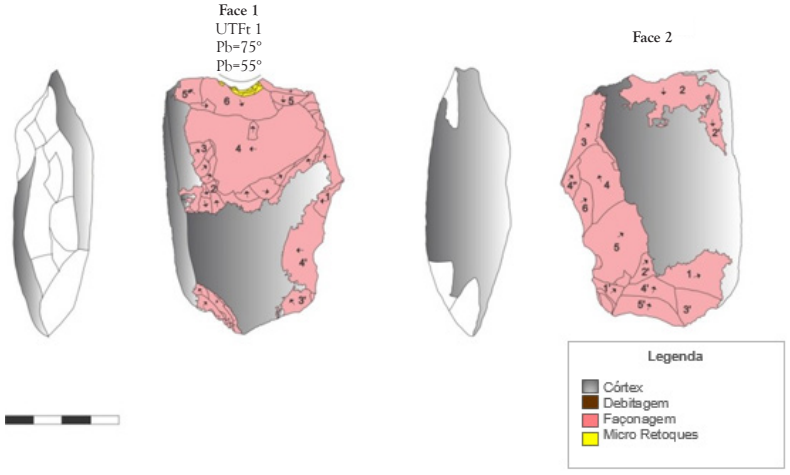


Fig. 14. Instrumento grupo 1.
Fonte: Desenho de Coutinho (2015: 196).

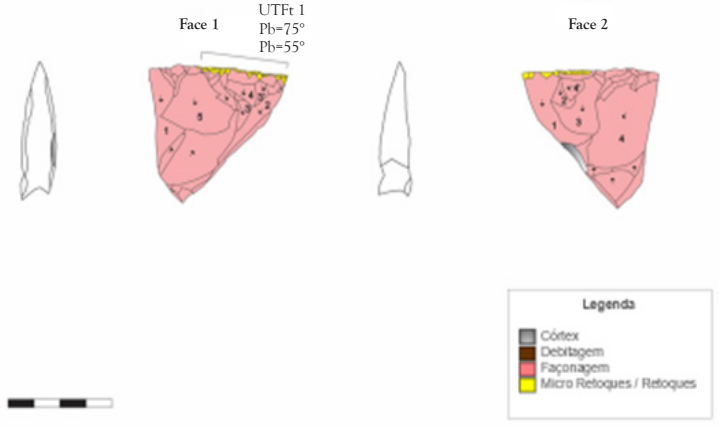


Fig. 15. Instrumento grupo 2.
Fonte: Desenho de Coutinho (2015: 203).

Grupo 3 (7 instrumentos): produzido sobre lasca ou fragmento de matéria-prima, apresentando mais de uma UTFt. Pouca alteração do suporte para redução de volume (na grande maioria retoques diretos). Seu funcionamento seria através de movimento transversal (**Fig. 16**).

Grupo 4 (8 Instrumentos): produzido sobre lasca, apresentando variadas UTFt, com planos de bico de variados delineamentos, alteração do suporte para redução de volume (micro retoques, retoques direto). Seu funcionamento seria através de movimentos variados (**Fig. 17**).

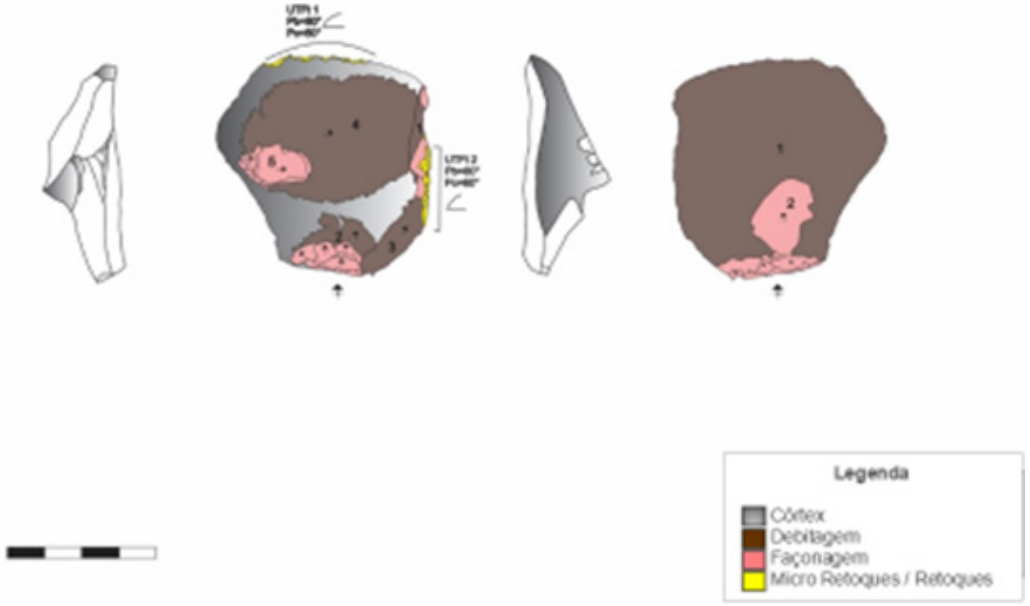


Fig. 16. Instrumento grupo 3.
Fonte: Desenho de Coutinho (2015: 207).

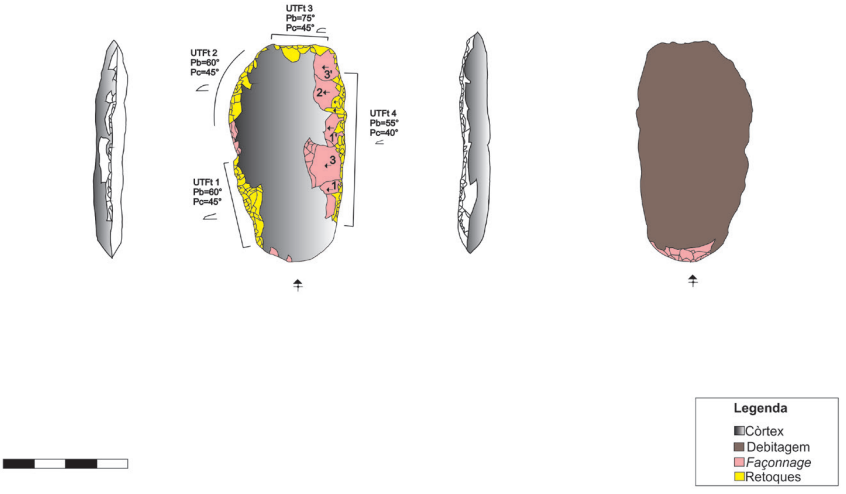


Fig. 17. Instrumentos grupo 4.
Fonte: Desenho de Coutinho (2015: 216).

Grupo 5 (2 instrumentos): produzido sobre lasca ou fragmento de matéria-prima, apresentando variadas UTF't, com planos de bico de variados delineamentos, alteração do suporte para redução de volume (retoques bifaciais). Seu funcionamento seria através de movimentos variados (**Fig. 18**).

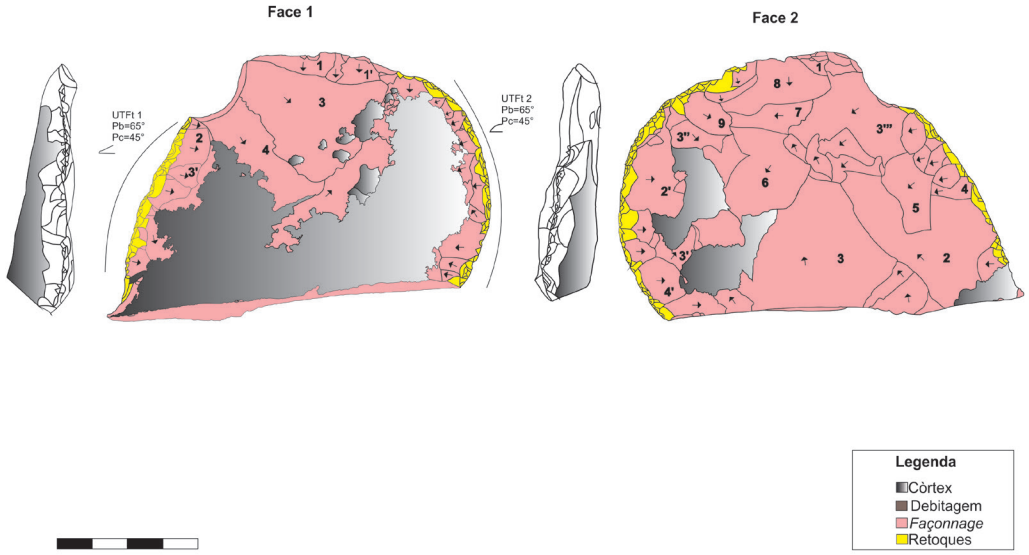


Fig. 18. Instrumento grupo 5.
Fonte: Desenho de Coutinho (2015: 222).

Experimentação

Essa foi dividida em duas etapas: uma com sílex da região de São Raimundo Nonato (sob orientação do Professor Eric Boëda) e a segunda em Sergipe (**Fig. 19**), com matéria-prima similar à que foi encontrada no sítio Colônia Miranda (localizada a 33 km, no povoado de Mussuca). Em ambas as campanhas houve a atenção para os seguintes aspectos: escolha do percutor mais adequado para o sílex (seixo de quartzo com tamanho e volume mediano), lascamento com o gesto direto e o rotativo/tangencial e observação dos estigmas deixados nas lascas.

Fig. 19. Bloco em sílex, coletado no povoado Mussuca (SE), lascado, uma das etapas de experimentação

A percepção do tipo de gesto utilizado no ato do lascamento é observado através dos estigmas deixados na lasca, e esses se referem aos localizados na área proximal da peça. Através das experimentações produzidas, foi possível perceber os seguintes aspectos (**Fig. 20** e **Fig. 23**):

Fig. 20. Exemplo de lasca que foi produzida com gesto direto.

Fonte: Coutinho (2015: 103)

Fig. 21. Exemplo de lasca que foi produzida com gesto direto.

Fonte: Coutinho (2015: 103)

Fig. 22. Exemplo de lasca que foi produzida com gesto rotativo.

Fonte: Coutinho (2015: 104).

Fig. 23. Exemplo de lasca que foi produzida com gesto rotativo.

Fonte: Coutinho (2015: 104).

Discussão

Cruzamento de dados

A partir da análise, levando em consideração a dimensão e formato dos negativos dos núcleos (que são a base de inferência acerca do tipo de lasca retirada do bloco), lascas e instrumentos, observou-se que há uma inter-relação entre as três classes, auxiliando assim na hipótese de tratar-se de um único tipo de indústria lítica, como pode ser observado nos esquemas abaixo (**Tabela 2**):

Negativos do Núcleos	Instrumentos	Lascas
Grupo 1 – Núcleos	*Grupo 1 – Instrumentos*	*Grupo 1 – Lascas*
C= 100 mm / L=55 mm a	C= 81 mm / L= 56 mm a	C = 144 mm / L = 60 mm a
C=76 mm/L=63 mm	C = 67 mm / L = 37 mm	C = 90 mm / L= 24 mm
Grupo 2 – Núcleos	*Grupo 21 – Instrumentos*	*Grupo 2 – Lascas*
C=51 mm / L=31 mm a	C = 57 mm / L = 40 mm a	C = 59 mm / 30 mm a
C = 46 mm / L = 26	C = 40 mm / L 48 mm	C = 66 mm / 10 mm
Grupo 3 – Núcleos	*Grupo 31 – Instrumentos*	*Grupo 3 – Lascas*
C = 37 mm / L = 30 mm	C = 38 mm / L = 49 mm	C = 29 mm / 11 mm a
C=29 mm/ L = 20 mm	C = 32 mm / L = 32 mm	C = 45 mm / L = 7 mm

Tabela 2: Medidas dos negativos, Instrumentos e lascas.

Referente a esse aspecto, pode-se inferir que havia uma preferência por lascas de suporte com dimensões medianas, pois em relação aos negativos dos núcleos e instrumentos a maior incidência refere-se ao Grupo Dois. Já sobre a menor quantidade do grupo um dentro do universo dos negativos, infere-se que as lascas foram retiradas em etapas anteriores da debitagem, ou seja, não estão mais presentes os negativos dessas possíveis lascas suporte. Acerca do formato (**Fig. 24**):

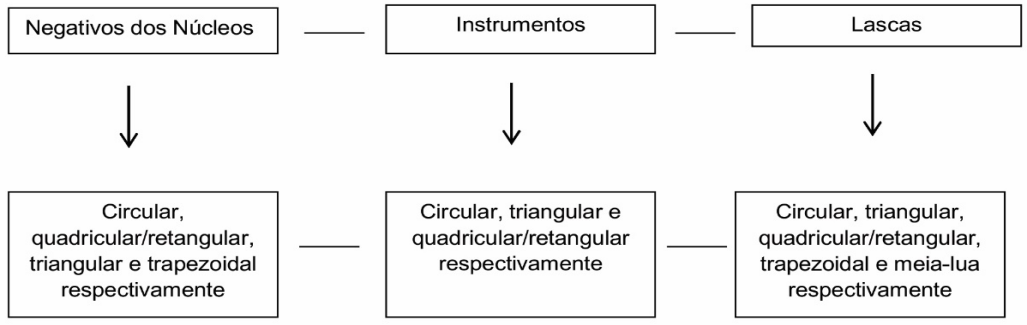


Fig. 24. Inter-relação do formato dos negativos dos núcleos, instrumentos e lascas

Apesar de uma certa variação em relação ao formato (especialmente no negativo dos núcleos, pois aqueles presentes são das etapas finais da debitagem), observa-se um padrão nas lascas e nos suportes dos instrumentos, ou seja, pode-se afirmar que são retiradas pré-determinadas.

Cadeia operatória

A partir da análise, levando em consideração o estudo de todo o processo de produção e produto, pôde-se inferir que há a presença de três cadeias operatórias:

1. *Cadeia Operatória 1*: Peças produzidas por debitagem sem alteração do volume do suporte;
2. *Cadeia Operatória 2*: Peças produzidas por debitagem com alteração do volume do suporte;
3. *Cadeia Operatória 3*: Peças produzidas por façonagem.

O gesto na produção dos instrumentos

A partir dos dados referentes a experimentação, pode-se chegar as seguintes inferências:

1. Nas etapas de descortificação e de produção de lascas com formato para suporte de instrumentos houve uma preferência pelo gesto direto, pois em sua maioria as lascas apresentam um bulbo bem-marcado e são mais espessas;
2. As etapas de façonagem, em que se produziram lascas menos espessas (provavelmente resultado do processo de redução de volume), optou-se pelo gesto rotativo/tangencial, pois essas apresentam o bulbo difuso. É possível também a utilização de um percutor macio, que pode ser feito com gesto direto;
3. Para produção de retoques (que é a última etapa da cadeia operatória) optou-se pelo gesto rotativo/tangencial, pois as lascas de retoque também possuem o bulbo difuso.

Abaixo os dados com os instrumentos sobre lasca e o possível gesto utilizado para a sua produção **(Tabela 3)**:

Instrumento	Gesto
1291	Direto
117	Direto
1289	Direto
14	Direto
1298	Direto
1288	Direto
1283	Direto
1285	Direto
128	Direto
1105	Rotativo
1101	Direto
1290	Direto
179	Direto
191	Direto
18	Direto
1300	Rotativo

Tabela 3: Possível gesto utilizado na retirada da lasca suporte

Dessa forma, a maioria se refere ao gesto direto, sendo um indício da escolha desse tipo de ação gestual para a produção de lascas suporte, em que ela precisa ser mais espessa.

Conclusão

Através dos estudos produzidos no sítio Colônia Miranda, pode-se considerar que os artefatos líticos não foram produzidos de forma aleatória, mas sim com um planejamento bem elaborado acerca das ações daqueles que produziram tais instrumentos.

Não obstante, tendo como objetivo principal o estudo da arqueologia dos gestos e utilizando como metodologia de análise a antropologia das técnicas, observa-se que se trata de uma investigação criteriosa e não apenas intuitiva. Foram englobados todos os vestígios presentes na coleção e procedeu de forma bastante eficiente no que se refere a percepção de aspectos socioculturais que subjazem os objetos.

É interessante reaver o que Mauss (2015) afirma sobre as técnicas corporais, o conceito de homem total, que é observado na coleção do sítio Colônia Miranda, para melhor compreensão acerca desses aspectos socioculturais. Não é possível que se obtenha gestos planejados para um determinado objetivo sem que essa forma de fazer não tenha como plano de fundo uma carga social e tradicional, que influenciou diretamente essas atividades. Trata-se assim de uma característica geral de um determinado grupo.

Como dito anteriormente, o gesto é algo cultural e essa ação não se trata apenas de uma imitação, mas sim de atividades que envolvem uma tradição e um saber fazer característico de um determinado grupo. A técnica é algo universal, mas essa está totalmente ligada ao gesto, que possui a carga sociocultural (Coutinho 2015).

Como a análise foi dividida em duas etapas (a de produção e a de funcionamento), foi possível perceber um planejamento prévio e ações bem elaboradas para que houvesse sucesso na confecção de tais instrumentos e

a configuração das ferramentas como uma entidade mista. Sobre a etapa de *produção* observa-se que existiu uma escolha de suportes específicos por parte dos antigos artesãos, percebida através do cruzamento dos dados, em que há uma inter-relação entre o formato e medidas dos negativos, das lascas e dos suportes, presentes nas cadeias operatórias. Além disso, foi notado o possível gesto utilizado, em que o direto foi utilizado para a retirada de lascas maiores (descortificação ou produção de suporte) e o rotativo para a redução de volume (façonagem) e produção de retoques.

Já acerca dos núcleos, apesar da coleção apresentar apenas dois com estrutura "D", é inegável o nível de predeterminação na produção (vide o cruzamento dos dados). Enquanto no núcleo tipo "C" (que é predominante) *o lascador introduz uma estrutura seguindo critérios técnicos precisos que agirão em sinergia para obter o resultado previsto.* (Mello 2005: 284, grifo nosso).

Em relação ao *funcionamento* dos instrumentos, com os resultados foi possível inferir que essa produção tem uma característica relativamente linear, em que as ações são feitas para objetivos específicos, tais como a produção de instrumentos com uma única UTF transformativa, ou aqueles que possuem um suporte que acomode variados instrumentos e movimentos distintos (transversal ou longitudinal). Nas UTFs preensivas a configuração possui três padrões: a área preensiva é o negativo da etapa de debitagem, produção de pequenas retiradas para melhor acomodação da mão, a elaboração de um dorso que atinge toda uma porção do instrumento que auxilia, de forma direta ou indireta, a acomodação da mão para a aplicação de energia.

No que se refere ao funcionamento, através da análise dos instrumentos, esses se tornaram aquilo que Warnier (1999) define como prótese. É necessária uma total sinergia entre corpo e instrumento para que a ação desejada tenha sucesso. Essa está também aliada ao gesto que será produzido para a transformação de uma determinada matéria-prima.

A arqueologia dos gestos, aliada ao estudo tecnológico e a arqueologia experimental, de fato contribui consideravelmente para estudos líticos, extrapolando-se assim o aspecto morfológico, observando-se a relação entre sujeito e objeto através de uma análise plausível.

COUTINHO, Janaína Patrícia; MELLO, Paulo Jobim Campos. Archeology of Gestures in the Litical Industry of the Colônia Miranda Site (Sergipe). *R. Museu Arq. Etn.*, 39:227-248, 2022.

Abstract: This article analyzes the lithic collection of the Colônia Miranda site (located in the municipality of São Cristóvão, state of Sergipe) based mainly on the archaeology of gestures. The site was identified during the activities produced in the Vaza-Barris River Basin archaeological survey project. This analysis used a structural perspective, based on the anthropology of the techniques. Thus, the objective is to ascertain the technological aspects of the past groups that produced such tools in the region, alongside the possible gestures used. Based on concepts such as the operative chain, total human and motor behaviour, this work examined the relationship between gesture and the influence of cultural tradition for incorporating techniques in the production and operation of instruments.

Keywords: Gestures; Lithic; Colônia Miranda; Techniques; Culture.

Referências bibliográficas

Balfet, H. 1991. Des chaînes operatoires, pour quoi faire? In: Balfet, H. *Observer l'action techinique: des chaînes opératoires pour quoi faire?* Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 11-19.

Boëda, E. 2013. *Techno-logique et technologie: une paleo-histoire des objets lithiques tranchants*. Archeo-editions.com, Paris.

Boëda, E. 2006. Levallois: uma construção volumétrica, vários métodos, uma técnica. *Revista do Museu de Arqueologia do Xingó* 7: 37-77.

Boëda, E. 1997. *Technogenése de systémes de production lithique au Paléolithique inférieur et moyen en Europe occidentale et au Proche-Orient*. Tese de doutorado. Université de Paris X, Nanterre.

Carvalho, F.L. 2003. *A pré-história sergipana*. Universidade Federal de Sergipe, Aracaju. v. 1.

Coutinho, J.P. 2015. *Arqueologia dos gestos na indústria lítica do Sítio Colônia*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

Crabtree, Don E. 1975. Comments on Lithic Technology and Experimental Archaeology. In: Swanson, E.H. *Lithic Technology*. De Gruyter Mouton, Chicago, 105-114.

Desrosiers, S. 1991. Sur le concept de chaîne operatoire. In: Balfet, H. *Observer l'action techinique: des chaînes opératoires pour quoi faire?* Centre National de la Recherche scientifique, Paris, 21-25.

Fogaça. E. 2001. *Mãos para o pensamento*. Tese de doutorado. Porto Alegre.

Fogaça, E. 2006. Um objeto lítico: além da forma, a estrutura. *Revista do Museu de Arqueologia do Xingó*, 7: 11-35.

Fogaça, E.; Lourdeau, A. 2008. Um abordagem tecno-funcional e evolutiva dos instrumentos plano-convexos (lesmas) da transição Pleistoceno/Holoceno no Brasil Central. *Revista FUMDHAMentos* 7: 261-293.

Inizan, M.L., *et al*. 2016. *Tecnologia da Pedra Lascada*. Edição revisada, atualizada e ampliada com definições e exemplos brasileiros por Maria Jaqueline Rodet e Juliana de Resende Machado. Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, Belo Horizonte.

Karlin, C.; Bodu, P.; Pelegrin, J. 1991. Processus techiniques et chaînes operatoires. Comment les préhistoriens s'approprient um concept élaboré par les ethnoloques. In: Balfet, H. *Observer l'action techinique: des chaînes opératoires pour quoi faire?* Centre National de la Recherche scientifique, Paris, 101-118.

Leroi-Gourhan, A. 1985. *O gesto e a palavra: 2: memória e ritmos*. Edições 70, Lisboa.

Martin, G. 1997. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 2. ed. Edições 70, Recife.

Mauss, M. 2015. As técnicas do corpo. In: Mauss, M. *Sociologia e antropologia*. Cosac Naify, São Paulo, 399-421.

Mello, P.J.C. 2005. *Análise de sistemas de produção e da variabilidade tecnofuncional de instrumentos retocados: as indústrias líticas de sítios a céu aberto do vale do rio Manso (Mato Grosso, Brasil)*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Mello, P.J.C. 2012. *Levantamento Arqueológico na bacia do Rio Vaza Barris, no Estado de Sergipe*, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.

Ministério de Minas e Energia. 2002. Diagnóstico do Município de São Cristóvão. In: *Projeto Cadastro da Infraestrutura Hídrica do Nordeste. Aracaju*.

Disponível em: https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/5196/1/66%20-%20Sao%20Cristovao.pdf.

Pelegrin, J, *et al*. 1993. A Framework for Analysing Prehistoric Stone Tool Manufacture and a Tentative Application to Some Early Stone Industries. In: Berthelet, A.; Chavaillon, J. (eds). *The Use of Tools by Human and Non-human Primates, Symposia of the Fyssen Foundation*. [*S. n*.], Oxford, 1993.

Rabardel, P. 1995. Qu'est-ce qu'un instrument? appropriation, conceptualisation, mises en situation. In: Bruillard, E. (coord.). *Outils pour le calcul et le traçage de courbes*. CNDP, Paris, 61-65.

Tixier. J, *et al*. 1999. *Technology and Terminology of Knapped Stone*. CREP, Paris.

Universidade Federal de Sergipe. 2002. *Relatório final do projeto arqueológico de Xingó: salvamento Arqueológico de Xingó*. Companhia Hidroelétrica do São Francisco, São Cristóvão.

Viana, S.A. 2005. *A variabilidade tecnológica do sistema de debitagem e de confecção dos instrumentos líticos lascados de sítios lito-cerâmicos da região do Rio Manso/MT*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Vilhena-Vialou, A. 2006. *Pré-história do Mato Grosso*. Edusp, São Paulo. v. 2.

Warnier, J.P. 1999. *Construire la culture materielle: l´homme qui pensaitavec ses doigts*. Presses Universitaires de France, Paris.

Interfaces entre Pedologia e Arqueologia: compreendendo a interdisciplinaridade entre as áreas com base em revisões bibliográficas

*Tiago Andrade Campos**

CAMPOS, Tiago Andrade. Interfaces entre Pedologia e Arqueologia: compreendendo a interdisciplinaridade entre as áreas com base em revisões bibliográficas. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 249-259, 2022.

Resumo: O presente texto pretende servir como instrumento para trazer à tona a importância da interdisciplinaridade e as interações entre Pedologia e Arqueologia, por meio da Pedoarqueologia, uma área que tem se consolidado nas últimas décadas. A Pedologia tem se mostrado de fundamental importância para a determinação de aspectos primordiais em escavações arqueológicas. Ao passo que análises realizadas por arqueólogos também podem servir como mais um meio na construção de novas hipóteses e constatações nos estudos dos solos. O estudo é baseado em revisões bibliográficas e a realização de estudos mais aprofundados na área da Pedologia, elaborados no âmbito do desenvolvimento de disciplinas e trabalhos do curso de Geografia. Pretende-se traçar um paralelo entre Pedologia e Arqueologia, mostrando as contribuições e interfaces entre ambas. A interação entre estas ciências auxilia para que suas constatações e descobertas sejam ainda mais completas e fomentem discussões aprofundadas entre áreas que, apesar de aparentemente serem distintas e distantes, são diretamente interligadas.

Palavras-chave: Pedoarqueologia; Pedologia; Arqueologia; Interdisciplinaridade; Solos.

Introdução

A ampla possibilidade de definições e utilizações do termo "solo" está relacionada com a particularidade e o interesse de cada uma das áreas que tentam defini-lo ou têm o solo como objeto de estudo. Enquanto para o engenheiro esse solo é o material onde se fixam as bases e fundações para uma obra, para o agrônomo ou agricultor ele é o meio necessário para que as plantas se desenvolvam. Para o geólogo é o produto da alteração das rochas que afloram na superfície, ao passo que, para o arqueólogo, é o meio onde seus materiais de pesquisa estão imersos e tem-se o registro de civilizações passadas (Toledo, Oliveira & Melfi 2000).

Ratzel (1990) argumenta que o solo pode ser considerado como o elemento primordial de um povo. É a base sob a qual o Estado se desenvolve e estende seu poder, a unidade básica para que uma sociedade se desenvolva e crie laços com o local que ocupa. De certa forma, para este autor, é um dos principais componentes do "espaço vital" das sociedades.

* Bacharel e licenciado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). <tiago.andrade.campos@alumni.usp.br>

Isso mostra não apenas como o estudo da pedologia pode atender aos mais variados interesses de diversas áreas, moldando-se às necessidades de cada uma delas e sem definições restritas e universais do seu significado. Na verdade, talvez essa variação não esteja simplesmente no significado de seu termo semântico, mas sim no significado e entendimento que cada ser possui acerca dos solos como elemento presente em nosso dia a dia. Seja com viés científico ou como parte corriqueira da vida de cada um, esse entendimento pessoal pode estar diretamente associado à relação estabelecida com o solo e com a importância deste nas atividades individuais ou sociais, sejam elas de pesquisa ou da vida cotidiana.

Entretanto, é possível, além de muito importante, transformar essas várias interpretações e definições em algo mais geral que seja suficientemente amplo para conceituar o que de fato é o solo. Ainda assim, mesmo tendo como base suas características, seus processos de formação, componentes e até mesmo suas várias possibilidades de uso, distintas definições que convirjam para um sentido único, muito próximas umas das outras, podem surgir.

Luchese, Favero & Lenzi (2002: 2) definem solo como "[...] uma mistura de compostos minerais e orgânicos, formados pela ação de agentes físicos, químicos e biológicos inicialmente sobre a rocha primária. [...]". Enquanto Toledo, Oliveira & Melfi (2000: 157) o descreve como "[...] produto do intemperismo, do remanejamento e da organização das camadas superiores da crosta terrestre, sob ação da atmosfera, da hidrosfera, da biosfera e das trocas de energia envolvidas."

Por mais que existam definições variadas, sejam elas mais amplas ou mais específicas para cada área, é importante ressaltar que parte delas estão diretamente relacionadas e são transversais. Apesar dessas particularidades e mesmo que tenham sido desenvolvidas de modo que atendam as necessidades de cada área, não é possível considerar cada uma dessas denominações de forma isolada. É importante que levemos em consideração as interações entre elas, suas intersecções e utilizações que podem ser multidisciplinares e integradoras ao invés de entendidas e analisadas de modo isolado e segregado.

Sendo assim, para este debate será considerado como solo a porção sólida da crosta terrestre constituída por minerais e matéria orgânica, resultantes dos processos de intemperismo e biológicos, dentre eles as ações humanas contemporâneas e pretéritas. Pode parecer que tais definições são genéricas e simplórias, mas é preciso que se tenha uma ideia que parta de considerações mais simplificadas. Esse fator possibilita que, no decorrer desta análise, seja possível realizar as associações e interações pretendidas entre a Pedologia e a Arqueologia sob a perspectiva de uma área que pode ser considerada como a intersecção entre elas, a Pedoarqueologia.

Com isto, o presente trabalho tem como objetivo central fazer uma associação direta entre Pedologia e Arqueologia, duas ciências que podem ser consideradas como complementares e contribuem diretamente para a compreensão e evolução uma da outra. Tal feito será desenvolvido com base na revisão bibliográfica de materiais específicos de ambas as áreas, assim como estudos e pesquisas que têm como enfoque a associação entre elas, ou seja, que reconhecem a importância e eficácia da Pedoarqueologia.

Histórico e conceitos básicos da Pedologia

Desde a antiguidade, diversas civilizações já haviam reconhecido a importância do solo como componente de grande influência em suas vidas, atribuindo-lhe papel de destaque em suas práticas culturais e religiosas. Mostrando-nos que há muito tempo e para povos distintos o solo que ocupavam não era um simples suporte para seus afazeres, mas sim algo que estava diretamente relacionado a seu cotidiano, muitas vezes sendo um dos principais provedores de insumos vitais para a sobrevivência dessas populações. Estes insumos variavam desde materiais para a realização de pinturas e utensílios, até como o único meio para a obtenção de alimentos (Lepsch 2011).

Ainda de acordo com Lepsch (2011), é possível dividir a Pedologia ou, em outras palavras, a Ciência dos Solos, em dois períodos: um que engloba desde os primórdios de antigas populações e outro referente ao período mais recente da história, sobretudo depois dos últimos dois séculos, quando o estudo dos solos passou a ser fundamentado por experimentações e utilização de variados métodos científicos.

O início dos estudos mais sistematizados e com bases empíricas acerca dos solos foi baseado em amostras acomodadas em laboratórios. O objetivo principal era entender a relação entre as plantas e o solo, compreendendo como essas plantas nutrem-se dos solos (Lepsch 2011). Ainda baseado na revisão histórica feita por Lepsch, foi na Rússia do século XIX que o solo passou a ser estudado de forma mais ampla, em seu estado bruto, com poucas alterações de suas características e sob as condições naturais a que foram submetidos. Ou seja, passaram a ser estudados em campo e não apenas por amostras que podem ser facilmente alteradas e perder suas propriedades naturais.

Ainda consta, dentro dessa revisita ao passado da Pedologia feita por Lepsch (2011), a importância do naturalista russo Vasily V. Dokuchaev (1846 - 1903) como um dos principais responsáveis por realizar comparações e relacionar diferentes análises de áreas e amostras distintas. Esses estudos permitiram constatar que uma mesma configuração litológica pode resultar em diferentes tipos de solos, levando-o a afirmar que o clima está diretamente relacionado na formação desses solos e atribuindo-lhes diversas peculiaridades. Além de observar também a presença de diferentes camadas que formam um perfil pedológico, o que chamou de horizontes e afirmou estarem associados aos diferentes processos formadores do solo.

Foi a partir de então que critérios mais específicos passaram a ser utilizados para a sistematização dos estudos em Pedologia. Essa mudança permitiu a criação de critérios que resultaram na classificação dos diferentes tipos de solos em grandes grupos e subgrupos, além da definição de formas e procedimentos para a análise desses solos, tanto em campo quanto em laboratório.

A importância do estabelecimento de critérios que ditem os procedimentos no estudo dos solos está, principalmente, na homogeneização tanto dos estudos quanto dos resultados. Eles possibilitam que comparações sejam feitas independentemente de onde e por quem esses estudos são realizados, desde que efetuadas de maneira correta. Além de também permitirem a interpretação de diferentes perfis analisados em qualquer parte do mundo. Esses critérios vão padronizar os processos para escavação de perfis, sua descrição, análise e coleta de amostras, quais tipos de testes e características devem ser observadas, além dos procedimentos e análises laboratoriais a serem adotados.

Os atuais estudos dos solos têm como ponto de partida primordial, a realização de trabalhos de campo onde serão observados os perfis de maneira isolada e dentro de seu contexto geomorfológico, hidrológico e geológico. Após a abertura do perfil, inicia-se a descrição morfológica do solo, indicando diferentes aspectos que são também importantes conceitos dentro da Pedologia.

Descrições morfológicas geralmente iniciam-se com a escavação de trincheiras ou pelo aproveitamento de cortes no solo, como nas laterais de estrada e barrancos. Como indicado por Lemos *et al.* (2015), após preparação do perfil, seja em trincheiras ou em cortes, deve-se separar cuidadosamente os horizontes observados que diferem uns dos outros quanto a textura, cor, estrutura e consistência. Ou seja, as características morfológicas de cada um desses horizontes. As inferências feitas para a verificação de cada um desses conceitos são realizadas com base em testes rápidos e de simples execução que permitem ao pedólogo sua constatação imediata no próprio campo. Esses mesmos autores descrevem e definem vários desses conceitos, como será brevemente comentado adiante.

A característica mais evidente, até mesmo para quem não é especialista em solos, é a *cor* que diferencia cada um dos horizontes. Por meio dela identificamos possíveis componentes presentes na composição desse solo, tais como as

quantidades de matéria orgânica, óxidos de ferro e até mesmo o tipo de drenagem da área. Para fins de padronização, em qualquer análise de solo utiliza-se o Sistema Munsell de Cores. Esse sistema permite enquadrar uma determinada cor dentro de uma matriz que pode ser identificada por qualquer pessoa que tenha acesso a chamada Carta de Cores de Munsell, que nada mais é do que uma cartela composta por inúmeras cores que os solos podem apresentar, todas identificadas por códigos.

A *textura* está associada com as frações granulométricas que compõem o solo (areia, silte e argila). Em campo ela pode ser aferida por meio de sensações táteis com a preparação de uma pasta feita com pequena amostra do solo misturada com água que, quando friccionada entre o polegar e o indicador, pode ser classificada em arenosa, siltosa, argilosa e texturas intermediárias entre as três frações.

Já a *estrutura* refere-se, basicamente, a forma dos agregados de solo ao serem submetidos a pressão para que torrões sejam desmanchados e originem estruturas menores. Essas formas podem ser diferenciadas como laminares, prismáticas, blocos e granulares, sendo importante também a verificação do tamanho dessas estruturas.

A *porosidade* trata do volume de água e/ou ar entre as estruturas componentes do solo. Já a *cerosidade* é observada quando há a presença de superfícies brilhantes nas bordas dos agregados, geralmente resultando da dilatação e contração desses agregados fazendo com que haja atrito entre as faces deles, ou ainda pela cumulação de argilas nas extremidades dos blocos.

A *consistência* refere-se ao grau de coesão entre as partículas, sendo medidas pressionando parte da amostra entre os dedos para definir a quantidade de força necessária para desagregar essas partículas. Elas devem ser aferidas em amostras secas, úmidas e molhadas, permitindo também que sejam observados os graus de *pegajosidade* e *plasticidade*, características que estão diretamente associadas com a quantidade de argila messes solos.

Essas são apenas algumas das características que podem ser observadas nessa primeira e importante descrição de campo, etapa inicial para as análises e sem as quais torna-se praticamente impossível que se façam inferências acerca do solo a ser estudado. Posteriormente a essas atividades de campo, é de igual importância que também sejam realizadas análises laboratoriais das amostras coletadas e preparadas, de acordo com a necessidade e especificidade de cada procedimento para as análises que serão realizadas, podendo ser tanto para a verificação de aspectos físicos quanto químicos.

Os principais atributos físicos analisados são a *granulometria, agregação* e *estabilidade, densidade, umidade total, capacidade de campo* e *porosidade* (*microporosidade* e *macroporosidade*). Nas análises químicas geralmente são verificados aspectos tais como *pH, acidez, capacidade de troca de cátions* e *bases trocáveis, quantidades de elementos* e *compostos*. Além disso, existem outros procedimentos diversos, possíveis e importantes, que podem variar de acordo com os objetivos da análise (EMBRAPA 1997).

Com base nos resultados obtidos tanto nas observações iniciais no momento da descrição morfológica, quanto com o que é possível extrair por meio dos procedimentos em laboratório, é possível realizar inúmeras suposições e importantes afirmações com relação a paisagem, geomorfologia, clima, vegetação, precipitação e pedogênese, não apenas atuais como também de épocas passadas. Com a elaboração da possível configuração paleoambiental e paleoclimática, fatores de grande importância para a arqueologia. Esses aspectos contribuem diretamente para algumas interpretações em determinadas escavações arqueológicas, tornando fundamental que pesquisadores dessa área considerem a pedologia como um dos fatores que podem fazer a diferença na obtenção de melhores resultados em seus estudos.

Pedologia e Arqueologia

Materiais arqueológicos não são artefatos meramente imersos em meio a produtos pedológicos, eles fazem parte destes, compõem o solo em que estão inseridos e encontram-se sob a ação dos mesmos processos e alterações.

Rubin & Silva (2004: 180) destacam que materiais imersos nos solos podem ser afetados por processos físicos e biológicos, tais como a perturbação pela gravidade e a erosão, resultando na inversão da posição de materiais arqueológicos de períodos distintos. Isso nos mostra a inevitável interação entre materiais pedológicos, arqueológicos e, principalmente, entre os agentes e eventos modificadores dos horizontes pedológicos que compõem estes solos.

Essa afirmação pode servir como ponto de partida para algumas ponderações acerca da relação entre Pedologia e Arqueologia que podem ser compreendidas e incorporadas nas metodologias usadas por arqueólogos. Pois, como assinalado por Vasconcelos *et al.* (2013), os solos constituem corpos históricos que preservam diversificadas características resultantes das interações entre humanos e o ambiente que ocupavam.

Isso pode ser observado no exemplo de Schaeffer *et al.* (2018: 177) em que relatam a presença de um solo constituído sobre resíduos de ocupações indígenas, no interior do estado de Roraima. O solo foi analisado por meio de um corte de perfil e foram encontrados fragmentos de cerâmica, além de altos teores de matéria orgânica e restos de carvão e vegetal. Essas descobertas podem resultar em grandes possibilidades de interações entre esses materiais e os componentes naturais que constituem ou constituíam esses horizontes.

Esses apontamentos também podem ser observados nos estudos de Teixeira *et al.* (2009: 242), onde são analisados solos de origem antrópica na Amazônia. Esses solos, de acordo com os autores, são conhecidos como Terra Preta de Índio e resultam de processos que alteram sua química e mineralogia, resultando em horizontes fisicamente diferenciados, principalmente com relação ao horizonte. As demais camadas superficiais apresentam cores escuras provenientes das altas concentrações de carbono total e carbono de origem pirogênica. Ainda de acordo com esse estudo, muitos desses horizontes contém grande quantidade de artefatos arqueológicos, principalmente cerâmicas.

As marcas deixadas por humanos no ambiente podem ser bastante variadas, algumas bastante evidentes, outras nem tanto. Tais modificações no ambiente podem ser facilmente identificáveis no terreno, mesmo que soterradas ou já cobertas por material pedológico, como no caso de construções e escavações que deixam evidências na paisagem (Kern 2009). Assim como as modificações de ordem física e química, que vão desde alterações na textura, cor e compactação dos solos até a acreção de substâncias e elementos químicos – como matéria orgânica, fósforo, cálcio, magnésio, zinco e manganês. Essas alterações resultam principalmente da deposição de materiais descartados e incorporados ao solo, como dejetos humanos e animais, restos de alimentos e refugos domésticos (Kern 2009; Vasconcelos *et al* 2013).

A importância da pedologia, nesses casos, está relacionada principalmente com seu trabalho laboratorial para análises de solos que podem identificar grande variedade de compostos, diferenciando componentes comuns aos diversos tipos de solos e elementos que podem ser associados com a presença e atividade humana. Esses procedimentos laboratoriais são definidos e descritos rigorosamente em manuais que determinam e padronizam as etapas e processos necessários para a análise geoquímica, como os descritos pela EMBRAPA (1997) e por Camargo *et al.* (2009).

Os resultados dessas análises feitas dentro dos sítios arqueológicos podem ser comparados tanto com resultados obtidos em solos de classificação semelhante que são bastante conhecidos, estudados e descritos por pedólogos, quanto com perfis de solos próximos ao local onde se realiza a escavação arqueológica. Isso permite correlacionar a área supostamente ocupada com áreas onde provavelmente não ocorreu nenhum tipo de intervenção humana e o solo é resultado apenas de fatores pedogenéticos não antrópicos.

Além das análises químicas, outra técnica que tem sido de grande importância e cada vez mais utilizadas em estudos arqueológicos são as análises micromorfológicas, feitas a partir de lâminas delgadas extraídas de amostras não deformadas de solo. Esse procedimento pode gerar dados bastante conclusivos sobre

características morfológicas e composicionais do solo em questão, podendo ainda ser a fonte de resolução de diversas questões arqueológicas (Villagrán 2009). Splé & Vila (1990), abordam como tal método pode contribuir para estudos arqueológicos, principalmente no que diz respeito aos aspectos da estrutura e porosidade do solo. Características distintas podem ser encontradas de acordo com usos aos quais estiveram submetidos, sejam em horizontes expostos e atuais ou até mesmo em paleossolos atualmente enterrados. Ainda de acordo com esses autores, esse tipo de análise também pode identificar a presença de materiais microscópicos que podem indicar a presença humana e não seriam identificados com nenhuma outra técnica. É o caso de fragmentos de ossos e carvão muito pequenos, em tamanhos microscópicos ou muito próximos disso.

De acordo com Villagrán (2009), a importância da micromorfologia dos solos para estudos realizados por arqueólogos está em sua capacidade de responder questões que outras técnicas laboratoriais não podem alcançar. Ela possibilita a intersecção entre o que pode ser observado em campo com os dados físicos e composicionais obtidos em laboratório.

Mas não são apenas técnicas e procedimentos de caráter físico-químico que auxiliam e podem servir como fonte de informações para a arqueologia. Esse processo pode se iniciar de uma análise e descrição morfológica do perfil, feita em campo, onde são identificados aspectos bem evidentes dentro da composição desse perfil de solo. Esse fato nos permite subentender que o pesquisador, caso conheça ao menos os princípios básicos de pedologia, conseguirá visualizar características que podem indicar um ou outro processo na formação do perfil. Mesmo que o pesquisador não possa responder mais profundamente questões acerca dessas características, poderá ter ao menos um possível ponto de partida para que busque averiguar mais detalhadamente o que foi identificado por ele.

Os autores Rubin, Silva & Marcos (2013) destacam a pertinência dos estudos estratigráficos nas escavações arqueológicas. Para estes autores, é importante que se faça uma descrição detalhada de variações na cor e na textura dos solos e sedimentos para que haja maior detalhamento e qualidade dessas escavações. Além de ressaltarem que, com o uso de análises da estratigrafia, é possível compreender os processos naturais e antrópicos na formação de registros arqueológicos.

A partir do momento em que o pesquisador não se contenta apenas com a compreensão de poucos e básicos elementos acerca de um tema ou área, as possibilidades de seus estudos tornarem-se cada vez mais ricos e bem elaborados pode aumentar consideravelmente. Obviamente que não é possível exigir do profissional que o mesmo seja especialista em todos os tipos de ciências que podem lhe ser úteis, muito menos que o arqueólogo se torne um pedólogo ou ainda que pedólogos deveriam ser responsáveis por escavações arqueológicas. O que se busca mostrar é que muito dificilmente um especialista de uma área pode atuar isoladamente, sem ao menos ter condições para conversar com profissionais de outras áreas. O pesquisador deve poder explicar aquilo que observou, bem como buscar explicações detalhadas com alguém que disponha de conhecimentos mais aprofundados acerca de determinado tema.

Além das interpretações relacionadas ao perfil de solo em que se encontra a escavação e os sedimentos que envolvem os artefatos arqueológicos, o conhecimento sobre conceitos básicos relacionados com Pedologia e áreas que a influenciam, como a geomorfologia, geologia, climatologia e demais ciências que, apesar de parecerem independentes, são interligadas e interdependentes. Elas atuam em conjunto nas transformações e alterações da crosta terrestre e permitem que o arqueólogo também realize algumas inferências. Esses encadeamentos podem resultar em evidências que auxiliam em atividades como a localização de sítios e verificação de artefatos. É possível averiguar, por exemplo, se dado artefato foi depositado em determinado local e ali permaneceu, ou se ele passou por processos comuns a materiais pedológicos e sedimentares localizados em encostas, leitos e várzeas fluviais, como o escorregamento e seu transporte para áreas distantes de sua deposição inicial.

Arqueologia e Pedologia

Entretanto, a interação entre essas áreas não é uma via de mão única onde apenas a Arqueologia se beneficia dos conhecimentos, técnicas, materiais e conceitos da Pedologia. Há também a possiblidade da utilização de dados obtidos em escavações arqueológicas para a melhor compreensão ou detalhamento de compartimentações pedológicas que, em alguns casos, podem ser imprecisas, pouco exploradas ou carentes de análises e informações mais específicas.

Pode parecer óbvio que a Arqueologia se utilize dos conhecimentos da Pedologia, tendo em vista que em grande parte dos casos os artefatos arqueológicos estão imersos no material pedológico. Mas também é possível que estudos pedológicos se aproveitem de muitas das informações obtidas e geradas por análises arqueológicas.

Oras, se o arqueólogo na maioria de seus estudos depende quase que totalmente de escavações e cortes em perfis de solo, assim como o pedólogo, é inevitável que este contribua na construção do conhecimento acerca dos solos mesmo que essa não seja sua intenção. Pois, assim como pesquisadores da arqueologia precisam estar cientes do desenvolvimento dos conhecimentos das ciências da terra, os estudiosos das ciências da terra também devem saber usar o conhecimento construído em áreas afins para seu benefício e aprimoramento.

Dentro dos estudos de análise e classificação de solos, são trabalhados grandes compartimentos da crosta terrestre, geralmente associados ao relevo e domínios morfoclimáticos. Isso pode resultar em generalizações que, vez ou outra, deixam de considerar pequenas áreas distintas do restante desses recortes e delimitações estabelecidas. Em contrapartida, estudos arqueológicos se realizam em porções mais restritas do espaço e têm seu enfoque em áreas delimitadas. Mesmo que elas estejam inseridas em sítios de grandes extensões, necessitam de diversas escavações para cobrir maior parte da área em questão.

Também é importante ter em mente que grande parte dessas informações não são postas ou dadas de maneira tão evidente. O profissional deve saber quais tipos de dados podem lhe ser úteis, onde encontrá-los e saber interpretar corretamente, de modo que atendam suas necessidades. Passada a etapa da busca por fontes que sejam pertinentes e tendo em mãos as informações necessárias, estas podem ser tabuladas para construir recortes de áreas que representem grandes escalas cartográficas. Ao sobreporem as cartografias de média ou pequena escala, comumente utilizadas nos mapeamentos pedológicos, resultam em maior detalhamento do estudo dos solos.

Um método muito utilizado dentro do universo de pesquisas arqueológicas é a datação de materiais, tanto dos artefatos encontrados quanto dos materiais que o envolvem. Ou seja, de solos e sedimentos, principalmente fragmentos e resíduos de carvão, bem como materiais orgânicos agregados na fração argila e uma série de compostos e elemento químicos que constituem os solos e seus horizontes diversificados. Há diversas técnicas de datação, cada uma delas com suas especificidades e características (positivas ou negativas) que variam de acordo com o tipo e idade do material analisado. A paleopalinologia, isótopos de carbono que compõem o solo, isótopos de oxigênio e luminescência óptica são alguns dos principais métodos a serem utilizados (Araujo 2013).

Interpretando esse mesmo estudo de Araujo (2013), fica evidente a importância e indispensabilidade do processo de datação para a reconstituição de paleoambientes e paleoclimas que estão diretamente associados com a formação dos solos e de importantes corpos históricos. Ambos carregam consigo uma variedade de informações e são constituídos por elementos que tornam possível aferir a ocorrência de importantes eventos geomorfológicos e climáticos que se relacionam com a produção e desenvolvimento dos materiais pedológicos atuais. A reconstituição de modelos de cenários passados com a utilização de dados relativamente precisos, obtidos por meio de processos de datação, permite ao pedólogo a comparação de dados. Também oferece a possibilidade de observar

detalhes que dificilmente seriam percebidos durante a análise e descrição morfológica do perfil de solo ou pela maioria dos procedimentos laboratoriais.

Há ainda o fato da associação do material arqueológico e o meio em que este é encontrado. Sabe-se que o homem é um importante agente modificador da paisagem. Sua ação modifica de diversas maneiras os ambientes que ocupam (algumas de modo mais intenso e outras um tanto quanto discretas), de maneira um tanto abrupta ou como resultado de ocupações e usos no decorrer de grandes intervalos de tempo. Tal fato também se aplica a populações antigas e paleoíndias que tiveram importante papel na dinâmica não apenas das modificações, mas também na constituição das paisagens ocupadas.

Araujo (2008) evidencia a expressividade da capacidade humana na formação de solos, ao relatar espessas camadas de sedimentos em escavações de três abrigos que foram identificadas como sendo de origem antrópica. Por mais que o fato relatado tenha sido observado em abrigos (ambientes que concentram e intensificam as atividades desses grupos), além da maior facilidade de acumulação de sedimentos, pode-se esperar que o mesmo ocorra em ambientes abertos. Ou seja, atividades humanas podem produzir e alterar os solos de modo a deixarem marcas que perdurem por séculos e até mesmo milênios. Mas qual a relação de tais fatos com a pedologia? Como essas informações podem ser utilizadas em benefício das ciências do solo?

Com base nesse tipo de informação é possível, além de realizar as já citadas reconstruções paleoambientais e paleoclimáticas, obter dados quanto a idade das deposições e materiais e atingir uma melhor compreensão desse ambiente no decorrer dos vários anos. O entendimento das características do processo deposicional, estabilidade do ambiente, eventos de seca ou períodos mais úmidos e presença de vegetação, é facilitado e possibilita interpretações mais detalhadas da área.

Por meio da utilização desses dados pode-se discutir fatores como discordâncias nos horizontes de solo e situações em que a lógica de distribuição desses horizontes não se faz presente. Um exemplo é o caso da presença de paleossolos soterrados, chamadas por Kern (2009) de terras pretas arqueológicas. Mesmo já sendo algo conhecido pela pedologia, geralmente esses tipos de paleossolos são encontrados em profundidades não muito elevadas, mas em algumas situações também podem estar sob espessas camadas de sedimentos.

Também podemos mencionar o caso de situações pouco ou até mesmo nada exploradas pela pedologia que possibilitariam o detalhamento de diversas áreas com informações mais precisas e de recortes cada vez mais específicos do espaço. Esses estudos evitariam generalizações excessivas, que muitas vezes podem ser imprecisas e não consideram aspectos que podem resultar em outras formas de interpretação para os contextos pedológicos e geomorfológicos.

Uma dessas situações que podem ser melhor exploradas por parte dos pedólogos, diz respeito a áreas próximas a lagoas e paleolagos. São ambientes antigos bastante explorados pela arqueologia, tendo em vista seu potencial arqueológico. Esses locais eram atrativos para ocupações que os utilizam como fonte de recursos ou como forma de abrigo, quando o que resta é apenas o antigo "leito" desses corpos d'agua que por algum motivo deixaram de existir.

Ambientes lacustres são propícios à formação de estratigrafias pouco perturbadas por agentes externos que podem resultar na reconstituição de antigas características desses locais. A presença desse tipo de ambiente nos topos de elevações e morros, como a Lagoa do Camargo apresentada por Araujo *et al* (2017), pode também ser indicativo da evolução geomorfológica da região que atualmente apresenta conformação distinta daquela que possuíam em períodos pretéritos. Ainda com base no que apresentou o autor citado, nota-se também que é possível encontrar ambientes que apresentem características distintas daquelas que se esperava para a área. Por exemplo, como a presença de solos profundos em topos de vertentes, o que muitas vezes não é observado em estudos pedológicos mais abrangentes e amplos, mas que podem oferecer fortes indícios

da evolução local e indicar particularidades dos processos pedogenéticos e geomorfológicos dessas áreas.

Considerações finais

A Pedoarqueologia é instrumento de fundamental importância dentro dos estudos arqueológicos, pois pode servir como fonte de informações históricas e cronológicas dos artefatos que comumente estão imersos no meio, envoltos em solo ou sedimentos. Portanto, essas peças também estão expostas a alterações que os constituintes pedológicos e geológicos desse meio sofrem (Stein 2008). Em determinadas situações, não são apenas opção metodológica, mas sim uma necessidade na resolução de situações e impasses onde apenas o conhecimento arqueológico estruturado apenas em conceitos de caráter histórico e antropológico não dariam conta.

Por mais que a Arqueologia tenha se consolidado em meio a ciências humanas, sua ligação com as ciências naturais, mais especificamente com as ciências da terra, a Geologia e áreas da Geografia Física, é bastante evidente e de grande importância. Essa relação não deve apenas ser debatida, e sim ser colocada em prática, principalmente, no dia a dia de estudos, escavações e interpretações acerca dos materiais arqueológicos.

O meio ao qual esse material arqueológico está inserido não pode ser entendido apenas como material inerte que envolve artefatos. Ele é fonte primária de informações, o que torna de fundamental importância que o arqueólogo tenha ao menos conhecimentos básicos de pedologia, geologia, geomorfologia e geoquímica, dentre outras áreas que estudam a crosta terrestre, palco do surgimento, evolução e desenrolar da vida humana. Com esses conhecimentos, é viável criar hipóteses ou meios de explicar situações que, posteriormente, venham a ser conferidas em pesquisas complementares ou com profissionais que entendam melhor do assunto.

A Pedologia torna-se, então, uma grande aliada dos estudos arqueológicos que podem investigar e compreender as dinâmicas dos materiais que são escavados. Além poder extrair o máximo de dados possíveis de diversas técnicas, ensaios e conceitos bastante utilizados por pedólogos em seus estudos.

Também é possível que o caminho inverso seja percorrido, com a utilização de dados e conhecimentos advindos da Arqueologia, para a ampliação do repertório de outras ciências, principalmente da Pedologia. Esse fato é mais do que uma possibilidade, é uma alternativa coerente e viável de ser concretizada. A maior dificuldade encontrada para que isso ocorra, pode estar pautada em uma questão posta dentro das ciências. Trata-se da fragmentação dos saberes e da busca por áreas que sejam autossuficientes, o que torna a interação entre diferentes áreas do conhecimento bastante restrita. Isso aumenta a resistência de grupos de pesquisadores em não compartilharem o sentimento de amplitude das ciências ou não enxergam a importância dessa interdisciplinaridade.

Essa interação entre áreas do conhecimento, certamente, tende a ser benéfica para a construção de saberes cada vez mais consolidados e embasados em conceitos e técnicas que, por mais que possam parecer distintos e desconexos, podem e devem interagir para servir como fonte de informações cada vez mais confiáveis. A construção desse conhecimento, por meio de fortes e múltiplas bases, quando realizada de maneira correta, poderá resultar em uma ciência ainda mais forte e estruturada. É algo fundamental em um período de nossa história onde cientistas e pesquisadores são praticamente forçados a demonstrar a qualquer custo sua importância.

CAMPOS, Tiago Andrade. Interfaces between Pedology and Archaeology: understanding interdisciplinarity between areas based on bibliographical reviews. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 249-259, 2022.

Abstract: This work aims to be an instrument to bring up the importance of interdisciplinarity and the interactions between Pedology and Archaeology, with the Pedoarchaeology, a field that has been consolidated in the last decades. The Pedology has demonstrated to be of great importance for determining the primordial aspects in archaeological excavations. Whereas analyses performed by archaeologists could also serve as another way for constructing new hypotheses and ideas within soil studies. The study is based on bibliographical reviews and the experience in deeper studies in Pedology, performed with the development of subjects and college papers in the Geography undergraduate course. It intends to draw a parallel between Pedology and Archaeology, showing the contribution and interfaces of both areas. The interaction between these sciences helps even more complete studies and discoveries and deepens the discussions between areas that, despite seeming different and distant, are directly interconnected.

Keywords: Pedoarchaeology; Pedology; Archaeology; Interdisciplinarity; Soils.

Referências bibliográficas

Araujo, A.G.M, *et al.* 2017. The "Lagoa do Camargo 1" Paleoindian Site: Some Implications for Tropical Geomorphology, Pedology, and Paleoenvironments in Southeastern Brazil. *Geoarchaeology* 32: 662-677.

Araujo, A.G.M. 1999. As geociências e suas implicações em teoria e métodos arqueológicos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo Suplemento 3: 35-45.

Araujo, A.G.M. 2008. Geoarqueologia em sítios abrigados: processos de formação, estratigrafia e potencial informativo. In: Rubin, J.C.R.; Silva, R.T. (Org.). *Geoarqueologia: teoria e prática*. Editora da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 1, 71-92.

Araujo, A.G.M. 2013. Geomorfologia e paleoambientes no leste da América do Sul: implicações arqueológicas. In: Rubin, J.C.R.; Silva, R.T. (Org.). *Geoarqueologia*. Editora da PUC Goiás, Goiânia, 1, 135-180.

Camargo, O.A., *et al.* 2009. *Métodos de análise química, mineralógica e física do Instituto Agronômico de Campinas*. Instituto Agronômico, Campinas.

EMBRAPA. 1997. *Manual de métodos de análise de solo*. Centro Nacional de Pesquisa de Solos, Rio de Janeiro.

EMBRAPA. 2006. *Sistema brasileiro de classificação de solos*. Serviço de Produção de Informação (SPI), Brasília.

Kern, D.C. 2009. Análises e interpretações e, ou, sedimentos nas pesquisas arqueológicas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 8: 21-35.

Lemos, R.C., *et al.* 2015. *Manual de descrição e coleta de solo no campo*. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Viçosa.

Lepsch, I.F. 2011. *19 lições de pedologia*. Oficina de Textos, São Paulo.

Luchese, E.B.; Favero, L.O.B.; Lenzi, E. 2002. *Fundamentos da química do solo*. Freitas Bastos, Rio de Janeiro.

Ratzel, F. 1990. As leis do crescimento espacial do Estados. In: Moraes, A.C.R. (Org.). *Ratzel*. Ática, São Paulo, 1, 175-193.

Rubin, J.C., *et al*. 2013. Arqueoestratigrafia: processos naturais e ação antrópica. In: Rubin, J.C.R.; Silva, R.T. (Org). *Geoarqueologia*. Editora da PUC Goiás, Goiânia, 1, 45-68.

Rubin, J.C.R.; Silva, R.T. 2004. Arqueologia, dinâmica das vertentes e perdas de solo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 14:179-193.

Schaeffer, C.E.G.R. *et al*. 2018. Solos, ambientes e povos indígenas de Roraima: uma etnoecologia entrelaçada. In: Batista, K.D.; Lumbreras, J.F.; Coelho, M.R.; Oliveira, V.A.; Vale Júnior, J.F. (Org.). *Guia de campo da XI Reunião brasileira de classificação e correlação de solos: RCC de Roraima*. EMBRAPA, Boa Vista, 1, 165-182.

Splé, A.; Vila, A. 1990. La micromorfologia de suelos aplicada a la arqueologia. Dos casos a modo de ejemplo: el Cingle Vermell (Osona) e Mediona I (Alt Penedes). *Revista del Museu de Xàbia* 6: 31-42.

Stein, J.K. 2008. Geoarchaeology and Archaeostratigraphy: View from a Northwest Coast Shell Midden. In: Reitz, E.; Scarry, C.M.; Scudder, S.J. (Ed.). *Case Studies in Environmental Archaeology*. Springer, New York, 61-80.

Teixeira, W.G. *et al*. 2010. As propriedades físicas e hídricas dos horizontes antrópicos das terras pretas de índios na Amazônia Central. In: Lima, H.N; Kern, D.C.; Madari, B.E.; Teixeira, W.G.; Woods, I.W. (Ed.). *As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas*. EDUA/ Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, 1, 242-250.

Toledo, M.C.M.; Oliveira, S.M.B.; Melfi, A.J. 2000. Intemperismo e formação do solo. In: Fairchild, T.R.; TaiolI, F; Teixeira, W.; Toledo, M.C. (Org.). *Decifrando a terra*. Oficina de Textos, São Paulo, 1, 139-166.

Vasconcelos, B.N.F., *et al*. 2013. Antropossolos em sítios arqueológicos de ambiente cárstico no norte de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciência do Solo* 37: 986-996.

Villagrán, X.S. 2009. Micromorfologia de depósitos arqueológico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 8: 197-205.

Paleoenvironment of southeastern São Paulo: contributions from the Itapeva Shelter to debates on anthropic and natural insertion

Tatiane de Souza[*]
Karina Chueng[**]
Carlos Alberto Rizzi[***]

SOUZA, T. de; CHUENG, K.; RIZZI, C. A. Paleoenvironment of southeastern São Paulo: contributions from the Itapeva Shelter to debates on anthropic and natural insertion. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 260-279, 2022.

Abstract: Paleoclimate reconstitution for the state of São Paulo results from past and ongoing research efforts in palynology, anthracology, and stable isotope studies. In cases such as southern São Paulo, however, researchers are required to extrapolate data from the states of Paraná, Santa Catarina, and Rio Grande do Sul for comparisons. Phytoliths and seeds were collected from sediments retrieved from excavation units D18 and G6 at the Abrigo de Itapeva [Itapeva Shelter] archeological site and analyzed. Seed results indicate that *Ocotea* (Lauraceae) is present in the initial levels, whereas *Syagrus romanzoffiana* predominates at all other stratigraphic levels. The former is a species of Atlantic Forest that occurs in Araucaria Forests; the latter is a palm species found in southeastern and southern Brazil. Phytoliths analysis reveals a change from a drier climate with grassland vegetation to a woody forest in the later periods of shelter occupation. As such, grassland and forest vegetation types occur from base stratigraphic levels up to level seven, dating from 5,510 cal BP to 730 cal BP. Conversely, from level seven up to the surface levels, dated from 730 cal BP to 560 cal BP, we see species linked to Araucaria Forest proliferation which may indicate the presence of Jê groups in the study area, thus corroborating studies on the possible anthropization of São Paulo forests from 1,000 BP.

Keywords: Phytolith; Environmental reconstitution; Anthropized environment; Archaeology.

Introduction

Locally, the biomes under study are forest savannah, known as Cerrado *stricto sensu*, characterized by a set of trees that serve as ecological support (Ab'Saber 2003: 36); Cerradão, also known as Xeromorphic highland forest (Ratter 1992: 172), defined by predominantly continuous canopy with 50% to 90% arboreal cover and average height of 8 to 15 m (Oliveira-Filho & Ratter 2002: 96); and mixed ombrophilous forest with secondary vegetation.

Due to these characteristics, the site can be considered an ecotone, for which

* Doutora em Arqueologia Brasileira. Pesquisadora Independente. <tatiane_sza@yahoo.com.br>

** Doutora em Dinâmica dos Oceanos e da Terra – DOT/UFF. <karinachueng@yahoo.com.br>

*** Doutor em Geografia. Instituto Federal Catarinense. <carizzi91@gmail.com>

definitions are varied and sometimes complementary. From Metzger (2001), whose definition points to different types of landscapes observed at different scales, to that of Veloso, Rangel Filho & Lima (1991)—a zone of tension characterized by floristic mixture between different types of vegetation—, the ecotone has always been attractive to human groups, whether due to recognizable landscape features, or due to plant use and management.

Despite its current exuberant vegetation, paleobotany data from non-archaeological contexts in São Paulo, mainly reconstituted through anthracology, palynology, and stable isotope analysis, are better studied (Behling 1997a, 1997b; Behling 2002; Garcia *et al.*, 2004; Silva *et al.*, 2015). Many works regarding paleobotanical analysis in archaeological contexts have been published (Hadler, Dias & Bauermann 2013; Scheel-Ybert *et al.*, 2003; Val Peon *et al.*, 2019), but there are practically no comparative studies on the southern plateau portion of São Paulo.

We therefore collected specific data from different paleoenvironmental natures at Morro de Itapeva, located in Campos do Jordão, 22°47'S, 45°32'W (Behling 1997a); Fazenda Boa Vista, located in Baixo Vale do Ribeira, 24°36'18"S, 47°38'33"W (Bissa *et al.*, 2000; Silva 2014); Núcleo Curucutu, Serra do Mar, 23°59'14.4"S, 46° 45'58" (Moffato 2005; Saia 2006); and Abrigo de Itapeva, Itapeva, 24°03'51"S, 48° 58' 26"W, for comparisons.

Serra da Mantiqueira [Mantiqueira Mountains] is a well-studied area in the state of São Paulo, which reconstituted paleoenvironmental data features on studies concerning ancient vegetation, climate history, and human populations.

Behling's study (1997a) on the period ranging from 9,900 to 2,610 years BP shows low grassland taxa (40-58%) due to a decrease in grasses (24-39%) and monocots (2-4%), andrecords increased Araucaria Forest taxa (4-8%) due to an increase in low crown trees (Behling 1997a).

Between 2,610 and 430 years BP, most grassland and forest taxa remain constant compared with the previous zone. Percentages of Araucaria (0.2-3.4%) and conifers (0.4-2.6%) slowly increase and low crown tree values decrease. Total rainforest taxa (4-12%) shows somewhat higher values, mainly due to increasing amounts of palm trees (Behling 1997a).

From 430 to 70 years BP, grassland taxa is well represented due to the increased presence of monocots (12%). We observe no significant change in the percentage of Araucaria and Atlantic Forest taxa. The shift to monocots could result from initial human management (Behling 1997a).

In São Paulo, the Atlantic Forest seems to be a constant starting on the Holocene (Saia 2006), perhaps resulting from the drier climate registered during the Pleistocene up to the Middle Holocene (Moffato 2005).

Based on isotopic data analysis, the soils of Parque Estadual Intervales [Intervales State Park] (PEI) indicate presence of arboreal vegetation from 14,000 years BP to the modern period (Saia 2006: 105), whereas analyses conducted at Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Curucutu [Serra do Mar State Park – Curucutu Reserve] observed vegetative changes during the Upper Pleistocene up to the Middle Holocene, indicating a climate similar to today's (Moffato 2005).

Soil organic matter (SOM) values between 9,840 and 6,090 years BP point to a less dense vegetation, with probable mixture of C3 (trees) and C4 (grasses) plants. Around 1,000 years BP, data suggest anthropic action with remnants of a more open vegetation (Moffato 2005).

Palynological analyses conducted at Vale do Ribeira in the early 2000s showed significant changes in environmental conditions before 3,250 years BP, revealing a region covered by brackish waters in connection with the sea before being occupied by a swamp forest (Bissa *et al.*, 2000).

Recent studies conducted at Baixo Ribeira, region located between Vale do Ribeira and Cananéia, pointed to a predominance of marshy environments and or open fields

colonized by herbaceous vegetation between 410 and 190 cm (Silva 2014). At 350 cm we find pollen elements from herbaceous plants; at 210 cm there is a significant increase in tree types; between 195 and 165 cm plant families indicate a flooded environment typical of swamp forests; and from 165 cm to the top layer, the increased tree pollen concentration suggests forest development and intense humidity (Silva, 2014: 71-73).

We found no comparative studies on the southern plateau portion of São Paulo or on the middle or upper Paranapanema. Hence, this study seeks to partially fill this gap. Our closest data on the Itapeva region are the paleoenvironmental reconstructions for northeast Paraná, specifically Campos Gerais, conducted by Behling (1997b) and, more recently, by Guerreiro (2011) and Calegari (2017).

According to Behling (1997a), during the glacial period, northeast Paraná's landscape was made up of steppes. The wetter and warmer trends introduced by post-glacial climate change led to the emergence of forests in the highlands, resulting in forest cover (Guerreiro 2011).

Campos Gerais also has a Pleistocene paleoclimatic enclave consisting of a phytogeographic mosaic of fields and forests (Guerreiro 2011). As for the Alto Tibagi plain, palynological data combined with isotopic analysis and radiocarbon dating point to tropical environments between 3,220 and 1,340 years BP. Records outline a region covered by natural grasslands and arboreal vegetation, with botanical affinities characteristic of tropical environments (Guerreiro 2011).

Macrobotany associated with material culture

In the Itapeva Shelter, at stratigraphic level 3 from excavation unit G6, we identified *Ocotea* (Lauraceae) with radiocarbon dates between 730 cal BP and 560 cal BP. For all other levels from excavation units D18 and G6, we found *Syagrus romanzoffiana* at levels ranging from 560 cal BP to 5,510 cal BP.

Both species can be found in southern and southeastern Brazil. *Ocotea* (Lauraceae) is a species of Atlantic Forest that occurs in Araucaria Forests and produces—like other trees in the family—hardwood, edible fruits, and aromatic species (Souza & Affonso 2017:111).

Of tropical distribution, the Lauraceae comprises 68 genera with 2,978 species (The Plant List 2013 *apud* Souza & Affonso 2017). Ecologically, it forms an important group in the Neotropical region and grows in most ecosystems, from sea level to high altitudes (Baitello 2016).

Brazil is home to 24 genera with 441 species (231 endemic), whereas the state of São Paulo accounts for 13 genera with 99 species (14 endemic). With 428 species, *Ocotea* is the largest genus of Lauraceae (The Plant List 2013 *apud* Souza & Affonso 2017).

Widely distributed throughout the Brazilian territory, but concentrated in the south and southeast, *Syagrus romanzoffiana* (cocos palm) is a species of palm (Silva *et al.*, 2011).

Although the species is not easily domesticated, research has tried to correlate its dispersion at different altitudes of Serra do Mar, finding positive correlation values with high-altitude forest (Oliveira *et al.*, 2015).

In the Abrigo de Itapeva [Itapeva Shelter], the presence of these seeds indicates a type of palm vegetation installed from the base, showing changes or introduction of woody trees of robust arboreal size at 730 cal BP, and probable correlation with Araucaria Forest.

Conversely, human groups may have transported these *Ocotea* seeds to the Itapeva Shelter, thus suggesting that the groups who frequented the shelter also circulated in the Araucaria Forest. According to archaeological studies, these are probably southern Jê groups who made extensive use of forest resources at that time (Iriarte & Behling 2007; Bitencourt & Krauspenhar 2006).

Jê groups are known for following the Araucaria Forest, manipulating its trunks and seeds and leaving distinct archaeological remains in the sites, such as fine well-burned and burnished ceramics, which belong to the Itararé-Taquara tradition.

Engravings and grooves carved into the shelter's rocky support also indicate the

presence of Jê groups at the site.
Aytai (1970), who documented this presence in depth, describes these archaeological records as follows:

- long furrows made by rounded objects, rubbed countless times along what would become the furrow (Aytai 1970: 32);
- short oval depressions which the artist inverts longitudinally before completing the movement (Aytai 1970: 32);
- round depressions (negative caps) made with a similar technique, but instead of rubbing the pebble in a straight or curved line, the artist would turn and half turn to each side until the desired depth was reached (Aytai 1970: 32-33).

Associations between the Itapeva Shelter and the Jê rocky records stem from observing rock engravings and traces of pigments left inside the heavily weathered domes by possible painted parts or paintings.

All 273 ceramic fragments recovered at the site, either in an excavation unit or sieve-collected, have a wall thickness between 3 to 4 mm and edges of 3 to 6 mm. In some cases, they are beveled extroverted and or reinforced extroverts. Firing is homogeneous and has a distinct level of porosity. Antiplastic (if added) appears unselected, varying in concentration, quantity, distribution, and size of quartz grain. At the macroscopic level, we identified no plant-based elements. Reconstituted shapes account for small, spherical, or hemispherical (conical) vases that hold no more than one liter, with no preference for the finishing techniques applied.

Associating macrobotanical records with rock and ceramic archaeological records affords us clues on the intense occupation of the shelter in the 1st millennium BC, including Jê groups, when circulation in the territory was related to paleoenvironmental changes following the woody arboreal contribution in Araucaria forests.

Paleoclimatic reconstructions linked to Jê groups in southern Brazil

Given the scarce studies on the paleoenvironment in southern São Paulo, researchers working in the area have to extrapolate data from the states of Paraná, Santa Catarina, and Rio Grande do Sul. Usually, five types of vegetation are mentioned: a) cerrado; b) mesophytic forest (bushes bordering one side of a watercourse); c) adjacent forest, whose roots are close to the saturation zone due to proximity to groundwater; d) forest with Araucaria; and e) fields (Ledru, Salgado-Labouriau & Lorscheitter 1998: 132).

In Brazil, phytolith research on sediments collected from archaeological sites is still scarce. Most studies based on phytolith analysis of archaeological sites have been conducted in southern and northern Brazil, with occasional studies in other regions (Bitencourt & Krauspenhar 2006; Chueng *et al.*, 2018; Chueng *et al.*, 2020; Iriarte & Behling 2007; Iriarte *et al.*, 2016; Macedo *et al.*, 2017; Pereira 2010; Ríos, Berna & Raz 2016; Watling *et al.*, 2018; Watling *et al.*, 2020).

Such studies clearly show the anthropic manifestation in the wake of the Araucaria Angustifolia forest expansion in the southern states starting from 1,500 years BP (Bitencourt & Krauspenhar 2006), which would have begun with the migration of riparian forests (between 4,000 and 3,000 years BP), indicating a more humid climate (Behling *et al.*, 2004).

In the case under study, research should focus on investigating Araucaria, since this good climate indicator allows for a detailed reconstruction of the climate history of plateaus in southern Brazil and indicates the history of human dispersion on said plateaus.

Starting from the late Holocene period, between 3,400 and 2,400 years BP, we observe an increase in the number of Araucaria angustifolia in several areas of the plateau (Behling *et al.*, 2004), but its greatest expansion towards the fields can be traced to 1,530 BP in Paraná, 1,000 BP in Santa Catarina, and 1,140 BP in Rio Grande do Sul (Bitencourt & Krauspenhar 2006).

Although this expansion is often attributed to better climate conditions, its peak coincides with the period of highland occupation, suggesting that human action may have played

a complimentary role to climate in Araucaria angustifolia development (Bitencourt & Krauspenhar 2006).

In Santa Catarina, isotopic soil data point to intensive human occupation, mosaic-shaped forest patches limited to the south and the presence of fields. The northern and upper southern slopes show a history of stable vegetation, characterized by field and forest signatures (Robinson *et al.*, 2018).

The recovery of Butia (*Butia capitata*) and Pindo (*Syagrus romanzoffiana*) palm heart endocarps in this area reveal the exploitation of palm trees, as well as the presence of abundant palm phytoliths, which constituted an extremely rich seasonal resource for the prehistoric populations living in the area (Mazz *et al.*, 2014 *apud* Robinson *et al.*, 2018).

The study area

The city of Itapeva is located at latitude 23º 58' 56" S and longitude 48º 52' 32" W, at an altitude of 684 m, extending over an area of 1830.9 km^2. According to the last census by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) (2010), its population is estimated at 87,753 inhabitants. Since1997, the municipality comprises four districts: Itapeva, Alto do Brancal, Guarizinho, and Areia Branca.

According to information provided by its official website (SP 2015), Itapeva emerged in the early 18th century as a rural borough belonging to Sorocaba, used as a settlement for drovers. In a 1769 document, Dom Luiz de Souza determines the creation of a new Village, elevated to the name Itapeva da Faxina, which was then separated from the city of Sorocaba.

Its topography is dominated by the deep and sinuous Taquari-Guaçu River gorge, receiving water from several streams that flow into it from the highlands. In the past, the current Taquari-Guaçu River cut the deep furrow of the vertical walls, so that erosion continued to act in many places, excavating their depth and making their upper portions prominent (Aytai 1970: 30-31).

Traces of the Devonian period appear only 5 km SW of Itapeva, in the Taquari-Guaçu River canyon, precisely where the Abrigo de Itapeva [Itapeva Shelter] is located, occupying a large erosive channel covered by silty sediments of the Tubarão group (Petri & Fulfaro 1967: 56).

Cutting the landscape is the Itanguá canyon, whose escarpments and sinuous gorges associated with its dissolution area brings about debates regarding its formative processes and the ensuing consequences for the landscape characteristics.

According to Guerra (2005: 108), the name canyon refers to embedded steep-walled valleys that acquire typical characteristics when cutting through sedimentary structures, forming steps or a series of plateaus along the erosion-excavated corridor (Fig 1).

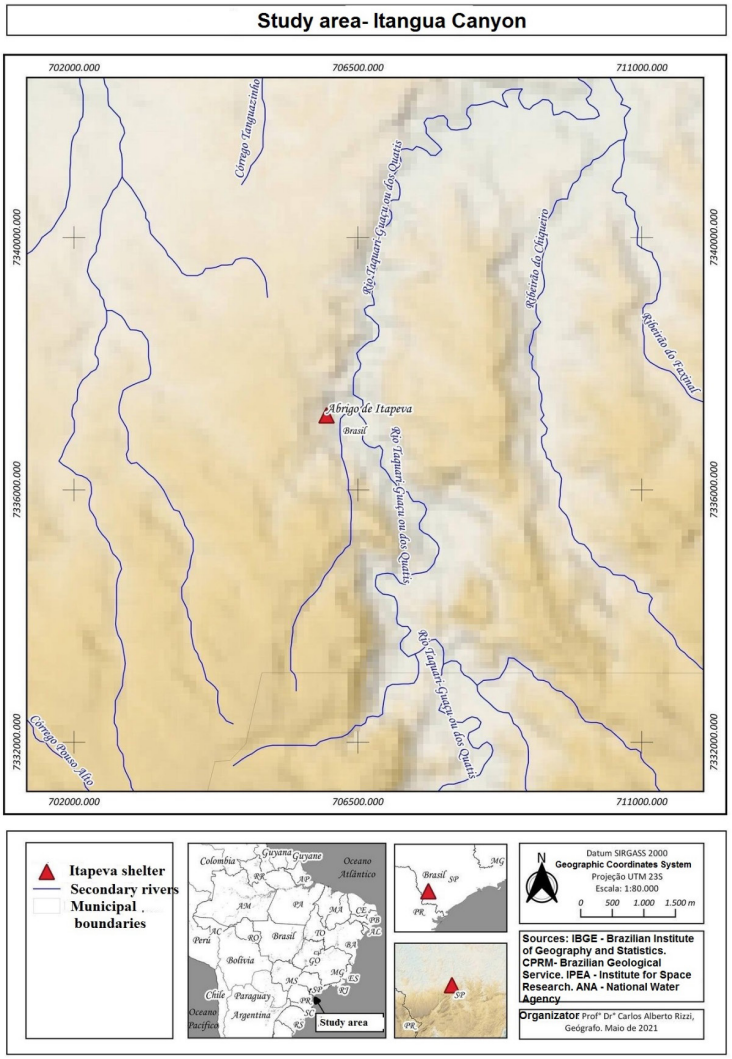


Fig. 1. Study Area – Itanguá Canyon
Source: Carlos Rizzi

The archaeological site

Araripe's report (1887) on the Itapeva Shelter archeological site, although not systematically organized, revealed excavations carried out at the site by individuals searching for precious metals, and that a human skull was collected and later returned to the archaeological site. The exhumation site is probably located near the rocky wall in the central sector, just below engravings overlaid by paintings.

Documentation on the excavation by Desiderio Aytai (1970) show that two blocks were opened near the site boulder, excavated to a depth of 40 cm to 50 cm. The objects found yielded a series of archaeological materials, mostly flakes and ceramics similar to those found in excavations carried out today. A supposed projectile tip and eleven smooth ceramic fragments were also collected, some of which were thin (3 mm to 4 mm) with a blackened surface on both sides.

In July 2015, a series of excavations began in consecutive stages to open 1 m^2 units aiming to reach maximum depth, collect the material culture there, and perform radiocarbon dating.

Three contiguous quadrants were opened in unit C18, line 18y, forming a small trench; in the southern sector, below a sandstone level characterized by paintings applied directly on the rocky support, another unit was opened in line 6y (Fig. 2).

In total, the site's central sector comprises four units (Fig. 2). Excavation unit D18, adjacent to C18, consists of 13 artificial stratigraphic levels measuring 10 cm and forms a thick stratigraphic package, funneled by sandstone blocks in the NE/SE quadrant. The latter comprises 6 archaeological facies, which were described according to texture, granulation, and color. Excavation in the G6 unit accounted for 12 artificial excavation levels.

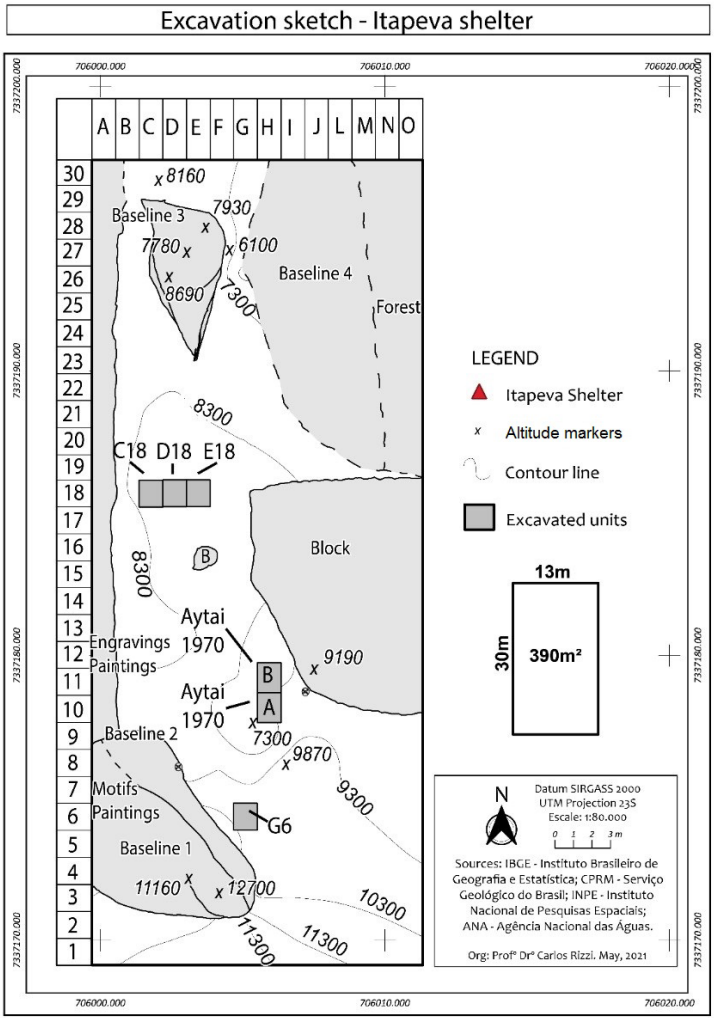


Fig. 2. Excavation sketch of the Itapeva Shelter.
Source: Tatiane de Souza

In 2016, five coal samples collected from the artificial levels 2, 4, 6/7, and 13/14 at D18 unit were sent to Beta Analytic Inc. to be dated by Accelerator Mass Spectrometry (AMS). Importantly, although level 13/14 shows a distance of 5 cm between one sample and the other, they are housed in different archaeological facies (facies 2 and 6).

Description of the archaeological facies, the structures involved, and the set

of evaluated radiocarbon dates characterize the stratigraphic modification over time. The identified characteristics describe three moments of occupation.

In unit D18, from level 1 to level 4 we find patches of coal in the block center, configuring a more recent occupation. Considered a transition section, levels 5 and 6 are characterized by burnt sandstone blocks. Levels 7 through 9 show sandstone blocks that advance along the excavation unit, configuring a second moment of occupation. A second transition moment is observed between levels 10 and 11, where sandstone blocks continue to advance towards the center. Finally, levels 12 through 14 point out a first moment of occupation.

In unit G6, a first moment of occupation extends from level 1 to level 6, showing only sedimentary archaeological facies. We observe a second moment of occupation between levels 7 and 10, with sandstone blocks advancing along the excavation unit and transition moments configured by different archaeological facies. Finally, a third moment of occupation emerges between levels 11 and 12, in which sandstone blocks obstruct the excavation.

Studies concur that the site has three periods of occupation: a briefer phase at the base; an intermediate period gathering a series of cultural features represented by bonfires, lithic and ceramic material, entwined with sedimentary archaeological facies from which we extracted phytoliths; and a third moment from level seven onwards, where the pattern of human deposition behavior in unit D18 changes, going from explored blocks to a cavity excavated inside the unit. In unit G6, in turn, the deposition pattern presents overlapping archaeological layers.

Sample	CRA	Date cal BP	Date cal AD	CI 95% SE BP	CI 95% SE AD
Beta 432530	640 +- 30	560	1.390	575; 540	1.375; 1.410
Beta 432531	860 +- 30	730	1.220	770; 675	1.180; 1.775
Beta 432532	860 +- 30	730	1.220	770; 675	1.280; 1.775
Beta 432533	1,470 +- 30	1.310	640	1.365; 1.295	585; 655
Beta 432534	4.770 +- 30	5.510	3.620	5.585; 5.505	3.635; 3.555

Table 1. Radiocarbon data from the Itapeva Shelter. Araujo, 2016
Source. Beta analytic

CRA = Conventional Radiocarbon Age; BP = Before Present (Before 1950); AD = Anno Domini; CI = Confidence Interval; SE = Standard Error

Theoretical reference

Phytoliths are microscopic (<60-100µm) opal (SiO_2nH_2O) particles formed as plant roots take up silicic acid [$Si(OH_4)$] from the soil, whereupon, through plant transpiration, it is polymerized and solidified within the epidermal and vascular tissues of plants (Piperno 1988). These plant solids end up being incorporated into the soil by senescence, fall and the addition of plant remains, where they remain for a long time in the form of silt-sized small particles. Phytoliths are well preserved in soils and paleosols, as they are quite stable and resistant to chemical and biological attacks in environments where organic material is poorly preserved. Because they present typical configurations of the original vegetation, phytoliths can become important microfossils, whereby their shape essentially function as a "mold" of the original plant cell structure (Coe & Osterrieth 2014).

In recent decades, phytolith analysis has become an increasingly popular archaeobotanical tool used to corroborate fundamental hypotheses on food crop domestication and on the study of ancient diets, assuming particular importance in contexts where other plant remains are poorly preserved (Shillito 2013).

Its main advantage over other botanical remains is that phytoliths do not require

charring or water saturation to be preserved. Archeological studies founded on plant resource have traditionally used charred remains that are preserved in temperatures up to 500 °C, while lighter plant components, such as straw, are readily lost when burned. Carbonized macrobotanical records result from plants being as fuel or food (Hillman 1981), whereas phytoliths can provide evidence for a more diverse range of activities. Phytoliths can enter the archaeological record by remaining after plants are burned as fuel, or during the decomposition of organic remains (Shillito 2013).

In summary, since they allow to incorporate information on archaeobotanical records, phytoliths present three advantageous characteristics for archaeological studies: durability, immutability, and the capacity to provide general anatomical representation and a broader taxonomic coverage.

Durability

Due to their physicochemical characteristics, phytoliths are the only botanical remnant preserved in non-exceptional conservation conditions, that is, sedimentary environments with pH ranging from 2 to 9. Other factors such as the presence of organic matter or coal occlusions also prevent dissolution. Extensive research in sciences with a much greater temporal depth than Archeology (Paleontology, Geology) confirms this durability (Fredlund & Tieszen 1997; Stromberg 2002). Archeology has applied this technique to hunter-gatherer societies, but only secondarily, preferring to analyze materials from more recent chronologies, for which one finds other archaeobotanical remains under good conservation. Thus, studies on agriculture or on contexts related to its origins have flourished (Miller-Rosen & Weiner 1994; Mindzie *et al.*, 2001; Pearsall & Trimble 1984; Trombold & Israde-Alcántara 2005; Zhao & Piperno 2000). Silica durability can bridge the lack of references to analyze vegetable consumption in cases of strong degradation of archaeobotanical and carpological remains.

Immutability

Phytolith analysis identifies plant materials other than those that have been processed, intentionally or accidentally, by fire. This is probably the major difference between Anthracology, in which particle conservation generally results from roasting or carbonization, intentional or otherwise, and Paleocarpology. Hence, phytolith analysis enables an overview of vegetable consumption regardless of the processes to which they were subjected (cut, ground, cooked, grilled, etc.), seeing as the protocols to be followed or technique results do not change, and phytoliths are not modified when plants undergo these transformations. Phytoliths from materials that underwent heat treatment also usually yield a faithful representation, since the silica melting temperature is extremely high (500°C for silica melting and 1,150°C for it to undergo changes and crystallization).

General anatomical representation

Anthracology and Paleocarpology, the most common archaeobotanical techniques, have limited objects of analysis if the research objective is to outline general vegetable consumption. Both analyze particular materials related to taxa that are defined according to the anatomical part of the plant being studied. In both cases, they refer to specific resources that are usually, albeit not in all cases, associated with their role as fuel (Anthracology) or as food (Paleocarpology). Phytolith analysis encompasses virtually any type of plant tissue and plant, thus covering a broader spectrum of tissues and plant groups.

In Archeology, phytolith studies can be divided into two broad categories: samples of specific archaeological features and artifacts, such as “food crusts,” adhered to pottery, dental calculus, coprolites, and ash deposits, and those extracted from sediments and soil samples. With specific characteristics, the sample set can be more securely linked to a specific activity due to the associated contextual information. When numbers are small, the whole set is recorded as

morphological types or divided into categories of different plant parts (stems, leaves, bark, etc.). A more general picture of plant use can be obtained from sediment samples, given their possible various origins (Matthews 2010; Shillito 2011), and counts are made on a "representative" proportion of the whole.

Geographically, archaeological phytolith research can be divided by continent. In the Americas, studies focus on the origins of domesticated maize and other food crops (Piperno *et al.*, 2009; Piperno 1990, 1998, 2009); East Asia shows a similar focus on rice agriculture (Pearsall *et al.*, 1995; Zhao *et al.*, 1998); whereas studies in West Asia have focused on major cereals, such as wheat and barley (Rosen 1992; Tsartsidou *et al.*, 2007), and on non-food plants like those used for fuel, bedding, and basketry (Albert *et al.*, 2000; Albert *et al.*, 2008; Albert & Goldberg 2010; Gé *et al.*, 1993; Madella, Alexandre & Ball 2005; Madella *et al.*, 2002; Rosen 2005;).

In the 1990s, Piperno (1990) considers phytolith analysis as sufficiently mature to provide source of data in tropical paleoethnobotany and paleoecology independent from archaeology. A review of recent studies (Bertoldo, Paisani & Oliveira 2014; Bremond *et al.*, 2005; Calegari 2017; Calegari, Raitz & Paisani 2011; Luz *et al.*, 2015; Piperno 1990, 2006; Ramirez *et al.*, 2019) shows that phytolith analysis brings major contributions to research on the distribution and composition of past plant communities in contact with humans.

Phytolith studies are a joint effort to outline adequate contexts for overall phytolith production, taxa, and location of silica deposition within species, which are important for establishing the analysis of genera and species sampled from different taxa in the Itapeva region, configuring a gap between Campos Gerais, Paraná, São Paulo Atlantic Forest, as well as Vale do Ribeira.

Materials and Methods

The analyses carried out on the sediments collected from the stratigraphic levels at the D18 and G6 units in the Itapeva Shelter were decisive for establishing knowledge of the local past vegetation. General observations on the analysis method are described below.

We followed the protocol proposed by Chueng *et al.* (2018) for the archaeological area of Serra Negra, Espinhaço Meridional, Minas Gerais. Initial preparation consisted of drying 10g of sample and sieving it at 2mm, before removing carbonates (with HCl), iron oxides (with sodium citrate and dithionite), organic matter (with nitric acid, sulfuric acid and H_2O_2), and the clay fraction (by decantation with EDTA and Sodium Hexametaphosphate solution).

An 25 µl aliquot of material (precipitate) was removed and mounted on microscope slides using immersion oil (temporary) and Entellan® (permanent) to determine particle content and describe the main phytolith morphotypes and the altered state of the particles. At least 200 classifiable phytoliths were identified and counted under an optical microscope at 500x to 630x magnification to: a) estimate the relative frequency of the different morphotypes according to the International Phytolith Nomenclature Code 1.0. (2005); b) analyze the degree of phytolith alteration (classifiable/non-classifiable); and c) calculate the total phytolith stock in each sample. Based on this count, phytolith indices (abundance rates of certain phytolith morphotypes) are calculated, which allow inference of vegetation parameters, such as: (1) tree cover density (D/P); (2) palm density (Pa/P); (3) aridity index (Iph); (4) climate index (Ic); and (5) water stress index (Bi) (Coe *et al.*, 2021).

In practice, the technique is performed as follows: put 50 ml of nitric acid (HCN) into a 100 ml beaker, and then handle it with a Pasteur pipette. Add a maximum of 0.5 g of sample to a test tube—work with the same samples inside the same beaker, as to avoid possible contamination in case of leaks. After adding a few drops of acidic solution to the samples, heat the test tube on a lamp while adding the acidic solution as it evaporates. Burn the samples until they become clearer and the smoke released by the reaction turns white. Let it sit for a few minutes and add a little more acid solution to ensure

effective burning. Once the samples are cooled, add a few drops of hydrogen peroxide (H_2O_2) and then transfer them back to the falcon tube. Complete the falcon tubes with distilled water. Rinse and centrifuge for 5 minutes at 2,000 rpm, at least, extracting the supernatant until the samples reach a pH between 5 and 7. Agitate the samples plus distilled water many times until a pH between 8 and 10 is obtained. Oven-dry the samples at 50°C. Start the whitening stage by placing the samples in a 500 ml beaker and using a glass rod to macerate lightly. Add 6% sodium hypochlorite (NaClO), enough to cover the sample and mix, and cover with a watch glass. Let it react for up to 72 hours. On the first day, observe how the reaction occurs—if violent, neutralize with distilled water and repeat the process with less reagent. Rinse the samples with very hot (or boiling) distilled water every 2 hours (settling time). When the samples no longer smell of chlorine, released by 6% sodium hypochlorite (NaClO), they are ready. It is not necessary to transfer the samples to the falcon tubes, as the next step is done in a 500 ml beaker, respecting the minimum settling time.

According to morphotype presence and the low amount of short cell phytoliths, we calculated the following indices:

D/P = Spheroid Ornate / (Bilobate + Cross + Saddle + Acute bulbosus + Bulliform Flabellate + Blocky);

Bi% = Bulliform Flabellate + Blocky/(Bilobate + Polylobate + Rondel + Trapezoid + Acute bulbosus + Blocky + Bulliform Flabellate)*100;

IC% = (Rondel + Polylobate + Trapezoid) / (Rondel + Polylobate + Trapezoid + Saddle + Cross + Bilobate).

Results

Units D18 (facie 1) and G6 (no facies) (10 cm to 20 cm), dated to 560 cal BP, show a predominance of Poaceae phytoliths. Moreover, we observed a dry-to-humid environment transition with great tree support, as Bilobate (Panicoideae subfamily) and some Panicoideae C3 Bambusoideae provide records of a warm environment under a tropical forest canopy (Barboni *et al.*, 1999). We also found Rondel and Trapezoid (Poaceae, Pooidae subfamily – grasses from highland areas or more humid environments). High altitude forest accounted for the most positive correlation (Oliveira *et al.*, 2015: 1051).

Units D18 (facies) and G6 (facie 3) between 30 cm and 40 cm, dated to 730 cal BP, presented well-preserved phytoliths, predominantly bulliform, cuneiform, bilobed, acicular, and elongated bulliform parallelepipeds (Poaceae). We also observed Rondel and Trapezoid (Poaceae, Pooidae subfamily – grass from highland areas or more humid environments). Echinated Spheroid Echinate type (characteristic of Arecaceae – palm trees), some Spheroid Ornate morphotype (woody dicots), and Collapsed Saddle morphotype (Bambusoidae) were also found. These findings point to a transition between a dry and humid environment since 730 cal BP with significant increase in tree size, while the presence of grasses or low Chloridoideae C4, which belong to dry regions of low latitude and altitude, decreases (Barboni *et al.*, 1999).

In units D18 (60 cm to 70 cm) and G6 (facie 6), dated to 730 cal BP, Blocky, Bulliform Flabellate, and Elongate Entire (Poaceae) are the predominant phytoliths. We also observed large numbers of Spheroid Echinate (characteristic of Arecaceae – palm trees), Spheroid Ornate (woody dicots), and Spheroid Psilate morphotypes.

Units D18 (facie 2) (120 cm to 130 cm) and G6 (facie 13), dated between 5,510 cal BP and 730 cal BP, had Blocky, Bulliform Flabellate, Bilobate, Cross, and Elongate Entire (Poaceae) as the predominant phytoliths. We also found Rondel and Trapezoid morphotypes (Poaceae, Pooidae subfamily – grass from highland areas or more humid environments), Spheroid Echinate morphotype (characteristic of Arecaceae – palm trees), and Collapsed Saddle morphotype (Bambusoidae).

The predominance of Poaceae phytoliths, and the presence woody dicots phytoliths and Arecaceae and Bambusoidae, in both units indicate a grassland vegetation that progressively increased its tree stratum over time, thus becoming a suitable site for human settlement.

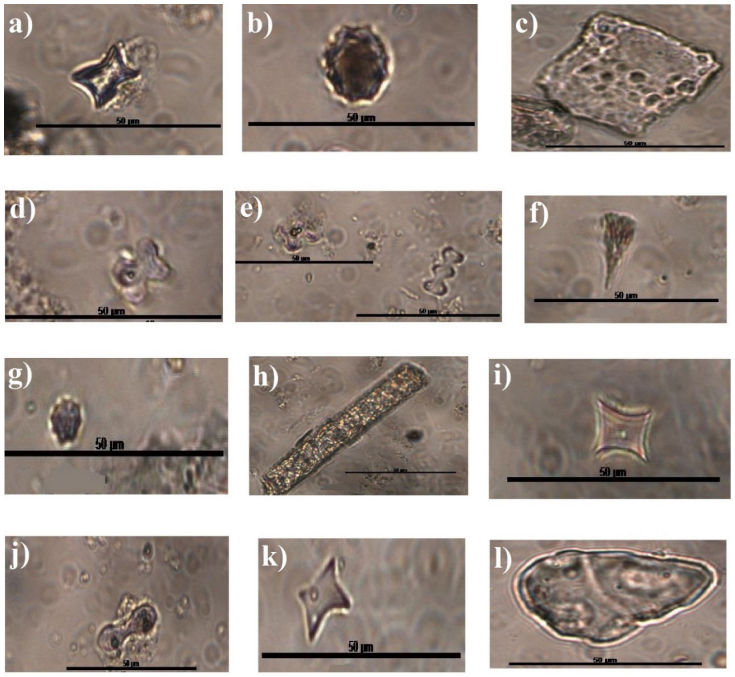


Fig. 3. following ICPN 2.0 – a) Rondel morphotype (D18 10-20 cm); b) Spheroid Echinate morphotype (D18 30-40 cm); c) Blocky morphotype (D18 60-70 cm); d) Cross morphotype (D18 120-130 cm); e) Cross and Polylobate morphotypes (G6 10-20 cm); f) Acute bulbosus morphotype (G6 30-40 cm); g) Spheroid Echinate morphotype (G6 60-70 cm); h) Elongate Entire morphotype (G6 110-120 cm); i) D18 and G6 Rondel morphotype (all levels); j) D18 and G6 Bilobate morphotypes (all levels); k) D18 and G6 Trapezoid morphotype (all levels), l) D18 and G6 Bulliform Flabellate morphotype (all levels).
Source: Karina Chueng

Discussion

Our phytolith stock analysis (total observed phytoliths) showed well-preserved phytoliths in both units D18 and G6, with minor variations in layer depth. In unit G6, stocks ranged from 296 to 253 (unit values); in unit D18, stocks ranged from 344 to 268. Unit D18 showed higher amounts of phytoliths at levels (59 cm-69 cm) and (60 cm-70 cm).

Phytoliths were mostly classifiable (74% to 86%) and non-classifiable (14% and 26%). Poaceae (grasses) and Poaceae from the Pooidae subfamily (adapted to lower temperatures or altitudes) were the predominant morphotypes. Most Pooideae grasses are found in temperate, cold, and high intertropical elevations (Barboni *et al.*, 1999). We also observed relevant quantities of echinate globular phytoliths, characteristic of the Aracaceae (palm trees). D/P (tree density) index was low, ranging from 0.07 to 0.13%; the Bi (water stress) index was low to moderate, with values ranging from 32.7% to 72.9%; and the Ic (climate) index was moderate to high, ranging from 50.7% to 89.5%.

The D/P, Bi, and Ic indices showed small variations, indicating open vegetation during the studied period, with a predominance of grasses (Poaceae) and palms (Areaceae). Water stress (Bi) was mild to moderate, indicating a slightly drier environment, whereas the Ic suggests good adaptation of the vegetation to lower than current temperatures.

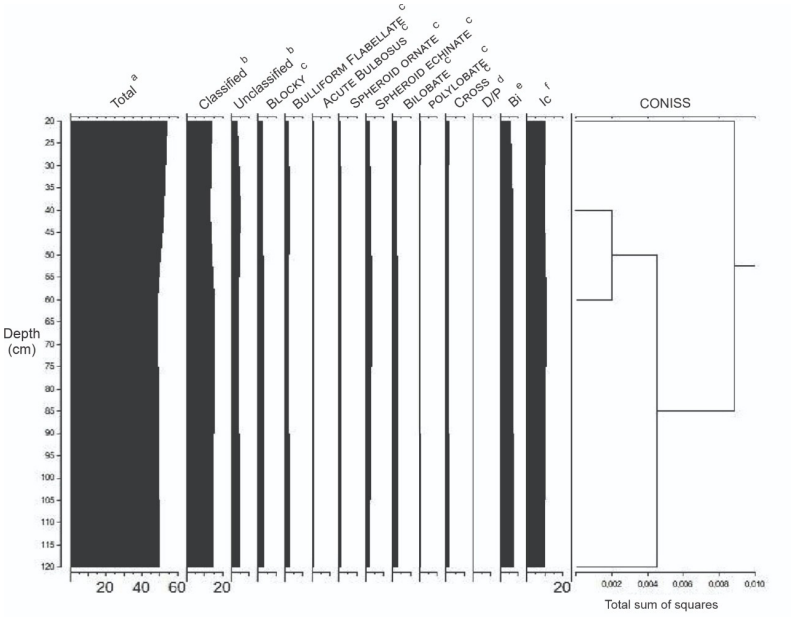


Fig. 4. Results of phytolith analysis for unit D18: a – units; b – % of total; c – % of classified phytoliths; d – D/P=Spheroid ornate/ (Bilobate + Cross + saddle + Acute bulbosus + Bulliform flabellate + Blocky); e – Bi% = bulliform flabellate + blocky/(bilobate + polylobate + rondel + trapezoid + acute bulbosus + blocky + bulliform flabellate)*100; f – CI%= (rondel + polylobate + trapezoid)/(rondel + polylobate + trapezoid + saddle + cross + bilobate).
Source: Karina Chueng

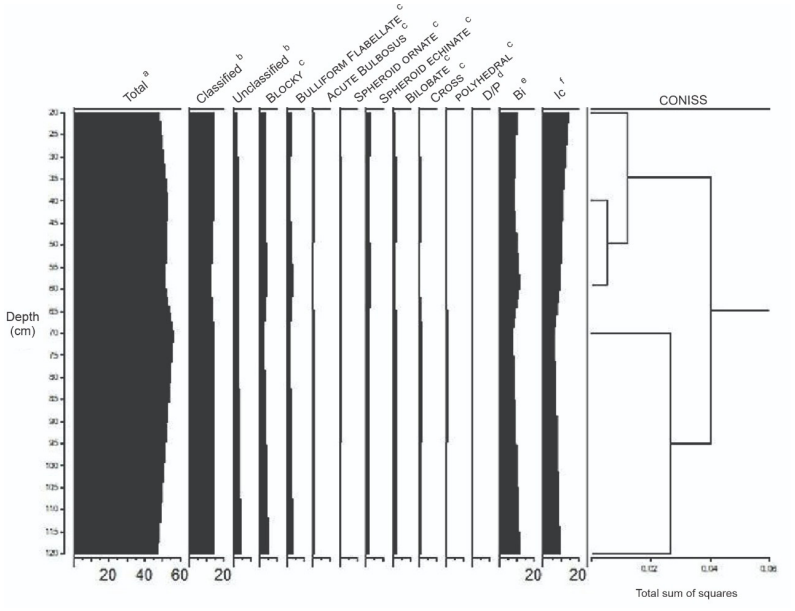


Fig. 5. Results of phytolith analysis for unit G6: a – units; b – % of total; c – % of classified phytoliths; d – D/P=Spheroid ornate/ (Bilobate + Cross + saddle + Acute bulbosus + Bulliform flabellate + Blocky); e – Bi% = bulliform flabellate + blocky/(bilobate + polylobate + rondel + trapezoid + acute bulbosus + blocky + bulliform flabellate)*100; f – CI%= (rondel + polylobate + trapezoid)/(rondel + polylobate + trapezoid + saddle + cross + bilobate).
Source: Karina Chueng

Some hypotheses posit that the climate became drier during the Holocene due to paleofires and human activities, which also altered vegetation patterns. According to Pessenda *et al.* (2001), variations in charcoal concentration may refer to changes from forest vegetation (C3 plants, associated with trees) to cerrado and grasslands (C4 plants, associated with grasses) during the lower and middle Holocene, from approximately 10,000 to 4,000 cal years BP.

Previous paleoenvironmental reconstitution studies based on phytolith indicators (Chueng *et al.*, 2018; Chueng *et al.*, 2020; Coe *et al.*, 2020; Coe *et al.*, 2021) have noted the development, during the Holocene, of a favorable climate for ancient human occupations of hunter-gatherer and horticultural groups in southeastern and southern Brazil. Our phytolith results proved promising for archaeobotanical understanding and paleoenvironmental reconstruction to infer the climatic, vegetational, and regional context, thus elucidating the natural and cultural repertoire of the Itapeva Shelter.

By combining the radiocarbon dating and the characteristics of the morphotypes found in excavation units D18 and G6, we observed a transition from a dry to humid environment in the final periods of occupation, dated to 560 cal BP, as well as a definitively warm environment under a tropical forest canopy. In 730 cal BP, grasses from high altitude areas or more humid environments predominate, suggesting that in the transition phase to a humid environment the tree size increased significantly, while the presence of grasses decreased. At the final excavation levels (120 cm to 130 cm), dated to 5,510 cal BP, we observed high-altitude grasses or humid environments and palm tree morphotypes.

We can thus argue that the forest was only established during the final levels of human occupation, in which one sees a series of transitions—starting from a more humid level, with no dicotyledons at the basal level, up until level seven, around 730 cal BP, where a series of vegetative transformations start taking place, where morphotypes of field vegetation are mixed, but tree support increases significantly.

However, some phytolith indicators point to a cold, dry climate in which fields predominates over woody forest. What we observe is a possible transition period to a large forest, with vegetation similar to that of northeastern Paraná: a colder climate with a tendency for little tree cover, consisting of mixed ombrophilous forest.

During the final periods of human occupation in the Itapeva Shelter, the vegetation transforms into a woody forest and, given the macrobotanical presence of *Ocotea*, we can infer that species accompanying the Araucaria Forest are present on the landscape, which may be evidence of environmental management as a result of Jê groups circulating in the area.

Conclusions

Our findings indicate predominant grassy vegetation and a humid climate until level 7 (730 cal BP), where landscape transformations begin to occur with the establishment of woody trees.

Considering the correlation with other remains from the archaeological site, such as ceramics and rock art, we can suggest that this transformation may result from landscape management by Jê groups who frequented the shelter, finally establishing themselves at the final levels of occupation.

Level 7 seems to be a milestone between this transition from dry climates and open fields to a humid climate characterized by dense forest vegetation. From deeper levels to level 7, the data agrees with what other researchers in the São Paulo area have already indicated (Moffato 2005; Saia 2006), that is, some types of vegetation continue to exist while others undergo a series of major changes.

In the plateau region, phytolith indicators suggest that drier phases can be observed mainly due to the existence of specific high savanna morphotypes, albeit with low grasses adapted to drought conditions, such as C4 grasses adapted to warm climatic conditions, subjected to periods of water stress. In turn, from level 7 to surface levels dating back to 730 cal BP, species

linked to Araucaria Forest proliferation are present at 560 cal BP.

This suggest an environmental memory, seeing as certain types of plant species culminate, through a creative process, in the reinvention process of human groups with the environment, becoming a place that overlaps with time and shapes a new way of life.

As for recovering societies in archeology, the question is: what elements displaced them? How did their botanical preferences serve over time to represent a transformation? One important finding is the presence of palm trees at all levels examined, indicating a different management of the past persistent vegetation, which could be both a source of food and fuel due to the oiliness of its fruits.

Such a suggestion stems from the fact that the seeds found in the bonfire structures are burned, and their palms can be used as palisade.

Vegetative transformation can also mean a reoccupation of the site by groups other than those who manipulated the palm trees. These groups could be the southern Jê. According to correlations between the dating and vegetation distribution in southern Brazil, these areas underwent vegetation transformation at the same time that the Jê groups began to occupy archaeological sites more emphatically.

Importantly, pottery is present up to deep excavation levels, but the fragment sizes are quite small, suggesting displacement in the stratigraphy. However, we cannot rule out that these groups may have sporadically frequented the site since its inception; thus, the archaeological site may have been gradually occupied by Jê groups until they became its absolute inhabitants in the final period of human occupation.

SOUZA, T. de; CHUENG, K.; RIZZI, C. A. O paleoambiente do sudeste paulista: contribuições do abrigo Itapeva para uma discussão sobre inserção antrópica e natural. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 260-279, 2022.

Resumo: A reconstituição do paleoclima do estado de São Paulo é resultado de esforços de pesquisa ao longo dos anos em estudos de palinologia, antracologia e isótopos estáveis. No entanto, em alguns casos, como no sul de São Paulo, os pesquisadores ainda são obrigados a extrapolar dados dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para fins de comparação. Fitólitos e sementes do sítio arqueológico Abrigo de Itapeva foram coletados de sedimentos das unidades de escavação D18 e G6 e analisados. Os resultados das sementes indicam que *Ocotea* (*Lauraceae*) está presente nos níveis iniciais, enquanto *Syagrus romanzoffiana* predomina em todos os outros níveis estratigráficos. A primeira é uma espécie da Mata Atlântica e acompanha a Floresta com Araucárias, enquanto a segunda é uma espécie de palmeira encontrada nas regiões sudeste e sul do Brasil. Os fitólitos apontam para uma mudança do clima mais seco com vegetação campestre para a contribuição de floresta lenhosa nos períodos finais de ocupação do abrigo. A conclusão é que nos níveis estratigráficos de base até o nível sete, datando de 5.510 cal BP a 730 cal BP, ocorrem tipos de vegetação campestre e florestal. Em contrapartida, do nível sete até os níveis superficiais, datados de 730 cal BP a 560 cal BP, proliferam espécies ligadas à Floresta com Araucária e podem indicar a presença de grupos Jê na área de estudo, corroborando estudos que promulgam uma possível antropização das florestas de São Paulo a partir de 1.000 BP.

Palavras-chave: Fitólito; Reconstituição ambiental; Ambiente antropizado; Arqueologia.

References

Ab'saber, A.N. 2003. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. Ateliê Editorial, São Paulo.

Albert, R.M. *et al*. 2000. Phytoliths in the Middle Paleolithic Deposits of Kebara Cave, Mt Carmel, Israel: Study of the Plant Materials Used for Fuel and Other Purposes. *Journal of Archaeological Science*, 27: 931-947.

Albert, R.M. *et al*. 2008. Phytolith-Rich Layers from the Late Bronze and Iron Ages at Tel Dor (Israel): Mode of Formation and Archaeological Significance. *Journal of Archaeological Science*, 35: 57-75.

Albert, R.M.; Berna, F.; Goldberg, P. 2010. Insights on Neanderthal Fire Use at Kebara Cave (Israel) Through High Resolution Study of Prehistoric Combustion Features: Evidence from Phytoliths and Thin Sections. *Quaternary International*, 247: 278:293.

Araripe, T.A. 1887. Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brazil. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brazileiro*, 74: 213-294.

Aytai, D. 1970. As gravações rupestres de Itapeva. *Revista da Universidade Católica de Campinas*, 33: 29-61.

Baitello, J.B. 2016. *A importância das Lauraceae na Mata Atlântica Brasileira*. Infraestrutura e Meio Ambiente, São Paulo.

Barboni, D. *et al*. 1999. Phytoliths as Paleoenvironmental Indicators, West Side Middle Awash Valley, Ethiopia. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 152: 87-100.

Behling, H. *et al*. 2004. Late Quaternary Araucaria Forest, Grassland (Campos), Fire and Climate Dynamics, Studied by High-Resolution Pollen, Charcoal and Multivariate Analysis of the Cambará do Sul Core in Southern Brazil. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 203: 277-297.

Behling, H. 2002. South and Southeast Brazilian: Grasslands During Late Quaternary Time: A Synthesis. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 177: 19-27.

Behling, H. 1997a. Late Quaternary Vegetation, Climate and Fire History from the Tropical Mountain Region of Morro de Itapeva, SE Brazil. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 129: 407-422.

Behling, H. 1997b. Late Quaternary Vegetation, Climate and Fire History of the Araucaria Forest and Campos Region from Serra Campos Gerais, Paraná State (South Brazil). *Review of Palaeobotany and Palynology*, 97: 109-121.

Bertoldo, E.; Paisani, J.C.; Oliveira, P.E. 2004. Registro de floresta ombrófila mista nas regiões sudoeste e sul do estado do Paraná, Brasil, durante o Pleistoceno/Holoceno. *Hoehnea*, 41: 1-8.

Bissa, W.M. *et al*. 2000. Evolução paleoambiental na planície costeira do baixo Ribeira durante a ocupação sambaquieira. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 10: 89-102.

Bitencourt, A.L.V.; Krauspenhar, P.M. 2006. Possible Prehistoric Anthropogenic Effect on Araucaria Angustifolia (Bert.) O. Kuntze Expansion During the late Holocene. *Revista Brasileira de Paleontologia*, 9: 109-116.

Bremond, L. *et al*. 2005. Grass Water Stress Estimated from Phytoliths in West Africa. *Journal of Biogeography*, 32: 311-327.

Calegari, M.R. 2017. Phytolith Signature on the Araucarias Plateau – Vegetation Change Evidence in Late Quaternary (South Brasil). *Quaternary International*, 434: 117-128.

Calegari, M.R.; Raitz, E.; Paisani, J.C. 2011. Coleção de referência de fitólitos da floresta ombrófila mista no SW do Paraná: primeira aproximação. In: *Anais* do XIII Congresso da Associação

Brasileira de Estudos do Quaternário ABEQUA, 2011, Armação dos Búzios.

Chueng, K.F. *et al*. 2018. Reconstituição paleoambiental da área arqueológica de Serra Negra, face leste do Espinhaço Meridional (Minas Gerais), através da análise de fitólitos. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 11: 2260-2275.

Chueng, K.F. *et al*. 2020. Reconstituição paleoambiental em sítios arqueológicos através da análise de fitólitos: estudos de caso no Brasil. In: Costa, L.R.F. (Org.). *Geografia física: estudos teóricos e aplicados*. Atena Editora, Ponta Grossa, 84-97.

Coe, H.H.G.; Osterrieth, M. 2014. *Synthesis of some Phytolith Studies in South America (Brazil and Argentina)*. Nova Science, New York.

Coe, H.H.G. *et al*. 2020. Reconstituição paleoambiental através de fitólitos no Sambaqui Casa de Pedra, São Francisco do Sul-SC, Brasil. In: Costa, L.R.F. (Org.). *Paleontologia contemporânea: diferentes técnicas e análises*. Atena Editora, Ponta Grossa, 61-85.

Coe, H.H.G. *et al*. 2021. Fitólitos de sedimentos e plantas: métodos de extração e suas aplicações. In: Sales, F.O. (Ed.). *Ciências exatas e da terra: exploração e qualificação de diferentes tecnologias 3*. Atena editora, Ponta Grossa, 134-149.

Fredlund, G.G.; Tieszen, L.L. 1997. Calibrating Grass Phytolith Assemblages in Climatic Terms: Application to Late Pleistocene Assemblages from Kansas and Nebraska. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 136: 199-211.

Garcia, M.J. *et al*. 2004. Holocene Vegetation and Climatic Record from the Atlantic Rainforest Belt of Coastal State of São Paulo, SE, Brazil. *Review of Paleobotany and Palynology*, 131: 181-199.

Gé, T. *et al*. 1993. Sedimentary Formation Processes of Occupation Surfaces. In: Goldberg, P.; Nash, D.T.; Petraglia, M.T. (Eds.). *Formation Processes in Archaeological Context*. Prehistory Press, Madison, 149-163.

Guerra, A.T. 2005. *Novo dicionário geológico e geomorfológico*. Bertrand, Rio de Janeiro.

Guerreiro, R.L. 2011. *Paleoambientes holocênicos da planície do alto Tibagi, Campos Gerais, sudeste do estado do Paraná*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

Hadler, P.; Dias, A.S.; Bauermann, S.G. 2013. Multidisciplinary Studies of Southern Brazil Holocene: Archaeological, Palynological and Paleontological Data. *Quaternary International*, 305: 119-126.

Hillman, G.C. 1981. Reconstructing Crop Husbandry Practices from Charred Remains of Crops. *Farming practice in British prehistory*, 123-162

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Itapeva. Disponível em: <https://bit.ly/3sVdvoz>. Acesso em: 02/01/2022.

Iriarte, J. *et al*. 2016. Landscape Dynamics in the La Plata Basin During the Mid and Late Holocene. *Cadernos do Lepaarq*, 13: 270-302.

Iriarte, J.; Behling, H. 2007. The Expansion of Araucaria Forest in the Southern Brazilian Highland During the last 4.000 Years and Its Implications for the Development of the Taquara/Itararé Tradition. *Environmental Archaeology*, 12: 115-127.

ITAPEVA, SP (Prefeitura). 2015. Disponível em: <http://www.itapeva.sp.gov.br/conheça-itapeva/história>. Acesso em: 02/01/2022.

Ledru, M.P.; Salgado-Labouriau, M.L.; Lorscheitter, M.L. 1998. Vegetation Dynamics in Southern and Central Brazil During the Last 10,000 yr B.P. *Review of Palaeobotany and Palynology*, 99: 131-142.

Luz, L.D. *et al*. 2015. Estágio atual do conhecimento sobre fitólitos no Brasil. *Terrae Didatica*, 1: 1-11.

Macedo, R.S. *et al*. 2017. Pedogenetic Processes in Anthrosols with Pretic Horizon (Amazonian Dark Earth) in Central Amazon, Brazil. *Plos One*, 12: 1-19.

Madella, M. *et al*. 2002. The Exploitation of Plant Resources by Neandertals in Amud Cave (Israel): The Evidence from Phytolith Studies. *Journal of Archaeological Science*, 29: 703-719.

Madella, M.; Alexandre, A.; Ball, T. 2005. International Code for Phytolith Nomenclature 1.0. *Annals of Botany*, 96: 253-260

Matthews, W. 2010. Geoarchaeology and Taphonomy of Plant Remains and Microarchaeological Residues in Early Urban Environments in the Ancient Near East. *Quaternary International*, 214: 98-113.

Mindzie, C. M. *et al*. 2001. First Archaeological Evidence of Banana Cultivation in Central Africa During the Third Millennium Before Present. *Vegetation History and Archaeobotany*, 10: 1-6.

Miller-Rosen, A.; Weiner, S. 1994. Identifying Ancient Irrigation: A New Method Using Opaline Phytoliths from Emmer Wheat. *Journal of Archaeological Science*, 21: 125-132.

Metzger, J.P. 2001. O que é ecologia de paisagens? *Biota Neotropica*, 1: 1-9.

Moffato, M. 2005. *Estudo multi/interdisciplinar de reconstrução da vegetação e clima do Parque Estadual da Serra do Mar-Núcleo Curucutu, São Paulo, SP no Quaternário tardio*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Piracicaba.

Oliveira, K.F. *et al*. 2015. Estruturas e distribuição espacial de populações de palmeiras em diferentes altitudes na Serra do Mar, São Paulo. *Rodriguésia*, 65: 1013-1055.

Oliveira-Filho, A.T.; Ratter, J.A. 2002. Vegetation Physiognomies and Woody Flora of the Cerrado Biome. In: Oliveira, P.; Marquis, R. (Eds.). *The Cerrados of Brazil: Ecology and Natural History of a Neotropical Savanna.* Columbia University Press, New York, 91-113.

Pearsall, D.M.; Trimble, M.K. 1984. Identifying Past Agricultural Activity Through Soil Phytolith Analysis: A Case Study from the Hawaiian Islands. *Journal of Archaeological Science*, 11: 119-133.

Pearsall, D.M. *et al*. 1995. Distinguishing Rice (Oryza sativa Poaceae) from Wild *Oryza* Species Through Phytolith Analysis: Results of Preliminary Research. *Economic Botany*, 49: 183-196.

Pereira, G.L. 2010. Identificação de fitólitos a partir de fragmentos de carvão. *Cadernos do Lepaarq*, 7: 13-14.

Pessenda, L.C.R. *et al*. 2001: Origin and Dynamics of Soil Organic Matter and Vegetation Changes During the Holocene in a Forest-Savanna Transition Zone, Brazilian Amazon Region. *The Holocene*, 11: 250-254.

Petri, S.; Fulfaro, V.J. 1967. Considerações geológicas sobre a região de Itapeva, SP. *Boletim da Sociedade Brasileira de Geologia*, 16: 25-40.

Piperno, D.R. 1988. *Phytolith Analysis: An Archaeological and Geological Perspective*. Academic Press Inc., California.

Piperno, D.R. 1990. Aboriginal Agriculture and Land Usage in the Amazon Basin, Ecuador. *Journal of Archaeological Science*, 17: 665-677.

Piperno, D.R. 1998. Paleoethnobotany in the Neotropics from Microfossils: New Insights into Ancient Plant Use and Agricultural Origins in the Tropical Forest. *Journal of World Prehistory*, 12: 393-449.

Piperno, D.R. 2006. *Phytoliths: A Comprehensive Guide for Archaeologists and Paleoecologists.* Altamira Press, Oxford.

Piperno, D.R. 2009. Identifying Crop Plants with Phytoliths (and Starch Grains) in Central and South America: A Review and an Update of the Evidence. *Quaternary International*, 193: 146-159.

Piperno, D.R. *et al*. 2009. Starch Grain and Phytolith Evidence for Early Ninth Millennium B.P. Maize from the Central Balsas River Valley, Mexico. *PNAS*, 106: 5019-5024.

Ramirez, A.I.A. *et al*. 2019. Phytoliths and Seeds in Fluvial Island Paleoenvironmental Reconstruction (Interaction with Pollen Analysis). *Journal of South American Earth Sciences*, 89: 30-38.

Ratter, J.A. 1992. *Nature and Dynamics of Forest: Savanna Boundaries***.** Chapman & Hall, London; New York.

Ríos, G.M.; Berna, R.; Raz, L. 2016. Phytoliths as a Tool for Archaeobotanical, Palaeobotanical and Palaeoecological Studies in Amazonian Palms. *Botanical Journal of the Linnean Society*, 182: 348-360.

Robinson, M. *et al*. 2018. Uncoupling Human and Climate Drivers of Late Holocene Vegetation Change in Southern Brazil. *Scientific Reports*, 8: 1-11.

Rosen, A.M. 1992. Preliminary Identification of Silica Skeletons from Near Eastern Archaeological Sites: An Anatomical Approach. In: Rapp, G.; Susan, C.M. (Eds.). *Phytolith Systematics: Emerging Issues*. Plenum Press, New York; London, 129-147.

Rosen, A.M. 2005. Phytolith Indicators of Plant and Land Use at Çatalhöyük. In: Hodder, I. (Ed.). *Reports from the 1995-1999 Seasons*. McDonald Institute for Archaeological Research/BIAA, Cambridge, 129-147.

Saia, S.E.M.G. 2006. *Reconstrução paleoambiental (vegetação e clima) no Quaternário tardio com base em estudos multi/interdisciplinar no Vale do Ribeira (sul do Estado de São Paulo)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Piracicaba.

Scheel-Ybert, R. *et al*. 2003. Holocene Paleoenvironmental Evolution in the São Paulo state (Brazil) Based on Anthracology and Soil 13C Analysis. *The Holocene*, 13: 73-81.

Shillito, L.M. 2011. Simultaneous Thin Section and Phytolith Observations of Finely Stratified Deposits from Neolithic Çatalhöyük, Turkey: Implications for Paleoeconomy and Early Holocene Paleoenvironment. *Journal of Quaternary Science*, 26: 576-588.

Shillito, L.M. 2013. Grains of Truth or Transparent Blindfolds? A Review of Current Debates in Archaeological Phytolith Analysis. *Vegetation History Archaeobotany*, 22: 71-2.

Silva, F.R. *et al*. 2011. Seed Dispersal and Predation in the Palm Syagrus Romanzoffiana on Two Islands with Different Faunal Richness, Southern Brazil. *Studies on Neotropical Fauna and Environment*, 46: 63-171.

Silva, K.C. 2014. *Reconstituição paleoambiental de uma* área *no baixo curso do rio Ribeira de Iguape com base em bio e geo indicadores*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Silva, R.S. *et al*. 2015. O significado paleoambiental de palinomorfos de fungos em turfas quaternárias do médio vale do rio Paraíba do Sul, SP, Brasil. *Revista do Instituto Geológico*, 36: 1-24.

Souza, H.B.Z.; Affonso, P. 2017. Ocotea Aubl. (Lauraceae) no núcleo Curucutu, Parque Estadual da Serra do Mar, São Paulo, SP, Brasil. *Hoehnea*, 44: 111-122.

Stromberg, C.A.E. 2002. The Origin and Spread of Grass-Dominated Ecosystems in the Late Tertiary of North America: Preliminary Results Concerning the Evolution of Hypsodonty. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 177: 59-75.

Trombold, C.D.; Israde-Alcántara, I. 2005. Paleoenvironment and Plant Cultivation on Terraces at La Quemada, Zacatecas, Mexico: The Pollen, Phytolith and Diatom Evidence. *Journal of Archaeological Science*, 32: 341-353.

Tsartsidou, G. *et al*. 2007. Ethnoarchaeological Study of Phytolith Assemblages from an Agro-Pastoral Village in Northern Greece (Sarakini): Development and Application of a Phytolith Difference Index. *Journal Archaeological Science*, 35: 600-613.

Val Peon, C. *et al*. 2019. Prehistoric Occupation and Paleoenvironmental Changes Along Santa Catarina's Coast Plain, Brazil: An Integrated Approach BASED ON Palynological Data. *Journal of Archaeological Science*, 23: 983-992.

Veloso, H.P.; Rangel Filho, A.L.; Lima, J.C.A. 1991. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. IBGE, Rio de Janeiro.

Watling, J. *et al*. 2020. Phytoliths from Native Plants and Surface Soils from the Upper Madeira River SW Amazonia and Their Potential for Palaeoecological Reconstruction. *Quaternary International*, 550: 85-110.

Watling, J. *et al*. 2018. Direct Archaeological Evidence for Southwestern Amazonia as an Early Plant Domestication and Food Production Centre. *Plos One*, 13: 1-16.

Zhao, Z. *et al*. 1998. Distinguishing Rice (Oryza sativa, Poaceae) from Oryza Species Through Phytolith Analysis, II Finalized Method. *Economic Botany*, 52: 134-145.

Zhao, Z.; Piperno, D.R. 2000. Late Pleistocene/ Holocene Environments in the Middle Yangtze Valley, China and Rice (Oryza sativa L.) Domestication: The Phytolith Evidence. *Geoarchaeology*, 15: 203-222.

Paredes que guardam pessoas que guardam paredes: registro e sentidos de ruínas do tempo do cativeiro.

Camilla Agostini *

AGOSTINI, Camilla. Paredes que guardam pessoas que guardam paredes: registro e sentidos de ruínas do tempo do cativeiro. *R. Museu Arq. Etn.*, 39: 280-296, 2022.

Resumo: Esse texto propõe pensar o encontro da história oral com os olhares etnográfico e arqueológico sobre ruínas e memórias do tempo do cativeiro no Brasil. Aborda a confluência de metodologias quando se encontram no campo da pesquisa, se transformando no processo. O objetivo é contribuir com conceitos e caminhos para trabalhos de campo que tenham as coisas de tempos passados como foco de estudo, valorizando a experiência de grupos subalternos na História, assim como a participação de pesquisadores em relação a detentores de saberes e memórias sobre esses passados.

Palavras-Chave: História Oral; Etnografia; Memória; Ruínas; Escravidão

Estruturas arquitetônicas antigas chegam ao presente com pedras expostas, fragmentos de paredes e, com muita sorte, alguma porta ou janela. Seus pedaços e marcas de transformação que surgem ao longo do tempo sugerem caminhos para pensar a História. "Os tempos" se encontram em ruínas no presente arqueológico (Agostini 2019): onde e quando essas estruturas de pedra *acontecem* (David & Thomas 2008: 27). As estruturas permitem levantar questões sobre a experiência de categorias sociais no tempo do cativeiro, sobre a própria definição dessas categorias históricas, assim como a relação que grupos no presente têm com as memórias relacionadas a elas.

* Departamento de Arqueologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e membro do Núcleo de Pesquisa e Ensino de Ciências (NUPEC) da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. <camilla.rio.br@gmail.com>

Em fins da década de 1970 e durante a década de 1980, no âmbito de uma arqueologia contextual e interpretativa (produzidas no mundo anglo-saxão e herdadas na década de 1990 pela arqueologia brasileira), a paisagem passava a ser vista para além do meio natural, simultaneamente definindo e sendo definida pela ação humana. As pesquisas passaram a desenvolver uma abordagem mais humanística nas interpretações das ações do passado e seus significados (Ashmore 2007).

Com um caráter pós-positivista, esses estudos passaram a considerar múltiplos conceitos de Paisagem como as formas do terreno de determinada região, um lugar onde as pessoas vivem ou um fragmento de terra que pode ser visto de um determinado ponto e representado em pinturas, fotografias ou mapas. Desse modo, na sua multiplicidade, as paisagens podem se configurar como um *objeto*, uma *experiência* ou uma *representação* (Thomas 2001).

Julian Thomas acrescenta que, rejeitando as perspectivas processualistas da década de 1960, a disciplina transfere o foco de "ciência do espaço" para "cultura e relações sociais, poder e política, identidade e experiência" (Thomas 2001: 166).

A reflexão que este artigo propõe é voltada para a *experiência* numa dada paisagem constituída por vestígios arqueológicos e as dinâmicas da memória associadas a ela. Antes de tudo, isso significa falar de experiências de pesquisa sobre dinâmicas sociais que atravessam os tempos, em contextos historicamente referenciados, mas que se encontram em ruínas e memórias no presente arqueológico (Agostini 2019). Kelly e Norman (2007: 177) lembram que as experiências sociais desafiam as intenções de quem planeja determinada paisagem. Nesse sentido, Thomas considera que um projeto para a implantação paisagística de um complexo arquitetônico é, por exemplo, um objeto ou entidade. Quando se pensa na paisagem que é vivida, ela passa a ser um grupo de relações (Thomas 2001: 173) entre as pessoas, as coisas e os lugares no contexto das experiências cotidianas (Latour 2012; Thomas 2001: 181), ou, *de uma arqueologia do costume*, nos termos de Reykel Diniz Araujo (2021). Neste sentido, "os lugares não apenas "são", eles "acontecem" (David & Thomas 2008: 27).

Pelo olhar de Luís Cláudio Symanski (2007: 09-36), os contextos do tempo do cativeiro no Brasil podem ser analisados por dois meios. Um por meio das *estratégias* do poder na definição dessas paisagens e outro pelas *táticas* empreendidas pelas pessoas sob o jugo da escravidão ao burlá-las como resistência a um sistema de opressão, materializado nas paredes que passam a constranger suas vidas. No tempo da escravidão, os chamados escravos não eram escravos. Foram transformados em escravos ou, melhor dizendo, em pessoas escravizadas. Foi uma população constituída socialmente através de um processo de violência que produziu memórias traumáticas. As paredes remanescentes de antigos locais que fizeram parte do processo de tornar-se escravo no Brasil ajudam a refletir sobre essa experiência, seus sentidos e suas heranças na contemporaneidade.

Essas ruínas que contribuem para o trabalho de pesquisadores são apropriadas por outros grupos sociais, que costumam valorizar o protagonismo das pessoas escravizadas. Esses grupos também produzem e reproduzem conhecimentos e memórias sobre ou a partir delas. É comum ouvir em trabalhos de campo dedicados ao estudo de vestígios físicos marcados pelas paisagens, estruturas arquitetônicas ou miudezas que afloram no chão, referências guardadas na tradição oral e transmitidas pela memória sobre práticas, comportamentos, costumes e experiências que ficaram marcadas no tempo e na vida das pessoas.

O protagonismo de africanos e seus descendentes aflora de paredes de pedra através da oralidade. Como dizem, "por terem sido eles aqueles fortes o suficiente para levantar tão pesadas pedras", "com uma destreza técnica que não se vê mais nos dias de hoje", "que sofreram muito ao executar essas tarefas" e, por fim, "por hoje morarem ali", estarem intrinsecamente associados àquela materialidade[1].

Os registros da oralidade sobre elementos materiais, frequentemente manifestos em restos, rastros e troços, costumam valorizar esse protagonismo ao associarem ruínas de maneira genérica não apenas ao tempo do cativeiro, mas àqueles que carregavam os fardos do sistema escravocrata. Portanto, a dinâmica da memória é um fator importante na reprodução das falas sobre as coisas do passado, assim como observar as condições em que são realizados os registros dessas falas, apropriações e sentidos, com a presença de quem pesquisa.

Este texto se ocupará com formas híbridas de registro dessas diferentes apropriações de locais historicamente ligados ao escravismo.

1 Falas ouvidas repetidamente durante os trabalhos de campo no complexo de ruínas do Sahy, em Mangaratiba / RJ, entre os anos de 2013 e 2016, por banhistas, moradores e demais usuários desse espaço público.

Lugares do passado, mas também do tempo presente remanescente das pessoas que por ali passaram e ali permanecem.

Princípios etnográficos, história oral, arqueologia e registros da Memória

A pesquisa com a oralidade considera a vivência das pessoas que têm seus relatos e impressões registrados de alguma forma. Podendo ser através de gravações em áudio, vídeo, fotografia, anotações, desenhos, ou até mesmo impressões guardadas por meio do corpo e da memória. Assim, a relação estabelecida com elas, particularmente no momento do registro, e as dinâmicas da Memória são importantes fatores para quem se aventura em abordar o passado através de pessoas (Cabral 2014a; Ferreira & Amado 2005; Halbwachs 2004; Thompson 2002).

Tradicionalmente, a História Oral se dedica a produzir registros de forma objetiva através de entrevistas com gravações ou filmagens. As entrevistas podem ser mais ou menos controladas por meio de roteiros previamente definidos e perguntas sobre as quais se quer ouvir respostas ou por de conversas conduzidas mais livremente dentro de determinado tema (Alberti 2004; Dalla Vecchia 1994; Fernandez 2014; Ferreira & Amado 2005; Mattos 2016; Mauad 2016; Thompson 2002). Quando a guardiã de determinada memória é abordada, a produção desse registro garante que o que foi dito esteja ali de forma literal para ser apreciado por outras pessoas. Comumente são feitas transcrições ou fichamentos dessas entrevistas, convertendo a oralidade em um registro escrito.

Ginzburg, em O *inquisidor como antropólogo*, pondera sobre a relação de registros escritos com a experiência social que a criou, observando, em última instância, a semelhança de um antropólogo e de um inquisidor em processos inquisitoriais (Ginzburg 1991: 09-20). O autor encontra correlações na violência e na perspectiva colonizadora do "outro" por parte de quem pesquisa, ainda que pesquisadores frequentemente sejam movidos por boas intenções. Por outro lado, é sinalizada a possibilidade de encontrar nas entrelinhas dos processos o contexto social que o produziu, lançando um olhar etnográfico para eles, por assim dizer. Outro aspecto leva a pensar que há um enquadramento das narrativas sobre si e sobre o passado na realização de entrevistas. Esse enquadramento é produzido de maneiras diferentes pela participação de quem pesquisa e da pessoa que se oferece para contar histórias. O que faz pensar no próprio ato de conversar como parte do registro (Alberti 2004; Polak 1989: 3-15).

Do ponto de vista do registro de memórias através da oralidade convém ouvir de quem fala, quem é essa pessoa no mundo e, então, mergulhar em qualquer assunto que seja do interesse da pesquisa. Pode-se tratar de temas sobre a relação que possuem com sua ancestralidade e os vínculos genealógicos ainda mantidos através da memória ou do convívio, sua religiosidade, afetos etc. Questões sobre suas histórias de vida, ainda que de maneira breve, mas que incluem informações sobre seu nascimento, trabalho, família, lugares onde viveu. Essa aproximação preliminar permite entender os limites e o alcance das memórias nos relatos que virão, além de iluminar histórias ou questões que quem pergunta às vezes não considera a priori (Alberti 2004; Thompson 2002).

Esse foi o caso de entrevistas realizadas com antigos do quilombo do Bracuí, em Angra dos Reis, no litoral sul do Rio de Janeiro. O grupo de pesquisa, coordenado por Hebe Mattos e Martha Abreu, buscava as memórias sobre o tráfico ilegal de africanos aprisionados e trazidos para o Brasil no período escravista, um marco da história na região da primeira metade do século XIX. As entrevistas registravam forte recorrência de detalhes sobre o tráfico ilegal na região, compartilhados por diferentes pessoas do quilombo (Abreu & Mattos 2012) (Mattos 2013; Mattos & Abreu 2016). A riqueza de detalhes foi, para as autoras, marca da força da tradição oral sobre um processo histórico.

Em ocasião de conversas com antigos do Bracuí, no ano de 2013, quando o estudo já estava avançado e com muitos resultados publicados[2], ouvindo cada pessoa com atenção para sua história de vida, chegou ao presente também a história da região na virada do século XIX para o XX, e as primeiras décadas do século XX. Um tempo lembrado, muitas vezes por experiência própria, pelas pessoas que foram entrevistadas quando ali viveram certo abandono em relação às prioridades do Estado ou do seu vínculo com a capital, o Rio de Janeiro. O fluxo de pessoas, ideias e dinamização da economia em escala inter-regional só voltaria a se intensificar na década de 1970, com a abertura da rodovia BR101 (Rio-Santos). Sobre esse período é marcante como entremeia a fala desses antigos a referência ao "tempo da banana". A força da economia local também foi observada por registros sobre a produção e o escoamento da banana, com estruturas e tecnologias relacionadas à mesma.

Ouvir sobre a história de quem conta (não com atenção apenas para o passado mais distante do qual se quer saber) traz para a cena outras histórias desses descendentes de africanos como a fala, também recorrente, sobre a relevância do governo Vargas na conquista de direitos. É corriqueiro ouvir em jongos e histórias contadas que a abolição não veio com o 13 de maio, mas com a legislação trabalhista de Vargas (Mattos 2013; Rios & Mattos 2005). Nesse mesmo tempo, quando a economia local se dedicava à produção da banana, tempo através do qual as memórias do cativeiro chegam ao presente.

As dinâmicas da memória podem recordar, inventar, alterar, mentir, transformar e fazer perdurar. Isso vale para todos, inclusive para pesquisadores. Em Abreu, Mattos & Agostini (2016: 25, nota 9) há um apontamento sobre essa dinâmica, a partir da memória de um episódio durante trabalho de campo na região de Vassouras, no ano de 2001. O caso trata de um momento de descontração da equipe de pesquisa, que incluía pesquisadores de diferentes lugares, como pessoas ligadas ao grupo cultural Cachuêra! (de São Paulo), da pós-graduação em História da Unicamp, entre os quais o orientador Robert Slenes e a orientanda Camilla Agostini, além de moradores locais, como Carina Guimarães e Edinho Bambú, que ajudavam e integravam a dinâmica da pesquisa.

O caso foi um encontro para comer no rancho do artesão Edinho Bambú, no topo de uma colina da cidade de Vassouras, reverberando as coisas que eram aprendidas com o toque de tambores nas rodas de jongo, naquela circunstância entoados pelo pessoal do Cachuêra!. Já era tarde da noite, após a participação do grupo na roda de jongo comemorativa do 13 de maio, em Barra do Piraí (município vizinho), e pensavam em como resolver a fome do grupo àquela altura da noite. O professor numa brincadeira fez a sugestão que deveria ser com uma iguaria "centro-africana". Na referida nota de roda pé, há uma ponderação sobre como o equívoco da memória da orientanda levou a uma afirmativa textual, que era, na verdade, uma mistura de coisas que falavam das dinâmicas da memória. No caso, a afirmação de que "jiló com carne seca" seria uma comida de "tradição centro-africana", e isso ter sido um aprendizado com o professor. A própria nota nove explica melhor:

> *Quando o Bob leu a versão preliminar desse texto ele fez um comentário dizendo que nunca falou que "jiló com carne seca" era uma receita centro-africana, mas sim apenas o jiló. Assim, cabe uma defesa da memória como registro histórico, considerando a inclusão não autorizada da carne seca na receita de inspiração "centro-africana", no relato sobre o episódio em Vassouras. Este texto foi escrito quatorze anos depois do acontecido. Foi lembrada a brincadeira sobre produzir uma iguaria "centro-africana", foi lembrado do quitute elaborado e apreciado* [por todos naquela noite]. *A falha da memória ou do registro foi o limite inescapável do pesquisador* [no caso, pesquisadora]

2 Além de artigos científicos, documentários e acervos, disponibilizados em http://www.labhoi.uff.br/.

> *sobre a realidade observada ou lembrada. Neste caso, ilustrativa, considerando que se trata de uma situação informal durante um trabalho de campo, sem preocupações de pesquisa ou registro, de algo acontecido há quatorze anos atrás. Se o Bob reivindicou a iguaria centro-africana, evocando o jiló para participar da receita, quem foi a sua busca foi o Edinho Bambu, que chegou radiante àquela altura da noite com um punhado de jiló e com a carne seca, dizendo ter conseguido o jantar centro-africano! Pronto, assim ficou registrada na História* [com o registro escrito no artigo] *a autoria de Edinho Bambu, descendente de africanos, sobre uma receita centro-africana adaptada no Brasil, com a ajuda do conhecimento do professor e da confusão da memória da aluna. Para lembrar como tradições são inventadas e quem participa desse processo"* (Abreu, Mattos & Agostini: 2016: 25, nota 9).

Michel Polak, com os conceitos de *memórias subterrâneas* e de *enquadramento da memória*, oferece importantes chaves para se pensar sobre essas dinâmicas (Polak 1989). A noção de *memórias subterrâneas* permite compreender como certas memórias e práticas podem ficar adormecidas por décadas, além do seu lugar subalterno, como enfatiza Polak. Assim são pensados os momentos em que se escuta entre moradores locais: "todo mundo que sabia disso não está mais aqui para contar", "não se faz mais isso, acabou", "só sobrou dona fulana, é a última que pode contar, corre porque não demora ela vai morrer". Como diz Johannes Fabian (2006: 503-520), a antropologia lida com as tradições em uma relação intrínseca com o passado, com algo que está sempre por acabar ou que acabou, mas que, na verdade, permanecem nesses subterrâneos, vindo à tona em determinadas circunstâncias ou conjunturas. Essas falas, muito comuns de serem ouvidas e que podem gerar angústia em aprendizes na pesquisa, são expressões desse processo.

Esses momentos de "quase morte" ou de "esquecimento" de certas práticas ou memórias são bem descritos no texto de Hebe Mattos e Martha Abreu (2016: 00-00) sobre a trajetória do jongo no Sudeste. Desde o período da escravidão até os dias de hoje, se percebem momentos em que a prática está ativa, apropriada por conhecedores de seus mistérios e regras, entremeados por períodos de "esquecimento", desinteresse, de "quase morte". As razões para a sua vivacidade ou seu desencanto são conjunturais e dependem das motivações do próprio grupo para lembrá-la ou se afastar dela (Mattos & Abreu 2016).

Acredito que pensar em *memórias subterrâneas* também ajuda a imaginar uma espécie de lençol freático onde saberes circulam e, em certo momento, se fura o solo e a água brota novamente. Pensar onde essa água estava guardada e de onde ela vem, nos leva ao inconsciente coletivo, a práticas que perduram em diferentes instâncias do cotidiano, assim como uma instância sensível através da qual se aprende e se transforma as dinâmicas do passado.

Sobre essa última característica, é importante lembrar de uma estudante no curso de pós-graduação *lato sensu* em História e Cultura afrodescendente, na PUC-Caxias, no ano de 2015, que trouxe sua experiência no candomblé para abordar as dinâmicas da memória, da tradição oral e as suas formas de transmissão. Ela lembrou na ocasião que, no âmbito das religiões afro-brasileiras, o aprendizado pode ocorrer por instâncias sutis, sensíveis ou intuitivas. Na ausência de um guardião da memória ou liderança religiosa viva ela poderia acessar, apenas com bases primárias, conhecimentos a partir da sua relação direta com a dimensão espiritual. A relação com instâncias sensíveis permite que se tenha contato com determinados conhecimentos, além de referências que perduram no costume e através do inconsciente coletivo. A contribuição da estudante faz repensar o conceito de *costume* de Hobsbawn (1996), além de incluir outras perspectivas na noção de *enquadramento da memória* de Polak (1989).

A noção de memórias subterrâneas faz pensar que, nos momentos em que

determinada prática ou saber são ativados, eles são enquadrados pela conjuntura e pela experiência no presente em que "ressurgem". Esses momentos são como um chafariz, fonte ou poço que se constrói para canalizar a água que brota do lençol freático. A História Oral se dedica a registrar esses momentos e suas formas de expressão.

Existem muitas maneiras de lidar com essa tarefa. Projetos como os desenvolvidos por Ana Lugão Rios & Hebe Mattos (2005), em *Memórias do cativeiro*, e por Hebe Mattos, Martha Abreu & Keila Gringberg, em *Passados presentes* (2012), trazem para a cena da História Oral uma característica: a continuidade da pesquisa de longa duração e a relação com os grupos envolvidos na pesquisa. No caso, trata-se de projetos que atravessam décadas de trabalho em conjunto com quilombos contemporâneos e grupos jongueiros. Ainda que norteados pelos princípios de pesquisa e de registro da História Oral, esses projetos permitem pensar na *relação* entre quem pesquisa e o campo da pesquisa. Essa relação pode ou não ser conduzida por princípios etnográficos de observação-participação e registro ou por uma etnografia propriamente. De toda forma, ressalta-se a possibilidade de fazer confluir duas estratégias simultaneamente nos registros da Memória: a da história e a da antropologia.

O antropólogo Johannes Fabian lembra que não tinha por hábito a realização de entrevistas. Apenas conversava, de maneira que "[...] era quase sempre uma troca: um testemunho de algum tipo, ou um ensinamento" (Fabian, 2006: 512). Lembra ainda que a escrita etnográfica é uma forma de colonização:

> [...] *ao registrar por escrito os grupos que estudamos, nós sistematicamente negamos sua coetaneidade. Então, falamos sobre eles usando categorias que envolvem distanciamento temporal, colocando o autor do discurso num tempo diferente daqueles sobre os quais escreve* (Fabian 2006: 510).

Esse processo pode ser pensado também na conversão dos registros orais para a escrita, pela História Oral, como mencionado anteriormente, processo tratado no presente texto. Isso significa atenção para identificar os momentos de registro (e que tipo de registro), e quando renunciar a métodos definidos previamente, abrindo espaço para algo novo que o próprio campo apresente como possibilidade (Araujo 2021; Bell 1991; Feyerabend 1977; 2011). Esse *campo* é entendido como os espaços, paisagens e territórios onde os atores (ou seres) envolvidos engendram relações e ações na prática social (Ingold 2015; Latour, 2012), incluindo a relação entre quem pesquisa e moradores locais.

Assim, o encontro do fazer antropológico com o fazer historiográfico associado à História Oral enriquece e potencializa pesquisas que se desenvolvem, mesmo na curta duração, quando se tem atenção simultânea para as falas sobre o passado e as experiências engendradas no presente do campo da pesquisa e de seus atores. *Temporalidades e saberes inscritos em ruínas e memórias* (Agostini 2019), parte da perspectiva arqueológica para falar dessa relação no passado-presente, a partir das coisas do passado e da relação das pessoas com essas coisas, num presente arqueológico – quando os diferentes tempos da história, a memória e o presente estão de forma coetânea manifestas em ruínas ou estruturas antigas, através de rastros ou indícios. Cabe a nós reconhecer essa coetaneidade (Fabian 2013), horizontalizando saberes e apropriações dessas coisas do passado e do presente, bem como das memórias que os enlaçam.

Causos de campos

O relato de um colega que escavou uma dessas estruturas antigas, na Baixada Fluminense (Rio de Janeiro), fala de quando relações na pesquisa são atravessadas pelo

medo e pelo distanciamento[3]. Ruínas da sede de uma fazenda passavam por um processo de pesquisa do ponto de vista do patrimônio edificado e da história associada a ele, com uma equipe que integrava a pesquisa arqueológica, junto à equipe de arquitetura e engenharia, que coordenavam o restauro da edificação, e com a equipe de operários. De início, para o trabalho acontecer, a área foi cercada por tapumes e "limpa".

> *Naquele momento, praticamente tudo que havia dentro da ruína do casarão principal foi retirado pela equipe de obra. Neste processo, retiraram desde a vegetação que tinha tomado conta da ruína, até restos de carros depenados, passando por entulhos, restos de roupas de pessoas que se abrigaram na fazenda, facas, munições, muitas camisinhas e, também, muitos objetos religiosos* (F. 2022).

Foi feita uma higienização da área de trabalho para que ele acontecesse. Higienização que vemos acontecer todos os dias, em diferentes áreas e lugares, que incluem diferentes formas de violência e possuem um sentido de que é preciso "limpar" para as coisas acontecerem. Sem atenção às intervenções contemporâneas, toda sorte de vestígio foi tratada como lixo.

Segundo F., com o cercamento da área e o início da pesquisa, alguns objetos religiosos passaram a ser encontrados próximos do tapume de entrada da obra, em especial próximos de suas antigas portas, ou na área da antiga senzala. Aqui cabe uma reflexão do ponto de vista da pesquisa que talvez seja polêmica. O respeito às práticas religiosas deve acompanhar a atenção ao medo ou ao interesse de afastamento de realidades espirituais de quem vive em meio a elas. O que ressalto aqui é que essa instância sensível, sutil, onde se realizam práticas espirituais é apreendida por diferentes pessoas (por adeptos, por descrentes e por quem tem medo) de maneiras diferentes. Nem todos sabem ou podem lidar com essas sensibilidades e suas apropriações. A parte difícil é quando cada um fala apenas a própria língua, resultando numa perspectiva hegemônica racionalista, por vezes alimentada pelo medo, que destrói e excluí com uma desculpa de "limpeza". F. pondera que esse não era o caso apenas dos pesquisadores:

> *Grande parte dos trabalhadores também morria de medo dos objetos religiosos encontrados quase toda manhã e, muitas vezes, antes da minha chegada na obra (ou do arquiteto), ficavam aguardando que esse trabalho de limpeza fosse feito pelos trabalhadores "crentes" ou "evangélicos"* [...]. *Em tempo, essa denominação de "crentes" e "evangélicos" está sendo reproduzida aqui, pois era amplamente utilizada entre os trabalhadores* (F. 2022).

Segundo o relato de F., a questão da limpeza foi motivo de brincadeira entre os trabalhadores que eram quase todos da região e/ou moravam próximo ao local. Essa relação do riso, da pilhéria, frequentemente endossa atitudes desrespeitosas, agressivas e racistas que incluem o próprio medo em relação às práticas religiosas de matriz africana. Esse "medo do feitiço" que também move "o medo branco de uma onda negra" foi analisado com profundidade pela antropóloga Yvonne Maggie (1992) e pela historiadora Célia Marinho de Azevedo (1987). No caso do trabalho relatado por F. esses sentimentos e atitudes se misturam, gerando um contexto que deslegitima essas práticas e as aprisiona em estereótipos que precisam ser "limpos" ou afastados.

> *Muitas vezes, os "não evangélicos" participavam dessa retirada dos objetos da entrada da obra, especialmente quando solicitados por mim ou*

3 Preservando a identidade do colega e da pesquisa será adotada uma referência fictícia com a abreviação "F.". Os depoimentos citados a seguir foram inseridos após a leitura de F. ao manuscrito original desse artigo, com esclarecimentos e sugestões para o texto, por email, em 31 de janeiro de 2022.

pelo arquiteto e, durante todo dia,
os chamados "evangélicos" brincavam
com os demais trabalhadores
sobre um possível "mau agouro"
sobre a participação deles (F. 2022).

Com resultado de escavações, materiais também foram identificados como procedentes dessas mesmas práticas e descartados. Revendo sua experiência nesse caso, passados muitos anos, F. comenta a relação diferenciada que tiveram com os vestígios dessas práticas quando foram encontrados nas áreas escavadas e quando estavam, pela manhã, junto aos tapumes:

Curiosamente, a partir do seu
texto e refletindo sobre o ocorrido,
fico me questionando por qual motivo
o material identificado nas trincheiras
e quadrículas, embora fossem –
igualmente – provenientes do mesmo
processo de apropriação religiosa
daquele espaço, não gerava medo em mim
e nos trabalhadores? Bom, não tenho
uma resposta certa, mas a impressão
que tenho, com todo o distanciamento
cronológico daquele campo, é que esse
material era "lido" de outra forma pelo
fato de estar misturado ao solo. É como
se a temporalidade percebida em razão
da escavação sinalizasse que tais objetos não
poderiam representar algum tipo de receio,
uma vez que não estavam mais "em uso",
não estavam no "exercício da sua função",
ao passo que os outros, encontrados
pela manhã, pudessem ainda estar
"operando" suas funções espirituais (F. 2022).

O gari Alexandre Borges, conhecido como Emílio – por sua semelhança com o cantor Emílio Santiago – é quem orienta a maneira de lidar com esses vestígios, endossando as impressões de quem estava lidando com eles no sítio arqueológico, do relato acima, sobre a diferença de materiais ainda "ativos" e dos mais antigos[4]. Também conhecido como Pai Xande, Babalorixá federado (pertencente à União umbandista dos cultos afro-brasileiros), era, no ano de 2014, o único servidor da Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio (Comlurb) que atuava nas matas da Floresta da Tijuca, no Alto da Boa Vista. Ele fazia a retirada dos vestígios de oferendas, despachos ou "trabalhos" que deixavam materiais em locais específicos como dentro da mata, próximo de rios e cachoeiras, ruínas, cruzeiros, entre outros. Pai Xande, durante entrevista com o jornalista Thiago Jansen (2014), explica que:

Santo gosta de ar livre. Além disso,
os elementos da natureza simbolizam
os orixás, então uma oferenda
para Oxóssi, por exemplo, precisa estar
perto do mato – explica ele, indicando
ainda que o tipo de despacho também
varia de acordo com a entidade e
o objetivo. – Até nota de R$ 100 já achei
deixada pra Santo. Quem se dá bem são
os mendigos da região (Jansen 2014).

Na sua expertise de gari, Pai Xande orienta pesquisadores de arqueologia em como lidar com esses vestígios:

[...] *considera a atividade apenas*
parte de suas obrigações profissionais –
desde que feita com todo o respeito
aos orixás. – O medo é nenhum.
Estou apenas fazendo o meu trabalho.
Peço agô (licença) antes de limpar
cada oferenda e deixo para retirar
depois aquelas que ainda estão muito
recentes. Desrespeito com os Santos
seria se eu chutasse as macumbas,
fizesse piadas. Desde que feito com respeito,
não há problema em limpar os despachos –
afirma o pai de santo, há cinco anos funcionário
da Comlurb [...]. (Jansen 2014).

4 Os relatos sobre o trabalho de Alexandre Borges foram extraídos na matéria "Gari é especializado em recolher oferendas no Alto da Boa Vista", assinada por Thiago Jansen, em edição do jornal O Globo, de 21 de março de 2014.

A matéria de Thiago Jansen, dá mais detalhes úteis para trabalhos de campo em matas e junto a ruínas, a partir do relato do Babalorixá, na sua atuação na limpeza da cidade:

> *"– Segunda-feira é sempre um dia mais cheio, porque acumula os despachos do final de semana. Mas nos dias de santos, como São Jorge, o trabalho é ainda maior. Às vezes, preciso da ajuda de outros garis. Teve um dia de São Sebastião em que chegamos a tirar 30 sacos de oferendas – conta ele.*
>
> *Basta observar o método de limpeza do gari pai de santo para perceber que a falta de receio para com o ofício peculiar não é mera bravata. Sem maiores cerimônias, apenas murmurando algumas palavras (o agô), ele utiliza o ancinho para derrubar as taças e garrafas com líquidos, desmanchar e juntar os arranjos, as frutas, velas e demais oferendas em montes – sempre com um semblante despreocupado – para o posterior recolhimento pelo caminhão de lixo.*
>
> *Quando necessário, também não demonstra receio em pegar as oferendas com as próprias mãos para a limpeza. O desmanche dos despachos é feito sem qualquer ordem específica, a não ser aquela que torne a faxina mais prática. Em determinadas áreas com poucas oferendas isoladas, o trabalho é rápido, não demorando mais do que cinco minutos. Em outras regiões, como a Praça do Gato e a Curva do S – conhecida como "macumbódromo", por contar com um espaço dedicado às manifestações religiosas – até 30 minutos são gastos na limpeza, devido à quantidade, à distância e à elaboração das oferendas que precisam ser desmanchadas e reunidas"* (Jansen 2014).

No artigo mencionado anteriormente – que aborda a apropriação de ruínas por grupos religiosos, mas que também são de interesse da pesquisa arqueológica (Agostini 2019) –, é sugerida uma leitura que agrega conhecimentos em um exercício de coetaneidade. A proposta faz confluir os relatos de lideranças religiosas a partir de uma perspectiva umbandista do século XXI sobre os usos de ruínas com princípios identificados na África Central, ainda dos tempos do tráfico de escravos, de cultos de revitalização, os chamados cultos Kimpasi na região do Kongo (Slenes 1995). Como ensina o historiador Robert Slenes, os cultos Kimpasi desse tempo eram cultos de revitalização que buscavam o reequilíbrio social, expandindo a noção de cura para a esfera social.

O colega F., em conversa com o manuscrito preliminar do presente artigo e rememorando o trabalho de campo naquela ruína na Baixada Fluminense, comenta que:

> *a partir da leitura do seu texto, lembrei que muitos trabalhadores faziam relatos de que o local era "carregado", pois muitos corpos de assassinados teriam sido deixados naquela ruína. Relataram, por diversas vezes, que o local era procurado por "macumbeiros de vários lugares do Rio de Janeiro" em função "daquela senzala", assim como a ruína seria "um local de magia negra". Essa última expressão foi muito usada pelos trabalhadores quando apareceu na entrada da obra um objeto religioso com um crânio, a tal capa preta citada e uma grande quantidade de líquido vermelho no chão e no objeto* (F. 2022).

A noção de "magia negra" como algo "mau" ou "assustador" é induzida, por vezes, pela presença elementos materiais que a perspectiva cristã demoniza. Ela pode estar associada às práticas de purificação dos locais ou de espíritos atormentados presos nesses locais. Essa ação se soma a serviços prestados nos terreiros, como apoio psicológico, cura, reequilíbrio, proteção ou empoderamento de uma população que sofre pelo abandono do poder público. É importante lembrar que esses centros têm um papel de apoio a indivíduos, além de uma perspectiva ancestral de cura no âmbito social.

Para finalizar o caso, F. comenta que sempre encontrava os materiais já deixados no local. Apenas uma vez flagrou uma família se aproximando de carro, trazendo flores, velas, entre outros objetos. Sobre essa ocasião, ele relata:

> *Perguntaram se estava proibida a entrada na área da ruína. Expliquei que, em função da obra e do risco de desabamento de algumas paredes, não era possível a entrada. Eles agradeceram, falaram algo como: "finalmente vão restaurar isso aqui" e subiram em direção à parte alta do casarão, região em que quase sempre encontrávamos os objetos* (F. 2022).

O processo de "higienização", levantado no início desse caso, incorpora outros aspectos que não estão limitados ao sentimento de medo, mas ao desconhecimento e à ignorância. A experiência do gari Alexandre Borges era conhecida também pelos trabalhadores que não se diziam evangélicos e tinham como tarefa a limpeza dos materiais. Na leitura de F., nessas situações se via a mistura do medo com o respeito:

> *não era incomum, por exemplo, ver trabalhadores fazerem orações antes de realizarem a limpeza. Outros, que não se diziam evangélicos, utilizavam expressões como: "me dê licença", conjugados por um sinal da cruz ou outros gestos e expressões corporais, como uma leve inclinação do corpo (uma espécie de reverência) ao passarem próximo desses objetos* (F. 2022).

Novaes (2013, 2018: 47-69), Rosa (2019), Carvalho (2011, 2012), Gordenstein (2014) e Pereira (2013) são exemplos de pesquisas arqueológicas que, ao contrário das anteriores, se dedicaram a aproximação de espaços sagrados, particularmente ligados ao candomblé e à umbanda. Hartemann (2019) advoga por uma arqueologia que não se afasta da força da oralidade em defesa de grupos que cultivam suas tradições e ancestralidades através da palavra, bem como no estudo de heranças africanas nas Américas de uma maneira geral. A autora enfatiza o quanto a oralidade é importante no reconhecimento das diferentes formas e instâncias da Memória. Essa tradição oral tem a força de fazer permanecer no tempo grupos e saberes que são silenciados pela História. Retomo aqui as falas referidas no início desse texto que frequentemente associam genericamente ruínas antigas "ao tempo do cativeiro" ou, mais especificamente, a "escravos" ou a "senzalas", mesmo quando se trata de alicerces de engenho, paredes de uma fazenda ou de um sobrado.

Outro caso chama a atenção para essa dinâmica da memória com relação a paredes de pedra e o protagonismo de anônimos da História no período escravista. Foi observado no Parque da Chacrinha, no bairro de Copacabana, Rio de Janeiro, um lugar que guarda registros de diferentes períodos. Entre eles uma ocupação militar de longa duração com forte e locais de vigia (desde o século XVII até o século XX), chácaras do século XIX e uma favela de princípios do século XX, removida em 1970. Uma das ruínas mais íntegras é um sobrado construído possivelmente no Brasil oitocentista, com suas paredes de alvenaria em pedra e com 80 cm de largura. Ele é associado a um personagem pouco conhecido do bairro, mas que por alguma razão perdurou no tempo: Teodoro Pescador.

Referida no Parque como a "Casa de Teodoro Pescador", dá destaque a oralidade ao associar personagens e grupos subalternos a ruínas. Assim como ruínas antigas são frequentemente associadas a "escravos", mesmo não sendo o caso do ponto de vista da função, propriedade ou domínio. Teodoro, cujas referências são vagas, esparsas e pouco precisas, teria sido "um indígena que negociava peixes com os soldados", como a tradição oral quis guardar sua memória[5]. No entanto, podemos suspeitar que esse ilustre desconhecido do bairro de Copacabana tenha

5 Entrevista com Ibá dos Santos Silva, antigo gestor do Parque da Chacrinha, com participação de Camilla Agostini, Phelipe Machado Borba e Luan Sancho Ouverney, em pesquisa no Parque da Chacrinha, Copacabana/RJ, em 25 de fevereiro de 2016. Gravação em audio, com transcrição-fichamento.

ficado para a História graças a sua associação à ruína desse sobrado. Por suas características, seria difícil imaginar a casa como pertencente a "um pescador que fornecia peixes a soldados", ainda que o local mereça um aprofundamento de pesquisa. De toda forma, esses casos mostram a força da união entre oralidade e materialidade em garantir protagonismo na História a grupos e personagens subalternos, anônimos e silenciados historicamente.

A atenção para os modos como as pessoas lidam com essas materialidades e memórias no presente, em pesquisas de longa ou de curta duração, pode contar com uma "sensibilidade antropológica", como chama o escritor José Petrola (2021), ou de uma atenção etnográfica de observação-participação e registro. Em outro momento, chamei a atenção para o fato de que, por vezes, esses princípios podem se contrapor a princípios de registro da tradição da História Oral como, por exemplo, a postura de quem pesquisa ao indagar "o outro" (Agostini 2019). No registro da oralidade e da memória pela História Oral não se fala muito sobre o que se pensa, dando espaço para que as falas surjam sem intervenção das expectativas de pesquisa. Na prática etnográfica, a relação estabelecida como princípio prioritário recoloca o pesquisador no lugar de relação com silêncio sobre o que se tem interesse, do contrário se tornaria um espião, a ponto de quem pesquisa poder se deixar ser *afetado* durante o processo (Favret-Saada 2005: 155-161).

Claro que as formas de interação e propósitos podem variar muito (Castro 2008a, b), incluindo o próprio aprendizado que vem com os silêncios (Costa 2014: 105-115; Silva 2006). Mas, de uma maneira geral, a experiência da relação ganha protagonismo em detrimento "do relato". Lembrando das múltiplas formas possíveis de realizar um registro como gravações em áudio, filmagens, fotografias, desenhos, mapas, escrita e incluindo registros realizados pelos diferentes atores no campo da pesquisa (Araujo 2021; Dias 2022). Produzindo narrativas que podem ser autorais ou colaborativas (Cabral 2014a, 2014b; Costa 2021; Hatermann & Moraes 2018: 9-34; Novaes 2013, 2018: 47-69).

Em pesquisa no sítio arqueológico do Sahy, em Mangaratiba, no litoral sul do Rio de Janeiro, esse impasse se resolveu pela experiência etnográfica, por assim dizer[6]. A relação com pessoas locais envolvidas na pesquisa definiu o momento de mudar o rumo da prosa nas conversas e entrevistas. Por outro lado, nessa mesma pesquisa de Arqueologia e Memória, também foi a *relação* com entidades que visitam o local que fizeram a pesquisadora renovar seu olhar para aquilo que era registrado tecnicamente. Por exemplo, quando a atenção do registro técnico gráfico de estruturas de pedra foi lembrada por caboclos que ali era um lugar *verde*, em uma gira que aconteceu no sítio, em dezembro de 2013. Esse verde (*a mata*) devia ser respeitado pelas escavações (Agostini 2019). Não apenas a mata foi lembrada através da oralidade para o cuidado das ações da pesquisa intrusiva, mas a própria materialidade deixada por grupos religiosos, que fez levar em consideração seus diferentes usos e apropriações no momento de escolher os locais de escavação, coabitando aquele espaço.

Deti Suzano, considerado um dos mais antigos moradores do local quando a pesquisa foi realizada, entre 2013 e 2016, disse ser "da curimba", "macumbeiro e ogã desde os sete anos". O morador explicou que as ruínas são procuradas por grupos religiosos por serem os lugares dos escravos, dos pretos velhos, pois "é deles, eles gostam dali, vivem ali"[7]. As lideranças do terreiro de umbanda na vizinhança do Sahy, dona Arlete e sua filha Elaine, justificam a escolha por um lugar de sofrimento para os trabalhos religiosos. Segundo suas explicações, o sofrimento teria gerado uma força importante para resistir a ele que pode ser acionada pelas pessoas no presente, já que permanecem ali. Além de,

6 Agradeço à Márcia Bezerra por me atentar para esse caminho.

7 Entrevista realizada com Deti Suzano por Camilla Agostini em 13 de janeiro de 2014.

no caso das ruínas do Sahy, ser um lugar particularmente interessante por reunir praticamente todas as energias associadas à mata, às ruínas, ao mar, ao rio, ao mangue, à estrada de ferro, ao cemitério, à estrada ou caminho e à capela, oratório ou cruzeiro[8]. Comparada à força de uma cachoeira seria uma verdadeira Catarata do Iguaçu. Localizada em área de preservação ambiental, que frequentemente são pensadas por biólogos para estarem "limpas" também.

Considerações finais

Antonio Carlos Diégues (1994: 163), em *Mito moderno da natureza intocada*, nos lembra da força da presença humana nos biomas, sendo ela coagente na formação dos ambientes considerados naturais, inclusive na longa duração em locais onde a mata é considerada "virgem". A posição de Diégues nos chama a atenção para o respeito às comunidades tradicionais que estabelecem relações com os meios naturais, reproduzindo formas de manejo das mesmas, e os diálogos necessários entre interesses e olhares que são diversos para aquele bem (Silva 2008). Assim, os vestígios antrópicos do passado, marcados na própria vegetação, ruínas e coisas miúdas que afloram no solo são partes das memórias que cada lugar guarda.

Não apenas praticantes de religiões afro-brasileiras reconhecem o lugar dos mortos ou da espiritualidade associado às ruínas ou às matas. Muitos visitantes esporádicos, como banhistas na praia do Sahy, com diferentes orientações religiosas, contam ter visões de "escravos trabalhando", como contou um menino de 15 anos, em 2014[9], ao ter visto homens carregando lenha, ou o relato de pessoas que ouvem gritos e correntes, como é bastante comum nas vizinhanças de ruínas (Lima, Nascimento & Filho 2013) (Moraes 2012).

A oralidade e a materialidade guardam histórias subalternas, enquanto a etnografia registra o tempo da pesquisa. O antropólogo Marshal Sahlins (1994) foi pioneiro em promover o entrelaçamento da antropologia com a história, de maneira que sua recíproca acabou por descortinar toda uma tradição historiográfica com o mesmo interesse por essa relação: a micro história italiana e a abordagem marxista inglesa de E. P. Thompson (1998).

Esse encontro da prática de pesquisa com pessoas e suas memórias, além dos lugares de memória (Mattos, Abreu & Guran 2014), nos permite rever alguns preceitos fundantes dessas disciplinas. Por exemplo, de que a história originalmente se ocuparia com processos, com a diacronia; de que a etnografia, em princípio, se ocuparia com o presente e com as relações e comportamentos humanos, que são observados e experimentados no presente; e de que a arqueologia valoriza, simultaneamente, as dimensões de tempo e de espaço como fundamentais para o entendimento do passado. Assumo esses parâmetros com fins didáticos, considerando, é claro, que cada uma dessas disciplinas têm trajetórias ao longo dos séculos XX e XXI que incluem confluências e novas formas de considerar parâmetros de tempo e espaço nos seus saberes e fazeres.

Revendo algumas situações de pesquisa interdisciplinar e integrada, a partir do conceito de interdisciplinaridade de Hilton Japiassú (1976), esses princípios originais nas abordagens da perspectiva histórica, antropológica e arqueológica também são revistos. Na perspectiva de Hilton Japiassú, a interdisciplinaridade prevê que o movimento entre os campos disciplinares faz com que a disciplina que experimenta esse movimento se transforme. São promovidas redefinições das *práxis* e epistemologias para soluções híbridas, além de abrir margem para abordagens socialmente engajadas e inclusão de saberes não acadêmicos no processo de produção do conhecimento, não apenas como fonte

8 Entrevistas realizadas com d. Arlete e Elaine em 7 de novembro de 2014 e 16 e 17 de maio de 2015.

9 Entrevista com filmagem com Eduardo Henrique Corrêa de Freitas e seu pai Paulo Freitas, banhistas na praia do Sahy, com participação de Camilla Agostini e Pedro. Realizada nas Ruínas da praia do Sahy, em 11 de janeiro de 2014.

ou "objeto" de pesquisa (Abreu, Mattos & Agostini 2016: 17-57; Agostini 2019; Bell 1991; Cabral 2014a; Feyerabend 1977, 2011; Hartemann 2019; Hartemann & Moraes 2018: 9-34; Novaes 2018: 47-69; Rosa 2019).

Assim, pensar que História Oral se dedica ao registro dos momentos e formas de expressão da oralidade e da memória *em uma conjuntura específica*, faz lembrar dos conceitos de enquadramento da memória e de memórias subterrâneas de Polak. Eles permitem pensar as dinâmicas da tradição que, ao mesmo tempo, tem continuidade e se transformam de acordo com a experiência do presente e dos interesses em jogo (Barth 1970; Hobsbawn 1996; Thompson 1998).

Por outro lado, a História Oral pode acontecer com longas durações, fazendo pensar que a perspectiva etnográfica pode ser um instrumento para se acompanhar *o processo da pesquisa*, princípio que pode ser adaptado também para as pesquisas de curta duração. Esse diálogo traz para a cena a etnografia dando conta de processos (no caso, do próprio fazer científico) como a arqueologia contemporânea têm lembrado (Araujo, 2021; Bezerra 2012: 149-164, 2017; Cabral 2014a, 2014b; Castañeda 2006: 75-104, 2009: 262-282; Gonzalez-Ruibal 2013: 188; Hamilakis 2011: 399-414, 2013: 181-194; Hamilakis & Anagnostopouloss 2009: 65-87). Assim, esse fazer científico não implica apenas nos registros de epistemes e saberes em diálogo, mas também da própria relação entre as pessoas envolvidas no campo da pesquisa e durante o tempo que ela se desenvolve.

Nesse caso, a antropologia e a arqueologia entram em cena regendo os encontros de tempos em determinado espaço onde se estabelecem relações e memórias, nos quais os conhecimentos são os protagonistas. Pela atenção a um presente arqueológico onde e quando muitos tempos (incluindo o presente) acontecem simultaneamente por estarem guardados em vestígios materiais do passado que atravessam a História, permitindo que perspectivas coetâneas aflorem. A visão etnográfica permite conduzir processos de pesquisa que possam parecer paradoxais ou contraditórios. Em última instância, é na *relação* entre as pessoas, as coisas e os lugares que os caminhos da pesquisa se reordenam a cada instante (Latour 2012).

Os diferentes tempos da História, a Memória e o presente, podem ser abordados de forma coetânea (Fabian 2013), através de ruínas, estruturas antigas, seus rastros e indícios. Essas materialidades e os relatos orais sobre elas reforçam perspectivas ditas êmicas nas ciências humanas. Trazendo para a cena o protagonismo de personagens e de grupos subalternos frequentemente associados a ruínas, e de pessoas que guardam paredes que guardam pessoas. Parte de nossa tarefa é acompanhar esse processo.

AGOSTINI, Camilla. Walls that guard people that guard walls: record and meanings of ruins from the time of captivity. *R. Museu Arq. Etn.*, 39: 280-296, 2022.

Abstract: This article proposes reflections about the encounter between oral history, ethnography, and the archaeological look on ruins and memories of the time of captivity in Brazil. It addresses the methodologies confluence in fieldwork, transforming themselves throughout the research process. The objective is to contribute with concepts and paths to fieldwork that have the things of times past as the study focus, valuing the experience of subordinate groups in history, as well as the participation of researchers in relation to holders of knowledge and memories about these pasts.

Keywords: Fieldwork; Oral History; Ethnography; Memory; Ruins; Slavery.

Referências bibliográficas

Abreu, M.C.; Mattos, H.; Gringberg, K. (Org.). 2012. *Passados presentes*. Eduff, Niterói.

Abreu, M; Mattos, H.; Agostini, C. 2016. Robert Slenes entre o passado e o presente: esperanças e recordações sobre a diáspora africana e cultura negra no Rio de Janeiro. In: Ribeiro, G.S, *et al*. (Orgs.). *Escravidão e cultura afro-brasileira*: *temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes*. Editora da Unicamp, Campinas, 17-57.

Agostini, C. 2019.Temporalidades e saberes inscritos em ruínas e memórias. *Vestígios* 13(1): 27-50.

Alberti, V. 2004. *Ouvir contar: textos em história oral*. FGV, Rio de Janeiro.

Araujo, R.D. 2021. *Arqueologia do costume: um estudo de caso sobre o presente arqueológico mambucabense*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Araujo, R.D. 2022. Arqueologia do costume mambucabense: sobre estar em campo e experimentar arqueologia e fenomenologia em tempos de pandemia. *Revista de Arqueologia* 35(1): 172–194.

Ashmore, W. 2007. Social Archaeologies of Landscape. In: Meskell, L.; Preucel, R.W. (Eds.). *A Companion to Social Archaeology*. Blackwell, Oxford, 255-271.

Azevedo, C.M.M. 1987. *Onda negra, medo branco*. São Paulo: Paz e Terra.

Barth, F. 1970. *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*. Universitets Forlaget, Oslo.

Beaudry, M. 2008. Above Vulgar Economy: The Intersection of Historical Archaeology and Microhistory in Writing Archaeological Biographies of Two New England Merchants. In: Brooks, J.F., et al. (Ed.). Small Worlds: Method, Meaning and Narratives in Microhistory. School for Advanced Research Press, Santa Fé, 173-198.

Bell, J.A. 1991. Anarchy and Archaeology. In: Robert W. Preucel, R.W (Ed.). *Processual and Postprocessual Archaeologies: Multiple Ways of Knowing the Past*. Center for Archaeological Investigations, Illinois, 71-80

Bezerra, M. 2012. Arqueologia, turismo e comunidades locais: reflexões de uma Turista [arqueóloga] Aprendiz. In: Figueiredo, S.L.; Pereira, E.; Bezerra, M. (Orgs.). *Turismo e gestão do patrimônio arqueológico*. Iphan, Belém, 1, 149-164.

Bezerra, M. 2017. Teto e afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. GKNoronha, Belém.

Brooks, J.F.; Decorse, C.R.; Walton, J. 2008. *Small Worlds: Place, Event, and Narrative Craft: Method and Meaning in Microhistory*. School of Advanced Research, Santa Fé.

Cabral, M.P. 2014a. "E se todos fossem arqueólogos?": experiências na Terra Indígena Wajãpi. *Anuário Antropológico* 39(2): 115-132.

Cabral, M.P. 2014b. De cacos, pedras moles e outras marcas: percursos de uma arqueologia não-qualificada. *Revista de Antropologia* 6(2): 314-331.

Carvalho, P.M. 2011. Vila Bela e seus quilombos: etnoarqueologia aplicada aos estudos da diáspora africana. *Anais* do XXVI Simpósio Nacional de História (Anpuh), 2011, São Paulo.

Carvalho, P.M. 2012. *A travessia Atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Castañeda, Q.E. 2006. The invisible theatre of ethnography: performative principles of fieldwork. *Anthropological Quarterly* 79(1): 75-104.

Castañeda, Q.E. 2009. The past as transcultural space: using ethnographic installation in the study of archaeology. *Public Archaeology* 8(2-3): 262-282.

Castro, J.T. 2008a. "Como eles poderão saber que você está dizendo a verdade?": os antropólogos e a sua verdade. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais* 3.

Castro, J.T. 2008b. "Vá e conte ao seu povo": interpretações e mediações no trabalho antropológico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 3(1): 79-91.

Costa, F.M. 2004. Se pouco se diz sobre o som, quem fala sobre o silêncio nos filmes? *Gragoatá* 9(16): 105-115.

Costa, M.S. 2021. *Da pedra ao pó: granito e megalitismo no Amapá pré-colonial (salpicado de ficção contemporânea das Minas Gerais)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Dalla Vechia, A.M. 1994. *Vozes do silêncio: depoimentos de descendentes de escravos do Meridião Gaúcho*. UFPel, Pelotas.

David, B.; Thomas, J. 2008. Landscape Archaeology: Introduction. In: *Handbook of Landscape Archaeology*. [*S. l.*]: Left Coast, 00-00.

Dias, V.C.P.L. 2022. Diálogos interepistêmicos e narrativas pluriversa. In: *Paper* da X Reunión de Teoría Arqueológica de América del Sur Taas, 2022, Oaxaca.

Diégues, A.C.S. 1994. *Mito moderno da natureza intocada*. NUPAUB/USP, São Paulo.

Fabian, J. 2006. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetificação. *Mana* 12(2): 503-520.

Fabian, J. 2013. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Vozes, Rio de Janeiro.

Favret-Saada, Jeanne. 2005. Ser afetado. *Cadernos de Campo* 13: 155-161.

Fernandez, V.P.R. 2014. *Entre memórias, emoções e afetos: histórias de vida de moradores do Lar dos Velhinhos de Campinas*. Pontocom, Salvador.

Ferreira, M.M.; Amado, J. 2005. *Usos e abusos da história oral*. FGV, Rio de Janeiro.

Feyerabend, P. 1977. *Contra o método*. Francisco Alves, Rio de Janeiro

Feyerabend, P. 2011. *A ciência em uma sociedade livre*. Editora Unesp, São Paulo.

Ginzburg, C. 1991.O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História* 1(21): 9-20.

Ginzburg, C. 2007. *O fio e os rastros verdadeiro, falso, fictício*. Companhia das Letras, São Paulo.

Gordenstein, S.L. 2014. *De sobrado a terreiro: a construção de um candomblé na Salvador oitocentista*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Gonzalez-Ruibal, A. 2003. La experiencia del Otro: una introducción a la etnoarqueologia. Akal Sa, Madrid.

Gonzalez-Ruibal, A. 2013. *Reclaiming Archaeology: Beyond the Tropes of Modernity*. Routledge, London.

Halbwachs, M. 2004. *Los marcos sociales de la memoria*. Anthropos, Caracas.

Hamilakis, Y. 2011. Archaeological Ethnography: A Multitemporal Meeting Ground for Archaeology and Anthropolog. *Annual Review Anthropolog* 40: 399-414.

Hamilakis, Y.;Theou, E. 2013. Enacted Multi-Temporality. In: Gonzalez-Ruibal, A. *Reclaiming Archaeology: Beyond the Tropes of Modernity*. Routlegde, London, 181-194.

Hamilakis, Y.; Anagnostopouloss, A. 2009. What is Archaeological Ethnography? *Public Archaeology: Arachaeological Ethnographies* 8(2-3): 65.

Hartemann, G. 2019. Voltar, contar e lembrar de Gangan: por uma arqueologia griótica afrodecolonial em Mana, Guiana. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Hartemann, G.; Moraes, I.P. 2018. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios* 12(2): 9-34.

Hobsbawn, E. 1996. Introduction: Inventing Tradictions. In: Hobsbawm, E.; Ranger, T. (Ed.). *The Invention of Tradition*. Cambridge University Press, Cambridge, 1-14.

Hogberg, A.; Holtorf, C. 2005. Talking People: From Community to Popular Archaeologies. In: Swedish National Heritage Board (Org.). *Arkeologi Splittring eller Mangfald*. Riksantikvarieämbetet, Stockholm, 20-35.

Ingold, T. 2015. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Vozes, Petrópolis.

Jansen, T. *Gari é especializado em recolher oferendas no Alto da Boa Vista*. *O Globo*, 21/03/2014.

Japiassú, H. 1976. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Imago, Rio de Janeiro.

Latour, B. 2012. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Edufba, Salvador.

Lima, D.; Nascimento, É.; Filho, M. 2013. Em busca do tempo da escravidão: patrimônio histórico e memória coletiva na comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos. In: Agostini, C. (Org.). *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. 7Letras, Rio de Janeiro, 305-336.

Maggie, Y. 1992. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Mattos, H. 2013. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Editora da Unicamp, Campinas.

Mattos, H. (Org.). 2016. *História oral e comunidade: reparações e culturas negras*. Letra e Voz, São Paulo.

Mattos, H.; Abreu, M. 2016. A história como performance: jongos, quilombos e a memória do tráfico ilegal de escravizados africanos. In: Mauad, A.M.; Almeida, J.R.; Santhiago, R. (Orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Letra e Voz, São Paulo.

Mattos, H.; Abreu, M.; Guran, M. (Org.). 2014. *Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil*. PPGH, Niterói.

Mauad, A.M. (org.). 2016. *História oral e mídia: memórias em movimento*. Letra e Voz, São Paulo.

Moraes, I.P. 2012. *Do tempo dos Pretos d'Antes aos povos do Aproaga: patrimônio arqueológico e territorialidade no Vale do Capim (PA)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Pará, Belém.

Novaes, L.C.N. 2013. A morte visível e a vida invisível: um estudo sobre o assentamento de Exu e a paisagem sagrada da enseada Água dos Meninos, Salvador (Bahia). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

Novaes, L.C.N. 2018. Arqueotextura e o esboço de uma antecipação o princípio simétrico na escrita dos atos, materiais e ambientes. *Revista de Arqueologia Pública* 12(1): 47-69.

Pereira, R. 2013. *Espaço e cultura material em casas de candomblé no rio de janeiro*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Petrola, J. 2021. Sertão hoje: o que é literatura regional? Disponível em <https://bardopetrola.wordpress.com/>. Acesso em: 05/12/2021.

Polak, M. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos* 2(3): 3-15.

Revel, J. (Org.) 1998. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. FGV, Rio de Janeiro.

Rosa, E.J. 2019. *O feitiço da Preta Velha tem (re)existência de Preta Nova: uma etnografia arqueológica da materialização do sagrado afro-diaspórico na vida cotidiana das periferias de Bagé e Pelotas, RS*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Rios, A.L.; Mattos, H. 2005. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Sahlins, M. 1994. *Ilhas de histórias*. São Paulo: Zahar.

Silva, S.R. 2008. *Negros na mata atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Silva, W.G. 2006. *O antropólogo e sua magia*. Edusp, São Paulo.

Symanski, L.C. 2007. O domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos da Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios* 1(2): 9-36.

Thomas, J. 2001. Archaeologies of Place and Landscape. In: Hodder, I. (Ed.). *Archaeological Theory Today*. Blackwell, London.

Thompson, E.P. 1998. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura tradicional*. Companhia da Letras, São Paulo.

Thompson, E.P. 2002. *A voz do passado: história oral*. Paz e Terra, São Paulo.